

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

MILTON CLEBER PEREIRA AMADOR

**A COLONIZAÇÃO NA PEQUENA PROPRIEDADE FAMILIAR PELO
DESCENDENTE DE IMIGRANTE E O DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO DE CONCÓRDIA (1920 A 1960)**

SÃO LEOPOLDO - RS

2010

MILTON CLEBER PEREIRA AMADOR

**A COLONIZAÇÃO NA PEQUENA PROPRIEDADE FAMILIAR PELO
DESCENDENTE DE IMIGRANTE E O DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO DE CONCÓRDIA (1920 A 1960)**

Tese de doutorado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, sob orientação do Professor Dr. Martin Norberto Dreher.

SÃO LEOPOLDO - RS

2010

A481c Amador, Milton Cleber Pereira

A colonização na pequena propriedade familiar pelo descendente de imigrante e o desenvolvimento socioeconômico de Concórdia (1920 a 1960) / Milton Cleber Pereira Amador. – São Leopoldo: UNISINOS, 2010. 197f.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, Programa de Pós-Graduação em História.

Orientação: Prof. Dr. Martin Norberto Dreher

1. Colonização - Concórdia, SC. 2. Pequena propriedade familiar - Concórdia, SC. 3. Descendente de imigrante - Concórdia, SC.
4. Desenvolvimento socioeconômico - Concórdia, SC. 5. Agroindústria - Concórdia, SC. 6. Concórdia, SC.
I. Título

CDD 981.64

Catálogo na Publicação: Elisabete Lopes - CRB14/751

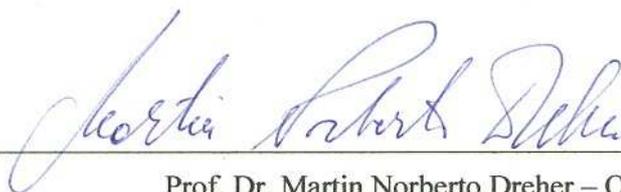
UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MILTON CLEBER PEREIRA AMADOR

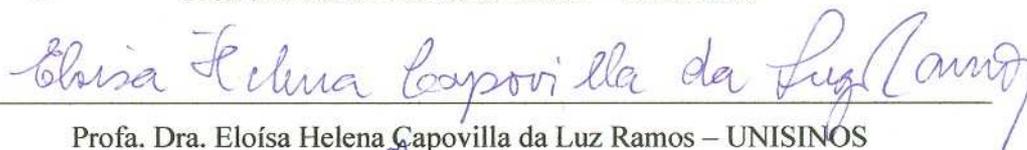
**A COLONIZAÇÃO NA PEQUENA PROPRIEDADE FAMILIAR PELO
DESCENDENTE DE IMIGRANTE E O DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO DE CONCÓRDIA (1920 A 1960)**

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por Milton Cleber Pereira Amador e aprovada pela Banca.

Data: 16 de abril de 2010.



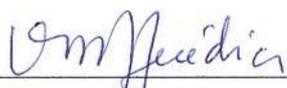
Prof. Dr. Martin Norberto Dreher – Orientador



Profª. Dra. Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos – UNISINOS



Profª. Dra. Ana Silvia Volpi Scotti – UNISINOS



Profª. Dra. Vânia Beatriz Merlotti Heredia – UCS



Prof. Dr. João Klug- UFSC

*Às minhas paixões, Solange e Pablo,
que dividem comigo sonhos, alegrias, dificuldades e lutas.
Minha gratidão aos meus pais, Ademar e Janira,
pelos ensinamentos e exemplos que guiam minha caminhada.
Aos meus irmãos, Sérgio, Virgínia, Elis, Jandira, Janete e Ivonete,
pela união e a possibilidade de longos anos de fraterno convívio.*

AGRADECIMENTOS

Chegando ao final desta jornada, preciso ressaltar que ela só foi possível devido à colaboração e incentivo de inúmeras pessoas que acreditaram em nosso trabalho. Portanto, posso afirmar que não se trata de um trabalho individual, mas, sim, de resultado de um esforço coletivo. Assim, passo a denominar aqueles que ajudaram a construir a caminhada.

Agradeço ao professor Dr. Martin Norberto Dreher que orientou esta caminhada, de forma tranquila, firme e serena, indicando caminhos principalmente na hora da dificuldade.

À companheira Solange que com carinho, amor e com seu espírito de solidariedade é a mais fiel parceira de todas as lutas que juntos empreendemos e a maior incentivadora e responsável por boa parte deste trabalho.

Ao Pablo, que quando da elaboração da dissertação, muito pequenininho apenas brincava ao meu lado, agora foi grande incentivador e companheiro em assumir algumas tarefas, possibilitando que priorizássemos mais o trabalho.

Aos meus pais, Ademar e Janira, grandes mestres de minha vida.

À historiadora Marta, ex-orientanda de pesquisa no curso de História, que no último ano dividiu a tarefa da busca de documentação que se encontra no trabalho.

Às historiadoras Lidiane e Cleci, ex-acadêmicas do curso de História, que socializaram entrevistas de suas pesquisas.

Aos colegas historiadores Alzumir, Carlos, Cleonice, Delmir, Luiz, Maico, Marcos, Noeli, Sandra e Tiago que contribuíram com o trabalho, possibilitando análises e discussões.

Aos companheiros de trabalho e de sonhos que estiveram presentes na caminhada: Angela, Clélio, Eduardo, Jairo, Jean, Nádia e Samira, obrigado pelo incentivo, parceria e amizade.

Aos senhores Gentil, Dorvalino e Diomedes, um agradecimento especial, pela simplicidade e alegria que nos receberam em suas casas para as entrevistas e socialização de documentos.

À Alvaír, responsável pelo Museu Municipal Hermano Zanoni, à Dirce responsável pelo Arquivo Histórico do Município de Concórdia e ao Gilmar no Arquivo da Indústria Sadia, que gentilmente colocaram a documentação sob suas responsabilidades à nossa disposição.

Às professoras Dra. Ana Sílvia Volpi Scotti e Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos que integraram a banca de qualificação e contribuíram com suas críticas e sugestões, apontando caminhos e possibilidades.

À professora Dra. Vânia Beatriz Merlotti Heredia e ao professor Dr. João Klug que integram a banca de defesa, obrigado pela colaboração e contribuições a esta pesquisa.

Aos colegas da turma de mestrado/doutorado 2006/2007 – Alexandre, Alisson, Ana, Arno, Bruna, Carla, Cleverson, Dalila, Débora, Edson, Eduardo, Fabiana, Jovani, José, Magna, Michele, Paulo, Ramon, Rosicler, Samanta, Silmei e Tiago, que socializaram dificuldades e no debate crescemos juntos.

Aos professores do PPG de História da UNISINOS por indicarem muitos caminhos para a ampliação do conhecimento.

À UNISINOS que nos acolheu e pelo apoio institucional através de bolsa de estudos.

À Universidade do Contestado pelo apoio institucional através de bolsa de estudos.

*“A história de toda a sociedade até hoje
é a história de lutas de classes”.*

(MARX; ENGELS, 1987, p. 35).

RESUMO

A presente tese busca analisar como ocorreu o desenvolvimento socioeconômico de Concórdia, Santa Catarina, a partir da colonização na pequena propriedade familiar pelo descendente de imigrante, que constituiu a base do modelo agroindustrial que originou a indústria Sadia. A pesquisa examina os anos de 1920 até 1960, período em que inicia o processo de colonização na região e ocorre sua expansão e a consolidação do modelo de desenvolvimento agroindustrial. O estudo tem como pressuposto uma análise de totalidade que buscou compreender a história do município no contexto do capitalismo brasileiro e catarinense. A investigação se pautou em documentos escritos e fontes orais. Verificou-se que o desenvolvimento de Concórdia não sofreu qualquer ruptura desde o processo de colonização até a consolidação do modelo agroindustrial nos anos de 1960.

Palavras-chave: colonização, pequena propriedade familiar, descendente de imigrante, desenvolvimento socioeconômico, agroindustrial, Concórdia.

ABSTRACT

The purpose of this thesis is to prove how happened the socioeconomic development in Concórdia city, Santa Catarina, from the colonization in a small familiar property through immigrants descendants, which built the base of agroindustry pattern that created Sadia industry. The research deals the year from 1920 to 1960, the period that beginning the process of colonization. In the region occurs the expansion and consolidation of agroindustry development pattern. The objective of the study is to analyze the total, which tried to understand the history of the city in context of brazilian and catarinense context. The investigation is based on written documents and oral sources. It was verified that Concórdia development did not suffer any rupture since the process of colonization until the agroindustry pattern in 1960s.

Key-words: colonization, small familiar property, descendant of immigrant, socioeconomic development, agroindustrial, Concórdia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 01** – Mapa da Colônia Concórdia elaborado pela Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia., Década de 1930..... 64
- Figura 02** – Verso da propaganda da Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia., Década de 1930 67
- Figura 03** – Colonização “a facção e machado” no início do século XX, na Colônia Concórdia 71
- Figura 04** – Festa de fundação do município de Concórdia em 29 de julho de 1934 72
- Figura 05** – Serraria em Barra do Veado, na Colônia Concórdia nos anos 20..... 83
- Figura 06** – Caminhões descarregando trigo em frente ao moinho Concórdia. Década de 1940 85
- Figura 07** – Mãe e irmãs de Attilio Fontana. De pé, da esquerda para a direita: Duzolina, Angelina, Elisana e Vitória. Sentadas: Santina, à esquerda e Maria, a irmã mais velha..... 88
- Figura 08** – Festa de casamento no Hotel em Bom Retiro do Cruzeiro. Amigos e parentes de Attilio Fontana..... 89
- Figura 09** – À esquerda, o Senador Attilio Fontana ao lado do Governador de Santa Catarina, Celso Ramos 95
- Figura 10** – As primeiras aves matrizes adquiridas pela Empresa Sadia, observadas por Ivo Reich, à esquerda..... 99
- Figura 11** – Primeiro aviário integrado, de propriedade de Diomédio Bosio, construído pela Sadia, em Concórdia em 1958. Com 3 x 3 metros e capacidade média para 100 aves..... 100
- Figura 12** – Suíno tipo banha com 407 Kg. Década de 1950..... 110
- Figura 13** – Suíno tipo banha com 443 Kg. Foto registrada na Sadia – Concórdia em 1955 111
- Figura 14** – Moinho Concórdia em 1942 121
- Figura 15** – Em primeiro plano, a Sadia, no município de Concórdia e ao fundo o Moinho Concórdia em 1946..... 123
- Figura 16** – À direita, em primeiro plano, as instalações do frigorífico e, atrás dele, o prédio do moinho. À esquerda visualiza-se a cidade de Concórdia e percebe-se a grandiosidade da Sadia em relação ao município em 1954 131
- Figura 17** – “Produtos Suínos Ignácio Nunes Ltda”., um dos primeiros representantes e distribuidores dos produtos Sadia no Rio de Janeiro, no começo dos anos 50 132
- Figura 18** – Attilio Fontana, o filho Omar e comitiva no aeroporto, Concórdia, em 1957.. 133
- Figura 19** – Criação de suínos em Canhada Funda, Concórdia, 1958.....144
- Figura 20** – Aviário construído na propriedade de Dorvalino Roman, em Linha Tiradentes, Concórdia, SC, em 1972..... 146

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Custo do Kg dos produtos agrícolas/industriais em 1948	109
Gráfico 02 – Anuário Estatístico do Brasil 1939/1940 sobre produção de suínos	112
Gráfico 03 – Produção em cabeças da pecuária em Concórdia em 1941	113
Gráfico 04 – Número de suínos abatidos no frigorífico Sadia entre 1945 a 1960	118
Gráfico 05 – Produção agrícola (em sacas) em Concórdia em 1941	120
Gráfico 06 – Principais estabelecimentos industriais de Concórdia em 1940.....	124
Gráfico 07 – População urbano-rural de Concórdia em 1957	126
Gráfico 08 – Produção agropecuária e industrial de Concórdia, de 1955 a 1957	127
Gráfico 09 – Distribuição de sementes de trigo (em sacas) em Santa Catarina em 1948	136
Gráfico 10 – Produção pecuária de Concórdia em 1955	137
Gráfico 11 – Cabeças de suínos abatidos em Concórdia na década de 50	138
Gráfico 12 – Produção Industrial de Concórdia em 1956	140
Gráfico 13 – Número de suínos abatidos no frigorífico Sadia entre 1945 a 1960	143

SUMÁRIO

Dedicatória	iv
Agradecimentos	v
Epígrafe	vii
Resumo	viii
Abstract	ix
Lista de Ilustrações	x
Lista de Gráficos	xi
INTRODUÇÃO	1
CAP. I – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	17
1.1 Povos nativos e formação étnica da região	17
1.2 Guerra do Contestado e o novo modelo de desenvolvimento	25
1.3 Contexto socioeconômico do Brasil e de Santa Catarina na primeira metade do Século XX	32
1.3.1 <i>Desenvolvimento econômico do Brasil na primeira metade do Século XX</i>	32
1.3.2 <i>Desenvolvimento econômico de Santa Catarina na primeira metade do Século XX</i>	38
1.4 Imigração para o Rio Grande do Sul	45
CAP. II – HISTÓRIA DE CONCÓRDIA: DA COLÔNIA À EMANCIPAÇÃO POLÍTICA	56
2.1 Chegada dos migrantes na região de Concórdia e a expulsão dos caboclos	56
2.2 A implantação da Colônia Concórdia	63
2.3 Destruição de uma etnia e de um modelo de desenvolvimento	72
2.4 A visão utilitarista do migrante e sua formação escolar	75
CAP. III – O MODELO DE DESENVOLVIMENTO NA PEQUENA PROPRIEDADE.	80
3.1 O migrante na pequena propriedade e o novo modelo implantado	80
3.2 O migrante Attilio Fontana	87
3.3 O papel político de Attilio Fontana para expansão da SADIA	91
3.4 A avicultura e o sistema de integração	97

CAP. IV – CONCÓRDIA E A ECONOMIA AGROINDUSTRIAL.....	108
4.1 As bases para a consolidação da economia agroindustrial em Concórdia	108
4.2 A indústria Sadia e o desenvolvimento econômico de Concórdia	119
4.3 A expansão da agroindústria e sua relação com o Estado	130
4.4 Relação do trabalho integrado com a agroindústria	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS	163
ANEXOS	174

INTRODUÇÃO

A presente tese de doutorado é um estudo que tem por objetivo analisar como ocorreu o desenvolvimento socioeconômico de Concórdia, Santa Catarina, a partir da colonização na pequena propriedade familiar pelo descendente de imigrante. A pesquisa demonstra a articulação da história da migração no município de Concórdia, o processo de desenvolvimento econômico que tem origem na pequena propriedade familiar e que constitui a base do modelo agroindustrial no Oeste catarinense. Neste contexto nasce a indústria Sadia que passa a determinar o desenvolvimento socioeconômico do município de Concórdia.

O estudo analisa o contexto histórico em que ocorreu o desenvolvimento econômico de Concórdia no período de 1920 a 1960. A pesquisa aborda a presença do colono descendente de imigrante, trazido do Rio Grande do Sul pelas Companhias Colonizadoras, após o conflito do Contestado. A Guerra do Contestado, com término em 1916, é o marco inicial do estudo, pois após o seu final tem início o processo de colonização do Oeste catarinense. A partir deste fato estabeleceu-se um novo modelo, com outro perfil socioeconômico, não mais baseado na lógica da subsistência e sim na produção de excedentes. A economia de subsistência, até então dominante na região, tinha no caboclo o elemento central. Desde então, o colono descendente de imigrante passou a ser o personagem principal que desencadeia profundas transformações no espaço que passa a ocupar.

O referencial teórico-metodológico fornecido pelo materialismo histórico dialético é o norteador da análise e da crítica neste trabalho, por possibilitar a construção da história de Concórdia, numa visão de totalidade. Isso porque “o materialismo histórico não nega o papel do indivíduo na marcha da história. Mas, assim como o papel ‘motor’ da luta de classes só tem sentido quando examinado em função do desenvolvimento das forças produtivas, [...] a ação individual só pode ser entendida no contexto de determinações mais amplas” (CARDOSO, 1979, p. 463). Assim, o desenvolvimento econômico de Concórdia, em nosso entendimento, deve ser analisado a partir da base material em que foi produzido e entendido no contexto socioeconômico em que se construíram tais relações no modo de produção capitalista. Nesta lógica, tem razão François Bédarida (1998, p. 226) quando diz que: “[...] a fim de evitar o risco atual de pulverização, cumpre, a meu ver, reorientar a pesquisa para problemáticas mais globais”.

Portanto, entendemos que os pressupostos do materialismo histórico permitem compreender as relações que permeiam a vida material dos homens ao longo do processo histórico. Sendo assim nossa opção por tal pressuposto se justifica para melhor compreender o processo de desenvolvimento do município de Concórdia, onde a produção da vida material estará condicionando as demais relações.

Cabe ainda destacar os grandes eixos do materialismo histórico, sintetizados por Marx no Prefácio à “Contribuição à crítica da Economia Política” (1859) e que nortearam a presente pesquisa:

1. A base material (econômica) é determinante das demais condições da sociedade e tudo o mais (relações sociais, religião, estado, leis, ideias teóricas, educação e outras) só pode ser compreendido quando tiverem sido compreendidas as condições materiais de vida da época de que se trata.
2. As forças produtivas são contraditórias e essa contradição provoca a sua transformação, ao mesmo tempo em que as mudanças na base econômica provocam mudanças nas demais instâncias da sociedade (jurídica, política, ideológica, educacional e outras).
3. É a partir das contradições da vida material que se explicam as formas ideológicas, a consciência e as ideias que o homem produz em sociedade. Portanto, a consciência do homem depende da sua existência e não o contrário. “[...] é necessário explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito entre as forças produtivas, sociais e as relações de produção” (MARX, 1859, p. 302).

Nesse sentido, a concepção de história tem como pressuposto os homens apreendidos no seu processo de desenvolvimento real, em condições determinadas, o que é visível empiricamente. São “os homens que, desenvolvendo a sua produção material e as suas relações materiais, transformam, com esta realidade que lhes é própria, o seu pensamento e os produtos desse pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência”. (MARX; ENGELS, 1846, p. 26). Assim, partimos da concepção de homem como um ser essencialmente social e histórico que, “movido por necessidades básicas e objetivas, age sobre o mundo, conhecendo-o, transformando-o e, ao mesmo tempo, se transformando”. Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente

ligadas e transmitidas pelo passado" (MARX, 1852, p. 01). O homem humaniza-se pelo trabalho e o conhecimento é o resultado desse processo de transformar a natureza e a si próprio, portanto é um processo histórico e socialmente construído.

Por isso, conforme Marx e Engels (1846, p. 33), o primeiro pressuposto de toda a história é assim colocado: "[...] os homens devem estar em condições de poder viver a fim de 'fazer história'. Mas, para viver é necessário, antes de tudo, beber, comer, ter um tecto onde se abrigar, vestir-se, etc. O primeiro facto histórico é pois a produção dos meios que permitem satisfazer as necessidades, a produção da própria vida material [...]". Ressaltam, assim que em qualquer concepção histórica, é imprescindivelmente necessário colocar esse pressuposto no lugar que lhe compete, ou seja, a forma como os homens produzem sua vida material é o ponto de partida do fazer história, portanto, o ponto de partida da produção do conhecimento histórico.

É o conjunto das forças produtivas acessíveis aos homens que determina o estado social, portanto a "história dos homens" só pode ser estudada/elaborada em estreita correlação com a história do desenvolvimento econômico da sociedade. "Esta concepção da história tem, portanto, como base o desenvolvimento do processo real da produção, concretamente a produção material da vida imediata [...]" (MARX; ENGELS, 1846, p. 49). Nesse sentido, só poderemos explicar a história com base no desenvolvimento material da sociedade. Isso permite compreender o processo histórico na sua totalidade e examinar ainda a ação recíproca dos seus diferentes aspectos.

Contrária à concepção idealista da história, que tenta explicar a prática a partir das ideias, a concepção materialista explica a formação das ideias a partir da prática material. Portanto, o objeto de estudo não pode ser desvinculado da base material que o produziu. Nesse sentido, entendemos que a história de Concórdia deve ser compreendida como o resultado de múltiplas determinações (sociais, culturais, políticas e econômicas), tendo como ponto de partida central as determinações econômicas. Também, a dimensão política do método está na perspectiva de conhecer a verdade que, por princípio, é revolucionária e capaz de transformar a vida social.

O que nos levou à escolha deste tema é a constatação de que a historiografia regional ainda não abordou esta temática na perspectiva aqui proposta. As pesquisas históricas sobre o município de Concórdia são ainda incipientes e praticamente não existem estudos que relacionem a colonização por descendentes de imigrantes com o processo de desenvolvimento do modelo agroindustrial a partir da pequena propriedade familiar. Apesar do desafio, a pesquisa

aborda os anos de 1920 até 1960, visto que é o período em que inicia o processo de colonização na região, ocorre sua expansão e a consolidação do modelo de desenvolvimento agroindustrial.

Com objetivo de situar a temática sobre a qual desenvolvemos esta tese, analisamos um conjunto de estudos históricos que se relacionam ao tema como: história do Contestado; de Santa Catarina e do Brasil; da imigração para o Rio Grande do Sul no século XIX e migração para Santa Catarina no século XX; obras da história do Oeste catarinense e de Concórdia; e, também, estudos sobre a agroindústria e o sistema de integração.

Primeiramente, apontamos os estudos sobre a Guerra do Contestado, pois é o fato mais significativo que ocorre na região no início do século XX e que provoca mudanças significativas em todo a Planalto e grande Oeste catarinense. Os estudos do Contestado podem ser caracterizados em três momentos historiográficos. Valentini (2009) situa a atual historiografia do Contestado a partir dos escritos militares que ressaltaram a “Campanha do Contestado” em que as forças federais combateram o elemento pernicioso que perturbava a ordem (CARVALHO, 1916; D’ASSUMPTÃO, 1917 e 1918; SOARES, 1920 e 1931 *apud* VALENTINI, 2009). Sociólogos debruçaram-se sobre a temática nas décadas de 1950, 1960 e 1970, lançando olhares sobre os aspectos messiânicos do movimento (PEREIRA DE QUEIROZ, 1969; VINHAS DE QUEIROZ, 1977; MONTEIRO, 1974). Historiadores catarinenses abordaram o contexto histórico do movimento e os sertanejos descritos como irmãos organizados (CABRAL, 1960; AURAS, 1995). Recentemente, novas pesquisas foram elaboradas e a Guerra do Contestado, cada vez mais, vem despertando interesses e novos olhares são lançados (MACHADO, 2004; MARTINS, 2007). Estes autores nos remetem a um olhar para o papel das lideranças locais na organização do povo antes, durante e após o conflito, como os monges que não possuíam apenas a função de rezar, mas também exerciam liderança política na região, bem como a atuação de José Fabrício das Neves na localidade de Irani, onde ocorreu o primeiro combate em 1912.

Particularmente, no conjunto destes estudos destacamos a obra *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)* de Paulo Pinheiro Machado (2004). Este livro contribui para que tenhamos uma compreensão da complexidade do movimento, as origens sociais, as experiências políticas e as motivações das lideranças do Contestado. Sua principal contribuição, porém, é a de sepultar definitivamente os mitos que atribuem um caráter irracional aos movimentos político-religiosos de origem rural. Seu trabalho traz grande contribuição para a historiografia do Contestado e para os estudos que

buscam compreender o fenômeno como um marco definitivo para o processo de formação socioeconômico da região do Contestado.

Outra obra que merece referencia é *Messianismo e Conflito Social: a Guerra Sertaneja do Contestado (1912-1916)*, de Maurício Vinhas de Queiroz (1966) que se tornou um dos mais importantes estudos do Contestado. O autor traz a questão do messianismo numa perspectiva de tomada de consciência aos direitos que os caboclos tinham em relação à terra em que viviam. É estudada com profundidade pelo autor a presença dos três Monges – João Maria de Agostinho, João Maria de Jesus e José Maria – que influenciaram a cultura messiânica do povo da região do Contestado. O conflito é analisado nos aspectos sociais, econômicos e políticos, apontando para as grandes contradições de classe presentes no sertão catarinense, ainda no século XIX que colocava de um lado os caboclos e de outro os coronéis que apoiavam seu poder na estrutura pública.

Marli Auras (1984) também publica importante trabalho sobre o tema denominado *Guerra do Contestado: a organização da Irmandade Cabocla*. A obra analisa os caboclos que viviam da obtenção dos mínimos vitais, no mais absoluto analfabetismo, isolados do restante do país, no interior de uma estrutura de poder coronelista. Durante o conflito, ergueram várias cidades santas e nelas fundaram a irmandade, como seu modo concretamente possível de dizer não ao avanço da ordem capitalista – representada, sobretudo pelas modernas empresas do Grupo Farquhar – invasora abrupta de seu espaço e de seu tempo. O estudo traz importantes elementos para a compreensão do que pretendo afirmar no trabalho: a Guerra do Contestado põe fim ao modelo de subsistência do caboclo, substituindo-o por outro, na lógica capitalista da produção de excedentes, sendo o colono descendente de imigrante o novo personagem nesse contexto.

Ainda, referimos o trabalho de Delmir José Valentini (1998), *Da cidade Santa à Corte Celeste: memórias de sertanejos e a guerra do Contestado*. É uma investigação histórica feita com descendentes de sertanejos que estiveram nos redutos e também com remanescentes que vivenciaram os fatos. Trata-se de um estudo especificamente sobre a Guerra do Contestado, para muitos de seus protagonistas e descendentes, simplesmente o tempo dos redutos. A contextualização histórico-geográfica e as mudanças socioeconômicas no início do século XX apontam para a progressiva marginalização do sertanejo da região do Contestado. A pesquisa já detecta as mudanças que ocorreram com a Guerra, que dizimou grande parte da população sertaneja. Como nos demais trabalhos, constata que a Guerra determina a derrota

de um modelo e encaminha para a perspectiva de outra lógica de desenvolvimento econômico.

Para compreender o desenvolvimento socioeconômico de Concórdia de 1920 a 1960, foi fundamental a análise do contexto socioeconômico do Brasil e de Santa Catarina na primeira metade do século XX, a partir da história econômica e social. Nesse sentido, as obras clássicas de Caio Prado Junior (1984), Nelson Werneck Sodré (1976), Celso Furtado (1979) e Octavio Ianni (1971), possibilitam compreender as raízes mais profundas do processo de desenvolvimento do Brasil, no período no qual realizamos nosso estudo. Ainda, esta escolha tem coerência com a opção teórico-metodológica pretendida na presente tese, ou seja, as obras privilegiam a abordagem numa visão de totalidade, dando-se ênfase aos aspectos econômicos como determinantes do processo de desenvolvimento da sociedade brasileira. Adotamos a mesma lógica para a seleção de obras da história de Santa Catarina. Buscamos em Alcides Goularti Filho (2002) e Idaulo José Cunha (1992) e outros, compreender o contexto socioeconômico em que se desenvolvia o estado catarinense dentro do projeto de industrialização do capitalismo brasileiro.

Sobre a imigração para o Rio Grande do Sul e a migração para Concórdia, optamos olhar com maior destaque para obras que tratam da imigração italiana, pois foi esta que maciçamente migrou, no início do século para o Alto Uruguai catarinense¹. As peculiaridades geográficas da serra gaúcha com o Meio Oeste de Santa Catarina são bastante comuns e isto foi determinante para que os italianos, que já não mais encontravam terra para seus descendentes nas colônias gaúchas, migrassem para o estado vizinho. Tendo a compreensão de que foi a partir deste contexto que teve origem o modelo de desenvolvimento de Concórdia, utilizamos inúmeros estudos para analisar o processo de imigração no final do século XIX para o Rio Grande do Sul e a migração para o Oeste catarinense no início do século XX. Neste sentido, citamos os estudos de Olívio Manfroi (2001); Mario Maestri (2005); Luís Albero de Boni e Rovílio Costa (1984); Zuleica Maria Forcione Alvim (2000); Dilse Piccin Corteze (2002); Loraini Giron (1979); Paulo Pinheiro Machado (1999); José Carlos Radin (2001); Ivone Bogolin Siviero (2004) e Thales de Azevedo (1975).

Entre os autores mencionados, embora todos tenham contribuído para o estudo, em algumas obras encontramos uma maior identificação. Em *Os Italianos no Rio Grande do Sul*,

¹ Microrregião de Santa Catarina que compreende o espaço geográfico que vai da foz do rio do Peixe com o rio Uruguai até a Usina Hidrelétrica de Itá. Atualmente formada por 15 municípios, com destaque para o município de Concórdia.

de Luís Alberto de Boni e Rovílio Costa (1984), os autores procuram afirmar a importância da colonização fundada na pequena propriedade individual e no trabalho de produtores independentes para as regiões de colônia, que silenciosamente provocavam uma mudança de perfil econômico no Estado, que até então possuía uma economia baseada no latifúndio e no trabalho escravo. Observam que rapidamente esta forma de produção se tornou dominante na economia gaúcha, originando um processo de industrialização que conferiu a hegemonia a descendentes de imigrantes. Esta constatação, que os autores fazem em relação ao Rio Grande do Sul, também ocorreu no Oeste de Santa Catarina, tendo no descendente de imigrante, ligado à pequena propriedade da terra, a origem do modelo da economia agroindustrial.

Na obra *Fazer a América*, organizada por Boris Fausto (2000), encontramos o texto *O Brasil italiano (1880-1920)*, de Zuleika Maria Forcione Alvim. A autora trabalha todo o contexto da colonização italiana para o Brasil. Primeiramente busca situar os imigrantes na Itália e trata a saída dos mesmos como um caso de expulsão, devido às transformações que ocorriam na transição do sistema de produção feudal para o início da produção em moldes capitalistas. Aborda a chegada nos estados do Sul do Brasil e a formação de pequenas colônias e, em São Paulo, como trabalhadores nas lavouras de café. Trabalha o processo de formação da classe operária paulista a partir da mão de obra dos imigrantes, bem como a origem de grandes indústrias e atividades comerciais com os imigrantes italianos. O estudo contribui no sentido de compreender que a acumulação capitalista na região Oeste catarinense também decorre da acumulação da atividade comercial, que será transferida para a formação de atividades industriais.

A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais, de Olívio Manfroi (2001) articula de forma clara o contexto econômico e político brasileiro da época, contribuindo para a compreensão da vida social e cultural dos imigrantes, que, segundo o autor, se organizou em reação ao isolamento determinado pelo sistema oficial de colonização. É um trabalho que tem o olhar voltado para o contexto socioeconômico em que se deu o processo de imigração. Procuramos também desenvolver a pesquisa sobre a migração para o Oeste catarinense no contexto da conjuntura da época. Nesse sentido, o trabalho de Manfroi possibilitou um melhor entendimento destas articulações.

O estudo de Mário Maestri (2005), *Os Senhores da Serra: a colonização italiana no Rio Grande do Sul*, apresenta uma síntese do processo de colonização por camponeses proprietários de pequenas parcelas de terra, sobretudo no Nordeste do Rio Grande do Sul, de 1875 ao início da Primeira Guerra Mundial e discute as razões desse movimento imigratório e

de seus sucessos e percalços. O estudo analisa a imigração à luz da sociedade capitalista, constatando o processo de proletarização dos camponeses imigrantes e, ao mesmo tempo, a acumulação de capitais por uma pequena parcela. Essa análise é pertinente, pois muito se aproxima da discussão do processo de inclusão e de exclusão que ocorre no modelo de integração promovido pelas agroindústrias, em que a produção na pequena propriedade familiar é a responsável pela acumulação de capitais pelos empresários agroindustriais. Nessa linha de análise, a concentração de capital vai impulsionar o processo de proletarização do colono.

Na busca da melhor compreensão sobre a temática da imigração, também se faz necessário estudar a obra de Thales de Azevedo (1975), *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. O autor trabalha os antecedentes da imigração até a chegada dos imigrantes, primeiramente dos alemães e posteriormente dos italianos nas áreas despovoadas do Rio Grande do Sul. Sobre a política imigratória, esboça uma análise da filosofia política e socioeconômica, inspiradora das medidas governamentais que conduziram a imigração aos eficazes padrões da colonização no Estado. Traz para o debate a temática da aculturação e assimilação, até então somente trabalhada por Emílio Willens (1980) em *A Aculturação dos Alemães no Brasil*. O relacionamento com outra sociedade é o grande desafio, pois questões como regras, normas jurídicas, valores, como o trabalho, a religião e a família são desafios que o imigrante tem a enfrentar cotidianamente. A questão da aculturação e assimilação também esteve presente quando o descendente de imigrante chegou ao Oeste catarinense e se deparou com o caboclo. Embora o colono encontre um meio totalmente adverso, neste momento tratado como o ‘civilizado’, impõe ao caboclo a sua cultura, invertendo deste modo o sentido da aculturação e assimilação.

O trabalho de José Carlos Radin (2001), *Italianos e Ítalo-Brasileiros na Colonização do Oeste Catarinense*, situa as suas reflexões utilizando as relações entre memória e história. A obra é uma rica contribuição para a historiografia catarinense e, principalmente, para o Oeste de Santa Catarina, pois sintetiza as diferentes memórias sócio-culturais dos italianos e ítalo-brasileiros que para cá vieram. O estudo contribuiu muito para compreender o processo de colonização para a região do Alto Uruguai catarinense a partir das colônias italianas do Rio Grande do Sul.

A obra *Ulises va in America: história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul*, de Dilse Piccin Corteze (2002), é uma pesquisa que analisa os mitos historiográficos sobre a vinda dos italianos para o Rio Grande do Sul. Com base no

desenvolvimento atual da historiografia, a autora procurou desvelar a história existente por trás do mito, contribuindo para o esclarecimento das razões e das funções das interpretações de cunho mítico sobre a imigração italiana para o Sul do Brasil. Ao mesmo tempo, a abordagem passa a priorizar o fenômeno da imigração a partir de um universo de questões sociais, econômicas, políticas e culturais. Desta forma, traz relevante contribuição para a pesquisa que também priorizou o estudo da migração a partir do contexto socioeconômico.

Por último, destacamos o trabalho de Paulo Pinheiro Machado (1999), *Política de colonização do Império*, em que o autor primeiramente examina os antecedentes da colonização da Província e do panorama europeu da época. Apresenta o processo formador do Rio Grande do Sul no contexto da região na segunda metade do século XIX. Fatos da vida migratória são narrados com a sua inserção no processo histórico e político, acompanhados de comentários críticos sobre a administração do Império na formação da camada social imigrante. Dentro da perspectiva de abordagem dos aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos que buscamos para compreender o processo de imigração/migração, a pesquisa de Machado possibilitou uma visão de totalidade do fenômeno da imigração.

Acrescentamos a este conjunto de obras os *“Cadernos do CEOM – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina”*. A edição comemorativa – *CEOM: 20 anos de memórias e histórias no Oeste de Santa Catarina* (2006) – apresenta uma série de estudos que trouxeram importante contribuição para a compreensão da história da região Oeste catarinense. Analisamos os trabalhos de Arlene Renk, *A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros*; de Jaci Poli, *Caboclo: pioneirismo e marginalização*; e de Wilmar da Rocha D’Angelis, *Para uma história dos índios do oeste catarinense*.

Também sobre a história regional, o livro organizado por Solange Aparecida Zotti (2006), *História faz História: contribuições ao estudo da História Regional* é uma coletânea que reúne pesquisas produzidas pelos professores e alunos do curso de História e no grupo de pesquisa “História, Sociedade e Educação – HISED” da Universidade do Contestado - UnC, Campus Concórdia. Os artigos abordam especificamente a história de diferentes municípios da região do Alto Uruguai catarinense, a partir de fontes documentais inéditas que trouxeram excelente contribuição para os estudos regionais. Alguns textos foram utilizados na pesquisa, pois guardam identidade teórico-metodológica para com as análises aqui produzidas, além da indicação de fontes.

Sobre a história de Concórdia, diferentemente dos temas anteriores, encontramos uma limitada produção historiográfica. Poucos são os trabalhos produzidos que contribuem com

análises mais críticas sobre a história do município. A obra de Antenor Geraldo Zanetti Ferreira (1992), *Concórdia: o rastro de sua história* é uma narrativa que aborda o processo de colonização do Alto Uruguai catarinense, a formação da Colônia e a consequente fundação do município de Concórdia. O autor aponta para o desenvolvimento econômico e a evolução administrativa do município. A obra expõe alguma documentação, mas não apresenta uma análise apurada dos fatos.

O livro *História da minha vida*, de Attilio Fontana (1980) trata da história do fundador da empresa Sadia. O autor narra com simplicidade a trajetória de sua vida, desde a saída do Rio Grande do Sul para o município de Campos Novos, no Meio Oeste catarinense, o começo de sua atividade comercial até se transformar no maior empresário da agroindústria na região e influente político do Estado catarinense. O livro traz inúmeros depoimentos de Attilio Fontana, principalmente enquanto político, nos quais se pode identificar sua habilidade de empresário e político ao conjugar os interesses particulares de sua empresa com os projetos do Estado. Os depoimentos, comparados com a documentação levantada, nos possibilitaram constatar a utilização do poder público pelo empresário/político Attilio Fontana, em favor dos seus interesses particulares. Nesse sentido, podemos constatar que o desenvolvimento socioeconômico do município de Concórdia se deu à sombra dos interesses da agroindústria Sadia.

A obra *A questão ambiental na produção agrícola: um estudo sócio-histórico-cultural no município de Concórdia (SC)*, de Jairo Marchesan (2003) possibilitou uma visão mais ampla da história de Concórdia. O autor discute a questão ambiental na produção agrícola, a partir da análise e da reflexão de alguns elementos da relação da sociedade com os recursos naturais, no decorrer da trajetória histórica que se estabeleceu no município. A partir desta lógica, o autor analisa a sobrevivência dos grupos sociais na relação de uso e exploração dos recursos naturais e de como as exigências do capital modificaram essa relação. Assim, a pesquisa foi importante para o presente estudo porque possibilitou um tipo de reflexão com abordagem na lógica do desenvolvimento da economia agroindustrial e sua relação com as questões ambientais.

Cabe realçar também a dissertação de Carlos Fernando Comassetto (2008), *Os colono só trabalha [...] A Colônia Rio Uruguay: aspectos da atuação das companhias colonizadoras entre 1920-50*. O autor trabalha a atuação das companhias colonizadoras e do movimento migratório que promoveu a ocupação da região do Alto Uruguai catarinense, na primeira metade do século XX por colonos descendentes de imigrantes, tendo como eixo de

análise a Colônia Rio Uruguay. O estudo aborda aspectos importantes que trabalhamos, principalmente quando tratamos das companhias colonizadoras e da migração, trazendo assim contribuições à pesquisa.

Ainda no conjunto de obras, direta ou indiretamente ligadas ao tema desta pesquisa é imprescindível relacionar as que tratam do trabalho integrado, no modelo promovido pelo capitalismo agroindustrial.

Neste sentido, a importância da obra de Carlos José Espíndola (1999), *As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia*, em que estuda a empresa Sadia comparada aos demais grupos agroindustriais catarinenses. O autor busca compreender a classe empresarial (suas origens, ideologias, força política, setores econômicos, técnicas de produção, de administração e de controle da mão de obra). Espíndola analisa a formação do império formado pela empresa, que teve origem em um moinho de trigo que se transformou em abatedouro de suínos e aves, para se tornar um grande conglomerado de empresas no ramo da alimentação e também abrangendo a empresa aérea Transbrasil. Nesse trabalho, o autor constata o uso de recursos do Estado por parte da empresa, o que permitiu o seu rápido crescimento. O autor também analisou as relações paternalistas que a empresa estabeleceu junto aos empregados, inicialmente sob a forma pessoal-feudal, que se caracteriza pela chamada relação de parceria, a primeira fase do sistema de integração, em que o colono produzia e entregava toda a mercadoria à empresa. A obra, por abordar os aspectos socioeconômicos e políticos da formação do Grupo Sadia, trouxe valiosas contribuições à pesquisa, principalmente quando tratamos sobre a relação da agroindústria com o Estado e a formação da mão de obra integrada para o projeto agroindustrial.

Para entender o trabalho integrado, que deu suporte ao modelo de desenvolvimento agroindustrial na região, destacamos a dissertação de Dinarte Belato (1985), *Os Camponeses Integrados*. O autor discute a questão da integração na agricultura e a dinâmica de transformação do campesinato implicada por tal integração. Segundo Belato, a temática da integração indica sempre a ação do capital sobre a agricultura, bem como a transformação do campesinato expressa na destruição irreversível de suas formas históricas de organização e produção, seguida da expulsão da população excedente do campo.

Ainda, sobre o sistema de integração, examinamos o trabalho *Análise do Sistema de Integração Agroindustrial em suínos e aves em Santa Catarina* do Centro de Assistência Gerencial (CEAG - SC, 1978). Este trabalho descreve e analisa a estrutura e o mecanismo de funcionamento dos sistemas de integração agroindustriais de Santa Catarina, as relações

estabelecidas entre os protagonistas (empresas e produtor agrícola) e examina as perspectivas destes sistemas em termos de sua existência, ampliação e difusão. A pesquisa traz dados sobre o sistema de integração, sendo fonte de pesquisa para analisar o modelo desenvolvido pela empresa Sadia em Concórdia.

Por fim, sobre o mesmo tema, reforçamos o trabalho de Índio Campos (1987), *Os Colonos do Rio Uruguai: relações entre pequena produção e agroindústria no Oeste catarinense*. O estudo aborda as relações de produção que envolvem a pequena produção familiar na microrregião colonial do Oeste catarinense. É constituído basicamente por um conjunto de averiguações empíricas e reflexões teóricas que possibilitaram o resgate da gênese e dos desdobramentos posteriores das relações entre a pequena produção familiar e a agroindústria na região. Como partimos do pressuposto que a colonização da região decorreu da venda de pequenas colônias de terra para famílias de descendentes de imigrantes, trazidos do Rio Grande do Sul pelas Companhias colonizadoras, e o desenvolvimento econômico de Concórdia teve como base a atividade agrícola da pequena propriedade, o trabalho de Campos contribuiu, ao abordar as relações de contradição entre o trabalho familiar na pequena propriedade e a agroindústria.

As obras aqui citadas, dentre outras, foram fundamentais para a contextualização e delimitação do objeto de pesquisa. Contudo, constatamos que é incipiente a produção historiográfica específica sobre o município de Concórdia, tendo por eixo uma abordagem que relacione seu desenvolvimento socioeconômico a partir da colonização na pequena propriedade familiar pelo descendente de imigrante. O que temos são estudos fragmentados, que, parcialmente, trabalham aspectos econômicos, sociais e políticos de sua história. Frente a isso, esta pesquisa justifica-se por tratar o tema na perspectiva da totalidade, que vincula o desenvolvimento socioeconômico de Concórdia ao contexto de desenvolvimento do capitalismo, diferenciando-se, desta forma, dos demais trabalhos aqui analisados.

Merece referencia ainda que, nas conjunturas do início do século XX e durante a denominada República Velha, o Brasil se apresentava como um país de economia essencialmente agrária, tendo no café sua principal atividade econômica. “[...] No café se apoiava a maior parte da existência do país, e para sustentar-lhe o peso era preciso estimulá-lo [...]” (PRADO JR, 1984, p. 294). Somente após 1930 tem início o processo mais acentuado de industrialização. As mudanças mais significativas na economia brasileira foram mais acentuadas a partir das décadas de 40 e 50, fruto da decadência da política agroexportadora, baseada no latifúndio e na monocultura que se mantinha hegemônica desde os tempos

coloniais. Neste período, iniciou o processo de industrialização em diferentes ramos da economia, como o setor agroindustrial no Oeste catarinense, através do nascimento de grandes frigoríficos, com destaque para a Sadia na cidade de Concórdia.

Assim, foi com base nesta conjuntura que estudamos o desenvolvimento socioeconômico de Concórdia, no contexto de formação do capitalismo brasileiro. Outrossim, defendemos que o modelo hegemônico e concentrador, estabelecido ao longo de seu processo histórico, não foi dissociado do movimento histórico da sociedade capitalista, o que permitiu que outras relações entre capital e trabalho consolidassem um novo modelo de desenvolvimento, em que o trabalho integrado constitui-se no motor da geração de riqueza para o capitalismo agroindustrial.

Além da análise do referencial bibliográfico mencionado, a pesquisa se pautou em documentos levantados no Arquivo Histórico do Município de Concórdia, em que foi possível encontrar documentos oficiais que ainda não haviam sido investigados por nenhum pesquisador. Segundo Gwyn Prins (1992, 171) “os documentos podem oferecer belos detalhes nessa dimensão e assim podem permitir que se derive deles argumentos sutis”. São documentos que abordam inúmeras solicitações (convênios, acordos, verbas) por parte do poder público municipal às outras esferas – estadual e federal. Também pudemos nos deparar com documentos que tratam de investimentos, principalmente no setor agrícola (apoio para realização de exposição estadual e municipal de suínos e trigo em Concórdia, instalação de um posto de criação suína em Concórdia, retrospecto comparativo do progresso agrícola industrial do Vale do Rio do Peixe) que esclarecem a relação do poder público com a Empresa Sadia. Foi importante também a documentação encontrada no Museu Municipal Hermano Zanoni de Concórdia (jornais, documentos e entrevistas), bem como o arquivo da Indústria Sadia, IBGE e arquivos particulares de Gentil Lino (coleção da Revista Integração, publicada pela Sadia a partir de 1978) e Dorvalino Roman (fotos).

Para estudar especialmente o sistema de integração, fizemos uso do que se convencionou designar história oral, devido à existência de inúmeros colonos integrados e ex-integrados da Empresa Sadia que residem no município. Para Meihy (1996, p. 51-2), “a História Oral temática abrange um assunto específico e preestabelecido e envolve versões dos fatos presenciados pelo entrevistador”. Neste caso a utilização da metodologia da história oral foi possível para a construção de narrativas e de estudos que se referem à história do tempo presente e que privilegiaram as memórias dos depoentes.

A pesquisa que utiliza a história oral, segundo Jorge Eduardo Aceves Lozano (1998) possibilita que os historiadores complementem suas fontes orais com as outras fontes documentais tradicionais do trabalho historiográfico. Não se limitam a um único método e a uma técnica, mas as completam e as tornam mais complexas. Explicam sua perspectiva teórico-metodológica de análise histórica. Analisa ainda, que

nesse estilo de trabalho, a tarefa de produzir conhecimentos históricos se torna válida, especialmente rica e atual, já que implica: reflexão teórica, trabalho empírico e de campo; maior ligação e vínculo pessoal com os sujeitos estudados; um processo de constituição de uma fonte e um processo de produção de conhecimentos científicos” (LOZANO, 1998, p. 24).

Assim, estas fontes foram empregadas como forma de preencher lacunas e de registrar memórias de importantes sujeitos da história de Concórdia, como: Caetano Chiuchetta, um dos primeiros migrantes a chegarem à região, posteriormente por ele batizada de Colônia Concórdia; Victor Kurudz, o agrimensor da *Lamber* Colonizadora; Ivo Frederico Reich, diretor da Sadia e responsável pela implantação do sistema de integração de aves. Estas entrevistas foram realizadas pelo historiador Antenor Geraldo Ferreira e se encontram depositadas no Museu Municipal Hermano Zanoni. Ainda, utilizamos um conjunto de nove entrevistas realizadas com colonos integrados e ex-integrados da Empresa Sadia, por Cleci Bison e Lidiane Colussi. As entrevistas foram realizadas sob nossa orientação para o TCC e estão anexas ao trabalho de conclusão do curso de história – Sistema integração e suas implicações sociais para o homem do campo no município de Concórdia – o caso da avicultura (2006). Além destas, entrevistamos dois dos primeiros integrados da empresa Sadia que, inicialmente, dedicaram-se à criação de suínos e, posteriormente, à criação de aves.

No total, são quinze depoimentos orais que se constituíram em importantes fontes primárias para análise e comparação com outras fontes para a construção da pesquisa. Algumas entrevistas foram utilizadas no capítulo II, que tratou da história de Concórdia nos primeiros anos da colonização. No capítulo III e IV, as entrevistas com integrados e ex-integrados contribuem para melhor compreender o funcionamento do modelo de integração sob a ótica do colono e demonstrar o processo de concentração e exclusão que o mesmo impõe aos trabalhadores integrados. Estas fontes forneceram ricos elementos à pesquisa, ao mesmo tempo em que pudemos registrar as memórias, das experiências vividas e recordadas, dos entrevistados que fizeram parte dessa história.

Devido à farta existência de fotografias, pudemos fazer uso deste recurso, sendo que sua utilização propiciou o complemento das narrativas textuais. A fotografia é uma importante fonte documental, quando utilizada no contexto histórico estudado, porque possibilita abordagens e percepções sobre o objeto investigado, a elaboração de sínteses ou um olhar expansivo sobre o tema, como afirmou Gaskell (1992). Ainda, “a fotografia é o meio visual em que os acontecimentos passados são com frequência tornados mais acessíveis pela resposta emocional do momento. Isto porque a fotografia traz em si uma relação material e causal com seu sujeito” (GASKELL, 1992, p. 265). Ainda, segundo Peter Burke (1992), “o testemunho de imagens permite uma visão contemporânea daquele mundo [...] apóiam as evidências dos documentos escritos e orais”.

Conforme Suzana Cesco (2005), as fotografias tiveram importante papel nas propagandas impressas, desencadeadas pelas companhias colonizadoras nas velhas colônias de imigrantes do Rio Grande do Sul, para atrair compradores para as terras “desbravadas”. Nesse sentido, a natureza passou a figurar como símbolo de progresso, desde que dominada, domesticada e a fotografia foi usada para dar visibilidade, tornar públicas as formas de dominar a natureza e de organizar os espaços sociais.

Assim, a existência de fotografias possibilitou trazer ao texto imagens do início da colonização de Concórdia e da trajetória de Attilio Fontana com a família, como político e empresário. Também expõe a trajetória da avicultura e da suinocultura, bem como imagens de Concórdia e da Empresa Sadia, como frigorífico até a instalação da indústria. Desta forma, as fotografias utilizadas contribuíram como importante fonte documental, porque testemunharam com imagens, facilitando o diálogo com os demais documentos escritos e orais utilizados na pesquisa.

A tese apresenta-se organizada em quatro capítulos e considerações finais. No primeiro capítulo, **Contextualização Histórica**, apresentamos a composição étnica da região, no período colonial e durante o Império; a Guerra do Contestado e sua importância para a definição do modelo de desenvolvimento da região; o contexto socioeconômico do Brasil e de Santa Catarina na primeira metade do século XX; a imigração para o Rio Grande do Sul, pois são os descendentes desses imigrantes que buscam a região Oeste, após o fim da Guerra do Contestado.

No segundo capítulo, **História de Concórdia**, tratamos da chegada dos descendentes de imigrantes na região de Concórdia e da expulsão dos caboclos; a implantação da colônia

Concórdia; a destruição de uma etnia e de um modelo de desenvolvimento; a visão utilitarista do migrante e sua formação escolar.

No terceiro capítulo, **Um modelo de desenvolvimento na pequena propriedade**, abordamos o imigrante na pequena propriedade e o novo modelo implantado; o migrante Attilio Fontana; o papel político de Attilio Fontana para a expansão da Sadia; a avicultura e o sistema de integração.

Por fim, no quarto capítulo, **Concórdia e a economia agroindustrial**, discutimos os elementos fundamentais para a consolidação da economia agroindustrial; o papel da indústria Sadia para o desenvolvimento econômico de Concórdia; a expansão da agroindústria e sua relação com o Estado; a relação do trabalho integrado com a agroindústria.

Por último, nas **Considerações finais**, realizamos uma síntese interpretativa do desenvolvimento socioeconômico de Concórdia, a partir do processo de colonização na pequena propriedade familiar, no período de 1920 a 1960, destacando o processo de consolidação do modelo agroindustrial que originou a indústria Sadia. Ainda, nos anexos estão disponibilizados todos os documentos e as entrevistas citados no decorrer da tese.

CAPÍTULO I

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Neste primeiro capítulo objetivamos compreender a formação étnica da região, primeiramente com os povos nativos, após com a ocupação cabocla e, por fim, a chegada dos descendentes de imigrantes. Afirmamos a Guerra do Contestado e sua importância para a definição do novo modelo de desenvolvimento da região. Tratamos do desenvolvimento socioeconômico do Brasil e de Santa Catarina na primeira metade do século XX, pois é neste contexto que abordamos a história de Concórdia. Por último, contextualizamos a imigração para o Rio Grande do Sul, pois são os descendentes desses imigrantes que buscam a região Oeste catarinense, após a Guerra do Contestado, para iniciar um novo processo de ocupação em pequenas colônias de terra.

1.1 Povos nativos e formação étnica da região

Para compreendermos o povoamento regional do Contestado², é necessário visualizarmos as três fases de ocupação que ocorreram ao longo do processo histórico nesta região de Santa Catarina. Em cada uma das fases, foram marcantes as diferenças socioeconômicas e culturais e as profundas transformações surgidas, conforme veremos a seguir.

A primeira fase é marcada pela ocupação dos povos nativos Kaingang e Xokleng que habitavam o Brasil Meridional. Silvio Coelho dos Santos (1987, p. 31), diz que “os Xokleng como os Kaingang se integram no grande grupo indígena designado por Jê ou Tapuia”. Esta fase vai até meados do século XIX, mesclada com algumas incursões exploratórias portuguesas.

A fase cabocla, que sucedeu à nativa é formada por pessoas resultantes da miscigenação de luso-brasileiros e indígenas, tendo seu auge no século XIX e sua decadência

² Região assim denominada devido às constantes disputas territoriais ocorridas ao longo da definição do território. Primeiro entre o Brasil e a Argentina e, posteriormente, entre os estados de Santa Catarina e Paraná.

marcada pela Guerra do Contestado, no início do século XX. Segundo Jaci Poli (2006, p. 149) “a principal atividade era a agricultura de subsistência, o corte da erva-mate e o tropeirismo. Esta é a fase mais esquecida e a menos estudada de todas”.

A terceira fase caracteriza-se pela colonização da região pelos elementos da Europa Central e seus descendentes, após o término da Guerra do Contestado, em 1916. Marca a penetração de pessoas de origem italiana e alemã, predominantemente, além de outras etnias, vindas principalmente do Rio Grande do Sul, mas também do Paraná. Este período é marcado pelo desenvolvimento de projetos de colonização e da exploração madeireira. Os colonos passam a adquirir terras das colonizadoras, formando a grande frente agrícola e pecuária que vai afastando aos poucos o índio que ainda restava e o caboclo para áreas inóspitas, dificultando cada vez mais sua sobrevivência.

Nesta lógica, a formação antropológica da região do Contestado é constituída de variadas influências étnicas segmentadas, desde os primórdios da ocupação regional, passando pela colonização européia até a modernidade. Do primeiro grupo étnico influente formado pelos nativos Kaingang e Xokleng até os dias recentes, a formação antropológica do homem do Contestado ainda é um processo em desenvolvimento. Silvio Coelho dos Santos (1974, p. 28) declara que, “os primeiros grupos humanos a penetrarem em território de Santa Catarina foram grupos caçadores e coletores, que teriam atingido a região através do Rio Uruguai por volta de 5.500 a.C.”.

Também existia, no litoral, a população denominada de Carijós que fazia parte do tronco Tupi-Guarani; eram sedentários e viviam da pesca e da agricultura. Os Xokleng pertencentes ao tronco Jê, ainda nômades, andavam entre o litoral e o planalto e se alimentavam da pesca e da caça. Já os Kaingang, também pertencentes ao tronco Jê, seminômades, habitavam o planalto e Meio Oeste catarinense, exerciam uma agricultura de subsistência, caçavam, coletavam mel e frutos, tendo o pinhão como uma de suas principais fontes de alimentação.

Essas populações foram na sua maioria extintas, por conta da violência do conquistador. Quando não serviam para o trabalho escravo eram exterminadas, muitas vezes, aldeias inteiras. Restaram, vivendo em pequenas reservas, os Kaingang no Meio Oeste do Estado. Os Carijós foram praticamente dizimados, devido ao acelerado processo de ocupação que se deu no litoral. Com os Xokleng, a história não foi diferente. Assim, praticamente todas as populações indígenas que habitavam o Estado de Santa Catarina sofreram profundo processo de extermínio.

Não é nossa intenção apresentar estudo que venha a aprofundar as culturas indígenas, e sim buscar compreender a ocupação da região Oeste, denominada aqui como Contestada. Trabalho de Juracilda Veiga, (2006, p. 250) atesta a dificuldade de compreensão das culturas Xokleng e Kaingang:

A questão não é nova, pois já na década de 50, Schaden (1972, p. 89) alertava sobre o “problema da situação cultural dos Xokleng em face dos Kaingang”, como um “assunto muito complexo, que somente poderá ser discutido de um modo satisfatório à luz de cuidadosas pesquisas etnológicas que venham a realizarem-se no seio dos atuais remanescentes de ambas as tribos”.

É importante salientar que os Kaingang que ocupavam a região Sul, há séculos, e que aqui se encontravam, quando da chegada dos primeiros colonizadores, haviam sofrido processos de adaptação bastante significativos, como observa o viajante inglês Knivet, citado por Ítala Irene Basile Becker (1995, p. 12): “Atribui, porém, aos Kaingáng o traço característico, pelo que modernos Guaianá são reconhecidos descendentes daquele; cortavam o cabelo de maneira que formavam uma coroa, donde se deve derivar seu outro apelido, Coroados”. Acrescenta a autora que

os Kaingáng dos séculos XVII e XVIII, que ainda vivem no Brasil Meridional, designados sob diversos nomes como Socré ou Shokleng, Kamé, Bugres ou ainda Coroados, nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, têm nos Guaianá (Jê meridional), tomados em sentido amplo, os seus ancestrais diretos (1995, p. 13).

A ocupação Kaingang esteve presente nas áreas de mata de Araucária e seus campos intermediários e também nos limites com o rio Uruguai. Como ocupação Xokleng, os pesquisadores identificam a região dos Campos de Lages, Curitibanos e Caçador e as matas de Araucárias a Leste dela. A faixa intermediária de matas de Araucárias e campos, aproximadamente à altura dos Campos Novos e do Rio do Peixe, possivelmente desde aquela época, representava um limite indefinido entre as ocupações dos Kaingang e Xokleng.

Do ligeiro ciclo do bandeirantismo paulista na região, ocorrido a partir do segundo quartel do século XVII, bem como das andanças dos curitibanos faiscadores de minérios, ocorridas no princípio do século posterior, começou a ocupação branca na região do Contestado. Conforme Wilmar da Rocha D’Angelis (2006, p. 272),

cabe esclarecer que os bandeirantes não molestavam os Kaingang e Xokleng porque não representariam escravos “de valor” ante os valorizados Guarani. Deve-se isso ao fato de que os Jê não eram de língua conhecida (enquanto os próprios bandeirantes falavam o tupi, da mesma família linguística que os Guarani) e não eram, como os Guarani, tradicionais agricultores de hábitos sedentários.

Assim, foram os bandeirantes³ paulistas que começaram este caminho, quando descobriram que no Sul havia criação de gado solto, principalmente com os índios Guarani. Tal fato motivou conquistadores paulistas a virem para a região em busca de gado e muares. Esses animais foram, por muito tempo, transportados em tropeadas. Ao longo deste caminho, formaram-se pequenos povoados. Muitos destes tropeiros⁴ acabavam ficando e construindo ranchos, dando início a um processo lento de ocupação na região. Durante este processo, formou-se o típico homem do planalto, denominado por muitos como o caboclo pardo (mameluco), ou seja, a miscigenação do português com o índio.

A expansão das bandeiras paulistas assinalou também a exploração do território, sobretudo dos principais rios, como do Iguazu, do Uruguai, do Negro, do Timbó e do Peixe. Porém, fator preponderante a contribuir para a ocupação regional foi a abertura da Estrada da Mata, também conhecida por Caminho das Tropas.

A abertura do caminho, iniciada em 1728, fez a ligação entre a capitania de São Paulo e o atual território do Rio Grande do Sul, cruzando a região do Contestado (SANTOS, 1987). Durante dois séculos, esse caminho fez circular tropas de muares, equinos e bovinos, conduzidas a partir dos campos do Rio Grande à cidade paulista de Sorocaba. Ao mesmo tempo em que alimentou o ciclo do ouro no centro do país, o ciclo tropeiro proporcionou o desenvolvimento da ocupação humana na região do Contestado. Segundo Maurício Vinhas de Queiroz (1981, p. 23),

este caminho estava destinado a desempenhar papel de relevo, não só econômico, mas também social e político. Incentivou a conquista luso-brasileira do Rio Grande e, quando as estâncias penetraram fundo para oeste, novo ramal foi aberto, não se tornando mais necessário às tropas que partiam das coxilhas gaúchas demandarem primeiro o litoral para em seguida galgar a serra: o planalto podia ser atingido por uma rota que vinha direta do sul, cruzando o Pelotas. Pela estrada real, transitavam todos os anos muitos

³ Integrante de Bandeira que eram expedições oficiais da Corte Colonial Portuguesa, formadas para buscar riquezas no interior do Brasil. As primeiras expedições de bandeirantes foram em busca de ouro, posteriormente surgiram expedições em busca de gado e cavalos no Sul do Brasil.

⁴ Homens que lidavam com o gado, deslocando-o de um lugar para outro, faziam a lida em animais de montaria, geralmente cavalos.

milhares de mulas, cavalos e vacas, que iriam fazer de Sorocaba o centro da maior feira de animais em todo o país.

Assim, a partir dos primeiros focos de criação de gado nas estâncias dos campos de Curitiba, de Palmas e de Lages surgiram os primeiros pousos tropeiros e deles os iniciantes aglomerados urbanos polarizadores da vida econômica, social e cultural da região. Destes nasceram, em Santa Catarina, as vilas de Lages, Campos Novos, Curitibanos, Santa Cecília, Papanduva e, no Paraná, as vilas de Campo do Tenente, Lapa, Rio Negro, União da Vitória, Palmas, Palmeira, além de outras.

Essas vilas disseminaram o povoamento do sertão, contribuindo para solidificar a ocupação no imenso território. Ao mesmo tempo, somaram revezes para o despovoamento dos povos Kaingang e Xokleng, que vagavam pelos campos e pelas florestas das araucárias. Dos indígenas, os brancos precursores herdaram características físicas e sociais, hábitos alimentares, expressões linguísticas e toponímicas, além de técnicas artesanais para a confecção de objetos e de uso do solo. Essa miscigenação étnica inicial, entre paulistas e indígenas, fez surgir o caboclo pardo, tipo humano predominante na paisagem regional. Assim, o caboclo era o elemento étnico originário do paulista miscigenado com os índios que ocupavam grande parte do Oeste catarinense.

A evolução geopolítica regional propiciou que novas frentes de ocupação e colonização adentrassem a região do Contestado. Enquanto os campos de Lages e de Curitibanos permaneceram atados às influências do tropeirismo e do expansionismo gaúcho, outras frentes migratórias ocuparam as microrregiões de Canoinhas, de Porto União, do Vale do Rio do Peixe e do Meio e Extremo Oeste catarinense.

As três primeiras microrregiões receberam nítida influência ocupacional e colonizadora do expansionismo migratório paranaense, enquanto a última teve fortes reflexos da frente colonizadora gaúcha. Foi dessa forma que descendentes de portugueses e de espanhóis, além de caboclos oriundos do Paraná, também foram os povoadores do Planalto Norte, do Planalto Serrano e do Vale do Rio do Peixe.

Posteriormente, na continuidade desse movimento expansionista originário do território paranaense, essas áreas de Santa Catarina também foram colonizadas por imigrantes germânicos, poloneses, ucranianos e russos. Os germânicos de Joinville, de Blumenau e de São Bento do Sul tiveram influência menor no povoamento da região do Contestado e tal fato só ocorreu a partir de 1873, após a fundação desta última cidade.

As cidades catarinenses de Mafra, Itaiópolis, Papanduva, Três Barras, Canoinhas, Porto União, Curitiba, Santa Cecília, Caçador e Videira, acrescidas de outros núcleos urbanos menores, tiveram influência da frente colonizadora europeia do Paraná. Após a Guerra do Contestado e a divisão definitiva do território do Contestado, nele se acentuou a colonização europeia, acrescida de outras etnias, como a árabe.

Sobretudo a partir de 1920, o Meio e o Extremo Oeste catarinense receberam maciça presença de descendentes de italianos, alemães e outras etnias. Empresas colonizadoras realizaram o assentamento de milhares de famílias, que resultaram em núcleos importantes, como Chapecó, Concórdia, Xanxerê, São Miguel do Oeste, Maravilha, São Carlos, Mondaí, Palmitos, Ponte Serrada e Itá.

Segundo Caio Prado Júnior (1970, p. 19), “houveram (sic) dois tipos de imigração para o Brasil: uma de iniciativa oficial, que objetivava povoar zonas desocupadas, geralmente longe dos latifúndios; e a outra particular, que buscava mão de obra para o latifúndio, em substituição da mão-de-obra escrava”.

Para a região do Contestado, foram trazidos pelas companhias colonizadoras os migrantes descendentes de italianos e alemães das colônias gaúchas que, conforme o autor, estavam inseridos no primeiro tipo de imigração. Nesse sentido, Radin (2001, p. 71) explicita que, “no processo de ocupação do Oeste, foi significativo o papel desempenhado pelas companhias de colonização, que, tendo limitada sua atuação no Rio Grande do Sul, passaram a buscar fora dele novas possibilidades para realizar seus negócios”. Também Siviero (2004, p. 81) declara que

[...] no processo de colonização do Oeste de Santa Catarina, amparado pelo Estado, mas executado por companhias colonizadoras privadas, similar ao ocorrido na colonização do RS no período anterior, optou-se preferencialmente pela mão-de-obra branca, indicando, claramente, uma discriminação em relação aos brasileiros.

Os colonos, novos personagens étnicos, vieram e foram trazidos à região para substituir a população cabocla que não se inseria na nova ordem capitalista. Os caboclos não compreendiam a lógica capitalista de apropriação e acumulação, não produziam para além de sua subsistência. Já o migrante, que vem das velhas colônias gaúchas, estava integrado à cultura de apropriação das terras. Dessa forma, “a expansão capitalista e a consequente exploração da terra fizeram com que esta não mais pertencesse aos que tinham sua posse, mas

aos que pudessem comprá-la e torná-la um bem imobiliário” (RADIN, 2001, p. 72). Esta nova ocupação na região também modifica a realidade econômica, como analisa Auras (1995, p. 43):

Com a presença desses imigrantes, a atividade agrícola, até então voltada para a geração exclusiva dos ‘mínimos vitais’ necessários à subsistência dos moradores da área, começa a produzir excedentes que seriam escoados, pela ferrovia, em direção ao centro consumidor da região cafeeicultora paulista.

Acrescenta Marchesan (2003) que no processo de povoamento e colonização, evidencia-se o embate entre as forças humanas, que objetivaram a conquista do espaço, o que provocou a inclusão social dos imigrantes e a exclusão dos indígenas e caboclos. Assim, ao mesmo tempo, excluíram-se e marginalizaram-se suas culturas, métodos de produção e formas de organização.

Outros grupos completaram o mosaico étnico regional. Por exemplo, imigrantes russos e alemães chegaram a Riqueza, SC, em 1930. Os negros têm irrisória representatividade na formação étnica regional. Isto se deveu ao fato de a Região ser um corredor de passagem de tropeiros, não ocorrendo desta forma o trabalho do escravo negro. Além de esparsos escravos espalhados nos núcleos mais antigos, a única concentração de negros ocorreu em Matos Costa, ainda em fins do século XIX. No início do século XX, quando inicia a colonização por descendentes de europeus, predominava na região o caboclo, assim o negro teve pouca presença na formação étnica regional do Oeste catarinense.

Não é temeroso dizer que o litoral catarinense exerceu pouca influência na colonização da região do Contestado. Afeito à pesca e ao clima da costa marítima por sua ascendência açoriana, por diversos fatores o homem litorâneo preferiu não transpor as escarpas da Serra do Mar. Ao longo da história, nem mesmo as autoridades governamentais catarinenses mostraram efetivo interesse pela colonização do território disputado com São Paulo e depois com o Paraná. Este fato se comprova com a Guerra do Contestado, pois antes da Guerra as autoridades do Estado catarinense não demonstravam nenhuma preocupação com a Região, diferentemente do Paraná que até títulos de propriedades de terras expedia, para legitimar a posse do território. Por isso, a dicotomia tão profunda entre os habitantes litorâneos e os do Planalto, local onde surgiu o caboclo. Este homem que habitava a região contestada no início do século XX tem sua origem, conforme visto anteriormente, ainda nos tempos coloniais.

Desta forma, caboclo será a mais correta denominação dada a este novo tipo humano que vivia na região. A liberdade e a perfeita integração com a natureza foram os valores mais importantes construídos pelo caboclo, culturalmente desprovido dos bens materiais e da lógica em que terra deveria ser propriedade privada. Jaci Poli (2006, p. 164) ainda reforça que

a propriedade da terra era difícil de ser conseguida, principalmente pelos entraves burocráticos. Poucos tinham condições culturais para o conhecimento dessa estrutura. O caboclo não teve muitas condições para se escolarizar, era normalmente analfabeto. Sua filosofia de vida contrastava com a filosofia capitalista.

O caboclo será um tipo humano, extremamente adaptado à região fria do Planalto catarinense, vivendo em função de economia extrativista como a cultura do pinhão, que lhe garantia muito de sua sobrevivência, pois dele se alimentava e na safra engordava os porcos que lhe forneciam banha e carne para o ano. Com a coleta da erva-mate nativa, o caboclo complementava sua subsistência. Os ervais eram nativos e encontrados em abundância na região. A função do ervateiro⁵ era a de embrenhar-se na mata para retirar a erva. Seu comércio expandiu-se para a Argentina, o Uruguai e o Chile (AURAS, 1995), na medida em que o hábito do chimarrão ultrapassou os costumes dos nativos (VALENTINI, 1998). Após a coleta, e passar pelos processos de sapeca, secagem, quebraimento, peneiração e o ensaque, aparecia a figura do comerciante que, estrategicamente, possuía armazéns em municípios como Joinville e São Francisco, onde o caboclo negociava em situação de desvantagem, pois ali já havia adquirido produtos como sal, querosene, tecidos e outros, devendo quitar a dívida em troca da erva coletada.

No início do século XX, o caboclo vê sua sobrevivência totalmente ameaçada pela chegada de novas forças econômicas, representada pela empresa norte americana, com fins de construir a estrada de ferro São Paulo - Rio Grande. Sua liberdade e a tranquila integração com a natureza passam a ser propriedade do grande capital e do poder dos coronéis⁶. Esta nova realidade expulsa o caboclo que, pouco compreendendo a lógica capitalista, busca defender valores que para ele eram o significado de sua vida.

⁵ Personagem ligado à economia da erva-mate. Seu trabalho era nos ervais, desde o cultivo, a colheita até a transformação da matéria-prima em erva-mate.

⁶ Chefe político local, que teve origem quando da criação da Guarda Nacional durante o período Imperial. Assumiu poder de mando político com a Proclamação da República. Controlava tudo ao seu redor, tinha autorização para manter gente armada a seu serviço e a certeza da impunidade o colocava acima da lei.

O caboclo era personagem apegado a terra, “[...] produzindo alimentos (milho, feijão, arroz, batata, mandioca, batatinha), além dos animais necessários para a manutenção e transporte (porco, vacas, mulas), mas sempre para o consumo próprio, porque não havia comércio, nem estradas” (POLI, 2006, p. 163). A chegada dos europeus fez surgir o caboclo de todas as raças, que ao sofrer um processo de miscigenação cultural, adotou hábitos, usos e costumes típicos do homem do Contestado.

Portanto, a composição étnica de Santa Catarina tem origem nos povos nativos, que foram os primeiros a ocupar a região. Após a conquista portuguesa no Brasil, que consigo trouxe os negros africanos, os nativos sofrem processo de miscigenação com os portugueses, dando origem ao caboclo. Durante o século XIX chegam os imigrantes italianos no Sul do Estado e alemães a região do Vale do Itajaí e nas primeiras décadas do século XX, após o final da Guerra do Contestado, iniciou a colonização com descendentes de italianos e alemães, vindos do Rio Grande do Sul para o Oeste catarinense. Esses são os principais grupos étnicos colonizadores, que compõem a ampla diversidade cultural do Estado catarinense.

1.2 Guerra do Contestado e o novo modelo de desenvolvimento

Na primeira metade do século XX, entre 1912 e 1916, na área então disputada pelos Estados do Paraná e Santa Catarina, denominada região do Contestado, uma luta camponesa pela posse da terra levou às armas cerca de 20 mil pessoas, gerando um dos maiores conflitos sociais da história do país. Os caboclos, população que habitava a região, se revoltaram, contra os governos estaduais que promoviam a concentração da terra em benefício dos grandes fazendeiros. A revolta também ocorreu contra o governo federal que concedeu uma extensa área de terra à empresa norte-americana – *Brazil Railway Company* – responsável pela construção do trecho da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, que ligava o Sul com o Sudeste do Brasil.

Foi um fenômeno de ordem social, econômica e política que provocou profundas mudanças sociais na região Oeste catarinense e, principalmente, para a população cabocla. A construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, inicialmente, tinha como objetivo a ligação entre o Sul e o Sudeste, que era uma pretensão ainda dos tempos do Império. O espaço era pouco povoado, se caracterizando, principalmente, como um instrumento de segurança nacional, visto que serviria para o imediato envio de tropas militares, caso se concretizasse a

suposição sempre existente de uma possível invasão argentina num território cujos limites nunca estiveram bem definidos. A questão remonta ao Tratado de Madri, assinado em 1750 por Portugal e Espanha. A dúvida estava na área então compreendida entre os rios Peperi-Guaçu e Chapecó, que hoje compreende parte do território oestino do Paraná e de Santa Catarina. Embora o Acordo de Palmas, assinado em 1895, tivesse posto fim à questão, a desconfiança por parte das autoridades brasileiras com um suposto descontentamento argentino persistia. A invasão, porém, nunca ocorreu.

Como a invasão nunca aconteceu, a estrada de ferro passou a ser a estratégia adotada pelo governo e pelos poderosos grupos econômicos para introduzir na região novas relações capitalistas, ligadas ao modelo monopolista que se instalava com a República. Devemos entender que o governo era representado pelo coronel, “chefe municipal de prestígio e a ele cabia todo poder decisório ao nível do município: econômico, político, judicial, policial. De ‘fuga da moça’ a crime de assassinato, o ônus da culpa, a seriedade do julgamento, ou a certeza da impunidade, tudo dependia do Coronel” (TREVISAN, 1982, p. 24). Sua origem vem do período Regencial, quando grandes fazendeiros passaram a receber títulos de coronéis e a ter autorização do governo central para que possuíssem gente armada a seus serviços, a fim de garantir a manutenção da ordem pública. Defendiam um pensamento extremamente conservador e reacionário, “entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais” (LEAL, 1975, p. 20). Segundo Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 90-1),

[...] o coronelismo é caracterizado pelos historiadores e demais cientistas sociais como um fenômeno político essencialmente ligado ao período da Primeira República (1889-1930). Mas podemos considerar que esta prática política – que expressou o poder local dos grandes fazendeiros – vigorou em muitas regiões do país, tanto antes da República como muito após a chamada Revolução de 1930. Derivada do termo “coronel”, a mais alta patente concedida pela Guarda Nacional, o coronelismo, ou poder local dos grandes proprietários rurais e comerciantes, encontrou no primeiro sistema político republicano amplas condições de autonomia, adequadas ao exercício de mando local e regional, até mesmo como base para as situações (e oposições) políticas estaduais.

Portanto, na Guerra do Contestado, a expulsão da população cabocla contou com a participação da política coronelista que imperava na região através dos fazendeiros estabelecidos. Estes também viam o caboclo como empecilho para a expansão de suas propriedades e só o consideravam um serviçal de seus interesses nas tarefas rotineiras das

fazendas. Os fazendeiros⁷ e seus jagunços⁸, aliados às tropas oficiais, cumpriram papel central na repressão e dizimação da população revoltosa.

Desta forma, o coronelismo exerceu influência decisiva na revolta da população local. A ganância e o mandonismo⁹ do coronel não deixaram alternativa para o excluído caboclo, que não fosse o enfrentamento, deflagrando assim a luta pela terra denominada de Guerra do Contestado. “Compreende-se afinal como, numa sociedade economicamente diferenciada e autocrática, que postula e ao mesmo tempo nega ao homem pobre o reconhecimento de sua condição humana, abrem-se veredas para o seu desvencilhamento e porque este processo se radicaliza” (FRANCO, 1976, p. 101).

Para agravar a situação, foi feito, pelo governo brasileiro, o acordo com a multinacional *Brazil Railway Company*, autorizando a construção da ferrovia em troca de terras numa extensão de 15 quilômetros de cada lado da estrada. A empresa possuía autorização para retirar e exportar a madeira, que era a principal riqueza da região, e vender as terras a colonos imigrantes, interessados em povoar a área. A mesma empresa encarregou-se de constituir uma companhia subsidiária, a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* que viria a estabelecer na região o maior complexo madeireiro e colonizador da América Latina. “Estabeleceu ainda uma série de contratos com diversos fazendeiros, através dos quais estes cediam à empresa os pinheiros e as madeiras de lei que havia em suas terras” (QUEIROZ, 1981, p. 73-4). Como consequência ocorreu a expulsão das terras de milhares de caboclos que não possuíam o título de propriedade, conforme a Lei de Terra nº 601 de 18 de setembro de 1850.

Os caboclos expulsos das terras passaram a viver em acampamentos ou redutos, como eram chamados esses locais, e sob a liderança de uma personalidade religiosa denominada de Monge, na época do conflito – José Maria¹⁰. Com o tempo foram expulsos dos redutos pelos coronéis que em conluio com as forças econômicas e governamentais apropriaram-se das terras.

⁷ O fazendeiro era dono de grandes extensões de terra. A fazenda era denominada a sua propriedade rural, sendo proprietário de centenas de cabeças de gado.

⁸ Homens contratados para a guarda pessoal do coronel. Sujeito contratado para fazer jagunçagem, surrar ou matar alguém.

⁹ Termo que se utiliza para definir o poder de mando do coronel que era exercido sobre as coisas e as pessoas.

¹⁰ Foi o terceiro Monge com forte influência na religiosidade do homem do Contestado. Curandeiro de ervas, com nome de Miguel Lucema de Boa Ventura, dizia-se irmão de João Maria D'Agostine, o primeiro monge, por isso chamava-se José Maria. Sua morte ocorreu na batalha do Irani em 1912.

Além da agressão que ocorre pela retirada da terra e a consequente expulsão do caboclo, à base de muita violência, evidencia-se também uma imposição de valores alheios ao modo de vida do caboclo na lógica do desenvolvimento capitalista. Sobretudo, “a transformação da terra em bem de produção acarretou a institucionalização da propriedade privada, em detrimento da simples ocupação ou posse” (AURAS, 1995, p. 43), como ocorria desde há muito tempo e até à chegada da nova ordem capitalista. A lógica da apropriação não só causa estranhamento, mas soa também como uma agressão ao caboclo que se revolta principalmente ao ver as terras em que habitava serem vendidas pelas companhias colonizadoras a colonos imigrantes. O caboclo, além do fato de passar a ser tratado como intruso, é estigmatizado pelo colonizador e seus hábitos e tradições são desrespeitados. Estes fatores, aliados a um movimento messiânico de crença na ressurreição e na instauração de um reinado de paz, justiça e fraternidade, formaram os principais ingredientes para a eclosão da Guerra do Contestado.

A inferioridade bélica frente a um exército poderoso patrocinado, primeiro, pelos governos do Paraná e Santa Catarina e, depois, pelo efetivo nacional, levou os caboclos a recorrerem a forças sobrenaturais, encontrando amparo na crença em figuras religiosas que há muito peregrinavam pela região. O messianismo¹¹ se instaura principalmente após a morte do monge José Maria no combate do Irani¹², a primeira batalha do Contestado. Em outubro de 1912, depois de expulso da região de Curitiba, um grupo de peregrinos alijados de suas terras defrontou-se com o regimento paranaense, que entendia a ocupação cabocla como invasão catarinense a um território cujos limites estavam em litígio. A disputa de território entre os dois estados tem origem no desmembramento do Paraná da então província de São Paulo, em 1853. As forças políticas do Paraná entendiam como de propriedade do novo estado todo o território ao Sul, antes pertencente a São Paulo, entendimento com o qual Santa Catarina não concordava. A questão que dá nome ao Contestado só é solucionada através de um acordo de limites em 1916, ano em que também finda a Guerra. Durante esse período, os interesses políticos de Paraná e de Santa Catarina também se somaram às causas do conflito.

Os principais fatos da batalha do Irani foram a morte do coronel João Gualberto, chefe do regimento paranaense, e do monge José Maria, líder dos caboclos. No primeiro caso,

¹¹ Crença religiosa ligada a um messias. A cultura messiânica foi muito forte no Brasil até meados do século XX. Apareceu em movimentos sociais como: Canudos e Contestado. Os revoltosos depositavam toda a sua fé em líderes messiânicos.

¹² Conflito ocorrido em outubro de 1912 entre os caboclos, liderados por José Maria, e as tropas do Paraná, lideradas pelo coronel João Gualberto. Os dois líderes morreram em combate. Esta batalha determinou o início da Guerra do Contestado.

porque aguça as forças militares contra a população revoltosa. No segundo, porque desperta nos caboclos uma força sobrenatural a partir da crença de ressurreição do monge, elevado à condição de messias.

O messianismo presente no Contestado é facilmente explicável, quando se leva em consideração a situação dos excluídos. Sem condições militares, materiais e culturais para vencer os inimigos, recorrem ao sobrenatural, ao poder de uma força divina que no mínimo os colocasse em condições de igualdade numa guerra que se configurava como inevitável. Como expressa Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969, p. 316),

[...] a expressão assumida pela guerra não podia ser outra, senão a que lhes era dada pelas imagens religiosas. A elevação do monge José Maria a um símbolo da salvação é plenamente justificável, pois o monge, que já havia sido eleito sucessor de João Maria, figura que veneravam como a um Deus, agora chegava ao extremo de morrer “por eles”.

A atitude do monge, por mais enigmáticas que sejam as razões que a motivaram, dificilmente teria levado a outro caminho que não à crença de se estar na presença de um novo cristo. O misto de exaltação e revolta eliminou qualquer possibilidade racional de se entender o que realmente estava acontecendo. Associado a isto, há que se levar em consideração a total falta de escolaridade da população cabocla, pois escolas não existiam na região nesta época, eram encontradas somente nas vilas, distantes do mundo caboclo. Desta forma, os valores mágicos e religiosos perpassavam os conhecimentos científicos. Assim, vale a citação de Wanderley Laconte (1991, p. 18) para quem

[...] o messianismo (com a conseqüente elevação do monge a um símbolo de esperança) resulta do fato de terem se esgotado as possibilidades de resolução dos problemas através das práticas humanas. Ou seja, o sujeito de uma proposta de conversão para a salvação ganha corpo quando as leis, a política e as instituições sociais não cumprem as funções para as quais foram criadas.

Foi desta forma que o messianismo tornou-se ingrediente central na Guerra do Contestado. Sua presença deve ser compreendida em sua época. Há um século, o habitante da região contestada vivia no mais absoluto abandono por parte das autoridades. Até mesmo a igreja católica pouca importância dava ao caboclo, que vivia embrenhado nos mais distantes rincões. Assim, justifica-se a crença em um messias salvador, pela única possibilidade de

salvação do corpo e da alma. Compreende-se também porque o caboclo, com armas de pau e facão, enfrentou o exército que, na época, já possuía armamento moderno como canhão e metralhadora. Nessas condições, não haveria a mínima possibilidade de vitória, mas o caboclo estava armado na crença da imortalidade da alma, ou seja, acreditava que a morte seria apenas uma passagem para outra vida. Para conquistá-la era necessário que lutasse em nome do messias salvador, que no Contestado era representado pelo Monge.

Além dos aspectos místicos, políticos e econômicos que levaram o caboclo à Guerra, é preciso entender ainda a relação do caboclo com a cultura da erva-mate. No início do século XX, a região do Planalto-Norte catarinense, nos vales dos rios Negro e Iguaçu, era coberta de ervais nativos, “onde a folha de erva-mate era colhida de ervais em sua maioria devolutos, beneficiada por caboclos e vendida a comerciantes das vilas mais próximas” (MACHADO, 2004, p. 133). Os grandes beneficiados economicamente com a atividade ervateira eram exatamente os comerciantes que adquiriam o produto e, como atravessadores, realizavam a exportação da erva-mate.

Com a expansão do comércio da atividade ervateira, tem início um aumento do processo de exploração. Muitos fazendeiros passam também a explorar sua produção. “Os coronéis, que antes não se importavam, passaram a fazê-lo com seus peões e a coibir a entrada de alheios. Passaram ainda a cobrar parte da produção, quando não podiam realizá-la” (VALENTINI, 1998, p. 37). O próprio governo estabelece uma maior fiscalização e intensifica a cobrança de impostos. Isso tudo passa a ocorrer porque a erva-mate torna-se “o principal artigo de exploração do estado de Santa Catarina entre o final do século XIX e início do XX” (MACHADO, 2004, p. 134).

Contudo, essa atividade entra em decadência a partir da segunda década do século XX, principalmente porque a exportação para Argentina e Chile, que eram os maiores importadores, tem uma elevada queda. Com a conseqüente diminuição nas exportações, uma crise acentuada ocorre na região e quem mais sofre é o caboclo, que tinha na atividade ervateira sua única fonte de renda, visto que os ervais perdem valor. Os caboclos sofreram uma agressão ainda maior, quando teve início a exploração da madeira, com a instalação do complexo madeireiro da *Lumber* de Percival Farquhar que fez uma verdadeira destruição dos ervais nativos, acabando de vez com o único meio de subsistência do caboclo e aumentando ainda mais sua revolta.

A Guerra do Contestado ocorreu neste quadro conjuntural de dominação política exercida pelos coronéis. Quando necessário, se utilizaram do aparato do Estado para

legitimarem seu poder de mando e das novas forças econômicas advindas do empreendimento da empresa construtora da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande que excluía e destruía as bases de subsistência da população local.

Os caboclos do Contestado, mesmo enfrentando uma situação totalmente adversa não se intimidaram e enfrentaram o exército da recente república brasileira. “Os dados levantados assinalam a participação de mais da metade do exército republicano brasileiro, a utilização de armamento pesado e operações que envolveram o pioneirismo da aviação militar em operações de guerra” (VALENTINI, 1998, p. 183). Além de todo o aparato militar, os caboclos tiveram que enfrentar os coronéis e as estruturas estaduais locais, para defender a terra que habitavam e da qual tiravam sua subsistência. Como relata Marli Auras (1995, p. 169): “O conflito armado ocorreu como resposta do poder republicano à ousadia dos sertanejos de procurar fazer frente ao avanço das relações capitalistas na região. Uma questão de cunho eminentemente social foi considerada pelos governantes como um caso policial”.

Apesar da resistência e das muitas batalhas enfrentadas ao longo de quatro anos de luta, a população cabocla foi derrotada na Guerra, do ponto de vista militar e, em parte, dizimada pelas forças repressivas. Os números são contraditórios, mas estima-se que perto de 20 mil pessoas tenham sido mortas, um número bastante expressivo numa época em que os habitantes da região eram estimados em torno de 50 mil. Com toda a catástrofe humana ocorrida, a Guerra do Contestado passa a ser um referencial de resistência do camponês contra o avanço das forças capitalistas que ampliam sua área de atuação no Brasil a partir do início do século XX.

O caboclo, desta forma, passa a ser personagem de importante conflito social e torna-se sujeito da história, embora esta condição lhe tenha sido negada por décadas. O silêncio, que lhe foi imposto através da ideologia do vencedor, impôs-lhe também a culpa pelo mal que ocorreu durante a Guerra, devido aos interesses políticos e econômicos que permearam o conflito.

Assim, a Guerra do Contestado é o divisor de águas de dois modelos de desenvolvimento econômico da região, pois até o início do século XX, o que acontecia nos sertões catarinenses era uma ocupação cabocla originária da miscigenação de portugueses, índios e negros, que viviam de uma economia voltada à atenção das necessidades de subsistência. Após a Guerra, com a consequente derrota do caboclo, tem início a venda de lotes de pequenas propriedades de terras para as famílias de descendentes de imigrantes, principalmente italianos e alemães, trazidos do Rio Grande do Sul pelas Companhias

Colonizadoras, que passam a desenvolver uma economia voltada a integrar a lógica do mercado capitalista. É a partir deste marco que muda o perfil socioeconômico e cultural da região Oeste de Santa Catarina, pois os migrantes passam a produzir excedentes para o mercado e, assim, se inserem no processo de desenvolvimento socioeconômico do Estado catarinense.

1.3 Contexto socioeconômico do Brasil e de Santa Catarina na primeira metade do Século XX

1.3.1 Desenvolvimento econômico do Brasil na primeira metade do século XX

Com a Proclamação da República, aconteceram as primeiras iniciativas de industrialização do Brasil. Durante os mais de três séculos de colônia, o Brasil não teve nenhuma participação no processo de industrialização que ocorria na Europa. Com a chegada da família real, em 1808, e a conseqüente Independência do País, o quadro pouco se alterou. Durante todo o período Imperial, o Brasil continuou comprando produtos manufaturados, quase que exclusivamente da Inglaterra, e exportando matéria-prima para o exterior. Neste contexto econômico é que ocorre a Proclamação da República, marcada inicialmente por crises políticas e financeiras surgidas do novo regime.

Esta crise teve origem no funcionamento do sistema circulante monetário e também foi proveniente de mudanças estruturais como a abolição da escravatura que exigiu somas elevadas para pagamentos de salários aos trabalhadores, situação esta que não estava presente na vida do país. De acordo com Caio Prado Júnior (1984, p. 218-9):

A falta de meio circulante suficiente já se começara a fazer sentir nos últimos anos do Império. O progresso das atividades econômicas, muito acentuado nesse período, determinara uma relativa escassez de moeda que por falta de um sistema organizado e normal de emissões que mantivesse automaticamente certo equilíbrio entre o volume monetário e as necessidades financeiras, tinha por isso de ser atendida, como já fora em outras conjunturas semelhantes, por medidas de emergência e mais ou menos arbitrarias. A carência de meio circulante ainda se agravara com a libertação dos escravos, transformados em assalariados; calcula-se que nada menos de 50.000 contos anuais se tinham tornado necessários para este novo pagamento de salários. Importância considerável numa circulação total que no momento mal ultrapassava 200.000.

Por estes e outros problemas, o início da República brasileira não foi nada fácil. O Brasil entra no século XX com grandes problemas a resolver, a distância que o separava do mundo industrializado era gigantesca. O País tinha uma economia basicamente agrária e de alguns produtos localizados em regiões específicas, onde predominavam algumas poucas oligarquias¹³ que impunham uma política econômica de concentração da renda. Isto gerava baixa circulação da produção, pois a prioridade era atender ao mercado de exportação, fazendo com que o país, por falta de produção diversificada, ficasse numa dependência enorme do ponto de vista das relações econômicas internacionais.

Nesse contexto começa a insurgir-se contra esta política uma fração importante da sociedade brasileira, a classe média e também setores descontentes da própria classe dominante. Estes se viam excluídos da política de exportação e entendiam que a produção deveria estar mais voltada para o consumo interno. Neste período, se faz presente uma população urbana que exigia mudanças na política econômica. Segundo Nelson Werneck Sodré (1976, p. 300-1):

Começa a aparecer no palco, também, uma fração da classe dominante ligada à atividades industriais, prejudicadas e entravadas em seu desenvolvimento pela política econômica defendida pelos elementos ligados à exportação. A depreciação cambial atinge, assim, a grupos diversos, ferindo-os de maneira diversa, juntando-os nas mesmas inquietações. O fato a destacar é que, no Brasil existiam agora condições de resistência a uma política econômica que preservava a concentração da renda e que, para preservá-la, feria interesses numerosos e correspondia a uma acentuada espoliação.

Mesmo surgindo movimentos contrários à política econômica que privilegiava as exportações, o quadro, durante a República Velha, pouca se alterou. Nas disputas políticas pelo poder, as oligarquias saíram vencedoras, não só em nível de poder central, mas também estabelecendo seu poder nos estados e nos municípios onde eram montados seus currais eleitorais¹⁴. Embora com todo o aparato repressivo organizado, algumas rebeliões aconteceram principalmente no campo, como foi o caso de Canudos na Bahia e do Contestado em Santa Catarina. Essas rebeliões possuíam características particulares, mas suas causas eram movidas pela revolta da população devido à miséria e ao processo de exclusão a que

¹³ Ocorre quando um grupo de pessoas de uma família, de um grupo econômico ou de um partido governa um país, estado ou município. Uma das características desta forma de governo é que os interesses políticos e econômicos do grupo que está no poder prevalecem sobre os da maioria.

¹⁴ Conhecidos como agrupamentos de eleitores sob o controle de um coronel. Eram frutos de uma estrutura socioeconômica que mantinha características do período colonial em plena República.

eram submetidas pela política econômica de concentração do governo central, muito bem executada nos estados pelas oligarquias regionais.

As primeiras décadas do século XX, no Brasil, estiveram caracterizadas por traços marcantes do fim de um regime colonial e monárquico, no qual a maioria da população foi excluída dos direitos mais elementares da época, mas também apresentaram indicativos de mudanças importantes, com a transição do trabalho escravo para o trabalho livre e um incipiente processo de industrialização e urbanização. “Ocorreram importantes deslocamentos de população entre regiões do País, particularmente das áreas rurais para as urbanas” (FURTADO, 1979, p. 2). Além disso, houve a presença de uma parcela importante de imigrantes europeus que traziam novos elementos sócio-culturais para a sociedade brasileira. Estes contribuíram de forma decisiva como mão de obra qualificada para o início da industrialização do País, principalmente em São Paulo, onde a lavoura de café transfere grande quantidade de capital para a indústria. “O café ampliaria o mercado interno, promoveria o desenvolvimento ferroviário, alicerçaria a rede bancária e forneceria as bases para o crescimento industrial” (SODRÉ, 1976, p. 309).

A industrialização do Brasil na sua primeira fase, que vai até 1930, foi marcada pela transformação da economia colonial e pela transferência do capital da atividade cafeeira para a indústria. Para Octavio Ianni (1971, p. 26), “é nessa época e dessa forma que ocorre a metamorfose do capital agrário em capital industrial. Ainda que esse processo não seja único, na primeira época da industrialização os capitais aplicados no setor fabril são originários do setor cafeeiro”. É claro que não se pode atribuir única e exclusivamente ao café a responsabilidade do primeiro surto de industrialização, outros fatores também contribuíram como a poupança interna, capital externo e algumas atividades ligadas principalmente à terra. Contudo o café, que possuía mercado internacional, adquirido a quase um século de domínio na economia brasileira, possibilitou transferência de capital das áreas agrícolas para a indústria.

Com as mudanças no plano econômico, irão acontecer também mudanças no campo político. As oligarquias rurais vão, cada vez mais, sendo pressionadas pelas camadas urbanas e industriais, que crescem e exigem espaço político. Neste contexto, um marco importante é a Primeira Guerra Mundial que determina mudanças no plano internacional, com a ascensão definitiva dos Estados Unidos como nova potência econômica e assumindo a liderança no continente americano. Também a Revolução Socialista na Rússia, em 1917, representa uma nova alternativa frente ao domínio do imperialismo europeu. Esses fatores contribuíram para

mudanças no cenário nacional. Greves, que começam a ocorrer a partir de 1917, mostram que surge uma nova classe social composta de operários da indústria. Nelson Werneck Sodré (1976, p. 314) destaca ainda que “o surto industrial era agora um fato consumado, a que seria necessário atender. A política de concentração de renda encontrava entraves cada vez maiores e resistências que iam até as manifestações pela violência”. Celso Furtado (1979, p. 9) também aponta a Primeira Guerra Mundial e a urbanização como marcos iniciais do processo de industrialização e acrescenta que

a crise iniciada em 1929, ao desorganizar o setor externo da economia brasileira, criou indiretamente condições para uma rápida intensificação dessa industrialização, nas linhas do processo que depois se chamaria de “substituição de importações”. Dessa forma, à primeira urbanização acarretada pela economia de exportação, com sua predominância de grupos de classes médias e empregados em serviços, se sobreporia uma segunda de base industrial, com forte conteúdo de classe operária. A essas duas camadas urbanas se acrescentaria uma terceira, criada pela intensificação do crescimento demográfico, que surgiria como variável autônoma a partir dos anos quarenta.

A combinação de fatores como a crise no setor agrário, principalmente a decadência da atividade cafeeira, o crescimento demográfico e a aceleração do processo de urbanização fizeram com que o Brasil, neste momento mudasse seu perfil socioeconômico. Acompanham estas mudanças, transformações na estrutura política que marcaram a segunda etapa do desenvolvimento industrial, conforme leciona Octavio Ianni (1971, p. 26):

Neste contexto é que se colocam a Revolução de 1930, o Estado Novo instituído em 1937, o getulismo e suas variantes, a democracia populista, etc. Em linhas gerais, esse estágio situa-se entre 1930 e 1964. É a época da implantação do modelo “substituição de importações”. As experiências de Vargas e o seu padrão de atuação marcam profundamente essa fase.

A partir deste momento, o Brasil acelera seu processo de industrialização. Esta fase será marcada por uma forte presença do Estado no planejamento das atividades econômicas. “Tanto assim que o poder público não só formula e orienta a política econômica, como também passa a executar alguns dos pontos dos programas de desenvolvimento” (IANNI, 1971, p. 27). Inicia-se nesse período o modelo de substituição de importações, há uma queda acentuada nas exportações embora este modelo ainda continue a determinar as bases da política econômica.

O governo de Vargas é marcado por profundas contradições, principalmente do ponto de vista dos interesses de classes. Entretanto, neste trabalho, não objetivamos tratar das relações de Getúlio com os trabalhadores e nem mesmo a respeito das liberdades democráticas, mas para se compreender o modelo econômico durante seu mandato é importante verificar o papel deste governo no contexto das novas relações capitalistas. Neste sentido, a este período, Nelson Werneck Sodré (1976, p. 329), assim se refere:

Num esquema simplista, a ditadura instaurada por Vargas, em 1937, correspondia a uma tentativa de realizar a revolução burguesa sem o proletariado. Sob a camada que lhe dava fisionomia, atrás da fachada policial, o Estado Novo, realmente, buscava compor as novas forças econômicas internas, e, na fase ascensional do fascismo, tomava a este as suas exterioridades mais tristes. Mas se o fascismo italiano e o nazismo alemão correspondiam a uma etapa capitalista plenamente desenvolvida, o Estado Novo deveria corresponder a uma etapa capitalista inicial.

O Estado Novo, com todo seu aparato repressivo, buscou na verdade uma política de conciliação, tentando atender os mais variados interesses econômicos em disputa, não somente entre a burguesia e o proletariado, mas dentro das próprias frações de classes das elites. Essas contradições da política do Estado Novo ficam cada vez mais evidentes com o decorrer do tempo. Ao aproximar-se a segunda Guerra Mundial, as opções de Getúlio trouxeram mais conflito para seu governo, desestabilizando-o, tanto interna como externamente, ou seja, suas decisões desagradaram os interesses imperialistas em disputa, ficando, internamente, cada vez mais claro seu papel em nível da política econômica defendida.

Ao mesmo tempo em que os confrontos de interesse ideológico vão se aprofundando durante o governo Vargas, o País vai avançando no plano econômico. Se houve neste período uma decadência das oligarquias agrárias, o setor industrial avançou significativamente. Um bom exemplo é a indústria metalúrgica com a exploração do minério de ferro que trouxe um incremento elevado de capital para a economia brasileira. Estes incrementos de capital, decorrentes da produção interna, criam novas perspectivas de crescimento que geram o aumento de poupança, permitindo ao Estado reinvestir o capital em infra-estrutura e no setor público. Caio Prado Júnior (1984, p. 321) assim se refere à ação do Estado no investimento na indústria de base, no período estudado:

[...] se observa no caso da siderurgia, que somente começou a se desenvolver seriamente no Brasil graças à iniciativa estatal, no caso representada pela Companhia Siderúrgica Nacional (Volta Redonda) organizada no curso da II Guerra Mundial. Seguiram-se outras empresas siderúrgicas de iniciativa do Estado e por ele contratadas. [...] Onde, contudo, a iniciativa estatal oferece o mais belo exemplo de ação benéfica e sucesso empresarial é no caso do petróleo.

As mudanças que ocorreram no período durante e pós Segunda Guerra Mundial, definitivamente modificaram o perfil socioeconômico da sociedade brasileira. Deixaremos de ser um País única e exclusivamente produtor e exportador de café e ingressaremos na economia capitalista de produção industrial, embora tardiamente em relação ao contexto mundial. Essas mudanças se darão, principalmente, porque durante a Segunda Guerra Mundial o Brasil encontrou mais dificuldades com as importações, visto que os países exportadores estavam envolvidos com a guerra e, portanto, priorizaram a indústria bélica. Assim, ocorre um deslocamento do centro de decisão, ou seja, antes nossa economia dependia da produção agro-exportadora para o mercado mundial agora, com a nova conjuntura, o País “[...] passou a satisfazer as necessidades do mercado interno, produzindo bens de consumo que antes eram importados” (FREITAG, 1980, p. 54).

Mas, ao mesmo tempo em que há um crescimento acentuado do processo de industrialização da economia brasileira, também ocorre uma relativa organização de setores urbanos das camadas médias e dos trabalhadores. Esses novos elementos conjugados é que darão o novo perfil socioeconômico para o País. Vejamos um bom exemplo: em 1953, quando a força das massas fica evidente, no caso da Petrobrás, ocorre uma das maiores campanhas em defesa da riqueza nacional, com a consequente estatização da exploração do petróleo (AMADOR, 2002).

Assim, nesta conjuntura de transformações no campo econômico, social e também político, chega ao fim a primeira metade do século XX. No país, durante esse período, muitas mudanças ocorreram, conforme constatamos. Podemos afirmar que iniciamos o século com grande atraso em praticamente todos os setores. O mundo enfrentou duas grandes guerras e uma crise profunda no sistema capitalista, fatos que acabaram interferindo decisivamente em nossas políticas internas. Foi neste cenário conturbado que o Brasil engatinhou rumo às transformações necessárias para ingressar em um novo ciclo de desenvolvimento econômico baseado na produção industrial.

1.3.2 Desenvolvimento econômico de Santa Catarina na primeira metade do século XX

A industrialização de Santa Catarina, na primeira metade do século XX, teve como marco o desenvolvimento econômico do Brasil, pois entendemos que Santa Catarina está inserida no contexto do desenvolvimento brasileiro. O processo de industrialização do Estado catarinense ocorre dentro das variações internas e externas que estavam ocorrendo na formação do capitalismo brasileiro que, conforme visto anteriormente, se apresenta de forma tardia e desorganizada.

Se no final do século XIX o Brasil apresentava um quadro dramático do ponto de vista de desenvolvimento industrial, não seria diferente com o Estado de Santa Catarina que ficava numa situação periférica em relação ao centro econômico dominante do país, concentrado na região Sudeste. Vimos anteriormente que a industrialização no Brasil começou por São Paulo e Rio de Janeiro e que um dos fatores determinantes para isso foi a transferência do capital da cafeicultura para a indústria. Em Santa Catarina isto não ocorreu porque não havia essa disponibilidade de capital; assim, outros fatores contribuíram para o início da industrialização.

A atividade comercial foi determinante para o surgimento da acumulação de capital em Santa Catarina. Esta atividade se desenvolveu, principalmente, a partir da consolidação de alguns núcleos urbanos, formados por uma população de origem europeia. Comerciantes, enriquecidos a partir da produção de excedentes na agricultura, deslocaram parte do capital para mecanismos de crédito, fazendo surgir, desta forma, o estabelecimento bancário. “O surgimento desses organismos constitui-se numa imposição da nova configuração da indústria e do comércio estadual” (CUNHA, 1992, p. 24). Dóris e Rosana Kohls (2006, p. 28) acrescentam que

o desenvolvimento econômico em Santa Catarina foi marcado pela transição da produção artesanal para a fabril de pequeno porte. Vários fatores contribuíram para essa mudança, como por exemplo, o surgimento de vários núcleos urbanos em função da colonização europeia. Isto cabe destacar que até meados dos anos de 1940, a base produtiva da economia catarinense era comandada pelo pequeno e médio capital mercantil. Embora fosse possível encontrar indústrias com mais de 80 trabalhadores, em vários setores, elas representavam apenas uma pequena parcela no conjunto, tanto da produção como na geração de emprego.

Santa Catarina possui aspectos geográficos diferenciados em relação a outros estados brasileiros, ou seja, tem uma região litorânea extensa e de ocupação europeia, ainda durante o período colonial. Apresenta a chamada região do Vale de Itajaí composta principalmente pela imigração alemã e italiana do século XIX. O Planalto e o Oeste apresentam aspectos de composição étnica bastante diversificada. Estas regiões, a partir do século XVII, tornaram-se um importante corredor de ligação entre o Sul e o Sudeste do Brasil. Por ali surgiram inúmeras passagens, com tropeadas de gado que vinham do Sul em direção ao Sudeste. Este fenômeno só desaparece no final do século XIX, após a construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande. É a partir deste momento que tem início um fluxo muito grande de migrantes vindos do Rio Grande do Sul – de origens italiana e alemã – que começam a ocupar o Oeste catarinense.

Antes de entrar na análise do desenvolvimento econômico catarinense, devemos, também, fazer referência à população indígena que ocupava o Estado de Santa Catarina, conforme tratamos anteriormente, em povos nativos e a formação étnica da região. Sempre que trabalhamos os fenômenos econômicos, temos por base a ocupação do homem branco. O Estado catarinense, como o restante do território brasileiro, não foi tratado de forma diferente pelo colonizador europeu. Com a expansão capitalista que ocorreu na região os indígenas também sofreram profundo processo de extermínio. Assim, o que temos hoje das populações primitivas do Estado de Santa Catarina não é muito diferente do restante do Brasil, onde praticamente desapareceram, devido à ocupação do “branco civilizado”.

Alcides Goularti Filho, em *Formação econômica de Santa Catarina*, aponta como importante o trabalho de Idaulo José Cunha (1982), *Evolução econômico-industrial de Santa Catarina*, para analisar a história econômica catarinense de 1746 a 1945. Deter-nos-emos aqui, por uma questão de foco de estudo, ao período de 1914 a 1945, no qual o autor pontifica as seguintes mudanças:

- a) Blumenau começa a se destacar nacionalmente com a produção têxtil; b) a pequena indústria metalúrgica em Joinville dá os primeiros passos em direção ao mercado nacional; c) o carvão no Sul do Estado é beneficiado pelas políticas protecionistas e pelo nascimento das primeiras siderúrgicas nacionais; d) surgem as frentes pioneiras no Oeste; e) a exportação da erva-mate sofre um abalo com a crise na Argentina (GOULARTI FILHO, 2002, p. 62).

Como referência cronológica para entendermos melhor o desenvolvimento econômico do Estado, é importante tomarmos como base o período de 1880. É a partir desta data que importantes fatos ocorrem como: início das atividades carboníferas no Sul do Estado; acelerado processo de imigração na região Norte, Sul e Vale do Itajaí; fundação da Colônia Militar Chapecó; aumento da exploração madeireira e também a decisão judicial sobre a questão de Palmas, em 1895 que entrega definitivamente o território do Oeste ao Brasil. Acrescente-se, também, o movimento migratório vindo do Rio Grande do Sul para a região Oeste do Estado. “E a partir de 1910, as migrações dar-se-ão para o Alto Uruguai e ao Estado de Santa Catarina” (RENK, 2000, p. 79). Acelera-se o processo em 1917 com o fim da Guerra do Contestado na região que era, até então, ocupada por indígenas que viviam basicamente do que a natureza lhes ofertava e caboclos que produziam alimentos, criavam animais, necessários para a manutenção e transporte e colhiam pinhão e erva-mate nativa, a fim de complementar a subsistência.

Fatores como esses contribuíram de forma decisiva para que o Estado iniciasse um processo de transformação socioeconômica, contínua e gradativamente, se integrando efetivamente à nova ordem do capitalismo brasileiro. Vejamos a análise de Alcides Goularti Filho (2002, p. 80-1) sobre o final do século XIX e o início do século XX, em relação ao novo perfil da formação econômica de Santa Catarina:

No início do século XX, começam a se consolidar os setores que comandariam a economia catarinense até o início dos anos 60: têxtil, madeireiro e alimentar. Segundo o Censo Industrial de 1905 e 1920, entre 1880 e 1899 foram fundados apenas 86 novos estabelecimentos industriais em Santa Catarina. Em compensação, de 1900 a 1914, surgiram 392 novos estabelecimentos.

Se como referimos anteriormente, que a base da industrialização de São Paulo teve transferência de capital da produção da cafeicultura, em Santa Catarina despontaram os seguintes setores: de extrativismo, como a erva-mate, a madeira e o carvão; alimentício, principalmente derivados de suínos; e o setor têxtil. Também, é importante salientar a transformação do trabalho artesanal para a indústria e a forte acumulação do capital comercial.

A erva-mate nativa cobria grande parte do território catarinense, principalmente no Planalto e no Oeste. A maioria da população destas regiões possuía algum tipo de relação com a economia ervateira. Sua ascensão ocorreu nas duas primeiras décadas do século XX.

Segundo Almeida (1979, p. 14), “Joinville tornou-se o maior centro de comercialização, industrialização e exportação de mate”. A construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, que com o ramal de Dona Francisca se ligou ao Porto de São Francisco, facilitou muito a exportação para o mercado exterior, principalmente para a Argentina e para o Chile que eram os grandes mercados consumidores. A queda da exportação para o mercado externo ocorreu a partir dos anos 30, provocada pela crise do mundo capitalista de 1929.

A madeira teve grande destaque na economia catarinense. Era encontrada em abundância, cobria extensa área do Estado. As reservas naturais de imbuia, araucária, cedro e outras madeiras de lei eram tantas que trouxeram para a região, no início do século XX, um dos maiores capitalistas dos EUA, o magnata Percival Farquar, que instalou na região de Canoinhas o complexo madeireiro e colonizador denominado Sindicato Farquar. A madeireira *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* era a segunda maior do mundo e a maior da América Latina. Obteve concessão do governo do Estado, na época, para explorar 15 km de cada lado da ferrovia da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, construída pela empresa *Brazil Railway* (QUEIROZ, 1981). O autor ainda acrescenta que:

A fim de explorar as terras laterais à estrada e outras mais que viesse a adquirir, a *Brazil Railway* criou uma nova companhia a ela subordinada: a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Logo de início, esta comprou 180 mil hectares ao Sul dos rios Negro e Iguazu, próximo de Canoinhas, ao preço médio de 15 mil réis o hectare. Estabeleceu ainda uma série de contratos com diversos fazendeiros, através dos quais estes cediam à empresa os pinheiros e as madeiras de lei que havia em suas terras. Afonso de Camargo, Vice-Presidente do Paraná, foi, conforme ele próprio admitiu em discurso na Assembléia Legislativa, o intermediário desses negócios (QUEIROZ, 1981, p. 73-4).

A atividade madeireira perdurou, praticamente, durante toda a primeira metade do século XX. Sua exploração foi tão intensa que ocorreu uma verdadeira devastação da mata nativa da região. Não foi somente a *Lumber* que explorou a madeira; muitos imigrantes iniciaram-se na atividade como comerciantes e, posteriormente, se transformaram em industriais da madeira. No Planalto e Norte do Estado houve o reflorestamento da madeira, continuando até hoje nestes locais uma economia essencialmente madeireira.

A atividade carbonífera, no Sul, deu-se ainda de forma artesanal no século XIX. Foi somente a partir da Primeira Guerra Mundial que teve início uma atividade mais intensa da indústria carbonífera. “Entre 1917 e 1922 foram fundadas cinco companhias carboníferas...

Nos anos 30, surgem mais quatro companhias, nos anos 40, mais 30 e nos 50 mais oito” (GOULARTI FILHO, 2002, p. 87-8).

O carvão só não foi mais importante para a economia catarinense por apresentar uma baixa qualidade, ou seja, apenas 25% é energético, além de possuir um elevado teor de enxofre, provocando alta poluição nas águas onde é manipulado. Mesmo com esses problemas, a economia carbonífera só cresceu ao longo da primeira metade do século XX, muito em função do apoio governamental que sempre subsidiou sua produção. A exploração do carvão na região Sul do Estado impulsionou as indústrias de transformação de minerais não-metálicos, desenvolvendo, em Criciúma, uma potente indústria de cerâmica.

Um dos maiores destaques da economia de Santa Catarina é a indústria de alimentos. Começa a aparecer com os açorianos no litoral que desenvolviam a atividade da pesca e que cultivavam cana de açúcar, arroz, mandioca e café. Mas, com a chegada dos imigrantes, na segunda metade do século XIX, aparecem outros produtos, principalmente derivados de suínos, leite e também fabricação de vinho e farinha de mandioca. Na produção de suínos, foram desenvolvidas atividades complementares como o cultivo do milho, feijão, arroz, mandioca e, posteriormente, moinhos de trigo.

No Oeste catarinense, a indústria de alimentos surge a partir dos anos de 1940, com o colono descendente de imigrante, vindo do Rio Grande do Sul na segunda década do século XX, que transforma em capital comercial a produção de excedentes da colônia. “É importante lembrar que esta colonização somente se deu de fato após o término dos conflitos de Palmas e do Contestado” (ALBA, 2002, p. 20).

O desenvolvimento da indústria de alimentos, no Oeste, deu-se muito em função da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, pois foi através dela que ocorreu o comércio, principalmente para São Paulo, dos produtos excedentes da atividade da pequena propriedade. “Nessa estrutura, o excedente gerado acumulava-se nas mãos dos comerciantes locais e das grandes praças importadoras, dos proprietários das atividades artesanais e, por último, nas mãos dos próprios pequenos produtores rurais” (ESPÍNDOLA, 1999, p. 22).

Foi desta forma que se originaram os grandes complexos industriais no Oeste catarinense. “Dentro do complexo agro-comercial, a região começava a definir sua função na divisão nacional e territorial do trabalho, como produtora e fornecedora de alimentos derivados de suínos e aves” (GOULARTI FILHO, 2002, p. 105). Hoje, estão consolidadas as maiores agroindústrias do País, como a Sadia, Perdigão, Seara e Chapecó, além de outras de

menor porte, todas na região Oeste; formam um dos principais alicerces da economia catarinense.

Outro setor de fundamental importância para a formação econômica catarinense é a indústria têxtil que possui algumas peculiaridades, conforme veremos. Na revolução industrial ocorrida na Europa, a indústria têxtil será uma das primeiras atividades a sofrer transformações com o novo modelo da relação capital trabalho. Mas, em Santa Catarina ela só teve início com a chegada da segunda leva de imigrantes europeus, ocorrida a partir de 1875, para a região do Vale do Itajaí.

Na verdade, Santa Catarina acabou sofrendo um processo de transferência da indústria têxtil que se desenvolvia na Europa. Muitos imigrantes que vinham principalmente da Alemanha, mais especificamente da Saxônia, já chegavam aqui com uma vasta experiência na atividade industrial, pois esta região era uma das mais industrializadas da Alemanha. Desta forma, “a indústria têxtil passou por intenso crescimento, criando promissor mercado externo, com aumento permanente das exportações, e firma sua posição no parque industrial, despontando nos mais variados indicadores, inclusive no desenvolvimento técnico” (CUNHA, 1992, p. 94).

A Primeira Guerra Mundial também será um marco definitivo para a expansão da indústria têxtil em Santa Catarina. Com o mercado europeu paralisado para as exportações, o Brasil teve que se voltar ao seu próprio mercado interno e, como no início do século já era real o desenvolvimento de um mercado fabril na região do Vale do Itajaí, surgiu a possibilidade da indústria têxtil catarinense assumir papel importante no mercado nacional.

Se observarmos do ponto de vista cronológico, teremos um segundo momento de expansão e consolidação da indústria têxtil no Estado e novamente os fatores externos acabaram influenciando seu desempenho. “O segundo salto veio após 1930 com a industrialização restringida e a integração do mercado nacional, em parte promovida pelo fim do imposto de importação entre os estados, aumentando o fluxo de mercadorias nacionais entre as unidades federativas” (GOULARTI FILHO, 2002, p. 96-7).

Novamente, outro grande e definitivo salto da indústria têxtil catarinense foi o período da segunda Guerra Mundial, provocado outra vez pela queda das importações. “A tônica na indústria têxtil neste período foi a expansão e verticalização da produção por meio da ampliação da capacidade instalada e alargamento das bases comerciais, com abertura de novos capitais” (GOULARTI FILHO, 2002, p. 153). Após estes momentos de crescimento, o

setor têxtil tornou-se um dos maiores responsáveis pelo desenvolvimento econômico do Estado.

Para concluir o exame dos principais aspectos da formação econômica de Santa Catarina, na primeira metade do século XX, se faz necessário, ainda, ressaltar a importância da indústria metal-mecânica. Esta atividade, desenvolvida fundamentalmente na região do litoral Norte, possui origem na pequena produção mercantil, principalmente de produtos como a erva-mate que era para ali levada e, posteriormente, exportada para a Argentina e o Chile. Também outros produtos coloniais eram comercializados em Joinville no início do século XX como banha, madeira, açúcar, manteiga e outros que acabaram gerando concentração e posteriormente transferência de capital. Outro aspecto que se pode constatar é que, quando houve a decadência desta atividade comercial, outras atividades industriais já estavam se desenvolvendo, principalmente no ramo da funilaria e da metalurgia que deram origem ao surgimento do setor metal-mecânico.

Se a atividade cafeeira em São Paulo foi determinante para impulsionar o processo de industrialização, o papel da erva-mate, em Joinville, possui a mesma relação na origem e expansão do parque industrial daquela cidade. Claro que outros fatores importantes estiveram presentes como o Porto de São Francisco, a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande que estendeu o ramal Dona Francisca até o porto e também foi marcante a forte presença das companhias colonizadoras.

Também, para melhor compreender o surgimento da indústria metal-mecânica na região do litoral Norte catarinense, se faz necessário perceber o crescimento da industrialização brasileira. O surgimento do capitalismo industrial que ocorria no Brasil, conforme vimos anteriormente, é fruto de situações que estavam ocorrendo no mundo. E em Santa Catarina as mudanças acompanham as transformações internas do desenvolvimento econômico nacional. Portanto, a evolução do parque industrial metal-mecânico catarinense originou-se do movimento de urbanização e integração ao mercado nacional e das transformações que estão acontecendo com o capitalismo brasileiro.

Podemos, então, concluir que a evolução econômica de Santa Catarina, no primeiro quartel do século XX, ocorreu de forma espontânea, sem muito planejamento, dependendo das riquezas naturais, como foi o caso da erva-mate e da madeira, no Oeste e do carvão, no Sul. A indústria têxtil é fruto da imigração alemã, na região do Vale do Itajaí, no século XIX, e a indústria de produção de alimentos no Oeste é resultado da colonização por descendentes de imigrantes europeus que vieram do Rio Grande do Sul, no início do século XX.

Em quase todos os setores, a industrialização catarinense acompanhou o movimento que ocorria no Brasil. Diremos que este período foi caracterizado pela transição das mudanças que se faziam na base regional em direção às transformações que ocorriam em nível nacional. Em poucos casos houve a presença do Estado como agente planejador do processo de desenvolvimento.

De um modo geral, consolidou-se uma classe denominada de burguesia industrial, originada da acumulação capitalista. Esta acumulação não foi diferente do que aconteceu no restante do Brasil e como consequências trouxeram problemas dramáticos do ponto de vista social para os trabalhadores, gerando profundas desigualdades. Desta forma, o desenvolvimento econômico catarinense não garantiu para a maioria da população melhor qualidade de vida; pelo contrário, contribuiu para manter um modelo herdado da colônia que aprofundou a diferença entre pobreza e riqueza.

Tratamos a seguir da imigração para o Rio Grande do Sul porque no desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina a indústria de alimentos ocupa papel de grande destaque. A origem do modelo agroindustrial está intimamente ligada ao colono descendente de imigrante. Assim, é necessário compreender o contexto da época em que ocorreu o processo de imigração, particularmente para a serra gaúcha, no final do século XIX. A ênfase maior será dada à imigração italiana porque é esta que maciçamente migra para o Oeste catarinense no início do século XX.

1.4 Imigração para o Rio Grande do Sul

Por décadas, o estranho mundo colonial, onde todos possuíam uma pequena propriedade, constitui, talvez, a sociedade mais democrática da civilização ocidental de então. Os sem-terra do Brasil de hoje, comumente descendentes de imigrantes europeus, vegetam nas beiras das estradas, sob sinistras barracas de plástico negro, sonhando com o que era garantido ao imigrante desde a sua partida da Europa – terra para *trabalhar* (MAESTRI, 2005, p. 47-48).

Consideramos que esta ideia de Mario Maestri sintetiza um pouco a história dos imigrantes italianos que vieram para o Rio Grande do Sul em busca de terras para trabalhar e construir uma vida com dignidade.

As terras que lhes negaram na Itália eles encontraram em abundância no Brasil, principalmente no Rio Grande do Sul, na região da serra. No final do século XIX e início do século XX, as autoridades brasileiras ofertavam colônias de terras para os imigrantes em condições que estes poderiam adquirir-las. Mas com o tempo, a terra foi escasseando e o drama da sua falta voltou a atingir os descendentes de imigrantes.

Foi a partir de 1875 que começou o grande êxodo da Itália para o Brasil. Devido à expulsão de suas terras, encontravam-se em profunda miséria, sem mais terem condições de buscar o mínimo necessário para a subsistência. Vinham principalmente das regiões do Vêneto e da Lombardia, estas participando com mais de 80% de italianos para o Brasil.

Quando falamos de imigração europeia para a América, muitas vezes não refletimos o necessário para compreender as razões de milhares de pessoas arriscarem suas vidas, muitas deixando quase toda a família, para tentar a sorte em lugar desconhecido e longínquo. Paulo Pinheiro Machado (1999, p. 43) declara que:

Sem dúvida, o ato de migrar teve diferentes razões, muito específicas e peculiares, que variavam de região para região, de país para país. Porém, como se trata de um fenômeno de massa, cabe a nós investigar as razões que motivaram grandes grupos a enfrentar a travessia oceânica; procurando, sempre que possível, cotejar com memórias, cartas e demais documentos produzidos pelos imigrantes e seus descendentes.

Se olharmos os números do contingente humano que movimentou o processo de emigração europeia para a América, veremos que foi um dos maiores fenômenos ocorridos na história da humanidade pós Revolução Industrial. Desta forma, está correto Paulo Pinheiro Machado (1999) quando diz que precisamos investigar as razões que levaram este grande fenômeno de massa a movimentar-se de maneira tão intensa para lugar totalmente desconhecido.

A Europa começou a sofrer profundas modificações no mundo do trabalho após o advento do capitalismo industrial, no século XVIII. Zuleika Maria Forcione Alvim (2000, p. 385), assim analisa este momento: “A passagem do sistema de produção feudal para o início da produção em moldes capitalistas seguiu linhas básicas em todos os países que se industrializaram; o que variou foi a época em que isso aconteceu”.

No campo ocorreram mudanças na base social, provocadas principalmente pela privatização da propriedade rural. Conforme afirma Hobsbawm (1982, p. 203): “A

desarticulação do artesanato doméstico, em razão do crescimento da indústria, a privatização de terras comunais e a quebra de antigos vínculos de subordinação modificaram por inteiro a vida no campo”.

A emancipação do camponês, em relação à tutela senhorial, levou-o a um certo distanciamento da terra, pois teria de adquiri-la em compra ou arrendamento o que impediu sua permanência no campo. Por isso, camponeses partiram para as cidades em busca de trabalho. Alguns encontravam pequenos afazeres de biscate e remuneração que não daria para sustentar uma pessoa, ficando a família num processo de miserabilidade total.

Fatores como estes começaram a provocar um processo gradativo de emigração destas pessoas em busca de condições de sobrevivência, visto que cada vez mais aumentava o número de desempregados na cidade, devido ao processo de desocupação dos trabalhadores no campo e à exploração que ocorria nas fábricas. Paulo Pinheiro Machado (1999, p. 45), na mesma linha de raciocínio diz que:

A grande emigração européia durante o século XIX foi, principalmente, consequência das transformações agrárias processadas pelo capitalismo. O campo tornou-se expulsor de pessoas em todos os países europeus em épocas distintas, com períodos de duração diferenciados. Objetivamente, o que ocorreu em todas as partes, foi a destruição da ordem tradicional camponesa, que mantinha um equilíbrio entre a produção agrícola e artesanal durante as diferentes estações de um ano.

Desta forma, o que podemos constatar é que a emigração ocorrida no mundo europeu foi fruto da desarticulação da sociedade camponesa surgida após o advento do mundo industrializado. Thales de Azevedo (1975, p. 47) acrescenta que “o extremo fracionamento da terra, os salários baixos e os elevados tributos eram também um fator de pobreza no Vêneto. O cultivo dos minúsculos lotes em todo o Norte não bastava para sustentar as famílias, em sua maioria numerosas”. Herbert S. Klein (2000) coloca o aumento demográfico, como um fator de pressão, no setor agrícola em vários países europeus, pois isto implicou novos métodos de produção agrícola, determinando que muitos camponeses perdessem suas terras. O referido autor exemplifica isso ao dizer que: “O aumento da produtividade e a crescente mecanização da agricultura européia significaram menor necessidade de mão de obra, exatamente num momento em que surgia um excedente de força de trabalho” (KLEIN, 2000, p. 15). O historiador italiano Emílio Franzina (2006, p. 33-4), tratando da emigração do Vêneto para o Brasil, também vai, na mesma direção dos demais trabalhos citados, quando diz que:

A emigração representa um fenômeno demográfico e econômico caracterizado pela duplicidade dos seus fatores formativos. Há uma área de partida e uma área de destino, estímulos “expulsores” e estímulos “atrativos”: a importância de cada um, ou mesmo o seu caráter decisivo, varia de acordo com as situações históricas, mas sempre nos remete a um quadro complexo, que é o da evolução do capitalismo a partir dos anos 50 do século XIX.

A emigração italiana para o Rio Grande do Sul teve início em 1875, devido ao aumento das grandes propriedades e à concentração fundiária e ao crescente confisco de terras, fruto da especulação e agiotagem, patrocinada pelas autoridades italianas. Isso fazia cada vez crescer mais o número de desempregados e famintos. A população camponesa encontrava-se cada vez mais em estado de miséria, não tendo mais onde morar e sem as mínimas possibilidades de subsistência. Mario Maestri (2005, p. 31), acrescenta que:

O *bracciantte* – assalariado rural – partia para o estrangeiro para fugir do desemprego, dos baixos salários, da vida cara. O *mezzandro*, lançado na miséria negra, sonhava emancipar-se dos arrendamentos escorchantes. Catástrofes naturais assentavam o golpe de misericórdia numa economia camponesa extremamente fragilizada. Aldeias inteiras partiam após serem golpeadas por uma inundação, uma seca, uma tempestade de granizo particularmente forte, por epidemias. O longo serviço militar obrigatório reforçava a vontade de emigrar.

Assim, podemos constatar que muitos fatores influenciaram a emigração europeia, particularmente a italiana, para o Brasil. Esta, portanto, não foi fruto de uma ação espontânea, mas a conjugação de vários fatores ligados principalmente a interesses econômicos de uma nova ordem social que se estabelecia com a Revolução Industrial e o surgimento da burguesia como nova classe social que buscava de todas as maneiras enriquecer. Também pode-se constatar estas análises no trabalho de Dilse Piccin Corteze (2002, p. 107), quando refere que

na historiografia da imigração italiana no Rio Grande do Sul, são muitas as referências às promessas mirabolantes e falsas feitas pelos agentes de imigração na Itália. Financiados pelo governo brasileiro e pelas companhias de colonização e de navegação, os agentes da emigração faziam uma ampla propaganda enganosa.

Desta forma, não restou alternativa aos camponeses empobrecidos da nova Itália, unificada¹⁵ em um só país, a não ser saírem em busca de outra pátria, pois esta não lhes deu a possibilidade de sobreviverem com dignidade. Portanto, do ponto de vista político, a unificação da Itália não mudou a situação de miserabilidade do camponês, muito antes pelo contrário, a necessidade de reestruturação do país levou as autoridades a estabelecerem cobranças de impostos ainda maiores, provocando mais pobreza aos camponeses que perdiam suas terras por falta de pagamento de impostos. Segundo José Carlos Radin (2001, p. 52), a expulsão dos camponeses é provocada pela expansão capitalista, ao que ainda acrescenta:

[...] pode-se dizer que a emigração constituiu-se numa forma de resistir à exploração que sofriam. Um canto dos emigrantes evidencia esta situação quando diz: *andaremo in Mérica, in tel bel Brasil e qua i siori lavorarà la terra col badi!* ou seja, “iremos para a América, no belo Brasil e aqui os ricos terão que trabalhar a terra com sua pá”.

O início da viagem do imigrante também é marcado por um longo processo de sofrimento provocado, primeiramente, pela decisão de abandonar sua terra natal, talvez num eterno exílio, deixando todas as relações sociais construídas ao longo da vida. O abandono da aldeia deixa para trás parentes próximos, sendo esta a primeira decisão traumática a ser enfrentada. Reunir os poucos pertences que possui e levar junto significa algo muito mais que material e sim lembrança de um passado que muito distante ficou.

A travessia do grande oceano é lembrada por naufrágios, embarcações inadequadas, com pouco espaço, levando o imigrante à total insegurança e medo antes do embarque. Ainda sobre a mesma tese, Dilse Piccin Cortese (2002, p. 71) diz: “É também recorrente na memória e na historiografia étnica e acadêmica o registro da alta mortalidade entre os passageiros durante a travessia. Chega-se a falar de passageiros doentes lançados aos tubarões após e, em alguns casos, antes de falecerem”.

Ao chegarem ao Brasil, grande parte dos imigrantes dirigiram-se a São Paulo nas lavouras de café e uma parcela menor para o trabalho urbano. Para o Rio Grande do Sul vai uma parcela menor que foi levada para as áreas coloniais do Nordeste do estado, conforme discorre Olívio Manfroi (2001, p. 51):

¹⁵ A Itália, até 1861, era formada por vários Reinos e Granducados independentes; com a unificação, o poder ficou centralizado e somente o Rei distribuía cargos em todos os níveis do Estado. Aos camponeses, que já estavam empobrecidos após a unificação que os excluía das terras, não restou alternativa a não ser migrar para as Américas em busca do sonho de uma vida melhor, que sua pátria de origem não lhes proporcionava.

Em 1875, as melhores terras do Rio Grande do Sul estavam ocupadas pela população luso-brasileira e pelos colonos de origem alemã. Os italianos estabeleceram-se na borda meridional do planalto: uma região montanhosa, coberta por uma densa floresta virgem e isolada do Rio Grande do Sul real.

Outro grande desafio dos imigrantes italianos, após a chegada nas colônias gaúchas, seria enfrentar todas as dificuldades oriundas de uma região coberta por matas virgens e isolada de tudo e de todos pelas dificuldades de comunicação. Paulo Pinheiro Machado (1999, p. 34) afirma que os colonos foram levados a estes locais porque, “[...] efetivamente, a colonização estrangeira dirigia-se às regiões de matas e subidas de serra, locais desinteressantes para o grupo pecuarista dominante”. Este fato é comprovado, se verificarmos o processo histórico de ocupação do estado riograndense que teve na estância de gado sua principal atividade econômica, marcando desta forma a ocupação das melhores terras para a pecuária extensiva. Sobraram, assim, as regiões montanhosas e de pouco interesse econômico para a época.

Compreende-se por que a maioria dos imigrantes era do Norte da Itália, pois foi uma das regiões mais atingidas pela crise econômica, principalmente após a unificação. Estes imigrantes eram trazidos para a região colonial da serra gaúcha que foi demarcada para receber os novos moradores. Conforme esclarecem De Boni e Costa (1984, p. 80), “a colônia foi dividida em travessões ou linhas, que, por sua vez, dividiam-se em lotes rurais”.

Os imigrantes italianos, além de serem levados a uma região de difícil acesso e em terreno muito montanhoso e recortado, tiveram desvantagem em relação aos colonos alemães. Os imigrantes de origem alemã já haviam chegado ao Rio Grande do Sul há mais de meio século e tinham sido levados para as melhores terras. Ocuparam as regiões próximas a Porto Alegre, de terras planas e vales, banhadas pelos rios Jacuí, Taquari, Sinos e Caí. Suas propriedades eram maiores, chegando a 75 ha, enquanto os lotes para os italianos na maioria das vezes não chegavam nem à metade. De Boni e Costa (1984, p. 80), pontificam como eram divididos os lotes nas colônias:

O tamanho dos lotes variava. Por vezes, peraus ou terras de difícil acesso faziam com que seu tamanho aumentasse; reduzindo-se quando o solo era plano, mais fértil e próximo à sede. Outras vezes, influíam também as fontes de água, pois nenhum colono aceitaria instalar-se onde elas não existissem: era necessário, então, reduzir o tamanho de um lote, para que outro também tivesse acesso à água. Em alguns lugares, perto do rio das Antas, por exemplo, ficaram faixas de terra sem medição, mas os colonos limítrofes delas se apoderaram pacificamente pouco tempo depois. As variações

situavam-se, na maioria dos casos, entre 15 e 35 ha. Era possível também adquirir apenas ½ lote, ou mesmo uma área menor, havendo quem adquiriu apenas 1/8, o que parecia muita terra para pobres campônios europeus. Em alguns casos, houve imigrantes que compraram mais do que um lote.

Fator de destaque na história da imigração brasileira é o papel do Estado enquanto agente político do processo. Algumas versões aparecem nos relatórios da época. Por exemplo, durante o Império era desejo dos liberais incentivar o povoamento no Sul do Brasil com o objetivo de garantir a posse dessas regiões, devido ao problema de fronteira com os vizinhos do Prata. Também esses mesmos liberais defendiam a entrada de imigrantes pobres para a região Sudeste com o propósito de substituir a mão de obra escrava nas lavouras de café. Alguns autores, entre eles Zuleika Maria Forcione Alvim (2000, p. 384), defendem que

o embate entre essas duas posições passou por outras justificativas, como o branqueamento da raça, a necessidade de forjar uma nação mais civilizada e de construir um país onde o binômio senhor/escravo fosse amenizado com a introdução de pequenos proprietários.

Como o Brasil foi colonizado na lógica de uma colônia de exploração, com mão de obra africana, não ocorreu em nenhum momento de sua história colonial preocupação, por parte das elites, em criar oportunidades para que a colônia tivesse condições de buscar seu próprio modelo de desenvolvimento. Tem sentido um projeto de colonização para branquear a população, embora a história oficial não o admita por razões óbvias.

No Rio Grande do Sul, ocorreu um modelo de colonização diferente do centro do país. Enquanto lá se pensava em uma colonização apenas para substituir a mão de obra escrava, sem o colono ter a posse da terra, no estado gaúcho o pensamento das autoridades era diferente: queriam o imigrante que possuísse uma pequena colônia, para derrubar árvores, legitimar a ocupação do território, abrir picadas para construir estradas e também desenvolver um modelo de colonização, com objetivo de aumentar a produtividade agrícola, que era muito reduzida e não atendia às necessidades de consumo do estado. Thales de Azevedo (1975, p.80-81) confirma esta ideia da seguinte forma:

A orientação que vingou no Rio Grande continuava controvertida no Rio de Janeiro e em São Paulo. Em discussão na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, em fins do século, o Dr. Parigot, exprimindo o pensamento dos fazendeiros, considerava como principal tarefa “a promoção da emigração, de preferência a colonização”. O que, assim, se propunha como imigração

era a simples importação de braços para a lavoura nas grandes fazendas de café, em oposição à política imperial de formar núcleos coloniais constituídos de pequenas propriedades.

Desta forma, no Rio Grande do Sul, há uma colonização com distribuição de terras às famílias de colonos que objetivava fazer brotar da mesma uma possibilidade concreta de construir o sonho da riqueza que trouxeram da Europa. Mario Maestri (1996, p. 62) atesta que “não houve enriquecimento significativo dos colonos. Eles trabalhavam, sobretudo, para manter-se. Quando os filhos cresciam, novas propriedades eram abertas, se houvesse terra”. A riqueza deu-se muito mais pela acumulação do capital comercial do imigrante.

O que se percebe é que o fenômeno da imigração promoveu um fato revolucionário no Brasil. Trouxe para cá pessoas com outra concepção social e de trabalho o que determinou mudanças de comportamento cultural, político e econômico ao longo do processo histórico em que se estabeleceram as colônias e mesmo trabalhadores em centros urbanos. Dilse Piccin Cortese (2002, p. 126) fala que foi um movimento de reforma agrária, examinando que este modelo foi capaz de entregar terras para milhares de camponeses europeus:

Foi um processo que, constituindo a única reforma agrária multitudinária realizada até hoje no Sul, transformou profundamente o perfil da apropriação da terra e de acumulação de capitais do estado gaúcho, apoiando, a seguir, seu processo de industrialização. A principal limitação desse processo foi não ter sido ainda mais ambicioso na repartição das terras e não ter envolvido, igualmente, os nacionais pobres sem terra, deixados à margem da iniciativa.

No Rio Grande do Sul, toda a região de vale dos rios Jacuí, Taquari, Sinos e Caí, da Serra e parte do Planalto Norte, terá um perfil econômico diferente do restante do estado. O mesmo até então era ocupado por fazendas e grandes estâncias voltadas à criação bovina e ovina em grandes extensões de terras. A formação cultural do homem desta região econômica era completamente diferente do colono, pois este tinha adquirido sua propriedade de forma muito diferente do imigrante, que comprou uma pequena colônia, pagando-a com o trabalho de toda a família.

Mas, pensar que as dificuldades do imigrante terminariam ao chegar à colônia será um grande engano. Todo o tipo de dificuldade foi encontrado, desde o não cumprimento de contratos por parte de autoridades e empresários gananciosos, até de políticos conservadores,

que usavam a imprensa para desfazer a imagem do imigrante junto à sociedade. Paulo Pinheiro Machado (1999, p. 92), reforça ainda que:

alguns problemas agravavam as dificuldades da colonização. Os contratos com empresários para fornecimento de auxílios (rações, ferramentas) e serviços (medições, desbaste, construção de casas provisórias) eram muito questionados por diretores de colônias e pela imprensa de oposição. Com frequência os empresários forneciam rações estragadas, construíam casas inabitáveis, não concluíam contratos de medição de lotes. Muitas vezes estes empresários eram, ao mesmo tempo, comerciantes que vendiam fiado para os colonos e pressionavam pelo mais pronto pagamento de auxílios e das quinzenas.

O recomeçar de uma nova vida não foi fácil, tudo era desafio. A limpeza do terreno para construir sua primeira habitação era o início, marcava a referência para o novo lar e criava as bases para a economia familiar. O trabalho era de sol a sol, tinham que ter persistência na tarefa. Houve muitos casos de desistência, outros foram para as cidades, até mesmo houve inúmeros casos de quem voltou ao seu país de origem.

A aquisição da colônia e de todos os apetrechos iniciais, necessários para começar o trabalho eram financiados pelo governo, até 1880. Após, ocorreram restrições aos subsídios de passagens e de outros tipos de auxílios. Mesmo assim, continuaram tendo algum tipo de ajuda, pois os imigrantes chegavam ao Brasil com muito poucos utensílios agrícolas e domésticos. A maioria era muito pobre, sem as mínimas condições de garantir a sua própria subsistência. “Poucos eram os que traziam algumas economias, algum capital da Itália” (AZEVEDO, 1975, p. 145). Por isso se fazia necessário o financiamento por parte do governo, como relata Mario Maestri (1996, p. 80):

O governo financiava o transporte até o lote colonial e a hospedagem nos barracos. Os eventuais subsídios – alimentos, ferramentas, sementes, etc. – eram calculados acrescentando-se 30% ao valor dos lotes. A dívida colonial devia ser paga de cinco a dez anos; caso não o fosse, era acrescida de juros. O título provisório era entregue quando 50% da dívida fosse coberta; o definitivo, quando exaurida. A família inadimplente era executada nos bens. Os títulos descreviam a localização e os limites dos lotes.

Portanto, percebe-se que os imigrantes não tiveram vida fácil para iniciar seus novos empreendimentos. Embora tivessem apoio governamental, tudo era desafio. As condições de

isolamento na colônia impunham dificuldades extras ao novo habitante. Havia inclusive o medo de animais selvagens ou mesmo dos nativos.

Após instalar-se na colônia, o imigrante começava o processo de utilização da terra. Devido à necessidade de produzir inicialmente para a subsistência, no início plantou de tudo um pouco em pequenas quantidades, imprimindo um novo perfil à ocupação da terra, ou seja, a atividade agrícola voltada à policultura. Thales de Azevedo (1975, p. 187-8) define que:

[...] a produção da região e a de cada estabelecimento é diversificada, não existindo grandes e extensas culturas de nenhuma planta nem lote algum dedicado à monocultura. Cedo esboçado, o esquema de uso da terra vem a ser determinado pela repartição do lote em parcelas com diferentes destinações, num padrão mais ou menos uniforme.

Desta forma, se configurou nas colônias italianas o novo modelo de desenvolvimento econômico, baseado na pequena propriedade e na diversidade de produção. Esta ocupação rapidamente espalhou-se pela serra e o planalto norte do Rio Grande do Sul, expandindo-se, no início do século XX, para o Estado de Santa Catarina. Neste sentido, teve absoluto sucesso o projeto de imigração das autoridades brasileiras, pois o objetivo era que esses elementos de origem europeia ocupassem as terras devolutas, impróprias para o grande latifúndio. Conforme Dilse Piccin Corteze (2002, p. 113):

O sucesso macroeconômico e macrossocial do movimento migratório, inicialmente com colonos alemães, mais tarde italianos, é evidente. Entre as razões desse sucesso encontram-se, certamente seu planejamento e desenvolvimento relativamente harmônicos e satisfatórios, considerando-se as condições da época, os recursos e, sobretudo, os objetivos das autoridades estatais e das elites da época.

Devido à cultura familiar de viverem em pequenas propriedades na Itália, não foi difícil aos colonos adaptarem-se no Brasil ao projeto de produzirem em diminutas colônias de terras, se comparadas aos grandes latifúndios existentes na época. A isto, pode-se atribuir em parte o sucesso do modelo colonial. A nova ordem socioeconômica garante ao Estado suportar com mais segurança os períodos de crise enfrentados, principalmente pela economia do latifúndio pecuarista. Zuleika Maria Forcione Alvim (2000, p. 394) considera outros fatores da nova atividade econômica:

[...] a paisagem sulina ganhou uma perspectiva muito diferente do restante do país, onde predominava a grande propriedade. O que se via era um suceder de pequenos lotes onde o milho e o trigo, cereais básicos na dieta italiana, dominavam ao lado de verduras de toda a espécie. No Rio Grande do Sul também os italianos se voltaram muito cedo para o cultivo da uva, transformando esse estado no maior produtor nacional do vinho até hoje.

Esta atividade familiar em pequena propriedade é que levará este colono a buscar constantemente novas terras em outros espaços. A produção capitalista não integra o filho do imigrante ao sistema produtivo urbano. Como as famílias dos colonos tornavam-se muito numerosas e a colônia era pensada apenas para atender uma família, esta não suportava o sustento de toda a segunda geração, o que levou muitos dos filhos a buscarem outras terras.

Assim, num suceder constante de migração foi que os descendentes de imigrantes fizeram novas ocupações de espaços vazios, até mesmo em outros estados. Ao longo deste processo histórico, o modelo capitalista tornou-se cada vez mais acumulativo e transferidor de riquezas aos grandes conglomerados econômicos. O pequeno agricultor, como na Itália pós-unificação, continuou sendo uma das principais vítimas do modelo. Muitos descendentes de famílias de imigrantes continuam sonhando com a terra prometida. Os milhares de sem terra que hoje vivem embaixo de lonas e em acampamentos nas beiras de estradas são deserdados da terra como o eram os primeiros imigrantes italianos que chegaram ao Brasil.

Na busca por novas terras, o Oeste de Santa Catarina foi a primeira região a receber o grande movimento migratório dos descendentes de europeus que saíram em sua grande maioria das colônias italianas do Rio Grande do Sul, no início do século XX. A região do Alto Uruguai catarinense, por apresentar perfil geográfico semelhante aos da serra gaúcha e condições socioeconômicas favoráveis à colonização, foi um dos primeiros alvos das companhias colonizadoras. Com o acordo de Palmas, em 1895, entre Brasil e Argentina, e o fim da Guerra do Contestado (1916) a região superou os litígios que dificultavam a posse das terras. Estas, na sua maioria devolutas, foram negociadas pelo governo com as companhias colonizadoras para fins de colonização. Assim, a partir de 1923 tem início a colonização de Concórdia, sobre a qual trataremos a seguir.

CAPÍTULO II

HISTÓRIA DE CONCÓRDIA: DA COLÔNIA À EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

Para tratar da história de Concórdia, foi indispensável a contextualização histórica que fizemos no capítulo anterior. A origem do município está ligada aos povos nativos, assim como ao caboclo e também aos descendentes de imigrantes do Rio Grande do Sul. Conhecer a história da Guerra do Contestado é fator indispensável para se compreender o processo de colonização que ocorre na região. A história de Concórdia também deve ser compreendida no contexto socioeconômico do Brasil e de Santa Catarina na primeira metade do século XX.

Neste capítulo, que trata da História de Concórdia, nosso objetivo é abordar a chegada dos descendentes de imigrantes vindos do Rio Grande do Sul e a consequente expulsão dos caboclos para a implantação da colônia Concórdia. Nesse contexto, analisamos como ocorre a implantação do novo modelo de desenvolvimento, a partir da visão utilitarista do migrante que se coloca na lógica capitalista de produção.

2.1 Chegada dos migrantes na região de Concórdia e a expulsão dos caboclos

O Oeste de Santa Catarina teve sua ocupação retardada devido a grandes disputas de terras que ocorriam na região. Somente após o fim da Guerra do Contestado, quando foi firmado o acordo de limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina, em 1916, é que começou a ocorrer o processo de colonização da região.

Diferentemente do que ocorreu no restante do Brasil, o Oeste catarinense, foi povoado em três etapas diferentes. A primeira fase, conforme visto anteriormente, é a ocupação das tribos nativas - Kaingang e Xokleng; a segunda corresponde à ocupação cabocla, formada por descendentes de luso-brasileiros e indígenas; e a terceira é a fase da ocupação oficial, ou seja, imigrantes europeus ou descendentes destes.

A última fase de ocupação do Oeste de Santa Catarina é marcada pelo fim da Guerra do Contestado, em 1916. Bilibio *et al.* (2006, p. 193) consideram que havendo a necessidade “[...] de integrar territorialmente a economia da área do conflito ao restante do estado, o

governo estadual iniciou um processo de colonização que resultou no aparecimento de inúmeras cidades”. Desta forma, a colonização no Oeste de Santa Catarina será diferente do que aconteceu no Rio Grande do Sul. Enquanto que para o estado gaúcho os imigrantes chegaram da Europa para formar colônias, ainda durante o século XIX, o Oeste catarinense irá receber os descendentes dos imigrantes italianos e alemães, vindos do Rio Grande do Sul no início do século XX.

O fenômeno que determinou a saída de alemães e italianos de seus países, fundamentalmente, foram as transformações sociais, políticas e econômicas provocadas pelo capitalismo, com a conseqüente expulsão de camponeses de suas terras. As novas formas de produção, impostas pelo novo regime, também determinaram as migrações europeias para o Brasil. Diferentemente dos imigrantes que chegaram a São Paulo que foram trabalhar nas lavouras de café, os imigrantes trazidos ao Rio Grande do Sul foram levados em sua grande maioria para colônias de terras. “[...] os europeus que imigram para o Sul, vislumbram uma possibilidade real para adquirir uma parcela de terreno e, sustentar sua família através da agricultura” (COMASSETTO *et al.*, 2006, p. 166-7). Estes desenvolveram atividades agrícolas em pequenas propriedades, mudando parcialmente o perfil socioeconômico do estado. Como o tamanho das colônias girava, em média, em torno de 30 hectares de terra, não foi atendido ao grande número de filhos das famílias e, com o conseqüente esgotamento dos solos, impôs-se a saída destes para outros espaços.

A fragmentação da propriedade foi outra causa da vinda de famílias gaúchas a Santa Catarina. Propriedades retalhadas e com baixa produtividade dificultavam o sustento da família, geralmente numerosa. Como as terras já não podiam mais ser divididas, sob pena de inviabilizá-las economicamente, a alternativa encontrada foi a emigração. Era comum famílias numerosas venderem seu pequeno lote, por não mais garantir o sustento da família. Além disso, havia a preocupação dos pais de viabilizar o futuro dos filhos. Como na época não havia condições para os filhos estudarem e ingressarem em outras atividades, a solução era conseguir mais terras, o que, no Rio Grande do Sul, para quem não tivesse dinheiro, não era fácil de conseguir (WERLANG, 2009, p. 90).

Portanto, o que ocorreu no Rio Grande do Sul não foi diferente com as famílias de imigrantes vindas, principalmente, da Alemanha e Itália no século XIX: a falta de terras, conjugada ao grande número de filhos, fez com que muitos migrassem para outros estados, seguindo assim um processo contínuo de migração. Conforme Olívio Manfroi (2001, p. 72) afirma em seu estudo, as famílias italianas eram numerosas. “A taxa de natalidade das

famílias italianas no Rio Grande do Sul foi muito elevada. Uma família de 12 filhos era muito comum e famílias de 18, 19, 20 filhos não eram raras nas colônias italianas do Rio Grande do Sul. Os exemplos dessas famílias numerosas encontravam-se em toda parte”.

O que se percebe é que uma das principais causas que levou os indivíduos a buscarem novos espaços para a sobrevivência foi a necessidade econômica. A emigração europeia para a América, e especificamente para o Rio Grande do Sul, foi marcada pela busca de sobrevivência, pois a miséria ainda estava presente na memória de muitas famílias. Isto fez com que muitos, através da migração e motivados pela propaganda das colonizadoras fossem ao encontro de novos espaços na busca da sonhada riqueza.

Um dos locais escolhidos pelos colonos, descendentes de imigrantes europeus, foi o Oeste catarinense. É importante considerar que para a região do Alto Uruguai vieram basicamente os migrantes filhos dos imigrantes que chegaram ao Rio Grande do Sul no século XIX, mais precisamente a partir da década de 20, os alemães, na região do Vale dos Sinos, e posteriormente para a Depressão Central. A partir de 1875, chegaram os italianos quando da criação das colônias de Bento Gonçalves e Garibaldi, seguidas de Caxias do Sul.

Concórdia passou a receber migrantes ítalo-germânicos a partir de 1920. “Os colonizadores de Joaçaba não foram imigrantes italianos, mas em sua maioria seus descendentes vindos do Rio Grande do Sul e, em número bem menor, das colônias italianas do Sul de Santa Catarina” (RADIN, 2001, p. 88). O autor analisa a colonização de Joaçaba, que também veio a ser área preferida dos migrantes italianos. Concórdia, nessa época, fazia parte do território do antigo município de Cruzeiro, atual Joaçaba, emancipando-se deste em 1934.

Um dos primeiros colonos a chegar à região do Rio dos Queimados, denominação do local na época, onde hoje se localiza a cidade de Concórdia, foi Caetano Chiuchetta¹⁶, em 1925. Tinha 23 anos e faleceu aos 95 anos. Viveu, portanto, grande parte da história do município. Em entrevista a Geraldo Ferreira, em 28 de abril de 1990, assim Caetano Chiuchetta descreve Concórdia *“Tinha só aquela casa velha que eu mostrei aí, só aquela casa e estavam fazendo aquela outra casa do lado de lá do rio. Quando chovia o pessoal tinha que passar pelo rio, era difícil porque o pessoal tinha que esperar dar passo com a tropa e depois passava. E aqueles que vinham lá do mato, lá no outro lado ficavam até lá*

¹⁶ Caetano Chiuchetta, natural de Caxias do Sul - RS, chegou à Concórdia em 1925. Esta entrevista foi realizada pelo historiador Antenor Geraldo Ferreira e encontra-se no Museu Histórico Municipal Hermano Zanoni, em Concórdia - SC.

onde tinha a casa Bernardi, por ali dava passo, onde é a Rua do Comércio, aí era campestre, um mato comido de mula, assim é”.

De acordo com o depoimento de Caetano Chiuchetta, constata-se que em Concórdia muito poucos moradores existiam, quando da chegada dos primeiros colonos migrantes. O processo de colonização com descendentes de imigrantes europeus tem início na década de 20. Antes quem habitava a região eram os caboclos que construía suas moradias distantes umas das outras, não obedecendo à divisão de propriedade, pois eles não praticavam a política de propriedade privada da terra. De acordo com Poli (1991, p. 88), os caboclos eram alijados da terra porque, “[...] a propriedade da terra era difícil de ser conseguida, principalmente pelos entraves burocráticos. Poucos tinham condições culturais para o conhecimento dessa estrutura”.

A ocupação na região ocorreu primeiramente em Alto Bela Vista, próximo a Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul. Esta ligação com Santa Catarina ficou facilitada após a conclusão da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande e a consequente construção da ponte sobre o rio Uruguai, em 1912, que uniu os dois estados. Outro município que também teve entrada de migrantes no mesmo período foi Itá, através da balsa que fazia a travessia pelo município de Aratiba, no Rio Grande do Sul.

Poucos registros existem de Concórdia antes de 1912, data que marcou o início da Guerra do Contestado, com a Batalha de Irani. Contudo não se pode pensar que a região era um vazio demográfico. O que ocorria é que a tradicional forma de ocupação da terra não estava dentro dos novos projetos almejados pelo Estado e os interesses das companhias colonizadoras. De acordo com o modelo de desenvolvimento pensado e proposto, ficou inevitável o confronto entre caboclos e migrantes, pois o que passa a valer, a partir da intervenção estatal e seu aparato jurídico, juntamente com a iniciativa privada, é o direito à propriedade e não mais o da ocupação. O objetivo desta política vem ao encontro dos interesses do capital, pois este pretendia formar colônias que passassem a produzir gêneros agrícolas que atendessem às necessidades do consumo interno. É importante lembrarmos que a Proclamação da República não elimina os males do passado, apenas transfere poderes, pois aqueles que no período da colônia eram os detentores de grande quantidade de terras e de escravos são, agora, os que assumem o poder representado pela República.

Essas transformações, em relação à ocupação de terras, já vinham ocorrendo na sociedade brasileira desde meados do século XIX com a nova Lei de Terra nº 601 de 18 de setembro de 1850. Esta lei dispõe “sobre as terras devolutas do Império, sobre as possuídas

por títulos de sesmarias, sobre regime de registro de posses e titulação de terrenos rurais e sobre o estabelecimento de colônias de nacionais e estrangeiros” (D’ANGELIS, 1995, p. 175). Neste momento, o fenômeno do monopólio da classe sobre o trabalho escravo se modifica para o monopólio da classe sobre a propriedade da terra, ou seja, o senhor de escravos se transformou em proprietário de terras. A propriedade fundiária se torna o principal instrumento de controle e subjugação da força de trabalho, pois a Lei de Terras “estabelece que as propriedades rurais só podem ser adquiridas por compra” (PAULINO, 1996, p. 76).

Neste contexto, o que predominava na região do ponto de vista da ocupação era o caboclo. Este, além de formar uma nova composição étnica, também passa a ter uma conceituação social e econômica, porque é “associado à população pobre, sempre serviu de mão de obra a fazendeiros, ervateiros e madeireiros” (KOTHE, 2006, p. 256). Poli (1991, p. 100) refere que “o caboclo é conceituado como luso-brasileiro e cuja condição fundamental de reconhecimento é ser pobre e viver toscamente”.

Ainda, de acordo com a lógica da ocupação, sabe-se que muitos dos caboclos, sobreviventes do combate do Irani refugiaram-se na região porque passaram a ser caçados pelas autoridades policiais. Algumas famílias acabaram fixando moradia e construindo uma nova possibilidade de sobrevivência. “Entre 1920 e 1925, Concórdia era sertão, com residências distantes umas das outras, a maioria de caboclos refugiados após a batalha de Irani, que se agruparam em torno do caudilho José Fabrício das Neves que ali fixou residência em 1917, estabelecendo o seu ‘quartel general’” (FERREIRA, 1992, p. 52). É atribuída a José Fabrício das Neves a morte do Coronel João Gualberto Gomes de Sá Filho, chefe da polícia do Paraná que foi designado pelo governo daquele estado para expulsar os caboclos das terras contestadas, que os paranaenses diziam ser suas e que foram ocupadas pelos sertanejos em Irani.

A ocupação de Concórdia pelos descendentes de imigrantes italianos e alemães teve início a partir da segunda década do século XX. Foram as companhias colonizadoras, interessadas na venda de terras com objetivo de obterem lucros, que impulsionaram a vinda destes novos personagens étnicos para ocuparem as terras do Alto Uruguai Catarinense. A primeira atividade colonizadora foi exercida pela *Brazil Development and Colonization Company*, em 1917, abrangendo grandes áreas de terra às margens dos rios Uruguai e Peixe. Várias outras empresas colonizadoras foram fixando-se na região, procedentes do Rio Grande do Sul, trazendo enorme quantidade de famílias de origens italiana e alemã. As terras

passaram a ser medidas pelas companhias colonizadoras a fim de serem vendidas a colonos que pudessem pagar por elas. Desta forma, ocorreu a substituição da população local pelos colonizadores.

Ao mesmo tempo em que faziam a propaganda das terras, as companhias colonizadoras procuravam vender a ideia para os colonos de que havia um tipo nativo, denominado de caboclo. Este, para que o projeto de colonização viesse a ter sucesso deveria ser expulso, pois este não trabalhava, vivia do que a natureza fornecia. “Pela ação da companhia colonizadora, através de seus encarregados pela segurança, o caboclo foi despejado de seus redutos e de suas posses, através de métodos, geralmente violentos, vendo-se obrigado a retirar-se para os confins das matas” (FERREIRA, 1992, p. 80). Ainda de acordo com Poli (1991, p. 88), “o caboclo não teve muitas condições para escolarizar sendo normalmente analfabeto. Sua filosofia de vida era contrastante com a filosofia capitalista”.

Por isso, os migrantes, que viam no trabalho a forma de ganhar dinheiro e ficar rico, passaram a ver o caboclo como um sujeito desapegado do trabalho e degenerado socialmente, pois a lógica do capital pressupõe que para integrar-se a ela é necessário o trabalho para a obtenção de riqueza. Nesse sentido, Woloszyn (2006, p. 55) assim descreve essa situação:

O caboclo não consegue conviver com essa visão capitalista, introduzida na região pela colonização, patrocinada por companhias colonizadoras. Estando à margem dessa sociedade e não tendo dinheiro suficiente para adquirir uma propriedade, o caboclo torna-se a força de trabalho nas lavouras do novo proprietário, ou então é isolado em regiões distantes.

Mesmo que o projeto colonizador tenha procurado construir uma imagem perversa em relação ao caboclo, perceberemos algumas contradições nas falas de imigrantes quando se referiam ao trabalho. Em entrevista a Alvaír Santos em 29 de dezembro de 1999, Amanda Lídia Lohmann Becker¹⁷ declara que “*Quando nosso pai matava porco eles vinham comprar os miúdos e a cabeça e pagavam com serviço na roça*”. Também em entrevista a Geraldo Ferreira em 28 de abril de 1990, Caetano Chiucheta diz que “[...] *mandei cortar o mato, mandei derrubar, mandei plantar o milho a ponta de enxada*”. Ora, o imigrante já havia declarado que não havia outros moradores na nova colônia que não fosse o caboclo. Portanto,

¹⁷ Amanda Lídia Lohmann Becker, natural de Estrela, RS, chegou em Concórdia em 1920. Esta entrevista encontra-se no Museu Histórico Municipal Hermano Zanoni, em Concórdia, SC.

é óbvio que o caboclo foi mão de obra barata para a realização dos serviços, como declaram os dois entrevistados.

Desta forma, Comassetto *et al.* (2006, p. 169) afirmam que “os migrantes julgam-se superiores pelo fato de que seu trabalho produz, em mercadorias, uma escala maior do que os caboclos, portanto, sua concepção de desenvolvimento está pautada na produção de bens em abundância”. Para Pereira (1974), os imigrantes já teriam uma “inclinação natural” para as artes, ofícios e maquinarias. Giron (1979) segue a mesma trilha, para quem o processo da industrialização, entre os imigrantes, é explicado como atributo dos mesmos, apresentando-os como agentes de modernização. Nesse sentido, já trariam consigo o gérmen da Revolução Industrial, devido a sua maior especialização técnica e, mesmo sem capital financeiro, possuíam desenvolvido espírito empresarial. “É devido a esta maneira de pensar impositória, entre a relação homem *versus* trabalho que o caboclo foi considerado inferior. Este não via o trabalho como uma forma de enriquecer materialmente, mas como instrumento no qual produz e reproduz sua sobrevivência” (COMASSETTO *et al.*, 2006, p. 169).

Portanto, foi em uma lógica intencional e planejada que o projeto colonizador se consolidou na região, tendo o objetivo de substituir o caboclo nativo pelo migrante de origem estrangeira, numa nova perspectiva econômica na qual a produção de excedentes seria o alvo principal para os promotores do empreendimento. Neste contexto, os posseiros¹⁸ são produtos das próprias contradições do capital e, por serem inadequados ao projeto de exploração da terra, foram excluídos do novo modelo de sociedade que se estruturava. Frente a estas condições, toda a ordem social vivida até então pelo caboclo foi alterada, da condição de donos da terra, tornaram-se intrusos. A partir daí, de onde se extraía unicamente o necessário para a subsistência, agora deveria ser extraído o máximo que a terra pudesse oferecer.

Conclui-se, então, que os caboclos foram duplamente marginalizados. Além de excluídos pelo próprio sistema, ainda foram desprezados pelos migrantes que ocuparam suas terras. O que explica grande diferença entre o caboclo e o colono no novo projeto colonizador é a compreensão que ambas possuem acerca do trabalho. Enquanto o caboclo buscava através dele a subsistência, o caráter familiar do colono migrante estava voltado para a atividade agrícola planejada de produção de excedentes e será com este objetivo que foi integrado facilmente ao novo meio.

¹⁸ Indivíduo que está na posse material de um imóvel, mas não possui o título de propriedade, no caso a que se refere: a terra.

Assim, ao processo de colonização parece estar associado o processo de exclusão, ou seja, inclusão/exclusão camponesa. Porém, esse cenário não se limitou à realidade catarinense e gaúcha. Na verdade, a ocupação destas terras será reflexo do processo desencadeado ainda na Europa, a partir do século XVIII, com a formação da classe operária.

O que ocorreu no Oeste catarinense é a expansão do modelo capitalista que em muitos outros setores e regiões do País já estava em processo de consolidação. A Lei de Terras de 1850 estabelece que as terras possuam valor de venda no mercado capitalista, o que determina outras relações no campo. Os caboclos que ocupavam as terras juntamente com os povos nativos foram expulsos, pois estes não tinham compreensão cultural e econômica para se inserirem em um modelo que buscava acima de tudo a concentração de riquezas.

Desta forma, os caboclos foram expulsos e massacrados para que outros grupos humanos passassem a adquirir terras em uma nova lógica, ou seja, comprando lotes ou colônias de terras. Será a partir da venda de terras, que as companhias colonizadoras, introduzem na região, o colono descendente de imigrante e será com ele que vai ocorrer a implantação da Colônia Concórdia.

2.2 A implantação da Colônia Concórdia

O processo de imigração para o Alto Uruguai catarinense teve seu marco inicial com a conclusão da ponte férrea sobre o Rio Uruguai, em 1912. Esta obra fez a ligação dos dois estados com a cidade gaúcha de Marcelino Ramos, através da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande. Entretanto, a implantação da Colônia Concórdia irá ocorrer alguns anos mais tarde, somente em 07 de janeiro de 1922, quando a *Brazil Development and Colonization Company* que havia recebido do governo do Estado de Santa Catarina a concessão de colonização das terras como parte do pagamento da construção da estrada de ferro, resolveu, então, repassar os serviços a outras companhias colonizadoras. Desta forma, é que foi impulsionada a imigração, dando início à colonização da região, com os descendentes de imigrantes italianos e alemães do Rio Grande do Sul. Antenor Geraldo Ferreira (1992, p. 71) assevera que

[...] a partir de 1922, coube os primeiros passos da colonização definitiva no Alto Uruguai Catarinense a firmas como Luce e Rosa, que colonizou a região de Uvá, a Companhia Capelli, que colonizou a região de Rancho

Grande, a Empresa Brum, que colonizou a fazenda Surivi e a Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons e Cia., a quem coube a colonização das regiões de Sertãozinho e Rio Engano.

A Colonizadora Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons e Cia.¹⁹ tornou-se responsável pela colonização da colônia Rio Engano, onde posteriormente se desenvolveu a cidade de Concórdia. A Companhia comprou, em 1925, da *Brazil Development and Colonization Company*, uma área de 1.073.583.548 m² totalizando 3.346 lotes de colônias. Esta área compreendeu longo trecho das margens do Rio Uruguai e afluentes, tornando-se um grande atrativo para os imigrantes. O agrimensor Victor Kurudz, contratado pela Companhia para medir as terras, em entrevista concedida ao historiador Antenor Geraldo Ferreira, em 06 de julho de 1990, assim descreve o interesse da Companhia na compra das terras “*tinha interesse comercial, comprar terras e vender terras*”.

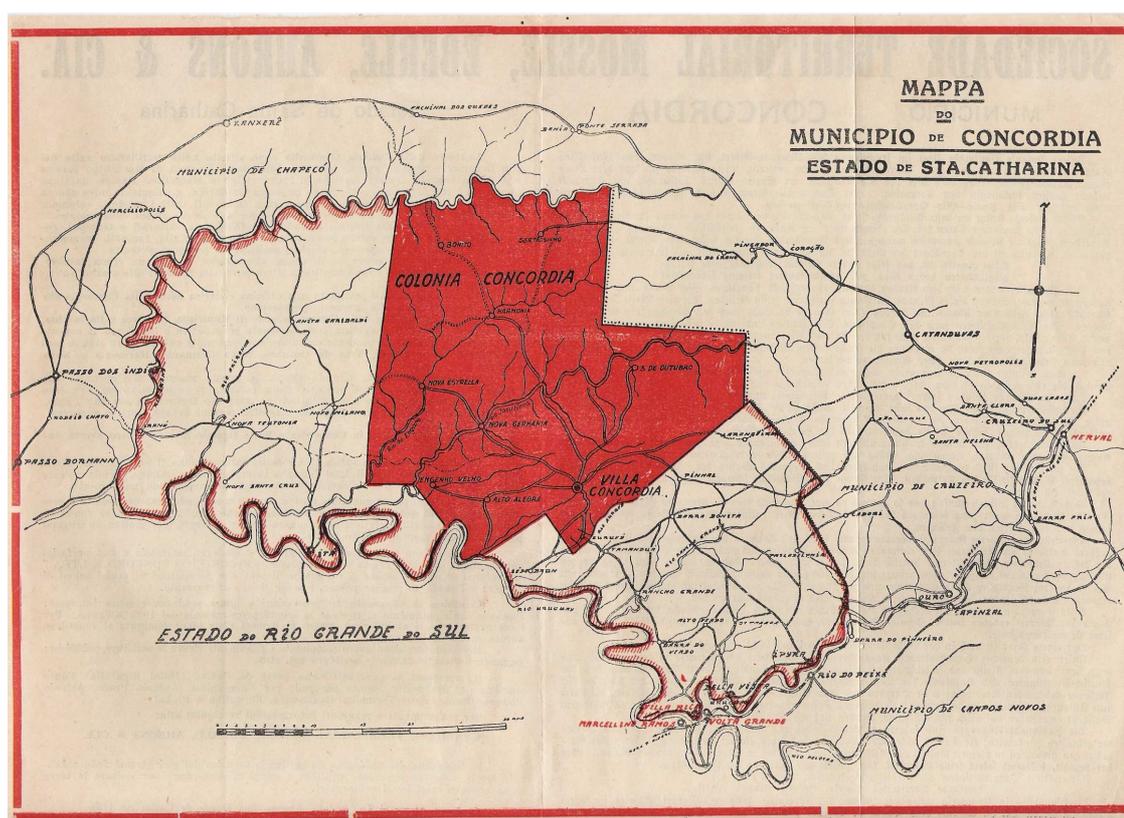


Figura 1 - Mapa da Colônia Concórdia elaborado pela Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia.. Década de 1930
Fonte: Museu Municipal Hermano Zanoni de Concórdia

¹⁹ A colonizadora tem origem no imigrante italiano Leonel Mosele que chegou ao Brasil em 1896. Iniciou suas atividades no comércio, após associou-se à firma Abramo Eberle e Cia., constituindo a Sociedade Eberle, Mosele e Cia. em Caxias do Sul. Em 1923, Leonel Mosele incorpora à Companhia o Dr. Rodolfo Ahrons e começa a atuar no município de Cruzzeiro, SC, com a denominação definitiva: Colonizadora Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons e Cia. (FERREIRA, 1992).

Desta forma, fica evidenciado o papel da principal companhia colonizadora no processo de colonização da região, que com a demarcação das terras, embora estas sem possuir valor agregado, mas por se transformarem em monopólio da Colonizadora, passam a gerar lucro e capital. A venda de lotes de colônias para os descendentes de imigrantes trazidos do Rio Grande do Sul passou a ser um negócio lucrativo e o domínio sobre a terra tornou-se o elemento condutor das mudanças no processo de ocupação do espaço. Esta relação transformou definitivamente as relações dos indivíduos com a terra, pois a mesma, “é um recurso que incorpora valor e se valoriza, portanto é fonte de acumulação capitalista” (GOULARTI FILHO, 2002, p. 79). É importante a reflexão de Carlos Fernando Comassetto (2008, p. 81), sobre o tema:

A apropriação da terra, para venda de colônias, constituiu uma forma de acumulação de capital, através da apropriação de parte do trabalho excedente, passado ou futuro do comprador – o colono camponês. Nesse sentido, tratava-se de acumulação de capital através da exploração de produção mercantil não capitalista – a produção colonial-camponesa. Esse processo ensejou forte acumulação de capitais, em boa parte empregada, a seguir, em atividades claramente capitalistas.

Esse migrante, trazido pelas companhias colonizadoras à região do Alto Uruguai Catarinense, ocupava pequeno lote de terra, que variava de 20 a 40 ha, dependendo das condições geográficas, sendo que já era definido pelas próprias empresas. “Uma das características principais da colonização foi a instituição do regime de pequenas propriedades, [...] permitindo assim um aglomerado mais denso das populações” (FERREIRA, 1992, p. 71-2). Sobre o preço dos lotes, Comassetto (2009, p. 100) diz que: “Algumas companhias colonizadoras diferenciaram o valor por hectare (ha) da terra de mato da terra de Campo. [...] O preço sugerido, inicialmente, seria de vinte mil réis pelo hectare de campo e trinta mil réis pelo hectare de mato”.

A partir do momento em que o colono adquire a terra, provê o sustento de sua família e ainda busca, através do trabalho, formas de gerar lucro para pagar sua nova propriedade. Atende, assim, os objetivos do projeto de colonização que seria colocar na terra alguém que produzisse excedentes para o mercado. Desta forma, se inserindo no contexto que consolida a integração na divisão inter-regional do trabalho, proporciona as pré-condições para a penetração capitalista na economia regional.

Uma das estratégias da Colonizadora Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons e Cia., para atrair colonos às novas terras foi instalar escritórios em algumas cidades da Serra Gaúcha como Caxias, Bento Gonçalves, Antonio Prado, Guaporé e até mesmo no litoral sul catarinense. A propaganda buscava explorar elementos do imaginário do imigrante, falando das riquezas naturais – clima, água, matas, fertilidade dos solos e o atrativo principal que eram os baixos preços das terras e as facilidades de pagamento, além do custeio para o transporte das famílias até a instalação na nova colônia. Assim, “os imigrantes, motivados pelas propagandas de terras férteis no Oeste catarinense e pelas condições que as próprias companhias colonizadoras ofereciam, consolidaram um forte processo de migração” (MARCHESAN, 2003, p. 43). Vejamos ainda o que dizem Testa; Mior; Baldissera e Cortina (1996, p. 44) sobre a importância dos recursos naturais para a ocupação da terra por descendentes de europeus na região:

Os recursos naturais da região constituíram-se num dos pilares do processo de colonização em pequenas propriedades e com produção familiar de excedentes agrícolas. A existência de mata nativa exuberante e a boa fertilidade natural do solo propiciaram aos imigrantes uma forte base de produção de meios para viabilização do modelo.

No tocante à propaganda, a Colonizadora Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons e Cia. valeu-se das mais variadas formas como, por exemplo, publicar textos em italiano e alemão, distribuindo-os em pontos estratégicos, como nas estações de trem. Nas propagandas distribuídas sempre buscou apontar os mais importantes aspectos da nova colônia, como o fertilíssimo Vale do Rio Uruguai, a proximidade da estação de Marcelino Ramos e outros. Nesse sentido, como destaca Comassetto (2008, p. 90), a Mosele

[...] utilizou intensamente diversos meios de propaganda. Jornais, como Staffetta Riograndense, de Caxias do Sul, escrito em italiano, circulavam nas colônias italianas do Rio Grande do Sul. A partir de meados da década de 1920, esse periódico publicou diversas ofertas de lotes. Os anúncios situavam aqueles lotes no lugar ideal para se viver e constituir uma família. Apresentavam condições de pagamento facilitadas que incluíam o pagamento de parcelas com trabalhos na abertura de estradas.

SOCIEDADE TERRITORIAL MOSELE, EBERLE, AHRONS & CIA.

MUNICIPIO CONCORDIA

Estado de Santa Catharina

Unsere Kolonie Concordia liegt im fruchtbaren Rio Uruguay-Gebiet, nur 85 Km. von Marcellino Ramos und der von uns angelegten Station Volta Grande entfernt. Diese befindet sich auf dem Volcellino Ramos gegenüberliegenden Ufer des Rio Uruguay, im Staate Santa Catharina, am Endpunkt unserer großen Autostraße von Concordia. Hier können alle Produkte nach irgendwelchen Abzweigungen mit der São Paulo-Rio Grande-Bahn verfrachtet werden.

Unsere Kolonie besitzt die beste Autostraße jener Gegend. Sie wurde von uns gebaut und stellt die Verbindung mit den genannten Orten her. Die Straße wird im Auto in anderthalb Stunden zurückgelegt. Außerdem besitzt die Kolonie Concordia ausgezeichnete Autostraßen, die die wichtigsten Punkte miteinander verbinden. Dadurch ist der Transport der Produkte zur Eisenbahn sehr leicht und sehr billig.

Ohne Zweifel ist, daß keine andere Kolonie so glänzende Abzweigungen besitzt, wie gerade unsere Kolonie Concordia!

Alle Produkte werden nach dem Norden des Landes verfrachtet (Curitiba, São Paulo und Rio) und werden an unserer Station Volta Grande, in Santa Catarina selbst verladen. Auf diese Weise brauchen die Produkte nicht mehr über Marcellino Ramos (Rio Grande do Sul) nach den Abzweigungen verfrachtet zu werden. Die Transportkosten nach der Hauptstadt São Paulo sind immer bedeutend geringer als nach Porto Alegre. In unseren Kolonien kann sich der Kolonist sofort niederlassen und lebende Rinder und Schweine von Brasilien herbeibringen. Da er hierzu die fruchtbarsten Ländereien verbindet und die Leichtigkeit hat, alle seine Gegenstände sofort zu guten Preisen zu verkaufen.

Da Bau befindet sich auch eine große Schweinefleischfabrik mit Kälteanlage im Werte von 1500 Contos, die es ermöglicht die von unseren Kolonisten gemästeten Schweine selbst zu verpacken.

In Volta Grande besitzen schon bedeutende Geschäftshäuser und eine gut eingerichtete Schmelzfabrik. Kolonisten, bedenkt, daß Sie das beste Geschäft machen, wenn Sie Kolonien in dieser Gegend kaufen, wo große Geschäftshäuser bestehen, die im Großen sämtliche Kolonialprodukte, insbesondere lebende Schweine ankaufen und immer bessere Preise bezahlen, als der Handel in Porto Alegre.

Unsere Ländereien sind äußerst fruchtbar und mit schönem Laubwald bepflanzt. Edelhölzer wie: Louro, Angico, Cabriano, Orizaba, Cangerana, Cedro und andere bilden im allgemeinen den vorzuziehenden Wald. Die Vermessung ist so vorgenommen, daß jedes der stehenden Häuser hat. Das ist ein Punkt von besonderer Wichtigkeit für den Kolonisten. Die Größe der Kolonien schwankt zwischen 10 und 15 akqueres (24-36 Hektar).

Das Klima ist äußerst günstig und so gut als es nur gewünscht werden kann. Es eignet sich deshalb für alle Pflanzungen, ganz besonders für Mais, Tabak, Aze (alfalfa), Weizen, Getreide, Bohnen, Kartoffeln und alle Sorten von Früchten.

Die Befestigung unserer Kolonie Concordia begann 1927 und nahm in den nachfolgenden Jahren immer größere Ausdehnung an. In kurzer Zeit entstanden hübsche Einfamilien- und ausgedehnte Pflanzungen inmitten des dichten Urwaldes. Insekten war Fortschritt zu sehen, und unsere Kolonie wurde damit ihres raschen Entschlusses mit einer Nachbarkolonie im Juli 1934 zum eigenen Municipio namens Concordia mit Sitz in unserm Stadtplatz Villa Concordia und im Januar 1935 zur Stadt mit eigener Gerichtsbarkeit erhoben. Dadurch ist der Fortschritt unserer Kolonie noch mehr gesichert worden.

Villa Concordia ist heute ein hübsches Landstädtchen mit vielen Häusern, Kirche, die vom Bischof von Lagoa zur Pfarrkirche erhoben wurde, Schule, Postagentur, guten Hotels, mehreren Handelshäusern und unserm Verwaltungshaus.

Vor einem Jahr ist auch in der Villa Concordia elektrisches Licht angelegt worden.

Unter zehn deutschen Hauptstädtchen Nova Germania erwiderte sich ebenfalls in rascher Weise und geht heute von dem Preise und Fortschritt der Städte. Dieser Stadtplan sowie Nova Grelia sind für Deutsch-Brasilianer und Germania für Deutsch-Brasilianer bestimmt. Außerdem haben wir noch die für Kolonisten bestimmten Stadtplätze de Durobro und Alto Alegre. Auf allen unsern Stadtplätzen, die durch gute Autostraßen miteinander verbunden sind, ist reges Leben anzutreffen und sie befinden sich in höchster Blüte; es bestehen auf allen schon Schulen, Kirchen und Handelshäuser.

Die Pflanzungsbedingungen sind folgende: Bei Abschluß des Kaufvertrages ein Drittel des Wertes der gekauften Ländereien; ein Drittel nach 6 Monaten und das letzte Drittel nach einem Jahre. Bei Verzögerungen gewährt wir einen Rabatt von 10% per Jahr auf die vor der Zeit bezahlten Raten. Wer bar bezahlt, bekommt sofort seine Bestände, sonst sofort nach Zahlung der letzten Rate.

Für weitere Informationen und Aufklärungen werden man sich an die Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia., mit Direktionsbüro in Concordia unter der Leitung der Herren João und Leonel Mosele; in Porto Alegre an Herrn Dr. R. Ahrons, Rua Duque de Caxias, 1735 — und in Caxias an Eberle, Ludwig & Cia.

Le terre della Colonia Concordia sono situate nella fertillissima valle del Rio Uruguay e distano appena 35 chilometri dalle Stazioni di Marcellino Ramos e di Volta Grande. Questa stazione si trova vicino a Marcellino Ramos, dal lato opposto del Rio Uruguay, nello Stato di Santa Catharina, giustamente dove sbocca l'importante strada di Concordia e dove sono imbarcati tutti i prodotti coloniali, nella strada di ferro São Paulo-Rio Grande, per qualunque piazza consumatrice.

La nostra fiorente colonia composta di 4800 lotti, misurati e tracciati, coperti di legname di alto valore, e adatti alla coltura di miglio, fagioli, frumento, fumo, alfalfa, canna, da zucchero, vigneti, assicura un prospero avvenire.

Le colonie sono provviste di acqua abbondante, godono un clima salubre, mentre bellissime strade facilitano il trasporto dei prodotti alle stazioni d'imbarco con poca spesa.

Da un anno trovasi installata una officina elettrica nella Villa Concordia che fornisce Forza e Luce alla crescente popolazione.

Oltre la progredita Villa Concordia, sede di Municipio, Comarca e Parrocchia, con parroco permanente, agenzia postale, scuole governative e forti case di negozio compratrici di qualunque prodotto coloniale, esistono nella colonia altre cinque sedi denominate: Alto Alegre, Tres de Outubro, Nova Germania, Harmonia e Nova Estrella.

Alla stazione di Volta Grande sbocca la strada maestra di Concordia con vantaggio per l'imbarco dei prodotti della colonia, risparmiando così l'imposto di esportazione e godranno pure riduzioni di trasporto ferroviario per São Paulo. Nella stazione Volta Grande, vendiamo magnifici terreni urbani (lotti e chacaras), a prezzi vantaggiosi.

Acquistando terreni in Concordia e Volta Grande in poco tempo avrete duplicato il vostro capitale.

La villa Concordia trovasi a 35 chilometri dalla stazione di Volta Grande. Nella nostra colonia esistono più di 1200 famiglie in maggioranza italiane, e colla recente installazione del Municipio e Comarca queste vengono aumentando rapidamente.

Questo fatto prova che nelle nostre terre il colono può stabilirsi subito e produrre in quantità qualunque genere coloniale perché con tutta facilità la vende ed ottiene prezzi uguali o migliori della piazza di Porto Alegre, per motivo di trovarsi più prossimo al mercato di São Paulo.

Si incontrano in costruzione un grande e moderno mattatoio e una perfezionata fabbrica di salami con la denominazione "FRIGORIFICO CONCORDIA LTDA." del valore di mille e cinque cento contos di reis, che permettono ai nostri coloni di vendere sul posto, al miglior prezzo, i porci di loro allevamento.

Condizioni di pagamento: In prestazioni a lunga scadenza e senza interesse. Pagando anticipatamente si concede lo sconto proporzionale del 10% all'anno. Per i compratori che si stabiliscono dentro di 6 mesi nelle terre comprate si concedono ancora maggiori vantaggi.

Il compratore dopo avere completato i pagamenti riceve le scritture pubbliche; pagando a vista si danno le scritture nell'atto.

Il mercoledì di ogni settimana parte da Caxias (Hotel Bigarella) l'auto omnibus per Marcellino Ramos passando per Farroupilha, Antonio Prado, Alfredo Chaves, Prata, Lagoa Vermelha, Sananduva, Forquilha e Pinhal.

Per senariamenti e maggiori informazioni rivolgersi alla:

SOCIEDADE TERRITORIAL MOSELE, EBERLE, AHRONS & CIA.

In Concordia dove abbiamo un scrittório a carico dei soci gerenti João e Leonel Mosele, come pure persone pratiche e mezzi di conduzione per visitare le terre senza spesa alcuna per i compratori.

In Porto Alegre al Dr. Rodolfo Ahrons, Rua Duque de Caxias n.º 1735
In Caxias a Eberle, Ludwig & Cia.

Figura 2 – Verso da propaganda da Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia. Década de 1930
Fonte: Museu Municipal Hermano Zanoni de Concórdia

É de se reforçar, ainda, que fatores como a inviabilidade das colônias Velhas do Rio Grande do Sul, devido ao aumento do número de filhos nas famílias, tornou impossível que todos permanecessem no mesmo espaço. “Segundo censos feitos pelos padres na década de 1920 nas colônias italianas, a média de natalidade das famílias era de 7,2%, o que também contribuía para a rápida expansão da colonização” (RADIN, 2001, p. 68).

A construção da ponte no Rio Uruguai, fazendo a ligação de Santa Catarina com o estado gaúcho, através da Estrada de Ferro e o fim da Guerra do Contestado contribuíram para impulsionar a migração de descendentes de italianos e alemães para a nova colônia catarinense.

Uma das razões que determinou a hegemonia da migração italiana para a região de Concórdia foi, sem dúvida, a opção da Colonizadora Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons e Cia. em focar a propaganda em cidades da Serra Gaúcha. Outras companhias colonizadoras concentravam suas propagandas na região do Vale dos Sinos, levando

migrantes alemães para o Alto Uruguai catarinense. Sobre o papel das companhias colonizadoras, Jairo Marchesan (2003, p. 46), aponta que:

No decorrer do processo de colonização do Oeste catarinense e, mais precisamente, da região em estudo, a ação das Companhias Colonizadoras mostrou-se fundamental e determinante, uma vez que as mesmas, primeiramente, faziam as propagandas das terras, nas chamadas “Colônias Velhas” do Rio Grande do Sul, e, posteriormente, viabilizavam as transações burocráticas nas colônias novas, a localização, a medição das terras, etc., enfim, efetivavam os negócios com os colonos.

Os primeiros imigrantes ao chegarem à colônia do Rio Engano encontraram um lugar povoado basicamente por indígenas e caboclos, sem nenhuma ligação de estradas com outras localidades. “Grandes eram as dificuldades de acesso à Colônia, o qual só era possível com cavalos, a partir de Marcelino Ramos” (FERREIRA, 1994, p. 20). A solução foi a própria empresa Mosele promover a construção de estradas, com o trabalho dos colonos imigrantes.

A grande conquista no transporte ocorreu quando foi concluída a ligação de Concórdia com Marcelino Ramos, perfazendo um total de 38 Km, em 1927, um ano após o início dos trabalhos. Esta obra veio facilitar o acesso à estação ferroviária de Volta Grande que era, na época, o ponto de chegada dos imigrantes no Alto Uruguai Catarinense.

A partir destes fatos estavam postos os elementos essenciais para que ocorresse a implantação definitiva da Nova Colônia, objetivada pelo Estado e pelas companhias colonizadoras, dentre elas a Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons e Cia.. Assim, inicia-se o novo modelo de desenvolvimento econômico, baseado no trabalho do migrante descendente de europeu. O migrante tendo que pagar pela terra, logo iniciou o processo de produção. Primeiramente explorou as riquezas naturais aqui encontradas, como a madeira e a erva-mate; em seguida, iniciou a plantação de alfafa, que visava o mercado local e nacional. Além disso, “nas pequenas propriedades ocorriam plantações de feijão, trigo, mandioca e criação de galinhas, porcos e outros animais. Esses produtos eram destinados ao consumo familiar” (ESPÍNDOLA, 1999, p. 20).

A demarcação das colônias não foi um processo natural e tranquilo para as colonizadoras. Conforme visto anteriormente, a região não era um vazio demográfico, totalmente desabitado, pois muitos caboclos por aqui já haviam se estabelecido. Em alguns casos houve negociação para a posse das terras; em outros, a expulsão dos caboclos foi a

maneira mais simples que encontraram para que desocupassem a área. Geraldo Ferreira (1992, p. 80), relata uma dessas situações:

[...] a partir de 1926, boa parte deles já havia sido expulsa, e se aparecesse algum se indispondo contra as normas da Empresa Mosele, era-lhe dado oito dias para sair. Caso contrário, segundo depoimento de vários imigrantes, a Empresa mandava por fogo no rancho, vendo-se o caboclo obrigado a pegar suas poucas coisas, normalmente panelas e chaleiras e sumir.

A opção pela colônia Rio Engano, ou mais precisamente Queimados, como era conhecida a localidade, tem muito a ver com o processo de negociação que ocorreu entre os interessados, para iniciar a colonização. A Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons e Cia., segundo Comassetto (2008, p. 98) “[...] adquiriu da *Brazil Development & Colonization Company* 3.346 lotes coloniais, com área total superior a cem mil hectares. Em 1925 assumiu o encargo de colonizar a gleba “Rio Engano” e, em 1932, na sua Colônia Rio Engano, demarcou 3.638 lotes rurais, 256 lotes urbanos e 26 chácaras (futura colônia Concórdia)”.

A origem do nome Concórdia está intimamente ligada a três personagens que participaram da negociação para demarcação das terras na região. São eles: o caboclo Eusébio que controlava as terras na localidade de Fragosos, próxima ao Queimados, tido como coronel nesta localidade; José Fabrício das Neves, que participou da Batalha do Irani, em 1912, fato que marcou o início da Guerra do Contestado e, como foi acusado de ser o responsável pela morte do Coronel João Gualberto Gomes da Sá Filho, chefe da polícia do Paraná e comandante naquele combate das tropas paranaenses, refugiou-se nas proximidades do Rio dos Queimados e o agrimensor Victor Kurudz, que também participou das negociações como representante da *Brazil Development and Colonization Company*, e, posteriormente foi contratado pela colonizadora Mosele.

Sobre José Fabrício das Neves, que veio de Passo Fundo, RS para a região de Irani, SC, no final do século XIX, encontra-se na historiografia do Contestado e, após o Combate do Irani, ele fugiu para a região dos Queimados onde logo se tornou o líder dos caboclos na localidade, passando a exercer papel de coronel, pois tinha ao seu redor muitos caboclos armados para o proteger. Segundo Ferreira (1992, p. 59) “[...] andando sempre rodeado de guarda-costas armados, mantendo um bem organizado serviço de espionagem. [...] Por questões estratégicas, possuía diversas casas espalhadas pelas matas”. Celso Martins (2007, p. 82-3), referindo-se ao papel do caudilho, no trato com as colonizadoras diz que:

Quando chegar a hora, ele vai negociar com as empresas colonizadoras: estabelecer relações amistosas com as primeiras autoridades do novo município de Cruzeiro; utilizar na medida do possível o aparato estatal e participar do processo político-partidário. Em outras palavras, ele usa os tentáculos do Estado com habilidade e a seu favor, assumindo as características de um coronel.

No ano de 1923 ocorreu um acordo, quando José Fabrício das Neves e Victor Kurudz, convenceram Eusébio a autorizar a demarcação das terras para a instalação da nova colônia. No mesmo acordo, o agrimensor da colonizadora Mosele comprometeu-se a legalizar as suas terras. Em entrevista ao historiador Antenor Geraldo Ferreira, em 06 de julho de 1990, Victor Kurudz, aos 94 anos, assim relatou o diálogo com Eusébio sobre o acordo feito: “*É a coisa, concordamos, ele disse: concordamos e daí surgiu a palavra concórdia, é uma pronúncia da palavra concordar*”. Desta forma, o nome Concórdia surgiu e foi reconhecido pelos antigos e novos moradores da localidade. Embora, outras versões existam a respeito da origem do nome da antiga Colônia Rio Engano, ficamos com esta versão, pois é a que apresenta alguma documentação sobre o fato. Outras versões, como o nome ter sido atribuído pelos descendentes de imigrantes, não apresentam ainda nenhuma documentação para a sustentação desta hipótese.

Embora a implantação da colônia tenha ocorrido em 1922, a colonização definitiva da vila de Concórdia só vai acontecer a partir de 1925. Nesta data, a *Brazil Development and Colonization Company* vende a concessão das terras que tinha recebido do Governo do Estado, pela construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande para a Empresa Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons e Cia.. Assim, a partir deste fato, a Mosele adquire o direito definitivo de venda das colônias, “voltadas sobretudo para a economia de subsistência e para a comercialização de excedente” (COMASSETTO, 2008, p. 82).

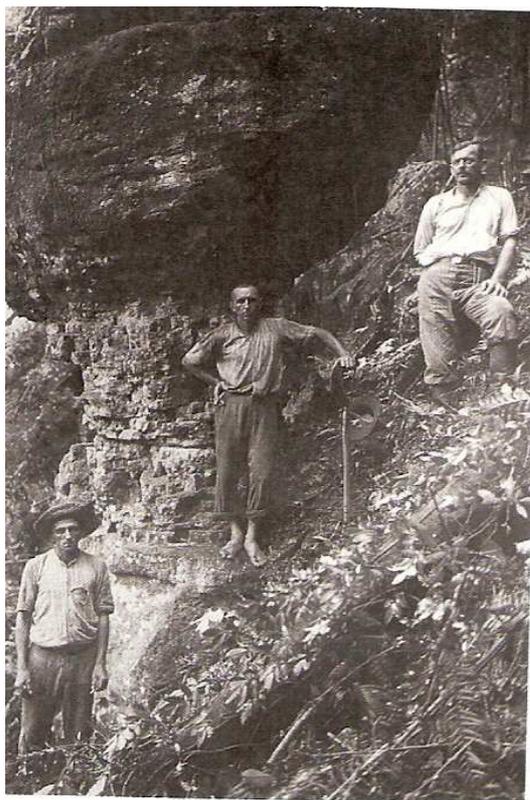


Figura 3 - Colonização “a facão e machado” no início do século XX, na Colônia Concórdia

Fonte: TEIXEIRA, Francisco. **SADIA 50 anos: construindo uma história**. São Paulo: Prêmio, 1994

Ao mesmo tempo, a colonizadora acelera o processo de propaganda das novas terras, intensificando a vinda de imigrantes para a Colônia Concórdia. Este processo acontece de forma relativamente rápida. No final da década de 1920, Concórdia já estava integrada através da estrada de ferro aos principais mercados consumidores do país – São Paulo e Rio de Janeiro, fazendo com que aumentasse a produção interna, que conseqüentemente gerava excedente para o mercado externo, principalmente trigo e suínos para banha, dando início à formação de capital na colônia.

Com o rápido desenvolvimento da colônia Concórdia, não tardou muito para que a vila fosse elevada, no ano de 1927, a distrito do município de Cruzeiro. No início da década de 1930, o distrito já apresentava uma estrutura que lhe permitia buscar a emancipação político-administrativa. Ferreira (1992, p. 120) descreve que

até 1931, já haviam sido escriturados aos compradores 363.863.436 m², restando 709.719.211 m² da área total da propriedade ‘Colônia Concórdia’ que, naquela data, já era habitada por cerca de 3.500 pessoas. Em 1933, dos

3.638 lotes rurais existentes, já haviam sido escriturados a diversos compradores 2.630 lotes, sendo que desses 1.010 já estavam povoados.

Portanto, com mais de mil lotes coloniais habitados, com uma produção de excedentes de trigo e suínos que era exportada para grandes centros consumidores do país, o distrito emancipa-se em 1934. O número de habitantes, um ano após a emancipação, já eleva Concórdia a um dos maiores municípios do Oeste catarinense, sendo que apresentava uma área de 3000 Km² e uma população de 25.000 habitantes (CORRESPONDÊNCIA de Segundo Dalla Costa, Prefeito Municipal de Concórdia, a Plácido Olímpio de Oliveira, Secretário do Interior e Justiça de SC, 1935).

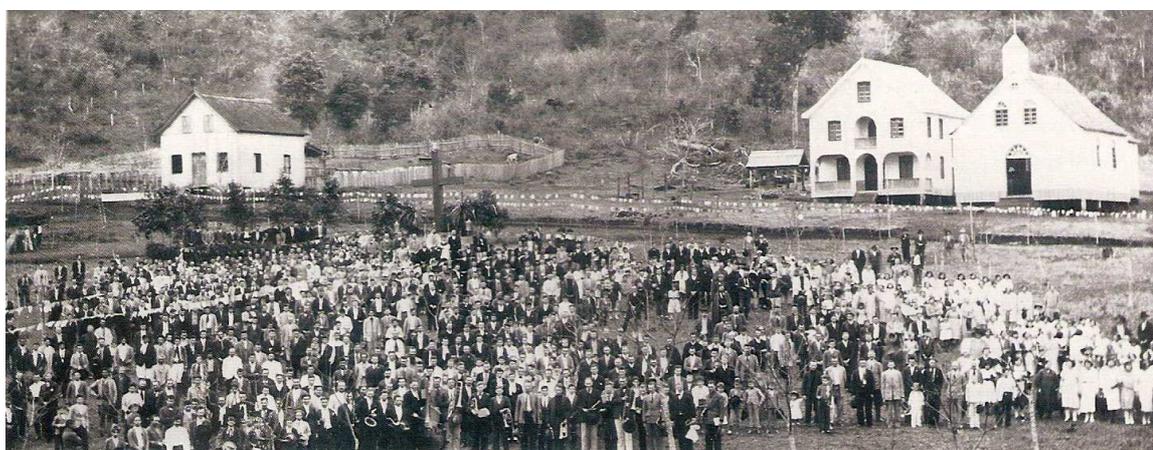


Figura 4 - Festa de fundação do município de Concórdia, 29 de julho de 1934

Fonte: TEIXEIRA, Francisco. **SADIA 50 anos: construindo uma história**. São Paulo: Prêmio, 1994

Assim, em apenas uma década de colonização com os descendentes de imigrantes, o novo modelo de desenvolvimento implantado pelas companhias colonizadoras, mostra grande sucesso. Concórdia e outros municípios no Oeste catarinense apresentam extraordinário crescimento, despontando-se principalmente na produção de produtos alimentícios na pequena propriedade familiar. Em que pese haver sucesso econômico com o novo modelo de desenvolvimento, do ponto de vista sociocultural ocorre a total exclusão e até mesmo, em determinados momentos, a dizimação da etnia cabocla.

2.3 Destruição de uma etnia e de um modelo de desenvolvimento

A exclusão do caboclo e a implantação do novo modelo de desenvolvimento econômico, trazido para o Oeste catarinense no início do século XX pelas companhias

colonizadoras, seguem a mesma lógica de formação da sociedade brasileira: “[...] tal projeto apresenta uma visão eurocêntrica, etnocêntrica, colonialista e de que a *civilização* se impôs à *barbárie*” (RAMPINELLI; OURIQUES, 1999, p. 28). Conforme afirmação dos autores, os colonizadores europeus impuseram um modelo baseado na violência e conquista, que estabeleceu uma relação de dominação entre povos, em detrimento do diálogo de diferentes culturas. Este fenômeno se repetiu ao longo da história do País, em todas as regiões, e não se apresentou de forma diferente, quando da instalação das colônias de descendentes de imigrantes europeus na região do Alto Uruguai catarinense.

Para colonizar a região com os descendentes de europeus, as autoridades, juntamente com as companhias colonizadoras, necessitavam criar uma situação hostil ao caboclo. Para isto, prepararam todo tipo de adversidade que não estava somente no discurso. Promoveram até mesmo uma guerra de extermínio, como foi a do Contestado. Elaboraram documentos como o Relatório da Comissão de Limites entre Paraná e Santa Catarina, em 1923, abordando o cotidiano do caboclo no Contestado, em que o caracterizaram como um sujeito fora dos padrões culturais da época. Vejamos o que diz o referido Relatório (FERREIRA, 1992, p. 78)

“O nosso caboclo, nenhuma noção tem de conforto, de higiene individual ou domiciliar; são rotineiros e ignorantes. As suas casas, pessimamente construídas de paus roliços, com paredes de barro ou de estacas de rachas de pinheiros, como piso de terra batida, coberturas de palhas ou de lascas da mesma madeira, não obedecem ao mais mezinheiro preceito de higiene. Geralmente elas são colocadas próximas aos brejos ou cursos d’água, e tem os compartimentos escuros, mal ventilados e sem a precisa cubação. Circundam-nas, habitualmente, o mato que não foi derrubado, impedindo assim a penetração dos raios solares e mantendo-as envoltas num ambiente úmido e pouco saudável.

No interior das habitações não há comodidade nem asseio de espécie alguma. Dormem em esteiras colocadas no chão ou em girais. Se possuem animais domésticos, com eles vivem promiscuamente.

Poucos plantam e menos criam, e por isso mesmo, alimentam-se mal.

Empregam-se, de ordinário, na extração da erva-mate: o que exige grande esforço.

O analfabetismo entre eles é geral.

Fiéis aos hábitos que herdaram, dos quais são vítimas inconscientes, passam a existência segregados da sociedade, em completo estado de atraso e de miséria, de que não devem ser considerados os principais responsáveis”.

Fica explícito no relatório o pré-conceito que havia sobre a cultura do caboclo. Em nenhum momento o documento se preocupou em analisar a realidade cultural em que viviam

os habitantes do Contestado. Existe um claro objetivo de desqualificação do caboclo como homem civilizado. Desta forma, vai ficando evidenciada a pouca preocupação das autoridades em integrá-lo à nova ordem socioeconômica que começou a ser implementada na região. Nesta nova lógica econômica, o caboclo passou a sofrer todo tipo de agressão, principalmente a expulsão das terras onde vivia.

Assim, a exclusão do homem do Contestado no Oeste catarinense foi preparada antes mesmo de iniciar o processo de colonização com o descendente de imigrante europeu na segunda década do século XX. O caboclo passou a ser chamado de intruso pelas colonizadoras, pois não possuía o título de propriedade da terra em que habitava e na qual, há décadas, produzia os mínimos necessários para sua sobrevivência. Este modelo da produção dos “Mínimos Vitais”, denominação de Marli Auras (1995), não interessava ao novo modelo em que a terra passava a ser propriedade privada e teria que produzir excedente para gerar lucro e acumulação de riqueza.

As vendas das terras pelas companhias colonizadoras privilegiavam os colonos imigrantes, nunca os caboclos. Os preços inicialmente eram baixos e os prazos de pagamento bastante longos. Mesmo assim, não possibilitavam ao caboclo a compra de terras, porque estava à margem de fluxos monetários. Poucos tiveram condições de comprar terras e se tornarem proprietários. Por isso, “o caboclo, normalmente, se via rejeitado pelas novas comunidades de colonos proprietários das terras que ocupavam” (POLI, 2006, p. 166).

Como a política adotada foi a da exclusão do caboclo do novo modelo, a maioria foi expulsa, “[...] através de métodos, geralmente violentos, vendo-se obrigado a retirar-se para os confins das matas. A ferro e fogo, o Alto Uruguai Catarinense ficou ‘limpo’ para os imigrantes” (FERREIRA, 1992, p. 80). Os poucos que ficaram passaram a trabalhar como agregados²⁰ e peões²¹ nas fazendas e realizando trabalhos de biscates para os novos proprietários nas colônias.

Do ponto de vista cultural, os caboclos possuíam uma formação histórica com poucos hábitos sedentários, não praticando cultivos sucessivos na mesma área. Muitos preferiam migrar para novos espaços desocupados, longe dos colonos, buscando liberdade e sossego, para reproduzir seu velho estilo de vida, locais estes, em que a propriedade privada ainda não

²⁰ Trabalhador que morava na fazenda para realizar tarefas cotidianas como manutenção da fazenda, como lavrador e serviços gerais.

²¹ Homem contratado para alguma tarefa. O fazendeiro o utilizava principalmente quando tinha alguma lida especial na fazenda.

tivesse chegado. Dessa forma “a penetração do caboclo para o interior foi ocorrendo paulatinamente, sempre fugindo à penetração da colonização e à institucionalização da propriedade privada da terra” (POLI, 2006, p. 166).

Como a terra passou a produzir maior número de excedentes, principalmente com o aumento da exploração da erva-mate e a extração da madeira, mais valorizada ela se tornou. Também sua utilização para fins agrícolas e o acelerado processo de colonização, impulsionaram o seu caráter privado. A população cabocla foi cada vez mais se introduzindo para o interior dos municípios e encontrando maiores dificuldades para atender suas necessidades de sobrevivência. Assim, o modo de vida simples do caboclo, que tinha sua alimentação baseada na produção da roça, na atividade da pesca, da caça, de coleta de frutos e de mel, perde espaço para o modelo baseado na titulação da propriedade. Este novo modelo, incentivado pelas companhias colonizadoras, tinha como capital humano o colono migrante que, introduzido na região, buscava a produção de excedentes com objetivo do lucro necessário para pagar as dívidas decorrentes da compra da propriedade.

Desta forma, o conflito entre caboclo e colono se acentuou, pois o que estava colocado era uma relação de dominação daquele que possuía a possibilidade de produzir riqueza sobre o outro que era excluído e não tinha cultura para se inserir no novo modelo. As autoridades da época, juntamente com as companhias colonizadoras, não tinham nenhuma preocupação em buscar uma solução que viesse a integrar, mesmo que lentamente, o caboclo à nova sociedade que passou a ter como referência o descendente de imigrante que era a base da colonização. Dessa forma, em síntese, “a colonização, além do processo de expropriação, representou o momento da descoberta da diferença, da existência e da imposição de outro sistema” (RENK, 2006, p. 38).

2.4 A visão utilitarista do migrante e sua formação escolar

Nos valores de um migrante, segundo depoimentos de descendentes, esteve presente o trabalho como valor norteador de toda a sua história. É um valor herdado de uma sociedade utilitarista e aparece sempre muito bem articulado com a apropriação de bens privados. Renk (1997, p. 83) destaca que “o trabalho e a representação do trabalho ocupam o espaço privilegiado no discurso dos **colonos** e **ex-colonos de origem** “que se fizeram”, como marca étnica. O seu papel será sempre o da honra, admiração e respeito, porque o trabalho só é

compreensível na lógica do sacrifício e da recompensa”. Para o colono que migra, mais importante ainda é o trabalho estar relacionado à sua propriedade – à terra. O trabalho assalariado representava para o migrante sujeição, tinha conotação de servidão. Por isso, buscava adquirir uma fatia de terra, independente do sacrifício ou isolamento ao qual ficaria submetido. A riqueza fazia sentido quando provinha do trabalho realizado na terra. A valorização da ideologia ética do trabalho segundo Jairo Marchesan (2003, p. 49) estará incorporada nos colonos; “[...] isto é, mediante o trabalho seria possível conseguir uma vida de fartura, abundância e progresso econômico”.

Na exaltação ao trabalho e na perspectiva de produzir poupança, se constituiu a biografia dos pioneiros italianos e alemães nascidos na colônia. “O trabalho é, por excelência, a categoria para se representarem e enaltecerem: avançaram no espaço geográfico, venceram as matas, plantaram colônias e cidades” (RENK, 2000, p. 180). No memorial Attilio Fontana, em homenagem ao criador e principal acionista da Empresa Sadia, em Concórdia, lê-se na epígrafe: “O que fizeste na vida? – Trabalhei...”. Isto exemplifica bem a importância e o significado do trabalho para os descendentes de imigrantes. Por outro lado, percebemos a pouca importância dada à escola, que fica num plano inferior de acordo com os objetivos dos migrantes. Nesse sentido, conforme Radin (2001, p. 147-8) “Da parte dos migrantes, não raro atribuía-se um valor secundário à escola, visto que ela não se apresentava como uma possibilidade imediata para melhorar sua vida material”. Também de acordo com Arlene Renk (1997, p. 85).

Com educação formal rudimentar e, pela díade trabalho-sacrifício, será transformado num personagem do cenário urbano. A escola foi vista de forma utilitarista. A primeira geração de imigrantes tinha maior capital escolar acumulado do que a primeira geração nascida no Brasil. Esta é tida como analfabeta ou semiletrada. Deve ser levado em conta o fato da escola ter ficado às expensas dos imigrantes. Estes, por sua vez, priorizam a construção de estradas e capelas.

Trabalhos como os de Boni (1975) e Manfroi (1979) confirmam a opção pelo trabalho em detrimento da escola, pelos imigrantes do Rio Grande do Sul e, posteriormente, para os migrantes de Santa Catarina, em que apontam exemplos ilustrativos. Trata-se de pai com dois filhos em idade escolar, pretendendo enviá-los à escola, cada um em dias alternados, para economia com a taxa escolar e, ao mesmo tempo, evitando a perda da mão de obra na lavoura. “Entendiam que caberia à escola ensinar a ler, escrever e contar o ‘principal’ e suficiente para

quem trabalha na ‘colônia’” (RADIN, 2001, p. 148). É dessa geração o ditado: “Estudo ou escola não enche a barriga”. Costa (*apud* LUCHESE, 2005, p. 01) acrescenta que,

[...] mandar os filhos à escola era um peso para a economia da família. Em primeiro lugar, era necessário comprar o material escolar, o vestuário que representava elevada despesa, visto as poucas fontes de renda. Muitos pagavam os estudos com produtos da lavoura: arroz, batata, feijão... A perda da mão de obra era outra razão que impedia os pais de enviarem os filhos à escola. A experiência ensinara que a vida era possível, mesmo sem estudo. Compreende-se o pouco apreço pelo estudo que não se apresentava como instrumento de solução imediata de problemas: nem como meio para um futuro feliz da família dos imigrantes. A autêntica segurança era a terra, pois dela podia-se obter a produção necessária à própria sobrevivência.

A situação modifica-se nas gerações seguintes, se não no todo, ao menos em parte. Na medida em que “ganhar estudo” é utilizado como estratégia para prover os filhos deserdados da terra, a escola torna-se prioridade e passa a ser incorporada como valor ao grupo. Trata-se de um padrão étnico que é recriado a cada geração. Ivo Frederico Reich, filho de imigrante alemão, foi um importante diretor da Empresa Sadia e em entrevista concedida a Amber Caprilis Port²², em 08 de outubro de 1992, confirma esta tendência de mudança na valorização da escola, quando se refere a sua formação escolar: *“Eu fiz o primário e depois com, quando, eh, depois de dezoito anos que eu comecei a, a fazer cursos não, vamos dizer, ah o ginásio ou o colegial, eu fiz certas especialização”*.

A pouca importância em relação à escola pode ser verificada quando da criação do município de Concórdia, em 1934. Este possuía apenas uma escola, subvencionada pelo Governo do Estado. Segundo Geraldo Ferreira (1992, p. 148),

[...] na região de Fragosos, os alunos eram atendidos por Maria Günther, contratada pelo município de Cruzeiro, em uma pequena sala de aula. Nova Germânia possuía uma escola municipal com 33 alunos e uma escola particular, mantida pela Igreja Evangélica do Sínodo Riograndense, atual Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, que atendia 20 alunos. Além dessas, existiam, no Distrito, mais três escolas improvisadas e atendidas por professores leigos voluntários que colaboravam com as comunidades sem assistência educacional por parte do poder público, atendendo 120 alunos matriculados.

²² Amber Caprilis Port foi Funcionário Público Municipal. Componente da ‘Equipe Resgate’ do Museu Municipal Hermano Zanoni de Concórdia.

O que se percebe é que a estrutura educacional existente nos primeiros anos de formação da colônia Concórdia é insignificante. O poder público é ausente e não há por parte da comunidade movimentos de pressão para que este se faça presente. São as escolas de caráter religioso que aparecem e ocupam espaços no vazio deixado pelo poder público. Geraldo Ferreira (1992, p. 148) relata que

a educação em Concórdia recebe grande impulso e vislumbra novos horizontes quando, em 12 de março de 1939, uma comissão de concordienses, lotando dois ônibus, receberam em Marcelino Ramos, religiosas da Congregação de São José que, juntando-se as outras que ali estavam cuidando do hospital, vinham a convite de Frei Mainolfo, dedicar-se à educação.

O problema da formação escolar para os migrantes nas colônias do Oeste catarinense era também uma questão de decisão política. A educação no Brasil, até a metade do século XX, era fundamentalmente um privilégio das elites e as colônias de imigrantes e seus descendentes não estavam neste contexto. O Estado brasileiro só “passou a se preocupar com educação da população migrante a partir do momento em que buscava forjar uma identidade nacional” (RADIN, 2001, p. 144).

Assim, é a partir da década de 30 que, no Brasil, podemos perceber a presença mais efetiva do Estado na educação. Em Santa Catarina passa a existir uma forte fiscalização nas áreas de colonização estrangeira, principalmente após 1938 com a elaboração das leis de nacionalização. Nesse sentido, Lopes; Trevisol e Trevisol (2005, p. 05) destacam ainda que com a promulgação da nova Constituição Brasileira, em 1934, fruto do golpe de estado que instituiu o Estado Novo

[...] os princípios liberais explicitados nas constituições anteriores foram substituídos por regimes mais rígidos que refletiam nos estados a necessidade de reformas educacionais. Passou-se a dar ênfase à unidade nacional e a escola passou a ser considerada uma peça fundamental para se chegar a ela, recebendo especial atenção.

Desta forma, após a campanha de nacionalização, a pequena estrutura escolar criada pelos migrantes foi totalmente desarticulada, pois as aulas em língua estrangeira foram proibidas. Nesse contexto, os migrantes terão que refazer seus valores sobre a escola e são obrigados a frequentar um tipo de escola que não mais garante suas bases culturais. Também,

com a publicação na década de 40 das Leis Orgânicas da educação brasileira, que marcam a intervenção do Estado na definição das diretrizes gerais da educação no país, acontecerá o fim das escolas organizadas e dirigidas pelos migrantes.

Portanto, durante o período anterior à chegada dos migrantes à colônia e à instalação do município de Concórdia, em 1934, não houve nenhuma preocupação por parte das autoridades públicas com a educação. No Brasil, nesse período, “a educação contava com alguns cursos para a formação das elites que atendiam a dois objetivos, o de formar dirigentes e também, como uma forma de ascensão social” (AMADOR, 2002, p. 19). Assim, justifica-se a pouca formação escolar dos descendentes de imigrantes, sendo os mesmos levados à escola muito mais por uma questão de ideologia nacional do que por um projeto de expansão da escola para a população brasileira.

Neste contexto histórico, a escola para o migrante não era vista como possibilidade de ascensão à vida material e nem o Estado tinha preocupação com a educação da população. Somente no decorrer dos anos é que o colono migrante dará sentido à escola. Isso passa a ocorrer quando a pequena propriedade começa a produzir excedentes em grande quantidade, sustentando assim o novo modelo de desenvolvimento econômico. Nesta nova conjuntura socioeconômica, o mundo do trabalho necessitou um trabalhador minimamente escolarizado e também, os próprios colonos, perceberam a importância da escola para a ascensão social.

CAPÍTULO III

UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO NA PEQUENA PROPRIEDADE

O novo modelo de desenvolvimento, com origem na pequena propriedade, somente foi possível devido às condições objetivas criadas a partir da chegada dos migrantes nas colônias. A implantação da colônia Concórdia obedeceu ao planejamento da colonização proposta pelas companhias colonizadoras que buscavam no descendente de imigrante do Rio Grande do Sul o personagem preparado para produzir excedente para o mercado, em detrimento do caboclo que produzia somente para a subsistência.

Neste capítulo sobre o novo modelo de desenvolvimento na pequena propriedade analisamos como a produção de excedentes na colônia originou os primeiros processos de industrialização, através dos moinhos de trigo. Examinamos a história de Attilio Fontana, sua vida de empresário agroindustrial e as relações que estabeleceu com o poder público. No processo de desenvolvimento da agroindústria, protagonizado pela empresa Sadia, enfatizamos a origem da avicultura e sua vinculação ao sistema de integração.

3.1 O migrante na pequena propriedade e o novo modelo de desenvolvimento

O trabalho na pequena propriedade familiar será a fonte principal e a única possibilidade de acumulação de capital do colono. Portanto, é através do trabalho familiar que o colono migrante em um primeiro momento terá o objetivo de buscar a sobrevivência, produzindo o essencialmente necessário para atender às necessidades da família. Na análise do economista Goularti Filho (2002, p. 103), “a pequena propriedade nivela econômica e socialmente os camponeses, pulverizando a acumulação”.

Algumas razões determinaram a origem da pequena propriedade no Alto Uruguai catarinense. Em primeiro lugar, a topografia do terreno, localizada em vales acidentados e em relevo recortado, definirá, em parte, o perfil da propriedade. Este tipo geográfico não serve para desenvolver atividades de latifúndio, possibilitando assim o fracionamento da terra para implantação de colônias com média de 30 ha. Em segundo lugar, o papel das companhias colonizadoras que buscavam através da mercantilização da terra uma maneira fácil de

acumulação e lucro. As terras, em sua maioria devolutas, eram adquiridas através de acordos com o governo ou em concessão com outras colonizadoras. Em terceiro lugar, é a presença do colono descendente de imigrante vindo principalmente do Rio Grande do Sul. De acordo com as companhias colonizadas, sem a participação do colono migrante provavelmente não seria possível o sucesso do projeto de colonização em pequena propriedade no Alto Uruguai catarinense.

A imposição do trabalho agrícola na pequena propriedade familiar, por um personagem étnico que trazia o desejo de buscar com o trabalho a propriedade da terra, é que possibilitou o surgimento da acumulação de produtos para além da subsistência. Isto provoca a necessidade de comercialização e a perspectiva do início de um fluxo de capital que, posteriormente, deu origem a um processo de industrialização da produção na colônia.

Assim, a colonização da região de Concórdia se deu pelo migrante de ascendência italiana e alemã que vinha em sua grande maioria do Rio Grande do Sul. Este processo migratório começa primeiramente dentro do próprio Estado, dirigindo-se para o Norte e noroeste. No início do século XX “[...] formam colônias em Erechim, Getúlio Vargas, Lagoa Vermelha e etc. no Alto Uruguai Gaúcho” (CAMPOS, 1987, p. 104). Os descendentes de imigrantes traziam como experiência das colônias gaúchas o trabalho rural familiar através do qual produziam toda a sua subsistência e alimentavam o sonho da acumulação e da riqueza. Dessa forma, o migrante trouxe para Santa Catarina as condições necessárias para estabelecer a penetração das relações capitalistas na economia regional, tendo início “[...] a formação e consolidação de uma sociedade camponesa, cuja base fundiária é a pequena propriedade policultora, trabalhada pela família do proprietário” (SEYFERTH, 1990, p. 21). Jairo Marchesan (2003, p. 48) na mesma linha de raciocínio diz que

as características básicas, fundantes da estrutura socioeconômica da região Oeste de Santa Catarina, historicamente estão pautadas no processo de colonização que se estabeleceu a partir do regime da pequena propriedade agrícola familiar, voltada para a prática da policultura. Além do mais, torna-se impossível compreender a constituição histórica da região sem considerar a intervenção do capital e seu crescente domínio sobre as pequenas unidades de produção agrícola.

A região do Alto Uruguai catarinense está inserida no mesmo contexto histórico de formação do grande Oeste catarinense, ou seja, é uma região onde não se formou uma burguesia agrária com sólidos interesses na manutenção de vastos domínios. Pelo contrário,

trata-se do avanço de uma economia diversificada, calcada numa acumulação capitalista que tem na pequena produção familiar a sua base primeira e principal sustentáculo. Nesta lógica, são as empresas colonizadoras as principais responsáveis por esta nova estrutura capitalista, da qual a produção familiar é parte integrante do novo processo produtivo. A forma e os limites desta nova relação são historicamente determinados e as relações entre produção familiar e o capital se desenvolvem organicamente. É nesta relação que surgem as possibilidades de acumulação, dotando os capitais locais de divisas necessárias para a aquisição de equipamentos modernos, dando origem à formação de agroindústrias em que passam a industrializar a produção; ao mesmo tempo, por meio de políticas de integração, as agroindústrias passam a controlar o processo produtivo.

É da dinâmica da própria pequena propriedade familiar seu caráter de expansão, gestando um desenvolvimento capitalista que progressivamente a domina. Nas colônias novas do Alto Uruguai catarinense o fenômeno ocorre nesta direção. A progressiva implantação de relações econômicas capitalistas ocorre em duas direções. De um lado, a economia capitalista, com suas estruturas econômicas se acerca da economia sob bases do colono na pequena propriedade. Por outro lado, a própria economia sob bases do colono na pequena propriedade, em sua dinâmica, gesta internamente suas próprias estruturas econômicas sob bases capitalistas e que se relacionam com as primeiras. Foi neste sentido que ocorreu o desenvolvimento da região, tendo como base a atividade econômica da pequena produção familiar, desencadeando o maior complexo agroindustrial do país.

Assim, a pequena produção familiar, a atividade agrícola, integrada à suinocultura e à avicultura, bem como à extração da erva-mate e da madeira, contribuiu para o processo de desenvolvimento econômico na primeira metade do século XX. Como ressaltava Campos (1987, p. 109), “a exploração de erva-mate possibilitou a formação de capitais aplicados no processamento e exportação da erva, inserindo a economia local no círculo de trocas nacional”. A madeira também foi importante para o desenvolvimento econômico da região, principalmente até 1950. Na década de 30, sobressaiu-se como “o principal componente da exportação estadual para o exterior” (CUNHA, 1992, p. 26), em razão da exploração acelerada que se dava, além do Oeste, também no Planalto Norte e no Planalto Serrano de Santa Catarina. No caso oestino, a maior parte da produção “era destinada ao mercado argentino e uruguaio, transportada por meio do rio Uruguai, em forma de balsas, durante o período de cheias” (GOULARTI FILHO, 2002, p. 91).

Essa atividade deixou de ser importante a partir da década de 40, quando foi substituída pela indústria alimentícia, na medida em que a colonização se intensificou. “Nas primeiras décadas, o extrativismo da madeira e da erva-mate teve influência significativa, marcando a inserção da região no mercado nacional, de caráter urbano-industrial” (RADIN; BENEDET; MILANI, 2003, p. 61). A madeira, sendo um dos primeiros componentes econômicos no início da implantação da colônia, contribuiu para transformar a região e lançar as bases para as novas estruturas advindas com o migrante descendente de europeu. Inicialmente, após a roçada, como não havia serrarias próximas para fazer o beneficiamento da madeira, o colono fazia a queimada, abrindo enormes clarões na mata.

Posteriormente, pequenas serrarias foram surgindo e serrar a madeira tornou-se uma alternativa de sobrevivência para algumas famílias, ou outra fonte para acumular capital. “Para muitos o trabalho nas serrarias era visto como uma espécie de trampolim. Esperavam com o trabalho assalariado fazer uma pequena poupança que tornasse possível a compra de um pedaço de terra” (CAMPOS, 1987, p. 113). Como complemento à exploração da madeira, o trabalho do balseiro muito contribuiu para diversificar a atividade econômica na colônia. “Essa atividade incrementou a economia regional, já que impulsionou a criação de várias serrarias e melhorias da infra-estrutura nas estradas da região, possibilitando a abertura de novos mercados e o escoamento da produção agropecuária dos colonos” (WOLOSZYN, 2006, p. 54). Assim, a atividade das serrarias passou a exigir a melhoria das estradas para o transporte de madeira em caminhões e promoveu a acumulação de capitais aplicados em diversas outras atividades, quando do esgotamento das reservas nativas.



Figura 5 - Serraria em Barra do Veado, na Colônia Concórdia, anos 20

Fonte: TEIXEIRA, Francisco. **Sadia 50 anos: construindo uma história.** São Paulo: Prêmio, 1994

O cultivo do milho, feijão, trigo e outros cereais, incrementados com a criação de suínos e aves, atividade incentivada pelas colonizadoras, como a Companhia Mosele em Concórdia, foram definindo o futuro perfil de desenvolvimento da região. “Na nova fronteira agrícola do Oeste catarinense, em geral, os migrantes italianos e alemães mantiveram uma economia camponesa destinada à subsistência, centrada na pequena propriedade e na agricultura familiar policultora” (RADIN; BENEDET; MILANI, 2003, p. 110).

O incremento da criação de animais domésticos, principalmente aves, suínos e bovinos, na pequena propriedade, deram suporte à indústria familiar. Em um primeiro momento teve o objetivo de suprir as necessidades de subsistência. Contudo, com o aumento da produção criou-se um acúmulo para a venda, ou seja, os colonos não produziam apenas para a subsistência, mas também para o mercado. É este excedente, produzido na pequena propriedade familiar que, através da comercialização, gerou a acumulação de pequenos capitais. ÍNDIO CAMPOS (1987, p. 144) por este prisma fala que

a essência desta relação, melhor caracterizada no caso da suinocultura, reside no fato de que apenas os excedentes da produção familiar eram comercializados, pouco alterando o quadro de produção de subsistência. O desconhecimento de um referencial de preços relativos tornaram os pequenos produtores presas fáceis dos comerciantes mais ávidos. Contudo, a fertilidade de terras quase virgens, bem como a relativa abundância destas, não colocara maiores problemas à reprodução da unidade familiar, mesmo considerando a transferência de excedentes em suas relações comerciais.

Dessa forma, a exploração da madeira através das serrarias e do balseiro, juntamente com a erva-mate, integrou a região no espaço econômico nacional, embora sem provocar maiores alterações na pequena produção que se manteve, predominantemente, como produção de subsistência. Estas atividades geraram a necessidade de se estabelecer relações de comércio no modo de produção que vinha sendo praticado na colônia. O colono, desta forma, procurava comercializar as mercadorias que produzia. Aliás, esta era a maior preocupação do colono: estabelecer o intercâmbio e o envolvimento de sua produção com o mercado. Assim, frente à necessidade de comércio é que foram buscadas alternativas para o beneficiamento da produção na colônia. Neste sentido, Índio Campos (1978, p. 114-5), constata que:

[...] os colonos que migraram para o extremo Oeste catarinense já haviam tido contato com atividades comerciais nas antigas colônias. Já tinham demandas por determinados produtos e geravam excedentes que, caso houvesse condições, seriam comercializados. Não tardaram a surgir casas

comerciais na região, varejistas e atacadistas que mantinham ligações comerciais com as antigas colônias no Rio Grande do Sul.

É a partir dessas novas estruturas econômicas, principalmente baseadas na atividade comercial, que teve origem o modelo de desenvolvimento baseado na agroindústria. Em Concórdia desenvolveu-se a indústria Sadia, fruto da associação de capitais locais, forjados no intercâmbio comercial com São Paulo. Neste período, a suinocultura se afirmava como principal atividade comercial da região, integrando-se economicamente ao espaço econômico nacional. Attilio Fontana (1980), em *História de Minha Vida*, escreveu que, já associado com capitais comerciais paulistas, comprava suínos desde Caçador, mais ao Norte, até Marcelino Ramos no Rio Grande do Sul.

Nesse contexto, inicialmente foi criado, na década de 1930, um moinho para beneficiamento de farinha que, em 1943, se transforma em uma pequena fábrica de produção de salame. Em 1944, sob o comando de Attilio Fontana, foi criada a indústria SADIA que veio a se tornar uma das maiores agroindústrias do ramo de alimentação do País. Assim, o desenvolvimento agroindustrial em Concórdia teve origem na produção primária da pequena propriedade familiar, associado ao capital comercial regional e paulista. “A base econômica dos frigoríficos residia numa acumulação comercial prévia, calcada na pequena produção familiar” (CAMPOS, 1987, p. 135).

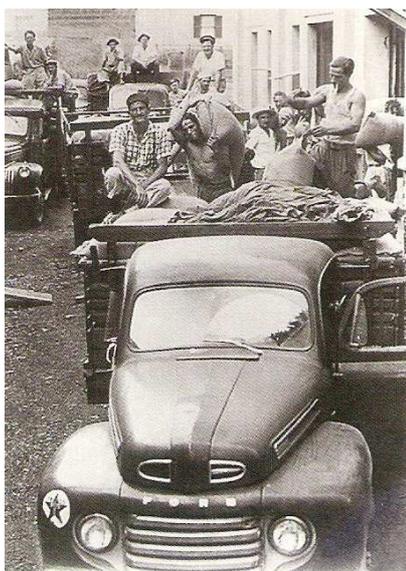


Figura 6 - Caminhões descarregando trigo em frente ao moinho Concórdia. Década de 1940

Fonte: TEIXEIRA, Francisco. **SADIA 50 anos: construindo uma história**. São Paulo: Prêmio, 1994

Nessa primeira fase de atuação do modelo agroindustrial, que vai até 1950, a relação da agroindústria com a pequena produção familiar, embora orgânica, não ocorre ainda de forma mais estreita, havendo basicamente uma superposição comercial da primeira sobre a pequena produção familiar, não havendo maiores pressões em nível de processo produtivo sobre esta última. É importante frisar que neste período ocorria apenas a criação de suínos e o colono produzia de forma autônoma em sua propriedade. Ainda não estava presente o modelo de integração o que permitia aos produtores de suínos liberdade para comercializar a produção com o frigorífico que apresentasse a melhor proposta.

Já a partir da década de 1950, tem início uma nova fase do modelo agroindustrial. Os contratos de parceria na suinocultura se ampliam trazendo uma nova realidade ao colono, que limitava sua atuação comercial exclusivamente a uma empresa. Nesta década inicia a criação de frangos através do sistema integrado. O modelo de integração na avicultura marcou a origem de uma nova relação de trabalho entre o colono a agroindústria. Esta relação passa a ser firmada através de um contrato no qual o integrado fica submetido a uma condição de subordinação à empresa integradora, conforme será abordado no decorrer do trabalho.

Com a expansão das agroindústrias, o crescente aumento na produção de suínos determinou uma elevada produção de milho, principal componente da alimentação destes animais. Isto implicou na mudança de perfil da produção da pequena propriedade familiar, que produzia, até então, para a subsistência da família. Com o aumento da produção de milho, a cultura do feijão, consorciada a esta, eleva-se muito, passando a ser mais um produto importante da expansão comercial e agroindustrial gerada pela suinocultura.

Nesse processo dinâmico de mudanças, a pequena produção familiar não é um elemento acabado, mas um processo em constante transformação. O colono migrante busca seu espaço no contexto do desenvolvimento do capitalismo brasileiro e em suas especificidades no Oeste catarinense. A principal diferença que ocorre no desenvolvimento do capitalismo agroindustrial é que o mesmo não apresenta as formas clássicas do trabalho assalariado, ou seja, é através de relações entre a pequena propriedade familiar e a agroindústria que ocorre o processo de subordinação do trabalho ao capital. Este processo ficou mais evidenciado quando do surgimento do sistema de integração de suínos e aves, na fase mais desenvolvida da agroindústria, que iremos tratar no próximo capítulo.

Antes de abordarmos o sistema de integração e o desenvolvimento do capitalismo agroindustrial, primeiro vamos analisar a história do migrante Attilio Francisco Xavier Fontana, que foi o mentor desse modelo em Concórdia, com a criação da indústria Sadia.

Attilio Fontana era mais um entre os milhares de descendentes de imigrantes italianos que migraram do Rio Grande para o Oeste catarinense no início do século XX. Não comprou terra como fez a maioria dos migrantes, suas atividades sempre estiveram ligadas ao comércio. O capital que adquiria com esta atividade reinvestia no próprio negócio. Quando surgiu a oportunidade de investir na atividade industrial, Attilio Fontana já havia acumulado capital suficiente para ingressar no ramo de transformação da produção colonial para a indústria, projeto este que deu origem ao maior complexo agroindustrial do Brasil.

3.2 O migrante Attilio Fontana

Filho de típica família de imigrantes italianos, seus antepassados vieram da Itália conforme conjuntura descrita anteriormente. Chegaram ao Brasil, em 1888 e foram para Santa Maria da Boca do Monte, no Rio Grande do Sul. Com poucos recursos, como a maioria dos imigrantes, Romano Fontana trabalhou primeiramente como empregado na conservação da estrada de ferro Porto Alegre - Santa Maria. Com este trabalho fez economia e adquiriu, em 1890, 25 hectares de terra, na região central do estado, conforme descreve Attilio Fontana (1980, p. 6):

Cerca de cinco quilômetros dali ficava o povoado do mesmo nome, Arroio Grande, pertencente ao distrito, ainda hoje assim considerado, de Silveira Martins. Da colônia o caminho ia descendo em leve declive, ao longo do vale, até atingir as várzeas amplas do rio Vacacaí, onde se situava o povoado, e do qual o ribeirão era afluente.

Attilio Fontana era o oitavo filho de uma família de doze, cinco homens e sete mulheres, número de filhos normal para a época. Criou-se trabalhando com o pai e os irmãos na colônia. Pouco estudou, pois o conhecimento escolar não era o capital mais importante para os italianos; preferiam o trabalho e assim ganhar dinheiro, deixando a escola em segundo plano (FONTANA, 1980).



Figura 7 – Mãe e irmãs de Attilio Fontana. De pé, da esquerda para a direita: Duzolina, Angelina, Elisana e Vitória. Sentadas: Santina, à esquerda e Maria, a irmã mais velha
Fonte: REVISTA Integração, nº 32, 1982, p. 20. (Arquivo da Indústria Sadia)

Com 21 anos, já noivo, Attilio tinha interesse de sair da colônia e dedicar-se à atividade de comércio. Ouvia falar que no Oeste de Santa Catarina havia novas possibilidades de trabalho com o início de sua colonização. Assim, por indicação de amigos da família, foi para Bom Retiro de Campos Novos, trabalhar como comerciante de alfafa. “Acabei por decidir que iria mesmo para Bom Retiro, acordando com minha noiva que, se eu gostasse do lugar e visse que ali realmente poderíamos progredir, voltaria em breve para nos casarmos” (FONTANA, 1980, p. 48). O jovem filho de imigrante possuía um espírito utilitarista da vida, que buscava o sucesso pessoal a partir da acumulação de bens materiais.



Figura 8 - Festa de casamento no Hotel em Bom Retiro do Cruzeiro. Amigos e parentes de Attilio Fontana

Fonte: REVISTA Integração, nº 34, 1983, p. 20. (Arquivo particular de Gentil Lino)

Já casado, em 1922, Attilio rapidamente adquiriu reservas de capital e montou seu próprio negócio de comércio de alfafa. Também iniciou uma pequena atividade de suinocultura, como declara: “Assim fomos lutando, e a par da minha atividade como enfardador, comecei a fazer pequenos negócios com suínos, comprando e vendendo lá mesmo com algum lucro” (FONTANA, 1980, p. 57).

Pouco tempo após estar morando com seu cunhado em Bom Retiro do Cruzeiro, SC, Attilio resolveu comprar um hotelzinho. Embora um empreendimento modesto, já era um indicativo de ampliação de suas atividades comerciais. Na verdade, o hotel passou a ser uma atividade da sua mulher e de outros três irmãos que já havia trazido de Santa Maria, enquanto ocupava-se de seus outros afazeres. Segundo ele, trabalhar quatorze horas por dia não fazia diferença; seu lema era fazer do trabalho capital.

Como o objetivo de Attilio Fontana era obter lucro o suficiente para acumular capital, logo percebeu que o hotel não lhe dava o resultado esperado. Por isso, transformou o hotel em casa de comércio. Assim, montou sua primeira casa de comércio, vendendo, além da alfafa e suínos, uma variedade de outros produtos. Nesta atividade nasceu o político Attilio Fontana (1980, p. 63), como ele mesmo relata: “Eu mantinha sempre muito bom relacionamento com

o povo. Tinha por índole um certo tino político ao tratar a todos muito bem e cultivar amizades”.

Com o decorrer do tempo foi prosperando e, em 1927, fez uma sociedade com Carlos Menck & Irmão de São Paulo. Segundo ele, foi a mais importante decisão de sua vida. Os Menck possuíam uma representação de compra de suínos e passaram a ter em Attilio Fontana um sócio em Santa Catarina que com mais capital comprava a produção e enviava para São Paulo.

Suas lojas comerciais continuaram se expandindo. Tinha montado loja na Praça Central de Cruzeiro e outra no município de Água Doce, distante 30 quilômetros da primeira. Esta ascensão rápida fez com que Attilio Fontana fosse indicado para seu primeiro cargo público. Em 1931, o presidente Getúlio Vargas criou os Conselhos Municipais, órgão equivalente às Câmaras de Vereadores e para tal foi indicado conselheiro no município de Cruzeiro, atual Joaçaba. Naquele tempo, não havia eleição para vereador. Os Conselheiros eram nomeados pelo interventor do estado, evidentemente, e indicados pelo prefeito. Assim, Attilio Fontana ingressou na vida pública, via indicação, como representante do poder público, visto que era um forte comerciante da região.

Poder econômico e política passam a fazer parte de sua vida. Tanto que uma de suas primeiras atitudes foi contratar, junto ao interventor do Estado Nereu Ramos, a construção de uma estrada de melhor acesso ao município de Água Doce, beneficiando sua casa comercial ali instalada. Neste cargo, Attilio Fontana terá o privilégio de analisar o orçamento do município de Cruzeiro, atual Joaçaba, e direcionar recursos públicos para a construção de estradas que ligavam suas próprias casas comerciais às áreas onde se localizavam os pequenos produtores rurais de milho, alfafa e suínos, como ocorreu no caso citado.

Em 1935, Attilio expandiu ainda mais seus negócios, através de sociedade com os Fuganti que eram seus concorrentes e tinham também três estabelecimentos comerciais. A razão social da firma passou a se denominar Fuganti, Fontana & Cia. Esta sociedade fez crescer ainda mais seus negócios, tanto é que construíram um grande armazém em Londrina, no Paraná. Contudo, desde antes de fazer a sociedade com os Fuganti, pensava em ingressar no ramo industrial de gêneros alimentícios. Assim, em 1938, um ano antes de terminar o contrato que era de cinco anos, desfez a sociedade, para buscar seu novo desafio, como registra: “Foi sempre o meu ideal possuir um moinho de trigo e uma indústria de produtos suínos” (FONTANA, 1980, p. 117).

Como Attilio Fontana tinha se decidido a mudar de ramo, surgiu em Concórdia uma grande oportunidade. Segundo ele, o prefeito Dogello Goss convidou-o para fazer funcionar o Frigorífico Concórdia Ltda. que estava com suas obras paralisadas e sem condições de prosseguimento. Primeiramente, adquiriu um moinho que funcionava ao lado, pois via na região um grande potencial, devido à grande produção de trigo. Desta forma, ingressou no ramo industrial, primeiro beneficiando trigo e, posteriormente, com o frigorífico na agroindústria.

3.3 O papel político de Attilio Fontana para a expansão da SADIA

A aquisição do Frigorífico Concórdia ocorreu somente em 1943, após muitas negociações, quando obteve as cotas dos acionistas por valor muito inferior ao mercado da época, conforme descreve: “Eles me passariam as suas cotas pela metade do valor nominal e eu me comprometia a pagar-lhes em dinheiro ou em ações da nova sociedade” (FONTANA, 1980, p. 126). Criou assim a empresa S.A. Indústria e Comércio Concórdia para no ano seguinte tirar dessa razão social as duas primeiras letras – SA – e lhes juntar a última sílaba de Concórdia, para formar o nome SADIA.

Com a compra de cotas do Frigorífico tem origem uma relação com o presidente Ernesto Geisel, como relata Attilio Fontana (1980, p. 127): “Lembro-me de que um dos pequenos cotistas do Rio Grande que preferiram continuar na nova sociedade foi o Sr. Augusto Frederico Markus, sogro do Presidente Ernesto Geisel”. As ações da empresa acabaram crescendo muito e o Sr. Markus as distribuiu para seus cinco filhos, desta forma o genro presidente tornou-se acionista da SADIA.

O ingresso definitivo na vida política ocorreu quando foi nomeado para organizar, em Concórdia, um comitê pró-candidatura do candidato à presidente da República Eurico Gaspar Dutra pelo Partido Social Democrático – PDS. Attilio Fontana já era o principal empresário industrial da região e gozava de muito prestígio e respeito da classe. Assim não teve dificuldade com a nova função, pois já havia obtido algumas incursões quando conselheiro municipal de Cruzeiro, principalmente com os Ramos que eram os principais caciques da política catarinense.

No ano de 1946, definitivamente morando em Concórdia e já tendo se desfeito das atividades comerciais, nas quais iniciou sua vida de empresário, dedicado integralmente à

Empresa SADIA, candidatou-se a vereador pelo PSD. Foi eleito juntamente com o governador Aderbal Ramos da Silva e o prefeito Fioravante Massolini, todos do mesmo partido. Posteriormente foi eleito presidente da Câmara de Vereadores. Desta forma, não teve maiores dificuldades para exercer seu mandato de quatro anos como presidente. Seu mandato foi dedicado à melhoria e construção de estradas de rodagem, rede de esgoto e de fornecimento de energia elétrica. Com isso, melhorava a infra-estrutura regional, atendendo a seus interesses comerciais e industriais. Como ele mesmo dizia, “foram se passando os anos, com a Câmara continuando naquela situação de paz e harmonia, eu reeleito presidente quatro vezes consecutivas” (FONTANA, 1980, p. 152). A paz e harmonia, possivelmente viriam da hegemonia política do PSD em Santa Catarina, na época.

Fato marcante nessa legislatura ficou evidenciado na postura ideológica conservadora da Câmara de Vereadores em sua gestão como presidente, em relação à cassação dos deputados federais e demais parlamentares comunistas eleitos naquele mesmo pleito, conforme conceitua Antenor Geraldo Ferreira (1994, p. 37):

A postura conservadora dos vereadores em relação à política nacional, evidenciou-se com a aprovação unânime, em fevereiro de 1948, para envio de telegrama aos Presidentes da República e do Senado, congratulando-os pela cassação de mandato de todos os eleitos pelo Partido Comunista do Brasil.

Findo o mandato de vereador, havia a possibilidade de concorrer a deputado estadual ou prefeito. Como tinha outro nome indicado pelo partido na convenção estadual, Attilio Fontana resolveu disputar a eleição para prefeito. Numa campanha acirrada e disputada, venceu por uma pequena margem de votos.

Com o mandato de prefeito municipal, o empresário Attilio Fontana começou a utilizar as *benesses* do poder público em benefício dos interesses de sua empresa, pois ao mesmo tempo em que buscava melhorias na infra-estrutura do município, essas eram planejadas no sentido de atender as necessidades de seus negócios. Neste período, segundo Espíndola (1999, p. 55), “destinou a maior parte dos recursos públicos à implantação de escolas, postos de saúde e outras obras. Verifica-se, assim, o uso da máquina administrativa na melhoria das condições de vida local e na qualificação da mão de obra necessária ao fluxo produtivo”. O autor acrescenta ainda, que a prefeitura contratou, na época, dois genros seus que eram funcionários do Frigorífico Sadia, o engenheiro civil Raul Mena Barreto e o médico

veterinário Zoé Silveira D'Ávila, para prestarem serviço ao município de Concórdia e, posteriormente, tornaram-se importantes diretores da empresa SADIA.

Attilio Fontana possuía uma forma paternalista na relação entre o bem público e os interesses privados, ou seja, todos eram “colaboradores” e o importante era o “bem geral da comunidade”. Essa foi sua marca como político. “Seo Attilio” era o tratamento que recebia do povo e colaboradores. Desta forma, conseguiu impregnar sua ideologia de harmonia social, conjugando os interesses públicos e a iniciativa privada. Conforme sua própria orientação (FONTANA, 1980, p. 161):

Quanto à assistência aos agricultores, procurei os vários técnicos existentes em Concórdia – da Secretaria da Agricultura, da Prefeitura e da SADIA - com a finalidade de elaborarem um plano conjunto de trabalho, de maneira que não houvesse dualidade de orientação no mesmo setor, e com isso a agricultura na região foi melhorando bastante.

Em 1954, renunciou ao mandato de prefeito, pois ainda faltava um ano para concluí-lo, e candidatou-se a deputado federal. Após realizar uma campanha ao seu estilo, “Seo Attilio” contou com os “colaboradores” da SADIA e da Prefeitura para servir ao “bem geral da comunidade” na capital federal – Rio de Janeiro. Eleito, tomou posse e passou a trabalhar nos bastidores, principalmente na comissão de agricultura, pois não era um político de boa oratória. Um dos fatos a destacar neste mandato foi que conseguiu adquirir uma empresa aérea. Quando seu amigo Nereu Ramos assumiu a presidência da República, algumas modificações nos ministérios foram feitas, inclusive no da Aeronáutica, possibilitando a aprovação do projeto SADIA S.A. Transportes Aéreos. Mais tarde, sob a direção de seu filho Omar, passou a denominar-se Transbrasil.

Durante esse período, em 1956, foi adquirida, pelo Grupo SADIA, a Rádio Rural. Conforme Comassetto (2005, p. 127), “a Rádio Rural foi mobilizada para a projeção política de Attilio Fontana e dos candidatos que interessavam a sua empresa”. Neste contexto de homem político e empresário, buscava as melhores estratégias para ampliar seu poder e o crescimento de suas empresas. COMASSETTO (2005, p. 128) acrescenta que.

O engajamento da Rádio Rural na trajetória eleitoral do fundador da Sadia está imortalizado na compilação dos textos daquele que, por muitos anos, foi o principal programa de opinião da emissora. “O fato do dia”, cujos comentários eram escritos pelo então diretor da Rádio, Olavo Rigon,

também diretor jurídico-administrativo da Sadia e vereador eleito pelo PSD em 1955.

Na biografia “História de Minha Vida” (1980), Attilio Fontana faz questão de afirmar que nunca insistiu para ser candidato, mas construiu uma carreira política que iniciou como vereador, prefeito, dois mandatos de deputado federal, senador, secretário estadual de agricultura e encerrou a carreira como vice-governador.

Como deputado federal reeleito, o salsicheiro de Concórdia, como se tornou conhecido por seus colegas da Câmara Federal, continuou com sua principal atuação na Comissão de Agricultura e ampliou sua participação na Comissão de Economia. Realizou nesse período, a serviço do governo, viagem à Europa para visitar moinhos no vale do Reno, na Alemanha. Obviamente para conhecer mais o seu ramo e aplicar tais conhecimentos em sua agroindústria. Foi nessa viagem que um diretor de engenho na Alemanha perguntou a Attilio se era verdade que os investimentos com a implantação de um moinho poderiam ser ressarcidos integralmente em dois anos. Vejamos a resposta do deputado empresário (FONTANA, 1980, p. 208):

Procurei naturalmente demonstrar que não era bem assim, que as facilidades com que trabalhávamos não eram tantas como ele imaginava, numa tentativa de salvar as aparências. A verdade é que trabalhávamos com grande margem de lucro, mas seria impatriótico revelar lá fora uma coisa dessas. O fato é que no estrangeiro eles sabiam o que acontecia no Brasil com o negócio do trigo.

Dessa forma, os mandatos de Attilio Fontana na Câmara Federal e de outros empresários do mesmo ramo, como Plínio de Nez, presidente das Organizações Chapecó, e Luiz Gabriel, do Grupo Perdigão, buscaram conciliar interesses públicos com iniciativa privada. Como bem identifica Espíndola (1999, p. 56): “essa representação nas diferentes instâncias públicas propiciou aos empresários do Oeste catarinense um espaço de discussão, participando e influenciando nas decisões de natureza econômica e política”.

Em 1960, Celso Ramos foi eleito governador do Estado de Santa Catarina e Attilio Fontana, fiel à família Ramos, integrante da oligarquia política catarinense, deixou seu mandato de deputado para assumir a Secretaria Estadual da Agricultura, por dois anos. Na foto a seguir Attilio Fontana caminha com o governador Celso Ramos, quando da gestão como Secretário da Agricultura do Estado de Santa Catarina, em 1961.



Figura 9 - À esquerda, o Senador Attilio Fontana ao lado do Governador de Santa Catarina, Celso Ramos

Fonte: REVISTA Integração, nº 36, 1983, p. 28. (Arquivo particular de Gentil Lino)

Um dos fatos marcantes é que, morando em Florianópolis, veio a conhecer sua terceira esposa, pois tinha passado por duas viuvezes. Após o casamento, viajou com a esposa Ruth para os Estados Unidos, juntamente com o filho Omar. Dirigiram-se para o Oeste americano a fim de conhecerem o serviço de irrigação agrícola. Sobre a longa viagem, Attilio destacou algumas observações importantes, como: “tive ocasião de visitar uma engorda de bovinos (12 a 13.000 cabeças), confinados e alimentados exclusivamente com ração balanceada, cujos componentes eram principalmente a alfafa e o milho colhidos na região irrigada” (FONTANA, 1980, p. 219). O político sempre pautou suas viagens ao exterior no sentido de acumular conhecimentos que servissem aos interesses de sua atividade de empresário, como fica claro nas narrativas que faz de suas viagens.

Chegando da viagem dos Estados Unidos, Attilio Fontana não teve tempo para colocar suas experiências a serviço do Estado, pois faltavam pouco mais de três meses para as eleições. Ele havia sido escolhido candidato do PSD ao cargo de senador e dedicou-se a fazer a campanha. Como o partido era forte e bem estruturado, elegeu os dois senadores, Attilio e Vitor Konder Reis.

Como senador da República, Attilio Fontana tornou a viajar aos Estados Unidos, juntamente com mais quatro deputados e o neto Luiz Fernando Furlan, que era secretário do Conselho de Administração do Grupo SADIA e assistente da presidência, portanto, seu

imediate (FONTANA, 1980,). Tinha externado na embaixada americana a intenção de conhecer, sobretudo, o setor agrário – pecuária, agricultura, irrigação e fazendas integradas. Participou de outras missões como um banquete com magnatas do petróleo, que não mostraram interesse na exploração do produto brasileiro, porque alegavam que se tratava de um monopólio estatal. Nesse sentido, o senador empresário manifestou a sua posição privatista em relação a nossa principal riqueza, conforme fica evidenciado em suas palavras: “Retruquei que, assim como eu, havia certa porcentagem de brasileiros que desejavam o concurso de empresas estrangeiras interessadas em nos ajudarem a explorar o nosso petróleo” (FONTANA, 1980, p. 227).

De volta ao Brasil, o senador empresário, em missão oficial, logo tratou de aplicar seus conhecimentos para o desenvolvimento do País, conforme constatação Espíndola (1999, p. 55-56):

Ao retornar, indicou para assumir a Associação Rural de Concórdia o engenheiro químico, e seu sobrinho, Victor Fontana. Na associação, Victor Fontana e seus técnicos passaram a selecionar pequenos produtores que se enquadravam no modelo de integração. Portanto, verifica-se, por parte de Atílio, uma estratégia ousada de cópia e aperfeiçoamento, em Santa Catarina, do modelo agroindustrial norte-americano.

Como senador, Atílio Fontana vivenciou o período do Golpe Militar, demonstrando sua preocupação com o momento e declarando-se simpático à destituição do presidente João Goulart. Dizia ele que “o país marchava mesmo para o comunismo e que a Petrobrás estava dominada por comunistas. Isso eu disse no meu discurso” (FONTANA, 1980, p. 233). Suas declarações afirmavam que Jango implantaria no Brasil o regime comunista:

Entre nós, diretores da SADIA, os comentários eram tão realistas que chegávamos a admitir uma situação assim: o que pode acontecer, com a implantação do comunismo, é tomarem conta das nossas empresas e nós termos que dar graças a Deus que nos concedam condições de poder continuar trabalhado talvez nas nossas próprias indústrias ou em outros lugares: como somos gente do trabalho, teríamos que nos adaptar ao novo regime (FONTANA, 1980, p. 232).

O golpe tranquilizou o senador empresário, agora sob o escudo da Aliança Renovadora Nacional – ARENA, fundida da união do Partido Social Democrata – PSD e União Democrática Nacional – UDN. Assim pôde continuar suas viagens oficiais, como

relata: “ainda no ano da Revolução, realizei com Ruth uma viagem à Europa, começando pela Itália, que eu não visitava havia onze anos” (FONTANA, 1980, p. 236). Em 1965, viajou novamente para Roma: “no decorrer do meu mandato de senador, recebemos outros convites de governos estrangeiros para visitar os seus países; assim é que em 1967 fomos conhecer a Inglaterra e, no ano seguinte, Israel” (FONTANA, 1980, p. 243). Em 1970, conclui seu mandato de senador e decidiu não mais buscar a reeleição.

Para encerrar sua carreira política, Attilio Fontana foi nomeado pelo presidente General Emílio Garrastazu Médici como vice-governador do Estado de Santa Catarina. Neste período, os cargos de governador e vice eram preenchidos por homens da inteira confiança do presidente. Quando consultado pelo ministro Leitão de Abreu se aceitaria ser vice-governador, assim respondeu: “Respondi-lhe que aceitaria com desvanecimento, e que agradecia, por intermédio da chefia da Casa Civil, a deferência muito honrosa para mim do Sr. Presidente, prestigiando o meu nome” (FONTANA, 1980, p. 251). Como vice-governador, continuou sua trajetória de homem público e empresário, articulando com perfeição os interesses de estado e de seus negócios de empresário da agroindústria, que conjugou ao longo de seus 28 anos de vida pública. Neste contexto político-econômico desenvolveu a Sadia, uma poderosa empresa familiar ligada ao ramo da agroindústria.

3.4 A avicultura e o sistema de integração

Vimos destacando nos capítulos anteriores as modificações que estão ocorrendo no processo de produção na colônia. A partir deste momento abordamos com mais ênfase as transformações no desenvolvimento capitalista, na região, com o surgimento das agroindústrias. “No município de Concórdia, berço da agroindústria Sadia, vale mencionar que a concentração e centralização de capitais comerciais resultaram na criação do primeiro frigorífico, que era administrado por Attilio Fontana” (BISON; COLUSSI, 2006, p. 16). Rosa Alba (2002, p. 112) assim sintetiza estas transformações:

A agricultura, nos primeiros anos da colonização, tinha como objetivo atender às necessidades imediatas do próprio agricultor e do comércio local. Esta agricultura passa, posteriormente, a atender aos interesses das agroindústrias. A produção agrícola é controlada por elas, selecionando produtos e produtores, de acordo com suas necessidades.

No Brasil, a avicultura no sistema de integração teve início no final da década de 50. “A entrada no ramo da avicultura faz parte da estratégia de diversificação de atividades adotadas pelos grandes frigoríficos do Oeste catarinense” (CAMPOS, 1987, p. 270). A empresa Sadia, em 1950, associada ao médico veterinário Roberto Nogueira da Gama, iniciou a criação de frangos na Granja Santa Luzia em Concórdia, conforme descreve seu proprietário Attilio Fontana (1980, p. 168).

Fizemos dois pequenos aviários com capacidade para aproximadamente quinhentas cabeças cada um, e construímos uma casa de madeira, barata, que talvez me tenha custado uns 15.000 cruzeiros, para movimentar a parte dos ovos e mesmo uma chocadeira para cem ovos que havíamos adquirido. [...] à margem da estrada velha que saía para o Rio de Janeiro. [...] adquiri mil pintinhos de um dia da raça *New Hampshire* proveniente dos Estados Unidos, de cor amarelada, boa poedeira e com bastante produção de carne.

Após três anos de sociedade com o veterinário Roberto Nogueira da Gama, que era funcionário do Ministério da Agricultura, e posteriormente foi transferido para Curitiba, a Sadia adquiriu sua parte e expandiu a criação para mais dois aviários. Assim, foi se desenvolvendo na empresa a ideia de ampliar a produção de aves, “[...] dentro do sistema que chamamos ‘comunidade integrada’. Uma integração total, como uma corrente de elos, harmoniosamente entrelaçados e na qual todos tivessem igual importância. Só nessa linha nos conviria desenvolver a nossa experiência no ramo” (FONTANA, 1980, p. 169). Attilio deixa demonstrado em sua fala que buscava constituir uma relação de harmonia entre capital e trabalho. Neste sentido, o discurso tem objetivo de convencimento, da ‘comunidade integrada’, que são os trabalhadores da base na produção do sistema – colonos e trabalhadores da indústria – com o fim de que todos produzam para o sistema, sem discutir as contradições de acumulação de capital que seriam geradas ao longo deste processo.

A partir deste momento, a empresa começa a investir com mais intensidade na criação de aves. Para isso, envia ao Rio de Janeiro, com apoio do Ministério da Agricultura, para as Granjas Guanabara e Branca que desenvolviam uma avicultura mais adiantada, um de seus colaboradores, o Sr. Ivo Reich, com o objetivo de realizar estágio de 30 dias, a fim de buscar novos conhecimentos a serem implementados na criação de aves pela empresa. Isto determinou um aumento significativo no tamanho dos aviários que passaram a ter capacidade para cinco mil pintos (FONTANA, 1980).



Figura 10 - As primeiras aves matrizes adquiridas pela Empresa Sadia, observadas por Ivo Reich, à esquerda

Fonte: BOLETIM Avícola. 1. ed. Concórdia: Sadia Concórdia S.A. Indústria e Comércio, Outubro/1976. (Arquivo da Indústria Sadia)

O passo decisivo para início da integração avícola se deu quando Ivo Reich foi enviado aos Estados Unidos, novamente com apoio do Ministério da Agricultura, e pôde presenciar o que de mais moderno havia no setor de aves. Na bagagem, Ivo Reich trouxe técnicas de criação modernas e a empresa Sadia iniciou, a partir de 1958, o sistema de integração de aves. Este fato torna-se de tamanha importância que no primeiro número do Boletim Avícola publicado pela empresa Sadia Concórdia, em 1976, o título em destaque era: "IVO F. REICH: O homem que teve a coragem de introduzir a avicultura integrada em Concórdia, confiando em nossa gente".

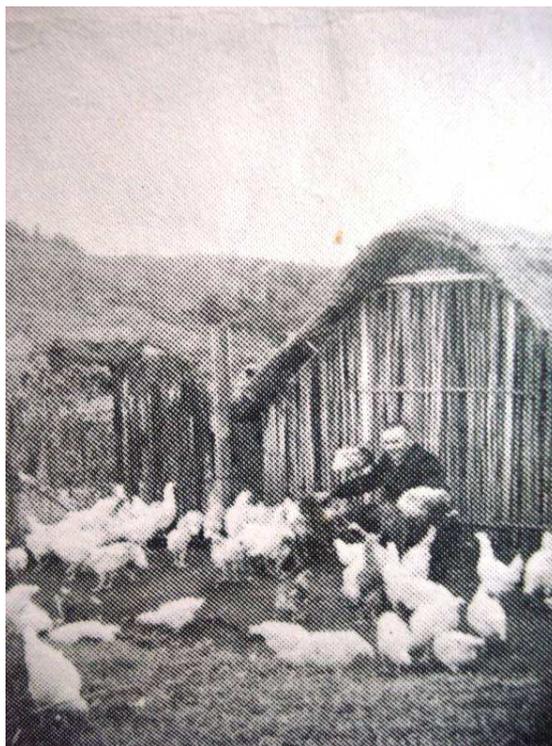


Figura 11 - Primeiro aviário integrado, de propriedade de Diomédio Bosio, construído pela Sadia, em Concórdia (1958). Com 3 x 3 metros e capacidade média para 100 aves

Fonte: BOLETIM Avícola. 1. ed. Concórdia: Sadia Concórdia S.A. Indústria e Comércio, Outubro/1976. (Arquivo da Indústria Sadia)

A criação de frangos de corte se firmou em bases industriais, quando os criadores passaram a ser orientados para melhorar as condições de criação, preocupando-se com rações, medicamentos, vacinas, manejo e linhagens. Segundo Campos (1987, p. 271) “[...] o grupo Sadia adotou o mesmo sistema empregado com sucesso na suinocultura. Ou seja, fornecimento de pintos, assistência técnica e rações balanceadas a pequenos produtores, remunerando a produção de frangos, descontados os adiantamentos de insumos”. Attilio Fontana (1980, p. 170) ensina que:

[...] a exemplo do que já havíamos feito com a suinocultura, a ideia de iniciarmos uma avicultura integrada com os lavradores, aos quais forneceríamos o pinto de um dia, a ração balanceada e a assistência técnica; esta, gratuita, a ração e os pintos a crédito, sem nenhum desembolso, pois, da parte deles. E quando, no prazo aproximado de 55 dias, as aves prontas para o abate fossem retiradas pelos nossos caminhões, eles pagariam o custo dos pintos e da ração e receberiam o lucro.

Desta forma, a avicultura começa a ter um caráter comercial e os produtores vão surgindo, em um processo de integração. Este fenômeno passa a determinar mudanças nas

condições históricas de produção camponesa que, por consequência, provocaram modificações na relação do colono integrado com o capital. A relação de subordinação do colono com o capital vai se aperfeiçoando na medida em que o segundo irá desenvolver novos mecanismos para aumentar a produção-lucro.

Nesse contexto teve início a criação de aves no sistema de integração. “O conceito de integração enquanto indica certo grau de concentração e subordinação contém uma ambiguidade que na teoria do *Agrobusiness* exerce uma função ideológica fundamental” (BELATO, 1985, p. 265). A nova função ideológica será não mais ter como centro a unidade familiar, mas as unidades que ao longo do ciclo econômico detêm a instância de coordenação, que passam a ser as empresas capitalistas.

Nesse novo modelo, o colono é escolhido pela empresa para exercer o trabalho integrado. A partir da escolha, a família do colono é submetida a um processo de subordinação à indústria que desenvolve, através da cadeia avícola, o mais aperfeiçoado modelo de produção agroindustrial na região. “Evidentemente, a indústria pode impor sua ordem de forma vertical apropriando-se de etapas sucessivas do fluxo de produção” (BELATO, 1985, p. 268).

O sistema de integração torna-se o mais importante meio de produção da empresa Sadia, tanto é que no ano de 1979 foi criada uma revista chamada *Integração*. A mesma, em seu primeiro editorial, aborda o ambiente de trabalho como o maior meio de aperfeiçoamento do homem (REVISTA *Integração*, n.1, 1978).

Embora a metodologia empregada na integração da avicultura seja a mesma que aconteceu em relação à suinocultura, nesta, a origem é outra. A suinocultura iniciou com os colonos produzindo de forma independente e poucos eram afeitos a uma relação contratual de exclusividade com uma só empresa. A criação de suínos, conforme visto anteriormente, teve início nos primeiros anos de formação da colônia e possibilitou uma das primeiras relações comerciais na pequena propriedade familiar. Desta forma, entende-se porque muitos suinocultores tiveram dificuldades em firmar uma relação contratual de exclusividade com apenas um frigorífico.

Na avicultura, os colonos foram, desde o início, submetidos ao sistema de integração, ficando vinculados, em muitos casos, aos próprios financiamentos das instalações pelas empresas integradoras. Na entrevista realizada pelas acadêmicas Cleci Bison e Lidiane

Colussi²³ o avicultor 6²⁴ declara que: “[...] nós podia financia 80% no banco e ter 20% em dinheiro pra construí, daí eu tive que pega e vende metade da terra pra ter esses 20% [...]”.

Esta é uma das estratégias do projeto para subordinar o colono integrado à empresa. De acordo com Campos (1987, p. 285):

[...] uma vez selecionado o pequeno produtor, o departamento de fomento elabora um projeto posteriormente enviado ao Banco para obtenção do crédito para investimento. O frigorífico não avaliza o projeto, sendo que o produtor selecionado deve oferecer sua propriedade como garantia.

Portanto, a avicultura em larga escala será uma proposta da agroindústria. É a empresa que vai primeiramente selecionar o integrado, escolhendo desde a localização do produtor em relação ao frigorífico e sua oferta de mão de obra familiar para gerir o aviário. O relato do avicultor 2²⁵ ajuda a esclarecer os critérios da escolha: “É que as vezes eles iam vê se a pessoa tinha condições...eles iam ter informações, vê se...o cara era uma boa pessoa [...] se ele trabalhava ou se ele só queria as coisas...Se ele se dava bem na comunidade também. [...] Assim, o integrado à avicultura, muitas vezes, nunca havia criado aves; o importante é que apresentasse condições exigidas pela integradora. Conforme CEAG-SC (1978, p. 141)

[...] os produtores integrados não são produtores comuns, são escolhidos, em função de possuírem um número de hectares de terra acima da média dos produtores da região; ter condições de obter crédito; e situarem-se a uma distância relativamente próxima à indústria, diminuindo, assim os custos de transporte [...].

A empresa é que fornece toda a assistência técnica e o produtor apenas fornecerá a força de trabalho. Com relação à jornada de trabalho do integrado e família se constata, através das entrevistas citadas, que o avicultor trabalha em média de 12 a 18 horas diárias. Portanto, o colono integrado trabalha muito além das horas estabelecidas pela legislação trabalhista. Nesta jornada de trabalho não há descanso aos finais de semana e parte destas horas são desenvolvidas no período noturno, em horários alternados, pois é necessário o acompanhamento da temperatura no aviário, principalmente nos períodos de inverno. Nesta

²³ Acadêmicas do Curso de História da Universidade do Contestado que realizaram entrevistas sob nossa orientação para o trabalho de TCC: “Sistema integração e suas implicações sociais para o homem do campo no município de Concórdia – o caso da avicultura”, 2006.

²⁴ Entrevista realizada em 2005 com integrado da Sadia desde 1973.

²⁵ Entrevista realizada em 2005 com integrado da Sadia desde 1976.

lógica, a empresa se descompromete com a saúde do trabalhador e também não remunera as horas extras, noturnas e finais de semana trabalhados.

É importante observar que neste sistema os integrados não possuem garantido nenhum direito social como: carteira de trabalho assinada, direito à férias, décimo terceiro salário e a empresa não oferece planos de assistência à saúde e nem mesmo a garantia de um salário mínimo. Além disso, não possuem a garantia de um preço mínimo pelo lote de frango abatido, pois este é definido pela integradora. No sistema de integração, a coordenação está a cargo da empresa; o integrado faz parte do processo produtivo, porém não tem autonomia decisória, embora proprietário formal dos meios de produção.

Segundo Belato (1985), os contratos dessa natureza sempre especificam as condições de preço e pagamento, embora a empresa, pelo poder que detém nessa relação desigual, controla os custos, os preços da produção a partir de seus próprios custos e não a partir dos custos do produtor. Embora o contrato limite a liberdade do produtor, ele acaba sendo beneficiado pelas garantias de comercialização da produção. Assim, o autor destaca as dez vantagens e as dez desvantagens da integração, tal como formuladas por Ewell Paull Roy (1972), que examinou minuciosamente a questão e que acabou se transformando num clássico da questão em todo o mundo:

- Vantagens do contrato de integração para o integrado:

1. O produtor assume menos riscos financeiros. O contratante assume maiores riscos quando repassa financiamentos (ao produtor);
2. A renda do produtor sob contrato é muitas vezes estipulada e relativamente fixa. As perdas do contratante são fixadas pelo penhor de garantia de pagamento do produtor;
3. A responsabilidade do produtor é reduzida; em compensação cresce a responsabilidade do contratante;
4. O produtor toma menos decisões e tem menos dificuldade na obtenção de insumos. O contratante toma mais decisões e tem maior responsabilidade para a obtenção de insumos;
5. O produtor frequentemente é ajudado na obtenção de assistência técnica especializada. O contratante deve arcar com os custos e a responsabilidade do provimento de tal assistência;
6. O produtor corre menores riscos de preço e problemas de mercado. O contratante incorre maiores riscos de preço e problemas de mercado;

7. O produtor corre menores riscos de produção e de perda de renda. O contratante corre maiores riscos e usufrui de maiores oportunidades, tanto de lucro como de prejuízo;
8. O produtor tem menos necessidade de capital para produzir um produto. O contratante precisa prover esse capital de custeio, seja próprio, seja por empréstimo;
9. O produtor se habilita a operar unidades de produção de maior porte e especializar-se na produção de um determinado produto. O contratante se envolve com poucos produtores que operam em larga escala, em vez de fornecer insumos a muitos e pequenos produtores;
10. Ao produtor é criada a oportunidade de empregar-se (sic) numa agroindústria sem que tenha que abandonar o meio rural ao qual está acostumado. Os contratantes agroindustriais, porém, tendem a deslocar-se para o meio urbano.

- Desvantagens do contrato de integração para o integrado:

1. O lucro monetário do produtor é limitado pelo contrato. Os lucros do contratante só são limitados pelas regras do mercado;
2. A iniciativa e os incentivos do produtor são limitados toda a vez que as cláusulas do contrato são específicas em seus termos;
3. O produtor hábil e bom administrador não usufrui vantagens sob contrato. O contratante usufrui vantagens suplementares se for capaz de submeter a contrato produtores eficientes e hábeis;
4. O produtor contratado não terá condição de expandir suas operações quando as condições econômicas forem adversas. O contratante tem menos limitações nestes casos;
5. O produtor contratado pode elevar continuamente seus padrões de eficiência, enquanto seus pagamentos por unidade podem estacionar ou até mesmo regredir. O contratante pode proteger-se mediante a elevação dos padrões de eficiência dos produtores, fazendo com que seus custos por unidade permaneçam constantes ou mesmo declinantes;
6. O produtor contratado, na maioria dos casos, é obrigado a efetuar os investimentos em capital fixo tais como: terra, prédios e equipamentos. O contratante, por sua vez, concentra seus custos principalmente em investimentos de capital de custeio tais como, por exemplo, rações, pintos, sementes, produtos químicos, etc., que devem ser pagos antes da aferição dos lucros (da operação financiada);

7. O produtor contratado tende a perder rapidamente todos os contatos com o mercado. O contratante está em constante contato com os mercados e, em muitos casos, desenvolve uma organização de mercado que lhe permite excluir alguns produtores e integrar outros em sua empresa toda a vez que isto for possível;
8. O produtor contratado continua sofrendo a falta de poder de barganha. O contratante tem relativamente maior poder de barganha e pode mais facilmente desenvolver os meios de manter tal poder;
9. O produtor contratado se torna parte de um complexo agroindustrial que tende, sob contrato, à superprodução de produtos agropecuários, gerando problemas de excedentes para si mesmo e para os produtores em geral. O contratante, por sua vez, agindo independentemente, está interessado primeiramente em aumentar a produção, o que lhe permite expandir sua posição na economia de mercado;
10. O produtor contratado está, via de regra, submetido a pesadas pressões tecnológicas. O contratante está no círculo vicioso da luta competitiva pelo mercado e não pode perder a oportunidade de criar pressões sobre aqueles que lhe estão associados.

Conforme apresentado no tocante às vantagens e desvantagens, é importante perceber no contrato as relações de subordinação que se estabelecem entre o contratado e o contratante que, em muitos dos casos, não aparecem porque estão camufladas sob uma cortina ideológica. Diante desta nova realidade “[...] a integração contratual é resultado, fundamentalmente, das condições histórico-sociais e políticas onde está inserida e sob as quais são criadas as estratégias do capital” (SORJ; POMPERMAYER; CORADINI, 1982, p. 35).

Nessa relação de vantagens e desvantagens estão estabelecidas, no contrato de parceria avícola, cláusulas para regularizar e organizar a produção. Estas cláusulas versam sobre o fornecimento dos meios de produção, formas de comercialização do produto, assistência técnica, financiamento, qualidade do produto. BISON E COLUSSI (2006, p. 38) acrescentam que,

[...] o integrado espera que o contrato lhe proporcione seguridade, confiabilidade e garantia de um preço justo para o produto. Entretanto, o que de fato acontece é que os contratos são elaborados de maneira obscura, confusa, de difícil compreensão e interpretação para o integrado, principalmente no que diz respeito ao preço pago pelo produzido.

O contrato, firmado entre o colono e a empresa, se estabelece numa relação capitalista. No sistema de integração avícola, os contratos certamente traziam embutidos, na confusa cortina ideológica, relações de mercado entre a empresa, representante do capital e o colono; este representando o trabalho. Segundo Belato (1985), a discussão sobre a integração recentemente saiu do círculo fechado dos grandes empresários e do estado para ganhar as ruas, a academia e os debates públicos, a luta política e a resistência dos camponeses. Por muito tempo ficou escamoteada nos sofisticados contratos de integração e na retórica do fomento da produção de suínos e aves.

A lógica da integração é o monopólio, ou seja, em um contexto em que a produção em grande escala tende à monopolização pela agroindústria, não resta alternativa ao colono, que não seja a integração. “Torna-se inevitável, para a sobrevivência do produtor, estreitar os laços de subordinação aos complexos integrados sob pena de exclusão, ou de comprometimento de sua renda pela elevação constante dos riscos” (BELATO, 1985, p. 292).

Assim, o colono fica em uma camisa de força, na qual escolhe entre ficar fora do modelo de integração, para ter autonomia sobre sua produção ou correr o risco de não conseguir ser competitivo, ficando à mercê das oscilações do mercado. O avicultor não integrado passa a correr riscos muito altos, pois não pode ficar além de um tempo muito diminuto com aves adultas, pois essas adquirem sobrepeso e consumirão grande quantidade de alimentos, causando-lhe prejuízos. Por outro lado, o avicultor integrado fica submetido ao centralismo da integradora, perdendo sua autonomia decisória, “[...] mas tendo assegurado o escoamento de sua produção com retornos mais estáveis, embora não necessariamente os mais elevados” (BELATO, 1985, p. 295).

Segundo dados do Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina (CEAG-SC, 1978), a avicultura conta, até 1978, com 95,5% do total do abate de frangos vindos da integração. Nos esquemas mais completos é incluída ainda a produção de culturas agrícolas, com a qual a indústria produz a ração para ser fornecida aos próprios avicultores. COMASSETTO (2007, p. 89) conclui que,

[...] nesse sistema, os poucos que prosperaram passam a contar com um contingente de reserva, que fornece a matéria-prima a um custo baixo e praticamente se coloca numa posição de subordinação aos comerciantes estabelecidos. Esta foi a lógica que permitiu o sistema de integração praticado pelas empresas com os agricultores, que, em troca da garantia de absorção da criação, comprometem-se a seguir as normas técnicas e a produzir unicamente para a agroindústria à qual estão vinculados,

competindo a esta estabelecer o regime de produção e fixar os preços pagos ao produtor. Esta foi a lógica do sucesso das agroindústrias no Oeste catarinense.

Dessa forma, a agroindústria descobriu uma estratégia perfeita de exploração do capital sobre o trabalho. Apropria-se do trabalho de toda a família do trabalhador integrado (mulher e filhos), não estabelece relação trabalhista com o mesmo e o mantém como subordinado no conjunto dos interesses econômicos da agroindústria. Estes trabalhadores são “[...] camponeses que mantêm um estilo de vida próprio, um modo de produção específico, apesar das transformações ocorridas desde o século passado e das pressões do capitalismo” (SEYFERTH, 1990, p. 21). Esta relação possibilita grande quantidade de lucro para a agroindústria que controla de forma absoluta a relação trabalho/produção/lucro, pois é quem determina o preço da ração e valor na venda dos animais. Esta situação promove uma profunda alienação do trabalhador em relação ao seu próprio trabalho.

Foi nesta conjuntura, de controle do capital sobre o trabalho do colono integrado, que surgiu a economia agroindustrial em Concórdia e região. O trabalho integrado foi a estratégia buscada pelos novos capitalistas da agroindústria para impor aos colonos, na pequena propriedade familiar, um processo de profunda exploração. Para efetivá-la, passam a utilizar o chamado contrato de integração que analisaremos no próximo capítulo, ao tratar da economia agroindustrial em Concórdia.

CAPÍTULO IV

CONCÓRDIA E A ECONOMIA AGROINDUSTRIAL

No capítulo anterior, procuramos demonstrar como foram trilhadas as condições que consolidaram as relações mercantis de produção camponesa e como surgiram as bases para a implantação do modelo agroindustrial na região Oeste catarinense, mais especificamente no município de Concórdia, origem da indústria Sadia.

Neste capítulo – Concórdia e a economia agroindustrial – o objetivo é compreender o desenvolvimento econômico de Concórdia, à luz da consolidação e expansão do projeto do capital agroindustrial. Para isto, analisamos a hegemonia do Estado, enquanto representante de uma só classe; a relação deste com o modelo agroindustrial e a relação de subordinação do integrado com a empresa.

4.1 As bases para a consolidação da economia agroindustrial em Concórdia

No período anterior a 1940, o que ocorreu foi a comercialização do excedente não consumido, principalmente trigo e suínos. A partir dos anos de 1940, a colônia já fornecia banha e carne suína e excedente de grãos aos grandes mercados consumidores do centro do País. Isto determinou a mercantilização da produção camponesa, e assim, se consolidam definitivamente na colônia as relações capitalistas.

É apontado no relatório produzido pelo município de Concórdia – O Vale do Rio do Peixe – Retrospecto comparativo do progresso Agrícola e Industrial (1943, p. XI) que:

A criação e engorda de suínos, em grande escala, nas zonas rurais estão proporcionando lucros consideráveis aos colonos criadores em vista do alto preço que as fábricas de banha e frigoríficos estão pagando. Neste vale estão em pleno funcionamento 3 frigoríficos, um em Perdizes, um em Herval e um em Rio do Peixe. A quarta, a maior das três, está sendo construída em Concórdia a (sic) será brevemente inaugurada.

O Gráfico 1 demonstra a valorização dos produtos de origem suína, se comparado a outros produtos agrícolas. Isto ocorreu em meados da década de 1940 com o surgimento dos frigoríficos que começam a industrializar não somente a banha, mas também outros subprodutos da suinocultura. O Frigorífico Sadia foi pioneiro no processo de industrialização de salames e buscou nos grandes centros consumidores de São Paulo e do Rio de Janeiro seus principais mercados.

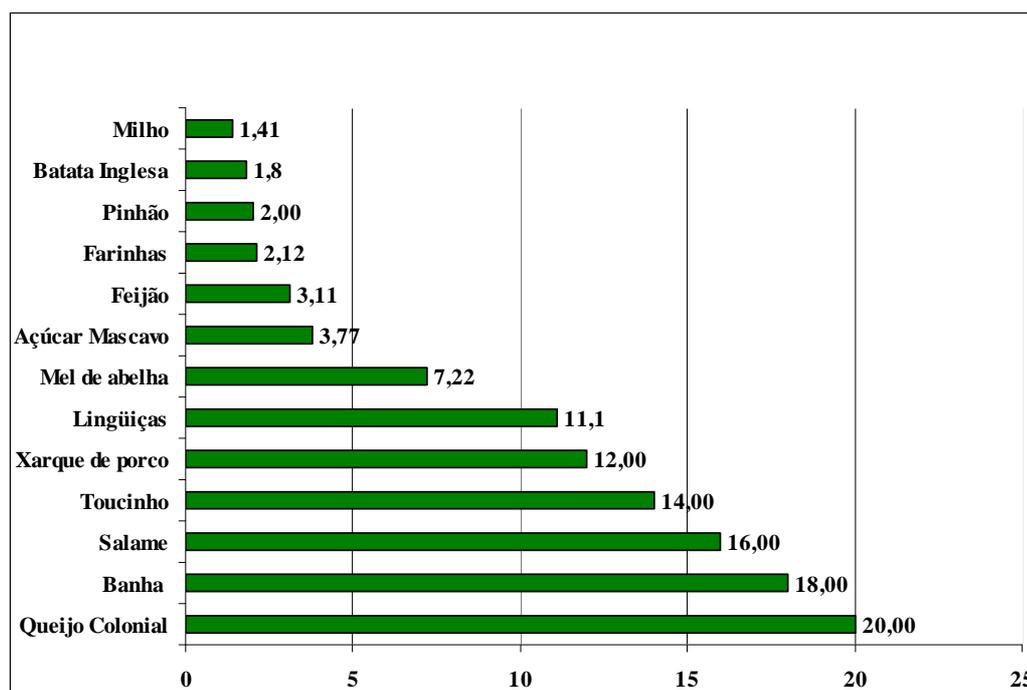


Gráfico 1 - Custo do Kg dos produtos agrícolas/industriais em 1948

Fonte: NOTICIÁRIO. Florianópolis: Federação das Associações Rurais de Santa Catarina, n. 2, 20 abr. 1948. (Arquivo Histórico do Município de Concórdia)

Como a pequena propriedade familiar já vinha desenvolvendo a criação de porcos, estes passaram a ser abatidos em centros maiores e tinham que ser transportados vivos até esses locais. Isto era feito com muita dificuldade, pois o meio de transporte era o caminhão que, por sua vez, ainda não havia se desenvolvido. Era muito comum os porcos serem levados em tropeadas até a estação de trem, na comunidade de Volta Grande, Santa Catarina, próximo a Marcelino Ramos, Rio Grande do Sul. Sobre as tropeadas de porcos, Delmir Valentini (2006, p. 47) nos relata como eram realizadas; quase aventura, na época:

[...] muitos porcos ariscos tinham que ser conduzidos com as pálpebras costuradas com fio de sedenho, ou com algumas gotas de creolina nos olhos, o que cegava os animais temporariamente, fazendo-os seguirem as tropas pelo faro. [...] Na frente seguia o madrinheiro chamando com gritos característicos e, de tempo em tempo, jogando grãos de milho, para a vara

seguir acompanhando. Nas laterais da vara e atrás, seguiam os homens a pé com os cães adestrados. Na retaguarda, animais de montaria acompanhavam, levando víveres, milho e a parafernália que era preciso para ida e volta.

Com o surgimento dos vários frigoríficos na região que encontram facilidade de matéria-prima, em função do aumento da oferta de animais, foi sendo superada a dificuldade para o abate e a conseqüente atividade de tropeadas de porcos vai desaparecendo. As fotos apresentam exemplares de porcos criados na época, com o objetivo principal de atingir uma maior quantidade de banha. A criação do porco denominado “tipo banha” era incentivada pelos frigoríficos, pois esta era um produto de grande consumo, altamente valorizado no mercado, conforme demonstramos no Gráfico 1.

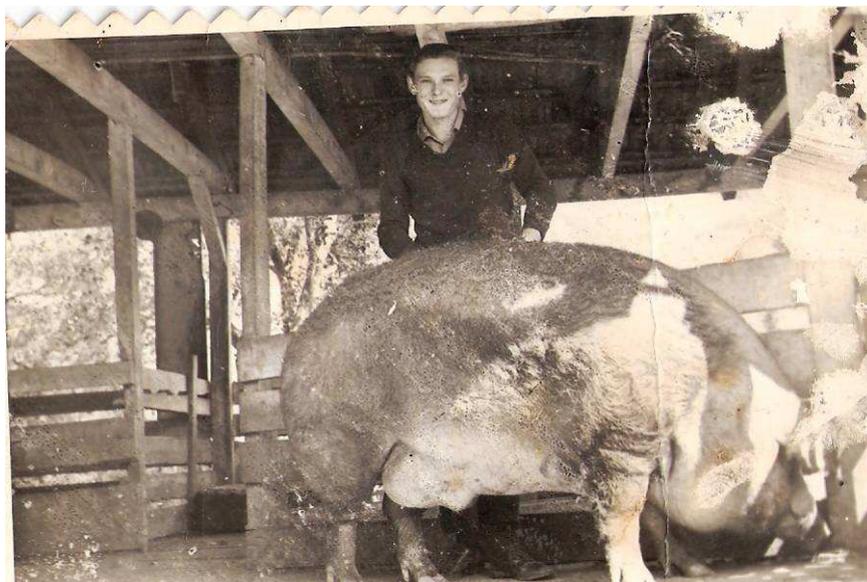


Figura 12 - Suíno tipo banha, com 407 Kg. Década de 1950

Fonte: Arquivo Particular de Deonísio Biesdorf



Figura 13 - Suíno tipo banha, com 443 Kg. Foto registrada na Sadia, Concórdia, em 1955

Fonte: Arquivo Particular de Albricht Schuck²⁶

Nessa fase tem origem o modelo agroindustrial, principalmente a partir de 1940, culminando com a criação dos primeiros frigoríficos que se multiplicam até 1960. Além da presença da Perdigão S/A Comércio e Indústria, Videira, em 1940; Comércio e Indústria Saulle Pagnocelli, Joaçaba, em 1942 e Sadia, Concórdia, em 1944, surgiram no Oeste catarinense os seguintes frigoríficos: S/A Indústria e Comércio Chapecó”, em Chapecó, 1952; Frigorífico Seara, em Seara, 1956; Indústrias Reunidas Ouro, em Ouro, 1960; S/A Frigorífico Itapiranga, em Itapiranga, 1962 e Unifrig S/A Indústria e Comércio, Salto Veloso, em 1963. Assim, com a expansão deste modelo é que se desenvolve o monopólio de grandes

²⁶ Albricht Schuck migrou do Rio Grande do Sul, da cidade de Candelária e morou em Orestes Guimarães – atual município de Ipumirim que originalmente pertencia a Concórdia.

conglomerados econômicos que passam a comandar a produção de suínos e, posteriormente, de aves em toda região. Índio Campos (1987, p. 148) observa que:

O desenvolvimento da acumulação capitalista na região, não ocorreu na forma de um enclave. Pelo contrário, assumiu os contornos de uma gênese progressiva de relações capitalistas através do desenvolvimento de potencialidades mercantis da economia local e seu concomitante entrelaçamento com a economia capitalista englobante.

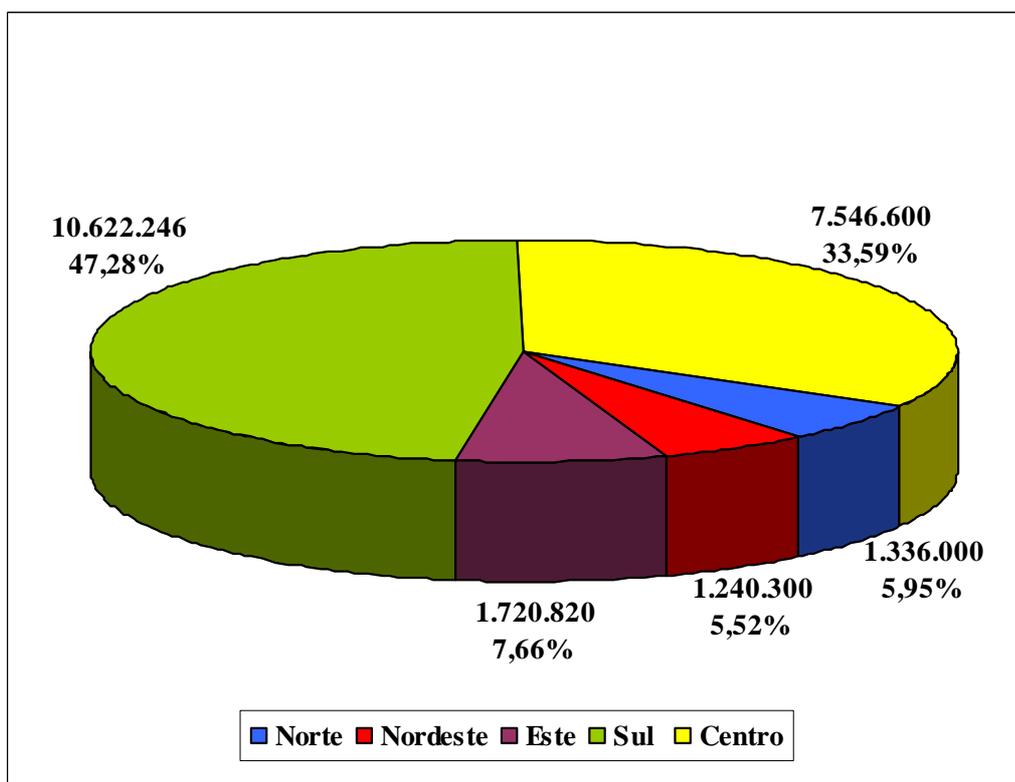


Gráfico 2 - Anuário Estatístico do Brasil 1939/1940 sobre produção de suínos
Fonte: IBGE

Com a expansão de frigoríficos pela região, aumentou a produção na colônia, integrando-a na rota de desenvolvimento socioeconômico do Brasil e de Santa Catarina, através do fornecimento de carne suína e subprodutos. O gráfico demonstra o domínio da região Sul na produção de suínos em relação ao restante do País, no período de 1936 a 1938. Portanto, antes mesmo do surgimento dos frigoríficos na década de 1940, a criação de porcos na região Sul já era uma realidade. Este aumento se verificará com mais intensidade nos anos seguintes, quando surgiu o trabalho de parceria entre as agroindústrias e o colono, principalmente no Oeste catarinense.

Já neste período o que se percebe, conforme demonstrado no Gráfico 3, é a diferença da produção em cabeças da pecuária em Concórdia. A suinocultura domina amplamente a quantidade do rebanho, em relação aos bovinos, ovinos e animais com finalidade de tração e transporte como equinos, burros e jumentos. Vai ficando, assim, demonstrada a vocação da economia da região e o porquê do surgimento dos grandes frigoríficos a partir da década de 40 em toda região Oeste catarinense.

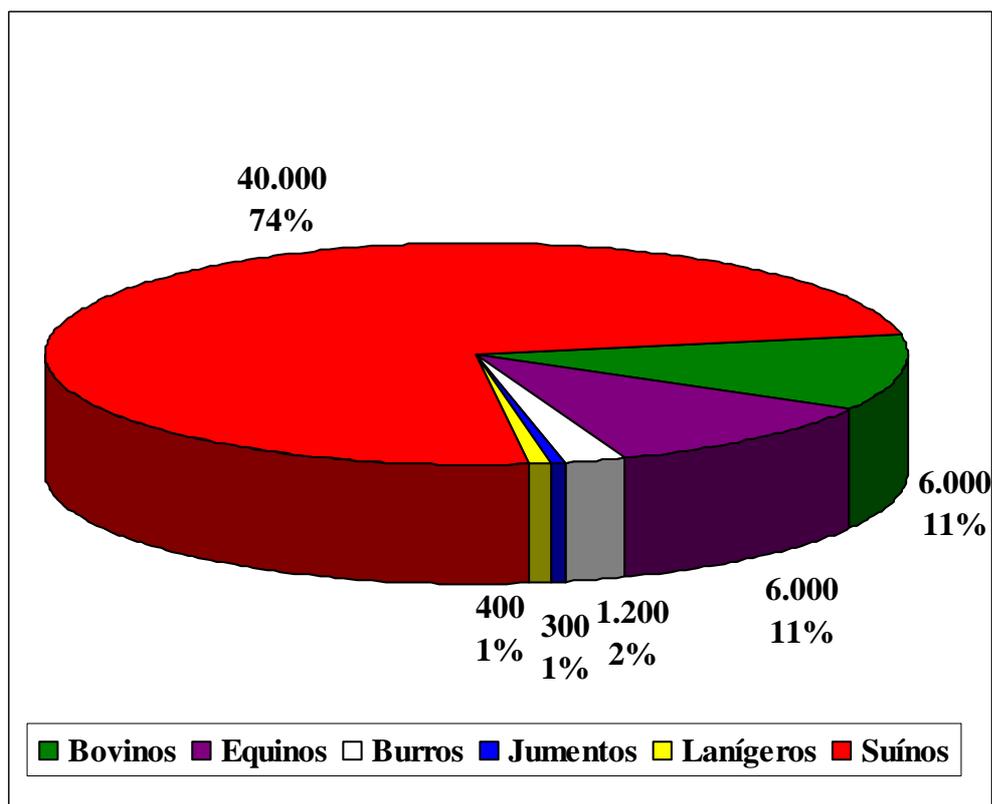


Gráfico 3 - Produção em cabeças da pecuária em Concórdia em 1941

Fonte: PIRES, João Estivalet. **Responde Circular nº 19 de 14/7/1941**(Arquivo Histórico do Município de Concórdia)

João Estivalet Pires (1941, p. 2), Secretário Municipal de Agricultura de Concórdia, informa em correspondência enviada ao Diretor do Serviço de Economia Rural do Governo Federal – José Arruda de Albuquerque, sobre a produção pecuária e agrícola de Concórdia, em 1941: “A pecuária não é explorada com fins lucrativos, este município é essencialmente agrícola, e a pequena quantidade de animais existentes é empregada no consumo próprio e nos afazeres agrícolas, somente a criação (sic) de suínos constitui fator importante para desenvolvimento da economia do município”.

Para assegurar este crescimento, a Prefeitura de Concórdia envia ao Ministério da Agricultura, em 1951, correspondência solicitando celebração de acordo para execução de serviços públicos relativos ao fomento agropecuário. O então prefeito Attilio Fontana, no referido documento, discorre em linhas gerais a precariedade sobre a qual repousa a atividade agropecuária e expõe os motivos que Concórdia tem para firmar acordo com o Ministério da Agricultura. Entre os principais argumentos utilizados informa que o município possui 50.000 habitantes para uma área de 2.450 Km². Mesmo com topografia acidentada conta com terras férteis, proporcionando uma atividade agropecuária intensiva, trabalho desenvolvido por 1.000 proprietários rurais. Refere-se ainda, as seguintes atividades acompanhadas de dados da produção: Suinocultura: 190.000 cabeças; Triticultura: 20.000 hectares cultivados; Milho: 1.015.000 sacas; Mandioca: 77.500 quilos e Videira: 2.000.000 quilos (EXPOSIÇÃO de motivos..., 1951, p. 2).

Ainda, expõe que o acordo permitiria ao município o acesso aos órgãos especializados do Ministério da Agricultura, para melhorar qualitativa e quantitativamente o nível de produção, especialmente de trigo e de suínos, as duas principais atividades do município. Em seguida, indica as necessidades relativas à produção animal e à produção vegetal. Os serviços e os incentivos solicitados ao Governo Federal iriam desde a orientação técnica para melhor desenvolver a criação de animais, com melhores reprodutores e medicamentos, até recursos para ampliação da infra-estrutura na propriedade, inclusive para a construção de galinheiros, estábulos, maternidades, poteiros, etc. Para a atividade agrícola, solicitou a distribuição de sementes, orientação técnica no manuseio do solo e reflorestamentos (EXPOSIÇÃO de motivos..., 1951, p. 3).

No mesmo ano de 1951, o prefeito Attilio Fontana solicitou que o Intendente Distrital de Arabutã visitasse os colonos Leopoldo Stiehl e Edmundo Schreiner, da Vila Concórdia, e Alfonso Pedron, da comunidade de Engenho Velho. Os mesmos receberam da Prefeitura de Concórdia 06 matrizes de suínos da raça Durok-Jersey e Hampshire. O mesmo procedimento foi realizado com mais 19 colonos de outras comunidades que receberam matrizes por parte do poder público (CORRESPONDÊNCIA n. 182/S, 06 dez. 1951).

O objetivo da visita era verificar qual o estado dos animais, além das condições dos estábulos e chiqueiros. Quando ocorria algum caso em que o proprietário não estivesse atendendo às condições sanitárias adequadas, como foi o caso do colono José Mascarello no Distrito de Seara, os animais eram recolhidos e entregues à Intendência Distrital do município (CORRESPONDÊNCIA n. 189/S, 24 dez. 1951). Embora a iniciativa da Prefeitura fosse a de

fomentar a produção agrícola, ficou evidenciada nesta ação do Prefeito a relação que se estabelece entre poder público e a empresa Sadia, da qual é o principal acionista, pois na medida em que o poder público fomentava a criação de suínos, aumentava a oferta de produtos para a empresa Sadia.

Estas ações, fomentadas na base da produção da colônia, contribuíram de maneira definitiva para que se implantassem as condições objetivas que passam a alterar as relações entre o capital e a pequena produção familiar. O objetivo era permitir a ampliação da capacidade produtiva na colônia, no sentido de atender à demanda para a incipiente economia agroindustrial que começou a se integrar ao processo de industrialização da sociedade brasileira.

Do ponto de vista da conjuntura mundial ocorriam significativas mudanças no período pós-guerra. A agricultura tradicional foi substituída pela moderna que passa a fazer parte da ampliação do capital internacional. A agricultura moderna se caracterizou pelo fornecimento de insumos químicos e biológicos, maquinário moderno e desenvolvimento de novas técnicas agrícolas, além do uso de sementes melhoradas. Esta foi a chamada revolução verde que, “[...] articula e controla a pesquisa agrícola e [cuja] necessidade de controlar a pesquisa tem as mesmas razões políticas e econômicas de controle do campesinato” (BELATO, 1985, p. 35). Assim, seus idealizadores buscaram, através de pesquisa genética no campo, a modernização da agricultura, com objetivo de aumentar a produção de alimentos nos países subdesenvolvidos, como a descreve Brum (1985, p. 59):

A chamada ‘Revolução Verde’ foi um programa que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes. Através dessa imagem humanitária, ocultavam-se, no entanto, poderosos interesses econômicos e políticos ligados à expansão e fortalecimento das grandes corporações a caminho da transnacionalização.

Além de apresentar um caráter econômico de expansão dos interesses capitalistas, a Revolução Verde tinha nítidos interesses políticos. “Verde, exatamente para impedir que viesse a ser vermelha” (BELATO, 1985, p. 48). Como a mesma foi pensada sob a lógica do capitalismo dos EUA, que lideravam o bloco de países ocidentais que se opunham ao bloco

socialista liderado pela União Soviética, ela buscava evitar o avanço do socialismo. A referida revolução verde apresentava uma concepção de desenvolvimento técnico e científico alternativo ao socialismo e, ao mesmo tempo, procurava evitar uma revolução social anticapitalista que viesse a se caracterizar pela inércia na produção agrícola. Com a utilização de pesquisas genéticas foram desenvolvidas variedades animais e vegetais mais produtivas. Isto possibilitou a aplicação de capitais no campo e, ao mesmo tempo, fez com que diminuíssem as tensões sociais, geradas pela fome. A implantação deste pacote tecnológico, segundo Jairo Marchesan (2003, p. 94), se caracterizava pelo

conjunto de medidas e técnicas impostas por determinados grupos econômicos multinacionais em vários países do mundo, que visava a orientação e indução para a introdução de novas variedades de sementes melhoradas, uso de agrotóxicos, fertilizantes, insumos, máquinas e implementos agrícolas.

Essas modificações se deram em uma conjuntura política, social e econômica do mundo pós-guerra, em que se definia o plano capitalista de desenvolvimento econômico mundial. A substituição da agricultura tradicional pela moderna aconteceu paralelamente ao acelerado crescimento urbano que ocorreu em função do processo de industrialização e que gerou a necessidade de adaptar o setor agrícola nacional ao desenvolvimento capitalista mundial.

No Brasil, a revolução verde incentivou os sistemas de extensão rural que tinham o papel de disseminar nos campos esta nova forma de expansão agrícola. Em 9 de abril de 1945, sob o Decreto-lei n. 7.449, o Presidente da República, Getúlio Vargas, cria a Associação Rural. Já no Art. 1º fica explícita a importância da mesma, quando estabelece que: “Cada município terá uma Associação Rural, de que poderão formar parte as pessoas naturais ou jurídicas que exercerem, profissionalmente, atividades rurais, em qualquer das suas formas, agrícola, extrativa, pastoril, ou industrial e, também, profissionais ligados a essas atividades” (BRASIL, 1945, p. 1).

No mesmo ano de 1945 é criada em Santa Catarina a Sociedade Rural. No seu Estatuto foi definido que a sede seria em Florianópolis, tendo como objetivo fomentar a criação da Associação Rural nos municípios com jurisdição limitada à suas áreas de abrangência através de Núcleos Distritais e filiadas à Sociedade Rural de Santa Catarina (ESTATUTO da Associação Rural do Estado de Santa Catarina, 1945, p. 1). “Paralelamente surgia a

Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, conhecida como sistema ABCAR. Tendo iniciado em 1948 em Minas. [...] sendo que em 1956 foi criada a ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina)” (CAMPOS, 1987, p. 152).

Todas essas iniciativas, de cunho governamental, tinham como objetivo tirar o agricultor do atraso em que se encontrava. As mudanças que ocorriam no Brasil, do ponto de vista econômico-social, com o crescimento urbano e início do processo de industrialização, necessitavam de uma agricultura moderna que atendesse às necessidades de uma sociedade que se transformava. Assim, a implantação de associações rurais buscava imprimir no campo modernas tecnologias para auxiliar o planejamento agrícola, com o fim de desenvolver projetos que buscavam a concessão de crédito rural aos agricultores e fomentar outras atividades que tinham como finalidade o aumento da produção agrícola.

Os resultados dessa nova política agrícola começaram a aparecer, com o aumento de suínos abatidos pelo Frigorífico da Sadia, em Concórdia, a partir da década de 40 até 1960, conforme se apresenta no Gráfico 4. De acordo Espíndola (1999, p. 31). “A Sadia instalada em Concórdia, por exemplo, ampliou sua produção em 1945 de 36.179 suínos abatidos, para 158.905 em 1960”.

Esses números demonstram o crescimento da suinocultura que impulsionou o processo de desenvolvimento da região, consolidando as transformações que estavam ocorrendo na produção da colônia. Os números apresentados no Gráfico 4, trabalhados por Carlos José Espíndola, 1999, podem ser comparados com o Gráfico 11, na documentação que levantamos no Arquivo Municipal de Concórdia, que tratam do aumento número de suínos abatidos em Concórdia na década de 1950.

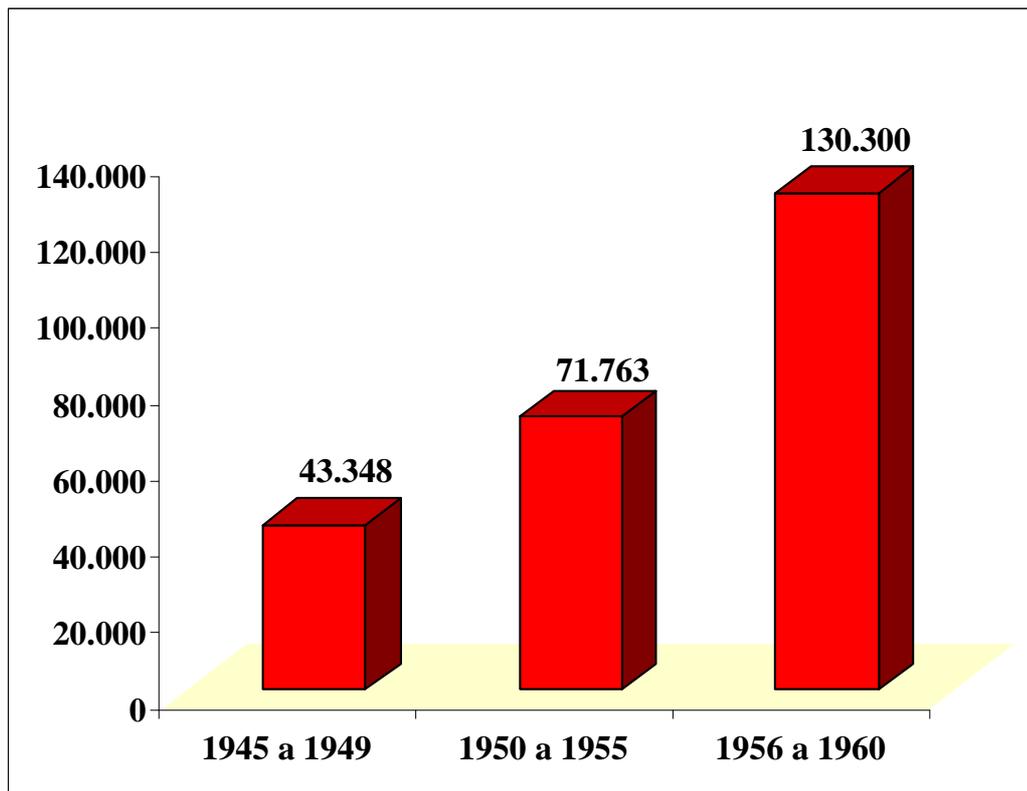


Gráfico 4 - Número de suínos abatidos no frigorífico Sadia entre 1945 a 1960

Fonte: (ESPÍNDOLA, 1999, p. 31)

Esse acelerado processo de mudança da atividade econômica ocorreu devido à grande demanda por matéria-prima exigida pela atividade de transformação industrial que passa a ser exercida pelos frigoríficos. Conseqüentemente, o colono vai ampliando suas instalações diante da possibilidade de um mercado que lhe garantisse mais estabilidade e segurança. Nesta perspectiva, a suinocultura se tornou uma atividade comercial que passou a determinar as relações sociais na colônia. Dessa forma, de acordo com Campos (1987, p. 146) “como maiores transformações desta fase temos a definitiva inserção da pequena produção no ciclo mercantil com o suíno tornando-se uma mercadoria por excelência”.

A importância da suinocultura é percebida quando, por exemplo, o então prefeito de Concórdia e principal acionista da empresa Sadia, Attilio Fontana, foi à Capital Federal, no Rio de Janeiro, em 1952, para buscar assistência técnica ao fomento da produção de animais e vegetais. “Afirmou o prefeito ao repórter que a suinocultura em seu município apresenta grande desenvolvimento, contando com um rebanho de 250.000 cabeças. Salientou que vêm sendo conseguidos resultados surpreendentes na criação de suínos precoces, que atingem cerca de 100 quilos aos sete meses de idade. São animais da raça ‘Doroc-Jersey’” (SUÍNOS com cem quilos aos sete meses de idade, 1952, capa).

No final da década de 50 e início dos anos 60, o colono passa a ter sua atividade econômica mercantilizada. “Da mesma maneira estava consolidada nesta década uma complexa rede mercantil e agroindustrial envolvendo os pequenos produtores” (CAMPOS, 1987, p. 154). Com a ampliação de frigoríficos pela região, o colono deixa de ter a produção colonial eventualmente comercializada, para se tornar uma produção sistemática de mercadorias, na nova rede de relações comerciais capitalista. Assim, o desenvolvimento agroindustrial no Oeste catarinense tem sua base de sustentação na produção da pequena propriedade familiar, articulada com o processo crescente de mercantilização de mercadorias somada à expropriação do excedente produzido nas unidades familiares, pelas agroindústrias.

Ocorre dessa forma, a transformação de frigoríficos locais, através da hegemonização de capitais, em grandes conglomerados econômicos de expressão nacional. Em Concórdia, o exemplo típico deste processo é a indústria Sadia que a partir do seu surgimento, em 1944, passa a determinar o desenvolvimento socioeconômico do município.

4.2 A indústria Sadia e o desenvolvimento econômico de Concórdia

As bases para o desenvolvimento econômico de Concórdia estão intimamente ligadas ao modelo de colonização implantado pelas companhias colonizadoras que, no início do século XX, iniciaram a venda de terras para colonos descendentes de imigrantes, oriundos do Rio Grande do Sul, conforme abordamos no capítulo anterior. Assim, as atividades na pequena propriedade, com o envolvimento da família na atividade produtiva, é que deram as bases para o modelo de economia agroindustrial, no município.

Portanto, o surgimento dos pequenos engenhos e moinhos para processar a produção de grãos, principalmente trigo, milho e feijão – Gráfico 5 – e a consequente criação do Frigorífico Concórdia, no início da década de 1940, foi uma necessidade já existente para atender a produção da colônia. A produção de trigo, como foi visto anteriormente, já vinha se destacando como uma das principais atividades agrícolas produzidas na colônia, ainda na década de 1930, sendo comercializado seu excedente para o mercado externo. A partir do aumento na criação de suínos, intensifica-se a produção de milho pela necessidade de alimentação dos animais, fazendo com que se torne uma das principais culturas no início dos anos de 1940, na produção agrícola do município, conforme demonstra o gráfico. O feijão, produzido para fins de subsistência, consorciado às demais culturas, passa a ser produzido em

maior escala, também adquirindo mercado para o excedente produzido. Então, é o processo produtivo de subsistência que impulsiona e determina a industrialização da produção colonial e não o inverso.

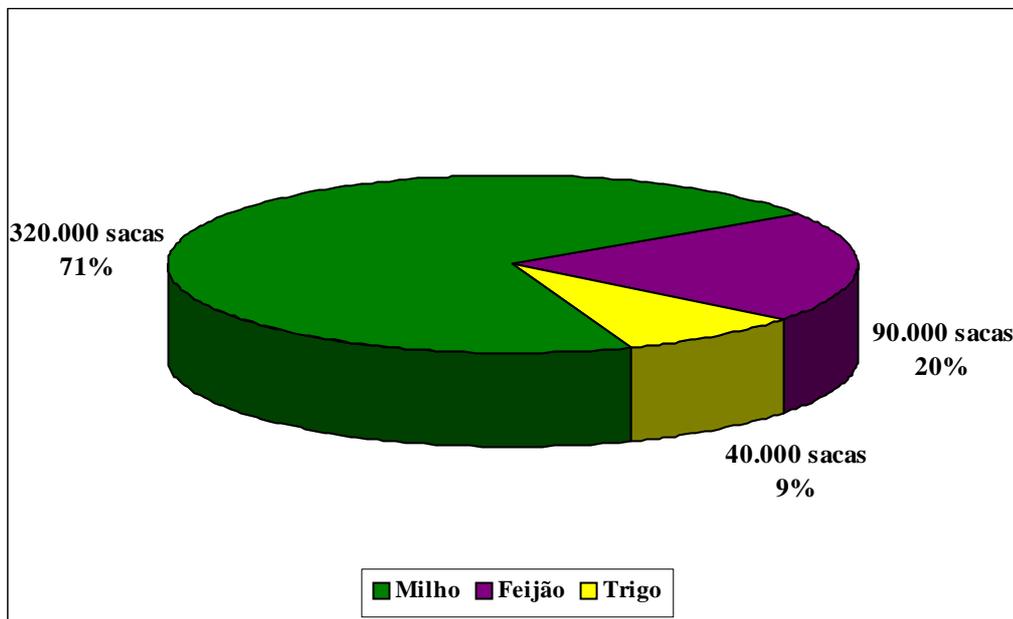


Gráfico 5 - Produção agrícola (em sacas) em Concórdia em 1941

Fonte: PIRES, João Estivalet. **Responde Circular nº 19 de 14/7/1941**(Arquivo Histórico do Município de Concórdia)

Assim, o embrião para o desenvolvimento industrial do município esteve na construção do moinho, iniciado em 1938. “Liderados por João Mosele, Bernardi, Hermano Zaroni e Marcos Souza, com capital rateado entre vários concordienses, foi decidido inicialmente pela construção do moinho, já que faltava dinheiro para a construção do frigorífico” (FERREIRA, 1992, p. 170). A partir deste fato, cada vez mais a atividade agrícola torna-se um ramo da indústria, passando a ser dominada pelo capital. O moinho, em 1942, transformou-se em frigorífico, representando o primeiro passo para o surgimento da agroindústria em Concórdia. A Figura 11 mostra o moinho Concórdia que foi construído com paredes de tijolos, contrastando com as de tábuas verticais, tão comuns nas casas da cidade, na época.

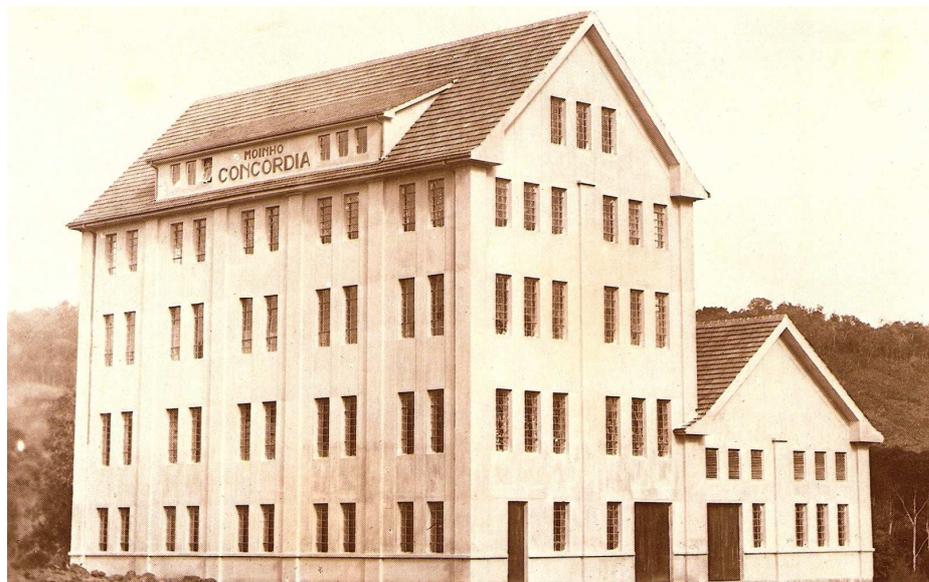


Figura 14 - Moinho Concórdia em 1942

Fonte: CALENDÁRIO comemorativo aos 40 anos da Indústria Sadia (Arquivo particular de Gentil Lino)

O abatedouro só começou a funcionar em 20 de novembro de 1944, com um pequeno abate de 30 suínos/dia e com um quadro de 50 funcionários. Para o funcionamento do moinho foram adquiridas máquinas suíças, provenientes do Rio Grande do Sul, passando a moer 24 toneladas de grãos/dia. Para garantir maior e melhor funcionamento do frigorífico foram adquiridos os maquinários de um antigo frigorífico de Guaporé, no Rio Grande do Sul (ALBA, 2002, p. 89).

Em 1943, Attilio Fontana adquire a maioria das ações do Frigorífico Concórdia, tornando-se sócio majoritário e assim mudando sua denominação para S.A. Indústria e Comércio Concórdia. No ano seguinte, em 7 junho de 1944, nas mesmas instalações do moinho, ele cria a Sadia.

Essas conjugações de fatores deram início ao processo de mudanças que passaram a ocorrer no município. A urbanização impulsionada pela necessidade de mão de obra operária na indústria, as contradições entre capital e trabalho colocam Concórdia em um novo cenário de desenvolvimento econômico e apontam para novas relações de produção. “Novas, para a região, mas, no entanto, são relações velhas que buscavam dar continuidade à acumulação capitalista que já vinha se realizando em outros locais” (ALBA, 2002, p. 29). A autora acrescenta ainda que:

Surtem assim, as diferentes classes sociais: de um lado os proprietários, donos das agroindústrias e das demais empresas, donos, portanto, da riqueza e dos meios de produzi-la, bem como do poder de decisão sobre a organização do campo e da cidade. De um outro lado, aparece um contingente populacional (expulso do campo), principalmente de jovens que nada mais possuem além de sua força de trabalho para vender e que irão se transformar em assalariados, constituindo, assim, a classe operária. No campo, uma parcela de pequenos agricultores passou a fazer parte do sistema de integração, continuou inserida na produção agrícola, porém com relações de dependência às agroindústrias da região (ALBA, 2002, p. 33-4).

Ficaram excluídos desse sistema, agricultores empobrecidos, caboclos e indígenas que já haviam sido expulsos de suas terras pelo processo seletivo que se estabeleceu anteriormente na colônia. Muitos deles vieram a constituir os bolsões de miséria em vilarejos, afastados do centro urbano, sem nenhum planejamento público que também marcou a nova lógica de desenvolvimento do município. Desta forma, todas as consequências sociais do mundo capitalista gradativamente inseriam-se na nova realidade socioeconômica de Concórdia.

Se por um lado havia a euforia por emprego, crescimento urbano, circulação de capitais, também as contradições do capitalismo industrial traziam os problemas gerados pelo processo de acumulação e expropriação do sistema capitalista, que passa a reproduzir novas relações sociais a partir da produção do processo de industrialização de novas mercadorias. “Ou seja, trata-se de uma forma particular de acumulação capitalista baseada na acumulação industrial de mais-valia e na ‘extração sistemática com o excedente camponês’” (CAMPOS, 1987, p. 148). Portanto, é na perspectiva de acumulação/subordinação/alienação que surge o novo modelo de desenvolvimento econômico na região e não será diferente do que tem ocorrido nos demais locais, onde se estabeleceu a relação capital/trabalho.

A construção do moinho e sua transformação em frigorífico que deu origem à Sadia não foi um fato isolado, pois, durante a década de 1940, inúmeras outras atividades de transformação de mercadorias produzidas na região vão dando origem a pequenas indústrias que transformaram rapidamente o perfil socioeconômico do município. “Em seus primórdios, a SADIA começava suas atividades com um moinho de modestas instalações, que processava vinte e quatro toneladas por dia de trigo e um abatedouro que comportava não mais do que 100 suínos por dia” (A HISTÓRIA da SADIA, 1989, p. 11).



1946, SADIA CONCÓRDIA S.A., EM CONCÓRDIA, SC.

Figura 15 - Em primeiro plano, a Sadia, no município de Concórdia e ao fundo o Moinho Concórdia em 1946

Fonte: INTEGRAÇÃO - Edição comemorativa de 45 anos, 1989, p. 11. (Arquivo particular de Gentil Lino)

Por meio do Gráfico 6 demonstramos com documentação levantada no Arquivo Público Municipal o número de moinhos coloniais que foi uma das primeiras experiências industriais surgidas no município, ainda durante a década de 1930, e começando a se firmar a partir de 1940, devido à produção de grãos, principalmente trigo e milho. As fábricas de banha já aparecem com destaque, em função da elevada criação de suínos. Também, outras fábricas no ramo da atividade agrícola, ou a ela ligada, compõem a base de estabelecimentos industrial de Concórdia, na década de 1940.

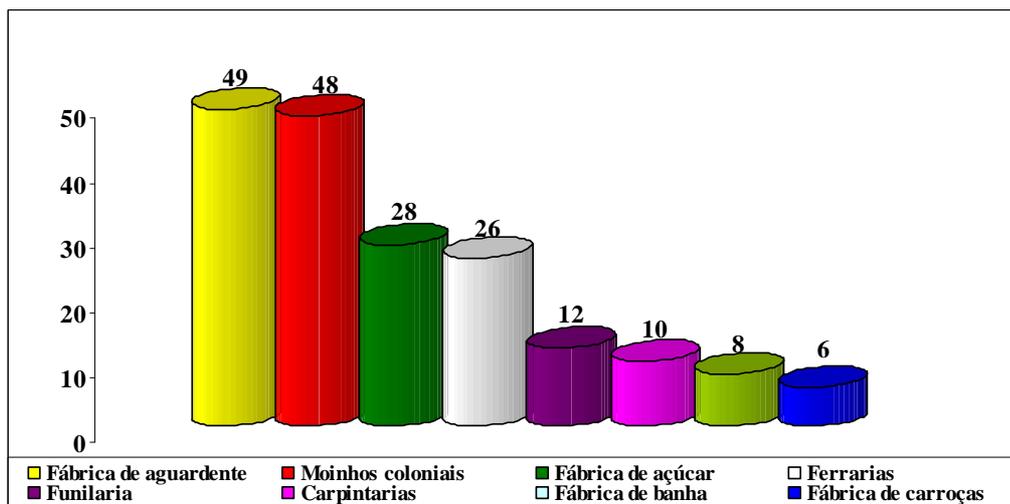


Gráfico 6 - Principais estabelecimentos industriais de Concórdia em 1940

Fonte: MUNICÍPIO de Concórdia (documento informativo sobre os principais estabelecimentos industriais de Concórdia em 1940) (Arquivo Histórico do Município de Concórdia).

Com o surgimento de pequenas indústrias, o desenvolvimento econômico de Concórdia vai deixando de ser essencialmente agrícola, conforme demonstra o gráfico 6, dependente dos interesses das companhias colonizadoras, que controlavam sua forma de produção. A partir do surgimento da Sadia, em 1944, inicia uma nova fase de desenvolvimento, pois é quando empresários da agroindústria passam a exercer não só o controle econômico, mas também o mando político do município.

Para os empresários das agroindústrias não bastou administrar apenas as suas empresas e a economia do lugar, voltaram-se também para as atividades político-partidárias. [...] cidades como Chapecó e Concórdia raramente foram administradas por políticos que não fossem de confiança do Senhor Plínio Arlindo de Nês (Organizações Chapecó) ou do Senhor Atílio (sic) Fontana (Sadia) (ALBA, 2002, p. 33).

Em Concórdia, o próprio Atílio Fontana assume a Prefeitura do município em 1951, tornando-se um dos políticos mais influentes da época no Estado, pois se elegeu ou foi indicado a cargos em todas as esferas públicas: municipal, estadual e federal, conforme já detalhado no capítulo III. A conjugação do controle econômico com a ascensão ao poder político dos novos controladores da economia local, fez com que as principais ações e mesmo o planejamento dos municípios ficassem quase sempre voltados aos interesses privados de suas indústrias.

Attilio Fontana, em Concórdia, desde o momento em que se elegeu pela primeira vez a um cargo público, como vereador em 1946, se notabilizou por empreender suas principais ações como político voltadas para o interesse público, mas olhando também para seus negócios de empresário. “[...] Fontana foi um fiel representante da dualidade entre o poder político e a representatividade econômica, amparado pelo respaldo que lhe dava a empresa Sadia – Concórdia” (BILIBIO *et al.*, 2006, p. 202). Assim, o município torna-se dependente de uma só atividade econômica, ou seja, da agroindústria Sadia que monopolizou a totalidade dos investimentos públicos municipais, estaduais e federais.

Um fato que pode ser citado como exemplo é a questão da energia elétrica, que praticamente não existia quando da instalação do município em 1934. “A usina termoelétrica, (movida à lenha) para o fornecimento de energia foi construída, [...] em 1930, constituindo, assim a primeira fonte de energia para todas as atividades industriais, comerciais e residenciais” (ESPINDOLA, 1999, p. 116). Somente em 1937 o município adquiriu da Empresa Territorial Mosele Eberle Ahrons & Cia. dois motores de automóvel adaptados a gás e, no ano seguinte, o potencial da usina foi aumentado por meio de uma máquina a vapor, adquirida em Porto Alegre. Em 1940 foi instalado um motor com dínamo acoplado com 200 HP, adquirido com a Empresa de Energia Elétrica Hamburguesa, do Rio Grande do Sul. Isso veio, além de fornecer a iluminação pública e particular de Concórdia, a fortalecer o desenvolvimento das indústrias locais (SOCIEDADE Territorial Mosele, Arrons, Eberle & Cia., 1940).

Passou-se mais de uma década, após a solução do problema em 1940, até que, em 1951, a empresa Sadia, adquirindo um motor próprio liberou mais da metade da energia fornecida pelo município. Os 200 HP de energia já não atendiam à demanda de consumo. “Concórdia, com sua população às escuras parava quando chegava a noite. Gerando energia prioritariamente para o hospital e o frigorífico” (FERREIRA, 1992, p. 166). Como o problema tornava-se cada vez maior, o poder público municipal era cobrado no sentido de solucionar a situação. Contudo,

o problema somente foi solucionado a partir de 13 de março de 1951, quando foi inaugurada a Usina Elétrica da Sadia, através de um motor Deutz-Otto importado, com capacidade de 300 HP. A usina fornecia energia suficiente para seu consumo interno, reduzindo assim, em 130 HP a energia fornecida pela usina da cidade àquela empresa (FERREIRA, 1992, p. 167).

Exatamente 11 anos se passaram até que a empresa resolvesse seu problema, privando, desta forma, o município de investimentos em outras áreas. Nesta lógica, se estabelece uma relação de dependência do município com a empresa. Serão inúmeras as ações tomadas pelo governo municipal que acabavam privando a população de benefícios públicos. No aspecto de infra-estrutura, principalmente construções de estradas e pontes, estas eram prioritárias nos locais em que havia colonos que possuíam alguma relação com a Sadia. Francisco Teixeira (1994, p. 27), historiador contratado pela empresa Sadia, diz que: “[...] naturalmente os interesses do município e da empresa tinham muito em comum, sobretudo quanto aos serviços de infra-estrutura, saúde e educação”.

A necessidade de infra-estrutura, fornecida pelo poder público, passava a ser um desafio cada vez maior para as autoridades. Em 1935, Concórdia possuía uma população de 25.000 habitantes, sendo que atingiu quase o dobro em duas décadas. Em 1957 totalizava 48.014 habitantes, dos quais 94% viviam no meio rural, com um pequeno percentual localizado na cidade, conforme podemos visualizar no Gráfico 7.

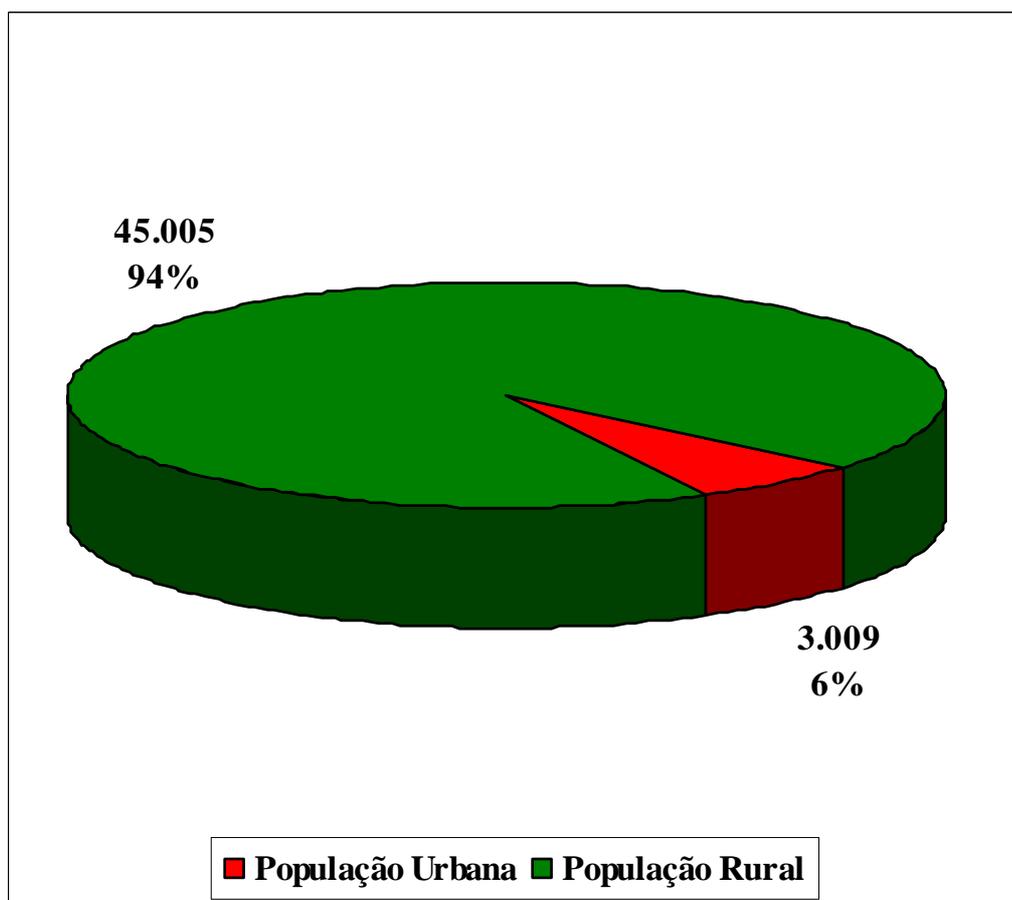


Gráfico 7 - População urbano-rural de Concórdia em 1957

Fonte: INFORMATIVO sobre a População Urbana e Rural de Concórdia em 1957 (Arquivo Histórico do Município de Concórdia)

Esses dados sobre a população nos mostram que a ocupação urbana de Concórdia ainda era pouco representativa, ou seja, não passava de uma pequena vila. Embora já tinha neste período a Empresa Sadia com significativa importância no setor industrial, a economia do município apresentava características baseadas na produção agropecuária, conforme dados apresentados no Gráfico 8. Despontavam-se como principais produtos agrícolas: milho, feijão, arroz, fumo, cevada, centeio, trigo, batatas, amendoim. No setor da pecuária, havia destaque para os produtos de origem suína, pois eram voltados a atender à demanda de produção do frigorífico como banha, salame, linguiça, couros, presunto, etc. (CORRESPONDÊNCIA de Segundo Dalla Costa, Prefeito Municipal de Concórdia, a Affonso Maria Cardozo da Veiga, Inspetor Agrícola de Santa Catarina, 1955).

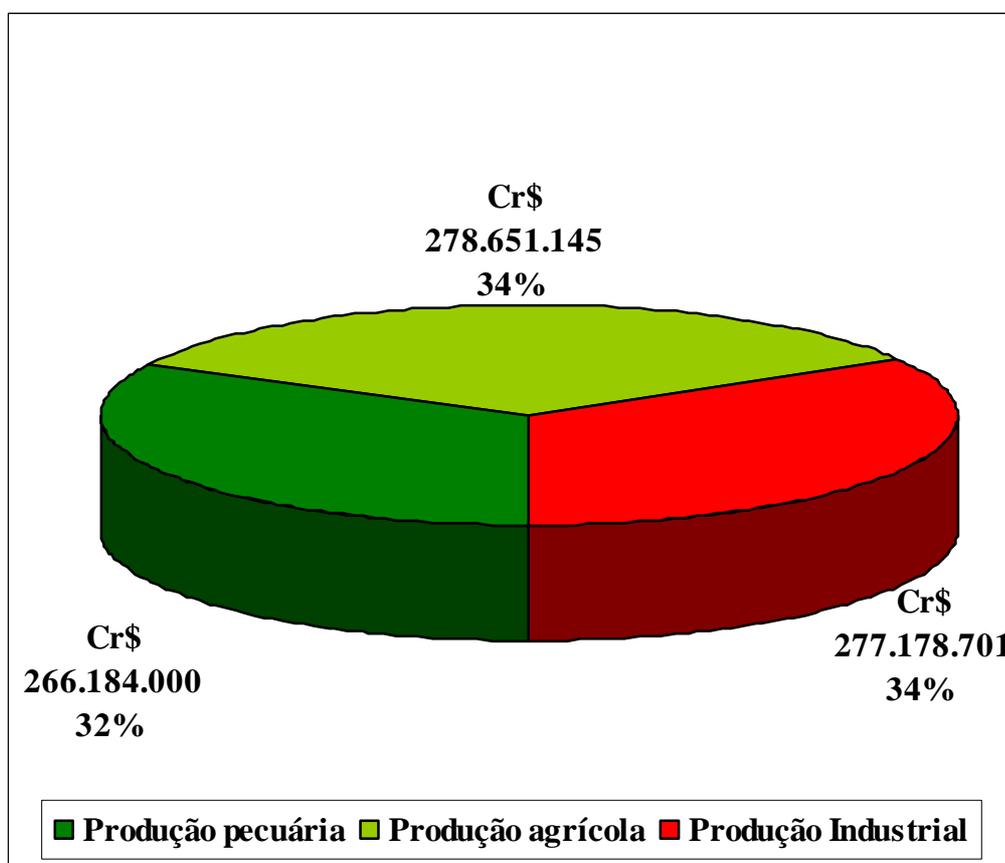


Gráfico 8 - Produção agropecuária e industrial de Concórdia de 1955 a 1957
 Fonte: IBGE. Enciclopédia dos municípios Brasileiros, 1959.

Dentre os fatores que muito contribuíram para o crescimento do setor agropecuário e o consequente desenvolvimento de empresas agroindustriais na região Oeste de Santa Catarina, a partir da década de 1950, além dos já mencionados durante o trabalho, Carlos José Espíndola (1999, p. 30) aponta para: “A expansão das atividades industriais, a aceleração do processo de urbanização e a diminuição do abate de suínos pelos frigoríficos multinacionais e nacionais instalados em São Paulo e arredores”.

Esses fatores agiram como mais um estímulo para que as agroindústrias do Oeste catarinense buscassem a possibilidade da entrada de produtos industrializados em grandes centros consumidores. Ao mesmo tempo, a banha, que possuía maior valor, vai sendo substituída por produtos mais nobres como salames e outros embutidos, agregando maior valor ao produto. Junto a isto, também ocorreram mudanças na forma de criação, ou seja, os suínos criados com objetivo de produzir exclusivamente banha foram sendo substituídos por animais de melhor procedência genética, com menor espessura de toucinho e melhor rendimento de carcaça.

Também, uma rede de transformações ocorreu devido às mudanças na cadeia alimentar dos animais. As novas raças eram mais produtivas, atingindo peso de abate rapidamente e com uma melhor conversão alimentar. Por outro lado, eram menos rústicas e exigiam melhores cuidados sanitários. Para desenvolverem todo o seu potencial genético, as novas raças necessitavam de uma alimentação adequada, mais rica em proteínas e balanceada para cada estágio de vida. A necessidade de alimentar um suíno com mais exigência impôs modificações também nas práticas de produção de culturas. Assim, obrigatoriamente, buscava-se melhoramento nas técnicas agrícolas para se produzir mais e com diversidade de produtos. Em 1950, apenas 71 produtores de milho faziam cultivo consorciado com feijão e outras culturas. Em 1960, já eram 8.153 produtores e em 1970 cerca de 35.122. A partir da década de 60, a soja surgiu como um possível substituto do feijão no consórcio com o milho (CAMPOS, 1987).

Essas transformações que ocorreram na base de produção determinaram cada vez mais o perfil socioeconômico de Concórdia, pois com a consolidação e expansão da Indústria Sadia se desenvolveram outras atividades econômicas voltadas para atender à demanda da empresa.

Com o objetivo de ampliar o atendimento aos suinocultores da região, no ano de 1950, por meio do prefeito municipal é enviada solicitação ao Governo do Estado, para instalar um posto de criação suína em Concórdia. O Secretário do Estado de Viação, Obras Públicas e Agricultura – Leoberto Leal – encaminha a seguinte resposta à solicitação: “Em conformidade com o Governador do Estado, estive naquele município, deixando esclarecido que disporíamos da verba de Cr\$ 50.000,00 para o início do trabalho de instalação de um posto de criação suína em Concórdia. Como o orçamento para a construção ultrapassa o valor citado, somente com a cooperação da Prefeitura Municipal poderíamos realizar o projeto, visto que as construções iniciais exigem Cr\$ 93.170,00” (SECRETARIA de Viação, Obras Públicas e Agricultura, 1950).

Dessa forma, se evidencia que os investimentos públicos estavam atrelados às prioridades no atendimento das necessidades do projeto agroindustrial. Na medida em que tais investimentos, oriundos das políticas públicas e do capital privado das agroindústrias, possuíam como objetivo aumentar a produção com técnicas modernas na propriedade colonial, conseqüentemente, implicou na própria modernização do produtor. Ao se modernizar, o produtor passa a assumir relações com o capital financeiro, com a indústria de máquinas, fertilizantes e outras similares, passando, assim, a fazer parte de todo o processo de transformação do desenvolvimento econômico do município.

Vejamos a justificativa da Mesbla – Sociedade Anônima – empresa ligada ao ramo de equipamentos agrícolas, para fomentar a modernidade na agricultura:

Está provado que para acabar com problemas sociais e econômicos precisa-se aumentar a produção. Neste contexto, a agricultura é o maior sustentáculo. O êxodo de trabalhadores rurais para a cidade trouxe para a lavoura angustioso problema de falta de braços, responsável pelo constante decréscimo que se verifica no volume global das colheitas e o visível aumento de custo dos produtos agrícolas. **A solução racional [...] para o problema encontra-se na mecanização da lavoura.** Substituindo o braço pela máquina, multiplica-se a produção rural; remunera-se melhor o trabalhador, fixando-o ao campo e reduz-se o custo da produção. Partimos do princípio de que, se cada uma de nossas Prefeituras adquirir e mantiver em funcionamento um único conjunto para preparo mecânico do solo, passarão a trabalhar em nosso país 1669 tratores agrícolas, o que influirá decisivamente no volume da produção. O uso desse conjunto teria um resultado imediato – o aumento da área cultivada e conseqüentemente da produção e um efeito futuro, mas não remoto, - o emprego de máquinas por numerosos lavradores, que animados pelas vantagens da mecanização da lavoura, adquirirão máquinas para seu próprio uso (MESBLA Sociedade Anônima, 1948, p. 1, grifo meu).

Sempre é importante salientar que, com a modernização, aumenta a quantidade de produção total de alimentos, implicando na outra ponta um aumento de pequenos produtores não modernizados. Estes, com o decorrer do tempo, acabam perdendo suas propriedades e se deslocando para as cidades. O fenômeno do êxodo rural, que assume proporções gigantescas no Brasil, a partir da segunda metade do século XX, também deve ser compreendido no contexto do processo de mecanização que ocorre no campo. No Oeste catarinense e, mais especificamente em Concórdia, devido à pressão do modelo agroindustrial para o aumento da produção na agricultura, uma parcela dos colonos que não conseguem acompanhar o processo de modernização acaba se convertendo em mão de obra operária da própria agroindústria.

Mas, existe um grupo que encontra outras formas de se manter no campo, buscando alternativas individuais ou coletivas de produção. Esse grupo fará a resistência aos padrões do modelo agroindustrial, elevando seu nível de consciência política, porque terá que buscar na organização coletiva as estratégias para se manter com a propriedade. As cooperativas e as formas alternativas de produção proporcionarão uma infinidade de produtos que compõem a produção na pequena propriedade familiar, como: mel, peixe, hortaliças, cítricos, produção de leite, pequenos animais, artesanato e outros, formando ampla diversidade da economia do colono não modernizado nos padrões do modelo integrado das agroindústrias.

Portanto, minha tese é que o desenvolvimento econômico de Concórdia não sofreu nenhuma ruptura se analisar o processo de colonização que ocorreu, a partir da chegada do descendente de imigrante no início do século XX. O colono migrante adquiria uma colônia de terra em média de 30 hectares, caracterizada como uma pequena propriedade familiar, inicialmente produzindo para a subsistência. Como a terra foi adquirida de uma companhia colonizadora e precisava ser paga, o colono, gradativamente, passa a produzir excedentes de mercadorias para a comercialização. A mercantilização do excedente produzido e a busca incessante pela acumulação proporcionaram reservas de pequenos capitais. A implantação de moinhos e frigoríficos é resultado do capital comercial originado da produção na colônia. A concentração deste capital transformou os moinhos e os frigoríficos em poderosas agroindústrias.

É deste contexto socioeconômico da primeira metade do século XX que nasce o modelo de desenvolvimento econômico do município de Concórdia. Para a consolidação e expansão do projeto agroindustrial, o Estado foi buscado como instrumento para atender os interesses dos empresários da agroindústria no Oeste catarinense e, especificamente, em Concórdia com a indústria Sadia. Sobre esta relação trataremos a seguir.

4.3 A expansão da agroindústria e sua relação com o Estado

A expansão da agroindústria Sadia ocorreu em uma conjuntura político-econômica marcada por muita pressão do chamado modelo nacional desenvolvimentista, inaugurado com Getúlio Vargas ainda na década de 1930, estendendo-se até 1964, quando se deu o Golpe Militar. Podemos apontar que seu crescimento deu-se com a combinação de alguns fatores importantes, dos quais falamos anteriormente, como por exemplo: a opção por produzir

produtos diferenciados dos demais frigoríficos instalados principalmente em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Estes se especializaram na produção de enlatados e carnes frescas derivadas de bovinos, enquanto a Sadia optou pela produção de salames, presuntos, pernil e outros produtos nobres derivados de suínos. É importante salientar que,

de modo geral, poder-se-ia afirmar que a combinação dos diferentes fatores produtivos (aquisição de máquinas importadas, absorção de mão de obra qualificada, treinamento de mão de obra não qualificada, diferenciação dos produtos, flexibilidade produtiva, etc.) e a integração vertical (oficinas mecânicas, carpintarias, abastecimento de eletricidade, empresa aérea, empresas de comercialização em São Paulo e outros locais) credenciaram os grupos frigoríficos catarinenses à contenda intercapitalista. Somem-se a isso as medidas político-institucionais implantadas pelos governos de Vargas e Kubitschek, que expandiram as atividades econômicas por meio de políticas de substituição de importações (ESPINDOLA, 1999, p. 34).

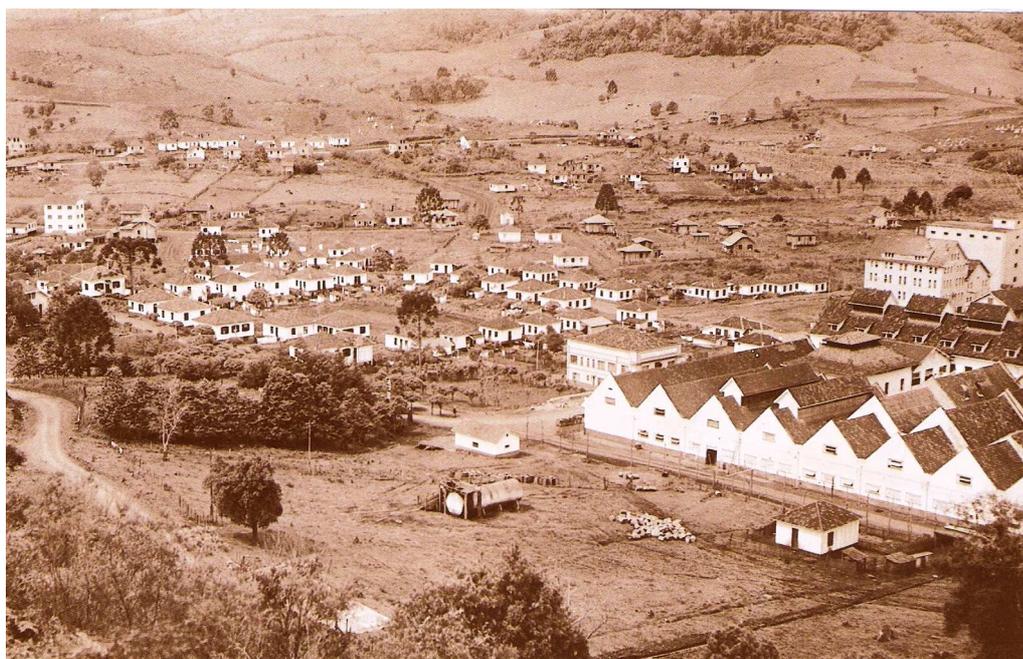


Figura 16 - À direita, em primeiro plano, as instalações do frigorífico e, atrás dele o prédio do moinho. À esquerda visualiza-se a cidade de Concórdia e percebe-se a grandiosidade da Sadia em relação ao município em 1954

Fonte: Calendário comemorativo aos 40 anos da Indústria Sadia (Arquivo particular de Gentil Lino)

Portanto, uma série de fatores determinou a expansão das agroindústrias a partir da segunda metade do século XX. Um dos aspectos importantes a frisar, entre as medidas adotadas pela Empresa Sadia, é o setor de transporte. Ela encontrava dificuldades de escoamento de seus produtos para os mercados das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. A rede ferroviária não mais atendia à necessidade do transporte dos produtos produzidos pela

empresa, que necessitavam de câmaras frias. Além disso, também o transporte rodoviário, sem o serviço de refrigeração, se apresentava frágil devido à falta de estradas pavimentadas. Conforme Espíndola (1999, p. 124) “a utilização das estradas de rodagem estava impossibilitada em virtude da falta de pavimentação das rodovias (BR-470, BR-282, BR-153, SC-458, SC-455, SC-451) e à falta de veículos isotérmicos (os produtos devem ser embarcados com temperaturas de -18° C ou inferiores)”.



Figura 17 - “Produtos Suínos Ignácio Nunes Ltda.”, um dos primeiros representantes e distribuidores dos produtos Sadia no Rio de Janeiro, no começo dos anos 50

Fonte: TEIXEIRA, Francisco. SADIA 50 anos: construindo uma história. São Paulo: Prêmio, 1994

A empresa teve que recorrer à outras alternativas de transporte. A solução veio primeiramente com o aluguel de um avião DC-3, em 1953. Como relata Attilio Fontana (1980, p. 198) “resolvemos, pois, alugar um avião desse tipo da PANAIR e começamos a transportar os nossos produtos aos domingos, fazendo duas e, às vezes, três viagens nesse dia, Concórdia - São Paulo e vice-versa”.

Para que o transporte aéreo viesse a ser de fato a solução dos problemas de transporte da empresa era necessária a construção de um aeroporto em Concórdia. No ano de 1956, o Prefeito Municipal Fioravante Massolini informou ao Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Napoleão Dequech, que a prefeitura não tinha verba suficientemente disponível para dar continuidade à construção do aeroporto. Como a municipalidade assumiu o compromisso de disponibilizar verbas para manter os serviços da obra funcionando e, posteriormente, recebendo a mesma importância das verbas investidas do governo federal e estadual, o governo municipal dirigiu-se à S/A Indústria e Comércio Concórdia para solicitar um auxílio para a construção do aeroporto. O governo municipal pediu para a empresa

adiantar ao município as importâncias correspondentes e até o valor total da verba de Cr\$ 350.000,00, para que não fosse paralisada a obra, levando em conta a obrigatoriedade da devolução da mesma após o recebimento pela prefeitura da verba consignada no orçamento da república. [...] a municipalidade assume a responsabilidade de, após receber a importância de Cr\$ 350.000,00 do governo federal, devolvê-la integralmente (correspondência n. 44/cm, 1956).

Imediatamente a empresa S/A Indústria e Comércio Concórdia informou que

resolveu atender o solicitado, efetuando despesas, inclusive aquisição de materiais, como até agora tem feito, para posterior pagamento, com verbas e recursos a serem adquiridos do governo federal, estadual e municipal ou quaisquer outras para o fim aludido da construção do aeroporto municipal de Concórdia (correspondência n. 44/cm, 1956).



Attilio Fontana, o filho Omar e comitiva no aeroporto de Concórdia, 1957

Figura 18 - Attilio Fontana, o filho Omar e comitiva no aeroporto, Concórdia, 1957

Fonte: REVISTA Integração, n. 103, ago. 1989

Resolvidos os problemas com aquisição de aeronave e com a construção do aeroporto, Attilio Fontana confiou ao filho Omar a direção do transporte aéreo da empresa. Na busca da solução desse ponto de estrangulamento, dois anos após o aluguel da primeira aeronave da PANAIR, foram arrendadas mais duas aeronaves da Companhia Brasil de Transportes Aéreos. Na verdade, o que a Empresa Sadia buscou com o arrendamento das aeronaves foi criar sua própria companhia de aviação. Como na época o Ministério da Aeronáutica só permitia a criação de uma sociedade de transporte aéreo para quem possuísse no mínimo três aeronaves, esta seria a razão do arrendamento. Após tramitar muito lentamente no Ministério da Aeronáutica o pedido de criação da nova empresa, Attilio Fontana contou com a ajuda de

seu correligionário Senador Nereu Ramos para solução do problema. Ele assumiu por um pequeno período – de 11 de novembro de 1955 a 31 de janeiro de 1956 – a Presidência da República, sob estado de sítio e coube-lhe completar o restante do quadriênio do mandato de Getúlio Vargas. “Antes de passar o governo a Juscelino, Nereu teve tempo de introduzir algumas modificações nos ministérios, inclusive no da Aeronáutica” (FONTANA, 1980, p. 199). Este fato possibilitou a criação da SADIA S.A. Transportes Aéreos que após se transformou na Transbrasil e que chegou a contar, ao final da década de 1970, com mais de uma dezena de jatos 727.

A consolidação do transporte aéreo e a melhoria dos transportes terrestres, com a adoção de caminhões frigoríficos, principalmente a partir da década de 60 com a construção da BR 153, acabaram por solucionar o gargalo da empresa com a falta de transporte. Esta rodovia, passando por Concórdia, fazia ligação com o Norte do Rio Grande do Sul, interligando-o com estradas do Paraná que levavam até São Paulo, possibilitou o transporte de produtos mais nobres e inaugurou uma nova fase de desenvolvimento e expansão da indústria Sadia.

Esta nova fase também é marcada pela relação com o poder público e está intimamente relacionada com o ingresso de Attilio Fontana na política. Como vimos, em 1947, elegeu-se vereador pelo município de Concórdia. Direcionou seu mandato para a construção de estradas de rodagem e melhoramento da infra-estrutura regional. Em seguida, no ano de 1950, elegeu-se prefeito municipal, com o lema “*bem geral da Comunidade*”. “Esse caminho, conduzido pelo líder local, induzia essa ‘comunidade’ à ideologia dos interesses conjugados entre Estado, iniciativa privada e sociedade, com base na ideia de harmonia social” (ESPINDOLA, 1999, p. 55).

Este lema de Attilio Fontana encontrou eco nas políticas de Estado que “[...] viabilizaram a modernização de uma parcela de pequenos agricultores no Oeste catarinense e as razões deste fato devem ser encontradas novamente nas estreitas relações entre a grande agroindústria e a pequena produção naquela região” (CAMPOS, 1987, p. 192). É importante novamente afirmar que apenas uma parcela da pequena propriedade foi beneficiada com as políticas de modernização, ou seja, principalmente aqueles agricultores que conseguiram embarcar na atividade integrada da suinocultura e avicultura das agroindústrias.

Em 1956 foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina – ACARESC que tinha como objetivo prestar assistência técnica, bem como, introduzir novas técnicas de cultivo, de criação de suínos e bovinos, elaborar projetos para financiamento

agrícola, prestar assistência social nas unidades familiares. “Nas fases iniciais de implantação dos sistemas de integração, a ACARESC presta serviços conjuntamente com os departamentos de fomento de frigoríficos, porém gradativamente estes últimos passam a se responsabilizar por seus integrados” (CAMPOS, 1987, p. 193). Assim, a ACARESC vai firmando seus laços com os pequenos produtores, aqueles que ficam fora do processo de integração, e encontram dificuldades frente à rápida modernização da agricultura, ou seja, agricultores que desenvolvem pequenas criações de animais. José Carlos Espíndola (1999, p. 59), acrescenta ainda que:

Em Santa Catarina, de 1951 a 1956 (governo de Irineu Bornhauser), foi criado o Plano de Obras e Equipamentos (POE) que visava a destinar recursos públicos aos investimentos em estradas de rodagem, energia elétrica, educação, saúde e agricultura. Em 1953, Bornhauser criou a Secretaria da Agricultura, desvinculando esse órgão da Secretaria de Viação e Obras Públicas. Em sua gestão, foram construídos silos e pontos de vacinação de suínos. Os governos seguintes (Jorge Lacerda e Heriberto Hülse) promoveram a interligação do Oeste catarinense ao litoral.

Em 17 de novembro de 1953, a Prefeitura e a Associação Rural de Concórdia promoveram a I Exposição Municipal de Suínos e a II Exposição Estadual de trigo em SC. O então Prefeito Attilio Fontana ressalta: “estamos levando cada vez mais, o nome do nosso glorioso Estado e tornando conhecido o nosso município além fronteiras como o município líder na criação de porcos de finas raças e um dos maiores do Estado na agricultura, destacando-se a triticultura pela sua grande variedade de sementes” (INFORMATIVO da Segunda Exposição Estadual do Trigo e Primeira Municipal de Suínos, 1953, p. 1).

A triticultura também era uma atividade de grande destaque na região, por esta razão justificava-se a realização conjunta da I Exposição Municipal de Suínos e a II Exposição de Trigo em SC. A importância do trigo, que desde a década de 1930 se transformou na principal cultura agrícola para a região fica evidenciado no Gráfico 9, quando comparamos o número de sementes do produto distribuídas pelo Governo de Santa Catarina às mais variadas regiões do Estado, no ano de 1948. O presidente da Comissão Diretora da Exposição, Attilio Fontana, informou que o Inspetor Regional de Serviço de Expansão do Trigo comunicou que os agrônomos representantes do Ministério da Agricultura já estiveram presentes na região e ofereceram ajuda aos trabalhos a serem realizados durante a Exposição (INFORMATIVO da 2ª Exposição Estadual do Trigo e 1ª Municipal de Suínos a realizar-se em Concórdia, 1953).

Assim, a realização das referidas exposições possuía o objetivo de consolidar a posição do município como grande produtor de suínos e trigo no Estado de Santa Catarina.

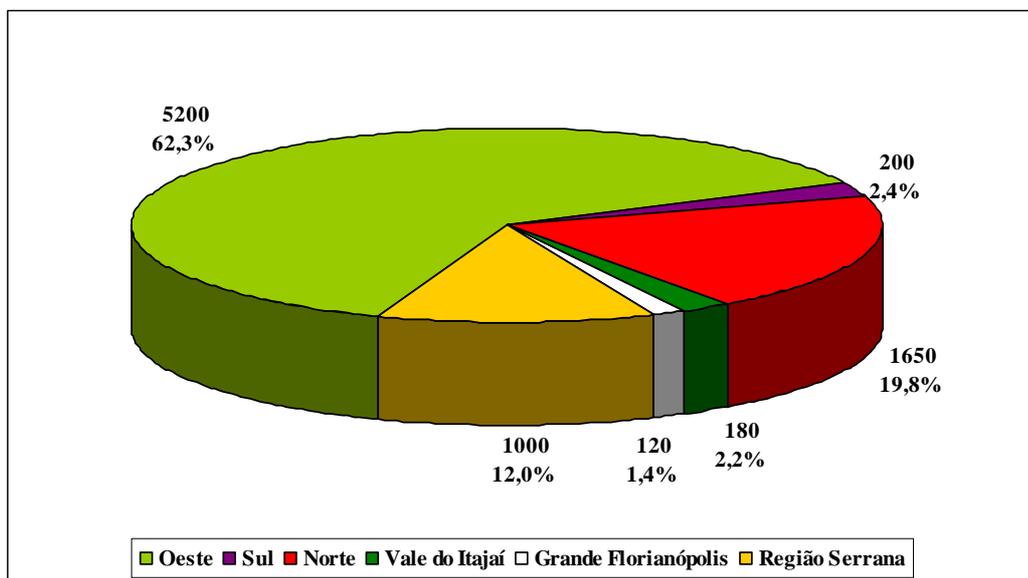


Gráfico 9 - Distribuição de sementes de trigo (em sacas) em Santa Catarina em 1948

Fonte: NOTICIÁRIO. Florianópolis: Federação das Associações Rurais de Santa Catarina, 15 abr. 1948. n. 1. (Arquivo Histórico do Município de Concórdia)

Com o crescimento da suinocultura e a conseqüente expansão da economia agroindustrial na região, no ano de 1956 foi realizada a II Exposição Municipal de Suínos. Em documento de justificativa para angariar recursos financeiros para a II Exposição Municipal de Suínos, o Deputado Estadual João Estivalet Pires (PSD), argumenta que em

Concórdia predomina a raça Duroc-Jersey que é a melhor que se tem adaptado à região e que melhores resultados econômicos têm proporcionado aos criadores. Em 1953, a Granja SADIA da organização comercial – Indústria e Comércio Concórdia S/A – pioneira no fomento a suinocultura importou diretamente dos Estados Unidos um lote de cinquenta (*sic*) suínos de puro – pedigree - Duroc-Jersey, com o que conseguiu melhorar consideravelmente o rebanho do município. Atualmente, a mesma Granja pretende importar um plantel de suínos de raça dinamarquesa ‘Landrace’. A vantagem é a precocidade e grande produtividade de carne (JUSTIFICAÇÃO, 1956, p. 2).

Isso demonstra o pioneirismo da Indústria Sadia no melhoramento dos rebanhos em suas granjas. Também um dos motivos para realização da referida exposição era que o município de Concórdia já aparecia no cenário regional como grande produtor de suínos,

conforme demonstra o Gráfico 10, quando se compara a suinocultura com as demais atividades pecuárias.

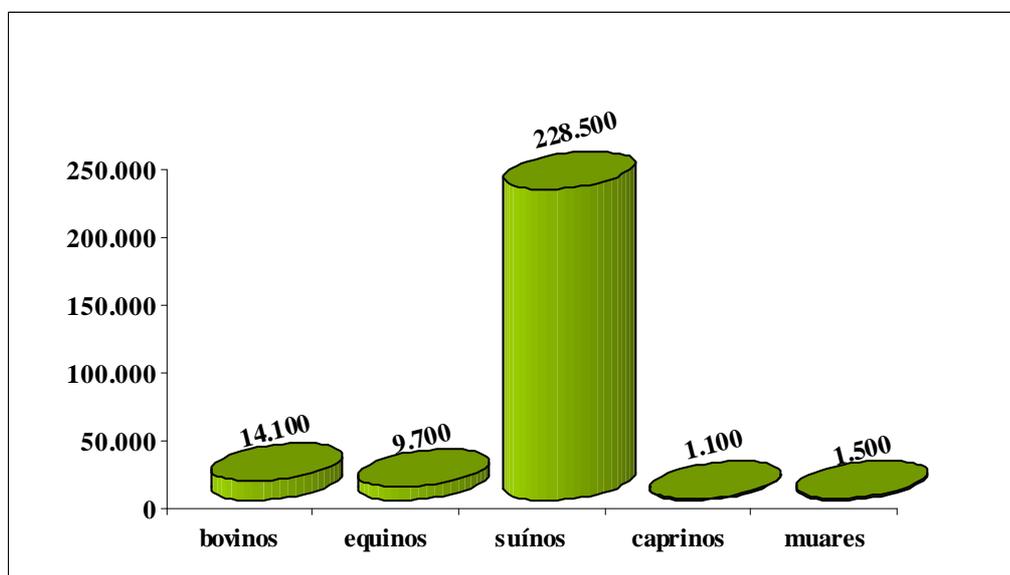


Gráfico 10 - Produção pecuária de Concórdia em 1955

Fonte: DADOS sôbre Concórdia, cognominada “Capital do Trabalho” (1956) (Arquivo Histórico do Município de Concórdia)

Com o objetivo de melhorar a infra-estrutura para realização das exposições que vinham se realizando em Concórdia, o Presidente da Associação Brasileira dos Municípios, Antônio Lomanto, leva ao conhecimento do prefeito de Concórdia o projeto de lei nº 1.524/60, que fora apresentado à Câmara dos Deputados pelo deputado Attilio Fontana, o qual

autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, um crédito especial de Cr\$ 800.000,00, destinado à conclusão das obras do Parque de Exposições de Concórdia, no Estado de Santa Catarina, para a II Exposição Nacional de Suínos, a se realizar em 1960, o qual julgamos ser de interesse dessa Municipalidade (ASSOCIAÇÃO Brasileira de Municípios, 1960, p. 1).

Portanto, o empresário Attilio Fontana, então Deputado Federal, procurou conjugar muito bem seu poder de homem público com os interesses privados da empresa SADIA. Isto cada vez mais aproxima o projeto agroindustrial ao Estado e este se coloca a seu serviço. Também farão o mesmo caminho, “[...] Saul Brandalise, de Videira, e Plínio Arlindo de Nês, de Chapecó, que assumiram cargos políticos municipais, e posteriormente na esfera estadual e também federal, barganhando melhorias na infra-estrutura da região e que diretamente

beneficiaram os seus negócios” (ALBA, 2002, p. 23). Para atingir tais objetivos Belato (1985, p. 298), afirma ainda que,

[...] eles colocaram nos postos estratégicos do governo estadual seus representantes: vice-governador, secretários da agricultura, secretário da fazenda. Estes viabilizaram e canalizaram os recursos necessários tanto para dar retoques finais da modernização e expansão das unidades frigoríficas integradoras, quanto da implantação de sistemas de produção de matéria-prima agrícola (cereais) e pecuária (aves e suínos).

O Gráfico 11 apresenta a evolução do número de cabeças de suínos abatidos durante a década de 50, em Concórdia. O referido gráfico demonstra o salto de crescimento que ocorreu do ano de 1952 para 1956, caracterizando o município como grande destaque da suinocultura e legitimando, desta forma, a própria ação do poder público para os investimentos de infraestrutura para a realização das Exposições de suínos no município de Concórdia.

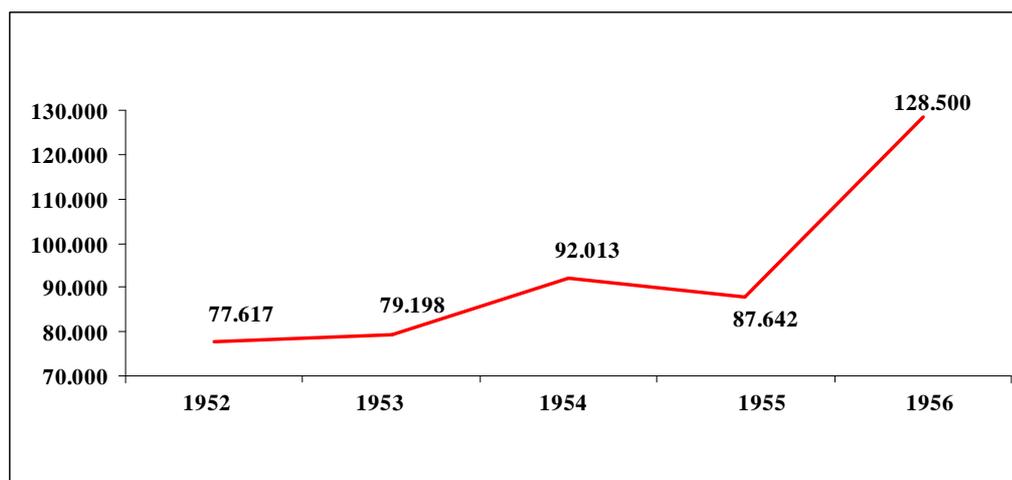


Gráfico 11 - Cabeças de suínos abatidos em Concórdia na década de 50

Fonte: CERTIDÃO (1956). (Arquivo Histórico do Município de Concórdia)

Para realização da Segunda Exposição Municipal de Suínos, o Prefeito de Concórdia Fioravante Massolini, agradeceu o apoio das autoridades públicas, em especial a Jorge Lacerda, governador de Santa Catarina

que garantiu apoio financeiro do erário estadual, traduzido no auxílio de Cr\$ 200.000,00, aprovado pela Assembléia Legislativa de Santa Catarina. [...] também, aos técnicos, Membro da Comissão Central, auxiliares e colaboradores que prestaram apoio, e que tiveram por finalidade **“mostrar aos responsáveis pelos setores públicos da nacionalidade e aos industriais do País o progresso a que chegaram os criadores de suínos**

[...], que tudo vem fazendo para a melhoria e aumento da produção [...] afim de que seja possível satisfazer integralmente às exigências do mercado consumidor Nacional (GABINETE do Prefeito, 1956, p. 1, grifo meu).

A Associação Catarinense de Criadores de Suínos (ACCS), criada no ano de 1959 em Concórdia, também é fruto da grande expansão da suinocultura na região. É assim que, a região do Alto Uruguai catarinense vai se tornando centro de referência da suinocultura nacional. Suinocultores de outras regiões buscavam a tecnologia aqui desenvolvida, como a Associação Rural de Guarapuava – PR, que solicitou ao prefeito municipal a indicação de alguns nomes de criadores de suínos da raça Jersey-Duroc para serem visitados. Como aconteceria em abril a II Exposição Nacional de Suínos e os criadores estavam preparando os animais para concorrerem, o Prefeito Fioravante Massolini respondeu: “julgamos ser mais interessante uma visita de V.S. e mais pessoas interessadas a esta cidade naqueles dias, onde não só terão a oportunidade de conhecer ótimos animais criados neste município, como também dos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e outros centros de criadores do país” (CONCÓRDIA, 1959, p. 1). O prefeito também recomenda a visita à Associação Catarinense de Criadores de Suínos, com sede em Concórdia.

Dentro da mesma lógica de fomento ao modelo desenvolvido na região, o incentivo do poder local, com apoio dos governos estadual e federal, foi imprescindível para promover a modernização no setor agropecuário. É neste contexto geral de modernização da agricultura catarinense e de apoio às agroindústrias que foram criadas, em 1957, a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC e em 1958, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, ambas com escritório de extensão em Concórdia. No ano de 1965, o município passa a contar com a Escola Agrotécnica Federal, que tem por objetivo dar formação técnica na área agrícola aos jovens filhos de agricultores, para que melhor trabalhassem com a terra. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA Suínos e Aves inaugurou sua sede no município em 1973, com o objetivo de desenvolver pesquisas exclusivas na área da suinocultura e avicultura na região, visto que aqui já se encontravam as grandes agroindústrias do País.

Também na década de 50, com objetivos político-ideológicos, a Sadia criou a Rádio Rural (1956), pois assim a empresa buscava, através da campanha publicitária, ampliar o estreitamento das relações da agroindústria com o colono. Ao analisar, sobretudo o caso da Sadia, a comunicação seria vital para as agroindústrias, especialmente por duas razões: primeiro, devido à necessidade de contato com os produtores a ela vinculados; segundo, como

instrumento de poder e projeção política, o que reverteria em benefícios econômicos às empresas, que colocariam a rádio a serviço das agroindústrias (COMASSETTO, 2007).

O perfil socioeconômico de Concórdia fica evidenciado, na década de 1950, quando comparamos os diversos ramos da produção industrial com a indústria frigorífica. Esta representa quase 80% do total das atividades industriais do município, conforme Gráfico 12, com relação a outros ramos da produção industrial.

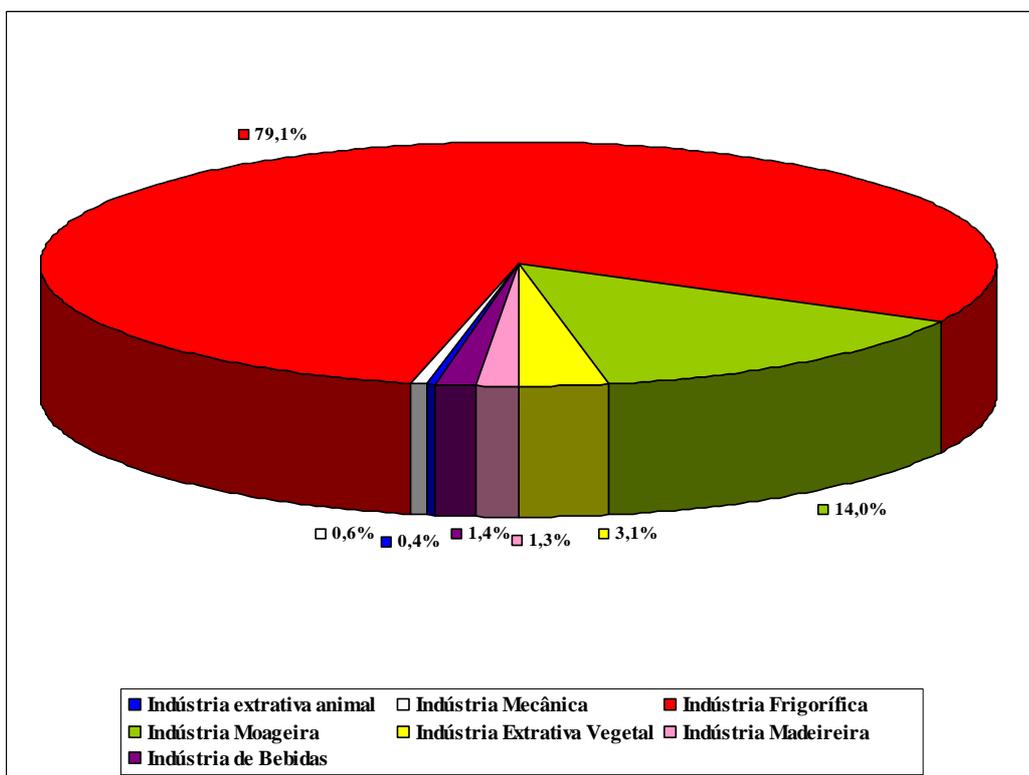


Gráfico 12 - Produção Industrial de Concórdia em 1956

Fonte: BANCO do Brasil S. A. Dados Oficiais (1956). (Arquivo Histórico do Município de Concórdia)

De acordo com o modelo baseado na economia agroindustrial, o pequeno produtor cada vez mais se relacionava com a agroindústria no papel de produtor de mercadorias. Não era simplesmente um vendedor de força de trabalho, como o trabalhador convencional, mas uma unidade produtiva, pois detinha a posse dos meios de produção. Embora detendo os meios de produção, nesta nova relação entre o capital e o trabalho, o trabalhador não deixa de ser explorado, pois as relações sociais no modo de produção capitalista são fetichizadas²⁷,

²⁷ No modo de produção capitalista, há uma inversão entre mercadoria e pessoas, ou seja, as mercadorias passam a ter uma relação social, enquanto as pessoas têm uma relação material (uma relação intermediada pelas

porque as relações sociais se expressam em mercadorias e através de mercadorias. Conforme (MARX, 1974, p. 705), “[...] o modo capitalista de produção domina, além da atividade fabril, a agricultura, isto é, que esta é explorada por capitalistas que de saída só se distinguem dos demais capitalistas pelo setor em que aplicam o capital e o trabalho assalariado mobilizado por esse capital”.

Na nova relação entre o pequeno produtor e a agroindústria, a forma clássica de acumulação capitalista não deixava de existir, pois o colono, embora sendo proprietário dos meios de produção, perde o controle sobre os resultados da produção. O capitalista da agroindústria, através de um novo fetiche²⁸ oferece todas as condições materiais para a produção do suíno ou ave e o colono entra com sua propriedade e a força de trabalho familiar. Após ter cumprido a tarefa de criar os animais, é o capitalista da agroindústria quem estabelece o valor do produto, ficando o colono sem condições de calcular o real valor da produção. Nas entrevistas realizadas pelas acadêmicas Cleci Bison e Lidiane Colussi, os avicultores manifestam a dificuldade de compreenderem o valor dos lotes de aves que produziram. *“Essas contas que eles fazem, só eles sabem mesmo né, fazem do jeito deles”* (Avicultor 1)²⁹. *“Temo pouco controle, temo que acredita bastante na firma”* (Avicultor 2)³⁰. *“Na base do olho, por que o lote quando tu vê que é bom, é bom quando é ruim, é ruim só que na verdade peso e controle tu não vai sabe nenhum, tu pega o que eles mandam, não adianta. É como se diz o ditado: Não adianta estudar a maneira pra fazer a conta, se eles que fazem a conta”* (Avicultor 4)³¹. *A empresa é só a empresa que faz esse controle, porque um lote tu entrega olha, o peso médio tem que da tanto no outro lote que o peso médio era o mesmo, mas daí a conversão devia se a conversão era maior ou menor, mas a gente nunca tinha, nunca sabia quanto tinha que dá os frangos pra pode recebe um pouco...* (Ex-integrado 2)³².

A pouca compreensão que o colono possui sobre o valor da produção é a estratégia que a empresa adota para estabelecer uma relação fetichizada. No novo modelo, o pequeno produtor, assim como o capitalista, também detém os meios de produção, mas sua relação com o proprietário da agroindústria passa a ser a partir da venda de mercadorias e não somente como um vendedor de força de trabalho. Esta situação não se altera do ponto de vista

mercadorias). Os verdadeiros sujeitos nesta relação invertida são as mercadorias. É o processo de fetichização. Os sujeitos se tornam objetos e os objetos se tornam sujeitos.

²⁸ O novo fetiche se caracteriza pela relação contratual entre o colono integrado e a empresa integradora.

²⁹ Entrevista realizada em 2005 com integrado da Sadia desde 1971.

³⁰ Entrevista realizada em 2005 com integrado da Sadia desde 1976.

³¹ Entrevista realizada em 2005 com integrado da Sadia desde 1975.

³² Entrevista realizada em 2005 com ex-integrado da Sadia.

social, porque a relação continuará sendo fetichizada, embora seja diferente da forma tradicional do sistema capitalista que ocorre através dos meios de produção e força de trabalho.

Ainda que ocorra uma relação diferente entre o pequeno produtor e o trabalhador assalariado, esta diferença não traz melhora significativa nas condições sociais do colono, porque ambas, as relações, estabelecem o controle do capital sobre o trabalho. Na maioria das vezes, as condições sociais do pequeno produtor em relação ao trabalhador assalariado se apresentam em piores condições, conforme podemos constatar através de dados trazidos ao longo do trabalho e nas falas dos entrevistados. Na entrevista realizada pelas acadêmicas Cleci e Lidiane o avicultor confirma em seu depoimento sua angústia após trabalhar mais de 3 décadas como integrado. *“Que nem nós aí já é 32 anos que temo o aviário já podia ser quase aposentado pela Sadia por o tempo que trabalhamos em cima do aviário, só que temo sem saúde já e só se aposenta com o um salário que chega em casa mesmo”* (Avicultor 7)³³.

O descompasso entre as condições sociais do colono integrado e o crescimento do modelo agroindustrial fica também evidenciado quando comparamos o crescimento de abate do número de suínos, na Indústria Sadia, durante o período de 1945 a 1960. É interessante confrontar esses números com os do Gráfico 11 que mostra o número de suínos abatidos em Concórdia na década de 1950. Desta forma, se percebe que é espantoso o crescimento que a empresa consegue atingir em menos de duas décadas de existência, transforma-se em uma das maiores indústrias do ramo de alimentação do País. Embora ocorrendo todo este crescimento, como no caso da indústria Sadia, em relação ao colono na pequena propriedade familiar, não houve alteração em suas condições sociais.

³³ Entrevista realizada em 2005 com integrado da Sadia desde 1973.

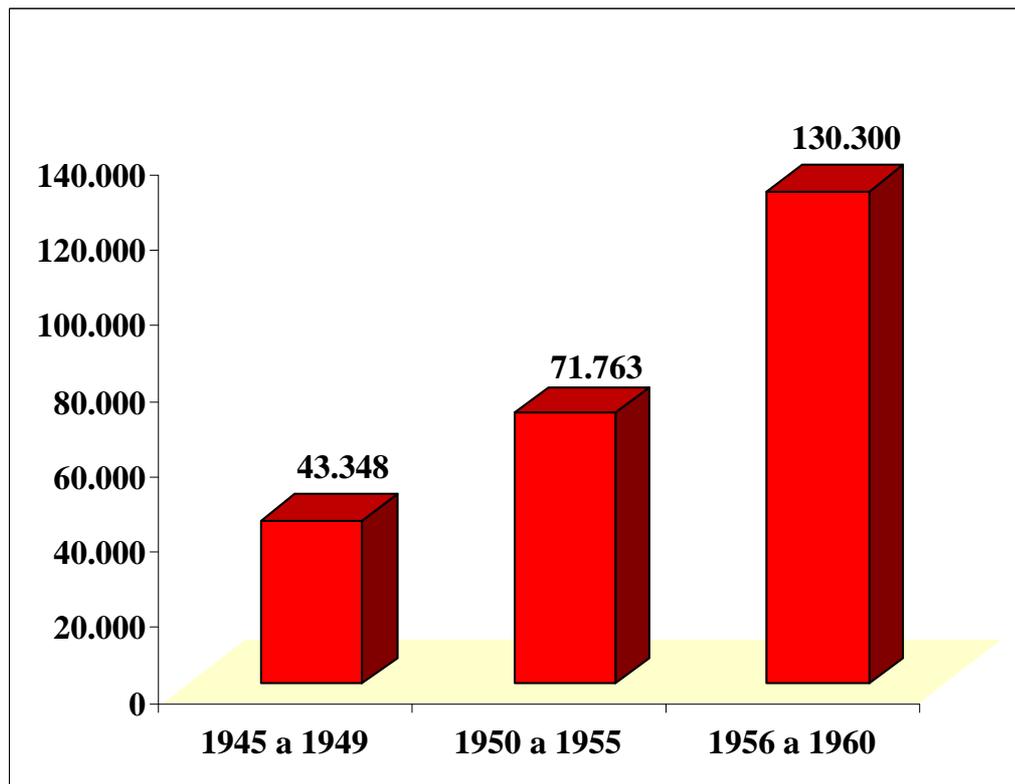


Gráfico 13 - Número de suínos abatidos no frigorífico Sadia entre 1945 e 1960

Fonte: Dados de entrevistas realizadas na Sadia Concórdia (1991). In.: (ESPÍNDOLA, 1999, p. 31)

Assim, o trabalhador, principalmente o colono integrado, produtor de mercadorias e detentor dos seus próprios meios de produção, não se apropria do lucro de seu trabalho, sua condição social não se altera substancialmente ao ponto de representar melhora de qualidade de vida. Isto é evidenciado pelo ex-integrado Dorvalino Roman (2009)³⁴ quando declara que: “[...]há bom, eu fiz capital com os porco comum antes de me integrá com a Sadia. Depois que eu me integrei enton o que que eu fiz: eu construí o aviário, e só estudei as filhas, daí eu não comprei, não fiz mais capital. O capital que eu tenho hoje... é tudo do porco comum”.

³⁴ Entrevista realizada em 2009, com o ex-integrado de suínos e aves da Sadia, Dorvalino Roman, que desde a década de 1940 já trabalhava com suínos na Comunidade de Canhada Funda, em granja de suínos como os pais.



Figura 19 - Criação de suínos em Canhada Funda, Concórdia, em 1958

Fonte: Arquivo particular de Dorvalino Roman

Nessa nova relação, entre o colono e a agroindústria, conhecida como sistema de integração, “[...] um investimento industrial meticulosamente calculado; era fornecido ao colono apenas o necessário para reinvestir na próxima etapa da produção” (BIESDORF, 2008, p. 85). Assim, declara o ex-integrado a Cleci e Lidiane. “*Quando a gente entregava os porco na Sadia tinha que pega o dinheiro dos porco pra pagar equipamentos uma coisa ou outra*” (Ex-integrado 4)³⁵. João Carlos Tedesco (2001, p. 120) analisa ainda que,

a empresa sabe da situação econômica por que passa a unidade familiar, tem clareza do seu papel. Nesse sentido, norteia situações, formula condições (que serão expressas monetariamente) que possibilitem o mínimo necessário para a manutenção da relação e sobrevivência do integrado.

Como podemos verificar, a expansão da agroindústria vai além da relação com o Estado. Esta foi possível, também, em função da nova relação de trabalho firmada entre o colono produtor de mercadorias e a agroindústria processadora de alimentos, principalmente

³⁵ Entrevista realizada em 2005 com ex-integrado da Sadia.

frigoríficos. Neste sentido trataremos a seguir como se deu a relação do trabalho integrado com a agroindústria.

4.4 Relação do trabalho integrado com a agroindústria

Os elementos trabalhados até o presente momento indicam que a origem da agroindústria está intimamente ligada à pequena produção familiar. As relações de produção entre o colono e a agroindústria, desde a década de 1940, gradativamente se moldaram, quando do surgimento dos primeiros frigoríficos na região Oeste catarinense.

O desenvolvimento de Concórdia deu-se num contexto de expansão do sistema capitalista. As determinações impostas pelos países centrais, através de projetos que visavam à modernização da agricultura, objetivando o aumento da produtividade, possibilitaram o surgimento de uma atividade econômica baseada na agroindústria. O consequente crescimento da agroindústria contribuiu para o processo de modernização da produção agrícola, com o claro objetivo de extrair maior parcela de excedente do trabalho do colono, ao mesmo tempo em que aumentou a relação de subordinação da pequena produção ao modelo agroindustrial. Conforme já afirmou Marx, (1996, p. 18), a agricultura “[...] é cada vez mais transformada em simples ramo da indústria e é dominada completamente pelo capital”.

Com a expansão das agroindústrias no Oeste catarinense, especificamente o caso Sadia em Concórdia, esta constatação de Marx faz um sentido muito concreto. Como expusemos no capítulo III, o migrante nos primeiros anos da colonização buscou por meio da agricultura atender às necessidades básicas de subsistência da família, sendo o excedente comercializado na localidade. Com o decorrer dos anos, este excedente será a base para a formação de capitais fundamentais ao surgimento da agroindústria.

Portanto, é neste contexto que terão origem as agroindústrias que passaram a controlar a produção agrícola e selecionar produtores que formam a base do modelo de integração. Conforme Belato (1985, p. 312), “um dos segredos do sucesso de um ‘sistema integrado’ consiste na seleção dos camponeses que serão submetidos ao controle das empresas”. Esta é uma fase muito importante para o sucesso do projeto. Errar na escolha de integrado compromete todo o processo, pois diferentemente da contratação de um operário para trabalhar na indústria, se o mesmo não der conta da tarefa é dispensado sem causar maiores problemas para a empresa. Já com o integrado, sua dispensa pode causar enormes prejuízos

no processo de produção. Sem a matéria-prima o setor de abates pára e, conseqüentemente, a indústria.

Em função desse risco, alguns pré-requisitos são indispensáveis para o colono se tornar um integrado. Ser proprietário de uma pequena colônia, tendo em média 30 hectares de terra, é o primeiro requisito. Isto é confirmado nos depoimentos de alguns entrevistados: “Quantidade de terra também né, uma vez pediam bastante né, se tinha dois, três alqueires só eles não davam [...]” (Ex-integrado 2). De acordo com o ex-integrado Dorvalino Roman “O... colono mais... mais forte mais trabalhador, o mais desenvolvido. Eles escolhiam colono bem sucedido né. Nois fomo bem sucedido né, porque nois cuidava, trabalhava e aplicava o dinheiro certo”. Esta exigência é devido à necessidade dos financiamentos para se investir em aviários ou chiqueiros, pois os bancos liberam empréstimos para os investimentos, quando o colono for proprietário e apresentar a escritura da terra como garantia. Vejamos o depoimento do ex-integrado Dorvalino Roman: “Eu fiz um financiamento no Banco do Brasil, com ajuda da Sadia por que era eles que... [...] encaminhava e que dava o aval né, pro banco”.



Figura 20 - Aviário construído na propriedade de Dorvalino Roman, em Linha Tiradentes, Concórdia, SC, em 1972

Fonte: Arquivo particular de Dorvalino Roman

Outros critérios, também levados em consideração pela empresa para realizar o contrato, são a organização da propriedade e as condições financeiras do colono. Essas exigências são confirmadas pelo ex-integrado 2, quando diz que: “A gente tinha espaço, tinha

o lugar, tinha o espaço, tinha água”. Também Dorvalino Roman atesta que: “[...] *eles derom aviário pra... os colono bem sucedido, quem trabalhava bastante, tinha que te uma quantia de terra meia alta, não podia te poca terra. [...]tinha que te no mínimo duas colônia, tinha que te um... começo bom,*”. Por isso, os produtores integrados não são produtores comuns, são escolhidos em função de possuírem um número de hectares de terra acima da média dos produtores da região, ter condições de obter crédito e situarem-se a uma distância relativamente próxima à indústria, diminuindo, assim, os custos de transporte. É fundamental que os produtores possuam estas características para que o projeto global da integração seja viabilizado, segundo a estratégia estabelecida pela empresa.

Por esta razão, a importância nos critérios para que ocorra o acerto na escolha do integrado é garantia de sucesso, para que o modelo atinja o objetivo planejado. De acordo, com Rosa Salete Alba (2002, p. 114),

o sistema de integração é a maneira mais certa de obtenção da matéria-prima, em termos de quantidade e qualidade e com periodicidade segura, possibilitando à empresa planejar suas atividades num esquema em que não falte e nem sobre matéria-prima.

Portanto, a produção de matéria-prima, por parte do integrado para o frigorífico e o fornecimento de matéria-prima e insumos para o produtor asseguram à empresa um fluxo de produto com qualidade, quantidade e peso requeridos, dentro de um cronograma de entrega determinado, que evita a estacionalidade do abate.

A expansão da capacidade produtiva da agroindústria conta com a produção de matéria-prima do colono. Esta relação de aumento de produção entre ambos caminha lado a lado, embora não seja coincidente, no sentido de expansão de ambos. O colono integrado, subordinado à agroindústria, não tem, por exemplo, em períodos de crises, que na agricultura são cíclicas, e atuam com objetivo de regular a produção, como manter sua base produtiva, que na suinocultura são as matrizes, enquanto na avicultura os investimentos ocorrem nos aviários e equipamentos. Nos períodos de crise, a situação para o colono integrado era mais difícil do que para o não integrado, pois este ainda tinha a possibilidade de especular e o integrado ficava vinculado somente à agroindústria e tinha que entregar a mercadoria ao preço estabelecido, é o que nos confirma Dorvalino Roman: “[...] *só que quando a gente não era integrado, daí a gente, quando dava a crise aí a gente especulava três quatro comprador de porco, quem é que pagava mais, levava*”.

Se o colono integrado fica numa situação desfavorável nesta relação, a agroindústria busca compensar os processos cíclicos de crises, reduzindo ganhos na própria produção de matéria-prima do colono, que assim acumula perdas sobre perdas. Nesta lógica, faz sentido a seguinte afirmação: “[...] *a empresa sempre foi bem, ela nunca perde, porque ela tem a faca e o queijo na mão, veja bem, se não vende o produto bem lá na frente ela baixa pro colono [...]*” (Dorvalino Roman, 2009). Vejamos o que diz Campos (1987, p. 218-9) sobre esta questão:

Com a transformação das relações entre agroindústria e pequena produção elevou-se sensivelmente a capacidade produtiva de uma parcela das unidades familiares, elevando-se conseqüentemente os padrões médios de produção. Isto faz com que crescentemente as crises atinjam de forma diferenciada os pequenos produtores, conforme sua posição individual em relação aos padrões socialmente estabelecidos.

No trabalho integrado com a agroindústria, o que vai definir esta relação é o denominado contrato de integração³⁶. No contrato estão definidas as tarefas, as responsabilidades, os direitos e deveres entre o colono integrado e a empresa. O que se observa no contrato é uma afirmação de ordens de serviços a ser cumprida pelo integrado. O processo de escolha do integrado é realizado de forma tão incisiva que o leva a acatar as regras impostas pela empresa, ou seja, ele não participa da elaboração do mesmo, assim passa a acreditar que o contrato é uma relação de confiança mútua.

Em anexo ao contrato de integração encontra-se a fórmula para o cálculo de pagamento, ou o cálculo de conversão que trata de quanto o integrado tem direito ao entregar um lote de frango ou suíno, após receber a ração, medicamentos, assistência técnica, etc. Contudo, a fórmula utilizada pela empresa nunca chega aos valores calculados pelo integrado, nem mesmo é compreendida por ele. Na entrevista para Cleci e Lidiane, o integrado diz que: “*eles explicam, mas a gente nunca entende é só eles que entendem [...]. [...] na entrega dos frangos tu faz o peso do frango no aviário e tu calcula quantos quilo de frango tu tem dentro de aviário e quanta ração aqueles frango comeram até no fim do lote, depois tu faz a conta da conversão e tu mais ou menos tu sabe o resultado antecipado um pouco né, daí o que, chega perto do que devia dar né, só que as vezes sobe muito né, o peso do frango é a mesma coisa não chega naquilo que tu espera da o aviário, daí a conversão deles é botado lá num conceito de formula que eles tem*” (Avicultor 11)³⁷.

³⁶ Contrato para produção avícola integrada – frangos. Documento - Anexo E.

³⁷ Integrado de suínos e aves da Sadia desde 1998.

O discurso ideológico da integração, utilizado pelas empresas, objetiva caracterizar que a integração é um bom negócio, “[...] o fundamental da integração é que haja responsabilidade e confiança mútua entre os diversos segmentos envolvidos”, como afirmou Elvio Flores, diretor do fomento da Sadia Concórdia (Integração na Suinocultura, 1982, p. 41). Assim, o colono acaba incorporando também o mesmo discurso e confirmamos esta afirmação de Elvio Flores na entrevista que realizamos com o ex-integrado Diomedes Tagliari³⁸, pois o mesmo tinha uma relação de confiança com a Sadia, muito tempo antes de iniciar na integração de frangos já vendia porco para a empresa “[...] trabalhei anos e anos com porco. Eu comprava porco no interior, porco velho, magro. Engordava e vendia tudo pra Sadia. Co a carroça, nois levava tudo co a carroça. [...] Primeiro lote de frango que eu fez foi num chiquero de porco. O Flores: ‘Tagliares, vomo coloca 100 frangos lá pra... pra começa’. Aí fechemo lá”. Como se vê, o ex-integrado acreditava na empresa, fortalecendo a confiança mútua, afirmada pelo diretor de fomento.

Ao mesmo tempo em que a empresa propagava uma relação de responsabilidade e confiança com o integrado, não eram poucos os casos em que estes laços eram rompidos, até mesmo entre aqueles colonos que a Sadia nomeava como seus escolhidos. Constatamos este fato na fala de Diomedes Tagliari, quando declara que: “*eu entreguei um lote na Sadia, e... tavom tom bonito o lote e eu fui lá... eu achava de tira um monte de dinheiro, cheguei lá e tirei uma miséria, nem acertei com eles. Virei as costa e só digo: ‘oia, não me apareçam mais lá em casa, porque eu... o técnico que aparece lá em casa eu vô atropela ele’*”

Para melhor compreendermos o contrato de produção avícola integrada – frangos, analisamos algumas cláusulas básicas presentes no documento (CONTRATO para Produção Avícola Integrada - Frangos, s.d.):

- fornecimento por parte do contratante dos meios básicos de produção; pintos, rações, medicamentos e outros;
- formas de comercialização e determinação do preço do produto final e direito exclusivo de compra por parte da empresa integradora;
- desenvolver a criação e terminação das aves, segundo normas técnicas e recomendações fornecidas pela Sadia;
- definição dos padrões de qualidade do produto final.

³⁸ Entrevista realizada em 2009, com o ex-integrado de suínos, aves e peru da Sadia Diomedes Tagliari que iniciou na atividade na década de 1950, trabalhando com suínos e vacas de leite.

Dentre as cláusulas apresentadas, a primeira, que se refere à questão do fornecimento por parte do contratante dos meios básicos de produção, talvez seja uma das mais importantes. Assim, a agroindústria assegura para si o mercado de rações e concentrados e de pintos, pela vinculação da compra destes insumos pelos produtores somente à empresa a que estão ligados. A empresa integradora passa a exigir absoluto controle sobre o integrado, conforme destaca Dorvalino Roman. *“Ela não deixava mais nem carneá um porco sem pedi licença pra eles, e eu não podia trocá uma leitoa com um vizinho e coisa. Era uma ditadura quase sabe”*.

As exigências de exclusividade na utilização de rações e insumos, fornecidos pela agroindústria tem como objetivo evitar a ação de intermediários, assegurando com isto mais lucratividade à empresa. Neste sentido, a relação contratual que se estabelece entre a agroindústria e os colonos integrados é totalmente fechada, com características de um mercado monopolista que elimina a possibilidade de um mercado opcional para os produtores integrados. Um dos reflexos desta relação de exclusividade dar-se-á, diretamente, sobre as relações de preços desfavoráveis ao colono integrado, conforme constatamos nas entrevistas. Os mesmos não têm liberdade de buscar no mercado preços melhores, e mesmo não sabem qual é o real preço dos insumos, pois aparecem embutidos nos gastos e na hora da conversão.

A cláusula que trata do preço do produto final, como já abordamos anteriormente, é uma incógnita para o colono. Não são incorporados pelos integrados no processo de produção os custos relativos à mão de obra, quase sempre familiar e, portanto, uma força de trabalho não remunerada. Além disso, outros custos também não são computados, como é o caso da energia elétrica, gás, transporte e outros. Normalmente, o colono integrado não possuía conhecimento do valor dos itens de custo praticados pela indústria integradora, como os pintos, no caso da avicultura e os leitões, na suinocultura, bem como rações, concentrados, vacinas, medicamentos e outros.

Outro aspecto importante a ressaltar no contrato é o desenvolvimento da criação e terminação das aves, segundo normas técnicas e recomendações fornecidas pela Sadia. A transferência de tecnologia ao colono integrado é também um instrumento de dependência do produtor em relação à empresa. Dependência na medida em que o saber fazer é um privilégio da agroindústria que repassa seu conhecimento, mediante certas condições. Estas condições estão expressas nas exigências que a empresa faz ao colono integrado e que o transformam num operador das tecnologias repassadas. Além disso, o colono fica condicionado a utilizar os insumos produzidos e fornecidos pela empresa agroindustrial aos preços estabelecidos por ela.

Isto caracteriza a cômoda posição da empresa possuir um mercado cativo quanto a fornecedores de matéria-prima, bem como quanto à venda de insumos aos integrados.

O objetivo para que a empresa agroindustrial possua fábrica de ração, forneça insumos e concentrados para a criação, bem como medicamentos, está intimamente ligado à cláusula que trata da definição dos padrões de qualidade do produto final. Assim, a empresa através das cláusulas contratuais que impõe, busca melhorar a qualidade de suínos e aves, através do controle de rendimento industrial, como peso e tempo para o abate, garantir o fluxo de matéria-prima ao produtor, diminuir o custo de produção; evitar intermediações no sistema é mais uma opção da empresa para diversificar sua atividade.

Em relação à questão da definição dos padrões de qualidade, a empresa estabelece, por sua vez, que nos casos de produtos não perfeitamente padronizados, poderão estes ser classificados em categorias com preço diferente, criados a partir da lógica e do olhar da empresa.

Os contratos de integração não estabelecem nenhuma garantia de direitos sociais ao integrado. O contrato não cria vínculo trabalhista do integrado com a empresa integradora; é a partir dele que a empresa passa a tratá-lo como parceiro, nesta nova relação contratual. Na visão do avicultor a relação de parceria somente interessa à empresa quando ela busca no colono sua força de trabalho: *“ponha parceiro nisso né, claro que é parceiro, mas pro lado deles, se um dia a gente fica doente eles tão com o deles fora né, e nós tamo lascado né, porque a gente tá podre aí dentro desses galinheiro [...]”* (Avicultor 9)³⁹.

Nesta relação contratual entre empresa e colono, embora o contrato pareça um instrumento através do qual o colono garanta seus direitos, o contrato tem servido para encobrir relações que lhe são totalmente desfavoráveis. O mesmo é acordado em uma relação de desigualdade, engessando o colono exclusivamente à empresa. Essa situação tira o poder de barganha no estabelecimento do contrato, pois as vantagens econômicas ficam francamente favoráveis a uma só das partes envolvidas. Isto fica evidenciado nas entrevistas realizadas, porque o colono nunca tem clara a variação do preço no tempo e no espaço, em que foi produzida a mercadoria, resultado de seu trabalho. Também, porque não conhece os custos da sua produção, nem o preço de custo dos insumos que a empresa lhe fornece.

Dessa forma, a relação do trabalho integrado com a agroindústria, não é uma relação tranquila. A empresa busca, através dos métodos de propaganda, mostrar as vantagens da

³⁹ Integrado avícola da Sadia há mais de trinta anos.

integração como uma das alternativas para viabilizar a pequena propriedade. Contudo, isso não convence o colono da relação desigual em que o contrato de integração o coloca frente à integradora. De acordo com as entrevistas realizadas com os integrados e ex-integrados, constatamos queixas de toda a ordem, mas, principalmente, as que tratam do valor de lotes de frangos e suínos, quando entregues à empresa, pois estes nunca conseguem dimensionar o real valor a que têm direito a receber pelo produto produzido através do trabalho familiar. Também, demonstram descontentamento com o tratamento da empresa quando reivindicam ou reclamam de qualquer situação.

Esses descontentamentos evidenciados demonstram que o modelo de integração, viabilizado através da relação contratual, na qual o integrado fica submetido a métodos de subordinação impostos pela empresa, é uma relação de mão única. A empresa é quem define desde os mecanismos de seleção do integrado, passando pela imposição de controle na própria organização do trabalho do colono e absoluto monopólio a insumos e produtos utilizados na criação bem como o valor a ser remunerado pelo resultado da produção.

Em suma, o desenvolvimento socioeconômico de Concórdia teve por base a produção na pequena propriedade familiar, que deu origem à economia agroindustrial que, através do sistema de integração encontrou uma forma mais sofisticada para a acumulação de capital. Este modelo, embora tenha colocado o município de Concórdia entre os mais importantes do Estado catarinense, vem sofrendo pressões dos diferentes grupos e classes existentes na sociedade capitalista. Portanto, como a relação do integrado com a empresa integradora não é tranquila, existindo muitos descontentamentos por parte do colono, essas tensões têm provocado desistências e saídas da atividade, que levam o colono a abandonar o campo e a procurar a cidade. Por isso, o colono, subordinado na relação capital/trabalho, que produz a matéria-prima a um custo baixo para a agroindústria, vem buscando construir através da organização político-sindical⁴⁰, independência e autonomia na relação com a empresa integradora.

⁴⁰ No final da década de 1970, os trabalhadores começaram a retomar a luta sindical e democrática em todo o Brasil, depois de quase duas décadas de ditadura. No município de Concórdia esta retomada se deu com a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em 1970, e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados, Rações Balanceadas – SINTRIAL - em 1978. Essas duas organizações, juntamente com os sindicatos dos trabalhadores urbanos, o movimento social e ainda os partidos de esquerda, se transformaram em importante ferramenta de luta para os trabalhadores do setor da produção agroindustrial. Assim, o colono produtor de matéria-prima para a agroindústria passa a adquirir consciência política, o que contribui para a formação da cidadania. Nesta perspectiva de organização, o colono também se instrumentaliza politicamente e busca superar a condição de subordinação na relação capital/trabalho, com a empresa integradora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar a redação das considerações finais, podemos afirmar que esta pesquisa contribuiu para um melhor entendimento da história do município de Concórdia, visto que possibilitou a exploração de arquivos que guardam importantes documentos, até então praticamente inexplorados nos estudos historiográficos da região. Também, foi possível adentrar nas memórias dos sujeitos desta história através da reinterpretação de entrevistas feitas por outros historiadores, bem como das entrevistas que realizamos. Este conjunto de fontes recebeu nesta tese a análise e interpretação conforme delimitado em seu objetivo, mas permanecem abertas para responder a outras problemáticas de pesquisa, à espera do olhar atento, do ouvido aguçado e da curiosidade dos pesquisadores. Acreditamos ser esta uma contribuição que ultrapassa o tempo e as conclusões desta tese.

Procuramos evidenciar, no decorrer desta pesquisa, o desenvolvimento socioeconômico de Concórdia a partir da colonização na pequena propriedade familiar pelo descendente de imigrante. Pudemos verificar que o modelo agroindustrial no Oeste de Santa Catarina, que se deu no contexto do desenvolvimento capitalista brasileiro e catarinense, tem origem na pequena propriedade familiar. Em Concórdia, esta é a base para o surgimento da indústria Sadia que, conseqüentemente, determinou o desenvolvimento socioeconômico do município. Assim, enfatizamos os aspectos da história do município, após a emancipação em 1934, considerando os aspectos socioeconômicos e políticos e a relação destes com a origem e o desenvolvimento do modelo agroindustrial.

Tendo em vista o olhar de totalidade, conforme apontado nos pressupostos teórico-metodológicos descritos na introdução, foi fundamental compreender o processo de formação da região Oeste catarinense a partir da ocupação indígena e a conseqüente formação étnica decorrente do processo de miscigenação entre estes e os portugueses que passaram a transitar pelo sertão catarinense ainda no século XVII. Nestes primeiros contatos entre o nativo e o colonizador logo se estabeleceu uma relação de dominação do primeiro sobre o segundo. O colonizador, carregando a lógica da posse e a busca pela riqueza, desfaz qualquer possibilidade de relação pacífica com o nativo, pois este possuía outros hábitos culturais que não eram respeitados pelos brancos conquistadores. Neste contexto, como afirma Martin

Dreher (1999, p. 5), “quando os primeiros cristãos aportaram aqui, estava aqui o outro com sua religião, mas ele não foi aceito em sua alteridade”.

O caboclo, resultado do processo de miscigenação do indígena com o luso-brasileiro, era um homem simples que habitava os sertões, profundo conhecedor da natureza e que dela tirava sua sobrevivência. Sua concepção de subsistência confrontava com a nova lógica de economia capitalista trazida pelo migrante, descendente de europeu, após a guerra do Contestado. Este se organizou a partir da produção na pequena propriedade familiar, da qual buscava construir a tão sonhada riqueza. Assim, os caboclos e os migrantes são os elementos humanos que fazem parte do processo histórico da região e que contribuíram para a formação e o desenvolvimento socioeconômico de Concórdia.

A região geográfica de Santa Catarina que contempla esta fase de análise é composta pelo Planalto Norte, Norte e Oeste, também conhecida como o território do antigo Contestado, sofreu um processo de colonização lenta e tardia. O caminho das tropas aberto pelos bandeirantes paulistas, ainda no século XVII, foi a primeira incursão trazida para a região pelo conquistador. Posteriormente, a ocupação desde o litoral até o Planalto e o Norte do Estado catarinense produziu povoamentos e, ao mesmo tempo despovoamentos através da eliminação dos primitivos moradores (índios). O Oeste só foi colonizado no século XX, principalmente após o fim da Guerra do Contestado, em 1916.

Esse longo período, que se estendeu até o século XIX, ficou marcado pela chegada dos primeiros europeus que palmilharam e que descreveram a terra e os moradores desse sertão, as disputas pela posse e pela jurisdição, os caminhos dos bandeirantes e dos tropeiros que romperam as vastas planícies, ora tangendo escravos vermelhos, ora gado e muars. No entanto, os tesouros que deixaram os descendentes de europeus fascinados só foram explorados a partir do final do século XIX, como a erva-mate e as densas florestas de araucárias – o Eldorado nos primórdios do século XX. As florestas foram exploradas, em larga escala, após a inserção das companhias colonizadoras e madeireiras, idealizadas por Percival Farquhar, proprietário da *Brazil Railway Company*, empresa construtora da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande e da *Lumber* madeireira e colonizadora (VALENTINI, 2009).

Ainda durante este período que antecede a chegada do século XX, a região que era ocupada predominantemente por indígenas das tribos Kaingang e Xokleng, ao longo do tempo vai experimentando o aparecimento do caboclo, mestiço ou brasileiro, descritos por Arlene Renk (2006). Estes novos agrupamentos humanos compõem um novo personagem com

características muito próprias da região. Como sua origem étnica passa pelo cruzamento do indígena com o luso-brasileiro, herdaram de ambos os hábitos e os costumes que passam a formar um novo rosário cultural na grande região do Planalto ao Oeste catarinense, denominada de Contestada.

No início do século XX, alguns fatos transformaram a lógica de desenvolvimento da região. Já em 1910, foi inaugurada a Ferrovia São Paulo - Rio Grande, que cortou verticalmente as terras contestadas, ligando o Sul com o Centro do País e quebrou o isolamento secular dos moradores da região. A conclusão da ferrovia, entre os Rios Iguazu, ao Norte, e Uruguai ao Sul, nas terras do Contestado, coube à *Brazil Railway Company*, do grupo de Farquhar. Largas concessões de terras foram expedidas em nome desta companhia, sendo que o programa Farquhar previa a exploração comercial da madeira e a posterior colocação dos colonos nas terras recém-desmatadas. Assim se justificaram os grandes investimentos que culminaram com a colonização da região e que garantiram grandes lucros às empresas do grupo.

Percival Farquhar instalou na região de Três Barras, próximo a Canoinhas no Norte do Estado, a maior madeireira da América do Sul, em plena floresta. Em seguida, foi inaugurada uma ligação ferroviária horizontal, unindo a grande madeireira ao Porto de São Francisco do Sul, Santa Catarina. Com a instalação da *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, os moradores da região assistiram ao desaparecimento das árvores milenares, de onde brotava o sustento da fauna e do homem do Contestado.

A expulsão dos caboclos das terras onde moravam tem início em 1911. Primeiramente foram despejados aqueles que habitavam próximos da ferrovia, cujas terras passaram a pertencer à *Brazil Railway Company*. Estes, caboclos, que há um século ocupavam os campos devolutos, de repente são vistos como intrusos. Seu sentimento é de profunda revolta com a situação, sendo o estopim para eclodir a guerra do Contestado.

Além de toda a estrutura montada pelo magnata norte americano, Percival Farquhar, na região do Contestado, outros elementos foram decisivos para que a Guerra acontecesse. Deve, ainda, ser destacada a presença da política coronelista representada pelos fazendeiros estabelecidos, que exerciam um poderoso mandonismo local e regional, com forte influência na política estadual. Também, é importante observar que no início do século XX, Paraná e Santa Catarina promoviam uma batalha jurídica pelas terras contestadas. Se este fato não contribuiu diretamente para que ocorresse a Guerra, no mínimo alimentou o argumento

daqueles que defendiam o conflito. Assim, em determinado momento, os interesses políticos dos dois estados somaram-se às causas do conflito.

Em 1912, os caboclos são reunidos na localidade de Irani, no meio Oeste catarinense, sob a liderança de José Maria, um monge benzedor e curandeiro que receitava ervas, dava conselhos e exercia práticas anteriormente realizadas pelo velho monge João Maria. Com José Maria principiou a aglutinação que deu origem à Guerra do Contestado em 23 de outubro de 1912 e que deixou um saldo de aproximadamente 20.000 brasileiros mortos ao seu término, em 1916.

A Guerra do Contestado foi o marco histórico que, no início do século XX, pôe fim ao modelo de economia de subsistência, até então vigente na região. Este modelo tinha no caboclo seu personagem principal. Após a Guerra estava aberto o caminho para que se implantasse a lógica da propriedade privada da terra. O projeto capitalista de Farquhar, de estabelecer a colonização das terras devolutas na região do Contestado, facilitou o processo de ocupação e de colonização, correspondendo aos interesses oficiais do governo brasileiro. A consolidação de tal projeto ocorreu a partir da venda de lotes para colonos, através das companhias colonizadoras que trouxeram do Rio Grande do Sul os descendentes de imigrantes que imprimiram um novo perfil socioeconômico e cultural para a região.

Os primeiros sinais do projeto capitalista, que começaram a aparecer no Oeste de Santa Catarina a partir da década de 1930, já estavam em marcha em algumas regiões brasileiras, principalmente em São Paulo, o que foi decorrente da metamorfose do capital agrário, originário do café, em capital industrial. Ainda, no plano interno, o processo de urbanização e o crescimento demográfico marcam as mudanças que estavam ocorrendo na sociedade brasileira. Durante a primeira metade do século XX, quando o mundo experimentou uma crise gigantesca no sistema capitalista e enfrentou duas grandes guerras, no Brasil as transformações também acontecem em quase todos os setores, originando um novo ciclo de desenvolvimento econômico no País.

Em Santa Catarina, o surgimento do capitalismo, diferentemente do que ocorreu no restante do Brasil, têm origem na atividade comercial, sendo três os setores mais importantes no processo de acumulação de capital: têxtil, madeireiro e alimentício. A indústria têxtil foi alavancada com a chegada dos imigrantes europeus que se estabeleceram no Vale do Itajaí, a partir de 1875. Estes imigrantes, vindos da Alemanha, trouxeram na bagagem vasta experiência no ramo da indústria têxtil. A atividade madeireira foi impulsionada pela *Lumber*, singular empresa industrial madeireira, que instalada na região do Contestado provocou

mudanças significativas na conjuntura socioeconômica, criando a “cultura da madeira” na região. Percebe-se que inúmeros colonos tornaram-se industriais da madeira e, atualmente, grande parte da região vive da economia madeireira.

Já o setor da indústria da alimentação só começa a ter destaque a partir de 1940, visto que a região Oeste catarinense foi a última a ser colonizada. Quando o excedente produzido com a atividade agrícola, na pequena propriedade familiar, passa a ser mercantilizado é que inicia o processo de acumulação do capital necessário ao desenvolvimento industrial. O complexo agrocomercial, que se constituiu na região, originário de produtos derivados de suínos e aves, deu suporte para o surgimento de poderosas agroindústrias como Sadia, Perdigão, Seara, Chapecó e outras que alavancaram o modelo de desenvolvimento econômico do Oeste catarinense.

A colonização italiana, tanto no Rio Grande do Sul como em Santa Catarina, ocupou áreas muito parecidas, ou seja, do ponto de vista geográfico, regiões recortadas, cobertas de matas e subidas de serras, locais que não interessavam ao grupo dominante de pecuaristas que buscava campos abertos, propícios à criação de gado. Estes fatores foram determinantes para que os lotes das colônias tivessem, em média, 30 hectares de terra, estabelecendo-se desta forma uma colonização em pequenas propriedades. O tamanho da propriedade, se não o único, com certeza foi um dos principais motivos para que, na segunda geração, os filhos de imigrantes fossem em busca de novas terras. A pouca extensão da colônia limitou a sobrevivência de mais de uma família no mesmo local. Portanto, o capitalismo concentrador e excludente, que expulsou o imigrante da Europa, é o responsável pela saída do Rio Grande do Sul dos descendentes de imigrantes e que continua a expulsar da terra os filhos destes migrantes.

Os colonos migrantes vieram para a região do Alto Uruguai catarinense para colonizar as terras devolutas adquiridas pelas companhias colonizadoras. Os primeiros colonos que aqui chegaram, a partir da segunda década do século XX, possuíam o mesmo sonho de seus pais, quando vieram da Europa para o Brasil, ou seja, serem proprietários de suas próprias terras. Esta concepção do migrante confronta com a visão do caboclo quanto ao significado da terra. Enquanto para o primeiro a terra era vista como propriedade, fonte de riquezas e ao mesmo tempo capital, para o caboclo era um espaço coletivo, no qual habitava, explorava as riquezas naturais e produzia os mínimos vitais necessários para a sobrevivência.

Por isso, não foi tranquila a colonização das novas colônias do Oeste catarinense, pois prevaleceu, de acordo com Lei de terras de 1850, que a posse das mesmas ocorresse somente

pela compra. Isto colocou em confronto a realidade de ocupação que existia na região, em que o caboclo ocupava as terras sem possuir o título de proprietário. O novo aparato jurídico não reconheceu o direito de ocupação e se impôs a expulsão do caboclo das terras em que habitava. Isto provocou conflito entre o caboclo e o migrante que via neste o intruso, aquele que chegava para lhe tirar o sossego e lhe roubar a terra. O colono migrante via no caboclo um sujeito preguiçoso que não tinha no trabalho o valor mais importante para dignificar o sentido da vida, principalmente quando relacionado à propriedade da terra. Este conflito foi profundamente alimentado pela nova estrutura, que passou a determinar a posse da terra às próprias companhias colonizadoras. Estas estabeleceram um aparato policial, com a conivência do poder público, para expulsar o caboclo das terras e vendê-las ao colono descendente de imigrante.

Dessa forma, o mesmo fenômeno de exclusão que se deu no encontro do indígena com o branco, se repetiu com o caboclo e o colono migrante no processo de colonização. Mais uma vez prevaleceu a violência para a conquista e a dominação do espaço e do outro, não havendo o diálogo das diferentes culturas, mas a imposição do “civilizado” sobre o “atrasado”. Assim, as companhias colonizadoras estabeleceram a lógica do capitalismo baseado na propriedade privada e implantaram, definitivamente, o novo modelo de desenvolvimento.

Este novo modelo, que se desenvolveu a partir do projeto de colonização promovido pelas companhias colonizadoras, teve na pequena propriedade e no trabalho familiar suas principais bases de sustentação. Com o cultivo de milho, feijão e trigo, consorciados principalmente com a criação de suínos e aves, os colonos passaram a produzir para além das necessidades de subsistência, incentivados pelas companhias colonizadoras. A pressão sobre o colono para realizar o pagamento do lote colonial, o leva a produzir cada vez mais excedentes com o objetivo de comercializar. Desse comércio, dependiam os colonos para abater a dívida junto à companhia colonizadora.

Essa necessidade origina um pequeno comércio varejista e atacadista que mantinha ligações comerciais com as antigas colônias do Rio Grande do Sul. Assim, através de atividades comerciais foi se definindo o novo modelo socioeconômico da região, pois a venda da produção excedente possibilitou a acumulação de pequenos capitais que impulsionaram a formação de moinhos e frigoríficos. Neste processo de produzir e acumular, na lógica capitalista de produção, a concentração do capital transformou os moinhos e frigoríficos em grandes conglomerados agroindustriais. Outro elemento importante, que alavancou o

desenvolvimento econômico foi a madeira que, através do trabalho do balseiro, possibilitou o surgimento de muitos pequenos engenhos de serrar.

Nos primeiros anos de implantação do modelo de produção na pequena propriedade familiar, embora já houvessem surgido inúmeros moinhos e até o frigorífico Concórdia, inaugurado em 1944, que começava a processar a produção de embutidos industrializados, o colono ainda produzia de forma autônoma e tinha liberdade para comercializar sua produção. Neste período, o colono não estava vinculado a uma única empresa, buscava a melhor oferta de preço para o produto. Além disso, tinha independência para administrar sua produção, isto é, as empresas para as quais vendia a matéria-prima não interferiam na forma de produção, como determinar os tipos de insumos e manejo na criação dos animais. Com o surgimento dos grandes frigoríficos esta liberdade foi diminuindo e o colono, para garantir a venda de seus produtos, precisou optar entre as empresas, subordinando-se a uma através do contrato de integração. Estabelece-se, assim, uma relação de fidelidade entre o produtor da matéria-prima e a empresa.

Neste processo de mudança, da produção e comercialização independente para o sistema de integração, foi decisivo o papel do migrante Attilio Fontana, mentor do projeto que deu origem à indústria Sadia. Ao chegar a Campos Novos, Santa Catarina, em 1921, iniciou sua primeira atividade de comerciante, como enfardador de alfafa e paralelamente negociava suínos. Um ano após transferiu-se para Bom Retiro do Cruzeiro (Joaçaba), onde adquiriu um pequeno hotel, administrado pela família, e que rapidamente se transformou em casa de comércio. Por mais de uma década ampliou seus negócios na região, até chegar a adquirir o Moinho Concórdia no ano de 1943.

Com visão de empreendedor, percebeu que precisava direcionar suas atividades no sentido de capitalizar a produção que se desenvolvia nas pequenas propriedades da região. Seu projeto ultrapassava as fronteiras da atividade comercial para um processo de industrialização da produção da colônia, principalmente suínos e trigo. Desta forma, a partir do processo de desenvolvimento da economia colonial, direcionou seus negócios no sentido de construir, na lógica do sistema capitalista, a indústria Sadia, transformando-a no maior complexo agroindustrial do país.

Além da capacidade empresarial, quando chegou à Concórdia, Attilio Fontana já exercia forte liderança na região, por isso suas atividades não se resumiram apenas ao mundo dos negócios. Logo assumiu papel importante do ponto de vista político: elegeu-se Vereador, Prefeito, Deputado Federal e Senador; atuou como Secretário Estadual da Agricultura e

encerrou sua carreira como Vice-governador do estado de Santa Catarina, nomeado pelo presidente General Emílio Garrastazu Médici. Esta trajetória política possibilitou a Attilio Fontana articular seus negócios, na Empresa Sadia, com os interesses públicos, indispensável para o rápido sucesso que alcançou em todos os seus empreendimentos. A representação política propiciou a ele um espaço de discussão, participação e influência nas decisões de natureza econômica e política quando interessavam aos seus negócios. Através dos cargos públicos que ocupou buscava melhorias para o município em infra-estrutura, saúde, educação, transporte e outras que diretamente atendiam às necessidades da sua empresa.

A década de 1950 foi marcada pelo extraordinário crescimento da suinocultura e também o início do modelo de integração na avicultura. Nesse período, se verifica uma bem sucedida articulação entre o poder público municipal de Concórdia e a Empresa Sadia. Foram criados no município, por exemplo, diversos órgãos públicos diretamente vinculados aos interesses do modelo agroindustrial. Também, durante este período, foram construídos e ampliados serviços de infra-estrutura que fortaleceram a relação entre o município e a empresa Sadia, beneficiando a ambos, mas a partir de recursos provenientes dos cofres públicos. Para isto ocorrer, as empresas agroindustriais da região colocaram nos postos estratégicos do governo seus representantes. Esta estratégia contribuiu, sobremaneira, para consolidar de vez o modelo de desenvolvimento do município, pois a base da produção industrial de Concórdia é proveniente da indústria frigorífica.

Como já afirmamos anteriormente, o excedente produzido na pequena propriedade familiar foi de fundamental importância para a atividade comercial desenvolvida por Attilio Fontana. O capital acumulado proveniente do comércio foi investido, inicialmente, em negócios ligados à indústria, como a aquisição do moinho Concórdia que posteriormente foi transformado em frigorífico. Estas atividades originaram o modelo agroindustrial; entretanto, o sistema de integração avícola, introduzido por Attilio Fontana, constituiu-se no fato mais importante para a consolidação da agroindústria Sadia, juntamente com a atividade da suinocultura.

Em 1950, ocorre a primeira experiência do sistema de integração de aves, que rapidamente é implantado em várias propriedades coloniais da região de abrangência da empresa Sadia. O passo definitivo para o processo de integração ocorreu no ano de 1958 quando Ivo Reich, responsável pela implantação do modelo na indústria Sadia, com apoio do Ministério da Agricultura, buscou nos Estados Unidos a experiência do moderno sistema de integração americano.

O sistema de integração, que tem origem na relação de parceria, originária da suinocultura, que após se transforma em uma relação integrada, também é implantado na avicultura. Esse sistema possibilitou uma nova relação entre capital e trabalho no modelo capitalista, em que esta relação é convencionalmente firmada entre patrão e empregados. No sistema de integração, o contrato é firmado entre o colono e a empresa, ficando o primeiro submetido a uma relação de subordinação e o segundo sempre definindo e buscando mecanismos para aumentar a produção-lucro. Assim, nesse sistema, a empresa encontrou uma forma única de explorar toda a família do colono, sem a preocupação com vínculos trabalhistas, ficando estes trabalhadores totalmente desamparados do ponto de vista dos direitos sociais.

Se por um lado constatamos que o projeto agroindustrial para se consolidar encontrou na estrutura do Estado a parceria ideal para atingir tal fim, o outro elemento definitivo para alavancar seu desenvolvimento foi o sistema de integração. A integração possibilitou uma nova relação de trabalho entre a empresa e o colono, em que a primeira estabelece, através do contrato de integração, uma relação profundamente fetichizada, podendo aprofundar a exploração de mais valia sem que o colono integrado conseguisse constatar tal exploração.

Portanto, o sistema de integração, que é firmado através do contrato, estabelece ao colono integrado uma situação de desigualdade. O integrado vislumbra a possibilidade de garantia de comercializar sua produção e não questiona o contrato. A empresa integradora, ciente desta relação desigual, estabeleceu cláusulas que colocaram o integrado em uma posição de subordinação, impondo um monopólio absoluto a tudo o que diz respeito à produção, tanto na suinocultura, como na avicultura.

A implantação do sistema de integração, juntamente com a consolidação do modelo agroindustrial, definiu o desenvolvimento econômico de Concórdia, alicerçado, fundamentalmente, na produção de alimentos na pequena propriedade familiar. O crescimento da produção no município ocorreu no contexto das mudanças que se processavam no mundo, principalmente no setor agropecuário. Assim, a denominada revolução verde contribuiu para incrementar e incentivar toda a rede envolvida nas atividades do setor agrícola. Para isso, foram criadas inúmeras associações e órgãos para impulsionar a produção nos municípios de Santa Catarina.

As novas técnicas de produção e melhoramento genético, com surgimento de novas raças, principalmente na suinocultura, além do incremento de insumos na agricultura, contribuíram para o aumento da produção na colônia. Essas condições possibilitaram o

surgimento de frigoríficos em todo o Oeste catarinense, que impulsionaram, definitivamente, o desenvolvimento socioeconômico da região. Com a ampliação dos frigoríficos, que logo se transformaram em conglomerados agroindustriais, também ocorreu a monopolização da produção colonial por estas empresas, não mais de contexto regional, mas como parte de uma rede denominada capitalismo agroindustrial, agora de expressão nacional.

As contradições inerentes à sociedade capitalista estiveram presentes no processo de formação do novo modelo. Primeiramente, os excluídos foram os indígenas e seus descendentes, assim como o caboclo. Posteriormente, parcela dos próprios migrantes e seus descendentes, que não conseguiram acompanhar o processo de produção de excedentes, também foram excluídos. Como a urbanização é um marco do capitalismo moderno, o processo de exclusão também ocorreu nos novos centros urbanos onde se estabeleceram as agroindústrias. O deslocamento da população do campo para as cidades desencadeia a formação de bolsões de pobreza, formados basicamente por ex-colonos que não conseguiram acompanhar o processo de modernização imposto pelo modelo agroindustrial para o aumento da produção, como ocorreu em Concórdia e outros municípios da região. Muitos dos colonos que deixaram suas terras converteram-se em mão de obra operária na própria agroindústria.

Contudo, existiu outro grupo de colonos que não se rendeu ao modelo imposto pelas agroindústrias e encontrou outras formas de se manter no campo, organizando alternativas individuais ou coletivas de produção. Esse grupo resistiu aos padrões do modelo agroindustrial, elevando seu nível de consciência política. Criaram cooperativas e na produção alternativa buscaram as estratégias para manter a propriedade através de uma produção colonial diversificada.

Ao chegar ao final desta conclusão, podemos afirmar que o desenvolvimento econômico de Concórdia não sofreu nenhuma ruptura, desde o processo de colonização, que ocorreu com a chegada do descendente de imigrante no início do século XX até a consolidação do modelo agroindustrial nos anos de 1950. A afirmação possui como base as relações que se estabeleceram durante esse processo, ou seja, na primeira fase eram as companhias colonizadoras que planejavam o desenvolvimento a partir da produção do colono. Na segunda fase, as empresas agroindustriais sucederam as colonizadoras e impuseram um novo processo de exploração, também tendo por base o trabalho do colono. Nesta fase, o contrato de integração foi o diferencial para estabelecer os novos princípios da relação entre o capital agroindustrial e o trabalho na pequena propriedade familiar. Portanto, o desenvolvimento socioeconômico de Concórdia, no período de 1920 a 1960, decorre da colonização na pequena propriedade familiar pelo descendente de imigrante e constituiu a base do modelo agroindustrial que originou a indústria Sadia.

REFERÊNCIAS

ALBA, Rosa Salete. **Espaço urbano: os agentes da produção em Chapecó**. Chapecó: Argos, 2002.

ALMEIDA, Rufino Porfírio. **Um aspecto da economia de Santa Catarina: a indústria ervateira – o estudo da Companhia Industrial**. Florianópolis: UFSC/CCH, 1979. (Dissertação de mestrado)

ALVIM, Zuleika Maria Forcione. O Brasil Italiano (1880-1920). *In.*: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. 2. ed. São Paulo: Editora da USP, 2000.

AMADOR, Milton Cleber Pereira. **Ideologia e Legislação Educacional no Brasil (1946-1996)**. Concórdia: Universidade do Contestado – UnC, 2002.

_____. História de Concórdia: Migração italiana e desenvolvimento socioeconômico a partir da pequena propriedade. *In.*: ZOTTI, Solange Aparecida (Org.). **História faz História: contribuições ao estudo da História Regional**. Concórdia: Universidade do Contestado; HISED, 2006. p. 175-189.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: a organização da Irmandade Cabocla**. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

_____. **A Guerra Sertaneja do Contestado: organização da Irmandade Cabocla**. Florianópolis: Cortez, 1995.

AZEVEDO, Thales de. **Italianos e gaúchos; os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975.

BECKER, Ítala Irene Basile. **O Índio Kaingáng no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1995.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. *In.*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.) **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

BELATO, Dinarte. **Os Camponeses integrados**. Campinas: Unicamp, 1985. (Dissertação de Mestrado).

BIESDORF, Marta. **A História de Ipumirim (1963 a 1993)**. Concórdia: Universidade do Contestado, 2008. (Monografia do curso de História).

BILIBIO, Maria Helena *et. al.* História dos principais aspectos econômicos do município de Concórdia (1934 a 1964). *In.*: ZOTTI, Solange Aparecida (Org.). **História faz História: contribuições ao estudo da História Regional**. Concórdia: Universidade do Contestado; HISED, 2006. p. 191-210.

BISON, Cleci; COLUSSI, Lidiane. **Sistema integração e suas implicações sociais para o homem do campo no município de Concórdia** – o caso da avicultura. Concórdia: Universidade do Contestado, 2006. (Monografia do curso de História).

BONI, Luiz Alberto de. **Pioneiros às margens do Uruguai**. Porto Alegre: Escola de Teologia São Lourenço de Brindes, 1975.

BONI, Luis A. de; COSTA, Rovílio. **Os Italianos no Rio Grande do Sul**. 3. ed. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Universidade de Caxias; Correio Brasiliense, 1984.

BRUM, Argemiro J. **Modernização da Agricultura; trigo e soja**. Ijuí: FIDENE – UNIJUÍ, 1985.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: História e imagem**. Bauru: EDUSC, 1992.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **João Maria: interpretação da Campanha do Contestado**. São Paulo: Nacional, 1960.

CAMPOS, Índio. **Os Colonos do Rio Uruguai: relações entre pequena produção e agroindústria no Oeste catarinense**. Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1987. (Dissertação de Mestrado).

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Perez. **Os Métodos da História**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

CEAG – SC. **Análise do Sistema de Integração Agroindustrial em suínos e aves em Santa Catarina**. Florianópolis: CEAG – SC, 1978.

CESCO, Suzana. **Migração e desmatamento no alto Uruguai Catarinense: uma releitura da relação homem x floresta no início do século XX**. Florianópolis: UFSC, 2005. (Monografia do Curso de História).

COMASSETTO, Carlos Fernando *et. al.* História de Concórdia do período anterior a sua emancipação. *In.*: ZOTTI, Solange Aparecida (Org.). **História faz História: contribuições ao estudo da História Regional**. Concórdia: Universidade do Contestado; HISED, 2006. p. 149-174.

_____. **Os colono só trabalha [...]** A colônia Rio Uruguay: aspectos da atuação das companhias colonizadoras entre 1920-50. Passo Fundo: UPF, 2008. (Dissertação de Mestrado).

_____. A Colônia Rio Uruguay e as Companhias Colonizadoras (1920-5-). *In.*: TEDESCO, João Carlos; HEINSFELD, Adelar (Org.). **Colonos, Colônias & Colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil**. Erechim: Habilis, 2009. p. 89-104.

COMASSETTO, Leandro Ramires. **A Voz da Aldeia: o rádio local e o comportamento da informação na nova ordem global**. Florianópolis: Insular, 2007.

CORTEZE, Dilse Piccin. **Ulisses va in america: história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)**. Passo Fundo: UPF, 2002.

CUNHA, Idaulo José. **O salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil.** Florianópolis: Paralelo 27, 1992.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do Oeste catarinense. *In.*: **CEOM: 20 anos de Memórias e histórias no Oeste de Santa Catarina, Chapecó**, Ed. Argos, ano 19, n. 23, 2006. p. 265-343.

_____. Para uma história dos índios do oeste catarinense. *In.*: **Para uma história do Oeste catarinense: 10 anos de CEOM.** Chapecó: UNOESC, 1995.

DREHER, Martin Norberto. **A igreja latino-americana no contexto mundial.** São Leopoldo: Sinodal, 1999.

ESPÍNDOLA, Carlos J. **As Agroindústrias no Brasil: o caso Sadia.** Chapecó: Grifos, 1999.

FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América.** 2. ed. São Paulo: USP, 2000.

FERREIRA, Antenor Geraldo Zanetti. **Concórdia: o rastro de sua história.** Concórdia: Fundação Municipal de Cultura, 1992.

_____. **A câmara municipal na evolução de Concórdia.** Concórdia: EDEME, 1994.

FONTANA, Attilio. **História da Minha Vida.** Petrópolis: Vozes, 1980.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata.** São Paulo: Ática, 1976.

FRANZINA, Emílio. **A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

FREITAG, Bárbara. **Escola, estado & sociedade.** São Paulo: Moraes, 1980.

FURTADO, Celso (Coord.). **Brasil: tempos modernos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GASKELL, Ivan. História das Imagens. *In.*: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História: novas perspectivas.** São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

GIRON Loraine S. O imigrante italiano: agente de modernização. *In.*: Instituto Superior Brasileiro-Italiano de estudos e Pesquisas. **Imigração Italiana: estudos.** Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Editora da Universidade Caxias do Sul, 1979.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina.** Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

HOBBSAWM, Eric J. **A era do Capital - 1848-1875.** 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

IANNI, Octavio. **O Colapso do populismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

LACONTE, Wanderley. **O messianismo no Contestado.** São Paulo: FTD, 1991.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo, no Brasil.** São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LOPES, Anemari Roesler Luersen Viera; TREVISOL, Joviles Vitório; TREVISOL, Maria Teresa Ceron. **A educação escolar no oeste catarinense no início do século XX frente à nacionalização do ensino.** In.: VII Congresso Iberoamericano de História de La Educación Latinoamericana, 7. 2005, Equador-Quito: Universidad Andina Simon Bolívar, 2005. CD-ROM.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In.: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Usos e abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: FGV, 1998.

LUCHESE, Terciane Angela. **O processo escolar entre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul – Brasil, 1875 a 1930.** In.: VII Congresso Iberoamericano de História de La Educación Latinoamericana, 7. 2005, Equador-Quito: Universidad Andina Simon Bolívar, 2005. CD-ROM.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916).** Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

_____. **Política de colonização do Império.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

MAESTRI, Mário. **Os Senhores da Serra: a colonização italiana no Rio Grande do Sul.** 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2005.

_____. **História e literatura: O quadrilho.** Belo Horizonte: Práxis, 1996.

MANFROI, Olívio. **A Colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais.** 2. ed. Porto Alegre: Est, 2001.

_____. **Imigração italiana: estudos.** Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Editora da Universidade Caxias do Sul, 1979.

MARCHESAN, Jairo. **A questão ambiental na produção agrícola: um estudo sócio-histórico-cultural no município de Concórdia (SC).** Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

MARTINS, Celso. **O mato do tigre e o campo do gato.** José Fabrício da Neves e o Combate do Irani. Florianópolis: Insular, 2007

MARX, Karl. **O Capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. Livro III, v. VI.

_____. **O Capital: crítica da economia política.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1975. Livro I, v. I e II.

_____. **O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte (1852).** Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br>. Acesso em: 15 mar. 2004.

_____. Prefácio à “Contribuição à crítica da Economia Política” (1859). In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas.** Rio de Janeiro: Vitória, 1961. v.I. p. 300-303.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**: crítica da filosofia alemã mais recente (1846). 3.ed. Portugal: Editorial Presença; Brasil: Livraria Martins Fontes, s.d. v.1.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. URSS: Edições Progresso, 1987.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). **(RE) introduzindo a História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

MONTEIRO, Douglas Teixeira. **Os errantes do novo século**. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

KLEIN, Herbert S. Migração Internacional na História das Américas. *In.*: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. 2 ed. São Paulo: Editora da USP, 2000. p. 13-31.

KOHL, Doris Ana ; KOHL, Rosana Cristina. Santa Catarina: da ocupação tardia à industrialização “precoce”. *In.*: ZOTTI, Solange Aparecida (Org.). **História faz História**: contribuições ao estudo da História Regional. Concórdia: Universidade do Contestado; HISED, 2006. p. 21-41.

KOTHE, Luiz Fernando. Ipumirim: os três processos de colonização. *In.*: ZOTTI, Solange Aparecida (Org.). **História faz História**: contribuições ao estudo da História Regional. Concórdia: Universidade do Contestado; HISED, 2006. p. 191-210.

PAULINO, Maria Ignez Silveira. **Terra à vista... e ao longe**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. **Réforme et Révolution dans les Sociétés Traditionnelles, Histoire et Ethnologie des Mouvements Messianiques**. Paris: Éditions Anthropos, 1969.

PEREIRA, Eloy Lacava. **O Brasil do imigrante**. Caxias do Sul: Ed. do Autor, 1974.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. *In.*: **CEOM**: 20 anos de Memórias e histórias no Oeste de Santa Catarina, Chapecó, Ed. Argos, ano 19, n. 23, 2006. p. 149-187.

_____. Caboclo: pioneirismo e marginalização. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, ano 5, n. 7, abr. 1991. p.71-110.

PRADO Jr., Caio. **História econômica do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970

_____. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PRINS, Gwyn. História oral. *In.*: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social**: a Guerra Sertaneja do Contestado, 1912-1916. São Paulo: Ática, 1981.

RADIN, José Carlos. **Italianos e ítalo-Brasileiros na Colonização do Oeste Catarinense**. 2. ed. Joaçaba: Edições UNOESC, 2001.

_____. Os italianos nas terras novas do Oeste catarinense. *In:* HEINSFELD, Adelar (Org.). **A região em perspectiva:** diferentes faces da história catarinense. Joaçaba: Edições UNOESC, 2001.

RADIN, José Carlos; BENEDET, José Higino; MILANI, Maria Luiza. **Facetas da colonização italiana:** Planalto e Oeste catarinense. Joaçaba: UNOESC, 2003

RAMPINELLI, W. J.; OURIQUES, N. D. (Orgs.). **Os 500 anos:** a conquista interminável. Petrópolis: Vozes, 1999.

RENK, Arlene. **Sociodicéia às avessas.** Chapecó: Grifos, 2000.

_____. **A luta da erva:** um ofício étnico no Oeste Catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.

_____. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. *In.:* **CEOM:** 20 anos de Memórias e histórias no Oeste de Santa Catarina, Chapecó, Ed. Argos, ano 19, n. 23, 2006. p. 37-71.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Nova História de Santa Catarina.** Florianópolis: Ed. do Autor, 1974.

_____. **Índios e brancos no sul do Brasil:** a dramática experiência dos Xokleng. Porto Alegre: Movimento; Brasília: Minc/Pró-Memória/INL, 1987.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e colonização.** Brasília: Editora da UNB, 1990.

SIVIERO, Ivone Bigolin. **Reatando o elo com a Itália.** Chapecó: Argos, 2004.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SORJ, Bernardo; POMPERMAYER, Malori J.; CORADINI, Odacir L. **Camponeses e Agroindústria:** transformação social e representação política na avicultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

TEDESCO, João Carlos (org). **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

TEIXEIRA, Francisco. **Sadia 50 anos:** construindo uma história. São Paulo: Prêmio, 1994.

TESTA, V.; NADAL, R.; MIOR, L.; BALDISSERA, I.; CORTINA, N. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense** (Proposta para Discussão). Florianópolis: Epagri, 1996.

TREVISAN, Leonardo. **A República Velha.** São Paulo: Global, 1982.

VALENTINI, Delmir José. **Da cidade santa à corte celeste:** memórias de sertanejos e a guerra do contestado. Caçador: Universidade do Contestado - UnC, 1998.

_____. O tropeirismo de suínos na região do Contestado e sua influencia no incipiente processo agroindustrial. *In.:* ZOTTI, Solange Aparecida (Org.). **História faz História:** contribuições ao estudo da História Regional. Concórdia: Universidade do Contestado; HISED, 2006. p. 43-52.

_____. **Atividades da Brazil Railway Company no sul do Brasil:** a instalação da Lumber e a guerra na região do contestado: 1906-1916. Porto Alegre: PUC, 2009. (Tese de doutorado).

VEIGA, Juracilda. Revisão bibliográfica crítica sobre organização social Kaingang. *In.:* **CEOM: 20 anos de Memórias e histórias no Oeste de Santa Catarina, Chapecó**, Ed. Argos, ano 19, n. 23, 2006. p. 189-256.

WERLANG, Alceu A. Processo de colonização no Oeste de Santa Catarina. **Cadernos do CEOM** - Centro de Organização da Memória do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, 1994. p. 9-46.

WERLANG, Alceu A. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense:** atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Chapecó: Argos, 2006.

WOLOSZYN, Noeli. Os Balseiro do rio Uruguai . *In.:* ZOTTI, Solange Aparecida (Org.). **História faz História:** contribuições ao estudo da História Regional. Concórdia: Universidade do Contestado; HISED, 2006. p. 52-73.

ZOTTI, Solange Aparecida (Org.). **História faz História:** contribuições ao estudo da História Regional. Concórdia: Universidade do Contestado; HISED, 2006.

ARQUIVOS

Arquivo da Indústria Sadia

Arquivo Histórico do Município de Concórdia

Arquivo particular de Dorvalino Roman (fotos).

Arquivo particular de Gentil Lino (coleção da Revista Integração, publicada pela Sadia a partir de 1978).

IBGE – Concórdia

Museu Municipal Hermano Zanoni de Concórdia

DOCUMENTOS

A HISTÓRIA da SADIA. **Integração**, São Paulo, Edição Comemorativa de 45 Anos, n. 101, p. 10-11, jun. 1989. Arquivo particular de Gentil Lino.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Municípios. Of. 266/60 encaminhado ao Prefeito Municipal Fioravante Massolini. 1960. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1960.

BANCO do Brasil S. A. Dados Oficiais, 1956. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1956.

BOLETIM Avícola. 1. ed. Concórdia: Sadia Concórdia S.A. Indústria e Comércio, Outubro/1976. Arquivo da Indústria Sadia.

BRASIL. Decreto-lei n. 7.449 de 9 de abril de 1945. Dispõe sobre a organização da vida rural. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1945.

CALENDÁRIO comemorativo aos 40 anos da Indústria Sadia. Arquivo particular de Gentil Lino.

CERTIDÃO. Concórdia: Agência Municipal de Estatística, 1956. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1956.

CONCÓRDIA. OF./027/60, 05 fev. 1959. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1959.

CONTRATO para Produção Avícola Integrada - Frangos, s.d. Arquivo da Indústria Sadia.

CORRESPONDÊNCIA de Segundo Dalla Costa, Prefeito Municipal de Concórdia, a Plácido Olímpio de Oliveira, Secretário do Interior e Justiça de SC, 1935. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1935.

CORRESPONDÊNCIA de Segundo Dalla Costa, Prefeito Municipal de Concórdia, a Affonso Maria Cardozo da Veiga, Inspetor Agrícola de Santa Catarina, 26 ago. 1955. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1955.

CORRESPONDÊNCIA n. 182/S, de Attilio Fontana, prefeito municipal, a Waldemar Franzmann, Intendente Distrital de Arabutã, 06 dez. 1951. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1951.

CORRESPONDÊNCIA n. 189/S de Attilio Fontana, prefeito municipal, a José Mascarello, colono, 24 dez. 1951. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1951.

CORRESPONDÊNCIA n. 44/Cm, do Prefeito Municipal de Concórdia ao Vereador Napoleão Dequech, presidente da Câmara de Vereadores. Concórdia, 14 de julho de 1956. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1956.

DADOS sobre Concórdia, cognominada “Capital do Trabalho”, 02 out. 1956. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1956.

ESTATUTO da Associação Rural do Estado de Santa Catarina, 1945. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1945.

EXPOSIÇÃO de motivos para a celebração de um acordo entre o Ministério da Agricultura e o município de Concórdia do estado de Santa Catarina para a execução de serviços públicos relativos ao fomento agropecuário. Concórdia: Prefeitura Municipal, 1951. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1951.

GABINETE do Prefeito. Fioravante Massolini. 22 set. 1956. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1956.

IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1959.

_____. **Dados Estatísticos, Econômicos Demográficos de Concórdia.** Concórdia, SC, 1950.

_____. **Anuário Estatístico do Brasil** – dados agrícolas de SC. Concórdia, SC, 1940

INFORMATIVO da 2ª Exposição Estadual do Trigo e 1ª Municipal de Suínos à realizar-se em Concórdia – Capital do Trabalho de 6 a 8 de dezembro de 1953. 18 nov. 1953. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1953.

INFORMATIVO da Segunda Exposição estadual do Trigo e Primeira Municipal de Suínos. Publicado pela Comissão de Propaganda na Rádio de Concórdia em 22/09/1953. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1953.

INFORMATIVO sobre a População Urbana e Rural de Concórdia em 1957. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1957.

INTEGRAÇÃO – Edição comemorativa de 45 anos, 1989. Arquivo particular de Gentil Lino.

INTEGRAÇÃO – **Edição Comemorativa de 45 Anos**, São Paulo, Fundação Attilio Francisco Xavier Fontana, n. 101, jun. 1989. Arquivo particular de Gentil Lino.

INTEGRAÇÃO na Suinocultura. Suinocultura Industrial, ano 5, n. 47, set. 1982. Arquivo particular de Gentil Lino.

JUSTIFICAÇÃO a IIa. Exposição Municipal de Suínos. 1956. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1956.

MESBLA Sociedade Anônima. Correspondência encaminhada ao Prefeito Municipal de Concórdia. Rio de Janeiro: abr. 1948. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1948.

MUNICÍPIO de Concórdia. 1940 (documento informativo sobre os principais estabelecimentos industriais de Concórdia em 1940). Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1940.

NOTICIÁRIO. Florianópolis: Federação das Associações Rurais de Santa Catarina, 15 abr. 1948. n.1. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1948.

NOTICIÁRIO. Florianópolis: Federação das Associações Rurais de Santa Catarina, 20 abr. 1948, n. 2. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1948.

“O VALE do Rio do Peixe – Retrospecto comparativo do progresso Agrícola e Industrial”, 1943. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1943.

PIRES, João Estivallet. **Responde Circular nº 19 de 14/7/1941.** Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1941.

RELATÓRIO dos serviços executados no município de Concórdia SC, consoante acordo celebrado entre o Ministério da Agricultura e o referido município. Março de 1954. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1954.

REVISTA Integração, São Paulo, n.1, ago. 1978. Arquivo da Indústria Sadia.

REVISTA Integração, n. 32, 1982, p. 20. Arquivo da Indústria Sadia.

REVISTA Integração, n. 34, 1983. Arquivo particular de Gentil Lino.

REVISTA Integração, n. 36, 1983, p. 28. Arquivo particular de Gentil Lino.

REVISTA Integração, n. 103, ago. 1989. Arquivo particular de Gentil Lino.

SECRETARIA de Viação, Obras Públicas e Agricultura – Estado de Santa Catarina. Correspondência encaminhada ao Prefeito Municipal Fioravante Massolini, Florianópolis, 17 de junho de 1950. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1950.

SOCIEDADE Territorial Mosele, Arrons, Eberle & Cia. **Seção de Luz e Força Concórdia. Declaração de Uzina Termo-Eletrica**, 1940. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1940.

SUÍNOS com cem quilos aos sete meses de idade. **O Tempo**, Concórdia, Ano v, ed. 66, 30 maio 1952. Capa. Museu Municipal Hermano Zanoni de Concórdia.

ENTREVISTAS

Entrevistas realizadas por Milton Amador com ex-integrados da Sadia:

Dorvalino Roman – Concórdia, SC, 2009.

Diomedes Tagliari – Concórdia, SC, 2009.

Entrevistas realizadas com integrados da Sadia pelas historiadoras Cleci Bison e Lidiane Colussi:

Entrevista 1 – Concórdia, SC, 2005.

Entrevista 2 – Concórdia, SC, 2005.

Entrevista 4 – Concórdia, SC, 2005.

Entrevista 6 – Concórdia, SC, 2005.

Entrevista 7 – Concórdia, SC, 2005.

Entrevista 9 – Concórdia, SC, 2005.

Entrevista 11 – Concórdia, SC, 2005.

Entrevistas realizadas com ex-integrados da Sadia pelas historiadoras Cleci Bison e Lidiane Colussi:

Entrevista 2 – Concórdia, SC, 2005.

Entrevista 4 – Concórdia, SC, 2005.

Entrevistas realizadas pelo historiador Antenor Geraldo Ferreira, depositadas no Museu Municipal Hermano Zanoni:

Caetano Chiuchetta – Concórdia, SC, 1990.

Victor Kurudz – Curitiba, PR, 1990.

Entrevista realizada por Amber Capriles Port e Nelson Port Júnior, depositada no Museu Municipal Hermano Zanoni:

Ivo Frederico Reich – São Paulo, SP, 1992.

ANEXOS

ANEXO A
ENTREVISTAS COM EX-INTEGRADOS

Entrevistas realizadas por Milton Amador com ex-integrados da Sadia:

Dorvalino Roman – Concórdia, SC, 2009.

Diomedes Tagliari – Concórdia, SC, 2009.

Entrevista 1 – realizada com Dorvalino Roman (14/11/2009)

Legenda:

D – Dorvalino (entrevistado)
MA – Miltom Amador (pesquisador)
MB – Marta Biesdorf (auxiliar)

MA – Como é que é seu nome mesmo...?

D – É Dorvalino...

Roman

MA – Completo?

D – Dorvalino Roman. Com N no fim.

MA – aha... o senhor, a sua família foi uma das primeiras aqui no... na região não é seu...

D – Não, o meu pai veio do Rio Grande do Sul no ano de 37, de 1937.

MA – ...é 1937, o município foi criado em 34.

D – Já tinha gente que veio em 30, 35...

MA – sim, sim. Os primeiros vieram em 20 né. Aqui o Chuqueta veio era um dos primeiros né, o Caetano Chuqueta ali né...? acho que veio em 22 o Caetano Chuqueta?.

D – é. Mas os Esqueavini... mais otros aí vieram no ano 18, 1918.

MA – ah... 18? Tu vê? Mas então seu Dorvalino, a gente gostaria de conversar um pouco com o senhor nesse sentido né, de... é conhecer um pouco aí da sua atividade... né de... na lida agropecuária né? O senhor começou cedo!

D – eu nasci aqui e me... continuei.

MA – qual foi a sua ... qual era a comunidade que o senhor...

D – é Canhada Funda.

MA – Canhada Funda?

D – é.

MA – O senhor nasceu... aqui na... em Concórdia e moro sempre lá?

D – é.

MA – Seus pais mor... foram pra lá?

D – não eu... quando o meu pai., o meu pai veio do Rio Grande se instalô em Canhada Funda e eu nasci lá.

MA – Nasceu ali, tu vê né...

D - e depois que eu casei que eu morei em Tiradentes, né... trabaiá por conta.

MA – quantos... quantos era... quantos filhos na sua família? O senhor tem irmãos...?

D – irmãos, somos em 10 homes e 02 mulher. 12

MA – naquele tempo não... não perdiam tempo né?

D – Não, não era...

MB - ... por que precisava-se de mão-de-obra né?

D – é sim. Derrubá mato a machado... e estudá nois qieria estudá, que estudá, tinha que lavra e capiná,não tinha...

MA – o senhor nasceu em que ano?

D – 1940.

MA – 40, três anos depois da chegada de seus pais?

D – é. Só tenho um irmôm mais velho depois eu sô o segundo da família.

MA – a... e... e o senhor começou a sua atividade de trabalho foi sempre... até... até vim pra cidade sempre foi na...

D – na...

MA – ...na colônia?

D – é. Sete anos eu comecei i na aula, meio dia na aula meio dia na enxada, no serviço, tratá animais e daí casei com 22 anos e fui mora em Linha Tiradentes. Ma daí depois aluguei minha granja lá e vim pra cá no ano 85, e depois fiquei mais uns 15, 10 anos cuidava a granja ma morava aqui.

MA – uhm... nos conta assim ah..., desde o início, seu Dorvalino, como é que começo ah... né, no início o senhor trabalhava com seus pais né? Cri... viviam da agricultura não é?

D – uhm.

MA – naquele tempo não ainda não tinha a Sadia, em 30 e... né? A Sadia vai se de quarenta e...

D – quatro.

MA – 44 né.

D – uhm.

MA – o senhor, o senhor foi integrado naquela... num... num determinado período?

D – fui.

MA – o senhor pode nos falar um pouquinho desse período aí?

D – é... eu acho que foi no ano 66... 67, porque eu casei em 61 e fui mora lá e daí uns quatro ou cinco anos já veio um técnico, da... Sadia lá vê se eu... criava porco.

MA – aha. Ma antes disso o senhor já criava porco?

D – sim, sim, criava por conta.

MB – e vendia para?

D – nós vendia pra Petrecovios, Pastre e ia pra... os porco ia pra Brumenau...

MA – frigorífico?

D – frigorífico pra lá é.

MA – aha.

D – e a... Sadia a gente quase não vendia...

MA – ma naquela época vocês, vocês criava por conta...?

D – por conta.

MA – é?

D – o senhor começo nisso... em que ano mais ou menos?

D – eu é... pra... eu por conta minha foi no ano 61.

MA – 61?

D – quando casei.

MA – aha.

D – mas lá no pai a gente só criava porco comum e... e... comprava muito porco magro... ah... mandioca... abobra... milho dos colono, nós ia busca com a carroça, e... engordava.

MA – o seu pai começou então antes com a... com a criação de suínos.

D – sim, quando eu nasci, quando ele caso, ele veio aí e só...

MA – já fa.. ...só fazia isso?

D - ...só fazia isso.

MA – desde de... desde de 1940 mais ou menos?...

D – é, é.

MA – é?

D – ele não plantava trigo e neim feijon. Tinha agricultor que plantava muito trigo e feijon, e ele muito poco, ma ele só se dedicô milho e porco.

MA - milho e porco.

D – e aí que ele foi bem... era... ele veio aí co... só com a ropa do corpo e comprô duas colônia de terra do meu avô, que é sogro dele, pagá quando podia, mas ele em... vinte e um ano, depois quando eu casei com vinte e dois ano ele já tinha treze colônia. Tudo... ele não

comprava terra plaina, por que a terra plaina era magra, não tinha adubo não tinha trator. A gente comprava morro e pedra.

MA – uhm.

D – aí o... as espiga de milho dava bonita não precisava aduba ne? A terra era boa, e onde era plaino enton era samambaia e... bracatinga, enton não dava nada, agora [zinho?] fazia o cachinho pequeno, a madioquinha vinha bem pequena, era só pra mandioca mesmo.

MA – o bom era o morro?

D - morro e pedra e... (rsrs) e...

MB - e se tinha bastante milho é porque tinha bastante porco também né...?

D – sim, nós tinha...

MB - porque não se comprava milho...

D – é. É... comprava milho.

MB – a é? Já naquela época?

D – porque não colhia que chega. Eu já... já naquela época engordava 100 porco as vezes e os outros em volta era no máximo 10, 12.

MA – então vocês tinham uma atividade... grande assim

D – é. Nois a... nois tinha. Cinco junta de boi grande e umas quatro ou cinco pequena, daí a piasada ia domando os pequeno. Três carroça de boi.

MA – uhm. Isso nos anos 40 e 50 mais ou menos?

D – é... isso. Até sesenta. E daí um ia buscá uma carrada de mandioca, outro uma carroça de milho, outro de abobra e no sábado de t... tarde e no domingo de manhã ia busca os porco que o pai comprava a leitoada, porco magro e... madioca comprava dos visinho, porque nois... nois plantava bastante dá uns dois arquere mais, num chegava.

MA – magina!

D – enton era... no... não era dois treis co... com uma junta de boi uma carroça, era um cada, é... nom tinha ajudante, a gente era novo e... tinha que trabaiá bastante.

MA – uhm.

D – porque meu pai foi um homem bom pra família e tudo mais judeu pro serviço. Ele... as treis da manhã, podia te geada... neve... chuva ele chamava pra trata os boi e no clareá do dia a gente tava na roça.

MA – trabalhava muito.

D – Muito, muito! Doze, treze hora por dia. Era... e... e de noite serra lenha a muque, com o lampeon pendurado num... numa parede pro... lá nom tinha luz né?! E ... descascá milho no paiol para no outro dia pros porco, descarrega a carroça era de... depois da janta, das oito em diante.

MA – me diz uma coisa seu Dorvalino, ele tinham um... algum auxili... algum auxilio da prefeitura na época assim da... em relação a... matrizes...? a...

D – Não, não...

MA – não?

D – ah! O... o meu pai ele ti... ele pego um torro emprestado da prefeitura, era a... ma... a raça do torro era Normando.

MA – uhm os Normando. Cabeça branca?

D – isso! Meio incorporadon.

MA – é.

D – e fico tempo lá em casa. Depois os visinho vinha lá pega, se nom é... negócios de matrizes de... porco nom.

MA – onde é que vocês conseguiam essas matrizes na época?

D – a ma é... quando nós criava os porco comum era da... da... de nois mesmo, ia tirando as leitoa da...

MA – as melhores!

D – as melhores. Mas veja as leitoa com vinte, vinte e cinco quilo, piludinha já... já pegava aumento, tinha um ano de idade já pesava vinte quilo, hoje tem que pesa cem quilos. Era tudo diferente.

MB – e pelo porco comum... a Sadia não se interessou?

D – é que... o meu pai vendeu alguma vez pra Sadia. Eles comprava porco comum.

MB – porco comum.

D – porco comum.

MA – pra banha?

D – a Sadia matou muito porco comum. Depois que veio o Duroch. E depois que o Ivo Reich foi na Alemanha trouxe um porco branco, o Landrece.

[...]

D - E daí começaram a mistura e foi indo, foi indo... e daí todo mundo foi deixando o porco comum e...

MB – porque... tinha algum diferencial de preço?... a empresa pagava mais?

D – não... a Sadia pagava menos dos outros comprador, só que a Sadia pagava a vista e os outros comprador era 30 dia. Mas a gente esperava os 30 dias porque ganhava uns centavos a mais no quilo né?

MA – uhm. E... e esse pro... e esse negócio da... da integração... ele... na... nessa época que o seu... que o senhor criava com seu pai a Sadia já... já tinha... não era o integrado, era mais ou menos o... ah como é que eles chamavam o... ai Meu Deus! É...

D – eu também não sei... parceiro?

MA – os parceiros, é, né? Já tinha nesse tempo os parceiros deles né, que produziam só pra eles no caso né?

D – sim, sim, sim. Eles fornecia era o... era... era torresmo moído, torresmo sabe?

MA – uhm.

D - ...pra depois no caso esses parceiro mistura na... na quirela do milho né, não era concentrado ou uma ração que nem hoje né? Era só o... só o torresmo, prensava e depois moia do marcelete.

MA – e fazia dali a ração?

D – é fazia ali, mas ainda davam lavagem pros porco e pasto verde muito.

MA – uhm.

D - Depois que veio os porco de raça a Sadia não quis mais que desse lavagem e nem... e nem pasto. É...

MB – e eles ajudavam com alguma coisa? Ração... essas coisa?

D – é... daí tinha que dá... daí tinha o concentrado que davam, vendiam uma bolsinha de vinte quilo misturava com sessenta quilo de milho né, moído, aí começava a dá.

MA – ma.. mas daí os parceiro recebiam esse... essa... essa... esse alimento depois descontavam no... na entrega do...

D – isso. Foi uma época que a Sadia fazia isso. E depois não, bom ma daí eu não tava mais integrado, e daí eles... eles cobra na hora o... o que pega lá tem que pagá, e depois quando vem os porco eles pagam. Não sei bem como funciona, porque eu parei no ano... em noventa e... de 1986, que eu parei de... de cria porco.

MA – uhm. Me diz uma coisa, naquela... naquela época é... o senhor avaliando assim, é... é... nos anos lá quando seu pai criava ainda, ele... daquela forma que ele criava sem parceiro e depois o senhor como integrado, [...] qual que era a melhor vantagem?

D – a bom eu... eu fiz capital com os porco comum antes de... de... de me integrá com a Sadia.

MA – porque daí eu comprei uma colônia de terra. Comprei a carroça, no começo e... essas coisa principal, e tudo por e... comprei uma chácara aqui em Concórdia no ano 72, um pedaço de terra 8.6000 metros de terra, tudo, e comprei um carro novo, uma Brasília 76 antes de.. de...

MA – de se integrado.

D – Depois que eu me integrei enton o que que eu fiz: eu construí o aviário, e só estudei as filhas, daí as minhas filha fez faculdade as quatro, e... só me ajudei a paga a faculdade, daí eu não comprei, não fiz mais capital. O capital que eu tenho hoje...

MA - ... é daquela época?

D – é tudo do... do... porco comum e da...

MA – por que que o senhor acha que com a integração tinha mais... condições... o senhor produzia mais como integrado, não produzia?

D – bem mais...

MA- ...como integrado?

D – é... é ma...

MA – [...] o que que o senhor atribui a não produzir mais nesse período?

D – porque tu... tu produzia mais na Sadia mas sobrava menos dinheiro. Porque quando eu dava pasto do meu, lavagem feita em casa quando que eu vendia os porco recebia o dinheiro LIQUIDO, LIMPO! Aí tu começo pega uma parte e dá concentrado aí sobrava a metade, depois a terça parte, por fim...

MA – ma então qual era a vantagem de ser integrado?

D – mas é... mas era brigado se não se integrasse tu não achava de vende os porco.

MA- aaa sim.

D – era... eles obrigaram. E... e eles não comprava mais assim de... empresa nenhuma comprava porco banha. Ó, ou tu segue assim ou tu para né? Enton tivemos que... teve época que eu entreguei lote de porco pra Sadia e fiquei devendo, pra Sadia. Foi o ano 86, e do ano 86 pra cá que deu a crise dos porco, um ano vai bem, o outro... é... os colono...

MA – a crise. E essa... e essa questão é importante. Eu gostaria que o senhor falasse ah... falasse mais disso. [...] Quando dava a crise, normalmente a empresa... ela tinha o seus estoques regulador, ela buscava outros mercados. Agora vocês que tinham a... a... a matéria-prima que era... que era o porco né?

D – uhm.

MA – é... a crise parecia que [...] pra vocês tinha... tinha... era mais pesada, não era seu Dorvalino?

D – era, era. E... só que quando a gente não era integrado, daí a gente, quando dava a crise ai a gente especulava três quatro comprador de porco, quem é que pagava mais levava.

MA – ta certo. E depois com... com a integração dava a crise mas não... tinha que vende pra Sadia, e daí ela estabelecia um preço mínimo.

D – ela não deixava mais nem carneá um porco sem pedi licença pra eles, e eu não podia trocá uma leitoa com um vizinho e coisa. Era uma ditadura quase sabe?...

MA – opa!

[risos]

D – naquele tempo lá... meu amigo!

MA – na verdade vocês ficaram quase que como... como operário...

D – sim, sim, sim...

MA – dentro das suas própria propriedade, produzindo pra empresa. Não foi isso?

D – foi, foi. Veja bem o que que meu pai disse pros meus irmons mais novo, porque eles se integraram primero, construíram um aviário em 64-65, meu pai não queria, ele disse: “olha gurisada, vocês vão faze o civil com a Sadia depois não desmancha mais”. E foi dito e feito. Eles dominaram depois, daí eles... tu era obrigado a vende pra eles digamos a vinte centavos a menos o quilo que é uma diferença grande, né...?

MA – uhm.

D - ... e era obrigado a vende pra eles, porque tu pego a raçon lá e... as vezes a gente pedia algumas matrizes, alguma leitoa e...

MA – uhm.

D - ... e era obrigado a vende pra eles, os otros pagava mais ma não tinha como.

MA – o senho... o senhor depois passou a... a lida com galinha também?

D – sim. No ano 74.

MA – é? Porque que o senhor troco a suinocultura pela...

D – não eu... o porco continuô.

AM – a o senhor continuo com o porco?

D – sim.

MA – e aí acrescentô a galinha?

D – isso. O técnico da Sadia veio lá e disseram: “você é um colono experiente e trabalhador, você tem que construí um aviário”. E eu não tinha luz elétrica lá em Tiadentes e digo “como é que eu vô construí um aviário aqui com a água lá em baixo”. Não tinha água pra cima, pra ela vim sózinha. “Bota um motor a disel ou a... a gasolina, tem bomba que emperra a água”. E eu não aceite, não aceite, levei uns seis meses ele veio umas três veiz lá. Depois ele levo o meu pai e um irmon meu lá que moravam em [] e que já tinha aviário pra me convence. Aí veio a luz elétrica e eu construí né? Daí eu construí porque daí nós colocemo uma bomba elétrica pra empurá a água e pra de noite pra cuida os pintinho, porque quando não tinha luz como é que tu vai bota um aviário...?

MA – ma daí o senhor fico rico com isso?

D – a fiquei rico!

[risos]

D - Os primeros tempos quando a Sadia tinha os aviário eles fazia uma festa, o colono ganhava prêmio, ganhava os melhores avicultores... e foi, dava churrasco e tal, mas isso foi uns 15 anos ou 18. Depois eles começaram a virá o cocho, tu... tu ia lá eles não olhava mais, porque no primero tempo o chefe lá um tal de Elvio Flores, ele vinha até cumprimenta a gente, levantava o chapéu. Aí teve uma época que... a Sadia disse: “os... os colono não precisa mais vir aqui no fomento. A nota vai junto com o técnico e o dinhero nois depositemo no banco, não precisa mais entra aqui”. Ai nois tava uns quantos agricultores etinha uma tal de Santo Vivam que agora faleceu esses dias, ele disse pros técnicos lá do balcon né, aqueles que disseram lá no fomento que não era mais pra nós ir lá: “porque que vocês não botam um fio elétrico lá fora, termina de mata os colono de uma veis, pra non entra mais aqui?”

[risos]

MA – ele criaram na verdade uma separação entre a empresa e o... o colono né?

D – sim, sim. Daí nois tinha frango de sobra, muita gente que construía, foi fácil construí aviário porque daí podia se mader a roliça, podia se de chon, e quando eu construí non, tinha que se mader serrada e tinha que te o piso de concreto com 4 ou 5 centímetro, enton era bem mais caro, depois eles facilitaram. Aí tiveram gente de sobra e... quano eles tinha a barriga cheia viraram o cocho. Porque sobrava frango, tinha gente de sobra né.

MB – e os investimentos, tipo quem tinha que investi pra construi um aviário?

D – Eu fiz um financiamento no Banco do Brasil, com ajuda da Sadia por que era eles que...

MB - ...encaimnhava?

D – é, encaminhava e que dava o aval né, pro banco.

MA – ma a ajuda era pra facilita o financiamento ou pagavam, ajudavam a paga o financiamento?]

D – nom, ele não pagavam nada, pelo amor de Deus... tinha que paga um seguro. Nós, por nossa conta, e... se o lote dava ruim eles pagavam poco. E uma vez eles me dexaram sem raçon porque deu um pobrema aí, não sei o que, uma falha de controle de nota, [...] e daí fui acerta o lote malemal deram pra empata. E daí se nois falhava, meu Deus, era cobrado e e eles não te pagava, agora quando eles falhavam [...] eles não considerava. E isso que é o interessante. Se eu não cuidava bem, deixava morre por minha conta, claro eles não deviam me paga. Agora quando morreu por causa deles, falha deles, eles não reconheciam.

AM – [...] e qual era o critério que eles usavam assim pra... porque qualquer um podia se integra, que dizer se eu quisesse me integra eu ia lá e me integrava?

D – nom, nom. Naquela época lá nom, era escolhido por eles.

AM – [...] que que eles usavam pra escolhe?

D – o... colono mais... mais forte mais trabalhador, o mais desenvolvido, porque tu sabe Milton que nois temo três tipo de agricultores, três tipo: tem o agricultora trabalhador e caprichoso, que tá indo bem até hoje, tem o médio e tem o vadio, vagabundo, enton esses diz que a colônia vai mal... [...], ma nom trabaiavam, ma eu tinha um visinho lá que, se armava uma nuvem de chuva já ia no visinho toma chimaron ou otros dias iam pesca, otro dia vinham pra Concórdia de manhã tinham só um negocinho de nada e ficava o dia intero aqui. Eu nom, eu vinha a Concórdia as doze e vinte, ia no banco, ia no Fomento e as duas tava em casa trabalhando. Eles escolhiam colono bem sucedido né. Nois fomo bem sucedido né, porque nois cuidava, trabalhava e aplicava o dinheiro certo, né.

MA – mas o senhor coloca [...] sua forma de adquirir o capital que o senhor adquiriu, foi antes de ser integrado né? Depois quando o senhor fico integrado, o senhor trabalho, produziu muito mais né, nessa forma que o senhor disse, né, mas foi só pra manter o que o senhor tinha e auxiliar as filhas na escola né? E... e no caso por exemplo... essa... essa diferença que eu... que eu percebo que o senhor fala entre o sucesso da ... da empresa e, e... e ao mesmo tempo, embora a empresa e o integrado estavam lado a lado, né isso, parece o fim né seu Dorvalino.

D – sim. No começo era bem melhor, a gente ia... todos os colonos que eram integrado lá iam bem melhor. Depois foi, no... no decorrer do tempo, o... eles começaram o frango da menos lucro e o porco também. E no começo que se integremo até que a gente foi bem né, sobrava um dinheiro bom, dava bem, sobrava pra paga as prestação do aviário e...

MA – mas porque não dava? O senhor acha que diminuiu assim o capital, a empresa também não ia bem...?

D – não, a empresa sempre foi bem, isso não... é, é... ele tinham que ganhar 700% [...].

MA – é, é por isso que a empresa tá do tamanho que tá e o colono né, cada vez mais precarizado.

D – sim, sim. Os colono é... cada vez mais defasado e ficou poco. Tinha 5.500 criador de porco em Concórdia no setenta, até setenta, até oitenta. Hoje tem 300 ou 400. o resto parô.

[...]

[...] a empresa errô. Ela a... a empresa Sadia copiô o modelo dos Estados Unidos. O que que eles fizeram? Eles foram lá e viram aquelas grandes propriedades [...] vieram pra cá e fizeram igual. Se eles copiava a Europa, que nem a Itália a Alemanha, tem deiz criadera e deiz vaca de leite e vive bem aqueles agricultor e todo mundo vive. Aqui nom eles, eles dizia pros agricultor que tem 20 criadera: “se tu bota 50 ou nada”, daí o cara que se arriscava bota mais segui e o outro paro. Quando chegaram aos 50: “você bota 100 ou, ou para”, 100 criaderas, 100 matrizes. Quando chegaram a 100, “ó: 200 ou tu para”. Hoje tão com 500 matrizes. E foi a própria firma que mato os agricultores.

MA – [...] aqui se optou pela... por poucos agricultores mas grandes agricultores né?

D – Sim, sim.

MA – quer dizer [...] aquela coisa que se tinha no início que, que era muito colo... muitas colônias aquilo foi se desaparecendo né seu Dorvalino?

D – é.

MA – e o senhor atribui isso a esse... a essa política da empresa de... de í aumentando o tamanho do [...] projeto, no caso do... do número de matrizes e...

D – isso. Eles obrigavam o colono, o agricultor ou me dá as matrizes ou tu para. Aí aquele que aumento tudo bem.

MA – o senhor até um certo ponto conseguiu acompanhar?

D – é [...] ma quando eu parei que daí eles começaram a...

MA – ...a aumenta?

D - é. [...]

MB – e tinha todo um esquema de modernização... sempre tinha de tá mudando, inovando né?

D - é.

MB – como é que vocês aprendiam a trabalha com isso? Com essas novidades?

D – a um poco a gente aprendia por conta né, porque... as veis o técnico vinha lá e ensinava a planta milho, e a gente plantava uma parte do jeito que ele mandava e outra a gente fazia por conta, algum poco né, alguma outra roça, pra ver qual é que dava melhor, e daí a gente seguiu o que dava melhor né. Mas sempre foram os técnicos que... que explicaram e... depois veio a semente do milho híbrido, veio o adubo químico e eles foram explicando... e a uréia e daí... a gente foi aprendendo.

MA – e essa modernização na verdade, quem é que... o senhor acha que quem pagava a conta por isso era a empresa ou era o... o colono?

D – [risos de Dorvalino] o colono sempre ganho poco [...]. a empresa sempre foi bem, ela nunca perde, porque nunca perdeu, porque ela tem a faca e o queijo na mão, veja bem, se não vende o produto bem lá na frente ela baixa pro colono, ela... ela não perde daí [...].

MA – [...] o senhor é da época do... quando o Ivo Reich foi aos Estado Unidos então pra...

D – sim.

MA - ...pra busca essa tecnologia da...

D – é mas ele foi na Almenha a... é depois nos Estado Unidos também eles foram, imagina, na Itália! A... o Atílio Fontana da Sadia mandava cada seis meis mandava uma cara lá. Mando um cara aprende faze salame, mando vê como que se criava os porco e foi indo né? Eles iam em todos os países lá pra vê.

MA – pra vê tecnologia pra cá?!

D – isso. Eles truxeram tudo de lá da Europa e dos Estados Unidos.

MB - e o senhor foi um dos primeiros a começar com esse sistema...

D – ...não, não...

MB - ...que foram busca lá?

D - ... nom, eu comecei em 74, 1974. Ma a Sadia começo no ano 62. Que vê? 12 ano antes de eu. É... com aviário e peru, por exemplo, com frango e peru. E eu co... coloquei o aviário 10-12 anos depois que já começo.

MA – o senhor criava, mas não integrado na... no caso né?

D – não mais eu era integrado de porco e depois eu tinha aviário.

MA – a sim, sim, o aviário né...

D - o aviário que começo 12 anos depois dos otros. Meu pai e meus irmons botaram 12 anos antes, não fui o primero em aviário. Porco sim. Fui um dos primeros.

MA - e foram muitos assim, os integrados escolhidos? Vocês tinham informações, notícias disso?

D – ah tinha 800 eu acho, porque teve uma época que teve 800 aviários e eles derom aviário pra... os colono bem sucedido, quem trabalhava bastante, tinha po... tinha que te uma quantia de terra meia alta, não podia te poca terra. E... depois veio quem tinha só cinco arquere de terra lá, meia colônia digamos eles dava aviário a mesma coisa. E antes não, tinha que te no mínimo duas colônia, tinha que te um... começo bom né, tinha que te...

MB - ...tinha que te uma capital pra hipoteca caso precisasse?

D – é...sim, sim, é...

MB – ... mais ou menos assim né?

D - ... sim, é...

MB – e esses 800 aviários que o senhor diz é na época que o senhor começou ou é na época que a empresa sadia começou com a integração de aviários?

D – [...] a Sadia construiu no ano 74, a Sadia construiu 350 aviário, ela sorteô 350 aviários...

MB - ...num ano...?

D – numa pegada.

MB – aham.

D – aí faltou tela pra... sabe que vai a tela na lateral do aviário?

MB – sim.

D – aí tiveram que busca em outros municípios. Faltou cuberto, não tinha mais telha, daí mandaram cubri com brasilite fina, aquela que foi uma bucha aquilo lá. [...] depois aos pouquinho foi até os 800, até 1000, eu acho que chego até 1000. daí teve uma época que eram ansim: quem tinha é... 100 metro tinha que corta e ficá só com 50 metro e daí cuidava melhor e o frango dava melhor. Daí um ano, ele mudaro, tu fica com dois galinheiro de 100 metro ou pára. Veja a empresa como mudava a situação [...].

MA – o colono ali ficava na mão deles né?

[...]

D – e foi e foi até um dia eu disse: “muito obrigado pelo 23 anos que vocês me deram os pinto e a ração lá, eu to agradecendo e tchau, não quero mais cria pinto”. Desisti, uma que não tinha mais mão-de-obra, as filha foram estuda e eu fiquei sozinho não tinha muita saúde...

MA - e o senhor usava a mão-de-obra da família pra ajuda?

D – a... só a mulher me ajudava, ma muito poco, ela tava doente também e tinha que cuida as criança e depois também, faze o almoço, a ropa...

MA – as guria não... não lidavam?

D – nada, nada... só quando elas vinhom pra casa nas férias daí mandava liga a chave do automático, ou as vezes abaixa as cortina se a gente não podia í, mas era... mas elas ajudavam poco. Saíram com 09 ano estuda...

MB – Nossa!

MA – o senhor não teve nenhum filho homem?

D – nenhum filho. A... a primeira que foi estuda é a segunda da família, mas ela... feiz... em Concórdia só tinha enfermagem, a faculdade de enfermagem, não tinha outro curso, e ela fez uma ano de enfermagem e não gosto, [...] aí ela fez um vestibular pra economia pra Joinville e passo, aí ela foi estuda lá e fico lá.

MA – legal! Acho que tá bom né?

MB - eu acho que sim!

MA – [...] nós agradecemos aí a sua contribuição muito importante. Vamos usa aí, né no nosso trabalho.

Procedeu-se agradecimentos e despedida.

Entrevista 2 – realizada com Diomedes Tagliari (14/11/2009)

Legenda:

D – Diomedes (entrevistado)
MA – Miltom Amador (pesquisador)
MB – Marta Biesdorf (auxiliar)

[...]

MA – o senhor é... o senhor nasceu em Concórdia?

D – não, eu nasci no Rio Grande do Sul.

MA – é?

D – no município de... de Gaorama hoje.

MA – Gaorama. O senhor veio pra cá quando?

D – seis anos! Em 1942!

MA – 42...

D – dia 17 de julho de 42.

MA – o senhor veio com os seus pais o...

D – com os pais, com a família...,eu era... seis ano e pouco que eu tinha... Hoje eu to com 73, fais a conta quantos anos fais que eu to aqui!

MA – o senhor nasceu então em 37?

D – 36!

MA – 36...

D – 36! Dia 7 de janeiro de 36. Nós viemo em 42... entom... seis ano e pouco...

MA – é... e o seu pai veio pra trabalhar na... na agricultura na roça? Comprou a colônia aqui!

D – compro a colônia aqui! Tinha 10 alquere de terra...

MA – aonde que é?

D – aqui! Onde nois tomo morando! Aqui, aqui mesmo...

MA – é?

D –nois viemo aqui comprarom...

MA – o que era aqui mesmo? E como é que era chamado aqui? Era linha... alguma linha o era...

D –é... no inicio pego Linha Talhari! Linha Talhari... ma depois entom quando que começô... por exemplo veio o Bairro Salete entom já passô Bairro Salete...ne...

MA – e... e ai o...o seu pai trabalhou inicialmente com... agricultura, com animais...?

D – fabrica de vassora nois tinha!

MA – há...

D – fabrica de vassora...,e porco! e depois mais entom nois comecemo com leite... Eu praticamente criei minha família vendendo leite... né!

MA – aha...

D – eu comecei leva leite com seis ano e pouco de idade... comecei i na aula... Descalço...! aquilo aquela rua ali Dr Maruri era um atolador... quando chovia nois tinha que pega os barranco pra sai..., coisa triste viu! Tinha seis litro de leite... treis em cada mom... numa cestinha... e levava po meu professor! O... professor José de Lantonha! Ali onde que tem os barranco... agora sabe onde tem os barranco ali...

MA – o bar

D – o barzinho ali! Lá ele tinha uma casinha, coisa mais triste do mundo.... tava com sete filho! Pobrezinho... o professor José de Lantonha... um professor muito enérgico... um

professor bom! E ele tratava as criança com leite, entom eu levava seis litro de leite toda manhã pra lá. E ele fazia uma polenta e tratava as criança... que o professor naquela época ganhava muito poco...

MA – uhm...

D – eu comecei com e continuei no Deodoro... Nom foi ate o ginásio... depois...num dava porque eu tinha a agricultura... tinha que trabalha na roça... e essas coisas aí... entom nom dá pra mistura as coisa...porque sabe colono...é diferente que um da cidade... porque tu ia na roça... tu gritava com os boi... caçado, vinha pra casa cansado... morto, tinha que me lava, toma um banho pra í! Inclusive nois ia toma banho num mato lá no riozinho... é aquela coisa de antigamente!

MA – e naquela época ...o senhor... trabalhava por conta, né?

D – por conta. Sempre trabalhei por conta.

MA – vendia... vendia produção assim...?

D – a vassora também! Nós tinha a fabrica de vassora! A marca da fabrica nom precisava paga imposto da fabrica naquele tempo né? A marca a Vencedora. Eu fabricava muito, trabalhei muito na fabrica... em baxo do porão de casa velha que nós tinha ali. E a Sadia inclusive,a Sadia comprava quase toda a nossa produção!

MA – de vassoura?

D – de vassora!

MA – de vassoura de palha?

D – palha! Vassora de palha...

MA – e a matéria prima onde é que saia?

D – nois plantava! Nós tinha a terra aqui e plantava bastante palha e... depois nós comprava também, tinha colono que plantava né... nós comprava!

MA – aha...

MB – e a empresa comprava vassoura pra usa na empresa? Na indústria ou pra que?

D – na indústria! Naquele tempo lá só usa... só usava essas vassora ali, vassora de cabo ali. Aí depois intão eles quiseram uma coisa, eles quiseron que nois custurasse com fio de arrame. E daí nós ia na... onde que tinha essas... oficinas de [...] elétricas assim, que tinha aqueles fio de cobre encapado, mole, enton nois trazia pra cá naqueles feixe lá e queimava tudo e saía o fio de cobre, enton nois custurava que a Sadia exigia um poco daquilo. Ah... sei lá de certo força... não era tanta necessidade...

MA – uhm...

D - ...mas como a Sadia era uma grande a... compradora do nosso produto, comprava lá duzentas, trezentas dúzias por ano, mais até..

MA – aí tinha que faze meio que o que eles queriam?.

D- é tudo. Pra nois era poça diferença porque o arrame era mole né, enton a gente amarrava ela, eu fazia. A mãe, a falecida mãe preparava as vassora, tinha as pessoas quês costuravam...

MA – e como é que vocês aprenderam a trabalha com isso assim...

D – veio do Rio Grande...

MA – a já veio de lá a ...

D – veio de lá. Nois era fabricante de lá. Nois nom, os pais né porque eu...

MA – ahm...

D - ... eu comecei aqui depois de te idade, eu era um piasinho piqueno. Ai fomo se criando, depois eu comecei... casei, daí comecei a vim os filho e o leite me... me animo por causa do dinheiro direto, se chama né? E dava dinheiro aquele tempo lá.

MA – dava dinheiro?

D – é... daí eu comecemo já a compra vaca... aí comecemo eu mandava a gurizada entrega leite, tinha sempre piazada, eu made, os meu já era muito pequeno, pegava piazada maior sempre, mocinhos de fora, ele iam na aula aqui, os colono deixavam os piá aqui, nom

pagavam nada, só nois tratava eles e eles levavam o leite, a cavalo. Depois comprei uma charrete, aí enton fez a charrete, os litro.... foi indo, foi indo, eu acho que eu trabalhei uns 45, 50 ano...

MA – produtor de leite?

D – produtor de leite.

MA – é?

D – tempo de aviário nóis vendia muito. Nois tinha galinheiro, tinha porco, tinha leite, aí foi estruturando as coisa.

MA – aha. Então não fazia uma coisa só?

D – não. Depois eu bot... eu trabalhei muito com criação de peru, da Sadia.

MA – é... e [...] aí o senhor passo a ser integrado?

D – integrado. Depois que eu comecei na Sadia sim, antes não. Eu só fui integrado quando que eu peguei a... quando que eu peguei o... Elvio Flores, que era naquele tempo lá o técnico.

MA – aha...

D – [...] depois foi o diretor da Sadia [...]. aí ele veio aí, escolheu o lugar eu fiz o primero galinheiro [...]. Fizemo naquele tempo lá era nove por deis né? Mil frango. E eu construí seis, nom tudo, mas sempre grande, depois eu construí mais 100 metro que tá aqui ainda, tá de pé ali o galinheiro que tenho alugado pra uma esquadrilha. E daí [...] veio os peru e eu comecei a cria os peru [...]. primero criava no... nos galinheiro até os... 60 dia, já uns frangote bom, aí nois tocava tudo lá fora. Sete, oito, nove mil peru.

MA – e dava dinheiro ou...

D – dava! Gente do céu, rolava dinheiro naquele tempo lá!

MA – é?.

D – e eu gostava! Meus piá... crescido lá também gostava

MA – o que dava mais dinheiro: as vaca ou os peru?

D – peru. As vaca dava dinheiro, mas a gente nunca foi [...] esperto de... de trabalha tecnicamente [...] olha aqui ó, de tanto tirá leite com a mon chego até de feze um caroço aqui nos meus dedo [...]. Ma compra enton uma ordenhadeira que já existia. Mas a cabeça da gente num...num funcionava, como se diz né? [...] e ai depois vendi vaca, vendi ordenhadeira, vendi tudo [...].

[...]

MA – e aí ficou só com peru?

D – peru... nom eu... o peru saiu antes, eu já depois tinha frango ainda né. Comecei com frango. Trabalhei com peru bastante anos e depois a Sadia tiro os peru de Concórdia.

MA – pois tiro tudo e...

D – ... levo tudo pra Chapecó. Tá tudo em Chapecó o peru. Enton nois tivemo que volta de novo com frango. Da... daí depois eu vendi uma área aqui e comprei um caminhon. Uma *alfa romeu* novo. Botei uma carrocer... uma câmara fria novo e puxei treis ano pra Sadia também. Fui integrado lá na Sadia. Depois...

MB – Caminhoneiro? Caminhoneiro?

D – Caminhoneiro. Fiquei treis ano na estrada [...]. é muito sofrimento na estrada. Eu tava lá pra recife, uma hora quebrei o caminhão e teve que fica lá no meio do mato lá, pirigoso, eu pensei “sabe o que? Eu vô vive a mesma coisa”. Chaguei, vendi o caminhão... aí eu parei, sosseguei! [...].

[...]

Anos atrais, 90% dos colono venderam fora tudo e viero tudo na cidade, e se arrependiam e já tinha vendido né? [...] A pessoa que é acostumada na agricultura... tu joga na cidade, é a mesma coisa Marta, que tu pega um sabiá velho e fecha numa gaiola. Ele fica lá quinze dia lá e morre.

[...]

MA – o senhor tem quantos filhos?

D – seis. Má ta tudo esparramado [...] [...] trabalhei anos e anos com porco. Eu comprava porco no interior, porco velho, magro. Engordava e vendia tudo pra Sadia. Co a carroça, nois levava tudo co a carroça. [...] Primeiro lote de frango que eu fez foi num chiquero de porco. O Flores: “Tagliares, vomo coloca 100 frangos lá pra... pra começa”. Aí fechemo lá, tu vê, aquele tempo era tudo fácil. Aí eles tavom pronto 86 dias [...] pesava lá um quilo... dois e meio, treis quilo, 86 dia, hoje com trinta, quarenta dia dá dois quilo [...] Aí eu peguei, digo: “Flores, ton pronto os frango”. “Bota na carroça e trais pra cá”. ‘Tá. Ma eu nunca tinha levado frango na Sadia. Nunca tinha saído com frango na carroça... botei lá uns trinta, quarenta frango na carroça e saí... co a carroça de boi. Quando foi ali na frente do... do Nei Guedes, ali do fotografo? [...] no posto Paresente, aí o pessoal quiseron vim vê a... aqueles mi... missel de frango lá. Gente do céu, tinha morrido uns trinta já. Eles forom tudo pra frente e os debaxo tinhon se afogado [...]. O começo meu foi brabo vio’?

MB – mas eram vocês que tinham que leva o frango lá?

D – naquele tempo querida, nom tinha nada era...

MA - ...caminhão...

D – caminhão. O caminhão da Sadia... ele tinha um caminhão só. Eles puxavom raçon, pra... pra... pros colono e ao mesmo tempo carregava os frango no caminhon, nom tinha caixa, nom tinha nada. Os peru... os peru nois jogava dentro da carroceria, vinha o caminhon ali no meio da manguera, nois pegava... pra tu levanta um peru, eu enteguei peru de 25, 26 quilo [...]. Que naquele tempo a Sadia queria peru velho, peru pesado. Hoje um peru mais que seis, sete quilo ninguém qué. Naquele tempo tinha que se de vinte pra cima.

[...]

D – [...] quando faltava vaca eu pegava o cavalo, e ia lá pro Rio Grande compra uma vaca e nois trazia ela no tento pra casa. Sim... nois saia de lá com a vaquinha e nois vinha embora. Ma não dá... seu Amilton. As vaca de hoje tem que se de alta linhagem.

MA – é...

D - e outra coisa: a vaca tem que se tratada com ração, com concentrado e bastante pastagem. Então ela tem dá um leite...

MB – então pro senhor o que a empresa fez com os colonos, porque ela fornecia isso né?, ração... essas coisas né...

D – a Sadia sim. A Sadia...

MB- ... foi uma coisa boa ou uma coisa ruim?

D – boa.

MB – boa? Foi positiva pro colono?

D – bom, qual é... qual é Marta, qual é o...o integrado que tinha condição de compra e faze em casa? Jamais! A não ser a Sadia. Então a Sadia dava pra nois o produto... o... frango ou o peru que fosse, e da... e dava a ração também, nois ia se pega a ração. Eu cansei de í lá com a carroça, anos e anos pega [...] nois ia se pega ração com a carroça.

MB - e tinha que pagar essa ração?

D – nois pagava na entrega né? O integrado faz isso ali. O intrega... o integrado... nois pegava a ração, e nois entregava o... os frango e então... é que nem... que nem agora. Por exemplo a integração de hoje não é a mema coisa? Mema coisa. Eles pegon a ração, levam a ração, inclusive hoje o... o colono não precisa se incomodá, naquele tempo nois tinha que se arruma raçom. Depois inton, mais tarde quando que eu botei peru, eles gastavom lá 70, 80, 100 saco de ração por me... por... por semana. Enton eu... eu peguei um... um caminhonero e ele me puxava pra mim aqui. Mas eu ia lá tirava nota, e pagava a troco de peru, e recebia o liquido, que nem agora o integrado, a mema coisa seu Amilton, a mema coisa.

MA – o que so... o que sobrava do calculo o senhor recebia...

D – isso! O que sobrava do meu gasto eu... se into... se nois fosse caprichoso que cuidasse dos bichinho, que nom gastasse raçon com otras coisas assim, por exemplo teve colonos que fecharam o galinheiro porque tratava os porco, descubrirom e a Sadia pa! fecha, fecha memo. Fecho diversos galinero que eu sei. Até um subrinho meu intro pelos cano [...]. e é a mesma coisa que agora. Nois trabalhava de integrados, e a Sadia que fornecia o frango ou o peru que nois trabalhava e a raçon junto né. E quando que nois entregava o lote, enton nois ia lá... “oh! O lote deu tanto de lucro”. Entoão tá bom. Ma eu tirava de cada lote de peru 3, 4, 5 mil real, a 30, 40 ano atrais [...].

[...]

D – [...] hoje... já não recomendaria mais galinheiro também, viu o galinheiro também no... no... não é essa grande coisa.

MB – não é bom negócio?

D – não, não é bom negócio. Eu fui um cara que trabalho no galinheiro e nunca teve tanta coisa. Peru sim ,o peru dava.

MB – o senhor não gostava então de trabalha na avicultura?

D – na avic...

MB - ... não era rentável?

D – não. Ga... a... frango não. Frango nunca me deu... bom foi aonde que eu fechei o galinheiro né? Eu entreguei um lote na Sadia, e... tavom tom bonito o lote e eu fui lá... eu achava de tira um monte de dinheiro, cheguei lá e tirei uma miséria, nem acertei com eles. Virei as costa e só digo: “oia, não me apareçam mais lá em casa, porque eu... o técnico que aparece lá em casa eu vô atropela ele”. “Ma porque Tagliari?”. “Isso aqui”, digo, “pode fica com tudo”. Seis meses depois, eu passei no banco, tinha uma conta no banco, foi lá... tinha um dinheiro depositado lá. Ma, digo, “será que veio da onde esse dinheiro?” logo do dia seguinte que eu fui lá, que eu deixei de trabalha co’ a Sadia, que eu fui lá, ele deposito no meu nome, o dinheiro, ma eu nem sabia. Seis meses depois eu fui sabe que tinha chegado o dinheiro, era uns trezentos e pocos pila. Uma micharia, nom dava nem pra compra a... a água que eu tinha tomado.

MB – quanto tempo que o senhor trabalho...

D - ...com a Sadia?

MB - ... com avicultura? Na atividade...

D - ...avicultura?

MB – é.

D – a... mais de trinta ano. E...

MB – ...começo quando?

D – em 60. sim... oi que nom foi bem 60. [...] Eu sei que eu casei em 58, eu... tava construindo o galinheiro nesses anos ali... entom... olha eu seu que eu comecei entre meios de 55, 56, 57 por ali, calculo eu.

MA – uhm. E se o senhor fosse assim... é... contabilizar só o aviário, deixando as outras coisas todas, o senhor acha que... não dava...

D - ...não dava pra vive.

MA – não dava pra vive?

D - ...não dava pra vive. A sorte minha é que tinha as vaca de leite viu [...].

[...]

MA – [...] o senhor mesmo constata que o seu trabalho que era livre com as vacas né? O senhor ganhava mais do que com... o senhor produzia muito mais frango que leite...

D – ...sim...

MA - ...em quantidade...

D - ...por Deus...

MA - ... e o senhor ganhava... e o seu ganho era muito maior naquilo que era totalmente seu.

D – meu.

MA – não era?

D – era sofrido, tu tinha que entrega o leite e tal, ma todo final de mês vinha um bom dinheiro... as pi lazada na aula, ropa pra eles... tudo bonitinho e o frango e o peru... ainda o peru nom vo fala mal de porque ele dava dinheiro. O frango... você entrega lá tu não sabe o que ganha. Se tu tem uma divida pra paga, tu não sabe se tu vai paga a divida porque... tu não sabe quanto ganha, porque ninguém é dono de nada, integrado ninguém é dono de nada. Você vai lá e recebe o teu produto... você entrega o teu produto e eles te dom aquilo que querem [...]. Ma sabe lá você, você nem sabe, tu vê lá quando tu assina lá, tu não sabe dize se eles te pagaram certo, se eles pagaron errado ou o que que fazem..

MA – o problema é que... você não sabe quanto custa essa tal de ração ne?

D – nada.

MA - ...pra faze o... essa o... pra produzi ela né?

D – é.

[...]

D – porque dentro dessa ração tem muita coisa. Tem muita coisa... hormônio e tal pra cresce e tal essas coisa né? Enton, aquilo se torna caro. Por isso que hoje se a pessoa não soube cuida da criação, ele não tem lucro, nada. Porque quem te derruba é o trato [...].

[...]

D – [...] e depois técnica. Entro a técnica aqui em Concórdia. Ninguém faiz mais nada se não tem um técnico do lado. Eu queria te uns 30 ano atraiz uns técnico de agora. Nois fazia tudo por conta, vaca nois dava milho com espiguinha lá no coxo e... e...

MB – não tinha assistência técnica?

D – nada, nada, nada.

MB - ... mesmo criando aves e peru?

[...]

D - [...] ma aquilo era pra eles. Claro! Eu comecei com a técnica. Comecei. Mas a gente nom tava preparado assim, psicologicamente de acompanha a técnica. Eles di...

MB – tinha resistência quanto a isso... achava que não...

D – não... nunca resisti contra técnico porque [...] eles trabalhom mais com a cabeça, com o estudo né? [...]. Pode vê, toda a colônia hoje ela tá melhor que a cidade, tem parabólica, tem carro novo, casa de alvenaria, tem um... coisa bonita em todo o interior, tudo, aquele que trabalha com técnica. Compensação, eu conheço, tu vai aonde que não querem sabe de técnica, nom querem galinheiro, nom querem porco, nom querem vaca. Pranta meu milho e tal, a casa tá lá escorada com pau pra nom cá de velha. Nom... nom evoluíram [...].

MA – é... essa coisa é séria!

D – nois tivemo, graças a Deus, eu comecei com a técnica desde o tempo da Sadia. Eu louvo essa gente ali porque... e fui sempre bem servido. O que eu precisei tava sempre aqui [...].

[...]

D – [...] a gente aborrece. É por isso que a colônia é... você não é dono, não que nada. Quando nois vamo compra um artigo, eu chego lá “quanto é que você qué disso aqui?”. “Eu quero tanto”. Enton você paga. Agora nois temo que vende, nois não vamo lá dize “ois eu quero tanto”, “quanto é que tu paga pelo meu produto?”. [...] Nois nom somo dono das coisa, de nada! Quem faiz o preço é sempre o comércio.

[...]

D – enton que dizê: tu não é dono do que é teu. A colônia tem disso [...].

[...]

MA – mas é isso aí seu Tagliari, agradecemos...

Neste momento a conversa tomou um rumo que não interessa a pesquisa.

[...]

MB - e nos agradecemos a sua contribuição pra esse doutorado então...

D – olha... se for válida...

MA – concerteza será.

D - ... eu fico feliz.

ANEXO B
ENTREVISTAS COM INTEGRADOS

Entrevistas realizadas com Integrados da Sadia pelas historiadoras Cleci Bison e Lidiane Colussi:

- Entrevista 1 – Concórdia, SC, 2005.
- Entrevista 2 – Concórdia, SC, 2005.
- Entrevista 4 – Concórdia, SC, 2005.
- Entrevista 6 – Concórdia, SC, 2005.
- Entrevista 7 – Concórdia, SC, 2005.
- Entrevista 9 – Concórdia, SC, 2005.
- Entrevista 11 – Concórdia, SC, 2005.

Entrevista com o avicultor 1

Legenda

L = Lidiane;
C = Cleci;
Av = Avicultor;
Ava = Avicultora;
Ep = Esposa do avicultor;
F = Filho do avicultor;
Fa = Filha do avicultor;
V = Voz desconhecida
Vd = Entrevistado não conhecido

C = Há quanto tempo vocês moram aqui na propriedade?
Ep = 31, eu acho por aí.
C = 31 anos aproximadamente
Av = Em 74?
Ep = 74!
C = É... E como vocês se integraram com a Sadia? Quando foi, que época que foi?
Ep = 71 eu acho, ou 72 porque em 74 já começemo, nós viemo apenas tinha começado a trabalha lá.
Av = Foi por estes tempos lá.
C = Então, o Senhor começou na casa dos pais?
Av = Mas lá eles começaram depois, não tinha energia elétrica ainda, começaram logo depois.
C = Em que ano que foi ?
Ep = 71...
C = 71?
Ep = 71, 72 por aí...
C = E a energia elétrica chegou quando?
Av = 74... Eu acho, nós não tinha, nós peguemo energia elétrica em 74 aqui, só a partir daí começemos.
Ep = Quando botemo o galinheiro.
Av = Só quando botemo o galinheiro começo a chegar, antes não tinha energia. Por que nós peguemo em 74 e iniciemo em 76, 75... Um ano depois.
L = Então quando vocês colocaram o aviário já tinha energia, não trabalharam sem energia com o aviário?
Av = Já tinha, quando fizemo o galinheiro já tinha energia elétrica, já tinha uns 2 anos antes acho, uns 2, 3 anos antes já tinha.
C = E foi a empresa que procurou vocês, que veio conversar com vocês, que pediu para vocês se integrarem ou como que foi?
Av = É foi, foi a empresa por causa do galinheiro pra fazer [...] Daí já tinha que pagar um tanto por cento, pra nós receber todo mês a luz.
C = Mas, quanto ao aviário, vocês compraram o aviário de outra pessoa ou construíram novo?
Ep = Construímo novo.
Av = Novo! De 100 metros.
L = E como vocês pagaram este aviário?
Av = Nós, nós entremo com 20% nessa época.
Ep = Vendemo a terra nessa época.
Av = Resolvemo, vende aquelas terras, aí pagamo 20%, financiemo 80%.
C = E como a empresa avaliava os integrados para fornecer o financiamento? É pra vocês fazerem o financiamento a empresa pedia o que? Assim, ela fazia um levantamento de quantos bens vocês tinham, se ia ter condições depois de pagar os financiamentos ou como era?
Av = Hipotecava tudo, roça e tudo.
C = Hipotecava tudo então?
Av = Não, hipotecava só a terra.
C = A terra?
Av = Só a terra!
Ep = É bastante esses financiamentos aí.

Av = Nós dava 20% pra eles se eles faziam, e 80% foi financiado. [...] tivemos 5 anos pra pagar o galinheiro, depois também sobre, começo a sobra dinheiro no fim, né.

L = Mas dava dinheiro, lucro trabalhar com o galinheiro na época, então?

Ep = As vez dava.

L = Dava bem?

Av = Dava, no começo dava até mais ou menos, em setenta e... vamo vê, 74, em 77 a gente tinha novo, 6 anos que a gente tava aqui a gente tinha novo.

Ep = Essas coisas uma vez a gente ganhava mais dinheiro, e hoje não dá mais, não se ganha mais esse dinheiro.

Av = Se comprava material de construção.

C = E vocês começaram no sistema de integração com a suinocultura ou com a avicultura? Foi com os frangos ou foi com os porcos?

Av = Primeiro compramo material pro chiqueiro e depois pra casa.

Ep = Com os porco no começo a gente trabalhava.

Av = Sim

C = E quando foi com os frangos?

Ep = Quase junto, quase junto...

Av = Não, quase junto, começemo primeiro com as criadeiras, começemo aqui.

Ep = É foi com criadeira que começemos, né.

Av = Comecei com duas, quatro, seis depois foi aumentando as criadeiras [...] Comecei com duas em setenta e quatro.

C = E os equipamentos do aviário como eram? O que vocês tinham de equipamentos?

L = É, quanto as exigências dos equipamentos?

Ep = Na época era tubular

Av = No começo era automático.

Ep = Automático.

Av = Era automático no comecinho, comedouro automático...

Ep = Automático tinha e as calhas.

Av = Caixinha de madeira que se botava ração dentro.

C = E hoje o senhor trabalha com avicultura e suinocultura, ou não?

Ep = Não, porco não tem mais.

C = E roça, vocês fazem roça pro consumo, pra sobrevivência?

F = É bastante veneno né!

L = Ou faz para venda, planta pra vender?

F = Sim, planta milho pra vende.

Av = Milho pra vende. [...] Só que não vale a pena o preço que ta o milho hoje... Não vale nem a pena faze roça hoje.

Ep = Não vale nem a pena planta pra vende.

L = Quantas pessoas têm na família, na casa?

Ep = Três

L = E os 3 trabalham com a avicultura, trabalham em torno do aviário?

Ep = Dentro de casa um pouco, pouco de cada vez.

C = E hoje, que dificuldades vocês encontram na avicultura?

Av = Bastante serviço.

L = É só nos primeiros dias...

C = No início da atividade quais foram as dificuldades e hoje qual a maior dificuldade?

Av = Uma temporada foi às doenças, coisa assim [...] Faz 20 anos mais, nós não vencia.

F = Ma que dificuldade tu tá pedindo?

C = É, quanto ao aviário ainda?

Av = É do aviário sempre foi, agente tem que sempre modifica né, bota...

F = As dificuldades vão surgindo conforme vão mudando.

Av = É tem que ta melhorando sempre né, dentro do galinheiro, se é pra nós sobra sempre menos.

Av = São muitas despesas?

L = Então essas dificuldades são maiores quanto às exigências que a empresa faz?

Av = Primeiro queriam silo de madeira, dentro do galinheiro, depois mudemo, compreimo metálico pra por fora, e o outro joga fora, abandona tudo né. Isso é tudo prejuízo pra nós, pra gente, né.

L = Mas compensa o que vocês investem com o que vocês recebem?

Av = Ah... Um pouco, mas o resto, que nem nós aí... Tá loco, vai tudo na dívida o que sobra, mas um pouquinho sobra.

L = Mas, em média assim, vocês têm controle do quanto recebem?

C = Anualmente?
L = Anualmente por lote?
Av = Que nós com o galinheiro, faz 2 lote que não deu nem pra vive só com o galinheiro. Não faz nem pra pagar as despesas pra nós vive aqui em casa, nem pra as despesas não dá.
C = Mais ou menos um percentual de quanto vocês recebem anualmente?
F = 10 mil, 12 por ano.
L = E quantos lotes fazem por ano?
F = Seis[...] as vezes nem dá, bem 6, por que fica parado né.
Av = É dá uns 12 mil, bruto.
F = Até que ganhemo mais ou menos, se comparar com os outros muitos ali.
C = E vocês costumam fazer um controle próprio da média dos lotes ou, só se baseiam nos dados que a empresa fornece?
F = É difícil por que a fórmula da conta tu não...
Ep = Não se entende.
F = É difícil de fazer as contas.
Av = É difícil de fazer as conta.
Av = Não dá pra entender os cálculos, as fórmulas da empresa?
Ep = Ninguém sabe como eles fazem pra fazer essas contas.
Av = Essas contas que eles fazem, só eles sabem mesmo né, fazem do jeito deles.
L = Então, eles pagam o preço que eles querem pra vocês? E vocês não tem poder de negociar com eles?
Ep = São eles que fazem.
F = Tu não tem nada na mão né. Só tamo, só tamo criando.
Av = É tudo eles que fazem.
L = Então vocês estão satisfeitos ou não, com a renda que vocês estão recebendo? Como vocês estão sendo tratados pela empresa?
Av = Por que na realidade não tem nenhuma de boa aqui pra nós aqui na colônia, não existe nenhuma.
F = Com o que tamo ganhando não tamo satisfeito. Mas se tú não tem aviário pra costia é pior ainda, tem que compra adubo daí.
Ep = Mas até que nós tamo ganhando mais ou menos, até.
F = Mas com o aviário não dá, ninguém tá satisfeito.
C = Se vocês só tivessem o aviário e não tivessem outras atividades, daria para sobreviver?
F = Ah, ganha, ganha mais ou menos, mas tem que investi, aquele que não ganha mais ou menos é pior ainda...
Av = O que tú ganha tem que investi em cima, daí...
C = E vocês têm algum financiamento atualmente? Estão pagando ou já fizeram algum financiamento recentemente?
F = Nós nunca fizemo.
C = Nunca fizeram financiamento com a empresa?
Av = Faz anos... há anos atrás...
Ep = Não, aquilo nós pagemo aquela vez.[...] Foi financiado sim, depois pagado a prestação.
Av = Foi pegado adiantado e foi feito.
L = E quanto à assistência técnica fornecida pela empresa integradora, é boa ou não, o que vocês pensam?
Av = Tem parte que é boa e parte que não é fácil.
Av = Quando vem o técnico...
F = Se tu conversa o técnico...
L = E vocês se sentem dependente ou independentes da empresa?
C = Vocês podem fazer alguma coisa sem consultar a empresa ou?
F = No aviário? É tamo falando do aviário...
L = É, do aviário!
F = A gente não pode fazer nada sem...
C = E quanto a questão assim: vocês tem que fazer, cumprir tudo o que eles exigem ou não?
Av = Somos dependentes mesmo.
F = Dá pra fazer... Dá pra fica sem fazer o que eles mandão, daí... Daí tu é cortado, né.
Av = Daí eles te cortam na hora.
F = Daí tú fica ali chorando mesmo.
Av = Se tú quer segui mais ou menos, tem que ir com eles.
F = Tem que dança da forma da música deles, né.

L = E se hoje fosse pra colocar aviário de novo vocês colocariam?
F = Só com uma garantia!
Av = Garantia de quê?
F = De quanto ganha por lote, por ano.
Av = Não existe garantia nem no banco.
Av = Nem vontade de trabalha não tem, vô faze, fazer mais um pedaço, mais 50 metro, se fosse faze lote bom ainda [...] Daí colocava, mais por em quanto não.
L = Então, por enquanto não?
Av = Vamo fica assim, pará por aí.
C = E, quanto ao futuro, vocês acham que tende a melhorar? Que pode melhorar ou que vai ficar cada vez pior para vocês?
F = Cada vez pior!
C = Nenhuma esperança que melhore ?
F = Tu pode ver na região né, que tem sempre um fechando, todo dia fecha aviário, não é boa coisa, não tá bom.
Av = Vocês já acharam um que já disseram que ta bom?
L = E vocês já se engajaram em alguma luta pelos direitos dos avicultores, através de algum sindicato? Existe algum sindicato ou organização que represente e lute em defesa dos avicultores?
Av = Ah, foi, já foi feito uma reunião da associação ali.
F = Da associação né, associação dos moradores, mas acho que a Sadia cortou até aquilo.
Av = Não deu certo.
F = De primeiro parecia que ia [...] foi tudo a falência.
Av = Não teve resultado nenhum pra nós, isso aí.
C = Então essa associação não deu certo?
F = Teve iniciativa, mas não deu em nada.[...] Eles conseguiram mudar a fórmula da conta, só que pra isso mesmo o resultado fica.
Av = Á forma que eles adotam é, mais difícil pra gente, cada vez mais difícil fica.
C = E o aviário está dando lucro para o avicultor ou não?
F = Só pra vive!
Av = Depende né, se tivesse, se fosse cobra toda a mão-de-obra que botemo lá, dá prejuízo, se fosse cobra a mão-de-obra.
C = Exige bastante trabalho, mão-de-obra?
Av = A gente já não bota a mão-de-obra, o serviço junto nisso.
F = O serviço de mão-de-obra não é nada, o problema é os equipamentos que exige né, não sobra dinheiro por isso.
Av = É a mão-de-obra, subi de noite 2, 3 veiz faze fogo, não é fácil.
Ep = Fica passando frio.
C = O que vocês vocês pensam disso?
F = O problema que tu ponha, tu ganha ali e investe.
Av = Pior é os equipamentos que o preço ta lá em cima.
L = Qual é a escolaridade de vocês?
Av = Quarta série.
Ep = eu estudei até quarta série
F = eu tenho o segundo grau.
C = Vocês são sócios em algum sindicato, alguma associação ou cooperativa?
F = Cooperativa, sindicato.
L = Qual é o sindicato?
F = O sindicato rural.
Av = Dos Produtores rurais
L = Dos Trabalhadores rurais.
C = E vocês acham que o sindicato é importante? Ele contribui, ou está ajudando vocês no caso da avicultura, com algum incentivo, alguma preocupação com isso ou nunca?
F = Nada, nada.
Av = Tem que paga o sindicato só pra dentista, mas nem, faz serviço de porco, nem vale nada.
F = No aviário nem, nem deixa fala nada, não, não...
Av = Tá fraco, o sindicato nosso lá tá...
C = E a saúde de vocês, tem alguém com algum problema de saúde?
F = Não, vou morrer 10 anos antes.
Av = Eu já não posso mais ir dentro do galinheiro, por causa desses venenos que se usa dentro do aviário, o gás que tem dentro.[...] Já nem eu posso mais ir ao galinheiro.

Ep = Eu so alérgica
Av = Mas não melhora nunca eu acho isso aí, ela ficou internada um dia lá.
C = Existe alguma alternativa ao sistema integração? Uma outra saída, alguma possibilidade de vocês terem um outro trabalho a não ser esse?
F = Só planta feijão! (Risos)
Av = Minha solução é aposenta, mas sabe como é não se tem carteira assinada mais que um salário não se ganha.
F = No interior não tem o quê.
C = Então, não tem outra alternativa na opinião de vocês?
Av = Tem a solução de produção de leite, mas hoje também não se sabe o que faz, a melhor solução é a produção de leite ainda. Mas do jeito que tá hoje [...] Lavoura não da mais, faz a conta da lavoura, dá, vai faz a conta não da nada mais. E o que ainda? Porco não tem mais, foi tudo terminado.
Av = Uma vez plantava feijão, vendia feijão e ganhava dinheiro, hoje cabou-se o que era bom.
C = E se fosse para se integrar hoje, e só viver da avicultura, vocês se integrariam novamente?
L = Assim do jeito que está o sistema integração hoje, vocês se integrariam?
Av = Não, tem poucos que se botam nisso hoje.
F = Só quem não experimentou ainda é que tá experimentando, o cara que compra aviário é que não experimentou ainda.
F = Não tem garantia.
C = Vocês se sentem dependentes da empresa, subordinados à ela, ou seja tem que fazer o que a empresa impõe e ponto final?
Av = Nós não temos alternativas.
F = Tu sai prejudicado ou tu é excluído.
C = Ou excluído?
Av = É... Por que tá na norma deles, eles não podem cair fora.
C = E assim comparando a época que vocês se integraram e hoje, era mais difícil a atividade naquela época ou hoje? Dava mais lucro naquela época ou hoje? Como vocês vêem isso?
Av = Aconteceu à mudança do lado deles, a empresa...
Ep = Foi da empresa, né.
C = E quanto a questão da participação dos lucros da empresa, de décimo terceiro salário, de férias, etc. Vocês teriam alguma coisa a dizer sobre isso?
F = Já foi cobrado, mas daí tu não é funcionário deles, tu é parceiro.
C = Então, enquanto parceiros da empresa vocês não possuem essa garantia de direitos de trabalhadores?
Av = É parceria, não tem nada a ver.
F = Pro cara receber isso ele precisa ser funcionário.
C = É isso que a empresa alega?
F = Sim.
Av = Se der uma greve nós não temos onde, se defender, more de fome.
C = Mas vocês acham que isso é bom ou é ruim pra vocês?
Av = Mas o que eu disse agora, de bom não tem nada, tu tem que...
F = Nós devia de recebe né, décimo e tudo!
C = Como qualquer trabalhador assalariado.
Av = Tu não vai acha um que diz que ta bom, tú vai dize o que que tá bom hoje? Nada!
C = Nada?
Av = Vai até que estora esse negócio aí, isso sim.
C = E quais as perspectivas de vida de vocês, hoje?
F = O custo de vida é alto e se tá ganhando o que se ganhava a 3, 4 anos, 5 atrás. O mesmo valor o lote de frango.
Av = E, por exemplo, o resto aumento tudo e o nosso não aumenta, pouco né.
C = Vocês gostariam de fazer mais algum comentário?
F = A daí vamo fazer greve daí. [...] Tinha 400, 500 sócios ali daquela associação, e já tinha metade de, de, quem tinha aviário era associado, mas daí abriu-mão.[...] Então o pessoal tá com medo, pensam em Pará, mas não param
C = Por que se sente dependente?
Ep = Quando vem fazer uma reunião aqui, um vai e outro não vai por que já tem menos.
C = E quanto às reuniões, eles fazem reuniões mensais, como são essas reuniões?

F = Quando muda de algum padrão, alguma regra ali daí fazem pra comunica, uma antes do inverno e uma antes do verão sempre eles faziam né, daí pra tú controla o calor ou no inverno, agora até tão passando mais, mais seguido.

Av = Sabe-lá, uma vez um vai, outra vez vai outro tudo não vai. O mesmo um técnico vai, o outro não vai, nunca vai funciona essas leis.

L = Talvez isso acontece porque ainda tem aquele avicultor insatisfeito com o Sistema vende o aviário e ainda tem aquele que não conhece a atividade e quer se integrar.

Av = É tem aquele que acha que tá bom, que ganha bem.

F = É assim a coisa, se não tivesse aqueles que tão lá na fila pra por aviário, daí davam valor pra aquele que tem.

Entrevista com o avicultor 2

- C = Eu queria que o senhor me dissesse quanto a sua procedência, como que o senhor veio morar aqui, nós precisamos saber, como foi na época o surgimento e instalação do aviário?
- Av = Nós instalemo o aviário em 1976.
- C = Em 76.
- C = A empresa que veio pedir pro senhor se integrar, como é que foi?
- Av = Eu já era integrado da Sadia, eu já tinha avicultura e suinocultura daí nós tinha junto o aviário com meu irmão e nós compremo esse aviário de terceiro e desmanchemo e construímo aqui.
- L = E o senhor veio pra cá de onde, vocês já eram de Concórdia, a família ou?
- Av = Somos daqui mesmo, meu pai mora aqui na mesma propriedade.
- C = Mas é italiano, ou descendentes de italianos que vieram do Rio Grande do Sul pra cá?
- Av = Sim, que vieram do Rio Grande do Sul, mas eu nasci aqui me criei aqui.
- C = Nós precisamos saber o número de pessoas que se encontram aqui na casa? São cinco pessoas? E assim, a escolaridade do senhor é até a terceira, quarta série?
- Av = Quarta série do primário.
- C = Quarta série do primário! E o senhor tem alguma participação em algum sindicato, alguma associação, cooperativa?
- Av = Sindicato, cooperativa.
- C = Quais são as demais atividades desenvolvidas na propriedade, além da avicultura, tem gado de leite e suínos?
- Av = Suinocultura, gado de leite não.
- Ep = Mas tem uma!
- L = Pra tira leite tem? (Risos)
- L = E roça, fazem roça?
- Av = Fizemo, fiz lavoura.
- L = Trabalham com milho...
- Av = Milho!
- L = Uhu...
- C = E a, ainda sobre o sindicato, as associações que o senhor participa, tem alguma luta especifica da avicultura?
- Av = Sobre a avicultura o sindicato tá muito fraco, começaram duas, três vez, mas a associação da avicultura esta muito fraca, não tá dando...
- C = E sobre a organização do sindicato o que o senhor pensa do sindicato que participa?
- Av = Sindicato Rural.
- C = E quanto ao sindicato o senhor acha que, que é bom, que ajuda?
- Av = É um pouco ele ajuda, mas bom ele não é.
- C = Uhu... Mas daí pra avicultura não tem nada especifico?
- Av = Iniciaram umas par de vez, mas acho que nem existe mais.
- C = E daí, quando o senhor começou a se integrar?
- Av = Que eu comecei foi logo que eu vim mora aqui, nós já trabalhava antes junto com o meu pai e daí nós viemo mora aqui no ano de 72 e começamos a atividade no ano 76 já tinha antes junto com meu pai.
- Av = É nós tinha até aviário junto, depois nós viemo aqui e continuemo trabalhando e fomo até 86 e é 10 anos que nós temos aviário.
- C = E os motivos que, que levaram o senhor a se integrar?
- Av = Com a avicultura?
- C = É, especifico da avicultura que nós gostaríamos de saber.
- Av = Eles deixavam sempre na coluna quem tinha aviário e coisa, na época era, era lucrativo e daí colocamo daí até na época que nós queria construir novo não tinha vaga daí nós compremo e dividimo porque senão eles nem te davam novo, se tivesse dado novo o Sadia porque tinha bastante aviário na região, só podia compra de outros.
- L = E como isso acontecia? A empresa fazia uma pesquisa?
- Av = Sim, é que no caso a tinha quem vendia, daí o cara ia na Sadia se informa, daí eles iam vê, eles iam i vê se a propriedade dava condição ou não dava, se era integrado deles e eles achavam que podia bota eles dava, davam ordem pro cara compra e se não tinha condição eles não aceitavam também, dependendo não era pra todo mundo que eles davam, como pra nós, como que nós já trabalhava com o Sadia e era, daí eles aceitaram.

C = Mas daí, essas pessoas que eles não deixavam era por quê?

Av = É que as vez eles iam vê se a pessoa tinha condições de fazer era bom, eles iam te informações né, vê se...

C = Se era uma boa pessoa, se...

Av = Se ele era uma boa pessoa se ele trabalhava ou se ele só queria as coisas...

L = Se dava bem na comunidade também?

Av = É, essas coisas daí eles iam, eles vão na base de tudo os cara tinha que ser conhecido e ter lugar pra por.

L = É, e o dinheiro pra fazer as mudanças...

Av = É até, até na época tinha até financiamento, a Sadia mesmo encaminhava só que no caso que nem esse era outro caso, porque não tinha vaga assim na região só tinha aquela quantidade, que o pessoal a maioria, eles só aceitavam se o cara comprava de outro.

C = Uhu... E quais foram as dificuldades encontradas no início?

Ep = Sempre apertado

Av = O caso maior que nós tivemos foi, foi alguma falta de, foi alguma falta de dinheiro coisa, mas nós se viremo mais fácil do que hoje, foi mais fácil do que hoje.

Ep = No começo sim foi mais fácil do que hoje.

C = Daí vocês fizeram financiamento no começo pra instalar o aviário?

Av = Nem financiamento não fizemo, nós tinha outro e daí nem financiamento pelo banco nós compremo, fizemo terra planaje e coisa vendemo mais um pouco que tinha.

C = Mas no começo o que foi mais difícil?

Av = O mais difícil que foi pra nós era consegui uma vaga, fazia um tempo até que nós tava com vontade de construí, daí pedimo pra Sadia, a Sadia mando que se nós queria podia compra de um outro, daí fomo vê pra compra, tinha até alguns que eles nem aceitavam, daí deram, vai lá e compra o galinheiro do fulano, do siclano porque eles tinham comprado até de outro e eles não aceitaram, porque daí nós tinha comprado um aviário lá em Santo Antonio e eles nem quiseram traze pra cá porque tinha aviário fechado aqui, na mesma comunidade daí eles mandaram compra o que eles queriam foi a coisa mais difícil que teve, que daí nós tivemo que compra daqueles que eles queriam.

C = Uhu... Que eles indicavam né!

Av = É por que daí eles me indicaram três, quatro pra mim compra e lá nos cara os cara nem vendiam o aviário.

Av = Daí tivemo que compra na época o galinheiro do Nelso Simione 50 metros.

C = A daí vocês compraram dele.

Av = É ma daí tivemo que paga o que ele queria porque era dele.

C = Uhu... E dava, dava lucro no começo?

Av = Deu...

C = Dava bem?

Av = Dava mais que hoje.

C = E o senhor está satisfeito com o sistema de integração?

Av = Tem que dize que ta bom, a única coisa que não tem, que não ta muito boa é a renda, a integração ta boa vai, nós não podemo se quexa da integração nós podemo se quexa do lucro.

L = Eles dão uma boa assistência técnica?

Av = Dão.

L = É, quando precisa empréstimo ou coisa assim eles sempre financiam?

Av = Dão, a firma vem ai, só que tão exigindo tanta coisa que não tamo tendo retorno, mas o resto seria o que mais que ta acontecendo é que não se tem retorno.

C = Os equipamentos eles tão exigindo muito?

Av = Tão exigindo coisas e já tamo sendo obrigado a por e temos pouco retorno.

C = Complicado isso, e se não colocar os equipamentos que eles pedem, o que acontece?

Av = Sim, tão quase falando em fecha o aviário quem não bota certos equipamentos tão botando até quase na mara.

C = O senhor tem algum controle de quanto recebe, guarda as nota pra fazer uma media dos resultados?

L = É de, pra no fim saber se é justo se não é justo o que eles pagaram, se vem mesmo realmente aquele tanto de pintinhos, se eles consomem tanta de ração a Sadia diz, se tem como controla, se vem mesmo o tanto de ração, se os frangos tão mesmo naquele peso, o senhor tem um controle disso ou acredita no que a Sadia diz?

Av = Temo pouco controle, temo que acredita bastante na firma.

C = O senhor pesa os frangos antes de carregar?

Av = Nós sempre fizemo só que não é 100% que pesa, porque tu não pesa 100% pesa uns 7, 8.

L = Sim aquela media que eles fazem.
C = Faz a media?
Av = Eles fazem as contas, pesam os frangos e nós temos que confiar na firma só.
L = Sim!
C = E a renda media, dos lotes que o senhor vem fazendo mais ou menos é de quanto?
Av = Hoje?
C = É, por ano?
Av = Hoje eu to tirando a media de dois mil por lote de 50 metros, fica em torno de 2 mil por lote a maioria dos nossos lotes tão até a cima da media que a Sadia, só que nós achemo o retorno baixo. Os nossos lotes são bom porque a Sadia considera bom, só que pra nós eu acho pouco ali.
L = Sim.
Av = Só que eles acham que ta acima da media, dando ali em torno de 2 mil por lote a media do ultimo ano.
C = Se for contar dois mil por lote, quantas despesas que o senhor tem?
Ep = Lenha não sei quantos metros, eletricidade.
C = Porque eles não descontam isso, é o bruto, mas depois se for descontar
Av = Eu acho que da mais de mil real de despesa.
C = E se fosse só trabalhar com a avicultura, se não tivesse outras coisas, o senhor acha que daria para sobreviver, se não tivesse o milho, a roça, a suinocultura, se fosse só com a avicultura?
L = E se o senhor hoje não tivesse aviário, colocaria um aviário hoje?
Av = Olha, eu acho que hoje ta sendo muito mais difícil porque quem tem aviário, pode ser que quem não tem coloque, mas quem tem ta difícil de amplia o negocio, pode ser que um ou outro, só que ta mais difícil hoje o pessoal ta vendo que a renda não ta boa, só que tem altos e baixos que nem nós aqui dependemos bastante da avicultura.
L = O avicultor hoje não consegue sobreviver só nesta atividade.
C = E o senhor acha que pode melhorar, qual sua expectativa ?
Av = A firma diz que ta muito bom assim, diz que ta muito bom!
L = É parece que sim, os lucros estão bons, mas para a empresa.
Av = É tão alto lá, só que não tão repassando, eu acho que falta metade tem alguma coisa errada no começo, a firma tava dizendo que ta muito, muito bom à venda pra exportação e venda de frango, só o retorno que eu acho pouco.
L = Eles exportam pra muitos países.
Av = Sim que tem falta, tem muita gente não sei porque que 80% dos avicultores não ganha dinheiro.
C = Mas, dá pra continuar com a avicultura deste jeito?
Av = Continua dá, porque se um pára o outro ta construindo então a firma tá aproveitando, enquanto um pára tem os outros pra coloca.
L = O senhor tem algum financiamento ou não?
Av = Eu fiz financiamento, mas não pra avicultura.
L = Já fez algum pra comprar equipamentos assim?
Av = Já!
C = Qual foi o ultimo que o senhor fez para o aviário?
Av = Foi quando nós colocamos o nipple
C = Isso já faz quantos anos?
Ep = Faz uns 3 anos.
C = E se fosse mudar alguma coisa, o que o senhor mudaria ? É, se fosse mudar alguma coisa quanto ao trabalho na avicultura, renda, o que o senhor mudaria?
Av = A única coisa que tinha que muda é a renda.
L = A renda, porque, para ganhar mais?
Av = Ganha mais, equipamento precisa tudo o que é equipamento precisa equipado, precisa automático, o cara não agüenta nem serviço não tem tanto porque hoje tá sendo tudo automático dentro do aviário, nós botemo tudo o que eles querem.
C = Quase nem dá muito trabalho, ou dá trabalho?
Av = A cortina abre e fecha sozinha, trata sozinho realmente funciona.
L = Recolhe aqueles que morem...
Av = É, tirá cascão é a pior coisa que tem.
C = E quando tem que carregar os frangos, têm quem limpar o aviário?
Av = Tem quem carrega... Uma equipe carrega os frangos, pra limpa o aviário nós temo maquinas temo tudo não é difícil, agora têm muitos que não tem nada pra tira esse adubo e se judia até que tá limpo com o galinheiro, chega a hora de lava temo a bomba tem tudo, tem gente que não tem nada

sofre pra cachorro começa a limpa o aviário demora dois, três dias e nós lá em pouco mais de dois dias tá limpo.

C = Uhu... E essa questão de negociação com a empresa, assim quando, se faz alguma negociação eles ouvem o integrado, eles dão a preferência pra o que o integrado está precisando?

Av = Sim, eles botam as metas deles né, eles atendem o avicultor, eles dão financiamento se o cara precisa pro plantil a firma paga, o aquecedor e coisa eles adianta dinheiro coisa adianta, a diferença é a falta de lucro.

C = Então, é eles que decidem e ponto final?

Av = se o cara não quer trabalha é pra já também, que quando que nós vamo mal se o cara vai lá reclama daí que vem as coisas pior, que se nós reclama mesmo com eles lá eles chamam nós de errado.

L = Eles vêm impondo as coisas?

C = E se vocês reclamarem com o técnico, o que ele diz?

Av = É daí ele vem ver se ele acha, se ele acha alguma coisa errada, tem que tê alguma coisa errada nem que não tenha ma, muitas vezes o lucro do lote sai dos pintos que eles levam, só que eles acham que levam pinto bom.

L = É!

C = Existe alguma alternativa além da questão da integração, o senhor acha que existiria alguma alternativa se não fosse estar integrado hoje?

Av = Tem outras integração, o cara que não é integrado com nada ele não faz nada, vai fazer o que por conta mesmo tem meios...

C = Mas, teria ou não?

Av = Só que daí se o cara não trabalha com uma firma trabalha com outra ou o cara pega outra atividade, tem coisa pro cara vive, não é só com a integração com a Sadia que se vive, que não é só a Sadia que tem que se integra.

Av = Até por conta hoje tem gente trabalhando.

C = O senhor acha que daria pra trabalhar por conta assim, sem estar integrado a uma empresa?

Av = Com a avicultura não dá porque o cara não tem uma certeza, o cara uma hora ganha outra hora perde, tem que trabalha com alguma empresa porque senão tu vai se bota no mercado direto e uma hora tu vende e outra hora, hora de crise não vende pra ninguém, vem o cara, se o cara não trabalha pra Sadia vai te que se integra com outra firma.

C = Uhu..., o senhor se sente dependente da empresa, ou não?

Av = Á claro que tem que obedece, se o cara não vai bem com a empresa daí não vai trabalha nunca, só que se o cara não tem uma integração, o cara pode até entra em outra, se tem integração vai, tem saída!

C = Mas o senhor se sente subordinado à eles, tem que ouvir o que eles mandam e pronto ou teria uma outra saída?

Av = Á o cara tem que obedece às ordens deles, a gente tem que ser mais ou menos que eles podem vir ali manda fazer alguma coisa e não dá pra fazer, tem que boas condições pra fazer o que eles pedem.

L = E eles não acabam assim determinando as relações da família, as relações com a sociedade até desde horários pra estar com a família?

Av = Sim, sim conforme pede a integração.

L = Deixa às vezes de sair porque tem que ficar cuidando do aviário, coisas assim acontecem com vocês?

Av = Claro que acontece, não é diariamente, mas sempre acontece porque a hora que precisa lá tu tem que i atende, seja noite, seja um caminhão vem ai a meia noite, duas hora da madrugada tem que descarrega esse caminhão, eles não tem horário que nem pra nós não existem um horário tão somente, tal hora...

L = E quantas horas por dia mais ou menos o senhor trabalha no aviário?

Av = Dentro do aviário não é tanto, só que as hora que tu trabalha em tudo, tem que atende as necessidades, não tem tantas horas diárias.

C = Já foi mais difícil então, há tempos atrás?

Av = Sim, a mão-de-obra diminuiu, mas aumentou o custo da...

C = Quando tinha bebedouro...

Av = Só que hoje ta tudo automático diminuiu a mão-de-obra.

C = E antes dava mais trabalho, quando tinha os bebedouros, os tubulares...

Av = Á era um trabalho braçal né, porque hoje já é quase tudo a base de motor

Av = Daí aumenta o custo de luz e manutenção dos equipamentos...

C = E se quebra alguma coisa tem que repor e...

Av = Sim, sempre tem que repor só que a mão-de-obra enfim, afinal diminuiu.
L = O ruim então mesmo é ter que levantar de madrugada? Ali pra carrega frango, tem que descarregar a ração e...
Av = Isso nós podemos troca, carrega de dia. Mas eles carregam de noite também né, como é perto da cidade a maioria das vez eles carregam de dia, é o mais difícil é bota a lenha nos tonel, faze fogo e ver a temperatura.

Entrevista com o avicultor 04

- C** = Há quanto tempo morra aqui no local, nesta propriedade?
Av = 20 anos.
C = 20 anos! E... Há quanto tempo que colocou aviário?
Av = Já existia o aviário, foi colocado pra Sadia e...
C = Há 20 anos então vocês são integrados?
Av = Mais de 20.
Ep = É, que nós viemos mora aqui é 20, mas eles que tavam aqui é mais.
L = Então quando vocês compraram a propriedade já tinha o aviário e vocês continuaram com a atividade?
Av = Já tinha, continuamo tocando.
C = E quem procurou vocês pra vocês colocarem o aviário, foi a Sadia ou vocês que procuraram a empresa, como foi?
Av = Na época era um bom negócio, e daí já que nós tinha um, compramo uma propriedade com mais um em cima, daí o pai já tinha ai vo compra mais um, procedimento...
C,L = Uhuu...
L = Então era fácil na época para comprar os aviários?
Av = Sim, ficava bem mais fácil do que hoje, o retorno era melhor também.
L = Uhuu... E vocês pagaram em dinheiro ou fizeram algum financiamento?
Av = Não, na época foi comprado à vista.
L = A vista?
Av = Sim.
L = Uhuu...
Ep = Mas hoje...
Av = Hoje ta no diabo!
C = E era de quantos metros, 100 metros na época?
Av = 100 metros.
C = Á... E a questão dos equipamentos, que equipamentos vocês tinham no aviário na época?
Av = O equipamento que botava é... O que tinha na época era os tubular né.
Ep = E calhas no caso né.
C = Mas, tinha o automático antes?
Av,Ep = Não...
C = Então começaram com os tubulares?
Av = Com tubular, foi tocado em torno de 6 a 7 anos no tubular.
Ep = Tudo puxado!
Av = Depois foi botado o automático, depois foi virado pro tuboflex.
C = Hu...
L = E, tinha piso ou era de chão batido?
Av = A era piso, meio ruim e continuou ainda aquele piso ruim por que... Não entrou mais verba do aviário pra repor.
Ep = Não tem...
C = E, a Sadia na época exigia muito de vocês para colocar os equipamento, como era? Tinha muita cobrança quanto aos equipamentos?
Av = Era bem menos que hoje né, hoje tá bem mais, hoje se tu não investe, não coloca ainda por cima tem a defasagem que fica te tirando aquela porcentagem, e naquela época não tinha se colocava, colocava se não ia uns par de anos até que fica.
L = Então hoje a tecnologia é mais avançada e a empresa exigindo cada vez mais?
Av = Cada vez mais.
C = E se vocês não colocarem os equipamentos que eles exigem, o que acontece?
Av = Tú fica um tanto atrasado né, que tú não consegue mais, como é que tú vai é acompanha a, o hoje eles dirige um padrão de que, vamo dizer precisa da peso, precisa conversão melhor e se tú não tem os equipamentos, tú não consegue acompanha, daí tú fica fora daquela, daquele ganho...
C = Ahã... E vocês fazem algum controle próprio nessa questão do peso dos frangos, um controle assim de vocês, para ver se fecha com a fórmula que eles usam pra chegar no resultado do lote? Assim, vocês fazem algum controle próprio de vocês pra poder saber se o que a empresa pagou do lote foi justo ou não? Já fizeram um controle assim de vocês, ou confiam no resultado da empresa?
Av = Controle tú não tem, tú vê na...

Ep = No que sobra assim...

Av = Na base do olho, por que o lote quando tú vê que é bom, é bom quando é ruim, é ruim só que na verdade peso e controle tú não vai sabe nenhum, tú pega o que eles mandam, não adianta. É como se diz o ditado: Não adianta estuda a manera pra fazer a conta, se eles que fazem a conta.

L = Então vocês não têm também como ir lá na empresa negociar o preço com ela?

Av = Nem tem como chega.

L = Nem chega até lá, eles nem recebem?

Av = Não, não chega, nem é recebido.

L = É, e a assistência técnica, como era na época e como é hoje?

Av = É a assistência técnica vamos dize o que? Se precisa de alguma coisa talvez em dois dias por ai tú liga lá e recebe, eles vem da uma olhada ou senão, passa por assim mesmo.

L = Eles nem aparecem na propriedade?

Av = Nem aparece.

Ep = Tá bem mais difícil do que uma vez, bem mais...

Av = Mas daí se tú ligava, em questão de dois dias ali ou no mesmo dia tavam ali te dando, se precisava alguma coisa, hoje talvez tú ligando lá pode ser que eles mandam hoje, mas talvez demora três dias.

L = Uhuu...

C = E as dificuldades então eram maiores no começo ou hoje?

Av = Á hoje, hoje ta né, vamo dize assim na, não mudou muito não, era um pouco, mas difícil por que era um pouco mais braçal dá ração. Hoje não depende da ração tão braçal, em equipamento acho que melhoraram, ajudavam um pouco né, com a estrutura sem dúvida nenhuma.

Ep = Mas quem investiu né.

Av = É quem investiu...

L = E, vocês são em quantas pessoas na casa?

Av,Ep = Em 4.

L = 4! Os 4 ainda moram aqui, e trabalham?

Av = É, mas eles tão aí também e tem um que estuda né.

L = Sim.

C = Uhuu...

L = E que outras atividades vocês tem na propriedade além da avicultura?

Av = Leite.

L = Leite!

C = A suinocultura também, ou já?

Av = Suinocultura tô parado.

C = Por que?

Av = Por falta de mão-de-obra.

Ep = Se era pra continua nós não ia vence mais né.

C = Uhuu... E roça daí vocês também fazem, para o consumo?

Av = Milho pra silagem.

L = Planta milho, feijão, pra vender?

Av = Não, não...

C = Só pra consumo então, uhuu...

L = Vocês participam de alguma associação de moradores, sindicato, cooperativa, são associados?

Av = Todas, todas as entidades.

L = Todas! Ahã...

C = E vocês acham que esses órgãos, essas organizações elas ajudam vocês a reivindicarem pelos direitos de vocês, até na questão da avicultura mesmo tem alguma organização mais voltada pra a avicultura, de algum sindicato que lute por vocês?

Av = Na verdade até, até sindicato e associação tem, pra ter tem, só que é uma coisa assim a avicultura são os avicultores que um acha que tá bom e os outros que se lasque, é falta de organização e daí não adianta nada ter um sindicato alguma coisa se na hora de pega junto ninguém, não vão junto.

Ep = Foi tentado uma vez só que daí...

C = É, já teve alguma organização dos integrados?

Av = Tem, tem, tem... Tive e tem ainda alguma associação, só que hoje por falta de... A situação tá fraca né.

Ep = Convoca pra reunião vai 3, 4 só.

C = Uhu... E porque será?

Ep = É a questão do medo, que o avicultor tem. Não é que nem um cara, que nem lá na cidade no caso tem uma organização ali que é pra prefeitura, todo mundo faz greve beleza, mas o avicultor não! Um vai o outro tem medo que fecha o aviário. [...] Eles têm medo de participar por que eu vô lá aquele da Sadia ta lá na frente, lá e vai me enxerga eu aqui, ele vai me fecha o aviário é assim que acontece.

C = Uhu... Então, já chegou a ter um sindicato na região, mas que não permaneceu muito tempo, é isso?

Ep = Sim, já teve, teve...

Av = Tanto tempo não permaneceu pena que uns par de anos, uns quatro mais ou menos, mas depois...

Ep = Mas depois...

Av = Por falta de participação.

C = Hu... acabou então.

L = E quanto aos financiamentos. Vocês possuem algum financiamento para compra de equipamentos do aviário?

Av = A questão de pegar um prazo né, mas financiamento não foi pegado.

L = Não!

Ep = Mas só que no caso sempre tem que tira de outros, pra que nem do leite outras atividades que a gente tem pra se tú qué compra um equipamento novo, por que sobrá mesmo do aviário, é muito difícil...

L = Uhu... Sabem me dizer, mais ou menos, a renda média dos lotes, por ano? Tem um controle mais ou menos?

Av = É o que a Sadia repassa pra nós com os descontos da uns 3 mil, 3 mil e poucos reais.

L = Por lote?

Av = por lote!

L = E vocês fazem quantos lotes por ano?

Av = Uns 5, 6 lotes.

L = E como vocês se sentem perante a empresa? Vocês dependem da empresa ou são autônomos?

Av = Não, nós somos dependentes da Sadia tem que faze o que eles mandam né, não tem nada de fazer por conta lá dentro.

L = Nada, nada?

Av = Nada! Somos só empregado.

L = E empregados sem carteira assinada?

C = Sem décimo terceiro, sem décimo quarto salário?

Av, Ep = É...

Ep = Com uma aposentadoria nunca...

C = Nunca! E sem assistência ou plano de saúde, né...

Então a empresa não vê vocês como funcionários da empresa, ela só vê vocês como parceiros?

Av = É um parceiro, na verdade tamo ai como parceiro, assinando documento ainda.

L = Uhu... vocês têm contrato com ela?

Av = Temo, temo contrato.

L = É?

Av = Contrato assinado e registrado.

L = Ahã...

Ep = Pra gente tem que né.

L = E pra cancelar o contrato?

Ep = Tu tem que avisar um tempo antes, tu não pode para de soco, deixa eles no mais né.

L = E pronto?

C = E, se fosse hoje, que não tivessem ativado ou desativado, vocês se integrariam de novo hoje, se fosse pra colocar um aviário hoje?

Av = Não, hoje não só por que tú tá, tu ta dentro da atividade, por que tú depende disso, hoje tá instalado nisso, mas hoje se dependesse de sair, de compra e ou coloca de novo, de maneira nenhuma.

C = É se não tivessem outra atividade e só dependessem do aviário, vocês colocariam o aviário hoje?

Av = Não, hoje tem outras atividades fora o aviário muito mais rentável e menos trabalhosa.

L = Uhu... Não incentiva os filhos a continuar na atividade?

Av = Não, não...

Ep = "Pô lá mor de Deus!".

Av = Tão trabalhando por que o pai incentiva se não, não.

C = E quanto ao futuro, vocês vêem alguma possibilidade melhorar a atividade no futuro?

Av = Não, não o futuro, o futuro é técnica, tú more trabalhando e fica torto e não leva a nada.

Ep = Não ganha nada, não rende aquilo lá.

C = Uhu... Mas, no início era uma atividade lucrativa, não era?

Av = Sim, na época era um bom negócio.

C = E porque será que modificou isso no decorrer do tempo?

Av = Por que no decorrer do tempo as coisas vão ficando mais explorada né, a empresa explora a avicultura não tenho nem duvida nenhuma, fico hoje quem ta bem ta os que, quem sobra fica por empregado ou a empresa que sobra milhões de milhões e investe em outras atividades, outras empresas. Na verdade é uma ladroagem pra cima dos avicultor.

L = Uhu... Então pra empresa ir bem ela precisa que vocês não estejam bem, ela explora vocês?

Av = Pra empresa um bom negócio é quando o avicultor hoje, o avicultor tá endividado, é um bom negocio, por que daí se obriga a trabalha ali.

L = Uhuu... Isso porque tem os financiamentos pra pagar?

Av = Daí ele tem que paga, tem que fica ali.

Ep = Mas tu vê eles oferecem bastante quem quer financiamento pra pode pega as pessoas, por que tem gente que fecha o aviário [...] o outro lá vê, tá louco pra abri, por que tem o financiamento por que quando tá endividado ele se obriga a leva a sério.

L = Sim!

Ep = Daí ele tem a vida e tudo lá.

C = Uhu... E teria alguma alternativa hoje, alguma outra possibilidade de trabalho a não ser esta?

Av = Pra ter até tem, mas vamos dizer assim é, depende de investimento dependendo da propriedade que tu tem, depende do tipo de propriedade que tú tiver você pode até ampliá hoje com essa... Meio ambiente ai tá meio complicado se você depende, dependendo da propriedade que tú tivé até é viável fazer qualquer investimento.

C,L = Uhu...

Av = É quase bem mais viável pega um emprego e chega o fim do mês tú não tá se incomodando com nada, se compra uma casa pra mora sem problema nenhum.

C = Uhu... Mas assim, quanto a alternativas no campo, que outras alternativas teria no campo, fora a integração com a Sadia?

Av = É o que que eu falei né, se tu tiver um espaço bom, tú precisa de umas vaquinhas talvez um chiqueiro.[...]

C = Teria assim alguma, alguma questão que vocês gostariam de dizer assim quanto a todos esses anos que vocês vem trabalhando com a avicultura? Alguma experiência que aconteceu com vocês interessante, alguma coisa que chamou a atenção nestes anos?

Av = Não, nós aqui também não tem muita assim, muito entre meio tempo vamos dizer assim, de complicação, sempre meio vamos dizer assim, meio pensando e fazendo as coisas foi alinhado né, tanto com o técnico o diálogo, não adianta tú ficá ofendendo o técnico se tú precisa dele.

Ep = Hoje ele não é o culpado, tu não sabe, ele não tem nada a ver, é mandado também, né.

Av = Ele é mandado. No mais dá, dá pra dizer assim, eu sempre digo assim, no momento que eu vim aqui eu fui muito bem, por que eu não tinha, tinha um chapeuzinho também na cabeça só, e hoje da pra dizer que tenho alguma coisa né, podia ter ido melhor se a gente não tivesse... Inquinado outra atividade, com o tempo aqui hoje a minha intenção não, até to dizendo pra nós, quando eu to trabalhando a minha intenção quando eu vim aqui era de bota caminhão, hoje...

Ep = Hoje já é inviável também.

Av = É inviável, hoje é inviável também, então quem esta.

Ep = Vamos continua ali mesmo.

C = Sim.

Ep = Mas pros nossos filhos não, não é futuro nenhum, sempre que vão estuda e procuram outra...

C = Outra alternativa...

Ep = Deixa nós aqui já que tamos tudo meio quebrado mesmo.

L = E eles pretendem continuar no interior ou estão indo pra cidade?

Ep = A né mas, é que o pia é novo ainda né, daí tem que deixa ele estuda pra ver, mas ele...

Av = A intenção dele não é não.

Ep = Não é!

L = Não é fica por ai?

Av = Não, não...

C = E assim, vocês se sentem dependentes da empresa, ou independentes dela?

Av = Não, não a empresa, da empresa a gente precisa, a gente é dependente da empresa sem dúvida nenhuma, sem a empresa já fica complicado. Lógico que a empresa se tú entra, vamos dizer

assim, muito em desacordo com a empresa. tú tem que se vira na vida não tem o que tirá, sem dúvida nenhuma né, só que a empresa faz parte não adianta, precisa né.

Ep = Nem se é pouco o que eles tão pagando né, tú depende dali né, tú cai fora dali vai em outra empresa não muda, hoje em dia é tudo meio...

Ep = É...

Av = Uma exploração né, uma coisa era hoje não é mais aquela, aquele negócio que é super rentável fazer isso, tem os bom momentos e maus momentos sem dúvida nenhuma.

Ep = Por que tem que ter os maus momentos.

C = Tem mais alguma coisa, algum comentário? Acho que eu não perguntei a escolaridade de vocês?

Av = Quinta série.

C = A quinta! E a sua?

Ep = A quarta.

C = A quarta! E o filho já está cursando o segundo grau?

Av = É!

C = A filha já concluiu o segundo grau?

Av = Sim!

C = Há... E quanto a procedência de vocês? Nasceram aqui ou vieram de outra região?

Av = Eu na verdade mesmo nasci em Tamanduá. E a esposa é de Linha Vitória né.

C = Muito obrigada.

L = Obrigada!

Entrevista com o avicultor 06

L = Há quanto tempo o senhor é integrado da empresa Sadia?
Av = Isso faz uns 32 anos né, que eu trabalho com a avicultura né.
L = 32, ahã...
C = E há quanto tempo o senhor mora neste local, aqui na localidade?
Av = Aqui é 34... É 34 anos, que foi no ano de 1972 que eu vim mora aqui.
C = E a procedência do senhor pra cá, como é foi?
Av = A foi difícil, aqueles tempo lá não era, não era fácil ma com dificuldade até a gente deu, deu a volta.
L = O senhor veio de onde pra cá?
Av = Eu sai da casa do meu pai que era aqui pertinho né, bem pertinho uns 1000m mais ou menos.
L = Então o senhor casou e veio mora pra cá?
Av = Casei fiquei um ano lá junto né, depois já no segundo ano vim mora aqui né, ai comecei a luta. Daí, já comecei a fazer o financiamento, a compra boi, carroça e essas coisa ai que precisava né.
L = Uhuu...
Av = Duas leitoa também que comecei aqueles tempo era pouco, tinha só um chiqueirinho né e pequeno daí comecemos a luta criando uns porquinho.
L = Ahã...Então o senhor se integrou primeiro com a avicultura ou com a suinocultura?
Av = Comecei com a avicultura né, aviário.
L = Avicultura. Então o chiqueirinho era só pra, pra consumo da família?
Av = É suinocultura né, comecei, comecei com cria uns porquinho né.
C = Mas não integrado com a Sadia?
Av = Sim, logo já me comecei com a integração lá da Sadia, eles aceitavam né nem que o colono era fraquinho eles...
C = Com suinocultura?
Av = É, já no segundo ano já comecei né, com suinocultura, sim.
L = Eles compravam os porcos pronto para abate?
Av = Sim, sim, sim eu me criava e engordava e depois vendia lá né.
L = Uhuu...
Av = Até naqueles tempo já só tinha alguma picape assim, essas antiga ali que puxava frete porque nem caminhão quase né, não existia, quase pouco né, era raro né, e era picape ou F-1000 esses carros mais antigos ali.
L = Uhuu...
Av = E até foi fazer uma conversão que eles queria, se fosse ter tantos porco naquela época lá se fazia dinheiro porque eles davam lucro, os porco aquele tempo lá.
L = E quais foram os motivos que levaram o senhor à integração?
Av = Ai eu conversei lá com algum avicultor que tinha, tinha poucos né, nós né, já dizia que dava bastante lucro dava dinheiro daí eu fui lá na Sadia conversei lá com os técnicos lá, ai ele disse que ele tinha que ir da uma olhada ver né, como é que tinha como é que tava as condições daí veio, ai ele disse: ó, porque nós não tinha luz aquela época, água nós tinha né mais, estrada também tava ruim daí disse: ó nós demo o aviário pra vocês só vocês tem que dá um jeito de primeira coisa é a luz, depois tem que ter uma água boa e da ajeita as estradas que tavam ruim né, e só ele disse assim nós podemos financia 80% no banco e 20 vocês tem que ter o dinheiro pra, pra construí, daí eu tive que pega e vende metade da terra pra ter esses 20% e final consegui vende a metade da terra e, porque se não tinha os frangos tinha que trabalha na terra o aviário tava dando três vez mais de lucro né, digo vô parti pra aquele e me sai bem né, até os 74, acho foi 5,6 anos aquela época lá eu financiei o aviário por 5 anos né, e dentro de 5,6 anos eu paguei o aviário reconstruí a casa né, que eu tenho hoje aqui e comprei um carro não era novo, mas era quase novo também e dentro desses 6 anos consegui fazer isso ali, então foi, fui bem ali no começo né, claro que no começo ali no, no tive que pega mesmo né, trabalha bastante né, ma valia a pena né, nós depois começo a Sadia começo exigi mais coisa né, equipamento e aparecia outros tipo de equipamento né diferentes tinha que troca bota outros até hoje aquilo lá, ainda temo na luta né, não pára de coloca hoje ali daqui a pouco tempo já não serve mais daí tem porque a genética tá modificando sempre né, e se fosse hoje já não é mais viável né, trabalha com isso ai porque já as coisas mudaram bastante e a empresa ela tá exigindo bastante coisa e bastante, tá sempre em cima ali, se o avicultor não tá cuidando tudo bem direitinho, daí, sem dize que são bastante, daí, tem muitos que tão caindo fora né, lá não tem mais feriado, não tem mais domingo, nem sábado, nem de noite nós temos que ir altas horas da noite, tú

tem que levanta e descarrega ração e recebe pinto né, hoje tá, tá bastante se fosse de ganha se eles pagasse bem melhor ainda daria mais eles tão pagando muito pouco né, "tu tá loco".

L = E na época que o senhor fez o financiamento, deu a terra em garantia ou não?

Av = Nós negociemo lá com..., nós empreitemo o aviário né, pro... era um tal de [...], antigamente dizia né, a serraria né e ele, ele te cobrava tanto que te dava o aviário em desconto né.

L = A, mas para fazer o financiamento no banco, que garantias o senhor deu para pagar?

Av = A tive que hipoteca.

L = Ahã... Então uma parte o senhor vendeu e a outra foi hipotecada?

Av = Sim, hipotecada.

L = ã...

Av = A nem avalista eles não queriam tinha que ver com o técnico e então o cara ia mal que não podia pagá, aí o banco tomava tudo do cara.

C = E qual é a renda média dos lotes de frango por ano?

L = É quantos lotes o senhor faz, quanto recebe de cada lote, uma média aproximada...

C = É se isto é satisfatório ou não é...

Av = É hoje, a tamo com uma média lá de seis lotes, algum ainda não chegam né a fazer bem seis, mas tá ali, um as vez passa um pouco né, em média de seis.

L = E quanto que vocês recebem mais ou menos desses lotes?

Av = A o meu caso aqui eu tô ali mais ou menos numa média de R\$ 2.000,00 por lote né, tem algum que dá um pouco mais, outros talvez não chega a dois, mas em média dá isso ali. Só que esse dinheiro se fosse limpo até aí taria numa boa, daria pra trabalha mais, mais da metade quase vira em despesa né.

L = O aviário do senhor é de 50 metros?

Av = 50 metros.

L = Loja mais ou menos quantos pintos no aviário?

Av = É, tem lote de 6.500 e lote de 7.800 esses lotes que ficam velhos daí levam pouco menos 6,5 6.500, esses pintos que saem mais novo daí eles levam 7.800 e tem algum [...] as vez leva até 8.000 né, no certo antigamente era 6.000 né, em 100 m e 12.000 de 100 alias e 6.000 de 50 e mais do que isso não levava, mas depois as coisas foram mudando e tivemos que bota mais equipamento dentro, agora eles levam bem mais também né.

L = Sim!

Av = Só que as vez pede-se e leva lá 1.500, 2.000 a mais do que a Sadia as vez se ganha menos do que e se trabalha mais né.

C = E a assistência técnica, o que o senhor acha da assistência técnica? É boa, como é, funciona, está contente?

Av = Ali, ali não tem. Depende o técnico né, tem algum que talvez é um pouco mais rígido o outro talvez um pouco menos, mas eles têm, eles têm as ordens deles né, pra vim ali e da as ordem né, só que tem, eu acho que tem tanta coisas no aviário ali que eles obrigam a gente tê ali, mas não funciona bem, ma temo que compra e coloca ali né.

L = E quando o senhor precisa de alguma orientação, eles estão sempre disponíveis?

Av = Sim, se precisa né de caso eles tivessem alguma doença, algum imprevisto, alguma coisa ali eles, tú liga lá, eles dentro de meio dia ou nem isso eles vem vê se é meio grave né, agora se não é grave, as vez demora um pouco mais.

C = É quanto aos equipamentos? São...

Av = Eu, eu fiz um teste ali com o negócio de ventilação mínima que nós temos ali eu coloquei três ventilador no meio, tem muitos que tem dois, mas agora parece que tão com três né, o padrão ali ou já fiz uns lotes de dexei ligado né, desde pequenininho e quase ganhei menos que os outros, então eu acho que até eu não sei, têm colonos que acham que funcionam, só que no meu aviário, sei lá, se tem alguma diferença de algum aviário e outro ou sei lá eu não, aqui no meu não achei vantagem né, e tem horas que eu nem uso quase, mais o certo seria de usa, só que ai não parece as despesa, as despesa disso ali que tú deixa ligado e como precisa mesmo, má te gasta luz que, então se desse uma melhora no lote de ganhasse mais e coisa, não teria problema pra né, só que o que acontece ali que não deu certo, então a gente colono desse jeito ali, eles tiraram de cima e colocaram do lado pra, pra assim né, pra refresca mais né, nós já temo seis ali pra, má se tú consegui bota sete, oito melhor ainda que tão lá meio para ali má, eu sei lá né, eles vem ali, vê e depois não tenho também é ruim, mas a gente pode até conversa com o técnico fazer outra experiência de novo né, tenta de novo né, de mudá um pouco de como o sistema é lidado se que eu achei que aquele jeito lá não, não tava funcionando.

L = E quanto aos equipamentos novos que a empresa exige. Você fazem financiamentos pra isso?

Av = Eu teve né, mas já paguei.

L = Uhuu... Já, e agora não tem mais financiamento pendente?
Av = Não, não...
L = E se precisar trocar, colocar novos equipamentos, a empresa faz esse financiamento?
Av = Sim, sim até pouco tempo ali veio era o veterinário né, não era o técnico ele me pediu pra aumentar né, pra fazer o aviário de 75 m, que hoje já de 50, se tornou assim muito séria, de no mínimo 75 né, má daí eu, eu não tenho condição porque aqui eu tenho pouca terra né, e tem divisa de um lado, divisa do outro e daí tem fazê na terra dos outros, não da né, então eu disse pra ele que não tinha condição de...
L = Uhuu... E o senhor faria se tivesse essa terra?
Av = A não, não... Não, não eu já tô cansado disso aí não...
L = É?
Av = Ah, se eles pagassem melhor a gente podia até arrumar algum né, pra ajuda e coisa né, daí não para né, mas na minha visão acho que se não melhorar a coisa, não vai muito tempo eu vô parar.
L = Uhuu... Então o senhor pretende parar a atividade no futuro?
Av = É, ou aumenta se fosse de ganhar mais, má aumenta é ruim por causa do terreno que eu tenho aqui né, e outra que temo lá a maravalha que aumenta bastante, o gás aumenta, o combustível aumenta, as despesas aumenta e eles tão ali pagando esse pouquinho ali né. E eles tinha de pagar mais também né, pra gente, então de repente se eles melhora, se eles paga mais a gente, pode até pensar, mas eu, eu sô, má daí a gente podia colocar um outro né, uma outra pessoa aqui toca o negócio né, sem parar.
L = É, um filho, uma filha!
C = Então o senhor não está satisfeito com o sistema ou está?
Av = Não, não eu não, a eu, eu até fui, fui uns anos, fui bem. Não posso me queixar os mais antigos né, mas depois e...
L = O senhor..
Av = Tivemos que investi muito daí o dinheiro que tu ganha, tem que comprar uma coisa amanhã, depois precisa outra e já apareceu mais coisa aí que temo que bota, não semo obrigado né, mas, se tu não fica dentro do padrão, então às vezes pode até fechar a ter um lote bom, mas o dinheiro é sempre aquele pouquinho é pouco né, então é ruim assim.
L = Então o senhor não se integraria novamente, se fosse hoje?
Av = Não, não de jeito nenhum, então eu se fosse novo né, eu ia lá trabalhar lá na indústria, daí eu até podia ir, eu ganhava mais lá do que...
L = Seria empregado lá...
Av = Ser empregado lá na indústria né, que o[...] aquele [...] os colegas meu né de antigamente da minha idade assim né, que trabalhavam na roça e tinha aquelas terras magras e não colhiam nada, tava ruim na roça e eles foram lá na indústria trabalhar, hoje tão aposentado, tem as casas lá na cidade, lotes, tem carro novo, tão bem melhor do que eu que tô aqui até hoje né, e não ainda, eu tenho um pouquinho aqui né, mais a base de popá daqui popá dali né, e economiza por tudo não dava né, e se não...
C = E o senhor se sente dependente da empresa ou tem autonomia própria de fazer as coisas sem, sem ter essa dependência da empresa?
Av = Se fosse hoje trabalhar sem integração também é ruim, tu vai, por exemplo, quer criar uns porcos por conta, assim, chega na hora de vender...
C = E na avicultura?
Av = Na avicultura é pior ainda se tu vai criar frango por conta assim no, também não dá, tu não tem aonde vender e até teve, teve uns ali que experimento né, tinha um abatedorzinho ali meio pequeno que começo, mas me parece que em pouco tempo paro. Se dá uma doença, alguma coisa, tu não tem assistência e coisa, daí complica mais as coisas, então tá, tá ruim a coisa né, tem que tá lá, se não tá com a Sadia tem que ir numa outra empresa, tem que tá se integrado né, mas...
L = Então, tem que ser integrado com a agroindústria, sozinho não dá!
Av = Não porque se tu cria ali porco, frango tu não, vai vender pra quem né.
C = Mesmo que tivessem várias pessoas que criassem uma associação, uma alternativa diferente da integração não é viável?
L = O senhor acha que não é viável?
Av = Pode ser que aqui, logo ali em [...] me parece que lá tem um, um abatedouro né, parece que tem uns 12, 15 que tá produzindo frango lá e o abatedouro é deles lá né, eles tão criando e vendendo o tal desse frango [...] né, parece que tão contente, eles tão ganhando mais do que nós aqui, mas vai saber né, daqui pra frente, daqui um tempo como é que... se eles conseguem aumentar, melhorá o que eu acho que, de repente rico também eles não vão ficar, nem assim né.
C = Sim!

Av = Má, talvez não tem aquela exigência que nem as empresas têm, eles de repente, eles não precisam fica lá de noite, claro que eles têm que cuida né, o aquecimento, mas lá não vem os granelero, levá ração, assim fora de hora e abate também porque se marca hora ali seja de madrugada, tú tem que levanta e né e ir atrás do serviço.

L = E já teve ou tem alguma associação que ajuda vocês? Com alguma luta sindical em relação à avicultura?

Av = É houve, um tempo atrás foi tentado né, de fazer uma associação ali não, várias vezes já, foi tentado acho umas três vezes, aí, a primeira não funciono, aí foi dali um tempo quiseram começá de novo, também não funciono, acho que os colonos sei lá, eles não se unem né, eu não sei lá, parece que eles tão um contra o outro né e depois mais uma última que daí, aquela até tinha começado bem até, até eu pensei digo agora vai, vai integra bem vai, e daí fizeram mais ou menos umas três reunião ai fizeram umas lá com a Sadia, com os caras da Sadia quiseram i lá na Sadia conversa lá né, que tinha aquele sistema deles lá de acerto de lote né, que os colonos não intendia, os colonos queriam que tivesse um sistema diferente ai eles conseguiram mudá pra o sistema de acerto só que mudaram pra uma pior ainda, essa de hoje tá pior do que a outra que a gente não sabe, não até que tu tem o peso e tudo, tú não tem como né, sabe né.

L = Não tem controle do que o senhor produziu e o que vale aquilo?

Av = Não, não tem!

L = Não tem!

Av = Não adianta dizer: ó vô ganhá tanto do lote de frango, tú tem que espera quando eles vêm com o acerto, e teve lote ali que eu achava de ganha nada e coisa e ainda ganhei e lote bom, e teve que achava de ganha bem e ganhei menos do que o outro que era mais ruim.

L = E o senhor lembra ou conhece quem quem fazia parte desta associação? É a direção na época?

Av = Essa última ali eu não me lembro bem os [...] da diretoria, ma um era o [...] que mora [...] ele [...] até parece que tinha três aviário ou quatro uma coisa assim, ele também não tava indo bem, daí ele, ele fico não sei se ele era tesoureiro e daí ele, ele queria que os colonos né se unisse e coiso ele tendo né, de fazer de tudo um pouco lá, mas até a primeira reunião que foi feito ali até que deu boa, foi feito lá [...] e depois foi feito uma outra já diminuiu depois, eu foi em todas elas que eu queria que né, que o negócio funcionasse né e cada, cada reunião que eles fazia diminuía o pessoal ia menos e a última ali até eles acharam que era melhor Pará, porque tinha dado lá 60 e poucas pessoas e poucas daqui da região, a maioria era de outras municipios de fora então pra toca acharam que cada vez ia piorando e...

L = E a empresa teve participação?

C = Ela fez alguma pressão junto aos integrados?

Av = Não, não, não a empresa até nem tinha pessoal lá da empresa lá.

L = É?

Av = A claro que eles depois tinham algum que ia, que foram lá, contá pra eles como foi né, a reunião e coisa né, mas eles, eles achavam que se era pra fazer, que era pra se uni né pra, porque sindicato né toda cidade tem um sindicato né e nós também podia ter. A empresa não era contra né desse, de os colonos se unissem, de fazer, só que muitos colonos eles tem...

C = E porque acabou a associação?

Av = É que teria que de i os colonos quando tinha uma reunião né, i lá e conversa e negociá né, com a empresa assim, de forçá um pouco a empresa a paga mais né, só que eu acho que a empresa...

L = Faltou união dos avicultores?

Av = Falto união. Daí eu acho que a empresa quando viu que o negócio começou a enfraquece, eles ficaram locos de facero né, vai fazer o que!

C = Então, o senhor possui, assim um poder de negociar os preços?

Av = Não temo nada, foi ida essa última ali que deu fraca né ai porque esse pessoal da diretoria eles tinha despesa pra sai, fazer as reuniões e coisa até eles foram sem cobra nada né, eles têm que i fazer alguma coisa, fazer alguma reunião meio longe, tem gastos e se isso daí ia funciona bem de lá pra frente eles iam começa a cobra uma taxazinha né pra, ma era a última daí, acharam melhor Pará, dai pararam porque eles também sai sem cobra lá, tem despesa e cada reunião que eles faziam ia menos gente na reunião daí é complicado né, parô por ai...

C = Talvez, até o próprio medo dos avicultores pode ter influenciado...

Av = Tem muitos colonos é, que ele tinha medo que a empresa castigava, eles tinham medo que ela ia sabe quem que tava lá na reunião aquele que não tava então, a eu acho que não devia ter medo dessas coisas, né.

L = O senhor sofreu alguma ameaça da empresa, dos técnicos por ter participado das reuniões desse sindicato?

Av = Não, não, não isso não, não, não! Até eles diziam que era pra fazer o sindicato né disso ali, só que não é fácil pra unir né os avicultor ali, um pensa de uma maneira e outro pensa de outra, um tá ganhando até mais ou menos daí ele, aquele que ganha mais ou menos tá bom.

L = E esses avicultores da diretoria do sindicato fecharam os aviários ou continuaram?

Av = E tá fechado, fechado, fecho! [...] Na época ele tinha, é acabo fechando.

L = E o senhor, se hoje pudesse mudar alguma, o que mudaria?

C = Se pudesse...

L = É se pudesse mudar na questão da avicultura?

Av = Mas olha! Te digo assim, eu ...tú tá ali sem trabalhá, sem cria não dá, né, tem que tê sempre alguma coisa né pra toca porque, a gente tem despesa na...em casa né, sempre tem, então vamo vê agora né se eu pará com o aviário daí, talvez vô segura umas vaquinhas ali, que tem que ter uma rendazinha.

L = Sim!

Av = Que aposentado ainda não to, né, então tem que sustenta mais uns dois anos né até me aposenta, depois vô vê lá o que faço.

L = Ahã...

Av = Má, a minha intenção de vende aqui não né, deixa aí.

L = E de vender o aviário?

Av = É se eu Pará, de repente que não tá fácil pra vende hoje, má a gente pode tenta vê se vende né, mas vamos toca mais um tempinho se caso começa a melhorá a gente pode depois organizá outras coisas e se i assim, tá ruim né, pelo dinheiro que a gente ganha ali, o sofrimento é muito né e não compensa.

C = E que outra alternativa além do Sistema de Integração vocês teriam?

Av = Mas sabe que pra dizer a verdade, hoje nós não temos mais saída, com quem trabalha por exemplo com leite, né, o leite tava... desceu lá em baixo, o preço tá ruim. Quem trabalha na agricultura com milho essas coisas, também dá quase prejuízo depois lá vem a seca, te tira também. Não dá mais. Avicultura também, tem algum tá até mais ou menos, mas no geral tá... dá pra dizer que tá ruim, a suinocultura também, sobre poucos né, agora hoje em dia por conta mesmo dá pra dizer que não tem mais ninguém e tem esses aí, integrado né, de parceria, né assim, mas eles não tão contentes também lá com, até esses dias tavam, má agora esses últimos meses aí, começo abaixa, sei lá!

V = Eu estive ouvindo a entrevista e eu fiquei com uma dúvida. Tem uma fala em que você diz, que o Sistema de Integração ele, esteve mal, você teve lucro com isso. Também teve um ganho muito grande, em seis anos você pagou toda a dívida, o empréstimo. A partir de que momento que você vê que isso entrou em crise e que levou agora o avicultor a estar nessa situação que tá hoje? Quer dizer, quais foram os pontos negativos do Sistema e quais foram os positivos que vocês lucraram, que nesse período vocês lucraram?

Av = Olha, eu, eu digo assim que, até no ano 85 mais ou menos, até 85 até lá, não tava de tão ruim, tava... Que era menos exigido daí, não precisava i bota bastante equipamento e depois de lá pra cá, isso faz mais ou menos uns 20 anos pra cá, aí começo. Até tinha um automático ali que tava bom né, então ganharam né, tive que pega, até tirei e amontoei ali, tinha que dá de graça porque, tú não achava nem de vende, tem ainda alguma parte que tá ainda tirada ali e quiseram bota o tuboflex né, daí que não precisava tinha o automático e ia né guentá por muito tempo ainda né, eu não digo aqueles que não tinha, que ia pega um novo coloca o sistema lá ma, então chego um ponto que disseram: ó: quem não troca nós não mandemo mais pinto! E aí, todo mundo se obrigaram a, ou pega sistema de tubular, ou se não o tuboflex, né, só que tubular teve muitos que pegaram isso lá, só que dá muita mão-de-obra pra, né, só o custo é mais barato, né, mais dá muita mão-de-obra.

L = Então, o senhor entende que uma das causas do senhor estar ganhando menos é a questão tecnológica?

Av = É, tecnologia é!

L = É!

Av = Por que esses equipamentos ali são caros né, então eu trabalhei anos e anos ali, só pra pagá, hoje tá ali né, má só que tú vai querê vendo hoje isso, aí o valor dele é pouco né.

C = Não cobre nem o que pagou...

Av = É, eles já tão, já tem desgaste e então...

V = E o senhor vê que a empresa também decaiu a partir de 85 ou só o avicultor decaiu?

Av = Má empresa, ela divulga lá um lucro né, cada... acho que cada semestre né, má, é um lucro fora de sério.

C = Enorme?

L = O senhor se sente, como eu posso dizer assim, sugado pela empresa, explorado por ela?

C = Subordinado á ela?

Av = É, porque o que nós tamo fazendo essas horas noturnas que nos trabalhemos ali, que tem que levantá de noite eu quase acho que tamo quase, não digo escravo, mas escravo né, ou...

C = Explorado?

Av = Se tú vai lá reclamá, dizê pra eles: oh, não dá mais, porque vocês pagam muito pouco e isso e aquilo, eles vão dizer: ó tu que sabe, se tú acha que dá pouco dextra, pára, não tem problema e coisa assim né. Outra resposta, tú não ganha, acha que não dá, pára de trabalhá, vende os aviário que aqui na minha comunidade onde moro hoje mais ou menos 60% dos aviário que tinha aqui saíram, venderam fora né, já tão lá, eles não tão brabo com eles, foi desmanchado, foi levado em outro lugar né, mas tá lá funcionando, ma só que digo, eu, se a Sadia pagasse um pouco melhor, acho que eles tavam ainda aqui, trabalhando né, aí eles vão pagando pouco, cada vez mais pouco, até que o cara se obriga a Pará, vai trabalhá com prejuízo, não dá né, eles não deixam de manda os pinto, eles te mandam os pintinhos e tudo, só que se caso tú vai lá na hora acertá o lote ali, que te dá prejuízo, o lote sempre fraco, então o cara se obriga a Pará, daí ele pára e vende os aviários como aconteceu alí também.

L = Então aqui nesta região, haviam muitos mais aviários do que tem hoje?

Av = Sim!

L = É!

Av = Tinha 22 aviários, tinha...

L = Mais ou menos em que época isso?

Av = Isso começo, mais ou menos antes, os primeiros que começaram pôr ali, faz mais ou menos 12, 15 anos mais e já foi otros daqui, uns tempinho, outros e hoje mais ou menos tamo com, não sei bem certo quantos metros de aviário corrido que tinham, mas tinha 22 aviários, tinha eu acho que, tinha 17 de 100 metros e 5 de 50, então de 50 saiu 2 daqui que pararam né, e ainda tem 3 e de 100, de 17 acho que deve ter ainda mais ou menos uns 8.

L = Então diminui bastante?

Av = 8 ou 7 uma coisa assim, só fazer as conta ali, então se eu vô dizer a minha e nas outras comunidades em redor ali dai bom, pega aqui [...] não tem mais nenhum né, ali tinha eu acho que, tinha uns 8, 10 que trabalhava né, é uma comunidade mais pequena e acaso deve ter um, dois que trabalha agora né, tão produzindo os ovos, né, com as galinhas poedeira.

L = Só com poedeira, pra Sadia.

Av = É, pra Sadia né, mas cria assim pra abate não tem mais nenhum e pros lado de [...] também lá deve ter sobrado uns dois, treis até aqui em [...] a mesma coisa, é tudo assim ainda que aqui é um lugar que ainda conservô mais do que outras comunidades e também é uma perda até pra prefeitura já esses que saem vão pra outros municípios, então os impostos e coisa serve pra outros municípios.

L = Então eles não só vendem o aviário como vão embora também? As pessoas não só vendem o aviário, vendem a propriedade, vendem tudo e vão embora?

Av = Uns venderam a propriedade e tudo né, e outros venderam só o aviário e tão ali rolando, colocaram umas vaquinhas lá umas vacas de leite e tão ali parado, apesar que tá ruim lá também só que não tem outra saída né, eu me alembro que antigamente vinha o técnico e dizia assim: vocês não pode trabalha só com por exemplo frango ou só com porco tem que ter frango, tem que ter porco, tem que ter... tem que trabalhá na roça, então se uma atividade não dá lucro, tú tem as outras pra escora só que hoje cheguemo a um ponto que não, não tem mais nada que dá, né, lucro, quase todas elas quase tá dando prejuízo, daí a colônia se vai assim.

L = Tem poucas alternativas?

Av = Não tem mais alternativas né.

C = E as perspectivas pro futuro...

Av = É não é nada boa!

C = Não são das melhores?

Av = É, teria que nós ter um subsídio né, das coisas né, como tem lá nos outros países né, uma ajuda né, digo eu né, do governo né, que quando dá prejuízo, que ele dasse uma mãozinha pra gente né.

L = São poucos os auxílios dos governos? Eles deveriam apoiar e incentivar mais?

Av = Sim, sim, sim uns financiamentos alí claro que com juro né, taxinha e coisa, só que esse financiamento alí ele se faz pouca coisa né é pouco e, mas sempre ajuda no caso. Só que teria um melhor preço né, se tu tivesse lá, plantasse e colhesse um pouco de milho, porque tú gasta um pouco, planta...

L = Ahá, nos produtos pra planta...

Av = É, que melhorasse os preços também né, eu acho que de 4, 5 anos atrás o preço do milho e coisa alí, tava melhor do que tá hoje, se tivesse um preço mínimo né, que o governo botasse porque,

tú vai fazer as conta, eu vô planta tanto e vô colhe tanto e vai dá tanto de lucro. Só que isso ali aqui no Brasil nunca, já teve preço mínimo agora acho que nem aquele não tem mais, ma só que aquele preço mínimo que eles coloca é muito baixo né, que nem agora o ano passado já é uns par de ano que tá dando seca a gente colhe pouco de milho e o preço tá melhor, então o preço cai e vem a seca que te leva embora tudo então os colonos tão, tão né, tão na pior agora muita coisa que tem que muda que desse jeito não dá não.

L = Uhuu...

Av = Mas aí a esperança a gente nunca, a gente não perde porque é a ultima que more, mas de repente se trocasse o governo daqui uns tempo né que, que é tem que muda o sistema ali pode ainda depois né a agricultura dá uma melhora, mas se vai assim cada vez a cidade vai crescendo mais e a agricultura vai, vai esgotando cada vez mais né.

L = E uma coisa que eu de perguntar para o senhor é a questão da construção, do local do aviário. Foi o senhor que disse que escolheu o lugar para construir o aviário ou foi o técnico que determinou?

Av = Ah, isso eles vieram ali né.

L = Eles que escolheram...

Av = Que vieram escolhe as condições tudo né.

L = Ahã, então tudo a empresa que mandou fazer, a terra planagem em tal lugar e tal.

Av = É, sim, sim é inclusive aquele tempo à prefeitura não sei hoje né, mas planagem nós tinha que pagá tudo particular né, não tinha ajuda da prefeitura, hoje não sei se tão construindo se a prefeitura tá ajudando ou parece que ela ajuda até fazer uma partezinha, mas não tudo e já tem municipios em volta ali, disseram que hoje se que construí aviário eles dão a planagem pronta sem paga nem nada né, é a prefeitura que faz, mas aqui ainda né, de graça não se consegue ainda né.

L = Uhuu... O senhor tem mais alguma coisa a nos dizer?

Av = Mã, eu queria, eu queria uma esperança de que podia espera uma melhora pra amanhã depois, ah, eu já tô com 58 anos, né.

L = Hu , mas só está na metade da vida!

Av = Ah, má eu acho que, já mas pra esses jovem que vem ali né, que dasse uma melhora pra eles, né se sai melhor do que nós né, eu trabalhei a vida inteira e tô ali né, mas não vô dizer né, dize colono de fica rico que com a profissão nossa né, eu nunca vi e não vai eu acho que nunca vai tê colono que vai ficá rico na agricultura né, seja produtor de qualquer coisa né, produtor ele tá, seja produtor de frango, de suíno por exemplo, lá só digo eu, esses grande lá que tem lá pro Paraná, Mato Grosso.

L = Latifundiários?

Av = É, esses trabalham com propriedades grandes esses né, fica rico, mas nós aqui no sul aqui não temo, mas vamo tocando né que pará também não dá. Se o aviário uma hora dessas tú não consegui toca o barco, eu vô vê se acho uma outra alternativa né pra, eu quase a gente não tem, mas para também não dá, né.

L = Sim!

Av = E da despesa que a gente tem de casa e coisa.

L = Uhuu, então acho que é isso. Muito obrigada!

Av = De nada!

Entrevista com o avicultor 07

C = Quanto a questão da procedência. Quantos anos você moraram aqui na propriedade, mais ou menos?
Av = Faz em torno de 57 anos.
C = Uhu... E são quantas pessoas na família?
Av = Pra trabalha?
C = É, que trabalham no aviário, na propriedade.
Av = Eu e meu irmão, deixa eu ver, duas famílias, é tamo em cinco.
L = Então vocês são duas famílias e vocês trabalham juntas?
Av = Isso!
C = Trabalham juntas no aviário!
L = Ânã... O aviário é de 100 ou de 50?
Av = 100 metros.
L = 100 metros, ânã...
C = Uhu... E quanto tempo faz que vocês se integraram com a Sadia na avicultura?
Av = Com a Sadia?
C = É, se começo com a suinocultura ou avicultura?
Av = Acho que faz uns 32 anos.
Ep = É faz uns 32 anos.
Av = É 32 anos que nós temõs aviário.
C = Começaram com o aviário daí?
Av = Começamo com o aviário.
C = Mas foi antes com o aviário ou antes com suíno?
Av = Não, primeiro com aviário depois botemos suíno.
C = Uhu...
L = E quando vocês construíram o aviário vocês construíram ele novo ou compraram de alguém?
Av = Novo!
L = Novo?
Av = Uhu...
L = Vocês tinham o dinheiro ou fizeram algum financiamento?
Av = Financiemo.
L = É!
Av = Financiemo o aviário.
L = Ânã, e vocês tiveram que hipotecar alguma coisa ou a empresa liberava fácil assim?
Av = A hipotecava a assinatura pra cinco anos.
C = Financiaram tudo ou daí foi uma parte só?
Av = Tudo, tudo!
C = Tudo?
Av = Dinheiro não se tinha nada.
L = E a Sadia, ela procurou vocês ou vocês que procuraram ela?
Av = A Sadia mesmo procurou.
L = É!
C = E o que eles pediam pra vocês naquela época, para poder se integrar?
Av = Á eles, vieram ali disseram que vocês tem lugar bom ali, vamo tenta fazer um aviário ali que, vocês vão se sair bem ai fizemo ai fizemo o financiamento.
C = Uhu...
Av = E pnhemo o aviário.
C = E os equipamentos do aviário no começo, quais eram, o automático e as calhas?
Av = É!
C = E naquele ano dava bem o aviário, dava lucro para o avicultor?
Av = Dava, dava lucro!
C = Dava pra pagar o financiamento e ainda sobrava um bom dinheiro?
Av = E ainda sobrava, dava pra pagar o financiamento e ainda sobrava um pouco.
C = Uhu...
Av = Além que a gente ganhava pouco ainda por lote, mas ainda, ainda sobrava um pouco.
C = Uhu... E naquela época existia algum sindicato de avicultores? É, assim, vocês participavam de algum sindicato na época?
Av = Do aviário?

C = É, um sindicato voltado à avicultura?
Av = Não existiu, não, não...
L = E vocês hoje são filiados a cooperativas, associação de moradores, sindicatos?
Av = É nós se associemo no sindicato, entremo no sindicato agora ali.
C = Qual?
Av = Não é o...
Ep = Dos produtores...
C = O sindicato dos Produtores Rurais...
Av = Isso já faz anos, já.
L = E ele tem alguma luta pelos avicultores, pra ajudar os agricultores, ou não conhecem nenhum movimento?
Av = Não, nada, nada, não fazem.
C = E além da avicultura vocês desenvolvem outras atividades, como a suinocultura, lavoura?
Av = Suinocultura paremo, só lavoura.
C = É mais pra consumo da família ou pra vender?
Av = Á pra... planta, pra fazer silagem o milho, um pouco de milho vende embora...
L = Vendem milho então! Uhu...
C = E com leite trabalham?
Av = Só pra o consumo.
C = Só pra o consumo, uhu... E... vocês estão satisfeitos com o Sistema de Integração?
Av = Na verdade esses tempo atrás ai dava pra trabaia só que nos dias de hoje não, não se sobra mais nada viu, só despesa.
L = É muito trabalho e...
Av = Trabalho e... Não sobra nada quase.
L = Uhu... E vocês fazem um controle do peso, da média dos lotes para ver se fecha com o que recebem?
C = Já chegaram a fazer algum controle?
Av = Á tu calcula uma coisa de um lote depois tú vai olha a folha é outra né.
Ep = Porque eles fazem o que querem lá, eles tem tudo nas mão.
L = E vocês já tentaram ir lá na empresa negociar, dizer "Ólha eu acho que eu não foi justo o que eu ganhei, vamos negociar melhor isso", vocês tem liberdade pra ir lá e conversar?
Av = Dá pra, dá pra ir conversá, mas é o que saiu saiu, não sai mais.
L = É, eles estão sempre certos?
Av = Sempre certos! Tu não consegue mais nada o que saiu, só se deu engano alguma coisa deu engano numa nota de ração essas coisa, ai pode se que arrumam.
L = Uhu... E isso já aconteceu com vocês?
Av = Não, pra nós não!
L = Ahã...
C = Então vocês não tem um controle próprio de quanto pesaram os frangos, e quanto deveriam receber pelo lote?
Av = Não temo marcado, nada.
C = Só se baseiam no que a empresa apresenta?
Av = É baseado no que vem nas nota que vem da Sadia.
L = Uhu... Acreditam na empresa?
Av = Tem que confia na Sadia não adianta, porque não tem, se tú fazê uma conta em casa já, já muda tudo vai lá na Sadia já muda tudo né.
C = E qual é a renda média anual dos lotes?
Av = Á foi feito mais ou menos a Sadia mesmo eles fizeram ali, mas vocês queriam saber a media?
L,C = É só pra gente ter uma idéia.
Av = Da o valor que da por lote mais ou menos?
L,C = É por ano, por lote, por ano que valores recebem em média dos lotes?
Av = O valor mais ou menos, só que não é limpo né, três mil e meio, três mil reais.
L = Por lote?
Av = É!
L,C = E da pra fazer uns 5, 6 lotes por ano?
Av = Seis, mas nós fizemos quatro o último ano, mas a maioria é seis por ano.
L = E quantas pessoas mais ou menos sobrevivem com o que recebem do aviário? São quantas pessoas ao todo das duas famílias?
Av = A nós tamos em duas famílias, em 13 pessoas.
L = Uhu... E a assistência técnica é boa? O técnico vem regularmente ?

Av = Á o técnico ele vem umas vez por lote assim da uma, duas visitas três, depende as vez ele faz uma visita só, se precisa a gente liga lá já ele vem.

L = Uhu...

C = E, comparando com o começo o que mudou, quanto a assistência técnica? Hoje possuem mais exigências?

Av = É antigamente eles vinham mais, acho que eles vinham mais vezes agora a gente já, o cara já sabe como cuida né.

L = Já tem mais prática.

Av = Já tem mais prática, daí eles vem menos agora. Só se der problema de doença tú liga eles vem mais senão...

L = Uhu... E vocês se sentem dependentes da empresa ou não?

Av = Tem que depende.

L = Tem que depende dela?

Av = Sim, tem que depende, tem que depende tudo da Sadia.

L = Uhu... E se o senhor não tivesse colocado aviário naquela época, hoje colocariam aviário?

Av = Não tem mais condição!

L = É?

Av = O dinheiro que tá dando a renda ali, não tem mais condição.

L = Ahã...

Av = A renda é muito pouca.

L = É muito trabalho e investimentos.

Av = O trabalho é bastante e a renda é pouca não tem mais condição, tem bastante que já tão vendendo o aviário porque a renda é muito pouca né.

L = Sim!

C = E a empresa tem feito muitas exigências? De novos equipamentos e...

Av = A tú sempre tá atrás desses equipamentos e já inventam de bota mais um e sempre investindo em cima. Cada vez sempre mais, daí pra gente fica cada vez mais difícil né, de sobrá dinheiro, o pouco que dá ainda...

C = Uhu... E vocês possuem algum financiamento atualmente?

Av = Financiemo o tuboflex.

C = Uhu... E assim, vocês acham que teriam alguma outra alternativa a este sistema?

Av = Fora do aviário, com frango?

C = É!

Av = Teria, teria fosse... Vaca de leite a roça, a roça hoje não adianta mais, na roça.

Ep = Vaca de leite também não sei se tira, quem tem bastante...

Av = Porco também tinha reagido o preço agora caiu de novo, mais é vaca de leite.

L = Uhu... E o senhor incentiva os filhos a continuarem com o aviário?

Av = Olha eu pra dizer a verdade, hoje pra incentiva ali os filhos a trabalha na roça ali não, já era, não adianta mais.

Ep = Não iam mais fica.

Av = Já era uma vez, tiveram que apela por outra coisa.

C = Mas vocês gostariam de que eles continuassem com avicultura?

Av = Seria bom, só que não vale a pena não...

Ep = Se tivesse uma outra coisa, se desse renda sim né, eles poderiam ficar, mas só que não tem condição.

Av = Não dá renda nenhuma digamos assim.

C = Uhu... o futuro então?

Av = Não trás futuro nenhum, dias de hoje não...

L = E vocês têm perspectivas de que vai mudar essa situação? Que a empresa comece a valorizar melhor o avicultor ou vocês acham que só tende a pior ainda mais?

Av = Má eu acredito que... Acho que cada vez pior.

L = É?

Av = É, tá difícil que vai melhora.

L = Uhu...

C = A empresa faz muitas exigências quanto aos equipamentos? Com a questão de sempre estar inovando os equipamento, o espaço dentro do aviário?

Av = É que nem agora tem que troca tudo, tem que troca o piso do aviário, tem que troca a tela do aviário, tem que bota aqueles chuerinho lá pra desinfeta os caminhão, daí não tá fácil.

L = Uhu... E o que vocês pensam dos financiamentos?

Av = Pois é daí, daí cada pouco tem que fazer financiamento daí nem termina de pagar uma daí fica sempre engatado com a Sadia daí, daí nós não tem...

Ep = E vai devolvendo o dinheiro né...

Av = Tú tá sempre engatado ali.

C = E se vocês não fizessem esses financiamentos, não colocassem os equipamentos que a empresa exige, o que acontece?

Av = A daí vai acaba, a Sadia vai te corta né, tu não vai investi o que eles mandam eles vão te corta.

L = E se os avicultores se unissem e ninguém colocasse os equipamentos, o que aconteceria?

Av = Bom daí, daí seria, seria diferente se fosse tudo unido, daí ia muda a coisa.

Ep = Daí eles teriam que continua porque eles iam fazer o que com os galinheiros.

Av = Só que bota maioria daí os coitados tem que bota né.

L = Podemos dizer que falta união entre os avicultores?

Av = Falta união, falta só união os colonos.

C = Mas e porque vocês não resolvem se organizar então?

Av = Á, isso ninguém se bota tudo mundo tem medo né, de se bota porque o primeiro que se bota na frente é o primeiro que fica, leva gancho da Sadia.

Ep = E depois tem uns que gostam de trabalha no galinheiro, tão ganhando bem até né, e aqueles não pode... Porque quem ganha bem não vai quere bota a boca em nada né.

Av = Ah, tem gente que tão contente com o aviário, tem gente que não tem.

C = Vocês precisam estar sempre investindo no aviário, então...

Ep = E daí os outros tem que acompanha né, porque tudo...

Av = Como que eu digo o cara fica engatado com a Sadia, daí ele se obriga a trabalha mais, troca os equipamentos pra cinco anos, fica mais cinco anos trabalhando ali pra Sadia ali engatado ali, daí não tem onde se escapa.

C = E a saúde?

Ep = Tu vai tentando né, um lote pro outro, um lote pro outro pra vê se da bem e não...

C = E vocês recebem décimo terceiro, férias, décimo quarto salário?

Av,Ep = Nada, nada, nada!

L = Nada?

C = Nem possuem carteira assinada, plano de saúde, o que vocês acham disso?

Av = Que nem nós ai já é 32 anos que temo o aviário já podia ser quase aposentado pela Sadia por o tempo que trabalhamos em cima do aviário, só que temo sem saúde já e só se aposenta com o um salário que chega em casa mesmo.

L = Ahã... Com o salário mínimo.

Av = Salário mínimo, é vergonha!

L = Uhu...

C = Mas vocês acham que é certo isso?

Av = Não seria certo! Na realidade não é certo.

C = A empresa alega que vocês são parceiros dela e não funcionários.

Av = Parceiro, parceiro da Sadia, não semos funcionários, é que nem fosse, é parceria né, parceiro.

L = Vocês trabalham junto com a empresa, a empresa e vocês...

Av = É que nem porco né, parceiro é, parceria.

C = Vocês acham que no futuro pode melhorar esta situação?

Av = Eu acredito que, aqui, aqui já paro de cresce, mas ta crescendo lá pra cima Mato Grosso lá pro Paraná ali, a Sadia não tem onde cai nada.

L = Enquanto uns fecham outros abrem né.

Av = É, nós fechemo já tem outro lá que bota aviário, daí é difícil não tem...

Ep = Só que eles nunca viram né.

L = É, quem conhece pensa...

C = Não fazem nem idéia do que é...

Ep = Como é que é lida no, no aviário.

Av = O colono que nunca teve aviário ele gostaria de ter.

Ep = Eu acho que muitos pensam que é porque aquele tem aviário ele tá bem.

Av = Ele nunca trabalhou no aviário pra vê.

L = É...

C = Teria mais alguma coisa interessante que vocês queriam contar pra gente, algum acontecimento que lembram e gostaria de comentar?

L = Não?

C = Se fosse fechar o aviário hoje, seria melhor ou pior?

Av = É, nós temos o financiamento ali tem que continuá agora né, não tem de pará depois vamo paga com o que o financiamento, daí tem que continua, a peleia!

C = Seria isso?

L= Então a gente agradece a atenção de vocês.

C = Muito obrigada.

Entrevista com os avicultores 09

Av= Claro que tem que vê, porque dão valor nos avicultores vem esses que já trabalharam a anos nunca deram problema com a firma porque que eles deixam esses ai fecha e bota os novos que não tem nada, não tem bosta nenhuma, nem vontade de trabalha não tem só vontade de toma cachaça, porque esses ai só tem vontade de toma cachaça e bota no rabo dos coitados, eu na verdade eu sempre fui, sempre precisava compra uma roupa uma coisa eu vo lá e compro lá se eu não posso paga esse mês eu pago mês que vem né, agora nem isso não posso mais vo tem que começa leva a muié agora fazer compra você já viu uma coisa dessa, as minha compra nunca preciso agora por causa da Sadia e desses vagabundo ai não dá mais, pra mim são uns vagabundo posso tar errado mais deveriam dar valor, eu já disse, pros mais velhos.

C = Não valorizam o quanto deveriam valoriza né, quem já tem experiência né!

Av = Má sem duvidas pagam, mas injusto injustos, não precisa paga de exagero o justo eu acho nós trabalhamo pra recebe o justo, mas não pagam.

C = Uhuu...

Av = Ta loco, não ajuda!

Ep = E também que nem fim de ano os empregados trabalham lá eles ganham décimo terceiro, eles ganham alguma coisa e nós nunca nada né, nunca ganhamo nada.

C = Plano de saúde...

Ep = Isso!

L = Vocês já tentaram reclama com eles sobre isso?

Ep = Claro que já foi feito reclamado.

L = E eles responderam o quê?

Ep = E eles, nós ganhemo no no retorno da, quando a gente vende as aves e coiso né.

C = Que vocês são parceiros, não são funcionários.

Av = Ponha parceiro nisso né, claro que é parceiro, mas pro lado deles, se um dia, se um dia a gente fica doente eles tão com o deles fora né, e nós tamo lascado né, porque a gente ta podre ai dentro desses galinheiro ai, porque olha, ainda bem que vocês não tão trabalhando ai, se uma pessoa nova entro ali porque eu senti quando eu vim lá do Rio Grande que eu só mexia com roça, mas trabalhava mesmo entrei aqui dentro pouco tempo virei num velho que não tinha mais, não posso mais corre que nem eu corria eu tinha uma vontade sempre, sempre correndo agora não tem mais nem jeito tudo parece trancado de tanto fica enrolado com essas bixera ai né. Tu sai de lá de dentro muitas vezes vem aqui fora...

Ep = É um ar frio né...

Av = Um frio loco né, entra lá dentro 30° dentro daquela droga ali, vai na frente daquelas fomalhas ai entra um calor loco daí sempre gripado, sempre virado numa droga.

C = E é bastante trabalho pra cuida de um aviário?

Ep = "Meu Deus" claro que dá! É quando eles são grande tem muita casca, nós pelo menos entre casca e trata tu tem que fica o dia inteiro lá dentro né, trabalhando e tem que trabalha pra consegui vence termina né.

C = E vocês têm tubolar ou...?

Ep = Tubolar.

C = Tubolar, aqui!

Av = A tem dias que tu nem trabalha quase, e tem gente que tem tubular e diz que não tira casca, como é que não tira a maioria tira casca, vocês lá tiram bastante de vocês lá?

C = "Meu Deus", todo o dia!

Av = É isso que eu quero dizer!

C = Todo o dia, o [...] vive dentro mais do aviário do que dentro de casa.

Av = E daí tem gente que diz que não tira casca, duvido, só se não que tira porque outro jeito não tem.

L = E quanto a assistência técnica, o técnico é legal ele explica bem ou ele já chega xingando, desconta em vocês como é que é?

Av = Até que agora pra nós aqui melhora um pouco, agora, esses tempo atrais e...

Av = Chegava chutando pedra em nós, ele chego lá em casa abriu o capo do carro e foi pega um pirulito e deu pra nenê pra dize pra nenê fica quieta pra gente conversa, porque eu tava ganhando mal, ma um cara desses, é verdade, more aquele cara!

Ep = E daí era calor e eles mandavam deixa fechado as boca-de-lobo nós abria: não digo eles não quente, um dia eu faiei pra ele olha vai ver tu eu disse eles piquinho, mas de bico aberto sabe daí eles diziam que era nossa culpa, mas se é quente tu vai fazer o que! A gente ta só cuidando tava sempre em cima ali: é porque da mal porque tu não cuida, é bem assim sempre!

Av = É, mas é 70% do lote é na mão do produtor né, na verdade é, mas claro daí como é que você vai, em 70% eu até concordo que ta na mão do produtor, mas então tem que ter assistência técnica quando os animal tão doente eles tem medica, mas agora nem medica não...

Ep = Não medicam, não medicam mais!

C = Não pode mais?

Av = Não, não pode mais!

Av = Não medicam mais e tu chama eles demoram três dias pra vim.

Av = Não medicam de jeito nenhum, pra nós aqui não medicam, eu é o quarto lote que eu pedi e não medicam, chamei o técnico, chamei o veterinário, uhu... Não tem mais, matam mais frango do que...

Ep = E daí depois como é que querem que tira lote bom daí?

Av = Ai querem que a gente tira bem!

L = Uhuu... (Conversa paralela entre o meio)

C = E quando vocês colocaram o aviário foram vocês que buscaram a empresa pra colocar o aviário ou eles vieram pedi pra vocês colocarem como é que foi, a escolha do terreno também pra fazer o aviário?

Av = Eu no meu caso fui eu que fui atrás pra fazer o aviário.

C = Uhuu... E eles daí vieram olharam o terreno, o que mais que eles olharam assim na propriedade?

Av = (Não entendido)

C = (Não entendido)

Av = Água...

L = E a questão de ter terra pra por o adubo eles não, não pedem ou isso é só pra suínos?

Av = A não, não... A suínos, suínos tem que ter tem que ter a quantia de terra tem que ter terra.

L = Com as aves não tem esse problema?

Av = Não, não aves nunca... (Não identificado)

C = E vocês estão satisfeitos assim com o sistema ou?

Av = Minha vontade é de para, eu ao menos eu não, eu não vou guenta muito eu vou para, fazer o que com isso ai, se é pra trabalha só pra, bota duas vaquinhas mais tu tira mais do que essa bichera ai.

L = Uhuu...

Av = Ai tem o adubo, o adubo tu compra vai fazer o cálculos ali dentro ali, ma exprementa faz a conta ali tu pega bota só 50 metros cada vez que vai limpa ai 10 metros nós temos 6 lotes temo que fazer, vai 100 metros de maravalha ali dentro, se um metro agora ta 30 pila, ma porcaria... R\$ 3.000,00, da R\$ 3.000,00 daí tu vai compra o adubo tu compra com 900, 800 pila tu compra o adubo, mas pra que que a agente vai compra adubo, vai se esfolta tanto pra ganha uma micharia!

Av = Da só movimento, mas lucro zero, nada!

Ep = Uma coisa que eles devem sentir bastante, os filhos da gente ficariam na propriedade né, porque agora que eles estão crescendo eles ficariam né, por que na cidade por exemplo meu filho ele adora as vacas ele gosta ele trabalha porque ele diz mãe nós no fim do mês nós vamos ganha dinheiro, com aquilo ele tem um amor que ta loco, agora com o aviário não porque eles não pagam nada.

L = Não tem incentivo pras pessoas permanecerem no interior!

Ep = Isso, porque os filhos do agricultor permaneceriam né, na propriedade aqui se tivesse.

Av = Aqui eu acho que na nossa linha eu duvido que vai fica um junto com os pais, a não fica, os meus aqui nem quero que fique se é pra passa o que eu passei, digo ma se é pra trabalha de graça, que vão se cuida até que da e pegam uma firma e vão trabalha que ali ao menos chega o fim do mês vocês tem, com 40, 50 anos podem se aposenta não é que nem nós.

L = Uhuu... Vocês vão se aposenta só por idade mesmo eu acho?

Av = Claro sem duvida, se guenta!

L = Ahã...

Av = Se não, se não manda vim à reta-escavadeira e inteira o cara. (Risos)

L = É assim né!

Av = É tem que da risada!

C = E vocês fazem algum tipo assim de controle próprio pra tenta vê se o que a empresa paga realmente é o que vocês fizeram pelo controle do peso das aves, de quanta ração foi, de vocês chegam a fazer esse controle?

Av = Tenta fazer a gente tenta né, mas eles fazem o que querem.

C = Não fecha então o as contas de vocês?
 Av = (Não entendido)
 C = Nunca fecha então o controle que vocês fazem?
 Av = A não, aqui nunca acontece, duvido que acontece.
 C = E as formulas que a empresa coloca né, que eles fazem todo o acerto e baseado em formulas né, vocês tem, conseguem entende aquelas formulas pra, pra poder ver se realmente fecho com o resultado que a empresa apresento ou vocês nem entendem o que é a formula?
 Av = A ninguém entende nada, isso só gente com faculdade pra entende isso ai e ainda, ainda vão apanha muito vão ter que aprende em cima disso ai pra conhece as formulas senão não da...
 Av = Eu acho que você já viu a...
 L = Nunca cheguei a...
 Av = Não adianta isso ai não se entende, não consegue, eles explicam tanto que tu não consegue que tu não decifra nada.
 L = Ahã, e questão de negociação de preços, vocês tem poder de negocia?
 C = Poder de dar ganhas assim de negociar o...
 L = Dizer: não, não isso ai foi injusto vamos senta e conversa por que eu acho que eu mereço mais?
 Av = Não, não aquele que vai na ponta tem que ficar quieto não adianta eles não pagam é o que tive na ficha.
 Av = Eu pra começa uma vez eu carreguei os frangos, botaram mais ração do que tinha consumo e daí eu xinguei veio às notas, mas como é que vocês me botaram tanta ração se eu não tinha tanta ração, não me botaram nem aquilo na conta só no outro lote registraram no computador.
 L = Mas ainda conseguiu ir lá e...
 Av = Sim, sim, não, sim, sim, mas eu mostrei eu provei o contrario, mas com tanto sacrificio ma ta loco!
 L = E quem recebe vocês quando vocês vão lá?
 Av = A hoje cara te digo eu na firma é seis mês que eu não vou mais lá, antes era cheio de gente lá, tinha técnico só que agora tem uma coisarada ali que recebe o cara ali no coiso ali pede aonde é pra ir que agora eu não sei nada lá.
 L = Ahã, mudo né!
 Av = Mudo muito aquilo ali e mudo pra pior que agora a gente não tem mais; não tem mais acesso a nada ali tem que liga pro técnico lá na casa dele pra resolve com o técnico.
 Av = Nem os técnicos não tão mais no Sadia.
 Av = E nem mais os técnicos não tão mais no Sadia eles querem se livra dos coitados eles não querem mais coitados lá dentro, aqui tamo tudo torto eles só querem gente bonita lá dentro, não querem gente que trabalha.
 L = Então até então vocês tinham podiam ir lá conversa com o técnico entra, sai lá do fomento e agora nem isso mais?
 Av = Sim, não nem isso que agora nós queremos o resultado nós temos, é tem um problema nos frangos nós temos que liga na casa do técnico nem na Sadia não é mais, não sei se eles têm um escritoriozinho por conta ali ou o que.
 Av = Não, não é na casa.
 Av = É na casa e a maioria ta de aluguel, eles não querem mais nós lá que o que lá.
 Av = Pra tu encontra um técnico lá é só de segunda-feira até as 7:30 na Sadia depois não encontra mais, não adianta nem ir na Sadia.
 Av = A não!
 L = E qual, qual o sentimento que vocês tem em relação à empresa é de dependência ou vocês são independentes da agroindústria?
 Av = A gente é dependente porque sempre tem divida pra pagar.
 L = Sempre tem alguma coisa?
 Av = É sempre tem conta pra pagar sim sempre nós temos, mas não temos diretamente coma firma né, ma no banco, ma é no banco ou você te compro a maravalha a prazo você vai ver você depende tudo dessa droga ai pra tira ali também né, é assim.
 L = Uhuu... Então através dos financiamentos pros equipamentos eles vão segurando vocês?
 Av = Claro, é assim depois que tu financio tu vai paga com o que tem que paga com o aviário, somos dependentes não adianta (Não entendido) Bom o colono o coitado sempre foi assim o ano que vem melhora, sempre foi. (Risos)
 C = As perspectivas para o futuro então é de que melhora?
 Ep = É a gente pensava né, mas acho que não sei...
 Av = Eu pra mim não, pra mim o galinheiro pior, cada vez vai ser pior, cada vez vai ser pior, não tem adianta.

L = E não teria uma forma de vocês se unirem os avicultores, fazer um boicote tenta uma negociação em massa com a Sadia?

Av = Já, mas ninguém resolveu...

C = Porque?

Ep = Depois uns são muito puxa-saco aqueles que tem alguma coisa aqueles são puxa-saco daí eles nunca vai da certo, tem uns dois, três são mais grandes e coisa.

Av = deu nojo um dia lá, tem uns dois, três lá brabo quando chego a hora do pega quem que fico lá 10, 15 o resto escapo tudo, os outros forma embora e daí é errado, tu fica faz a atividade lá ta lá falando a verdade e aí (Não entendido) então como é que você vai discutir, deixaram aqueles dois, três lá e se mandaram pra não paga a conta né, alevantaram o problema e os outros deixaram na mão, agora o dia que tiver alguma coisa você acha que aqueles caras vão vim? É muito desunido não adianta o que é né não tem união.

L = E não tem nenhum sindicato nenhuma associação que lute pelos direitos de vocês, pelos avicultores?

Av = Não, que eu saiba não.

C = E nunca souberam assim também se teve já alguma tentativa de alguma associação?

Av = Teve.

C = Teve?

Av = Em Pinhal eles montaram uma associação chegaram a ter 700 avicultores.

C = Vocês participaram de alguma reunião?

Av = Mas não adianta fizeram a primeira reunião já nasceu falida essa associação.

Av = É na verdade nós fomos lá daqui em três, saimo fomos lá nasceu falida já, sim aquilo nem sei o filme que nós assistimo a final não escutei nada, não tem jeito, não adianta todas essas firmas ai são muito poderosas elas fazem o que querem com os pequenos, mas olhas eles vão terminando os homem velho que tem vontade de cuida vão bota pra esses falidos ali como pra fali os outros coitados junto, tem que paga a conta junto.

L = É quais as perspectivas pro futuro?

Av = Nada, para! (Risos) Para!

C = Se eles não valorizarem mais, não remunera pelo menos o preço justo que deveriam paga não tem mais chance de continua?

Av = A para se vai assim não, não, não tem jeito e se é pra trabalha pra gente não ganha nem a mão-de-obra da gente é uma coisa muito...

C = Injusta!

Av = O tempo de escravidão já se foi né, não é mais não temo mais no tempo de escravidão que trabalhavam se recebe, nós tamo trabalhando sem salário.

L = Vocês tão se sentindo escravos então?

Av = Não, mas é escravo mesmo não tem outra coisa a falar é escravo mesmo que a coisa é assim, que vocês vê é gente que trabalha a 30 e poucos anos agora vem um bumdinha ai não sabe nada, o cara que trabalho 30 anos será que não conhece alguma coisa do frango, já um cara ali vem...

C = Experiência não conta então?

Av = Veio o estagiário, estagiário veio ali quere te da lição e coisa.

L = Então se fosse hoje vocês se integrariam novamente?

Av = Ma nunca!

C = Nessas condições assim?

Av = Nunca!

C = O que que teria que muda então?

Av = O pagamento né!

L = Uma melhor remuneração!

Ep = Paga melhor!

C = Paga melhor então?

Ep = Claro porque o sofrimento, que nem eu muita, eu já teria parado agora me animei de novo que às vezes a gente olha por galpão tudo o que foi sofrido pra fazer porque nós sofremo e daí da dó, muitas vezes de pensa, mas não né porque se não teria já, então a gente estraga a saúde uma das coisas que a gente trabalha muito né no pesado por exemplo eu to com a coluna "pelo amor de Deus" tinha que ir até no medico direto, então não tem condições da gente continua né, são coisas que né...

C = Uhu... E tem alguma coisa, alguma até, vamo muda de pergunta, existe alguma alternativa a não ser assim o sistema de integração que daria pra vive melhor assim no interior, teria alguma solução, alguma saída a não ser assim o sistema de integração? (Pensando)

Av = Vai vende leite é pra Copérdia ta amarado a mesma coisa.

Ep = Só que é menos enjoado.

Av = Só que eu acho que até que o dia que chega num ponto que nem a Sadia ta tem leite a abundancia, é a mesma coisa que dai eu acredito que vai ser a mesma coisa que os frango.

Av = É a mesma coisa e daí que que, daí nós veio vamo morre o mesmo então por isso que eu já digo que eu não quero isso ai pros meus filhos porque não tem o que vocês não tem outra explicação, você não vê nada você vai enxerga i um tunel ali vai enxerga só aquela luisinha lá na frente aqui atrás tu não vê mais claro nenhum, então não adianta, não tem é uma exploração só é...

C = Precisava ter mais incentivo então pra...

Av = Mais incentivo pra...

Ep = Sim porque se todo mundo vai na cidade, as crianças, vamos dizer as piazadas vai vira o que também?

Av = A ma não morre de fome não, se quem ta lá more de fome nós moremos também.

Av = É ma, eu vejo que viu, o [...] pé-rapado saiu junto comigo de lá não tinha nem pra come, comia batata crua na roça e tão aposentado, são gente ganhando bem de carrinho do ano, tem casa boa na cidade tão ai andando de ropinha bonita que eu tenho até vergonha muitas vezes de me encontra com ele sapatinho bonito e eu saio de chinelão ai que não tenho dinheiro nem pra compra um calçado.

L = E eles saíram de lá na mesma época que o senhor?

Av = Na é, mas não, ele saiu primeiro do que eu né, ma eu quis tenta fica na agricultura e eles apelaram pra vim pra Sadia trabalha e ta aposentado pela Sadia.

L = Funcionários!

Av = É funcionários e tão muito bem, então senão o que que adianta a gente trabalha fica veio tudo torto pra uma vergonha a gente se sente até com vergonha de sai estrupiado, pô meu!

C = E se fosse hoje assim vocês dizerem é, por exemplo, tem varias normas que a empresa ta estabelecendo agora né, novas parâmetros, novas mudanças que a empresa ta tentando implanta novamente né, no sistema de integração é vocês é vão continua a fazer esses financiamentos, vão continua investindo nisso né, vocês pensam em continua investindo nisso né, se modernizando conforme a empresa quer ou vocês pensam em ter alguma outra saída alguma outra alternativa?

Av = Para e ver o que que vai acontecer.

C = Tenta continua pra ver o que que vai...

Av = É dexa quieto, parado pra depois daí.

C = Porque as exigências da empresa são, são poucas ou são bastante exigências assim?

Av = A pra eles é pouca, mas pra nós é bastante porque meche com o bolso né, precisa dinheiro.

C = Uhuu...

Av = Eles financiam pra ajuda, mas e daí eles falam que esse dinheiro não tem juro, mas é muito juro que eles cobram é 1% ao mês, da 12 por ano é mais que o banco.

C = O que que vocês pensam dessas normas ai da empresa, vai ser bom, vai ser pra melhora a situação do integrado ou não?

Av = Pra piora né, pra piora, pra nós vai piora.

Av = É porque disseram hoje de manhã ali que se vão fazer mudança vai ter condenação, tinha condenação, mas nós ganhava...

C = Quais as mudanças que eram, que teriam daí?

Av = (Não entendido)

C = Mais alguma coisa assim, alguma coisa, algum fato, algum acontecimento que aconteceu, alguma coisa que vocês gostariam de comenta de, até alguma lembrança que vocês tem?

L = Um causo...

C = Um causo, algum recado?

Av = Acho que a única lembrança é trabalha! (Risos)

C = Ou nem é bom lembra?

Av = Não, não... (Risos)

C = [...] algum causo, alguma coisa que...

Av = Essas ai só mesmo sabe, são mais atrapaiada memo não tem outra saída! (Silêncio)

L = Bom então eu acho que a gente agradece né!

C = Isso!

L = A paciência o tempo!

C = Então muito obrigada!

Entrevista com o avicultor 11

C = Então [...] é vocês gostariam de contar pra gente assim, a procedência de vocês em que ano mais ou menos em que época como é que foi quando vocês vieram mora pra cá, aqui em [...] ou se vocês já nasceram já sempre moraram aqui.

C = O senhor morava em ouro e daí, e daí veio [...]?

Av = (Não identificado)

C = E por que, e por que ã se interessaram em vim mora pra cá?

Av = Eu não tinha interesse, pensava em ganha a vida né.

C = Uhuu, daí com a família toda ou só?

Av = Sim com a família.

C = Hu... E a dona[...] também?

Ep = Também, viemo junto!

L = Junto! (Risos)

Av = É que lá onde nós morava por primeiro era pouca terra pra trabalha e ruim acidentada né, daí tentamo ir pra cidade pro comercio não deu certo daí voltamo pra colônia de novo, daí produzir fumo e milho não dava daí procuramo uma granjinha pra trabalha aí vendemo lá e compramo aqui né, e o chiqueiro ali que foi feito era pra trabalha no começo né.

C = Em que ano que foi assim, se recorda ainda?

Av = O quê...

C = Que vocês...

Av = Viemo aqui?

C = É!

Av = 98 por ai.

C = 98!

L = No mesmo ano se integraram com a Sadia?

Av = Ahã, foi já entrei direto como integrado.

C = Com a suinocultura ou com a avicultura?

Av = Suinocultura e avicultura.

C = Os dois ao mesmo tempo já?

Av = Sim.

C = Ahã, e vocês que buscaram a empresa pra?

Av = Eu procurei a empresa, eu procurei que o cara que tava em [...] era integrado, daí eu só fiz negocio com ele e a Sadia prometia vaga pra mim trabalha, senão não comprava né, daí eu procurei o fomento lá daí autorizaram.

C = Então já tava construído aqui o aviário o chiqueiro tudo?

Av = É tava tudo meio, meio caído né, só que já tinha reformado tudo né ampliado, feito a reforma.

C = E quantos metros o aviário daí?

Av = 50 metros.

C = 50 uhuu... E ã no lucro assim na atividade da avicultura né que é o nosso termo especifico, é como era assim os primeiros anos de atividade, vocês sentiram dificuldade, quais?

Av = Pra trabalha ou como?

L,C = No trabalho, em casa, a renda. Quais as dificuldades que vocês sentiram?

Av = É dificuldade quase a gente não teve porque a gente era já acostumado a trabalha no ramo da avicultura né e a renda no começo era um pouquinho mais melhor do que agora e o custo também da produção era bem mais em conta que hoje já não é mais viável por causo custo da produção né, por isso se torna mais difícil cria frango porque o custo é muito alto e isso a firma não vê, isso eles nem reparam né eles só olham o lado de ganha dinheiro, a firma antes de leva produto barato lá que custe pouco e de boa qualidade, pra você ter uma boa qualidade tem que ter uma boa instalação que seja uma cama boa, que seja todo os equipamento montado e isso o custo é muito alto, daí não compensa, não fica no aviário.

C = E a renda daí ela não, não cobre.

Av = Não, tem, tem varias épocas que não, não cobre o custo da produção.

C = Então se fosse vive só da avicultura sem ter outras atividades...

Av = É difícil é complicado, se não tem algum outro meio de ganho é complicado.

C = Que atividades alem da avicultura, vocês tem suinocultura ainda continuam com suínos?

Av = Sim, sim com parceria, é continuamo parceiros.

C = Gado leiteiro?
 Av = Não, não gado é só, só umas vaquinha pra consumo.
 C = E roça assim?
 Av = Não, não roça não.
 C = Nada, uhuu...!
 Ep = Ma se for vê no fundo vaca da mais dinheiro que o aviário.
 C = Uhuu... Daí vocês são associados também a de alguma cooperativa?
 Av = Não, não só do sindicato rural, cooperativa não, cooperativa já também não me adapto muito, não é muito...
 L = Uhuu... E quanto à assistência técnica, como é que é essa assistência técnica do aviário é boa, não ta muito bem?
 Av = É regular, regular não é lá grandes coisa também não.
 L = É!
 Av = É como eu tava falando primeiro que eles classificam a gente como semi-escravo né, isso eu falei de primeiro.
 L = Por que o senhor acha que é semi-escravo?
 Av = Por que tu tem que faze tudo na marra o que eles exigem e alem disso se tu o lote não te preste, não te da, não te deu resultado eles vem te da castigo normalmente né, eles te caneteiam eles te, eles te cutucam eles deveriam de ise mal começa a ver o que aconteceu com o lote, conversa com um certo respeito e não chega chuta a porque tu fez isso, não porque lá... (Não identificado)
 C = Eles alegam que é sempre os cuidados.
 Av = É o manejo, é o manejo eles não aceitam que a firma esteja errada ou algo diferente disso, se eles dizem que o técnico é bom e tudo tu tem que fazer o que ele manda (Não identificado)
 L = E vocês já chegaram à tira dinheiro de outras atividades do suíno pra cubri?
 Av = Um anos, 50, 40 tive uma época que 400, 300, 600, 800 reais depois 60 reais, teve de 170 reais, 80 reais, teve de 200 reais tudo prejuízo.
 L = De prejuízo!
 Av = De prejuízo sem conta na mão-de-obra né.
 L = Sim.
 Av = Que o trabalho tu não conta né, mão-de-obra tu não desconta, descontando a maravalha, gás, lenha, luz e o que tem de despesa em um ano deixa prejuízo.
 L = Uhuu...
 C = E a mão-de-obra?
 Av = Não desconta, se for desconta tudo não tem.
 C = É bastante trabalhoso?
 Av = "Deus o livre!"
 Ep = É bastante em dois, três.
 C = É 24 horas por dia?
 Ep = É!
 Av = É direto 24 horas, não tem dia, não tem noite, não tem nada né, e eles não valorizam, porque que não valorizam isso ai né, que pra eles ta sentado lá e manda os produtor fazer na marra é fácil agora eles não vão no lá aviário lá de madrugada, levanta no frio pra ir lá.
 C = Mas assim, eles alegam que vocês são parceiros deles vocês concordam com isso?
 Av = Não, não porque é justo o que eu falei eles tratam a gente com pouca generosidade né.
 L = Vocês se sentem explorados pela industria?
 Av = Á?
 L = Vocês se sentem explorados?
 Av = Eu sim!
 C = E dependentes dela também?
 Av = Sim, eu sei lá né, ma agora com a firma.
 L = Uhuu, e teria outro, outro como eu poderia dizer... Outra maneira de vive sem ser integrado a agroindustria, outra saída?
 Av = Até tem né, só que o problema é que as dificuldades são maior né, você deixa de um ramo a profissão que você tem tu já ta acostumado, e acostumado a fazer tu troca de profissão um outro tipo de trabalho depende de idade da pessoa não é mais fácil, se a pessoa é jovem daí ela se adapta fácil agora sai da avicultura pra suinocultura pra lavoura ou uma outra coisa, vaca ou gado leiteiro só que uma pessoa velha se nem eu não se habitua tão fácil, que a gente não é mais novo né...
 L = Ta pensando em desisti então?
 Av = Olha pensa por pensa eu penso que não é o todo meio digno de vive, a com certeza.

L = Ahã...
 Av = Não é fácil!
 C = Então da pra vive com o aviário?
 Av = É vive-se...
 C = Ele garante a sobrevivência assim!
 Av = É vamo dizer vive-se financiando tudo.
 L = Mas se fosse como única atividade não dava?
 Av = Não só com o aviário de 50 metros pra mante uma familia não mantem.
 L = Não mantem.
 Av = Não!
 L = A familia de vocês não consegue mante...
 Av = Não, não, não mantem, não cobre o custo de vida né.
 L = Ahã...
 Av = De jeito nenhum!
 C = E quantas pessoas assim estão morando e trabalhando na atividade que permanecem aqui com vocês, em quantos vocês são?
 Av = Agora tamo em dois só que os outros tão fora e ainda temo dificuldade que sobro só nós dois os outros tão fora né.
 L = Os filhos então não ficaram em casa?
 Av = Não!
 C = E vocês não incentivavam eles a permanecer da continuidade a atividade ou?
 Av = Não, não claro que não, como é que, nós não vamos incentiva porque deixamos pra eles escolherem que viu que não era mais viável eles ficarem ali e via que ia sobra pra eles não ia sobra mais pra ninguém, vo fazer o quê? Perguntaram pra i arruma serviço, emprego serviço e eu deixei a liberdade né, já, já é de maior o problema é deles eles que sabem né.
 L = E o senhor não, se alguma delas viesse dizer que ia por um aviário o senhor ia incentiva ou não?
 Av = Se ela viesse junto com o pai sim! (Risos)
 L = Mas se quisesse, tivesse dinheiro e fosse investi?
 Ep = Não!
 Av = Não, não...
 L = Não?
 Av = Não!
 L = Vocês têm controle do, da produção, de quantos quilos de frangos, de quanto, tem um controle?
 Av = Tem, tem!
 L = E o resultado dos lotes vocês tem como calcula mais ou menos quanto vocês esperam dá esperam que dá?
 Av = O ganho de lucro de cada lote?
 L = É, tem?
 Av = Tem!
 C = E fecha com a formula?
 Av = As veiz fecha?
 C = Às vezes?
 Av = Às vezes fecha, mas pouca né, já teve lote.
 L = Uhuu... A maioria fecha ou não?
 Av = Não, é de dez lotes tu acerta dois.
 L = Ahã, e o senhor sabe, conhece aquela, aquela formula que eles usam?
 Av = Não!
 L = Não conhece?
 Av = Não, eles explicam, mas a gente nunca entende é só eles que entendem é eles e o computador deles que fazem né.
 L = Ahã, sim...
 Av = Que eles apertam um botão e as contas aparecem feitas.
 L = Pois é né!
 Av = Ai tu não sabe o que que da né!
 L = Vocês tem poder de negocia o preço dos frango?
 Av = Não!
 L = Não tem!
 C = De assim não deu bem o lote assim a conversão e ai o senhor i lá na empresa e dizer olha vamos senta vamos conversa né, tenta...

Av = Eu pedi um lote é achei que não foi correto pedi a revisão da nota, achei que eles tinham errado até o peso da e o que foi que o técnico quase me atropelo de lá.

C = Então não admitem que existe erro no resultado?

Av = Não, não eles não erram, isso eles não eram...

C = Mesmo o senhor tentando comprova o controle próprio que fez já, o peso dos frangos, a ração que foi...

Av = Claro, exatamente, porque deve ter, na entrega dos frango tu faz o peso do frango no aviário e tu calcula quantos quilo de frango tu tem dentro do aviário e quanta ração aqueles frangos comeram até no fim do lote, depois tu faz a conta da conversão e tu mais o menos tu sabe o resultado antecipado um pouco né, daí o que, chega perto do que devia dar né, só que as vezes sobe muito né, o peso do frango é a mesma coisa não chega na quilo que tu espera da o aviário, daí a conversão deles é botado lá num conceito de formula que eles tem.

C = Uhu... E vocês assim é tentaram já ã se organiza de repente monta uma associação de integrados pra tenta luta pelos direitos de vocês de i lá junto a empresa tenta né, vê essa questão de renda né?

Ep = Ninguém faz isso!

C = Mas vocês acham importante isso, seria bom isso?

Av = Ninguém se dispõe a isso, nunca, nunca, nunca só acontece...

Ep = É seria bom!

Av = Ma porque se tu faz uma pressão toda na firma assim eles já, eles já vem em cima né, eles tem são autoritários né, eles não admitem de jeito nenhum como se fosse os empregados lá da firma eles tem a como é que é a via sihtrial né, a via sintrial eles tem uma organização pra, pra negocia com a empresa, mas o colono não tem esse direito ele, o sindicato não apóia pra esse fim, o nosso sindicato dos trabalhadores rurais não apóia.

C = Não, não tem nada especifico na área da avicultura, nada né.

Av = Não, não, não porque, porque até agora não apareceu aquela, aquela pessoa que tem essa autoridade de uni os avicultor pra classe mais desorganizada que tem, que pega essa pessoa uma autoridade e reuni e fazer uma reunião e debate e renegocia com a firma, de vê a onde vai a margem de lucro alta que seja dividida um pouco cada, pra quem merece que faz a matéria-prima né.

L = O senhor acha que os avicultores não são unidos devido ao sentimento-de, de medo?

Av = É olha isso, é sempre como eu falei somos escravizados né, se a pessoa se sente como escrava ela não tem mais autoridade autonomia de conversa, ela perde todo o direito de conversa, porque se ela vai lá conversa com um manda conversa com outro, tu converso com o supervisor no dia seguinte vem o técnico ai te enche a cabeça, daí ele já eles te mandam tu não...

L = Então eles têm uma união eles contra vocês e vocês não tem.

Av = Eles tem, eles tem uma potência completa entre eles.

Ep = O poder na mão!

Av = O poder na mão, o resto...

C = Não abre não daquilo!

Av = Não, e o resto se acha que consegue trabalha pra eles trabalham se não caem fora, eles têm outros que trabalham daí eles querem que o pessoal seja tudo escravos deles, isso é o que eu acho que com a minha experiência.

L = Uhuu...

C = Então o vocês se sentem subordinados, não ter nem disser, se organiza assim fazer algum movimento...

Av = É exatamente, exatamente é nós temo só essa corda, é como se nós tivesse dentro de um poço eles dão acorda pra tu segura por cima da água, se tu solta essa corda tu se afoga tu tem que se agarra com tudo o que tu tem, e ele tem a força na mão e tu tem que segura né! (Risos) Isso que é o caso!

L = Uhuu, e se fosse pra se integra novamente o senhor se integraria, se não fosse hoje integrado?

Av = Não, se aparecesse uma firma que quer, que tivesse a participação de lucro ai sim, daí sim.

L = Uhuu... E uma cooperativa não teria vocês se unir, não teria uma saída, que a cooperativa não fosse de vocês, fazem as leis de vocês, fazem a participação de vocês?

Av = É poderia ser uma coisa boa né, mas só que cooperativa também se for olha não funciona muito bem.

C = Por que?

Av = Porque se tu for olha uma cooperativa ela vai muito bem quando existe uma da equipe da Sadia também lá dentro a equipe de uma empresa assim, um que gosta de se mandão e bota na frente daí.

C = É difícil tenta forma uma cooperativa com...

Av = É a única saída é a organização.
C = Uma agroindústria de suporte na cidade?
Av = Claro com certeza, que a Sadia nós não conhecemos a firma aqui a empresa eu até conheço, o que eles tem eles nem sabem a quantidade que eles tem então nós só somos apenas um, um grãozinho de areia dentro do, dentro do deserto.
L = Ahã...
Av = Nós não temos força nenhuma contra eles.
L = E se fosse muda alguma coisa, mudaria ou deixava as coisas como tão?
Av = Como assim?
L = ã dentro do sistema se o senhor pudesse muda alguma coisa?
Av = A com certeza!
L = É!
Av = A muda, se tive que muda alguma coisa ou para.
C = O que que vocês gostariam de muda daí?
Av = É justamente dividir lucros né que o integrado a pessoa que ta produzindo que ta dando produção pra mante a agroindústria em pé, eles deviam de dividi os lucros né, que ta tu produz 30 mil quilos de frango, puxa dinheiro do bolso pra poder mante a 30 mil quilos de frango pra eles de graça e ainda paga por cima, ai não é justo, ai não tem como.
L = Uhuu... Ai é uma injustiça né!
Av = É injustiça mesmo não é justo, se o frango comeu a mais ele deu conversão alta nós não podemos i lá tranca o bico deles pra eles para de come, podemos tira ração sim, podemos da menos, mas eu não quero se eles não comem às vezes da problema, as vezes adocece alguma coisa é complicado.
C = E me diz uma coisa, essa questão assim ó de no inicio não sei se aqui com vocês também aconteceu ã existiu alguma pressão política na época que vocês colocaram o aviário?
Av = Não no meu tempo não.
C = Não?
Av = Não, mas anteriormente parece que sim.
L,C = É, o senhor já ouviu algum comentário?
Av = Sim já ouvi, já ouvi porque era mão do técnico mesmo que se eles queriam de vende o prefeito ou os deputado a própria firma vendia, pra eles faze todo mundo...
L = Quase que obrigado a vota.
C = Obrigado a vota.
Av = Obrigado a vota, eles davam, davam o incentivo davam, mas se era trabalho alguma coisa, trocava por alguma coisa daí comprava fácil, depois saia pra aquelas regiões grande funcionário de tudo o jeito pra conquista né. (Silêncio)
L = E quais são as perspectivas pro futuro?
Av = Pouca!
L = É? (Risos)
Ep = Aposentadoria!
L = Ta esperando ela já?
Av = Se o governo não deruba!
C = Desejam continua com a avicultura no futuro...?
Av = Não, não mas não é fácil!
L = Vocês têm algum financiamento pendente?
Av = Como assim pra...
L = Com a própria compra de equipamentos, reforma...
Av = Tem, é a reforma do aviário né.
L = É teve que reforma com o tempo.
Av = Inclusive em uma prestação toco pega dinheiro dos porco porque os frangos não deu dinheiro né, ele não deu, não se pago.
L = Ahã, e quanto que era essa prestação?
Av = R\$ 1.400,00.
L = Todo mês?
Av = Não, cada semestral.
L = A, seis meses?
Av = É cada seis meses.
L = Ahã... E quanto mais ou menos em media tão dando os lotes de vocês?
Av = A facha varia né.
L = Mas uma media do ano vocês têm?

C = Uma media anual assim.

Av = Já foi feito, já foi feito dava mais ou menos R\$ 1.200,00 por 50 metros.

C = Por lote?

Av = É, não cobre o custo.

C = Então não é satisfatório?

Av = Não! (Silêncio)

L = Será que vocês tem um causo que aconteceu alguma coisa pra conta que nós não pedimos, alguma lembrança boa, alguma ruim? (Risos)

Av = O que que eu vou conta...

C = E a saúde?

Av = Isso preocupa, preocupa muito porque a gente ta trabalhando muito com os animais e adubo, o dejetos, o esterco o problema que nem os animais da pneumonia da outro tipo de doença encefalite e renite e doença contagiosa que o próprio homem pode pega né, pode vim até uma brucelose, pode vim até outras doenças, isso preocupa muito porque o tempo que a gente ta ali vai, mas com o tempo ela pode aparece, no futuro pode aparece.

L = Vocês não têm plano de saúde, assistência, não tem nada?

Av = Não, não nada com a empresa nada.

C = Já tentaram reivindicar com a empresa se né, vocês gostariam de um plano de saúde, uma assistência medica, porque só da uma assistência medica pros funcionário porque que vocês que são parceiros não mereceriam, a assistência técnica ã... Um plano de saúde?

Ep = É nós, nós nunca pergunto né

Av = Mas não tem, não tem não existe!

Ep = Não, mas nós também nunca...

Av = Não, mas aqui não tem, não da...

L = Nem garantia de preços, nem garantia de preço mínimo?

Av = Não, a garantia de preço é a renda deles pro mercado exterior ou mercado interno, se eles vendem bem pagam um pouquinho mais bem, se vendem mal não pagam nada, isso que é a meta deles.

L = E o que que o senhor acha das novas normas da reunião que o senhor comento com nós que foi ontem?

Av = Péssima! (Risos) É mais um meio deles retira ainda aquilo que a gente não ganha retirando né.

C = Bastante exigência!

Av = Bastante exigência é!

C = Quanto aos equipamentos, quantos aos...

Av = É mais é sobre entrega o frango lá um frango que seja de qualidade né, que não tenha machucadura, que não tenha calo de pata que nós não podemos, quando um frango pisa no, na cama a cama é pouca, ma ele cria calo como é que tu vai controla essa situação não tem, não existe e mais outras coisas né, daí é descontado agora, nessa nova lei é descontado vai ser descontado depois no próprio lote né, tiram da gente.

L = E o senhor pretende assina o novo contrato?

Av = Acho que é difícil, tem que ver muito bem e consulta um advogado alguma coisa.

L = Fico meio confuso pro senhor?

Av = Sim, fico complicado.

L = É!

Av = Que as tabelas que eles mostraram lá e as exigências que tem é só beneficia a empresa né, ma não o produtor.

C = Não vem a beneficia o integrado então?

Av = Não, não tem nenhuma causa boa, causa boa que beneficia o integrado, nenhuma.

L = E o tal do SST?

Av = A isso daí é uma baita de uma injustiça né, "Deus o livre..."

C = Mas ã segundo a empresa daí vocês vão receber uma porcentagem né, de 35%...

Av = 35% quem tem, tem que ter o aviário automatizado, então pra tu ter um aviário desse tipo hoje de 100 metros precisa mais de R\$ 100.000,00, e tu vai investi R\$ 100.000,00 pra ter um aviário automatizado pra ganhar incentivo de 35% e depois desses 35% eles te descontam tu pensa que vai entrega frango bom, pode dar lote ruim também nesse aviário, eles descontam e tu perde o beneficio e eles te descontam os 35% condenação encima dos 35% do beneficio daí tu não acaba ganhando nada daí nós tamo se sentindo como se fosse tirado, isso é mais uma manobra, é uma manobra que eles inventaram pra da o incentivo e tira, pra eles pode cobra pra eles pode tira esse frango, esse animal que vem, que chega na firma machucado alguma coisa né, condenação pra eles cobra a condenação dos integrados.

C = E daí ia melhora pro aviário a situação ou não então pra, pro o avicultor?

Av = Ia lógico!

C = Então o avicultor vai ter que investi né, toda a renda ai pra negocio ai de novos equipamentos de, da automação e, mas ele não vai ter o retorno depois.

Av = Só se ele tive a graça de fazer um lote melhor do que o outro, daí tu ganha pouco tem que entrega lá sem condenação, daí ai eles até pagam, mas se tem condenação...

C = Mas eles não dão uma garantia que se você equipa todo esse aviário lá você vai ter pelo menos um, um preço um animo pra daí paga os financiamento.

Av = A garantia que eles dão é que eles exigem que a gente trabalhe bem, a garantia é em cima do produtor depende do produtor, não depende da firma, a firma quer que tu produz carne, que tu entregue carne boa de qualidade lá pra eles te paga senão não te pagam.

C = Uhuu, acho que é isso então... (Silêncio) Vocês sentiram que assim com o trabalho da avicultura a saúde de vocês teve algum problema, teve algum problema de saúde que vocês perceberam que foi né, que teve algum problema de saúde com a atividade?

Ep = Sim!

Av = Até agora nunca senti nada é como eu disse de primeiro pode ser que no futuro apareça, que tem certas doenças que ela não se manifesta de imediato e vai com o tempo que tu para com a atividade tu pensa que não ta contaminado tu ta completamente afetado de algum vírus alguma coisa que ta nos animais né que tavam contaminados...

C = Uhuu... Então ta bem, a gente agradece então...

L = Obrigada pela atenção, pelo tempo!

ANEXO C
ENTREVISTAS COM EX-INTEGRADOS

Entrevistas realizadas com ex-integrados da Sadia pelas historiadoras Cleci Bison e Lidiane Colussi:

Entrevista 2 – Concórdia, SC, 2005.

Entrevista 4 – Concórdia, SC, 2005.

Entrevista com ex-integrado 02

C = Bem seu [...] então o senhor pode contar pra gente qual a procedência de vocês? Como vocês vieram morar aqui, quando foi e porque vieram morar pra cá?

Av = Bom, na época eu tinha 5 anos né, a gente mora ali [...] e o pai lá a gente ficava muito, tinha a residência muito perto dos vizinhos né, encostado de mais e dai meus pais compraram uma terra aqui em [...]e viemo pra cá, já fazem 48 anos a gente praticamente viveu toda a vida aqui na comunidade.

C = E a dona [...] também?

Ep = É eu moro aqui desde que casei né, quase 25 anos.

C = Mas antes era de...

Ep = Era de [...].

C = [...], uhu... E em que ano vocês se integraram com a Sadia em avicultura?

Av = A gente é integrado só na avicultura né, já fez é há treze anos, já faz.

C = Fazem treze anos?

Av = É.

Ep = É dia oito agora de fevereiro ia fazer treze anos.

Av = Mas já fazem três meses que a gente parô.

C = É...

Av = Com a atividade, é.

C = E na época, quais foram os motivos que levaram vocês a colocar o aviário, foram vocês que procuraram a empresa, como foi?

Av = Ah, a gente via que quem trabalhava com a empresa tava em melhores condições do que os outros né, avicultura na época dava renda, retomo né, então a gente procuro, inclusive a empresa nem queria dar a oportunidade pra gente né, a vaga porque a gente não trabalhava, não era nem integrado a eles né, mas como a gente tinha o dinheiro pra comprá o aviário e os integrados deles não tinha, foi o que eles mesmo disseram, então deram a vaga pra gente construí 50 metros.

L = Então na época eles davam preferência pra quem já era...

Av = Integrado.

L = Integrado com suínos?

Av = Isso aí.

Ep = Pra amplia mais as atividades.

L = Ahã, na propriedade.

C = E o que que eles exigiram de vocês para fornecer o aviário pra vocês, o que vocês precisavam ter...?

Ep = Na época foi comprado o aviário, tinha que compra um aviário usado pra ter vaga, que eles não davam aviário novo né, a gente compro aquela vez o aviário com, como é que a gente diz, com a vaga né, pra poder se integrá.

Av = É e até tinha que ver questões políticas também né, na época ainda a empresa tinha um relacionamento com certos partidos, né.

Ep = É naquela época tinha que...

Av = Que nem a posição da gente tinha que tar adequadamente se fosse a favor deles ou não.

L = E a empresa chegava a pressionar vocês em relação a isso, vieram declaradamente, abertamente...

Ep = A primeira política eles vieram aqui teve gente, não foi a Sadia, mas foi gente integrada aqui da comunidade mesmo chegaram aqui e disseram se vocês não votá pra tal partido, vocês não vão mais, eles não vão mais querê vocês como integrado viu.

L = Mas isso não foi ordem do Fomento, dos técnicos?

Ep = Nós não sabemos de onde veio a ordem, mas que o pessoal integrado da comunidade vieram e que tavam envolvido com política, vieram pressiona vieram.

Av = E a gente nessa época já tinha pago o aviário né, e não tinha construído ainda. Então a gente não tinha outra saída, só tinha isso né, o perde tudo ou...

Ep = Tu vai pro lado do partido que era da firma na época ou tu cai fora.

C = Isso mais ou menos há quantos anos, em que época foi?

Ep = Há 14 anos mais ou menos.

Av = No último governo do Zonta aqui em Concórdia, último ano.

L = Ahã...

C = E, ainda sobre essa questão. O que a empresa exigia de recursos na propriedade pra vocês poderem se integrar a agroindústria, eles vinham olhar a propriedade, o que...

Av = Não fizeram exigências nenhuma.

Ep = Eles vieram escolhê o lugar né, o lugar sim.

Av = Não, a gente não era integrado nem lógico que a gente não tinha suíno né, tinha só uns porco porque se a gente era integrado a outra empresa daí eles não davam né, mas daí como a gente não tinha.

C = Não podiam ter vínculo com outra empresa?

Av = É, numa outra empresa, na época era assim.

Ep = Até eles pediram na época se nós era, porque nós tinha pintado a estrevaria aí pra baixo de verde e branco, mas sem intenção nenhuma né, pediram se nós era integrado da Copérdia, daí a gente falô que não, né.

Av = Só leite a gente entregava pra Copérdia.

Ep = É.

L = Mas eram sócios também da Copérdia?

Ep = Nós era, era...

L = Mas não era integrado de suínos, só com leite.

Ep = Não, não no começo a gente tinha uns porco, mas, mais, como é que se diz, particular né, não era...

C = Pra consumo próprio.

Ep = É!

Av = A Copérdia não tinha integração de aves na época, tava entrando.

L = Mas de porcos ela tinha ou não?

Av = Sim, suínos era dez anós.

C = Então eles vieram ver a propriedade, analisaram se tinha água suficiente, se o lugar era bom tudo isso?

Av = A gente tinha espaço, tinha um, tinha o lugar, tinha espaço, tinha água.

Ep = A quantidade de terra também né, uma vez pediam bastante né, se tinha dois, três alqueires só eles não davam, né.

C = Então vocês financiaram?

L = Financiaram alguma parte do aviário ou já tinham o dinheiro pra comprar?

Ep = Pra nós tinha na época, nós tinha tudo o dinheiro.

Av = Tinha todo o dinheiro pra comprá.

Ep = Que foi meia colônia de terra na época né, que nós fomos indenizados.

C = Eu gostaria que a senhora contasse pra gente essa história de indenização...

Ep = É foi o pai vendeu né, ele repartiu as terras e cada um ficou com meio colônia de terra, né.

C = Isso próximo da barragem?

Ep = De [...] é, que se ia a [...] aquela vez, e daí o pai disse que quando ele repartiu as terras que quando eu recebia eu podia investi no que eu queria né, e daí nem foi minha vontade foi a vontade do [...] e do meu pai que quiseram que fizesse o aviário e hoje é inviável né, se fosse hoje não...

C = Não colocaria?

Ep = Não queria mais nem sabe.

C = Se pegasse aquele dinheiro e investissem no aviário.

Ep = É na época dava pra compra um lote e uma casa como eu te disse antes né, na cidade e bem perto do centro só que daí o [...] acho melhor investi no aviário e hoje foi vendido o aviário R\$14.500,00 não dá mais pra investi numa casa, a gente não compra nem um lote.

Av = Um meio lote.

Ep = E na época e que nem fazê um aviário hoje, é que nem compra casa né, se, tu paga um carro é caro, o carro é caro e depois quando tu vai vende, tu não ganha mais nada, assim é com o aviário também.

C = E ainda precisa estar sempre investindo.

Ep = É, e trabalhamos doze anos investindo no aviário e assim mesmo ele só desvalorizô em vez de, ... né.

C = Então não tiveram retorno do que pagaram pelo aviário?

Ep = Não teve retorno.

L = Só teve um, como eu posso dizer, um desgaste?

Ep = É físico e em capital também.

L = Só desvalorizou o capital?

Ep = Desvalorizô, é que nem eu disse, comprá um carro e um aviário da na mesma coisa.

L = E quais as maiores dificuldades encontradas neste período?

Av = Pouco retorno né, por que a gente investiu né.

L = Financeiro?

Av = Financeiro.
C = Então quais foram as dificuldades encontradas nessa época?
Av = Talvez seja os financiamento que a gente fazia pra compra os equipamentos que a firma exigia , então o retorno era pouco e a gente não conseguia paga o banco que fosse ou a empresa tanto faz, que a gente pegava o dinheiro emprestado e não conseguia pagá mais.
L = Então vocês faziam esses financiamentos com o banco ou era com a empresa?
Ep = A maioria era através da empresa né.
L = Através da empresa?
Ep = Da empresa!
Av = A empresa emprestava dinheiro.
C = Depois do início da atividade? Ou...
Av = Não, não... A qualquer hora tu podia pega dinheiro emprestado.
L = Como um adiantamento de...
Av = Um adiantamento, é...
L = É outra questão, então não é financiamento é um adiantamento.
C = Um adiantamento...
Av = Não, mas a última vez nós fizemos financiamento de R\$ 2.400 também, através da própria empresa, porque ele tem uma, um banco pra atende, pra compra ventiladores e outras coisas.
L = E o que que eles pedem como garantia, pra que seja pago esse financiamento, esse adiantamento do lote aí?
Ep = Cada tantos anos nós assinava um termo de compromisso com a firma.
Av = É nos financiamentos eles não exigiam nem avaliista.
Ep = É, má é que a gente tinha que assiná um termo de compromisso com a firma pra tantos anos e daí depois os financiamento eles davam.
Av = Pra 4, 3 ou 4, esses financiamentos que a gente pegava o adiantamento não exigia avaliista.
L = Não?
Av = Huhu... Era a própria empresa que analisava né, pra faze, por isso quanto a isso...
C = E quanto à renda ... Era satisfatória no início, e depois teve alguma mudança?
Av = As formas de pagamento muda a cada pouco tempo, quando o avicultor entende uma forma de pagamento eles inventam outra né, só que pra nós a renda nunca foi boa, muitos poucos, muitos poucos lotes a gente se saiu bem, embora a gente sabe, achava que entregava frango bom né, só que o retorno era ruim.
C = E desses que se saiu bem, se refere a quanto, a que porcentagem, tendo em vista assim, 6 lotes por ano?
L = Quanto era a média dos lotes anual mais ou menos?
C = É, uma média anual...
Av = Um e... Um lote e meio não chegava a dois lotes bom por ano.
L = Tá, mas quanto era em dinheiro isso?
C = É quanto era a renda mais ou menos?
Av = Só fizemos um lote acima de R\$ 2.000,00 em todo nosso... R\$ 2.500,00 o resto ficava em torno de R\$ 1.500,00, R\$ 1.600,00.
C = E era aviário de 50 metros né?
Av = É!
L = E quantas pessoas viviam dessa remuneração?
Av = A gente, só estamos em três ou quatro...
L = Três!
C = Mas no início da atividade ?
Av = Quatro!
L = E vocês têm outra atividade na, na propriedade além da avicultura. Durante esse período que o senhor é integrado quais as outras atividades que vocês desenvolviam?
Av = A gente planta um pouco de milho...
L = Mas pra subsistência ou pra vende o milho?
Av = Temos vaca, é pra da pras vacas nessa época de seca, pras vacas de leite, inclusive houve lotes de frango que a gente teve que puxa dinheiro do leite pra pagar a luz e outras despesas do aviário.
Ep = E o gás!
L = Então o que recebiam não chegava nem pra pagar...
C = Nem pra pagar os gastos e nem as próprias despesas que tinham com o aviário!
Av = É principalmente quando a gente renovava a cama né, fazia cama nova, então depende do resultado do lote não dava pra, não podia troca a cama do...

L = E o que que custa mais dentro de um aviário? É o gás, a lenha, a maravalha o que que tem mais custo?

Av = Bom, a lenha pra gente nunca conto porque a gente tem né, produz, mas se fosse compra também é um alto custo, mais é a despesa da maravalha, é a maravalha que...

C = Uhuu... E quanto à assistência técnica, o que podem dizer pra gente do período que eram integrados, como era a assistência?

Av = Acho que ruim também não foi, né!

Ep = Olha, nosso relacionamento, nós com os técnicos nunca tivemos problemas.

Av = Nunca tivemos problemas.

Ep = Só que eles também recebiam ordens de cima e vinham né com a, com as coisas prontas e se quisesse tinha que fazer, se queria continua ou... Ou pará de vez, eles recebiam as ordens lá e nós dele, dos técnicos.

C = E vocês chegavam a fazer um controle próprio de quanto vocês recebiam dos lotes, pra saber se era justo o que recebiam ou não?

Av = A empresa, é só a empresa que faz esse controle, porque um lote tu entrega olha, o peso médio tem que da tanto no outro lote que o peso médio era o mesmo, mas daí a conversão devia se a conversão era maior ou menor, mas a gente nunca tinha, nunca sabia quanto tinha que dá os frangos pra pode recebe um pouco...

C = Não tinha então, como...

Ep = Cada linhagem, cada linhagem tinha que alcança um peso né.

C = Mas nunca fechou o controle que vocês faziam com aquele que vocês recebiam da empresa?

Av = Isso nunca, nunca fecha.

C = E vocês tinham conhecimento de como usar as fórmulas que a empresa fornecia, de como calcular?

Av = Muito difícil, muito difícil isso ai não...

Ep = Quanto tu chegava quase a entende as fórmulas dai eles mudavam elas.

C = E vocês estavam satisfeitos com o sistema?

Av = Satisfeitos a gente ficaria se ganhasse é, se fosse bem remunerado né, só que como a remuneração era pouca né, ficava até sem sabe, sem sabe o que faze né, se tinha que desisti ou não desisti.

L = Então como é que vocês se sentem perante a empresa? Qual era o sentimento? Era de dependência, era de independência?

C = Vocês se sentiam dependentes da empresa ou não?

L = Se sentiam livres pra fazer o que queriam?

C = É, de por exemplo negociar os preços, de conversar com a empresa dizendo: olha eu achei que o resultado desse lote não foi justo, porque... Vocês tinham essa independência de de negociação?

Av = Não tinha não, os preços e os comandos vinham de lá de cima e a gente tinha que dizer Amém!

L = Só obedecer!

Av = Só obedece, se quer continuá trabalhá, trabalha do jeito que eles querem.

C = E quando um lote não dava bem assim, eles alegavam o quê, porque acontecia aquilo?

Av = Vinham até pedi satisfação da gente, quando a gente fazia um lote mínimo por exemplo né, vinham ali, o técnico vinha ali e pedia o que que aconteceu, mas as vezes era um lote normal que a gente achava até que ia ganha dinheiro e não deu, a gente não tinha explicação pra isso.

L = E eles vinham prestar satisfação pra vocês, os técnicos?

Av = É os técnicos eram mandados de certo pela empresa pra...

C = E eles chegaram a alegar que os lotes não renderam o quanto vocês esperavam devido aos cuidados de vocês?

Av = Eles alegavam sempre que os culpados era a gente por que o lote não ter dado bom né.

Ep = É no começo foi assim, no começo do dos lotes eles diziam que nós não tinha prática né, nós ia, nós ia praticá e nós ia recebe né, depois foi indo, foi indo e quando nós, um lote tava doente e eles achavam que tinha que ter a maioria doente pra trata e não tratavam o ou daí quando nós olhava um lote achava que tava bom eles diziam que a conversão era muito alto e sempre foi assim, daí quando um lote dava ruim eles diziam que bastante era manutenção do aviário que tinha que cuida a manutenção sempre mudavam o assunto, né.

C = Uhuu...

Ep = E se em doze anos a gente não aprendeu não vamos mais aprende.

C = Se fosse mudar algumas coisas vocês mudariam o quê?

Ep = Na parte de aviário?

C = Sim, se vocês pudessem mudar alguma coisa, o que vocês gostariam de mudar?

L = Então, vamos mudar a pergunta. Quais são as perspectivas pro futuro então? De agora em diante que vocês fecharam o aviário, venderam ele?

Av = Não foi vendido, foi pago pros cara leva embora.

Ep = É porque paga, nós paguemo que nem R\$ 37.000,00 quando botemo fora há doze anos que não tinha investido e ganhemo só R\$ 14.000,00.

Av = Não foi vendido nem, nem os equipamentos né foi porque quando a gente compro não existia esses equipamentos, só tinha um silo e...

Ep = Umhas calhas de água, pra água e...

Av = E depois o automático né, que a gente investiu e comedouros, ventiladores, ventilação mínima, foro, forração dupla...

Ep = Nebulizador.

Av = Nebulizador e mais coisa e foi vendido nem pelo preço que valia esses equipamentos foi vendido todo o aviário.

L = E poderiam me explicar melhor o que que é a ventilação mínima que eu ainda não entendi, é um equipamento?

Av = É um equipamento que funciona bem...

Ep = É um ventilador colocado no foro do aviário.

L = Tipo as janelas "boca de lobo"?

Ep = Não, boca de lobo também tinha, mas esse era colocado...

Av = É motores que jogam o ar fresco, limpo de cima do foro pra dentro do aviário, isso funciona muito bem quando é muito calor aquilo joga pra dentro o ar um pouco mais fresco quando o aviário esta fechado né, então se tem umidade também ele enxuga.

C = Uhuu... E o que levo 'vocês, quais os motivos que levaram vocês a não continuar com a integração, a cancelar o contrato com a empresa?

Ep = O trabalho pesado, começô problema de coluna, problema de desgaste de joelho.

Av = Mal, mal de da ração, que é o principal...

Ep = É, ganha não se ganhava nada e era bastante pesado o trabalho.

L = E esse problema de saúde, a dor nas costas, nos joelhos foram causados pelo trabalho no aviário?

Ep = Mas claro que foi!

Av = É a gente trabalha em tudo não dá pra dizer né é uma continuação no caso.

Ep = Só que o mais pesado era carrega ração, tira cascão e...

C = Encher os tubulares...

Ep = É!

Av = Carrega lenha.

Ep = E a lenha que tinha que carrega.

L = E a empresa deu algum auxílio pra vocês perante a plano?

C = Assim algum, alguma assistência médica, plano de saúde?

Ep = Isso não existe na firma.

Av = Cada um tem que se vira do jeito que pode.

Ep = Isso não existe na firma, nós somos os empregados baratos que a firma afirma né.

L = Porque empregados baratos, porque vocês se acham empregados baratos?

Ep = Por que nós trabalhava e a firma tinha o lucro dela e nós não tinha nada.

C = A empresa alega que vocês são parceiros deles, mas vocês concordam com isso?

L = E parceiros dos lucros também!

Av = Não porque, é a gente repartia os lucros também né.

Ep = Pra ser parceria nós devia ter a nossa quantia no lucro também não só...

L = Eles, eles escreveram o que vocês pensam, um exemplo disso tá no livro do Atílio Fontana.

Ep = Há sim!

Av = Claro, mas Atílio Fontana na época que ele vivia ele pagava o que eles tinham né.

Ep = Escreve, escreve um livro é uma coisa, escreve um livro e diz essas coisas é uma coisa agora continua é cumprindo com o que ele escreveu é outra né.

L = Então quem sabe na época que o Atílio Fontana estava as coisas eram melhores?

Av = Nós iniciemos o processo depois né, mais tarde, mas era bem melhor sim.

Ep = Os antigos avicultores tinham melhores casas, podiam até compra um carro não vô diz um carro de luxo, mas um carro né e hoje em dia isso não existe mais, bem como se nós continuasse na atividade de frango em vez de arruma a casa ia ter que arruma o aviário né, daí a gente desistiu por isso, arrumamos a casa e vendemos o aviário.

C = E vocês se sentem arrependidos de terem trabalhado com a integração de aves?

Av = Acho que a gente nunca devia ter entrado, né.

Ep = Não devia ter nem pensado em entra.
C = Por quê?
Ep = Porque não deu lucro nenhum né, só prejuízo!
L = E se fosse hoje nem pensa em se integra novamente?
Ep = Com frangos principalmente não.
C = Uhuu... E que outras alternativas teriam então?
L = Pro homem do campo, além do Sistema de Integração?
C = Existem outras alternativas, quais teriam?
Ep = Quase nada porque na roça a seca leva né, e tudo o que vem da roça também, vacas de leite também e quando da uma seca a gente não tem auxílio do governo não tem nada né.
C = Incentivos!
Ep = Não tem incentivo nenhum, se vai assim aqui uns anos nós os que tamo ai cinqüentão tamo resistindo na roça e os novos acho que não vai mais fica mais ninguém.
L = Então vocês não incentivam os filhos de vocês assim, os filhos de vocês a...
Ep = Não, eu mando pra cidade.
C = A permanecer no campo, a...
Ep = Eu mando eles, eu mando eles que estudem e que sigam a vida na cidade.
L = Então nós agradecemos a atenção de vocês...
C = Isso! Obrigada.
L = Por enquanto, obrigada!

Entrevista com o ex-avicultor 04

C = Bem então, vocês querem contar como é que vocês vieram morar aqui na região, quanto tempo faz, como foi que vocês vieram mora pra cá?
Av = Há eu nasci aqui há 66 anos, e tô morando...
C = Sempre morou aqui?
Av = Sempre no mesmo lugar vô a 39 e tô morando no mesmo lugar, tenho minha propriedade, tá aqui tenho 20 hectare de terra e tô morando no mesmo lugar.
C = Então nasceu aqui?
Av = Nasci aqui!
C = Os pais já moravam aqui, então?
Av = Moravam aqui, 40 anos tamo morando junto com a...
Ep = 42!
Av = 42 junto com a, com a esposa.
C = Ah... Uhuu...
L = E a senhora morava por aqui também, veio de onde?
Ep = Eu morava em Santa Teresinha e quando casei vim morá aqui e tô ainda morando aqui.
C = E em que ano vocês se integraram com a Sadia, na avicultura?
Av = Á agora trabalhemo 18...
C = Logo que vocês vieram mora pra cá?
Ep = Não, fazia um bom tempo já que nós era casado, fazia "Ai meu Deus" foi no, em que ano que nós comecemos o aviário? é, mais ou menos 82 por ai!
L = É só pra gente ter uma noção da época.
Av, Ep = É, por ai, é...
C = Uhuu, e nessa época quando vocês se integraram foram vocês que buscaram junto à empresa se integrar ou eles que vieram pedir pra vocês se integrarem?
Av = Eu fui em precura e fiquei bem contente, pra ter o modo de começa a viver, 50 metros depois lá um ano, um ano e pouco só com o piso depois já liberaram que podia, podia assim fazer o chão de batido de terra, fiz mais 50 metros, fui bem, muito bem em 10 anos depois de lá pra frente veio só despesa, mudo uma coisa veio outra automático, veio, veio, veio o tubular depois veio, veio o nipper e o galinheiro, o aviário tava caindo eu não tinha mais dinheiro que precisava R\$ 20.000,00 pra renova e eu não tinha mais aquele dinheiro daí abandonemo né, ai abandonemo pronto vai fazer o que, a gente não é escravo de ninguém a gente não é obrigado a trabalha pra nada.
C = Quanto tempo faz que vocês fecharam o aviário?
Ep = É 8 anos já!
Av = 8 anos e fiquei bem contente ter fechado, se eu tivesse hoje eu tava... Ia, me come fora até o resto do capital que eu tinha. Sim, é verdade digo até na frente do juiz isso ai!
Ep = Porque ia ter muito gasto ainda pra mantê, né.
Av = Muito gasto, precisava R\$ 20.000,00 pra, pra renova essa...
C = Precisava continuar investindo no aviário, nos equipamentos?
L = Equipamentos...
Av = É hoje, hoje eu tinha ainda dívida pra pagar na, "Graças a Deus" tô bem tranqüilão eu e minha esposa, minha família, bem tranqüilo, tô fora de divida né, e se eu ia reno... bota tudo o que precisava hoje eu tava devendo lá na Sadia, nos bancos e "Graças a Deus" tamo vivendo uma vida bem tranqüila sem dívida, sem nada, pouco dinheiro, mas sem dívida.
C = E a saúde?
Av = Eu não gasto nenhum pila, os médicos pra mim não, nenhum pila não di pra eles, eu tomo só o que eu preciso tô com 66 anos nunca fiquei uma hora no hospital "Graças a Deus" trabalhei bastante, mas tô bem conservado.
L = Então no inicio deu bastante dinheiro esse aviário?
Av = Os primeiros 10 anos nós fomos bem.
L = Primeiros 10 anos?
Av = E depois faz 7, 8 viro só em despesas.
L = Ahã...
Av = Só, tô cheio de exigências sabe, tu botava uma coisa já vinha outra, aquela já não servia tinha que por outra, nem compara né, a gente não é escravo de... do Brasil aí, a gente é dono vai fazer o quê?

L = Era integrado com porcos também ou não? Antes o senhor tinha a integração de porcos ou de aves?

Av = Primeiro suíno.

L = Suíno.

Av = Depois aviários, depois eu tinha que vende os porco que tinha no chiqueiro pra pagar as despesa no aviário daí o bobaião aqui não nasceu com a orelha comprida assim, ele parô, hoje eu digo na frente de qualquer um, a verdade é uma só não tem.

L = Sim, então acabava só em despesas?

Av = Pior a despesa, o nosso serviço não valia nada sabe, depois os caras vinha aqui me botava defeito ainda que eu não, deixei de ganha dinheiro porque eu não cuidei como era suficiente.

L = Então, os técnicos diziam que a culpa era de vocês, que vocês que não cuidavam bem?

Av = Acabo, não, mas sempre tem aquele que bota o bico no meio.

L = Ahã...

Av = Só que o dinheiro pra mim não sobrava. Pagava tudo as despesas não sobrava nada, a gente não é bobo pra agüenta tudo essas coisas na vida não, não... Má isso aí eu digo em qualquer lugar na frente de qualquer pessoa eu digo, já disse e digo ainda!

L = Sim, sim!

Av = Não é verdade?

L = Claro, tem que se dizer o que é verdade né!

Av = É o dia que a gente vai morre também é a mesma coisa, a gente tem que deixá as coisa limpa nesse Brasil véio aí, né.

L = Então as maiores dificuldades que o senhor encontrou nesse período foi à questão dos equipamentos que precisavam renovar sempre e a renda era pouca?

Av = Sim e pouco, ia ficar devendo, ia ficar devendo aí a gente se obriga a para né, não é verdade?

L = E quando vocês fizeram o aviário vocês tinham o dinheiro pra construir ou vocês fizeram financiamento?

Av = Um pouquinho só, paguei quase tudo a avista.

L = É?

Av = Porque eu ganhava dinheiro, teria ganhado, mas nos últimos tempos virô só em despesas.

L = Ahã... então pra construir esse aviário vocês fizeram financiamento?

Av = Só um pouquinho.

L = Só um pouquinho?

Av = Pequeninho assim, e paguei tudo em dia.

L = E o que que eles pedia de garantia pra esse financiamento?

Av = A o terreno 20 hectare de terra que era propriedade aqui, aqui o capital onde tamo morando.

L = Hipotecaram a terra?

Av = Á?

L = Hipotecavam?

Ep = Se a gente não pagava eu acho que sim, até.

L = Sim, mas vocês davam de garantia a terra e não tinha avalista?

Av = Ah, o terreno, o terreno tava, tava no banco assim né, o capital tava lá, mas eu nunca precisava tira nada eu sobrava dinheiro de paga as minhas despesas do galinheiro, aqueles tempo dava depois andaram meio me, me rasgando os bolso aí me mandaram até pedi emprestado dinheiro sabe...

L = Ahã...

Av = Não eu disse, eu não sô esses tipo de home aí, eu quero fazer com o meu bolso não com aqueles do [...] vi que depois andaram meio enrolando aí, disse eu vô cai fora, livreí minha patroa, meus três filhos aí, tô bem livre, só não vem enrola a gente, a minha vida é essa, não sei se eu falei de mais ou menos, mas se, mas se foi assim a minha esposa pode fala a verdade se não foi assim que foi feito, ela trabalhô também dez anos puxando carinho de ração e o rapais lá só que não terminô em nada [...]

L = É!

Av = Se tivesse continuado o que que, porque que nós ia pará ali, que nós tinha, só tinha a nossa família temo aqueles 20 hectare, 18, 20 cabeça de gado, nós tinha engordado cento e pouco, 150 porco por ano pra Sadia, agora pra, pra ter prejuízo, pra investi dentro do aviário, ô vamos cai fora disso aí.

Ep = Quando a gente entregava os porco na Sadia tinha que pega o dinheiro dos porco pra pagar equipamento uma coisa ou outra.

Av = É uma curtrina depois vinha outro rolo, rolo, rolo... Eu me peguei na dívida, tanto que eu trabalhei na minha vida fica com dívida não, não só escravo na minha vida.

C = E quanto à assistência técnica, como era a assistência técnica?

Av = É tinha gente boa e tinha os cacos que não prestavam também, tinha o [...], tinha o...

Ep = [...].

Av = [...], primeiro depois veio um magrinho, injoadinho sabe não sabia nem se eles comia pra frente o em baixo e botava defeito, por que que tú podia vim ali e bota defeito eu digo, cai fora, não sô inimigo das pessoas.

L = Sim!

Av = Se eles tão exigindo tantas coisas assim então você fica pra lá e eu fico pra cá.

L = Ahã...

C = E se fosse hoje vocês se integrariam de novo?

Av = Se me desse 100 metros equipado eu não quero nem ó, tá ali a planagem, tem 120 metros eu não quero nem de graça equipado, só pra aquilo que eu sofri na minha vida minha família sofreu.

L = Uhuu...

Av = Tudo tá bom, a raiz corto lá em baixo com a moto-serra, morreu.

L = Morreu!

Av = Não tem nada desse fato!

C = Não aconselha então seus filhos a continuarem com aviário?

Av = Não, não, não essas parte eu acho, vão cria, aqueles 20 hectare de terra que eu tenho falta bem pouquinho e eu cerco tudo invernada sabe, 20 hectare é um bom pedaço né, eu solto 40 cabeça de gado, tem 20 mais 20 e eu boto lá umas 12, 15 cabeça de umas vacas de leite, uns boizinho no meio umas 40 cabeça de gado eu me garanto meu sustento.

C = Tem alternativa então?

Av = Tem!

C = Da pra vive sem aviário?

Av = Tem, dá pra vive! Eu tô vendendo os leitão também.

Ep = Menos, menos compromisso, né.

Av = É e não tem muita despesa cuidado aqueles lá, trato meu gadinho ali.

C = E vocês chegaram a fazer algum controle assim pra calcular a renda média dos lotes? Se era justo o que a empresa pagava dos lotes?

Ep = A ali quem que ia acerta!

Av = O último lote que passo da média tinha 40 dia, e fomo lá deu a taxa mínima, agora vamo vê também!

C = Então, o controle que vocês faziam não fechava com o da empresa?

L = E vocês tinham o poder de negociar o preço com a agroindústria, vocês podiam ir lá e...

Av = Ô iam me da um tapa na cara eu chegava longe 5 metros: "Ó [...] de novo mal"! Dio que vontade de da um tapa numa de afunda lá em baixo, sabe que o cara trabalho, não ganho nada: "O [...] de novo mal" Dio quanta vontade de da um sôco! Eu não fui pra cadeia por respeito a minha família, má eu queria mata a metade que tinha lá: "De novo foi mal, dio porco" daí o cara já chega, chega brabo que não ganho nada e ainda o cara fica enchendo o saco.

C = Eles caçoariam de vocês?

Av = Mais óia, você me desculpa que saber uma coisa eu vô pesca! Eu já falei tudo não adianta se eu fica aqui eu vô fala de mais.

L = A gente fica bem agradecida pela atenção!

Ep = Vio tá nervoso, vai pesca!

C = Então, senhora [...] vocês se sentiam dependentes da empresa ou não? Como vocês se sentiam perante a empresa, vocês eram livres, podiam fazer o que bem entendessem ou tinha que ser sempre nos padrões que ela exigia?

Ep = Não a gente era dependente da empresa porque era a nossa sobrevivência né, ali no caso a gente dependia dela, daí tinha que segui o mesmo rumo mais ou menos.

C = Uhuu...

L = E até a questão da exploração, vocês se sentiam explorados pela agroindústria?

Ep = A má com certeza!

L = E a empresa alega que vocês são parceiros dela, até mesmo nos lucros porque o integrado não é empregado, ele é parceiro da agroindústria, vocês concordam que vocês são parceiros deles nos lucros?

C = É, vocês concordam com isso?

Ep = Má eu acho que nos lucros não.

L = É! Porque?

Ep = Pode ser parceiro sim, mas no lucro não.

C = No trabalho...

Ep = É no trabalho isso, no trabalho porque não tem como né...

L = Uhuu...

C = E quanto a alguma associação, sindicato, vocês chegaram a conhecer ou a fazer parte de algum, vocês chegaram participar de alguma associação dos integrados que buscassem junto à empresa luta pelos direitos, pra negociação de preços, do poder de barganha, de algum sindicato alguma associação que lutasse pelos direitos de vocês?

Ep = Naquela época não, a gente talvez ia nas reunião lá daí um comentava o outro comentava, mas não adiantava não tinha a solução nenhuma por que a verdade era só com eles né, até a gente programava vamos supor, falava em programa porque as vezes vinha os pintinhos e descarregavam bem antes da noite né, daí durante a noite não iam consegui comer né, se alimentá, então, má diz que não que aquilo lá não podia, não podia né a gente programa uma coisa assim que viessem antes, umas horas antes pra eles pode se alimenta antes da noite né, daí não a gente nunca tinha vez, nunca tinha...

L = Nunca tinha razão, nunca podiam...

Ep = Não, não eles nunca podiam colaborar com o, com o integrado né.

L = Uhuu... E vocês se uniam e se organizavam enquanto integrados, montaram alguma associação, um sindicatos dos avicultores ou isso nunca existiu?

Ep = Não! não, pode ser que até eles tinham pensado no caso, mas a gente não, não fico sabendo né.

L = Ahã... Talvez nem é da época que vocês eram integrados.

Ep = É pode ser, pode ser.

L = Uhuu... Vocês participam de algum sindicato de alguma cooperativa?

Ep = Mais oia! Nós era sócio do sindicato dos trabalhadores ali, mas depois ultima mente deixamo até de paga porque...

L = Uhuu... E a gente esqueceu de pedir a escolaridade de vocês...

Ep = Eu é a 5ª série.

L = Sim.

Ep = E ele é a 4ª.

C = Uhuu... E qual a idade da senhora?

Ep = Eu tenho 61 ainda! no dia 25, no dia 25 vô completa 62 e ele completo 66.

L = Uhuu... E quantas pessoas da família sobreviviam do aviário, da avicultura?

Ep = Bom, até que o [...] não era casado daí nós éramôs em 5 né, depois daí é, mas depois daí a [...] casô e entrô a Salete daí eram 5 mesmo, isso mais ou menos.

C = E se fosse assim, que vocês não tivessem outra atividade para sobreviver, vocês acham que o gado leiteiro seria uma das alternativas?

Ep = Sim, mas pouca daí aquelas sempre 5, 6...

C = Só para o consumo?

Ep = Só, ahã, é...

C = Mas não se integrariam assim, para alguma empresa?

Ep = Sim, entregava sim, entrego hoje também.

C = Entregam leite! E tinham porcos também?

Ep = Sim.

C = E roça, vocês fazem?

Ep = Também, também...

C = Então se fosse assim se não tivesse nada disso se só tivesse que vive só do aviário?

Ep = Má não sei daí.

C = Daria pra garantir a sobrevivência dos 5 com o aviário?

Ep = Eu acho que não!

L = É?

Ep = Se a gente não tinha, não tinha vamo supor roça, não tinha, não tinha gado dai acho que não.

C = A renda não ia chega pra poder...

Ep = Não ia, não ia chegar não!

C = Pra poder viver 5.

L = E assim a senhora teria alguma coisa a mais pra comentar? Algum acontecimento...

C = A época que colocaram aviário como foi, também quanto a questão da localização do aviário, foi o técnico que indicou?

Ep = Sim foi, foi o técnico foi, foi, foi ele que fez a medição, foi ele que fez a medição, até nós tivemos que compra um pedacinho de terra porque ficava no terreno pra dá o espaço ficava no terreno do vizinho daí nós compramo um pedacinho de terra né.

C = Primeiro foi com 50 metros e depois ampliaram?

Ep = É, sim mais 50 depois.

C = E por que ampliaram, a empresa pediu para ampliar?

Ep = É sim porque eles pediram e depois a gente achava que...

L = Tava dando bem, né!

Ep = Tava dando bem, e daí depois no fim que tava, quando tava mais ou menos pago daí foi desvalorizando o valor dos lotes né, no caso que a gente entregava daí não deu mais!

C = E vocês possuem alguma foto, algum documento, contrato guardado, algumas revistas que a empresa fornecia?

Ep = Revista, tem só foto do aviário, né.

Fa = Eu tinha umas fotos históricas de um calendário que era da do primeiro moinho de Concórdia, eu acho que vocês não eram da época disso aí, acho que foi um dos primeiros, dos primeiros anos que nós tinha o aviário, primeiro moinho da Sadia um negócio assim.

L = Mas então a gente agradece a senhora pela atenção e paciência!

C = Muito obrigada.

ANEXO D
ENTREVISTAS

Entrevistas realizadas pelo historiador Antenor Geraldo Ferreira, depositadas no Museu Municipal Hermano Zanoni:

Caetano Chiuchetta – Concórdia, SC, 1990.

Victor Kurudz – Curitiba, PR, 1990.

Entrevista realizada por Amber Capriles Port e Nelson Port Júnior, depositada no Museu Municipal Hermano Zanoni:

Ivo Frederico Reich – São Paulo, SP, 1992

Museu Histórico de Concórdia
Equipe Resgate

Livro sobre a História
do município de Concórdia

Transcrição
de fita gravada com entrevista
Fita N° 008

Concórdia SC, 28 de abril de 1990

O conteúdo desta entrevista servirá de acréscimo ao livro, "CONCÓRDIA O RASTRO DE SUA HISTÓRIA", de Antenor Geraldo Zanetti Ferreira.

Entrevistador: Antenor Geraldo Zanetti Ferreira.

Entrevistado: Caetano Chiochetta.

Transcrição: Alvaír dos Santos - Componente da Equipe Resgate e Servidora do Museu.

Datilógrã: Dulce Joana Weirich - Servidora da Prefeitura.

Entrevista realizada por Antenor Geraldo Zanetti Ferreira, com o Senhor Caetano Chiochetta no dia 28 de Abril de 1990, em sua residência na Rua Leonel Mosele, 186 Concórdia Santa Cabarina.

Antenor Geraldo Zanetti Ferreira - Seu Caetano, seu nome completo?

Caetano Chiochetta - É Caetano Chiochetta. Era Caetano Piazete Chiochetta, não sei porque meu pai colocou Piazete, não sei se era Pedro ou Piazeta. Então larguei mão desse P. no meio do nome.

AGZF - Qual sua data de nascimento?

CC - Sete de Agosto de 1902.

AGZF - Aonde?

CC - Eu nasci em Caxias do Sul.

AGZF - Quantos irmãos?

CC - Ah! Nem sei, parece que eram dezenove irmãos.

AGZF - O nome de seus pais?

CC - José e Carolina Como eu.

AGZF - Nascidos em Caxias do Sul?

CC - Eles? Itália, italiani.

AGZF - Quando é que se deu a vinda do Senhor pa Concórdia?

CC - Foi em janeiro de 1925.

AGZF - Por que Concórdia?

CC - Porque Concórdia, naquele tempo era sede Concórdia, foi batizada pelos Mosele, os colonizadores falavam que vamos fazer a sede Concórdia. Então eu era moço novo e me falaram, vamos para lá, vamos empreitar a estrada, vamos ganhar dinheiro.

Pagavam quatrocentos réis na estrada reta e seiscentos réis nas curvas, por metro. Vim aqui convidado por eles mas não obedeci, comprei dois lotes lá e depois o resto, treze lotes e meio, porque me deram três anos e meio, mas sempre com uma intensão, "você manda derrubar e vamos trazer milho de Caxias"; dizia o Leonel Mosele. Porque o pessoal dizia que havia muita Bracatinga aqui, e o povo italiano burro que vinha da, burro ou esperto no Rio Grande não tinha Bracatinga e aqui tinha, estes anjico aí não dão

milho, então nós derrubamos os treze lotes e meio por trezentos e sessenta mil réis e três anos e meio para pagar, então mandei cortar o mato, mandei derrubar, mandei plantar o milho a ponta de enxada. Sabe o que é plantar milho a ponta da enxada? O pessoal usava a máquina que ia 7 ou 8 grãos, e a ponta da enxada ia 1 a 2 grãos cada buraco, dava cada pé de milho que "derrubava o chapéu". E o pessoal quando via perguntava: da onde é esse milho? É do Rio Grande, milho do Rio Grande, burro, o milho é daqui. Então vocês vão e podem ver a roça, eu mostrava está o milho híbrido mesmo daqui, o pé é desse tamanho mesmo. Bem plantado, de metro e meio longe um do outro, com um grão ou dois de cada buraco, que o colono planta de 7 ou 8 grãos, então o milho não dá bem, só dá uma espiga cada pé. Você planta da distância de 1 metro ou metro e meio aí dá 3, 4 espigas. O povo sempre foi atrasado por falta de ensino, o povo agricultor está com falta de ensino, agora sabem bastante de veterinária, mas ainda falta ensino.

AGZF - Com que idade o Senhor veio para Concórdia?

CC - Com 22, 23 anos é.

AGZF - Que ano que era?

CC - Em 1925.

AGZF - O que tinha em Concórdia quando o Senhor veio para cá?

CC - Tinha só aquela casa velha que eu mostrei primeiro aí, só aquela casa e estavam fazendo aquela outra casa do lado de lá do rio. Quando chovia o pessoal tinha que passar pelo rio, era difícil porque o pessoal tinha que esperar dar passo com a tropa e depois passava. E aqueles que vinham lá do mato, lá no outro lado ficavam até lá onde tinha a casa Bernardi, por ali dava passo, onde é a rua do Comércio, aí era um campestre, um mato meio comido de mula, assim é.

AGZF - Quando o Senhor chegou aqui, qual era mais ou menos a população de Concórdia?

CC - Tinha 2, 3 mil caboclo, a maioria forragido do Rio Grande. A maioria, mas era gente muito boa, gente que acontecia uma coisa e vinha se esconder aqui em outro Estado. Era só passar o rio que ninguém procurava, como hoje, mata um aqui e vai se esconder no Paraguai. Mas lá também já estão pegando, agora tem uma lei, não adianta porque aqui a gente faz, aqui a gente paga.

AGZF - Quando o Senhor chegou em Concórdia já tinha muitos outros imigrantes, que tinham vindo para cá?

CC - De origem italiana não, só caboclo. E depois que começou a vir porque a empresa Mosele estava começando abrir a estrada. Não tinha estrada, era só um pique para passar a cavalo e depois abriram a estrada até Rancho Grande, a gente vinha de caminhãozinho pequeno, que nem essa linha aí, carro pequeno e Rancho Grande para cá era a cavalo, então saía de Erechim vinha para cá a cavalo.

AGZF - Quando o Senhor veio para Concórdia o Senhor já era casado?

CC - Não, era solteiro, casei aqui.

AGZF - Como é que foi a vida do menino Chiochetta?

CC - A vida Caetano Chiochetta foi trabalhar desde 4, 5 anos no cabo da enxada. Não precisa fazer 20, 25 anos como fazem agora para começar a trabalhar no cabo da enxada. Depois fui trabalhar de seleiro, fui trabalhar de bodegueiro, trabalhei com um bar, mas primeiro trabalhei de seleiro como curtir o couro, era um trabalho difícil, bater o couro dia e noite até tomar a forma certa, era dia inteiro batendo ping e pang....ping e pang.... para fazer uma sola, um couro pronto para sola levava um ano, para curtir a sola. Era muito diferente do trabalho que o Dalmolin faz hoje em seu cortume.

AGZF - Concórdia, quando o Senhor aqui chegou tinha essés colonos?

CC - É, tinha Fernando Silveira, o Brasil Bueno, não sei do que, Brasil Bueno da Luz. Tinha o Joaquim Barroso que era o capanga desse Fernando Silveira.

AGZF - Nessa história dos caboclos aqui, como era a relação deles, a vida deles?

CC - Ah! ...o costume deles era andar armado com pistola e com um revólver ou dois. As pistolas eram carregada pela boca, muitas armas. A pistola era carregada pela boca com banha de bode, das árvores, porque não tinha papel, nós não tinha jornal aqui. Sempre aquele pistolon com a espoleta em cima, pronto para atirar.

AGZF - Era, a companhia Mosele que importância teve ela no início da colonização aqui?

CC - Pois é, eles compraram de outra companhia, parece que eles compraram da companhia Estrada de Ferro, e depois venderam para a empresa Mosele, empresa Capelli, Lusa e Rosa, que são todas companhias que tinha por aí.

AGZF - E essas companhias chegavam e demarcavam as terras, e os ca

boclos aceitavam?

CC - Não, os caboclos não queriam saber, mas eles botaram medo. A Companhia Mosele tinha esses, Joaquim Barroso e este Brasil Bueno, eram dois bandidão que estavam aqui, e que eram de Lagoa Vermelha, criminosos' de lá, estavam escondidos aqui, estavam encostados na Mosele. Quando os caboclos não queriam sair das terras, eles diziam: deixe por nossa conta! Aí passavam os agrimensores medindo e tal, e aí ofereciam: - O Senhor quer ficar com as terras? Querendo é sua, é só pagar 350 milréis cada um cada dez alqueires era 50 milréis. Mas primeiro tinha que fazer as estradas. Tinha a estrada para Marcelino Ramos, a estrada para Rancho Grande, a té Cascalho, até Ipumirim, até Seara, até o Itá. A companhia Mosele fez isso aí.

AGZF - E os caboclos tinham algum líder deles?

CC - Tinha, tinha.

AGZF - Quem era?

CC - Este Teodoro Piston, Zé Paulino, Vergílio Castilho, tinha diversos líderes, e brigavam entre os grupos, perseguiram, fechavam estradas.

AGZF - E quando chegam esses primeiros imigrantes, eles são bem vindos pelos caboclos?

CC - Não eram muito bem vistos, alguns caboclos não queriam sair, mas a empresa mandava tocar.

AGZF - Chegaram haver brigas, atritos?

CC - Tinha o Coronel Maria de Joaçaba que protegia os caboclos, e ra só ele dar um grito que reunia muita gente. Ele dava comida e bebida, isto que eles gostavam, quem desse bebida. Então o Coronel Maria protegia os caboclos, era considerado bom homem, porque dava comida e bebida.

AGZF - Nesse período da colonização, que importância teve José Fabrício das Neves?

CC - Ah! Ele não gostou. Mas ele já era morto na época. Me parece que diz aí nesse livro que ele morreu em 1917 e a empresa Capelli começou em 1920, a Sucerolli também em 1920, essa a que mais começou, que mais tardou é....

AGZF - O Senhor chegou a conhecer, a conhecer José Fabrício das Neves?

CC - Não, não. Sim, sim, conheci, ele vinha para Erechim com oito a dez homens. Ele vinha lá e desencilhava os cavalos perto do Basílio Michelon, almoçavam lá. Ele pagava almoço para todos os seus capangas e depois montava a cavalo e ia para Aratiba onde morava. Depois ele veio morar aqui, é, o caboclo sempre acompanhava o mapa.

AGZF - O que o Senhor sabe sobre a vinda de José Fabrício das Neves?

CC - Diziam que homem melhor não tinha, mas se você piscava o olho para ele, ele te mandava matar, é, se um dizia: - Eu entro lá, se o Fabrício quer ou não? Podia esperar que a chumbarada, é.....

AGZF - Ele administrava as terras aqui?

CC - Sim, ele administrava de Porto União até o Barracão da Argentina. Mas tinha outros caciques, tinha o do partido do contra, é....

AGZF - Quem era do contra?

CC - Este que falei primeiro, este Zé Paulino, este Teodoro Piston, esta gente era contra Fabrício, eles não queriam obedecer Fabrício, mas tinham que obedecer se não iam para a faca.

AGZF - Tinha Médicos práticos?

CC - Tinha sim, aqui no mato a vontade, curandeiro e benzedeiro a vontade. Este Augusto Fragoso era um médico terrível, vinha esse pessoal doente, doente de longe e iam lá no Augusto Fragoso, ele dava uma volta no mato e já voltava com o remédio e fazia uma charopada. E ia para casa, tomava o remédio e ficava melhor.

Eu vim para cá moço de Erechim, e não acreditava nessas coisas. Quando o pessoal dizia: - Puxa! Estou doente vou lá no Augusto Fragoso, então montavam a cavalo e iam lá, traziam a charopada e em 2 ou 3 dias estavam bom. Não sei, não sei porque, não tinha hospital. Nem se sabia o que era hospital, Nem médico.

AGZF - Conta-se que uma das decisões de Fabrício das Neves ao ceder terras, era não deixar fazer cerca. O que o Senhor pode me dizer sobre isso?

CC - Ele deixava fazer cerca, mas todo mundo criava solto, criava solto. Então você também criava solto, criava solto.

AGZF - Qual era o compromisso que o Senhor ao receber terra de José Fabrício, tinha com ele?

CC – É aí que você me apertou! Ele não vendia terra, ele dava a terra. Ele mandava um no lugar pra você se colocar. Em Lageado dos pintos, ou em São José, ou no Ita. Eles eram os donos das terras então, eles botavam lá, mas as terras eram do governo, terras do governo.

AGZF – A companhia Mosele, trouxe o progresso que se esperava?

CC – Trouxe, trouxe. Colonizou, colonizou, com 4, 5, 8 mil colonos, é...

AGZF – O Tigre Velho é dessa fase?

CC – Não, o Tigre Velho é o que fez a revolução de Vacaria e depois, e depois, do Paraguai, do outro lado do rio Paraguai. Eles diziam que levavam qualidade para tocar. Tinha o Tigre Velho, que estava aquela vez na força, tinha Teodoro Piston o, esse Virgílio Castilho. Eles moravam todos em Vacaria. Eles começaram de lá e vieram tocando, o argentino para a Argentina, o paraguaio para o Paraguai e o uruguaio para o Uruguai, porque parece que aqui no Brasil já estava uma mistura e eles tocavam, é no chumbo, é...

AGZF – O nome do Tigre Velho?

CC – Era Matias Ribeiro da Luz.

AGZF – Porque o apelido Tigre Velho?

CC – Porque ele morava lá naquele rio perto do cemitério e então chamavam ele de Tigre Velho, não sei porque. Mas eu penso que chamavam de Tigre Velho porque ele nunca calçou um sapato, andava assim com os pés aberto, os pé aberto os pé dele e ele sempre trocava de mulher, cada 3, 4 meses. Mandava embora aquela e pegava uma moça, era um homem espeerto. Aqui tem um rapaz com o nome pé sujo que é filho do Tigre Velho, mas eu não vi mais ele agora. Eu dei um lote para ele lá embaixo, um lote de 14 x 80 e ele encheu aquele lote de milho.

AGZF – A partir do momento que ocorre a colonização, esses caboclos vão se retirando?

CC – É iam se retirando. A maioria se retiravam sozinhos. Aqueles que não queriam comprar terra. Mas eles não queriam comprar terra. O negócio deles era morar na terra do governo.

AGZF – Para onde eles foram?

CC – Daqui eles iam para o Irani. E depois do Irani, muita gente ia para Pato Branco, para uma vida nova, lá era terra do governo outra vez, lá tinha muita terra do governo. O oeste paranaense era tudo terra do governo. Depois começaram a formar, a formar propriedade.

8

lá tinha muita terra do governo. O oeste paranaense era tudo terra do governo. Depois começaram formar, formar propriedade.

AGZF - Em que área econômica, o que o Senhor começou a fazer aqui para montar a sua vida?

CC - Sim, aqui eu comecei a trabalhar, eu trabalhava com hotel, trabalhava de padeiro, trabalhava carnear porco, trabalhava carbear gado, cada 8, 10 dias matava uma porcada e fazia lingüiça, tinha comprado um moinho lá em Arabutã, que uns alemães lá do Rio Grande fizeram um moinho e depois não puderam pagar, não porque, e vieram e me venderam pela metade do preço. E fazia todo esse serviço aí, né, fazia um pouco de tudo.

AGZF - Antes o Senhor falou que tinha hotel, foi o primeiro hotel de Concórdia?

CC - Sim o primeiro hotel, é.

AGZF - A sua esposa, o Senhor conheceu aqui em Concórdia?

CC - Sim conheci aqui em Concórdia. Ela veio aqui depois que eu estava aqui.

AGZF - Ela veio de onde?

CC - De Antônio Prado.

AGZF - De origem?

CC - De origem italiana, é.

AGZF - Como é que se deu esse encontro com sua esposa?

CC - Deu esse encontro porque a irmã dela casou-se com meu sócio, ela veio junto morar para cá e depois eu casei com ela.

AGZF - Lembra a data do casamento?

CC - Não, não me lembro, só olhando os documentos. É mas deve de ter aí.

AGZF - No seu livro diz em 24 de maio de 1930.

CC - É, então é isso aí, é.

AGZF - A relação do Distrito de Concórdia com Cruzeiro, como que se dava isso?

CC - Pois é, nós íamos pagar o imposto em Cruzeiro. Então o pessoal fizeram um abaixo assinado, o Mosele que dizia que nós merecíamos distrito porque pelo menos vinha um escrivão, para registrar os filhos, isso, aqui-lo né, pois ninguém registrava ninguém. Então com o distrito veio a autoridade, o primeiro intendente, policial e outros.

AGZF - E os chefes políticos de Cruzeiro concordavam com a criação do distrito aqui?

CC - Não, o Coronel Maria era um que não concordava. Ele queria mandar, porque depois do Fabrício, esse Coronel Maria entrou tipo Fabrício. Era um italiano lá de Guaporé, esse danado não era italiano, era um brasileiro bom, bom barbaridade, mas rím, ruím se piscasse no pé dele, ele te mandava matar. Esse Coronel Maia, é.

AGZF - Como é que esse povo daqui começou se organizar para criar o Distrito?

CC - Porque eu fui lá diversas vezes. O Coronel Maria era o prefeito lá, e o empregado que despachava lá na prefeitura, veio por aqui, e entrava nos bodegueiro cobrando imposto como ordem do Maia, cobrando por ordem do Maia, e os bodegueiro que moravam aqui, pagavam, os de Rancho Grande esse funcionário vinha a cavalo cobrar esse imposto e depois pegou o mundo e se foi, fugiu, e não entregou esse dinheiro na prefeitura. Era um homem desenvolvido, primeiro ele chegava no vizinho e perguntava, desde quando tinha essa bodega e tudo o que ele queria saber, depois ele ia cobrar com multas e tudo, é.

AGZF - Nessa época as dificuldades em relação as estradas, comunicação, como é que se dava tudo isso?

CC - A comunicação, é. Para passar um telegrama precisava ir a Marolino Ramos, na estação de Marcelino Ramos, ou no Uruguai.

AGZF - O Senhor seria capaz de lembrar o nome das primeiras famílias que vieram para Concórdia?

CC - Eu não sei, mas parece que depois de eu e meu conhado, veio um tal de João Sbardella, que já morreu. E depois veio um também, e Antônio Rech, não é parente desse Rech daqui, até tem uma história....

AGZF - Qual é a história?

CC - Antônio Rech morava em Sananduva, ele matou um lá e veio se esconder aqui no mato. Aqui morreu a mulher dele, lá no mato adiante de Nossa Senhora da Salete, e fomos lá a pé, levamos um lençol, cortamos uma vara grossa e colocamos a morta no lençol, amarramos as pontas, colocamos a

vara e levamos assim. Não tinha caixão, não tinha nada, era muito triste.

AGZF - O Senhor foi feliz aqui em Concórdia, quando chegou aqui?

CC - Eu sempre fui feliz, com a graça de Deus, é. Sempre renunci-
ei bastante, é. Com a graça de Deus, é.... (muito emocionado).

AGZF - O Senhor tem uma história um pouco engraçada para contar so-
bre o Bispo, que história é essa sobre Don Hosten?

CC - O Bispo, a primeira vez que veio aqui, Don Danilo Hosten, ele
foi fazer a missa na Praça, foi aberto a rua porque a igreja era pequena.
Então rezavam na praça, quando que era de manhã tinha aquela negrada que
não queria chegar lá no Bispo, mas à tarde, à tarde quando já tinham bebi-
do um pouco, eles bebiam vinho com açúcar, pinga, cerveja. O Bispo muito
simpático recomendava: "Minha gente! Vocês vão ficar aqui até às seis ho-
ras, portanto não bebam muito, a bebida faz mal". Então quando de repen-
te eles se achegavam perto do Bispo e complimentavam: - Boa tarde Seu Bis-
po! Como vai o Senhor? Como vai a Dona Bispa? E os seus Bispinhos? Aí o
Bispo dizia: Boa tarde! Mas não, o Bispo não casa, é que nem os padres, o
Bispo não pode casar. O caboclo dizia: - Não sabia disso não. O caboclo a-
quí pensava que todo homem tivesse mulher, como era que não é, é.

AGZF - Em que época isso mais ou menos?

CC - 1925 ou 26, não isso foi em 1927, porque o Bispo quando vinha
de Lages fazia Piratuba, que era Rio do Peixe, na beira do rio Uruguai. Aí
o Mosele inventou de trazer ele aqui. Combinaram com o Bispo lá em Rio U-
ruguai para ele vir aqui e tal, porque parece que ele trabalhava só do U-
ruguai pra cá. Então ele veio até aqui, então trouxeram para fazer propa-
ganda da colonização, e tal. Foi hospedado na casa do Mosele, é. Então o
Bispo gostava de Concórdia, era bem tratado é.

AGZF - Como é que era o Seu Mosele?

CC - O Mosele, era colonizador de terra, mas ele morava em Marceli-
no Ramos e tinha escritório aqui, esse Fernando Silveira que cuidava do
escritório aqui. Então eles vinham com uma picareta aqui na frente com a
colonada, a cavalo, eles vinham de trem até Marcelino Ramos, depois tinha
uma tropa de mulas, da empresa mosele, com 25, 30 mulas, que traziam eles
até aqui e levavam até a colônia. Depois ele dormia aqui, ficavam aqui, os
que se despachavam antes iam embora. Todo o movimento aqui era de trem e
que é que não tinha automóvel.

AGZF - O Senhor participou desse movimento de emancipação de Con-
córdia? O Senhor era um que torcia para que saísse?

CC - Sim torcia para que saísse município, pois é. Eu quando vim morar aqui, eu dizia para meus companheiros: aqui vai sair município, tem Dq açaba, tem Chapecó e nós estamos no meio de um território grande, por que não pode ser município?

E depois começou aquela história, Ipumirim quer município, Piratuba queria município, Concórdia também. E Concórdia passou a município antes que Piratuba é, é, Bela Vista queria município, queriam que fosse lá; digo eu não, não, tinha que ser Concórdia, aí fizemos uma força de falar com o governador, então ele deu município aqui, é, é.

AGZF - Como é que foi a reação do povo, o dia que oficialmente tornou-se município?

CC - A reação foi grande, sabe como é, este primeiro Prefeito o José Luiz de Castro, eu não sei de onde veio esse catarina, gostava só de fazer baile e bebedeira.

AGZF - Fala um pouquinho mais de José Luiz de Castro.

CC - Esse José Luiz de Castro, era um homem daqui de Santa Catarina era bom, bom, gostava de baile e etc, etc...

AGZF - Mas como administrador ele era bom?

CC - Ah! Não fez um metro de estrada na colônia. Não como administrador não foi bom. Depois não sei o que houve, se venceu o prazo e ele foi embora, então veio o Segundo Dalla Costa, como era um comerciante aqui, o Dalla Costa fazia questão de abrir estrada estrada. O José Luiz de Castro, era homem de cidade ele gostava só de festa, é.

AGZF - Nós estamos falando dos primeiros Prefeitos, o Segundo Dalla Costa, como é que ele era, o trabalho do Segundo Dalla Costa?

CC - Era bom, era bom, porque para nós os comerciantes, precisávamos das estradas, porque entrava a colonização, nos trancos e barrancos sem estradas, entravam de cargueiros e assim ia, sem estradas. Entravam em Rancho Grande, voltavam as tropas da empresa Mosale. A empresa trazia os colonizadores de cargueiros nas tropas de mulas. As crianças vinham dentro dos cestos em cima das mulas. Carregavam a gurisada como se carrega abóboras hoje, lá da roça, é.

AGZF - Nós estávamos falando anteriormente sobre o Senhor Matias Ribeiro da Luz, o Tigre Velho, ele era benzedor?

CC - Era benzedor.

AGZF - O Senhor chegou a conhecer alguma história dele, sobre isso?

CC - Ah! O que eu vou te dizer, eu fui compadre dele umas, umas 4 ou 5 vezes, mas eu muito ocupado, não podia conversar com ele. Ele chegava lá, sentava e conversava com os caboclos que estavam na bodega. E eu era padeiro, fazia bolachinha e comida para quem vinha comer lá. O caboclo aqui não conhecia pão, nem vinho e nem lingüiça, e não conhecia a gaseosa, é. Só conhecia a cachaça porque na costa do Uruguai estava cheio de fábrica de cachaça.

AGZF - Dizem ter uma ligação do nome Rio Queimados com a situação da época, o que era?

CC - Sim, Rio Queimado, então perguntavam porque chama Rio Queimado? Porque todos os anos a caboclada queimava o mato na beira do rio, fazia aquele fogaredo, queimando a samambaia quase até Catanduvas, é.

AGZF - Não tem haver, então com aquela história de queimar pessoas?

CC - Não. É que diziam que Fabrício mandava matar algum safado e depois de morto queimava e jogava os ossos no rio. Isso era feito sim, não pelo Fabrício mas sim mandado por ele. Ele não brigava, ele só mandava, mas não é por isso que tem o nome de Rio Queimado, mas sim pelas queimadas na beira do rio. O Fabrício era um homem muito esperto, se alguém se fizésse de valente e quizesse enfrentar o Fabrício mandava matar a caboclada que não prestava. Quando chegava alguém na casa dele tinha tudo, dava pouso, mandava desincilhar o cavalo, mandava tratar o cavalo, mandava você sentar, mandava você beber, comer, e mandava você dormir e no outro dia, ele mesmo enciñhava o cavalo e você perguntava quanto que era, ele dizia que não custava nada, desejava muito boa viagem, gostei de você ter vindo aqui. O Fabrício era um homem muito esperto, ele especulava o homem durante a visita pra ver o que ele tinha vindo fazer, se ele descubrisse o que o freguês vinha fazer e ele não gostava, ele mandava um caboclo atrás e mandava fazer o serviço.

AGZF - Como é que morreu Seu Fabrício das Neves?

CC - No tempo da revolução de 1924 ele reuniu uma força, ele e outro de Joaçaba reuniram suas forças, mas depois terminou a revolução. Então eles vinham de volta, e estavam acampados perto cada um com sua tropa de homens. Ele e Marcelino Ruas, então o Ruas mandou convidar o Fabrício para ir ao seu acampamento. Lá ficou preso, Fabrício e seu estado maior. Ruas chamou Fabrício para um lado e lá foi fuzilado e enterrado lá, diz que saiu no jornal, nas revistas, é.

AGZF - E o Tigre Velho?

CC - O Tigre Velho morreu aí nesse semitério. Dogello Goss aposentou o Tigre Velho, foi um dos primeiros aposentados, porque ele fez a

briga de 1800, fez uma revolução muito velha. Então foi aposentado fizeram uma casa para ele lá no cemitério e lá ele morreu. Dizem que ele morreu porque não acostumou com a casa nova de assoalho, de madeira, pois ele morava sempre em casa de chão, então ele não acostumou com o assoalho na casa.

AGZF - Que revolução é esta que ele participou?

CC - É, parece que é a revolução de 93, é...

AGZF - Alguma outra pessoa importante dessa época, para o Senhor contar uma história sobre ele?

CC - Não, faz trinta anos que não vejo mais ninguém que morou aqui nesta época, é.

AGZF - O Senhor lembra do Zé Paulino?

CC - Zé Paulino era um caboclo que morava lá no Lageado Paulino, por isso que esse lugar levou este nome, porque lá morava o Zé Paulino.

AGZF - O Senhor poderia me dizer alguma coisa sobre a origem desses nomes dessa nossa região aqui? Por exemplo, por que os rios tem esses nomes?

CC - Ah! Sim, rio, os engenheiros diziam. Porque quando eu abri a bodega e depois o José Tedeski que morava lá no campo de futebol, com o nome casa das Bracatingas, lá perto dos Marola. Bem o que eu ia dizer mesmo?

AGZF - Os rios? Porque Rio Jacutinga?

CC - Os engenheiros, o Jacutinga diziam por causa dos passarinhos, Jacutinga era um rio grande lá embaixo no mato. O Rio Suruvi porque na enchente, rio acima. Rio Rancho Grande porque o pessoal tomava pinga em cope grande é, é. Rio Tigre porque tinha muito tigre, tava cheio de tigre na beira do mato. Lageado dos Pintos, tinha caboclos morando lá, e na beira do rio tinha as chocas cheia de pintos. Todos esses nomes foi dado pelos engenheiros, é.

AGZF - E os nomes dados aos vilarejos também foi dessa forma?

CC - Engenho Velho, por que chamava Engenho Velho? O Fabrício tinha engenho de cana lá. Mas ele não fazia cana. Ele só fazia o açúcar amarelo. Fazia aquela caboclada plantar cana, ele comprava a cana e não pagava. E fazia açúcar amarelo para vender. É o motivo porque chama Engenho Velho, é. Pipoca, se chama Pipoca porque os engenheiros chegaram lá ao meio dia e só acharam pipoca para almoçar.

AGZF - E o primeiro nome, antes de Pipoca?

CC - O primeiro nome foi Pipoca, o segundo foi Nova Germânia e o terceiro foi Arabutã, é, lá em Ipumirim, o primeiro foi Rio do Engano, depois Armonia, e depois veio para Ipumirim. Lindóia teve um nome só, Lindóia. Cascalho porque chama Cascalho, porque tinha muito cascalho no mato, é aquelas pedras mole que a gente resbala, assim, é, então botaram o nome de Cascalho.

AGZF - O que significa dizer, o Senhor ter sido a segunda pessoa branca a residir em Concórdia?

CC - O que significa?

AGZF - É.

CC - É porque encontrei com o Mosele lá no hotel em Erechim, no Ba-sílio Michelin, estava almoçando. Ele perguntou: O que o Senhor está fazendo aqui? Eu disse que estava tirando toras, porque para por uma celaria precisava muito dinheiro. Então entrei no mato, tirar toras e mandar pela estrada de ferro. Se a gente faz uma tora sem emenda, e se a gente chega com 100 toras a gente compra toda a estação. E mandavam as toras para a Argentina e o Uruguai, lá por Santana do Livramento, São Borja e São Tomé, de madeira de cedro. Aí o Mosele disse: - Vamos pra lá, nós estamos colonizando, você é um rapaz novo, pode pegar a estrada de empreitada, depois pode dar sobre empreitada para outro, e você ganha sem trabalhar, porque nós te pagamos um tanto e você paga o outro menos um tostão, ou duzentos réis o metro, aí você ganha o lucro. Aí eu e o outro rapaz deixamos tudo no mato, é, é.

AGZF - Que ano esse ?

CC - 1925. Chegamos aqui em 5 de janeiro de 1925.

AGZF - A Praça de Concórdia, hoje?

CC - Era tudo sertão, puro matão, tinha só uma parte onde os caboclos ficavam parados quando chovia porque o rio não dava passo, aí então era quase limpo meio gramado. Chovia uma noite, um dia, já não passava mais no rio Queimados, era um rio violento, grande, é.

O rio Engano, porque Engano é porque o caboclo pensava que passava nadando a cavalo e o rio levava ele e o cavalo embora. Parecia que era baixo, mas era muito, que daria para passar, mas era engano as vezes, o levava embora o caboclo e o cavalo.

AGZF - Dia de festa, como era em Concórdia?

CC - Como era... os colonos gostavam de tomar vinho, então ia para Marcelino Ramos, comprava vinho lá no Pagnoncelli , 100 a 200 litros e trazia e na festa da igreja vendia vinho, vinho, churrasco e etc.... Ficavam bêbados, cantavam e havia algumas briguinhas. Brêgas grandes não, porque era perigoso, porque todos nós andava armado de fuzil. Tinha um delegado que controlava. A companhia Mosele dava um fuzil para cada morador que chegava aqui. Eles conseguiram com o Coronel Maria de Joaçaba.

O delegado era José Teles de Menezes, era um delegado duro, que andava desarmando todos ultimamente.

AGZF - E os padres na época?

CC - Os padres vinham de Palmas. Cada 4, 5 meses vinham os padres rezar a missa aqui, é.

AGZF - Aí faziam os casamentos, os batizados?

CC - Eram dois padres dispostos que vinham sempre com dois capangas, chegavam aí, era: "Viva o padre", e era aquela festança. Mas festa sem bebida e sem comida, os padres diziam, vinha carta avisando da visita dos padres. Aí era avisado da chegada deles e juntava muitos caboclos também, é, para a missa. E vinham a maioria de Eragosos, é.

AGZF - E as festas de casamento, era aqui na cidade mesmo?

CC - É eram aqui. Esse sistema aqui eu nunca perdi. É o pessoal aqui andava tudo de facão, esse facão aqui, e o de três listras. Você viu falar no facão três listras, era esse aqui.

AGZF - Que importância tinha esse facão na época?

CC - Todo mundo andava armado, facão todo mundo, nem se falava, todos usavam, é.

AGZF - O primeiro padre que veio para ficar aqui em Concórdia, sabe me dizer?

CC - Se bem me lembro, parece que foi o Frei Justino, parece que chegou, é.

AGZF - E as igrejas que teve aqui? Começou com uma igreja pequeninha?

CC - Pequena, pequena, é. Depois fomos botando aquela grande na frente daquela pequena, é.

AGZF - Duas de madeira?

CC - É, duas de madeira e duas de material, é. Quatro igrejas eu conheci.

AGZF - Quatro com a que existe hoje?

CC - Sim. E quatro cemitérios eu conheci. O primeiro foi lá onde é o campo de futebol, o segundo, aqui onde é a casa Rissetto, o terceiro lá em frente o Albino Suzim, à esquerda, e o quarto aquele onde está.

AGZF - O Senhor participou dessa construção da Igreja? O povo se uniu para a construção ou pagou?

CC - Sim. O povo pagava, eles determinavam uma taxa e passavam a esmola, cada um dava e todo mundo dava o dinheiro. Sabe como é, o italiano prefere passar fome, mas não deixar de dar o dinheiro para a igreja, é.

AGZF - Já naquela época era assim?

CC - É, é sim, sim. Agora não. O padre fala lá na igreja e o peço al vira as costas.

AGZF - Vieram algumas autoridades importantes aqui para Concórdia antigamente, autoridades do Estado, do Brasil, o Senhor poderia lembrar de alguns deles?

CC - Nem sei sabe, eu... autoridade... Ah! Foi na primeira exposição de suínos.

AGZF - Nereu Ramos, teve por aqui?

CC - O Nereu?

AGZF - Adolfo Konder...?

CC - É, Adolfo Konder foi o primeiro que veio, depois foi o Nereu Ramos.

AGZF - Algumas Inaugurações aqui, o Senhor se lembra de algumas coisas que saíram em Concórdia, escolas ou Foro, o Senhor, umas partes sobre isso?

CC - O que, que eu vou dizer! Saía tanta inauguração mas eu não ia em nenhuma porque na qualidade de comerciante...essa aqui foi o dia que foi inaugurado o Município, essa foi a inauguração do Município, me lembro como ontem, como é que foi.

AGZF - Como foi a inauguração do Município?

CC - Fizemos aquele churrasco grande, grande, e quando foi lá pelas onze horas desandou um temporal. O churrasco foi feito lá na praça e desan uma chuvarada que Deus o livre! Cada um correu para casa, umas o pessoal ' deram hora de pegar o churrasco cada um. A colonada, a caboclada passaram' a mão no churrasco e foram embora, abaixo de chuva, se molharam como pinto mas levaram as mãos cheias de carne.

AGZF - Nessa Praça tem duas árvores muito bonitas ali, conta a história dessas duas árvores?

CC - Pois é, então fizeram um jogo de duas caixas de cerveja para ver quem cortava as árvores. O Adolfo Schiavini e o Senhor Segundo Dalla ' Costa, mas não terminaram de cortar, foi até uma altura e parou e o Schiavini derrubou a dele. E a outra depois os outros ajudaram, é.

AGZF - A Praça era o lugar onde eles amarravam os cavalos?

CC - Sim, sim. Se amarrava os cavalos e se largava os cavalos para pastar. Tinha um gramado limpo porque os caboclos faziam pousada ali, é.

AGZF - Eu perguntava dessas grandes árvores que ainda hoje estão ali, foi o Senhor que plantou?

CC - Essas fui eu quem plantei, essas duas grandes. Eu plantei umas vinte, o Dogello trouxe de Jaraguá, veio de trem. Eu não interessava de árvore, eu interessava de milho, feijão, trigo e não outra coisa. Eu nunca cuidei outra coisa, nunca mais fui ver, só cresceram essas duas grandes que estão aí para quem interessar para ver, é.

AGZF - Seu Caetano, alguma outra história do início de Concórdia, ' que o Senhor gostaria de contar?

CC - É que houve tanta coisa que eu não posso me lembrar tudo, se tivesse com quem conversar até a gente se lembra, é. A questão é que não tem ninguém aqui do meu tempo para a gente trocar idéias, se não lembrava' de uma coisa, outra e assim vai, é. O único que eu me lembro agora é desse João Cidadella, ele estava aqui, como eu. Ele estava abrindo a rua em volta da praça, ele pagava quatrocentos réis o metro e tinha que derrubar as árvores e arrancar os tocos e a raiz, pelo mesmo preço. Isso não valia nada mas para quem queria trabalhar, trabalhou.

AGZF - O que o Senhor acha de que hoje em Concórdia nós estamos pensando em criar um museu, para resgatar todas essa história, o que o Senhor acha?

CC - Boa, boa, muito boa. Eu tenho ainda aquela balança que sempre me lembrei do museu, está lá em casa, lá em Camboriú, aquela que eu falei

dos primeiros anos daqui. Aquele que tinha uns preparos, botava em cima da balança, botava coisa, botava duas cordas assim, e botava o açúcar, o arroz e outras coisas. Pesa então um kilo e meio, dois kilos, é. E pesava com aquela balança é. Aquela vai para o museu se Deus quiser, é.

AGZF - O que o Senhor quer deixar para esses jovens, para essas pessoas mais novas que não conhecem nada deste início de vida de Concórdia?

CC - Eu vou te contar uma outra história: chegou um para almoçar no meu negócio e dizia: "Eu também vendo terra". E vendeu a praça por 50 mil réis, é. Vendeu para um que estava lá também e queria comprar para dar de herança para o filho. Pagou o vendedor e disse que dali 15 dias dava a escritura, mas que nada, pegou o dinheiro e foi embora, passou o Uruguai e adeus. Aí o comprador veio comentar comigo que comprou a terra para o filho e fez um negócio por pouco dinheiro, e estava contente que dali quinze dias teria a escritura. Aí eu disse: - que terra? Ele mostrou, essa aí. Eu disse: é a Praça, é do governo Schtil! Então ele disse: - será que o velho co me tomou os meus 50 conto?

AGZF - Mas Seu Castano Chiochetta, além de comerciante e hoteleiro, foi juiz em Concórdia.

CC - Foi, fui juiz de paz, é, por quatro anos.

AGZF - Como é que era ser juiz de paz naquela época?

CC - Me chamaram. Eu não queria ser, mas não tinha outro, então fui é, e fazia os casamentos, é. E em nome da lei os declaro casados. E era assim, é, quase nem me lembro mais.

AGZF - Mas era uma autoridade?

CC - Era sim, uma autoridade, é,.....

AGZF - Eu estava perguntando ao Senhor, o que o Senhor diria para essa gurisada mais nova da cidade, esses jovens?

CC - Para esses jovens, nem querem masi saber, saber, sabe....

AGZF - Por quê?

CC - E eu que sei por quê? Eu não sei lá por quê? Pois é, que a gente viveu num clima diferente, é. Hoje aquele que trabalha é burro, aquele que não trabalha não tem dinheiro, é, é, pois é....

AGZF - Teria alguma coisa a mais a nos contar neste momento?

CC - É, não me lembro de mais, neste momento não.

AGZF - Então! Nós agradecemos a entrevista do Senhor Caetano Chiochetta, e damos por encerrada, neste dia, 28 de abril de 1990.

Caetano Chiochetta

Museu Histórico de Concórdia
Equipe Resgate

Linha sobre a História
do Município de Concórdia

Transcrição
De fita gravada com entrevista
Fita N° 004

Concórdia 50.06 de Julho de 1990.

O conteúdo desta entrevista servirá de acréscimo ao livro, "CONCÓR
DIA O RASTRO DE SUA HISTÓRIA", de Antenor Geraldo Zanetti Ferreira.

Entrevistador: Antenor Geraldo Zanetti Ferreira.

Entrevistado: Victor Kurudz. *Aquimensor da Cia. Colonizadora*

Elza Paula Schmidt - Componente da Equipe Resgate.

Dulce Joana Weirich - Dátilógrafa e Servidora da Prefeitura.

Entrevista realizada por Antenor Geraldo Zanetti Ferreira com o Senhor Victor Kurudz em sua residência, na Rua Desenbarcador Aucebáfades Almeida Fario nº 146, Bairro Jardim Social em Curitiba Paraná, no dia seis de julho de mil novecentos e noventa.

Antenor Geraldo Zanetti Ferreira - Seu Victor! Inicialmente o seu nome completo?

Victor Kurudz - Victor Kurudz, K-U-r- u-d-z.

AGZF - A sua data de nascimento?

VK - Cito de Fevereiro de mil oitocentos e noventa e sete.

AGZF - O Nome de seus pais?

VK - José e Catarina Kurudz.

AGZF - Quantos irmãos o Senhor teve?

VK - Dezenas.

AGZF - O Senhor nasceu onde?

VK - Eu nasci na Trvessa Picolina, localidade... numa, numa, é uma Paloma Helena, com profundação.... bom, é uma Paloma Helena.

AGZF - O Senhor me dizia que ele fazia parte do Império Austrio - Húngaro?

VK - Bom aí é Austrio-Húngaro, é muito importante na Europa. Bom a capital é Viena, bom...

AGZF - Com quantos anos o Senhor veio para o Brasil?

VK - Deixa eu pensar bem.... espera lá, 12 é.

AGZF - como é que foi a sua infância na Europa?

VK - Vou ser honesto, ser honesto, eu sou de uma família de lavradores, meu pai trabalhava pesado né, ele é até intelectual, ele falava po lonês, falava esguidiavo, alemão, e ele fez esforço para...deixa, falava que eu precisava estudar. Ele tinha estudado pouco, mas eu tinha que estudar. Ele me internou num colégio na cidade de Selasnit, capital da Província de Bucovina, uma população de cem mil habitantes e um pouco mais de lá, era mista, valeu a língua oficial alemã, mas falava-se também o Rome-no, é uma língua do Latim, Reteno, Polonês e é Húngaro.

AGZF - Por que veio para o Brasil?

VK - Uma qualquer coisa assim, não se, se destino, mas em 1912, meus pais vieram para o Brasil, não senti bem, naquela região da Europa já se dava em guerra. 1914 começou a primeira conflagração, meu pai parece que uma coisa de destino, ele adivinhou que ia haver uma grande conflagração. Eu estava justamente na idade de ir para o quartel, não não só de campanha começou a primeira conflagração.

AGZF - Por que a sua família escolheu Curitiba?

VK - Havia naquele tempo o governo brasileiro, fazia propaganda procurando procuração dos lavradores para o país, bom ele era pessoa bastante culta e enxergou também a possibilidade de progredir, ele havia mais chance naquela região que essa operação no Brasil.

AGZF - Em que região se estabeleceram aqui no Brasil inicialmente?

VK - Naquela época o governo brasileiro estava colonizando uma área de terras que fica... a colônia de Irani, Irani é para onde ia os colonos e o governo brasileiro dava passagem e manutenção, durante o colono que viesse trabalhar na lavoura. É passagem, a manutenção durante vários anos, e o governo do Brasil....

AGZF - Victor o nome de sua esposa?

VK - Eu fui casado duas vezes, a minha primeira mulher era Olinda de Paula Kurudz. Vários anos depois dela falecida, eu me casei com Selda de Paula Kurudz, não tivemos filhos porque eu sou estéril.

AGZF - Quando o Senhor chegou no Brasil como foi a sua adaptação aqui? Que profissão escolheu?

VK - Bom, primeiro vieram meus pais, mais tarde eu vim para o Brasil. Bom, aconteceu que na região onde meus pais viviam também era uma região, região de mato, bom eu gostava muito de mato, se tinha uma idéia de me internar, trabalhar na floresta, e quanto a mim eu essa coisa de e confia em mim em 1904 houve um congresso florestal aqui em Curitiba, eu desenvolvi campanha no sentido de criar, de ser criador, uma escola de floresta com aquela idade e ter levado, ter desenvolvido essa idéia e a escola de floresta foi criada, e sei lá não a mim, a escola floresta é bem incalculável, enorme.

AGZF - Através dessa companhia colonizadora que existiu aqui, o Senhor veio a conhecer o Oeste de Santa Catarina, em que ano foi? Me fale um pouquinho dessa companhia colonizadora, dessa companhia construtora de estrada de ferro.

VK - Bom, no tempo do Império do Brasil, as terras dos estados, as terras eram do Império, com a proclamação da República os terrenos passaram a pertencer aos governos dos Estados, bom, e foram criadas as leis. Lei diferente né, passa a ser bom do que na Europa, mais importante, e os Estados do Sul os três né, estavam procurando que apenas pessoas imigrantes para arrumar Santa Catarina e Rio Grande do Sul e São Paulo também né porque a maior cidade.

AGZF - Em que ano se deu a sua ida a Santa Catarina?

VK - Deixe eu ver, é 1920, o vale do Rio do Peixe.

AGZF - A sua função como agrimensor era apenas demarcar as terras ou era fazer tomada de posses também?

VK - Não, no começo era o trabalho aí era medidor de terra, era agrimensor, era uma profissão que eu escolhi, começando a trabalhar como auxiliar de engenheiro em Curitiba, mas eu aprendi, eu tinha alguma instrução né, não completei o ginásio lá, mas eu estudei, batí matemática naturalmente e secundário eu estudei e isso me ajudou muito no Brasil, o conhecimento aqui foi de muita importância. Eu, como eu conheço língua portuguesa, escreve corretamente, conheço outras línguas também.

AGZF - Então nessas terras de Santa Catarina o Senhor era encarregado de fazer as tomadas de posse também das terras ou

VK - Não eu não seguei, eu só medi.

AGZF - O Senhor tinha muito relacionamento com os caboclos; de onde que vinham esses caboclos que estavam naquela região?

VK - Olha, é uma coisa que eu sabe, convivi com tantas pessoas, eu gosto muito de conviver e encontrei no caboclo uma pessoa humana que eu gostava, e isso me faz essa, a simpatia que eu tinha pelo caboclo, eu ajudava ele, ajudava auxiliar para progredir, o que tinha de compadres não tem conta.

AGZF - Eles não ficavam preocupados com a companhia colonizadora se regulasse, marcando terras essas coisas, eles não tinham medo de perder essas terras?

VK - Tinham, tinham... eu ajudei a Mafersul, que eu ajudei a tomar proprietários, ajudava para progredir.

AGZF - Na maioria essa gente não eram desempregados da construção da estrada de ferro?

VK - Muita gente ocorreu para a região que estava sendo construída a estrada de ferro, para trabalhar, para ganhar algum dinheiro. Bom, agora era só de passagem só, passavam.

AGZF - Se costuma dizer que essa população de caboclos que existia na época eram bandidos, eram marginais, isso é verdade ou é um pouco de lenda?

VK - Não isso algum, seria até injustiça considerar que eram bandidos, um ou outro, mas a mim o caboclo a maioria são muito humanitários, e já disse muito humanitários.

AGZF - Vamos falar um pouco de um personagem importante na história de Concórdia, o qual o Senhor conheceu muito, o Senhor José Fabrício das Neves, que importância teve ele no início da colonização?

VK - Muito, muito, meu amigo também bom.

AGZF - Como é que ele veio parar ali na região?

VK - Ele veio da região de Passo Fundo foi para... já morreu grande, ele difícil a gente uma pergunta que esclarece bastante, ele tinha uma capacidade, conhecimento, uma psicologia sabia lidar com as pessoas, eu perguntei ele é segurança? Ele não trabalhava, mas ele vivia rodeado de capangas que trabalhavam para ele. E ele me disse: - Comecei a trabalhar na roça, mas eu não preciso trabalhar, não gosto de trabalhar. E só psicologia, ele tinha uma capacidade invejável de saber, de adivinhar aquilo que queria.

AGZF - Fisicamente como é que ele era?

VK - Caboclo bonito, pele bem clara, cabelo bem escuro. Não precisava muita coisa para arranjar caboclo.

AGZF - Ele tinha chegado na região muito antes do Senhor ter ido para lá?

VK - Olha, pequena diferença de mês pouca coisa, mas tinha essa, essa de saber lidar com os outros, aqui de amigos.

AGZF - Eu tenho uma pergunta também que interessa muito, por que sem o consentimento do José Fabrício das Neves era difícil o Senhor fazer o trabalho do Senhor, de agrimensor?

VK - Não, não era difícil, eu era amigo dele e eu compreendia, compreendia; olha, a mulher dele, Maria caprichava, preparava o almoço para a gente, canjica e anta.

AGZF - Me diz uma coisa, os caboclos gostavam do José Fabrício?

VK - Olha ele era amigo, amigo no sentido, eles tinham, viam nele um protetor, e acaba dependendo.

AGZF - Eu sei que o Senhor firmou um contrato com o José Fabrício das Neves, e tem uma história em cima desse contrato, o Senhor poderia contar essa história para nós?

VK - Claro, sim, contrato mesmo? Não é....

AGZF - Marcelino Ramos, o Senhor não dirigiu uma época com o Seu José Fabrício das Neves no Hotel do Sponchiado, para lá tratarem um acordo para não poder trabalhar o Senhor na terra lá?

VK - Na época não era Marcelino Ramos... não em Marcelino. Esta - ção de Barro, hoje Gaurama. Ali eu, a sede da companhia era Curitiba. O Di retor Dr. Gonçalves Junior, Diretores, advogados, policiais de ilha. Eu era agrimensor, recebi instruções para ir até a estação de Barro e lá en contrar o Fabrício Vieira... Fabrício das Neves, acontece que a gente ti nha marcado um dia, mas aquele dia não chegou, e no povoado havia um co - mentário muito generalizado, " Fabrício das Neves vem para acertar ". Es sas coisas assim, né.

O delegado tomou conhecimento, eu encontrei o delegado e disse:

- Eu vou ao encontro do Fabrício. Então ele disse:

- Não vai. Se teimar, se quizesse vir ao encontro teria que me pran der. É uma coisa aquilo é na região.

AGZF - E na verdade ele estava indo não para acertar, mas para en contrar o Senhor.

VK - Bom, aí tinha alguma coisa, olha não dá mais! Ele tinha que ir até lá para encontrar comigo, para assinar documento, mas ele assina o documento e ele tinha e bem capaz, é secretário também mais uma pessoa de confiança dele, o Meri. Conta-se que esse Meri se o José Fabrício mandas se anrolar uma corda no pescoço e mandasse se jogar no rio...

AGZF - Como é essa história? Conta aí.

VK - Eu, olha eu não alembro, mas é, o Senhor tem tanta confiança, que se o coronel mandar amarrar uma corda no pescoço, eu me jogo porque eu sei que ele vai me acudir, vai me defender.

AGZF - Por que a polícia do Paraná queria se ver livre do José Fa brício?

VK - Sem uma coisa assim, ele era temido; chegaram a arrumar uma cilada para ele.

AGZF - Ele tinha medo? Tinha receio?

O Senhor sabe aquela história que se conta, que os policiais do Paraná teriam inventado um falso monge para fazer uma cilada?

VK - Pode ser, pode ser, é falta de monge.

AGZF - O que teria acontecido quando encontrou esse falso monge com José Fabrício?

VK - Nada, nada, não houve nada.

AGZF - Não houve luta?

VK - Não.

AGZF - E sobre o caboclo Eusébio, o que o Senhor pode me falar? Como ele era, uma figura violenta, enfim, como é que ele era?

VK - Eu, é um caboclo antigo, gente boa.

AGZF - Como foi o seu primeiro encontro com o caboclo Eusébio?

VK - Eu gostava de lidar com ele, gostava, eu tinha prazer de lidar com ele, tinha satisfação! Nunca tive decepção, que o caboclo....

AGZF - O Senhor disse que de um encontro entre o Senhor e o Caboclo Eusébio é que surgiu o nome de Concórdia, isso é verdade? Como é que foi essa história?

VK - É a coisa, concordamos, ele disse: concordamos e daí surgiu a palavra concórdia, é uma pronuncia da palavra concordar.

AGZF - Que inicialmente o caboclo não queria que demarcasse as terras de Queimados?

VK - Não, não, mas olha eu persuadia, gostava de falar, tinha a capacidade de persuadir.

AGZF - Quando o Senhor fez o acordo com o Caboclo Eusébio, o Fabrício estava presente também?

VK - Estava, estava presente!

AGZF - Quer dizer que foi nesse momento que surgiu o nome de Concórdia?

Isso foi em 1923?

VK - Isso, 1923.

AGZF - E o povo, a partir daí foi pegando, pegando ou continuaram chamando de Queimados?

VK - É, mas tudo tem briga.

AGZF - E a Companhia, aceitou a idéia?

VK - Aceitou, aceitou!

AGZF - Desse momento que surgiu a idéia de chamar Concórdia, demorou muito para se oficializado?

VK - Demorou um pouco, um tempo mas não muito, porque agradou todo mundo, o caso era ter certeza e Concórdia, engraçado como teve influência.

AGZF - E o antigo nome, Queimados. Qual a verdadeira origem da palavra queimados naquela região?

VK - Mato queimado!

AGZF - Então é lenda essa história de queima de cadáveres é?

VK - Isso é lenda, não, não, não....

AGZF - Não sabe nem por que surgiu essa história?

VK - Porque queimado é coisa que aconteceu lá queimou uma parte do mato, queimou lá.

AGZF - Como é que era a Vila de Concórdia, colônia de Concórdia naquele tempo? Não de casa, população. Como é que era a vida naquele tempo?

VK - Naquele tempo meu caro amigo, eu tinha certeza que ter um rancho até de tábua lascada.

AGZF - O Senhor que escolheu o lugar para instalar a vila, por que que escolheu a região do queimados? E não em Fragosos como o Senhor desejava no início?

VK - Bom, até era Fragosos, o Senhor conhece? A idéia inicial era fazer o povoado no lugar que era Fragosos, aquilo era indicado e depois,

passou de cabaça para cabeça e ficou em Queimados.

AGZF - O Senhor foi para aquela região contratado pela Companhia que ia construir a estrada de ferro, mas depois o Senhor passou a trabalhar na Companhia, na sociedade Territorial Mosele Eberle. Por que o Senhor foi trabalhar nessa Companhia?

VK - É que organizou-se essa firma Mosele Eberle Arend Companhia. É uma sociedade de gente referente Mosele, Eberle, Arend, é uma companhia Juíza com engenheiros capazes, eles esses Arend se associaram aos Eberle, aos Mosele e eram uma firma não de tanto dinheiro mas tinha coisas assim de...

AGZF - Fizeram uma proposta para o Senhor ir trabalhar com eles?

VK - Não eu trabalhava na Companhia como era no início e daí quase fui o proprietário da Companhia que era uma pessoa de toda confiança, olha a minha primeira viagem ao encontro com Fabrício na Estação de Barro, era que ele anunciou uma pessoa dentro da Companhia que nós estava junto, era um Vinícius Vieira um advogado muito famoso do Paraná, mas acionou o contrato para ele assinar, e foi muito tempo não tinha dia marcado, mas aconteceu um dia depois.

AGZF - A Companhia Mosele, ela tinha interesse pela região ou era apenas interesse comercial?

VK - Interesse é, é... a tinha, tinha interesse comercial, comprar terras e vender terras.

AGZF - Como é que os caboclos viam os dirigentes da Companhia, ficavam meio assustados com a Companhia ali?

VK - Olha os caboclos, é que logo debaixo da Companhia houve interesse de fazer as coisas de maneira harmoniosa, nada de encrencas, a Companhia gastou um bom dinheiro, as suas terras esparramar terras.

AGZF - Os imigrantes do Rio Grande do Sul que compraram os lotes coloniais, eles não tiveram dificuldades para se adaptar a região com os caboclos ali?

VK - Nada, nada, não, eu sei....

AGZF - Qual é a região de Concórdia que se estabeleceram os primeiros imigrantes em Concórdia?

VK - Na Vila Concórdia.

AGZF - Quanto tempo depois de passar a trabalhar com a Companhia Mo

sele o Senhor saiu e voltou para Curitiba, por que o Senhor saiu de lá?

VK - O principal motivo, de saúde eu vivia doente e cansado por esse motivo precisava de recursos médicos.

AGZF - Em que ano o Senhor voltou para Curitiba? Segundo anotações, seria 1925 é isso mesmo?

VK - Olha, a minha memória mais é por aí assim!

AGZF - Seu Victor, como é que era a reação da Vila Concórdia aom a sede do Município que era Cruzeiro? Dava atendimento a vila?

VK - Deixa eu me lembrar, bom a vila foi crescendo e não tinha mais interesse.

AGZF - A comunicação e acesso era difícil e isso complicava também as coisas não é?

VK - É só tinha picadas, eram picadas.

AGZF - Marcelino Ramos tinha muita importância comercialmente falando para Concórdia né?

VK - Era a capital, era a capital da região Marcelino.

AGZF - Talvez principalmente em função da estrada de ferro?

VK - É função da estrada de ferro.

AGZF - O Senhor foi o responsável pela localização da sede de Concórdia. Além de Concórdia o Senhor fez a localização de outras sedes da propriedade na época?

VK - Não, não que eu conheço, e Fragoso, não fica longe de Concórdia né?

AGZF - Fica perto!

O Senhor chegou a ouvir falar da Companhia Luci Rosa?

VK - Era uma firma como os Mosele!

AGZF - E a Companhia Brum, eram todos colonizadores? Colonizando a mesma região?

VK - Era Chapecó.

AGZF - Senhor Victor Kurudz, continuando a nossa entrevista, eu queria lhe perguntar se o Senhor sabe alguma coisa de como foi a negociação da Companhia que o Senhor trabalhava, com a Companhia Mosele? Parece que a Companhia Mosele comprou grande parte daquelas terras, o Senhor sabe de como desenvolveu essas negociações?

VK - Bom, a Companhia Mosele, João Mosele ele parece que conheceu detalhe da Companhia colonizadora, e naquela época foi, fez diversos negócios, as terras em Chapecó, no município de Chapecó, município de Concórdia e mais áreas de terras no Vale do Rio do Peixe, pequenas, pequenas áreas mas era época de colonização, fazer negócios, bom dizem se estender diversas regiões do Rio Grande, de Santa Catarina, do Paraná, São Paulo pequenas áreas.

AGZF - O Senhor nos dizia que por motivo de doença o Senhor deixou a Companhia Mosele, deixando a Companhia o Senhor retornou a Curitiba ou ficou na região mais algum tempo?

VK - Não, fui a Curitiba.

AGZF - Isso teria sido por volta de 1925?

VK - É isso, é, é...

AGZF - O Senhor sabe que dois anos depois, 1927, a vila que o Senhor ajudou a localizar, a vila que o Senhor deu o nome de Concórdia foi e levada a distrito, mesmo aqui em Curitiba o Senhor teve informações sobre isso? Que a vila foi a categoria de distrito?

VK - Não, não era difícil a comunicação.

AGZF - Nesse tempo que o Senhor permaneceu em Curitiba, até o seu retorno houve vários contatos com Concórdia, ou houve um afastamento da cidade?

VK - O que na realidade se deu foi o afastamento, de Concórdia não havia comunicação.

AGZF - Como o Senhor vê esse interesse hoje, 65 anos depois de sua saída de Concórdia, em a gente aqui estar para resgatar aqueles 5 ou 6 anos que o Senhor viveu naquela região em Concórdia, que importância o Senhor dá a isso?

VK - Bom, eu tão bom, tão bom, eu gosto de ser útil aos meus semelhantes, é importante, o Senhor tenho grande prazer em ser útil aos meus semelhantes, o sacrifício, com satisfação.

AGZF - Senhor Victor, o Senhor imaginava durante aqueles anos que o Senhor teve na região, em Concórdia que um dia faria parte da história' desse município, como hoje o Senhor está fazendo parte, o Senhor contava' com isso?

VK - Eu contava, eu contava porque, bom é que eu queria ser útil e assim como antegosava essas frações de reconhecimento.

AGZF - Senhor Victor, o Senhor para finalizármos nossa entrevista, alguma mensagem a mandar ao povo de Concórdia?

VK - Bom, aí tenho que refletir, para ser apesar dessa distância ' eu falo, eu tenho que colocar aqui, que eu naquele tempo, que eu andava ' por lá eu tinha simpatia pela gente, pela mentalidade de Concórdia, tenho grande admiração pelo povo daquela região, reconheço como o jeito de valor e a Deus peço que proporcione o máximo de bem a toda a cidade.

AGZF - Muito obrigado! Senhor Victor.

E assim encerramos a entrevista com o Senhor Victor Kurudz às quatro horas e quinze minutos, no dia seis de julho de mil novecentos e noventa.

Victor Kurudz

Museu Histórico de Concórdia
Equipe Resgate

Livro sobre a História
do município de Concórdia

Transcrição
de fita gravada com depoimento
Fita N° 003

Concórdia SC, 28 de novembro de 1992.

O conteúdo desse depoimento servirá de acréscimo ao livro, "CONCÓR
DIA O RASTRO DE SUA HISTÓRIA", de Antenor Geraldo Zanetti Ferreira .

Entrevistador: Amber Capriles Port e
Nelson Port Júnior

Entrevistado : Ivo Frederico Reich

Transcrição : Amber Capriles Port - Componente da Equipe Resgate
e Servidora do Museu.

Datilógrafa : Therezinha Pellizzaro - Secretária do Museu.

Entrevista realizada em 08 de outubro de 1992, com o Sr. Ivo Frederico Reich, ex-prefeito de Concórdia, no Centro Administrativo Alphaville, em São Paulo.

Entrevistador: Amber Capriles Port e Nelson Port Júnior.

ACP - Qual o seu nome completo?

IFR - Ivo Frederico Reich.

ACP - E qual a data do seu nascimento?

IFR - 27 de maio de 1932.

ACP - E aonde é que o senhor nasceu?

IFR - Eu nasci no distrito de Uruguai. Na época que eu nasci, Uruguai pertencia a Campos Novos, depois pertenceu a Joaçaba, depois / pertenceu a Concórdia e hoje pertence a Piratuba.

ACP - Nossa!

IFR - Então eu não sei, depende! Às vezes eu sou concordiense, às vezes eu sou Campo Novense, às vezes Joaçabense, depende muito... é, na realidade quatro municípios, Uruguai, esse pequeno distrito na barranca do rio do Peixe, é, pertenceu a quatro municípios, hoje pertence a Piratuba.

ACP - Qual o nome dos seus pais?

IFR - Meu pai, Guilherme Reich e minha mãe, Leontina Reich.

ACP - E de onde eles vieram, onde eles nasceram?

IFR - O papai veio de uma pequena cidade da Alemanha e a mamãe de Porto Alegre.

ACP - O senhor sabe o nome da cidade?

IFR - Olha eu olhei ainda ontem à noite mas é tão difícil de, de guardar, se você depois quiser, posso até te dar.

ACP - Tudo bem.

IFR - Eu, lá em Concórdia tem na, o papai tem aquela, o loteamento. Eu posso te dar um, eu tenho do papai um currículozinho pequeno onde ele nasceu e quantos filhos teve, quantos netos teve, posso te dar por escrito.

ACP - Ah, tá certo. E o senhor se lembra algum dado importante da sua, da sua infância, um fato marcante?

IFR - Bom, eu, eu, na, na, na, quando criança, a minha família era família pobre, e eu nasci, a cozinha da nossa casa que eu nasci era de chão batido, não tinha assoalho, era terra, e a cozinha na, na casa do (...) tinha mata junta. Naquele tempo existia as casas encostada uma táboa perto da outra e ficava uma fresta e na cozinha nós tapava essas frestas com papel ou com, eH, folha de coqueiro ou coisa parecida e tínhamos, inclusive não tínhamos

fogão, o fogão era uma, fogão que nós chamávamos era uma, uma 'trampe, que era uma coreante pendurada e, e ficava uma panela e se fazia fogo embaixo. Mas eu tive, era longe prá estudar, e u andava quatro quilômetros de distância para ir numa escola primária passava no meio do mato, eu tinha muito medo de passar no meio do mato quando criança mas, que fazer? Ia, às vezes ia a pé, às vezes ia a cavalo, deixava o cavalo lá na frente da escola e ia na escola pela manhã e voltava à tarde mas, o meu pai foi muito meu amigo sempre, então uma das coisas que é muito importante na minha vida, eu acho que a gente chegou aonde cheguei graças ao apoio que meu pai me deu e à minha mãe. Se bem que eu fiquei órfão de mãe muito cedo, eu tinha doze anos quando faleceu a minha mãe, e fatos importantes foi, assim, da vida de / criança, antes eu brincava muito, os brinquedos eram diferentes você tinha, não se ganhava presente de, muito de natal, eu me lembro na páscoa, quer dizer, você pegava em vez de ganhar ovos chocolate a mamãe cozinhava ovos de galinha e pintava, mas pintava com certos, frutas do mato que largavam coloração ou às vezes papel, papel de seda, melhorava papel, papel de cor e pintavam e fazia ... e eu me lembro que eu tinha uma irmã minha que era muito, muito, a minha irmã do meio, a Irena, era muito econômica, e ela guardava, ela escondia os ovos da gente, mas os ovos terminavam apodrecendo e ninguém, ninguém comia os ovos de galinha cozidos, então era uma gozação, sabe?

ACP - Qual era o seu grau de escolaridade?

IFR - Só o primário.

ACP - Só o primário.

IFR - Só o primário. Eu fiz o primário e depois com, quando, eh, depois de dezoito anos que eu comecei a, a fazer cursos não, vamos dizer, ah o ginásio ou o colegial, eu fiz certas especializações, eu lia e leio relativamente bastante e com isso eu me atualizo, me atualizei do mundo, e eu tinha muita facilidade e tenho até hoje em matemática. Eu gosto de número e adoro matemática. E aí fiz, eu fiz, eu fui até Panciletam, fiz um curso em 1953 de especialização em suinocultura e fui o primeiro colocado no curso, tinha diversas pessoas com o colegial, com o ginásio e eu entrei lá e terminei tirando o primeiro lugar com nota nove vírgula 55. E depois apareceu uma oportunidade de ir para os Estados Unidos em 1971 e eu me candidatei e fui escolhido entre 20 brasileiros que foram fazer um curso nos Estados Unidos de produção e mercado de aves, em 1971 e eu fui para os Estados Unidos e fiz este curso também de especialização e fiz diversos outros cursos de, eh, práticos, seminários, etcétera, e mais / ou menos isso aí, escolaridade de papel é primário.

ACP - Primário. E em que escola que o senhor estudou, em que cidade?

IFR - Em Uruguai neste distrito de Uruguai, e em Volta Grande.

ACP - E o senhor lembra o nome da Escola?

FR - Não sei, eu acho que era escola municipal, do distrito de Uruguai, não tenho assim uma, uma idéia.

CP - Quantos irmãos o senhor tem?

FR - Tenho mais, irmão, um e irmãs, três, nós somos em cinco, dois homens e três mulheres.

CP - E quais os nomes deles?

FR - A irmã mais velha, Lúcia, depois a outra Irene, a outra Otília aí vem o meu irmão que se chama Guilherme, que é falecido, as irmãs estão todas vivas, e eu.

CP - O senhor é caçula então?

FR - Eu sou o caçula.

CP - Tá certo.

FR - Eu nasci quando o meu pai fez 50 anos, eu bem eu faço aniversário no dia 27 de maio e o papai faz no dia 25 de maio. Papai fez aniversário e dois dias depois já teve presente de aniversário.

CP - Qual o nome de sua esposa?

FR - Wanda Reich.

CP - Qual a data de nascimento da sua esposa?

FR - 17 de abril.

CP - De que ano?

FR - 1935.

CP - E quando é que o senhor se casou?

FR - Eu casei em cinquen, mil novecentos e cinquenta e quatro.

CP - Qual dia?

FR - Dia 22 de maio.

CP - 22 de maio de 54.

FR - É.

CP - E quantos anos o senhor tinha e a sua esposa quando se casaram?

FR - Eu tinha 22 e ela tinha, não tinha completo 20.

CP - Eram novinhos então.

FR - Éramos novos.

CP - Em que cidade foi o casamento?

FR - Porto União da Vitória.

CP - Certo. E quantos filhos o senhor tem?

- ACP - Três, e o nome deles?
- IFR - O mais velho Adilson Edson, depois vem a menina que é Gislaine Terezinha, e o Ivo Vlodimir que é o caçula.
- ACP - É o caçula. É Ivo também?
- IFR - E é Ivo também.
- ACP - E quais as datas de nascimento deles ou quantos anos eles tem?
- IFR - Isso aí é complicado. Eu acho que, sabe que prá lembrar, eu acho que isso aí é bom depois eu te dou o nome eu vou tomando / nota aqui, já.
- ACP - A ban, separado.
- IFR - Separado.
- ACP - Tudo bem. Senhor Ivo com quantos anos o senhor começou a trabalhar?
- IFR - Quando eu me conheci por gente.
- ACP - Desde pequeno?
- IFR - Desde pequeno.
- ACP - E o que é que o senhor fazia?
- IFR - Bom, eu, os meus pais, nós tínhamos, trabalhávamos na agricultura, e tínhamos uns alambiques de fábrica de cachaça, e eu ajudava o papai tanto no alambique quanto a moer cana, nós tínhamos, um com seis anos e meio, sete anos e era fria a cana, gelava as mãos. Isso é uma coisa que a gente se lembra desde criança. Trabalhei bastante, depois aí nós saímos da colônia e quando, antes um pouco da mamãe falecer, nós saímos da colônia, aí pusemos engarrafamento de bebidas. E depois do engarrafamento de bebidas aí faleceu a minha mãe quando nós tínhamos engarrafamento de bebidas.
- ACP - Do que ela faleceu?
- IFR - Faleceu da mordida de uma lacraia, uma infecção. E naquela época penicilina era muito difícil, ela faleceu em 44, foi logo na na no lançamento da penicilina e prá chegar o remédio, veio remédio, veio remédio de, do Rio de Janeiro, de trem, avião era difícil, então foi; hoje ela não teria morrido, se fosse uma mordida de uma lacraia, não morreria, hoje, mas naquela época foi, foi bastante difícil.
- ACP - É verdade. Qual foi o seu primeiro emprego?
- IFR - Meu primeiro e único. Eu, trabalhar para os outros eu só trabalhei na SADIA.
- ACP - Na SADIA?
- IFR - É, eu comecei; nós tínhamos depois do engarrafamento de bebidas no Uruguai, que era em Uruguai, no distrito de Uruguai, Santa Catarina, e nós tínhamos uma armazém de cereais.

Depois do armazém de cereais, eu, nós tínhamos, eu tinha uma sapataria, eu trabalhei de sapateiro também.

(...)

É, eu trabalhei de sapateiro, e nesse interim entre esse engarrafamento, entre a, o armazém dos cereais e atacado dos cereais nós pusemos eu e meu irmão um engarrafamento de bebidas em Caçador. E aí não, não deu certo, deu, não, não gostei do trabalho, voltei para Uruguai, aí papai tinha comprado uma sapataria e eu trabalhei de sapateiro, uma porção de tempo, mas não consegui aprender.

ACP - Não?

IFR - Eu não gostava. Eu sabi, sei fazer e fazia chinelo e etecêtera. Mas não aprendi a fazer sapato. Inclusive o nosso sócio mora em Concórdia, que era na época sócio nosso da Sapataria que Alirli no Stringhini e mas ele me ensinava e eu não conseguia aprender a trabalhar de sapateiro e aí depois, eh, da sapataria eu fui para o Exército e do Exército eu fui prá SADIA.

ACP - Prá Concórdia?

IFR - Prá Concórdia.

ACP - E o quê que o senhor fazia quando o senhor começou na SADIA?

IFR - Bom eu fui, era prá mim trabalhar na SADIA quando eu acertei, meu irmão trabalhava na SADIA no posto de compras de Barra do Veado, o posto de compras de suínos e bois em Barra do Veado, hoje Entre Rios, naquela época se chamava, Barra do Veado, e era prá mim trabalhar de, também no posto de compras, a SADIA ia me dar um posto de compras. Mas, quando eu fui lá, terminou o Exército e eu fui lá, decerto não tinha mais, não poderiam me dar um posto de compras. Aí, o que é que eu vou fazer; papai queria que eu voltasse, eu só tinha o pai e nós mora, nós tínhamos ido, papai foi morar em Porto União, nós morávamos lá com a minha irmã e papai que me diz: "Não você fica aí." Tinha serviço, tinha arrumado outro serviço em Porto União, mas eu disse que não eu vou para Concórdia. Aí peguei e tudo bem, aí cheguei quando comecei em Concórdia o primeiro serviço que eu tive em Concórdia foi um serviço geral. Eu trabalhava de, fazia cerca, fincava palanque etecêtera; aí o seu Valdomiro Lucas de Melo que era o chefe da fábrica na SADIA diz assim, e era meu amigo, ele era vizinho nosso quando nós morávamos em Uruguai, ele diz: "Olha Ivo eu posso pegar você e trabalha dentro da fábrica." Que saiu todo o couro das minhas mãos aí, porque eu saí do Exército e no Exército eu trabalhava de, no suprimento d'água e o meu colega de Exército é o Doutor Armin que tá aí em Concórdia, foi um colega de farde minha, foi ele, o Ari Ciarini. Aí o Valdomiro disse assim, vai trabalhar dentro da fábrica e eu fui prá dentro da fábrica eu trabalhei de salgador de couro, na triparia, na carne, até que um dia, e fiquei, tive a infelicidade na primeira semana, dez dias ou quinze que eu estava trabalhando caiu uma, naquele tempo a gente levava bandulhas carregadas de carne

em duas pessoas, eu resvalei, caiu uma dandulha em cima de meu pé, eu fui pró hospital e foi muito ruim, pouco dinheiro, não tinha quase dinheiro, foi muito difícil. Aí o meu pai chegou um dia, eu trabalhava lá, eu trabalhava, eu queria manter o meu status, prá manter o meu status eu precisava trabalhar muito porque eu ganhava pouco. E eu apesar de estar trabalhando dentro da fábrica, eu frequentava o Clube Aliança, e eu queria continuar frequentando mas eu ganhava um salário mínimo, então como fazer para frequentar, tinha que trabalhar muitas horas. Eu teve mês de eu fazer mais horas extras do que horas de, de ...

ACP - De trabalho.

IFR - De trabalho, fazia 180, 190 horas extras por mês. Por que como eu ia fazer? Então às vezes trabalhava até duas horas da madrugada e depois seis horas da manhã começava a trabalhar de novo. Isso dentro, dentro do frigorífico. Aí o papai foi lá e diz: "Olha, é melhor ir embora, tem serviço em Porto União, se você quiser trabalhar pode trabalhar na estrada de ferro e tem lá um amigo nosso e se você trabalhasse lá, não sei, ofereceu, ou vai trabalhar, você gostava de trabalhar de mecânico, se quer trabalhar de mecânico, pode trabalhar, ele te daria uma oportunidade prá você trabalhar como ajudante de, de maquinista, e aí com pouco tempo você seria maquinista ou então lá em outra área." Mas eu não, não vou. Aí papai ficou dois dias lá insistindo é eu digo bom, eu vou ver então se fico ou se volto. Aí falei com o Valdomiro e disse: "Olha, eu vou embora, papai veio aí e acha que é uma barbaridade o que aconteceu, era prá mim trabalhar num serviço e não me experimentaram. Minha revolta foi que eu tinha combinado e não me experimentaram se prestava ou não prestava." Aí o Valdomiro diz: "Vamos conversar, acho que você não deve ir assim." "Mas o quê que adianta seu Valdomiro, já me prometeram e não me deram?" Aí ele diz: "Não, e u vou falar, tem aqui o nosso chefe aqui que te chama Victor Fontana," diz, "eu vou falar com ele te atende e conversa contigo" Aí, ele pegou, marcou de conversar comigo nem foi na SADIA, foi numa, tinha um armazém na descida da SADIA, alí na frente, aonde tem hoje a Associação Catarinense de Criadores de Suínos, que era um armazém que se chamava Armazém Brandalise e eu combinei prá se encontrar com ele alí na frente. Aí pegou, expliquei prá ele, ele disse "não, oportunidade eu vou te dar. Mas o quê que você quer?" Eu digo bom, tinham me prometido que eu ia ser comprador de suínos, e iam me dar um posto. É a área que eu entendo, eu acho que eu tenho uma tendência mais na área comercial do que nessas outras. Diz não, mas então vamos combinar o seguinte: 30 dias, se eu servi, servi, se eu não servi o senhor chega e diz, olha, não serve não vai ter, não vai ter, progresso dentro da empresa. É tudo bem. Aí fui prá dentro da fábrica de novo, falei com o Valdomiro, digo olha, aconteceu isso e isso, falei com papai, digo, não vou. Vou ficar aqui. Papai já tinha 70 anos naquela época, porque são 50 anos de diferença, já tinha mais de, mais de 70 anos, 71 anos e pouquinho. Aí eu fui prá dentro da fábrica, falei com o seu Valdomiro e ele disse: "alí, então ótimo." Aí três ou quatro

dias depois eu fui já ajudar a classificar suínos na balança de classificador de suínos, aí depois entrou de férias o o gerente do posto de Arabutã, que era o seu Edemundo Ashrei (?) aí depois o meu irmão entrou, o ... Edemundo começou a trabalhar e meu irmão não entrou de férias, eu fui substituir ele, e aí entrei na área de compra de suínos e etecétera, e aí apareceu a oportunidade, um ano e pouco depois, um ano depois, para ir a (...) e eu fui embora, até.

ACP - Prá ir aonde?

IFR - Prá ir, que eu fiz aquele curso que eu que eu te falei, aí.

ACP - Alí, sim.

IFR - Até hoje, não, não, os trinta dias passaram e não me disseram se eu era ruim ou se era bom, me deixaram por aqui.

ACP - Deixaram o senhor não é?

IFR - Deixaram.

ACP - E como é que era a SADIA naquela época que o senhor entrou?

IFR - Era um moinho de trigo, eu entrei depois porque me falaram que tinha um moinho que queimou, mas eu quando cheguei já não tinha mais, já foi depois daquela época, mas era um moinho de trigo e um frigoríficozinho de suínos, matava um ou outro boi, mas matava, matava naquela época 200 e poucos suínos por dia, era pequeninho, bem pequeno.

ACP - E o seu Atílio já estava encarregado da SADIA?

IFR - Sim, ele sempre foi o dono, ele foi o dono, quem quem começou, eu comecei em 52 e o seu Atílio comprou a SADIA acho que foi em 44, então já tinha 7 ou 8 anos a SADIA.

ACP - E como o senhor considera a sua atuação né, a sua ascensão dentro da SADIA à nível de importância pró município de Concórdia?

IFR - Bom, eu, em Concórdia, na atividades vamos dizer, produtiva, eu exerci praticamente todas as funções. Eu em Concórdia, a gente, eu fui vice-presidente da Cooperativa de Concórdia depois fui presidente da Cooperativa, e da, fui vice-presidente da Associação Rural, não era Cooperativa na época, depois fui presidente da Associação Rural, aí transformei a Associação Rural em Cooperativa que na época era a sétima cooperativa do Brasil, registrada, (...) cooperativas, e aí fui presidente da Cooperativa. Aí não continuei mais na cooperativa porque tinha choque de interesses, eu era presidente da Cooperativa e estava dentro da SADIA, tinha, o, e não legalmente não, não combinava, ser presidente da cooperativa e ser presidente, e ser diretor, e ser assistente de diretoria da SADIA. Aí eu deixei a Cooperativa e fiquei na SADIA. Fui também em Concórdia fundador do Sindicato dos proprietários rurais de Concórdia, fui eu o fundador e fui o primeiro presidente, em Concórdia dos Sindicatos. Depois, sempre participei na, na, eu fui rotariano muitos anos e nessa, na área de agropecuária e social eu tive atuação bastante intensa sempre nas comissões de agricultura eu sempre participei e gostava também um pouco de política que gosto até hoje ainda.

Aí em 1978 fui eleito vereador em Concórdia, e aquela época era, fui eleito por três anos e na época vereador não ganhava nada, tinha que trabalhar de graça, e eu fui o vereador mais votado, do município de Concórdia, e aí depois de vereador fui convidado a ser candidato a vice-prefeito junto com o Neudy Massolini, aí fui vice-prefeito até 76, de 72 a 76, e fui eleito prefeito, e também com uma margem bastante favorável de votos, de início de 77 até o início de 83.

ACP - Como surgiu a idéia de plano de integração vertical?

IFR - Bom, quando eu fui para os Estados Unidos, lá eu vi nos Estados Unidos que eu fui fazer aquele curso de produção de mercado de aves em 1971, eu vi que lá, nós éramos em vinte que fomos prá lá não fiquei sozinho, nós recebemos como eu falei antes, essa uma bolsa de estudos que era um, era patrocinada, era um convênio que existia, existia entre o Brasil e os Estados Unidos, era o projeto ETA 42 e nós fomos em 20, nós estivemos uma, ficamos em desembarcamos em Nova York de Nova York nós ficamos algumas semanas em Washington e depois fomos para o Texas, e no Texas nós ficamos 50 e poucos dias no Cole-State em Brian, no Texas, e lá eu vi que a grande maioria na na Universidade que era uma Universidade muito grande na área de agropecuária e especificamente de agricultura; a agricultura lá, olha, tinham outro tipo de agricultura mas que dá certo, que é integração, onde existe. Existe hoje, o pessoal fala muito em parceria, ou terceirização, isso foi, a primeira terceirização acho que feita no Brasil foi a minha integração, sem modéstia.

ACP - É verdade.

IFR - Porque o quê que é integração? É uma parceria, é uma terceirização, aonde a SADIA entrava com os pintinhos, a ração e a orientação técnica, e o colono entrava com o galinheiro entra, entrava e entra com o galinheiro e a mão-de-obra. Então o que é que nós estamos fazendo? Nós estamos fazendo uma parceria de, um conjunto de negócios, que é uma terceirização. Quem cria o frango, o pintinho entregue para a SADIA da SADIA para ele até se tornar frango é o o integrado, o colono, que é o integrado. Aí começamos com seu Diomédio Bósio, lá de Linha Guarani, foi o primeiro integrado nosso e começamos com um galinheiro de três por três, tinha 100 pintinhos. Aí fomos, primeiro ... mês ele levava os pintinhos e a ração, ele tinha um jipinho, levava e a gente, eu ia lá ver como é que tava os pintinhos, depois quando matava trazia prá cá e a gente olhava como é que estava e depois foi num desses de 100 metros, que era de dez por dez, aliás, de três por três, três e pouquinho, depois fomos a um galinheiro de dez por dez e agora a grande maioria dos galinheiros é de 100 por 12, que aproximadamente 12.000 aves, e quando nós começamos era com 100 aves. E foi um trabalho que eu acho que Concórdia e o Brasil lucraram muito com isso porque nós fomos em 20 o Único que botou a idéia em funcionamento fui eu, os outros, uns ficaram escrevendo nos jornais o que que viram, o outro de Santa Catarina que era o Luiz Gabriel que era um agrônomo que trabalhava na Perdigoão, foi para a Secretaria da Agricultura, e todos se espalharam e eu in-

troduzi a integração e eu acho que isso para Concórdia e para o Brasil foi excelente, porque hoje o integrado do Brasil e especificamente de Santa Catarina, Santa Catarina é o maior produtor de aves porque nós implantamos a integração logo, se tivesse posto um outro lugar antes, 5, 6, 7 anos antes dos outros se acordarem, e com isso a empresa deu um grande salto e Concórdia deu aquele grande salto, porque na época você construía os galinheiros e o governo emprestava dinheiro, e não te cobrava 1% de juros, não existia correção monetária, 1% ao ano. Não existia correção monetária, não existia nada disso, então foi o grande alavancagem da agricultura e da pecuária, não só na agricultura, como na suinocultura as décadas de 77, o segundo quinquênio de 70 e toda a dezena do ano de 70.

ACP - Como é que o senhor ingressou na política?

IFR - Olha isso aí, você, eu tenho visto o seguinte, nós, todo homem pode fazer, é só ele querer. Tudo, tudo, tudo, tudo, só o que a gente tem que ser e a minha vida foi essa é ser humilde é / ser bom. É tão bom você ser bom, quanto ser mau. E porque ser mau prá todo mundo não gostar da gente? Então seja bom. O que é muito bom prá você é muito bom prá todos nós, prá mim. Então eu, meu pai me pôs na cabeça que a melhor coisa que existia é ser bom, ser bom prá todos, sem bom; eu começava o dia na SADIA e ia de empregado em empregado: bom dia, bom dia, bom dia, como é que vão? Será que eu posso ajudar alguma coisinha mais, ou o colono, quando eu tava na Associação Rural, quando eu era presidente da Associação Rural, quando depois, da, Cooperativa chegava aquelas caminhões de milho híbrido prá turma plantar e eu ia lá descarregar junto com eles, saco nas costas, não porque eu precisasse mas é, prá mim era gostoso e até hoje é gostoso, hoje é difícil prá mim na posição que eu estou hoje, é que você tem que estar sempre numa esfera muito alta, meu gosto de estar nela, não vá pensar que eu não gosto, mas eu gosto também é muito de pegar, ir no interior fazer uma, ir numa festa, cumprimentar, sentir o suor, o cheiro do homem do campo, isso, e é como se na política é com isso, com a amizade, com a vontade, com o operário, com o homem do campo e assim sucessivamente com todos às vezes uma pessoa, dificilmente, se eu posso ajudar eu ajudo, eu nunca na minha vida eu procurei fazer o mal. E aí podem dizer: "ah, mas fulano fez isso, fez aquilo." Não é verdade. É essa e você vê a pessoa querendo fazer alguma coisa de bem sempre alguém reconhece não vá pensar, você vê tantas pessoas dentro da SADIA, dentro da comunidade, pessoas humildes, eu sei que hoje é mais difícil que na minha época, muito mais difícil, porque hoje dentro da SADIA, se você tiver lá só com o primário, já prá escolher você só se você se destacar muito, se não já não, na primeira seleção eles vão ter que ter o colegial ou o secundário mas, eu na minha época era muito difícil você estudar, difícil não tinha onde você ir mas não tinha dinheiro também, não tinha, onde é que eu ia estudar eu tava em Uruguai, o colégio mais perto, o ginásio mais perto era Marcelino Ramos, como é que, a pé não dava prá ir e dinheiro prá pagar não tinha. Então, mas tendo boa vontade você pode

analisar sua vida e vai a tem que ser persistente se você quer alguma coisa vai. E a política, eu até no início não era muito fanático por política, podia ter sido vereador antes. Mas aí foi vai indo, vai e acho que é gostoso você se realiza, principalmente o cargo de prefeito, o cargo de prefeito é um dos cargos mais gostosos porque você vê a população chega a pedir pra você uma obra e depois você chega e entrega pra população aquilo que eles te pediram, aquilo que eles queriam, você realiza um sonho de alguém, porque a gente, nós, eu, vocês, todos nós, nós devemos saber, se você que é casada, o teu marido chegar e te der um sofá bonito, mas você não tava esperando um sofá você tava esperando um brinco. O sofá custou R\$ 200.000,00. e o brinco custava R\$ 5.000,00, mas o brinco é que você queria, você não queria o sofá. Então a política e o trabalho da gente você tem que descobrir o que as pessoas querem, não aquilo que você quer dar pra pessoa. Se a pessoa quer uma barra de chocolate, então não adianta você dar um quilo, mas ela queria uma barra. Então esse que é o maior segredo das pessoas, você descobrir nos outros o que os outros querem e não aquilo que você quer..

ACP - E essa foi então a sua motivação pra entrar na política?

IFR - Sem dúvida nenhuma. O lado, o achego, a vontade, a convivência, sentir as pessoas, você - no interior ir lá numa cozinha numa colona que tá fazendo comida lá, você experimenta a comida junto com ela, você sentir o povo, isso é gostoso demais.

ACP - E quais as pessoas que influenciaram o senhor?

IFR - Olha, bastante gente, eu, se eu você citar assim, talvez 1%, eu tive muito apoio do seu Atílio, o seu Atílio, ele sempre me incentivou, ele foi uma pessoa que me incentivou bastante em todas as minhas, minhas caminhadas da minha vida eu acho que foi um segundo pai que eu tive foi o Atílio Fontana; e o doutor Vitor Fontana também no início da minha vida, depois ele saiu de Concórdia, mas foram (?) pessoas assim, e os da comunidade teve muitos companheiros que trabalharam comigo que me ajudaram, lá o Valdomiro, que foi um incentivador grande da gente, teria o seu Abel Munaretto que é, foi vereador, também o Antonio Floriano que ajudou e sempre incentivou na cidade as pessoas mais idosas me incentivaram, ah, o pessoal de Florianópolis inclusive o Antonio Carlos Konder Reis que me fez o convite pra mim ser prefeito, foi um incentivador e é um grande amigo também, aí citar muitos nomes eu acho que seria injusto porque a comunidade de Concórdia, eu gosto muito de Concórdia e da micro-região, eu fui o único prefeito do Brasil que foi eleito consecutivamente seis anos para presidente da Associação dos municípios do Alto Uruguai Catarinense. Quer dizer, e não que eu quisesse ser presidente mas os prefeitos eram meus amigos e são meus amigos, que isso é muito importante, e ainda agora diversos se reelegeram de novo então, procurou a não fazer uma administração individual e sim participativa, que é então você (?) com todos e todos são teus amigos.

ACP - Qual é o seu partido político?

IFR - Eu primeiro, aliás praticamente só tive um, eu ingres, aliás não, o primeiro voto que eu dei até foi eu dei prá UDN, no início da minha vida quando eu morava em Caçador, foi a primeira vez que eu votei. E depois fui prá Concórdia, ingressei na época era PSD, depois foi ARENA, e hoje é PDS.

ACP - PDS?

IFR - É.

ACP - E o quê que motivou o senhor a entrar nesse partido?

IFR - Porque a SADIA, o seu Atilio era do PDS e aí vai fanatizando, com ele, mais por convivência. Eu não sou hoje, naquele tempo era os partidos eram muito mais fortes do que são hoje. Eu acho que aonde não tem partido forte não existe democracia e a, o presidente, ou prefeito ou governador, eles para eles ter um bom governo tem que ter partidos fortes prá exigir do governo e no caso naquela época os partidos eram muito, muito fortes.

ACP - Havia algum interesse da SADIA que o senhor ingressasse na política?

IFR - Não, e até contrário. Para eles parece e até seria melhor se eu ficasse fora da política, haja visto que eu encerrei, em 83 quando eu deixei a política eu poderia ter continuado na política, acho que me elegeria facilmente deputado estadual ou deputado federal, mas aí ela disse ou você opta, agora você vai ter que optar pela SADIA ou pela, ou pela política e eu achei que na política em Concórdia eu já tinha atingido todas as esferas, cheguei a prefeito, então tentar na SADIA também chega a todas as esferas sair do serviço geral, etcétera, e chegar à previdência, isso que eu, era o meu sonho.

ACP - Quer dizer que além de vereador, vice-prefeito e prefeito, o senhor não teve nenhum outro cargo político?

IFR - Não.

ACP - Quando o senhor foi vereador, como foi o seu trabalho? Existiu alguma coisa marcante que o senhor conseguiu realizar?

IFR - Olha, nós, assim talvez especificamente nós lutamos muito, eu defendia muito a área agropecuária, na época esses projetos de reflorestamento, nós criamos na época, muitos acordos com a agricultura, a prefeitura e a comunidade, nós, inclusive, fizemos convênio de cooperação com o sindicato, e a, e a prefeitura em diversos âmbitos, inclusive a assistência dentária e etcétera, e lutou, em sempre a minha luta principal foi como vereador nessa, se bem que eu naquela época era, o vereador tinha pouca força, eu acho que hoje ele tem muito mais força do que naquela época, naquela época ele tinha menos força do que hoje, agora o grande fato de quando eu fui vereador, que quando eu fui vereador, o Mário Pagnocelli era prefeito e eu, nós (risos), estávamos tentando o impeachment quando nós éramos vereador e, ele saiu da prefeitura naquela época, ele andou aí fazendo umas burradas e ele renunciou quando eu era ...

ACP - Vereador.

IFR - Quando eu era vereador.

ACP - E como é que foi o seu período como vice-prefeito?

IFR - Bom, vice-prefeito, se saba que vice é vice, né? Eu acho que a oportunidade que o Neudy me deu prá mim assumir que não foram muitas, aí que eu me, me destaquei e tive maior facilidade para prefeito. Se bem que eu acredito que o Neudy fez uma, como prefeito, uma belíssima administração em Concórdia; ele atendeu na. Quando nós assumimos a prefeitura não existia estradas pró interior; foram abertas todas as estradas do interior na, na gestão do, do prefeito Neudy Massolini e eu como vice-prefeito. Nós trava, poderíamos até ter trabalhado mais integrado, mas sabe como é que é, aí depende muito do prefeito te dar oportunidade, e o Neudy ele gostava ele mesmo fazer, ele participava, ele às seis horas da manhã ele estava no departamento de estradas e ro dagem ia lá, posava nos acampamentos junto com os funcionários, e a gente procurou ajudá-lo na administração dele tanto nesta como na área de educação.

ACP - E como é que era o seu relacionamento com ele?

IFR - Bom, eu até poderiam talvez dizer bom mas vocês, não eu acho que eu era vice, eu respeitava ele, ele me respeitava, sempre me respeitou muito, nunca discutimos, se eu queria uma coisa chegava e dizia é isso é isso, podia discordar de mim mas não discordava, eu não deixava de participar, porque nós não tínhamos às vezes um relacionamento cem por cento, mas acho que a grande responsabilidade minha é os votos que eu ganhei junto com ele, então eu não poderia por amor meu próprio, abandonar os eleitores que em mim votaram. Porque eu vejo que tem acontecido, ali, encrencou com o prefeito, cai fora o vice, não tem, mas não é isso, ele tem que, ele tem cargo que foi, eles prometeram na campanha; então eu pegava ia na festa, chegava no sábado Neudy, amanhã tu me pega, lá você vai na festa e tal você passa lá em casa e me pega, se não me pegasse eu pegava o meu carro e ia, se o encontrava lá, almoçávamos junto. Quer dizer, então aí você participa, e ajuda e se oferece prá trabalhar. Que eu acho que é o importante, se a pessoa é eleita não pode depois dizer, bom mas eu não me dei, mas quando foi candidato os dois disseram que iam se dar e depois não vão se dar?

ACP - É verdade.

IFR - Porque é que nem, ninguém briga sozinho, ninguém. O cara, eu vi agora mesmo o Collo e o,

ACP - Itamar?

IFR - O Itamar, ali não se davam, mas não tinha porque se o Itamar, se fosse ele, ah eu vou lá, fica lá na porta, vai lá, não dá pra entrar? Seja humilde. E isso eu sou.

ACP - Como foi a sua campanha para prefeito?

IFR - Olha, foi muito gostosa, naquela época já quando eu era vice prefeito nós tínhamos a ARENA jovem, nós, nós fizemos uma política participativa onde todos trabalhavam junto para eleger os seus candidatos. A juventude estava presente sempre na campanha política, então eu acho que nós ganhamos praticamente em todas

as urnas, um pouquinho com menos, um pouquinho com mais, praticamente em todas as urnas a gente ganhou, uma campanha muito clara, muito limpa, sem ataque mas muito, prometendo metas e eu fiz um plano de governo, e cumpri cem por cem o meu plano de governo, eu fiz antes, entreguei pro povo, e é isso que eu vou fazer, e quando terminou eu perguntei (?) o que é que falta fazer que eu quero fazer ainda?

- ACP - Os meios de comunicação tiveram alguma influência na sua campanha política?
- IFR - É lógico, se você não tem, não tem rádio, e naquela época não tinha praticamente televisão, mas a rádio e alto falantes de rua e carros com alto falantes e antes de você ir, bastante comunicação e divulgação que você vai em determinada localidade e etcétera, isso era muito comum.
- ACP - E a SADIA? Ela deu apoio pro senhor quando o senhor se, se candidatou à prefeitura?
- IFR - Me deu, me deu. Ela, a campanha foi muito barata, não foi uma campanha cara, hoje eu acho que as campanhas são muito mais caras do que na época, mas ela me deu apoio moral sempre, sem dúvida nenhuma, lógico que mais do que isso, muito mais do que isso ela não podia me dar, mas me apoiou moralmente muito.
- ACP - Quem concorreu com o senhor para a prefeitura?
- IFR - Luiz Suzin Marini. Ele e de vice o Trajano Celante.
- ACP - E o seu vice?
- IFR - O meu vice era o falecido Adílio Mutzemberg.
- ACP - Qual era o seu plano de governo?
- IFR - Bom, eu, Concórdia quando eu assumi a prefeitura, não tinha um metro de asfalto. Nós conseguimos inaugurar já no meu governo a BR 153, ela estava começada mas não estava terminada. O acesso à Concórdia, não estava nem começado. Foi feito todo ele no governo da gente, a rua do comércio, que era uma barbaridade, por sinal, alguns até hoje não pagaram o asfaltamento da rua do Comércio, que eu acho que foi um crime contra a economia dos outros que pagaram quem não pagou, entraram com um Mandato, ganharam.
- ACP - Foi a Doutor Maruri?
- IFR - É, a Doutor Maruri. Uns pagaram, eu acho que não existe, é aquilo que eu falei antes, se não tem colaboração do povo não existe obra. O que tem que ver é se o prefeito, o governador, ou o presidente da República tá aplicando bem o dinheiro; se ele tá aplicando bem, vamos pagar imposto. Por quê que a turma parou de pagar imposto agora, porque o dinheiro era desviado, então nós fizemos a Doutor Maruri, fizemos 18 centros comunitários, não tinha praticamente centro de diversão, criamos. Se não me falha a memória, 12 escolas de, da 4ª à 8ª séries, não tínhamos o antigamente chamavam de ginásio, hoje não é mais ginásio, é da

4ª à 8ª série, para que os filhos dos agricultores ficassem na roça e estudassem sem precisar ir na cidade, o que eu não tive na minha infância eu procurei dar prá turma, educação e lazer, e naturalmente na área de técnica agrícola, fiz, foi feito, ampliamos na época muitos aviários, muitos chiqueirões para a criação de suínos, escolas, nós fizemos mais de 120 salas de aula, fizemos convênio, criamos, damos, tinha recém sido criada a faculdade aí ajudamos para que ela tivesse um impulso bastante grande, telefone, não tinha um telefone no interior, nós botamos, quando saí nós tínhamos telefone em Bela Vista, Volta Grande, em diversos distritos. Eu quando assumi nós tínhamos 30 e poucos por cento de eletrificação rural no município, quando eu saí, tinha praticamente 100%. Então trabalhamos, é lógico que o governo do Estado me ajudou muito sem dúvida nenhuma, você precisa é ter aquele troca, sabe vamos ajudar, o pessoal precisa a produção é alta, aumentou, nós trouxemos ao município de Concórdia, o quarto município em arrecadação do Estado de Santa Catarina. Então você vê que era um município de força, de peso, podia fazer alguma coisa. Então eu não sei, a educação, ou digamos na saúde, nos pequenos postos de saúde, demos criamos convênio com os hospitais, uma série assim de, para atender as áreas bases porque eu me parece que não adianta dizer bom, vamos cuidar de educação. Mas o sujeito vai na escola com a barriga vazia, ele não estuda. Bom, vamos cuidar da educação e da alimentação, mas e a saúde? Aí no interior a quantidade de verminosa que tem é uma barbaridade. Então, se eu não tiver educação, saúde e alimentação, porque elas vivem junto, se tu tem uma separado é essa aí que precisa, e é tão fácil, olha, os Estados Unidos, a população que trabalha na roça são 2% e produz comida para quase 300.000.000 de habitantes e exportam, é o maior exportador de comida do mundo. E precisa ser distribuída melhor a renda, o resto tem tudo prá dar certo não dá porque tem muita gente que acho que tem interesse que não dê certo mesmo.

- ACP - Como é que o senhor recebeu a Prefeitura? O senhor recebeu ela com alguma dívida, com algum problema, com projetos encaminhados?
- IFR - Não, não recebi ela mal. Eu já era vice e ela saiu, a prefeitura saiu do Mutzemberg, que ele assumiu no lugar do Mário Pagnocelli, passou pró Neudy e Ivo e eu assumi junto com o Mutzemberg. Quer dizer então, não, é lógico tinha, nós estávamos de vendo grande parte da rodoviária que foi feita na administração, a rodoviária foi feita na administração do Neudy, minha e dele, aí nós fizemos o conjunto, o primeiro conjunto habitacional em Concórdia que foi feito quando eu fui prefeito que é o conjunto Guilherme Reich e até hoje não foi feito outro conjunto, foi feito outros mas mutirão, etcétera, então podiam ter feito um monte, a turma então fica aí fazendo outras bobagens em vez de fazer casa, casa é uma coisa importantíssima para o pessoal. É hoje um morador lá eu acho que deve estar pagando o quê, se tanto uns vinte cruzeiros por prestação, vinte cruzeiros por mês de prestação da casa, vinte mil cruzeiros não paga vinte cruzeiros.
- ACP - Qual foi o critério que o senhor usou para escolher o seu secre

tariado?

IFR - Competência e honestidade.

ACP - E as metas que o senhor se propôs a alcançar na prefeitura o senhor acha que foram alcançadas?

IFR - Foram alcançadas todas elas, todas elas. E os secretários também foram escolhidos, antes disso, eu não tinha compromisso em primeiro lugar com ninguém, eu não tinha prometido para ninguém, não, se eu fosse eleito, você me ajuda na campanha e você vai ser meu secretário, não tinha ninguém, não tinha e ninguém me cobrou isso aí eu fui muito bem porque eu como não tinha compromisso, eu não fui cobrado, então acho que fez uma administração sem problema nenhum, eu logo fiquei com, naquela época primeiro parece-me que era 11 vereadores eu tinha, aliás era 13 e um título, então foi fácil de fazer os planos para o trabalho, mas o pessoal colaborou muito.

ACP - Como é que era o seu relacionamento com o legislativo?

IFR - Excelente, excelente. Eu pegava, vamos dizer, o Aroldo era vereador. Na região dele, ele trazia as reivindicações e nós atendíamos por intermédio do vereador. Para que o vereador fosse prestigiado na região dele, então nós fomos inaugurar juntos, etcétera, mas vamos dizer, chegava um colono de Planalto. Planalto o vereador era o Nelson Parizenti. Então digo, olha para fazer aquela obra você tem que vir junto com o teu vereador, vereador de lá é o seu Nelson Parizenti, em vocês junto chegava aí o Nelson, vinha junto com a comunidade e a gente despachava favorável depois vínhamos inaugurar. Eu procurei cuidar muito deles para que, nós fomos eleitos juntos, então os companheiros deveriam tocar o município junto.

ACP - Então o relacionamento com o governo Estadual o senhor falou que era bom, né?

IFR - Bom, excelente.

ACP - Houve uma época em que o governo instalou, em que foi instalado o governo catarinense em Concórdia, o senhor se lembra? Com que objetivo foi isso?

IFR - Bom, naquela época, o governo do Estado se instalava em diversas micro-região, como Concórdia era uma micro-região, ele instalava lá e despachava todos os projetos daquela micro-região eram tratados lá que facilitava para os prefeitos, em vez de todos os prefeitos irem a Florianópolis, ele vinha com o secretário e despachava em Concórdia foi a sede do governo do Estado na época.

ACP - E como era o relacionamento com o governo Federal?

IFR - Excelente, porque eu não sei, não me recordo, eu levei quando eu fui prefeito municipal o vice-presidente da República ou o presidente da República a Concórdia.

ACP - O presidente da República.

IFR - É, me parece que ninguém mais levou presidente e ninguém levou nem vice, eu levei mais de 20 ministros em Concórdia, então, is

so é que deu deu essa grande alavancada em Concórdia, que nós tínhamos, vamos dizer, o governo, o Brasil conhecia Concórdia, ela não tava esquecida. Então era um trabalho muito integrado, muito, com todos os órgãos, era uma beleza. E não que nós não discordássemos, eu me lembro, numa exposição que nós fizemos, e que por causa da peste suína africana, que o governo deu, deu andou repudiando, nós até largamos um porco de pára-quedas, largamos, prá protestar contra o governo federal ... de ... e etcétera mas, movimentava mas respeitava porque o direito de falar ou de opinião, cada um de nós tem, agora tem que ter um respeito então eu fazia tudo mas eu respeitava as autoridades constituídas, porque eu por exemplo em Concórdia hoje eu não votei pró Sopelsa, mas hoje é o Prefeito de Concórdia, prá mim é o prefeito de Concórdia, vou respeitar ele, não tem dúvida nenhuma. E isto faz, eu acho que nós todos deveríamos fazer assim, autoridade constituída é constituída.

ACP - Qual foi a importância pró município, da visita do Presidente Ernesto Geisel?

IFR - Olha, além de ter dado mais respeitabilidade, porque o conceito dele no Brasil, do município de Concórdia cresceu, em Santa Catarina então, uma barbaridade. E Geisel, vamos dizer ele sem nos tratou muito bem, então às vezes você precisava alguma verba, Colégio Agrícola, que eu me lembrei agora. Você precisou verba pró Colégio Agrícola, ah, outro dia estevi lá, você tinha facilidade prá trazer essas verbas. Ah, mas não precisava de verba prá fazer a eletrificação rural. A eletrificação rural é um convênio do Estado com o governo Federal e a participação da Prefeitura. Se você não tem alguém às vezes lá, ah, ah, mas conheço Concórdia, e vem o Ministro das Comunicações que conhece Concórdia, o ministro tal conhece, o Ministro da Agricultura, então a gente tem facilidades, o que vem de retorno é coisa assim, muito grande, grana prá eletrificação, prá faculdade ... se consegue.

ACP - E na época o Brasil estava sob o regime da ditadura militar. Isso teve alguma influência na cidade de Concórdia?

IFR - Teve. Eu acho que o regime teve suas épocas boas também. Porque os militares, eu acho que o maior erro é que a turma fala que o totalitarismo e etcétera, eu não notei tanto assim em Concórdia, nós tínhamos, eles nos trataram bem nós respeitávamos eles, as coisas eram decididas com mais rapidez você acertava e acertava, não tinha mais o que conversar, e hoje você acertava e não cumprem, promete e não vem, então você pega faz o convênio de uma ponte aí troca de ministro, não vem, e naquela vez, naquela época você acertava, acertava, pode gastar o dinheiro pode mandar fazer que o dinheiro vinha. Então acho que foi uma das grandes vantagens que teve o regime militar, se bem que eu sou pela, pelo regime democrático muito mais do que o regime assim semi ditatorial, mas eu não tive o menor problema, como nós também não tivemos, Concórdia levou vantagem porque as coisas eles fizeram cuidaram da agricultura sem dúvida nenhuma eles cuidaram da agricultura, a agricultura nunca teve antes de depois até agora não teve um tratamento tão privilegiado

do e gostoso como ela tinha naquela época tinha dinheiro a vontade, sem juro, calcáreo, teve sacanagem, eu sei que teve, mas o agricultor, veja Concórdia, Concórdia tá empobrecendo. Porque não tem dinheiro prá pagar esses juros, na época era juro de 8% sem correção sem nada, e cuidavam do colono, todo mundo tinha muito mais comida do que hoje, não tinha, Concórdia nós tínhamos 70% quase da população morava na colônia. Hoje vem tudo prá cidade, fazer o quê na cidade? Não tem aonde trabalhar, então vão para as favelas, vão criar pessoas sem meios de uma vida digna, o que é uma tristeza.

ACP - Quais foram as principais realizações durante os seis anos em que o senhor esteve na previdência da AMAUC?

IFR - Nós fizemos aí uma série de Convênios que permeou toda a micro-região, pontes que ligou municípios, nós fizemos diversas obras que ligavam um município ao outro e convênios de eletrificação rural, muitos convênios, então, às vezes você fazia um convênio global para os onze municípios que nós tínhamos da micro região acertávamos e fazíamos um convênio total, e as reivindicações, então veja, vamos dizer, o município de Itá, ele precisava fazer um convênio com o Estado, em vez de ir o prefeito de Itá uma reivindicação nós fazíamos uma reunião da Associação e os 11 municípios pediam esta obra, então isso dava uma força, um poder muito maior de negociação. Nós trabalhamos muito em conjunto, e nós mesmos, vamos dizer, às vezes Concórdia, ou Itá, precisava de uma patrula, eu pegava a patrula, como eu tinha maioria na câmara, então dizia caiu uma barreira aqui, tô mal, e eu pegava a patrula lá de Concórdia, tinha bastante e mandava a patrula lá e fazia.

ACP - Surgiu algum órgão público em Concórdia durante a sua gestão?

IFR - Como, em que sentido, que órgão?

ACP - Tipo, teve uma época que o governador veio inaugurar o serviço de rádio patrulha.

IFR - Bom, a rádio patrulha foi criada na minha, na minha...

ACP - Sim, na sua gestão.

IFR - Na minha gestão. Mas tinha, vamos dizer coletoria, que é um órgão público, rádio patrulha, CASAN, CELESC, ERUSC, nós tínhamos naquele tempo existia a ERUSC, tinha diversos, muitos órgãos, eu não tinha, na minha época, o que tem agora, que tinha sido criado praticamente quando eu era prefeito era a polícia acho que é militar ou civil que tem aqui em Concórdia.

NPJ - Militar.

IFR - Militar, polícia militar não tinha, eu tinha um batalhão, uma companiazinha, não batalhão, uma companhia, que ficava lá no parque de exposição, o Neilton Faria era bem menor, e foi criado na minha gestão e isso foi transformado agora numa companhia, que antes eram, não sei como é o nome quando é menor do que a companhia, um pelotão eu acho, e agora era uma companhia.

ACP - Certo, o senhor realizou obras grandes né, de certa maneira, co-

mo remodela o parque de exposições, continuou a canalização do rio dos Queimados, construiu o centro administrativo, houve utilização de, empréstimo de verbas da SADIA prá que essas obras fossem realizadas.

IFR - Não, eu acho, falando em obras, a grande obra minha não foi nenhuma dessas. Foi eu ter comprado, eu prometi para os agricultores, de fazer todas as estradas de roça da casa do colono, até na roça. Porque é uma barbaridade, eu sei como modesto agricultor que eu era, que você pegava e não podia nem ir na roça com a carroça, porque não vai, não tem estrada, e fazer a muque não dá. Então eu comprei logo no início do governo, quatro tratores e fiz todas as estradas de roça da casa do colono, até na roça do colono, e que por sinal até hoje ninguém se lembrou mais, eles se lembram de pedir o voto pró colono, e ninguém fez mais nada nesse sentido, ninguém fez mais nada, mesmo o Zonta que era prefeito que está saindo agora não fez, o Luizinho foi feito, também não fez e o não sei se o que foi eleito agora vai fazer. Que eu acho que isso é básico pró agricultor, em vez de ficar com uma picareta fazendo estrada, você em uma hora de trator faz a estrada. E ele fica trabalhando 10 dias porque uma hora de trator é um mês dele, ele fica plantando trigo, feijão, arroz, prá produzir mais e ter uma vida mais digna, isso eu acho que foi uma das grandes obras que eu fiz por Concórdia, depois a eletrificação rural que eu falei antes, e o centro administrativo, que está lá o Centro Administrativo, uma coisa muito boa, e a faculdade, nós compramos o terreno prá faculdade, na época quando eu era prefeito foi comprado o terreno que depois foi vendido porque o terreno que eu comprei prá fazer a faculdade é lá onde tem o SESI - SENAI, lá embaixo, que

eu comprei quando era prefeito, e depois trocaram e fizeram lá em cima o centro. E eu deixei pronto e não foi feito, a barragem para a contenção das cheias; e que toda a oposição me criticou, me criticou. Se nós tivéssemos feito aquela barragem, e tá todos os cálculos lá, foi pago, eu tinha empréstimos, tudo prá fazer, jamais daria uma enchente em Concórdia. Vai dar até que nós não fizermos a barragem lá em cima ou um dia voltar para ser prefeito, não vai ser feita a barragem e não adianta se você não faz a barragem não dá. Aí canalizamos o rio, praticamente depois que eu saí pouca coisa foi feita não fizeram quase mais nada. Então são obras que estão enterradas ninguém encherga, então é de que se procurou fazer. A SADIA não, eu não peguei dinheiro da SADIA prá fazer obras em Concórdia, teve a participação dela, vamos dizer, nós fizemos um convênio prá fazer a barragem lá em cima foi feito um convênio aonde ela pagou a SADIA, toda a, o projeto, foi a SADIA que pagou, alguns convênios assim foram feitos que ela me deu o projeto, etcétera, o projeto das escolas, o projeto tá lá, ..., mas fizemos convênios e ela pagou.

ACP - Havia uma integração Prefeitura - SADIA prá que fossem feitas obras que beneficiassem tanto a comunidade quanto à empresa?

IFR - Bom, todas as obras que foi feita em Concórdia beneficiam a em-

presa porque a empresa ela tá em Concórdia, e todas as obras que são feitas beneficiam a comunidade.. Se eu fizer uma estrada de roça vai produzir mais milho, o colono fica, ganha mais dinheiro, o comércio vai render mais, mas e se ele criar porco com esse milho, vai render prá SADIA, não vai vender prá outro, então isso beneficia a todos, não é?

ACP - A oposição criou algum tipo de problema durante o seu mandato?

IFR - Tentou criar, mas não teve oportunidade porque eu tinha até ... a gente deixou eu procurei entendimento, conversar com eles e também até às vésperas da eleição eram todos meus amigos ficaram meus inimigos quando chegou a época de política, Concórdia é muito ruim por causa disso e ainda hoje tem isso que o camarada, eles são teus amigos até meia dúzia de meus antes da ser a eleição ou três meses antes da eleição, chega três meses antes eles se viram tudo contra a gente.

ACP - Como foi a implantação do projeto CIATA? Eu não sei se o senhor se lembra desse projeto, era um projeto de convênio de incentivo administrativo, que foi implantado se não me engano no Ministério da fazenda que tinha toda uma estrutura computadorizada...

IFR - Ah, sim, sim, eu me lembro, isso aí foi outro negócio que não, me parece que não foi prá frente, isso aí nós fizemos um convênio com o Ministério da Fazenda, através do Superintendente de Santa Catarina, para que fosse atendido a micro-região, isso foi feito, micro-região com sede em Concórdia, quer dizer, nós íamos computadorizar todas as prefeituras da micro-região com centro em Concórdia, e com isso nós íamos, inclusive os órgãos de arrecadação iam ser todos eles computadorizados, e sem custar um tostão, não custava um tostão prá ninguém nada, nada, nada, a única coisa que nós precisávamos era dar apoio e eu fiz isso, tava andando, logo que eu deixei a prefeitura nos primeiros três, quatro meses até funcionou, e depois eu vi que jogaram; isso foi um crime contra Concórdia, contra o progresso de Concórdia porque primeiro que daria algumas dezenas de emprego, ou talvez centenas de emprego para técnicos de alto gabarito que podiam ser todos concordienses, e foi jogado no lixo um trabalho que foi gasto milhões de dólares foi gasto, porque era você batia aqui numa tecla você tava com Brasília, o Ministro da Fazenda na linha em Concórdia. Cobrava os impostos, tudo computadorizado, você não precisava fazer os carnês, era tudo feito lá, era uma beleza, você tinha a vida de cada agricultor, vamos dizer você, eu, Ivo Reich, o que eu tenho, chamava o meu nome, tudo o que eu tenho dentro do município, quanto imposto eu paguei, tudo, tudo, tudo, tudo, em toda a micro-região!

ACP - Os professores entraram em greve durante o seu mandato e se não me engano, foi logo depois que o senhor assumiu. Quais foram as providências tomadas?

IFR - Conversar com eles, conversamos e acertamos porque eu acho que, eu essa semana não estive aqui em São Paulo, teve a posse do Presidente da FIESP, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, e qual foi o discurso dele? Só se resolve os problemas se se conversa. Não existe prefeitura boa, no caso da pre-

feitura, se os funcionários não prestam e não existe funcionário bom se a prefeitura não presta. Então, a conversação, eu acho que foi, eu não me lembro muito bem até da greve, mas foi fácil de resolver, foi questão de até mais de ameaça do que da greve, eu acho que greve até praticamente não teve.

ACP - E houve uma paralização, mas depois o que eu escutei foi que o senhor foi o prefeito dos professores porque deu um bom aumento de salário.

IFR - Eu fui conversar com eles, eu vi que eles estavam defasados. Não é só dar aumento, é aquilo que eu lhe disse, quer dizer, quando ela faz uma festa na escola dela você tem que ir lá, vai lá prestigiar a professora, que fica lá às vezes, uma professora lá de Lageado Quirino, Lageado Quintino, ela fica o ano todo lá dando aula prós filhos dos agricultores e não recebe a visita de ninguém, então faça com que ela faça uma festinha, você vai lá, eu ia, eu e a minha esposa, levava o secretariado junto, fazia na época todas as comunidades desfilar, existia patriotismo, eu dava camisa prá todos os alunos desfilar, iam com a camisinha dada pela prefeitura e o prefeito ia lá ver elas desfilar, todos os lugares, todos os alunos iam desfilando e o Prefeito ia lá assistir levando o promotor público, levando o juiz de direito, levando as autoridades instituídas, os vareadores, etcétera. Prá que? Prá prestigiar as crianças, prá prestigiar as famílias e prestigiar os professores. Depois o prefeito ficava lá, almoçava na região com eles, toda a turma, eu pegava prá peazada mandava dar guaraná, etcétera. A prefeitura pagava, eu pagava, mas eu tinha dinheiro sempre de sobra prá tudo.

ACP - Como surgiu a idéia de construir o centro administrativo?

IFR - Ah, todo o homem tem, quer deixar uma obra, né? Eu acho que precisei que era necessário, o centro era da, o primeiro centro da prefeitura de Concórdia, Concórdia cresceu e a Prefeitura era pequena. E segundo porque eu gostava, a turma falava "ah, mas o senhor não vai deixar"; e eu resolvi construir o centro, depois quando feita a prorrogação do mandato. Que não foi nos primeiros quatro anos, foi na prorrogação; bom, então, vou deixar duas obras grandes, era o asfalto da, que eu fiz muitas obras mas as obras menores que foi a estrada de roça, a eletrificação rural, mas obras que levassem vamos dizer, à eternidade, é a Dr. Maruri e o centro, aí fiz um projeto prós últimos dois anos, o centro administrativo e a prefeitura, e a, e o asfalto, e haja visto, o asfalto, você vê os asfaltos que estão sendo construídos no Brasil, na rua do Comércio e na rua Dr. Maruri, na rua do Comércio eu botei asfalto em cima das pedras, já faz mais de dez anos e tá lá o asfalto, tá lá o asfalto, não precisou fazer nada e na rua Dr. Maruri também, o que precisa quando se faz alguma coisa é fazer bem feito prá não vou deixar a prefeitura a custo que refaça, negativo, o dinheiro é do povo, e esse tem que ser economizado.

ACP - Na questão social, aconteceu algum fato relevante nesse setor que o senhor se lembre? Por exemplo, o caso Tondello.

IFR - O caso Tondello, eu era prefeito, quando?

ACP - Foi em 80.

- IFR - É aí foi um desastre né, porque aí em Concórdia, a gente procurou, agora me recorde, descobrir o que aconteceu e até hoje o negócio ainda ficou o dito pelo não dito porque prenderam uns, outros soltaram, e etcétera, deve tem uns casos assim que ninguém descobre o que que aconteceu, eu achei um absurdo, matar gente e etcétera, é muito lamentável, nós procuremos fazer do do possível, comunicamos ao governo do Estado que é o que caberia e que cabe à Segurança num município que nem o nosso e eu acho que dos direitos, principalmente de um rapaz como o Tondello, podia ter seus defeitos mas ele era trabalhador, era honesto e tava lutando pela sobrevivência, por ter uma vida digna.
- ACP - Houve algum fato marcante durante todos os seis anos da prefeitura, que o senhor esteve na prefeitura, por exemplo, teve a seca, né, teve uma grande estiagem, depois teve um pouco de enchentes ...
- IFR - É teve vendavais, mas eu, nos vendavais que eu me lembro de Bela Vista, aquela região foi muito atingida, e eu na manhã seguinte já mandei os caminhões levar telha e deu telha de presente prá todo mundo porque não tinham dinheiro prá pagar, eu mandei dar de presente e liquidei, mas não deu problema, o problema tem que ser resolvido, não pode deixá o povo ficar aí esperando e sofrendo, e na seca foi difícil porque nós tivemos que puxar água de caminhão inclusive a SADIÁ e Concórdia teve problema e a gente procurou trabalhar prá que Concórdia tivesse água para o seu abastecimento, quando eu saí da prefeitura não tava bem resolvidos mas tava quase resolvido, o problema da água que hoje não tem mais problema.
- ACP - Alguma obra que o senhor gostaria de ter realizado e não pôde realizar?
- IFR - A barragem, a barragem, que a barragem no meu ponto de vista ela serviria para abastecimento de água e para contenção das cheias e para limpeza da cidade porque você deixa a barragem subir aí segura toda a água, ou faz um pouco de estiagem, você abre a barragem, limpa em queria canalizar todo o Queimados aí cada semana, dava uma largada de água no leito do rio e deixava Concórdia uma cidade limpa. Mas essa não deu.
- ACP - Há algum projeto que o senhor gostaria de realizar hoje ou de ver realizado pela administração?
- IFR - É o maior projeto que, era o meu sonho e continua sendo, um dia vamos fazer, é a represa.
- ACP - O senhor tem intenção de voltar prá política?
- IFR - Tenho.
- ACP - Em Concórdia?
- IFR - Em Concórdia ou na região, eu acho que se eu dentro de um ou dois anos tiver parando de trabalhar acho o que vou voltar, eu gosto de política, gosto, e é muito, como eu falei no início, a gente se realiza, tem certas coisas porque você chega numa altura da tua vida que eu estou só eu e a minha esposa, os filhos são tudo casados e tudo bem graças a Deus, e você acha que deve fazer algo para o povo, algo que deu, ao município que tá deu a vida, deu os teus filhos, os filhos da gente e se você pode fazer alguma coisa em benefício deles faz e isso eu se, pre gostei, prá mim prá fazer alguma coisa hoje mais é só na área política.

- ACP - O senhor gostaria de deixá alguma mensagem prá s gerações futu - ras, prá s pessoas que vão ler ou escutar essa entrevista ou que vão ao museu de Concórdia e que vão conhecer o Prefeito Ivo Reich e a vida e a administração que ele fez?
- IFR - Eu acho que eu já falei alguma coisa, gente, a melhor coisa que existe na vida de um cidadão é honestidade, bom mas honestidade é obrigação de todos mas nem todos são, trabalhador e humilde e aí vem a última coisa ser bom. Ser bom gente, custa tão pouco prá ser bom, ser bom, ser amigo, desde a gente no casamento, eu por exemplo quando, isso aí depois você corta fora, mas eu quando casei, a primeira coisa que eu disse prá minha mulher, e u sou casado hoje a 48 anos, sabe que eu nunca briguei com a minha mulher. Agora por quê? Porque no dia e dia que nós casamos não se prontificamos de um aguentar o outro, um sozinho não briga, não tem problema, para. E assim vamos indo maravilhosamente bem. Por quê? Por causa da bondade. Ela é boa e eu sou bom e queremos fazer o bem, eu nunca tive problemas, vamos dizer, desde o tempo em que eu tinha menos do que tenho hoje, chegava a Wanda e dizia "olha preciso ajudar meu irmão". E vamos ajudar. Eu se eu pegar ajudar minhas irmãs, ajudar meus parentes, ou ajudar alguém, jamais (...) por causa disso porque eu tô sendo bom e Deus me retribui. Bondade, bondade, bondade e humildade, coisa melhor que tem no mundo.
- ACP - O senhor tem alguma religião?
- IFR - Sou Evangélico, mas não tenho nada contrário a nenhuma, acho / que todas elas são excelentes, mas o ponto básico é saber que você tem um lá em cima que é o dono da pelota e acreditar, e u acredito em Deus, coisa bárbara, bárbara mesmo, eu se eu às vezes tô num apuro, eu parece que eu me agarro a Ele e às coisas se resolvem.
- ACP - Como foi o relacionamento seu com a sua família dentro da política, teve alguma influência?
- IFR - Teve, teve, se não tivéssemos tanta compreensão e bondade entre eles e eu acho que teria dado problema, não deu problema por causa desse condicionamento de compreensão e bondade, teve dias, sabe como é que é, às vezes você vai, vai numa festa no interior, fica lá, come demais, até bebe demais, mulher não gosta disso e os filhos não gostam e eles tem razão disso, então aí precisa muita bondade, muita compreensão, a hora que se o homem chega em casa muito nervoso, você não fala, você pega no outro dia de manhã cedo quando ele acorda e você paga e dá uma torricada e assim vice e versa, né, e a gente quando casa não pode ter ciúme, cascu, você tem que ter confiança, então aí vai nisso, um tendo compreensão, bondade e confiança.
- ACP - Tá certo, Seu Ivo, muito obrigada.

Ivo Frederico Reich

ANEXO E
CONTRATO PARA PRODUÇÃO AVÍCOLA INTEGRADA – FRANGOS

Contrato para Produção Avícola Integrada – Frangos

INTEGRADORA: SADIA S. A., pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Senador Atílio Fontana, nº 86, na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.730.099/0001-94 e Inscrição Estadual sob o número 250.318.407, por seu representante legal abaixo assinado e identificado, doravante denominada simplesmente "**Sadia**".

INTEGRADO(S): _____, portador da carteira de identidade _____ CIC nº _____ e sua esposa, _____, brasileiros, produtores rurais, na condição de possuidores do imóvel abaixo discriminado, localizado em _____, no município de CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, residentes e domiciliados em _____ na cidade de CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, abaixo assinados, doravante denominados simplesmente "**Integrado**".

Considerando que:

- a) O **Integrado** é pessoa física (proprietário e familiares) ou jurídica, detentora ou possuidora direta, de forma legal, do imóvel registrado no Ofício de Registro de Imóveis de CONCÓRDIA, sob a matrícula nº _____, da Comarca de _____ Estado de Santa Catarina, e cadastrado no INCRA, onde trabalha com sua família em regime de economia familiar e onde estão instalados os aviários, galpões, equipamentos, água de boa qualidade, energia elétrica, insumos para o aquecimento dos animais e mão-de-obra adequada para a criação e/ou engorda de aves, com área atual construída de _____
- b) O **Integrado** pretende realizar a criação de aves no imóvel acima referido;
- c) A **Sadia** é empresa que se dedica a industrialização e comercialização de carne de aves e pretende utilizar-se das aves criadas pelo **Integrado** como matéria-prima em sua indústria, ou mesmo comercializar tais produtos "in natura";
- d) A **Sadia** é proprietária das "aves de um dia" (aves), das rações, das vacinas e medicamentos necessários para a criação das aves de um dia, e que realiza, também, todas as operações de transporte das aves de um dia, das rações e das aves, fornecendo apoio laboratorial e assistência técnica necessários para o desenvolvimento da produção das aves;
- e) O **Integrado** declara não ter firmado, com nenhuma outra empresa, qualquer contrato para integração avícola no imóvel acima identificado;
- f) As obrigações ora acordadas estão em perfeito equilíbrio econômico, tendo sido assumidas de acordo com os valores vigentes à época de sua contratação, foram fruto de negociações amplas e representam benefícios para ambas as partes, não gerando qualquer tipo de lesão às mesmas;

Sadia



- g) As partes, ao realizarem a presente negociação, assumem possíveis riscos em razão de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis que possam modificar as atuais vantagens e desvantagens contratuais;
- h) Não serão aceitos como imprevisíveis, não se aceitando, desde já, inclusive, mas não limitados a, os seguintes fatos: i) crise de energia em geral; ii) desvalorização da moeda; iii) redução de investimentos estrangeiros no país; e iv) criação ou majoração de tributos;

Resolvem as partes acima qualificadas celebrar o presente **Contrato para Produção Avícola Integrada** (o “Contrato”), que se regerá de acordo com as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, que mutuamente outorgam e aceitam:

1 Do Objeto

1.1 Objeto

O objeto do presente Contrato para Produção Avícola Integrada é a criação e engorda até a terminação, pelo **Integrado**, de aves, em forma de *aves de um dia*, que serão fornecidas pela **Sadia**, na quantidade adequada para obtenção de eficiência no processo produtivo, considerando a área e equipamentos disponibilizados pelo **Integrado** para a criação e terminação;

1.2 Quantidade de aves

A quantidade de aves poderá sofrer variação para mais ou para menos em função da necessidade da **Sadia**, em razão da demanda de mercado e da disponibilidade de alojamento no imóvel do **Integrado**.

2 Obrigações da Sadia

A **Sadia** obriga-se a:

2.1 Aves para Criação e Terminação

Fornecer ao **Integrado** *aves de um dia* para serem criados e terminados até atingirem o peso ideal para atenderem as necessidades do mercado;

2.2 Insumos para a Criação de Aves - Rações e Medicamentos

Fornecer ao **Integrado** rações, vacinas, medicamentos e desinfetantes para a criação e terminação das aves, nas quantidades, periodicidade e ocasiões determinadas pelo departamento técnico da **Sadia**;

2.3 Assistência Técnica

Colocar à disposição do **Integrado**, assistência técnica, que será fornecida quando por ele solicitada, ou a critério da **Sadia**, e terá por objetivo promover o acompanhamento do plantel em desenvolvimento, fornecendo assistência técnica e veterinária, orientando as operações relativas ao manejo produtivo das aves;

2.4 Prazo de Alojamento

Alojar novo lote de aves no aviário do **Integrado**, no prazo máximo de 28 (vinte e oito) dias, salvo casos de força maior, questões de natureza sanitária, climática, de acesso, e desde que o aviário esteja devidamente preparado para receber o novo alojamento e não apresente qualquer restrição de ordem sanitária. Nestes casos, sem prejuízo por parte da **Sadia**, o alojamento de novos lotes poderá ser suspenso por prazo indeterminado, conforme pormenorizado no item 3.5.3 do presente;

Integrado(s)

Sadia



2.5 Partilha de Aves

Entregar ao **Integrado** o valor correspondente à parte de aves vivas que lhe couber, nos termos deste Contrato, no prazo de 10 (dez) dias após o abate do lote, desde que tenha sido cumprido o disposto no item 3.13 do presente;

2.6 Do Pagamento da Compra da Parte de Aves pertencentes ao Integrado

Pagar ao **Integrado**, até o 10º (décimo) dia útil após o abate, pela parte de aves que este deliberar a lhe vender, em atendimento ao disposto no item 3.12, através de depósito em conta corrente no estabelecimento bancário a ser indicada pelo **Integrado**, cujo comprovante de depósito as partes reconhecem para todos os fins de direito como prova de recebimento;

2.6.1 Da quitação do lote

Em não havendo impugnação do valor depositado, no prazo de 3 (três) dias a contar do depósito, entender-se-á como quitada a compra e venda realizada entre as partes relativas ao respectivo lote;

2.7 Apanha das Aves

Optando o **Integrado**, pela contratação de empresa especializada para o apanhe das aves, cuja contratação tenha sido aprovada pela **Sadia**, a **Sadia** obriga-se:

- Arcar com 50% (cinquenta por cento) do custo da tarefa de apanha de aves contratada com a empresa especializada;
- Pagar em nome do **Integrado** a prestação dos serviços de apanha executados pela empresa prestadora de serviços por ele contratado, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal acompanhada dos comprovantes de recolhimento dos tributos devidos, deduzindo o respectivo valor da parte que lhe toca na partilha dos resultados dos lotes de aves que lhes forem entregues e vendidos, em face do presente Contrato de Produção Avícola Integrada;
- Interagir com a empresa prestadora de serviços a fim de otimizar a atividade;

2.8 Data e Hora de Apanha das Aves

Informar, com a antecedência necessária, ao **Integrado**, através de emissoras de rádio, por seus técnicos ou qualquer outro meio, a data e a hora aproximada para a retirada das aves de sua propriedade;

2.9 Retirada das Aves

Providenciar às suas expensas a retirada (transporte) da parte das aves que pertence a **Sadia** na integração, que lhe será entregue incondicionalmente pelo **Integrado**;

2.10 Pesagem das Aves

Facultar ao **Integrado** o acompanhamento dos procedimentos de pesagem dos lotes de aves entregues.

3 Obrigações do Integrado

3.1 Cuidados Necessários

Dispensar todos os cuidados necessários e indispensáveis para a criação e terminação das aves;

3.2 Serviço de Manuseio das Aves

Fornecer todo o serviço necessário para promover o tratamento, aquecimento e criação das aves, bem como efetuar a aplicação de medicamentos e vacinas, sendo de sua inteira responsabilidade os ônus com tais procedimentos, bem como com as obrigações legais decorrentes, sendo vedada a prestação destes serviços, bem como os de apanha das aves, se for o caso, de pessoas com idade inferior a 18 (dezoito) anos;

Integrado(s)

Sadia



3.3 Normas Técnicas

Desenvolver a criação e terminação das aves, segundo normas técnicas e recomendações fornecidas pela **Sadia**;

3.4 Insumos, Medicamentos e Vacinas

Não utilizar/aplicar às aves, objeto do presente, ração, medicamento, vacina ou qualquer tipo de substância que sejam proibidas ou acima dos limites tolerados pela legislação em vigor, ou que não tenham sido prescritas pela **Sadia**;

3.5 Normas de Biossegurança, Ambiental e Sanitária

Com objetivo de evitar a incidência de doenças, a não criar, engordar ou terminar, ou ainda permitir a presença de quaisquer outras aves nas proximidades do imóvel onde será executado o objeto do presente, e a observar as normas ambientais, de biossegurança e sanitárias estabelecidas pela legislação e pela **Sadia**;

3.5.1 Do acesso às instalações e área de biossegurança das aves, por terceiros

Não permitir o acesso às instalações e área de biossegurança das aves por terceiros, sem prévia aprovação por escrito da **Sadia**, e quando autorizado o acesso, cumprir com as condições por ela orientada. Outrossim, não utilizar nem divulgar imagens e ou informações a respeito do objeto do presente contrato, sem a prévia aprovação por escrito da **Sadia**, sob pena de indenização;

3.5.2 Manutenção da propriedade, instalações e equipamentos

Manter a propriedade, as instalações e os equipamentos em bom estado de conservação, de forma a evitar acidentes com as pessoas e as aves, bem como limpas, lavadas, desinfetadas e em permanente condição de uso, de acordo com as recomendações técnicas ditadas pelas autoridades ambientais e sanitárias, bem como por parte da **Sadia**;

3.5.3 Da Suspensão dos alojamentos de aves

Concordar com a suspensão dos alojamentos de novo lote de aves, por tempo indeterminado e sem ônus à **Sadia**, caso ocorram restrições de ordem ambiental, como por exemplo, o cancelamento da licença ambiental, ou sanitária, como por exemplo “gripe aviária”, “doença de newcastle”, ou outras que venham a restringir o mercado e produzam como consequência, a necessidade de redução da produção por parte da Integradora;

3.5.4 Da necessidade de sacrifício do lote

Concordar com o sacrifício das aves alojadas, a critério da **Sadia** ou de autoridades públicas, sem ônus à **Sadia**, caso ocorram restrições de biossegurança ou de ordem sanitária, como por exemplo “gripe aviária”, “doença de newcastle”, ou outras que venham por em risco a atividade ou saúde humana;

3.6 Propriedade das Aves Entregues

Zelar e a cuidar das *aves de um dia* que lhe forem entregues para engorda, até que as mesmas atinjam o peso programado para devolução, estando impedido(s) de vendê-las, desviá-las ou cedê-las a terceiros, responsabilizando-se pelos lotes entregues, até a efetiva devolução, na condição de fiel depositário, de acordo com o contido no artigo 652 do Código Civil Brasileiro, uma vez que tem conhecimento, pelo presente Contrato, de que as aves entregues em cada lote são de propriedade da **Sadia** e cuja nota fiscal de cada remessa será parte integrante deste Contrato;

3.6.1 Aves para o Consumo Próprio

É facultado ao **Integrado**, utilizar para consumo próprio, no máximo, a quantia de 20 (vinte) frangos de cada lote de aves alojado, devendo, neste caso, registrar este consumo em ficha própria fornecida pela

Integrado(s)

Sadia



Sadia. Considerando que este consumo é exclusivo para atender a demanda de consumo próprio da família do **Integrado**, a quantidade máxima acima estipulada aplica-se mesmo que o **Integrado** possua mais que 1 (um) aviário em integração com a **Sadia**, ou seja, mesmo que o **Integrado** possua, por exemplo, 2 (dois) aviários em integração com a **Sadia**, será lhe facultado utilizar para consumo próprio, no máximo, a quantia de 20 (vinte) frangos considerando os 2 (dois) aviários;

3.7 Acidentes com as Aves

Adequar as instalações, equipamentos e procedimentos de forma a prevenir possíveis acidentes com as aves e insumos fornecidos pela **Sadia**;

3.8 Mortalidade de Aves

Comunicar à **Sadia**, no prazo máximo de 3 (três) horas, quando ocorrer mortalidade anormal de aves, para que esta possa, em tempo hábil, verificar a causa e tomar providências técnicas possíveis e necessárias, sem que tais providências acarretem para a **Sadia** qualquer espécie de responsabilidade no evento;

3.9 Fornecimento de Insumos

Fornecer água de boa qualidade, tratada, protegida; energia elétrica; combustível para aquecimento das aves (gás, lenha, etc.); material para a formação da cama (maravalha, serragem e outros) com qualidade assegurada;

3.10 Vias de Acesso

Garantir condições de tráfego nas vias de acesso ao aviário, de forma a permitir a realização do transporte das *aves de um dia*, rações e aves, permanentemente;

3.11 Material para Análise

Permitir e facilitar que a **Sadia** realize a coleta de amostras dos lotes de aves entregues, bem como da água empregada na criação das aves, e submetê-las a qualquer tipo de análise laboratorial que julgar necessária;

3.11.1 Do acompanhamento das coletas das amostras

Fica facultado ao **Integrado** o acompanhamento das coletas das amostras que a **Sadia** julgar por bem realizar;

3.11.2 Da coleta de amostras pelo **Integrado** ou por Terceiros

Garantir que a coleta de qualquer amostra, para fins de análise, seja pelo **Integrado** ou por terceiros, somente seja feita com a autorização por escrito da **Sadia**;

3.12 Direito de Preferência

Assegurar para a **Sadia** o direito de preferência na compra da parte de aves que lhe couber em razão do presente Contrato, observadas as condições de preço no mercado da região;

3.13 Comunicação da Intenção de Receber sua Quota em Aves Vivas

Comunicar à **Sadia**, antes do alojamento do lote, sua intenção de não vender a parte das aves vivas que lhe será cabível quando da partilha;

3.14 Acompanhamento da Engorda

Facilitar para a **Sadia** o acompanhamento da criação das aves, assegurando-lhe livre e permanente acesso à propriedade e instalações onde o plantel está sendo criado, bem como lhe permitir realizar auditoria, a qualquer momento;

Integrado(s)

Sadia



3.15 Recebimento dos Insumos

Realizar a conferência, no momento do recebimento; das rações, aves (pintos de um dia), medicamentos e vacinas fornecidos pela **Sadia**, comunicando-lhe qualquer anormalidade encontrada;

3.15.1 Da não conformidade

Não havendo comunicação de anormalidade no prazo de 12 (doze) horas, será considerado como correto o envio de insumos como descritos nas Notas Fiscais;

3.16 Destinação dos Insumos

A não dar para a ração, medicamentos, vacinas fornecidos pela **Sadia** qualquer outra destinação que não seja a alimentação e cuidados com as aves objeto do presente;

3.17 Produtividade do Integrado (Performance)

A obter produtividade mínima, ou seja:

- a) Produção de no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento) calculado sobre o percentual básico cabível ao **Integrado** (Cláusula 6.2.1.), já ajustado para a idade do abate, para cada lote produzido;
- b) Nos últimos 12 (doze) meses de produção, resultados superiores a média prevista para o **Integrado**, em no mínimo 30% (trinta por cento) dos lotes abatidos;

3.18 Retirada das Aves da Propriedade do Integrado

3.18.1 Presença obrigatória

Estar presente no momento em que as aves serão retiradas pela **Sadia**;

3.18.2 Preparação do aviário para apanha das aves

Deixar o aviário preparado para a apanha das aves, antes da chegada do caminhão, tudo de acordo com as instruções da **Sadia**;

3.19 Apanha das Aves

3.19.1 Obrigação pelos Serviços de Apanha das Aves

Compromete-se o **Integrado**, a disponibilizar os equipamentos para o carregamento e mão-de-obra para apanhar as aves, de acordo com as recomendações técnicas;

3.19.2 Da Execução dos Serviços de Apanha das Aves

3.19.2.1 Da Contratação de Terceiros

O **Integrado**, a seu exclusivo critério e expensas, poderá contratar terceiros, pessoa física ou jurídica, para a prestação dos serviços especializados de carregamento (apanha) de aves, desde que atendam todas as exigências legais, quer de ordem trabalhista, previdenciária, tributária, etc, e em especial que possam atender as exigências técnicas quanto aos modos preventivos de lesões das aves, garantindo o bem-estar e o conforto das mesmas, e por consequência, a qualidade do produto no abatedouro, sob pena de retenção dos valores resultantes da venda de sua parte do resultado da partilha do respectivo lote de aves, por parte da **Sadia**, facultando à mesma, a rescisão antecipada do Contrato por falta de condições essenciais de execução do mesmo, uma vez que o serviço de apanha das aves em conformidade com a legislação em vigor é condição essencial do Contrato;

Integrado(s)

Sadia



3.19.2.2 Do Custeio pela Contratação de Terceiros e outras obrigações

Além do cumprimento da obrigação de pagamento de 50% (cinquenta por cento) do custo da contratação de terceiros para a execução dos serviços de apanha, o **Integrado**, compromete-se, ainda, a observar o que segue:

- a) Fornecer as informações técnicas necessárias, para a execução dos serviços objeto deste contrato;
- b) Fornecer energia elétrica e iluminação adequada no local dos serviços;
- c) Fornecer água e estrutura adequada para molhar as aves, e responsabilizar-se pela operação de molhar as aves;
- d) Fornecer os meios necessários ao carregamento (canos, bancadas, etc...);
- e) Manter as vias de acesso em condições de trafegabilidade;
- f) Disponibilizar cercas divisórias do aviário, para auxiliar no apanha;
- g) Supervisionar o carregamento de modo que sejam aplicadas práticas preventivas quanto a lesões das aves, garantindo o bem estar e o conforto das mesmas, e por consequência, a qualidade do produto no abatedouro;
- h) Disponibilizar a documentação fiscal necessária ao transporte das aves;
- i) Juntamente com a empresa contratada, por ocasião de cada carregamento, proceder as devidas anotações na planilha de controle do carregamento do lote;
- j) Manter as aves em jejum, por tempo a ser determinado pela **Sadia** conforme as normas da fiscalização do Ministério da Agricultura;

3.19.3 Autorizações Especiais

3.19.3.1 Para Desconto de Valores e Pagamento de Terceiros pela Prestação de Serviços de Apanha

O **Integrado**, expressamente, autoriza a **Sadia**, no momento em que esta proceder o pagamento de sua parte pelos serviços de apanha executados pela empresa prestadora de serviços, também o faça em seu nome, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal acompanhada dos comprovantes de recolhimento dos tributos devidos, deduzindo o respectivo valor da parte que lhe toca na partilha dos resultados dos lotes de aves que lhes forem entregues e vendidos, em face do presente Contrato de Parceria para Produção Avícola Integrada;

3.19.3.2 Para Participar do Processo de Negociação com Terceiros

Considerando que a **Sadia** é co-responsável pelo pagamento do custo da tarefa de apanha das aves (50%), esta, está desde já autorizada pelo **Integrado**, a participar das negociações no processo de contratação da empresa prestadora de serviços, inclusive representando-o, se necessário;

3.20 Condenação das Aves

Concordar que sejam realizadas deduções do lote entregue, considerando-se o número de animais que não atendam às exigências do Serviço de Inspeção Federal – SIF, bem como com as deduções estipuladas no item 6.4.2.2;

3.21 Sucessão

Esclarecer que a **Sadia** não fornecerá aves para aquele que o suceder na posse do imóvel onde será realizado o objeto do presente, pois este Contrato vence-se antecipadamente no caso da perda ou transferência da posse de referido imóvel pelo **Integrado**, qualquer que seja o motivo na forma do disposto no Item 7.1 “d”.

Integrado(s)

Sadia



4 Do Sistema Sadia de Produção (SSP)

4.1 Faculdade do Integrado em Adotar o Sistema Sadia de Produção (SSP)

Considerando que:

- a) O mercado consumidor prima por produtos desenvolvidos sob a observância de normas de biossegurança, segurança alimentar, bem estar animal, rastreabilidade, ambiental e sanitária. A observância destas normas exige adequação da propriedade e bom manejo dos animais;
- b) O resultado da criação e terminação depende, essencialmente, dos cuidados dispensados pelo **Integrado** aos animais. A adequação da propriedade, instalações e equipamentos para o desenvolvimento da atividade avícola e o aprimoramento qualitativo das aves entregues para abate, pressupõe investimento;
- c) As aves de melhor qualidade possibilitam maior poder de barganha perante o mercado consumidor, possibilitando, inclusive, melhores resultados econômicos na atividade avícola;
- d) A necessidade de se restabelecer as normas em respeito aos resultados econômicos obtidos em face das aves criadas e engordadas até terminação, e disponibilizadas, com maior valor agregado.

É facultado ao **Integrado**, adequar ou não a propriedade, instalações e equipamentos para o desenvolvimento da atividade avícola e o aprimoramento qualitativo das aves entregues para abate.

4.2 Das Obrigações do Integrado em respeito ao Sistema Sadia de Produção (SSP)

Estando o **Integrado** disposto a adotar o Sistema Sadia de Produção (SSP) e, por consequência, investir para criar e engordar até terminação, de forma a disponibilizar para a **Sadia**, aves de melhor qualidade, além das obrigações constantes no item 3, acima, obriga-se o **Integrado**:

4.2.1 Instalações e Equipamentos

Adequar, dispor e fornecer a propriedade, instalações e todos os equipamentos necessários para a atividade, de modo a atender as normas de biossegurança, segurança alimentar, bem estar animal, rastreabilidade, ambiental e sanitária, conforme necessidades técnicas exigidas pelo mercado, variações climáticas, nutricionais e genéticas, orientadas pela **Sadia**, discriminadas no "Questionário de Avaliação do SSP" (ANEXO III).

4.3 Normas de Qualidade

Dispensar todos os cuidados necessários e indispensáveis para a criação e terminação das aves, observando normas técnicas, bem como as normas de biossegurança, segurança alimentar, bem estar animal, rastreabilidade, ambiental e sanitária, discriminadas no referido "Questionário de Avaliação do SSP" (ANEXO III).

5 Do Prazo

O presente Contrato é celebrado por prazo indeterminado, podendo ser rescindido por qualquer das partes, sem que lhe acarrete quaisquer ônus, mediante notificação à outra parte, por escrito, com antecedência mínima de 1 (um) lote, sob pena de indenização no valor correspondente a renda de 1 (um) lote, calculado a partir da média da renda obtida pelo **Integrado** nos últimos 3 (três) lotes entregues à **Sadia**.

6 Do Resultado

Declararam as partes contratantes que possuem pleno conhecimento do conteúdo da presente cláusula, a qual foi amplamente debatida e consensada. Declararam, outrossim, que tem pleno conhecimento de que as demais fórmulas, até então utilizadas para aferição dos resultados estão plenamente revogadas a partir deste momento.

Integrado(s)

Sadia



6.1 Premissas da Fórmula de Calcular a Renda

São as seguintes, as premissas da fórmula de calcular a renda entre as partes, de forma proporcional ao custo aplicado por cada uma das partes para produzir 1 (um) lote de frangos:

- a) Os custos suportados pela **Sadia** para produzir um lote de frangos são da ordem de 93% (noventa e três por cento) do custo total;
- b) Os custos suportados pelo **Integrado** são da ordem de 7% (sete por cento) do custo total;
- c) O efeito dos fatores externos ao processo do **Integrado** que afetam o desempenho e o volume de produção do lote de frangos, como sexo das aves, linhagem, peso médio dos pintos alojados e idade de abate serão considerados, com objetivo de minimizar seus efeitos no resultado do lote;
- d) Os avanços genéticos e nutricionais serão incorporados aos resultados esperados, de acordo com a evolução dos resultados obtidos;
- e) Sempre que um determinado grupo de aves ou um determinado grupo de lotes de frangos for alimentado com rações diferenciadas, estes lotes poderão ser tratados separadamente no acerto, de acordo com o tipo de rações fornecidas, como se fossem animais diferentes, inclusive no valor do quilograma de frango vivo;
- f) Os resultados previstos para mortalidade em função da idade prevista de abate e conversão alimentar ajustada serão disponibilizados no máximo a partir do quinto dia útil após o alojamento de cada lote;
- g) Todos os lotes que não superarem ao resultado mínimo (itens 3.17 e 6.4.3) não serão considerados na estatística do resultado obtido para comparação com o resultado previsto para um determinado período de alojamento; e
- h) Os resultados previstos para mortalidade e conversão alimentar ajustada para cada sexo das aves e para cada tipo de ração fornecida aos animais serão estimados pela **Sadia**, que definirá a meta prevista para quando do abate dos referidos lotes, tendo como base o potencial das linhagens.

6.2 Definições Específicas para Apuração do Resultado

6.2.1 Percentual básico cabível ao **Integrado**:

Este percentual foi definido pela proporcionalidade de participação de cada parte no custo de um lote, considerando que a **Sadia** participa com as *aves de um dia*; rações; medicamentos; vacinas; desinfetantes; transportes das *aves de um dia*, das rações e das aves para abate; assistência técnica; e parcialmente com a apanha e carregamento das aves. O **Integrado** participa com as instalações (depreciação); água; energia elétrica; fonte de aquecimento; substrato para cama; mão-de-obra; parcialmente com a apanha e carregamento das aves; manutenção; e outros. O percentual básico varia conforme o sexo das aves, devido ao ganho de peso diferenciado de machos e fêmeas e com objetivo de minimizar o efeito do sexo das aves que compõe o lote no resultado do mesmo.

6.2.2 Ajuste do percentual cabível ao **Integrado** em função da idade do lote abatido

Quando um lote apresenta-se com uma determinada idade, a manutenção deste lote por um ou mais dias em criação ou a antecipação da data de abate em um ou mais dias, apresenta variação dos volumes de produção e de custos de produção de forma diferenciada. Como o **Integrado** não define a idade de abate do lote, sendo esta variável em detrimento das necessidades do mercado e planejada pela **Sadia**, o presente ajuste tem como objetivo minimizar o efeito da idade média do lote por ocasião do abate no resultado do mesmo.

6.2.3 Ajuste do percentual cabível ao **Integrado** em função da mortalidade.

O objetivo de ajustar o percentual cabível ao **Integrado** em função da mortalidade percentual obtida no lote é o de estimular a obtenção de índices baixos de mortalidade e, para isto, cada peso médio dos pintos de um determinado sexo e de um determinado tipo de animal, terá uma expectativa de mortalidade em função da idade em que o lote será abatido.

Integrado(s)

Sadia



6.2.4 Ajuste do percentual cabível ao Integrado em função da conversão alimentar ajustada, das linhagens e do peso médio dos pintos de um dia que compõem cada lote.

A conversão alimentar real do frango de corte varia em função do peso médio em que as aves são abatidas. Para facilitar a análise comparativa dos resultados, todas as informações de conversão alimentar serão ajustadas para um mesmo peso vivo, que foi definido como sendo um peso vivo de 2,0 kg (dois quilogramas).

6.2.4.1 Definições:

Para compreender este ajuste, são definidos a seguir alguns termos que fazem parte destas análises:

- **CAR** (Conversão Alimentar Ajustada Referencial): corresponde ao resultado médio esperado ou apresentado pela(s) linhagem(s) que for definida pela **Sadia** como referência (melhor linhagem, maior participação na Unidade ou Grupo, potencial produtivo). Para a linhagem eleita, o fator de ajuste na **CAR** será igual a zero. Para as demais linhagens, a **CAR** será obtida mediante aplicação do ajuste do efeito da linhagem.
- **CARL** (Conversão Alimentar Real do Lote): corresponde ao resultado da divisão do consumo total de ração do lote, em kg, pelo peso vivo total das aves entregues no abatedouro, em kg.
- **PM** (Peso Médio): Peso Médio do lote corresponde ao resultado da divisão do peso vivo total das aves entregues, em kg, pelo número total de aves entregues no abatedouro.
- **CAP** (Conversão Ajustada Prevista): Corresponde ao resultado esperado em termos de conversão alimentar ajustada para cada lote alojado (contempla a **CAR**, o ajuste para peso de pinto e linhagem).
- **CAA** (Conversão Alimentar Ajustada do Lote): todos os dados de conversão alimentar serão ajustados para um peso vivo de 2,0 kg (dois quilogramas), através da adoção de um índice de ajuste da conversão real em função da variação do peso médio. Estes índices, que poderão ser alterados se os resultados obtidos demonstrarem real necessidade, são os seguintes, de acordo com o sexo das aves:

Sexo das aves	Índice de Ajuste da Conversão pela Variação do Peso Médio
Machos	4,0
Fêmeas	3,0
Mistos	3,5

Exemplo da aplicação dos índices acima:

No caso de machos, o índice acima significa que a cada quatro gramas de variação no peso vivo, a conversão alimentar será ajustada em um grama.

Este ajuste tem por objetivo estimular a busca de eficiência na transformação da ração em ganho de peso dos animais, tendo em vista que as rações representam de 60% (sessenta por cento) a 70% (setenta por cento) do custo de produção do lote de frangos.

Desta forma, para cada lote alojado a **Sadia** informará a **CAP** para o lote em quilogramas, que corresponde a **CAR** mais o ajuste previsto para cada linhagem(s) e peso médio dos *pintos de um dia* que compõe o lote.

- a) a conversão ajustada referencial (**CAR**) será informada pela **Sadia** para cada quinzena de alojamento. Entende-se como primeira quinzena, o período compreendido entre o primeiro dia do mês e o décimo quinto dia do mesmo mês e como segunda quinzena, o período que compõe o restante do mês.
- b) O ajuste para linhagem será informado de acordo com a(s) linhagem(s) que compõe cada lote e o valor do ajuste para cada linhagem variará de acordo com os resultados que cada linhagem estiver apresentando. Entende-se por linhagem ou raça, uma população de animais selecionados geneticamente, de forma a ter caracteres genéticos semelhantes em toda a população. As linhagens são conhecidas pelas marcas, como ROSS 308, COBB 500, ARBOR ACRES, etc., que poderão ser codificadas por números.
- c) O efeito do peso médio dos pintos em termos de conversão alimentar ajustada será adequado de acordo com os resultados obtidos e informado por ocasião do alojamento de cada lote. O peso médio dos pintos obtidos no incubatório será expresso em gramas e sempre como um número inteiro. O peso médio dos pintos, por ocasião do alojamento, afeta o ganho de peso do lote e também a conversão alimentar do mesmo. Como os pintos de menor peso apresentam menores ganhos de peso e piores índices de conversão alimentar, é fundamental a busca de um recurso

Integrado(s)

Sadia



que permita minimizar o efeito do peso médio dos pintos no resultado do lote. Para obter este ajuste, será acompanhado o efeito do peso médio dos pintos no desempenho das aves, para cada sexo de cada tipo de animal. Com os efeitos obtidos, será estimado o impacto necessário em termos de conversão alimentar ajustada para neutralizar ou minimizar o impacto do peso médio dos pintos no resultado do lote.

- CAO (Conversão Alimentar Ajustada Obtida): é a média geral de Conversão Alimentar Ajustada dos lotes abatidos em um determinado período já ajustada para linhagem.

6.2.5 Ajuste do percentual cabível ao *Integrado* em função dos processos e procedimentos:

Cada vez mais os clientes e consumidores estão exigindo, além da qualidade final percebida no produto, que os processos e procedimentos estejam em condições de atender a princípios de bem-estar animal, rastreabilidade, biossegurança, segurança alimentar e meio ambiente.

Os processos e os procedimentos de cada *Integrado* serão avaliados através de uma lista de verificação (questionário de auto-avaliação e auditoria) que será preenchida pelos técnicos da *Sadia* a pedido do *Integrado*, quando este entender que está habilitado a obter o ajuste. Sempre que o *Integrado* cumprir 100% (cem por cento) dos itens críticos e de 85% (oitenta e cinco por cento) a 90% (noventa por cento) dos itens importantes (a critério da *Sadia*), terá direito a um ajuste de 10% (dez por cento) sobre o percentual básico do que lhe couber na partilha.

Esta lista de verificação (ANEXO II ao presente) poderá ser alterada pela *Sadia* de acordo com as exigências de mercado, porém, as alterações realizadas somente serão aplicadas após 3 (três) meses de seu conhecimento pelo *Integrado*.

6.2.6 Complemento relativo a diferença do lote anterior

A projeção dos resultados previstos para conversão alimentar ajustada referencial (CAR) será estimada no final da quinzena anterior ao alojamento dos *pintos de um dia*, que servirá de referência para os lotes alojados na quinzena seguinte.

Por Exemplo: no final da segunda quinzena de janeiro, será projetada a CAR para todos os lotes que serão alojados na primeira quinzena de fevereiro. Estes lotes serão abatidos durante os meses de março/abril. A média geral de conversão alimentar ajustada obtida (CAO) pelos lotes alojados em uma determinada quinzena, já ajustada para efeito das linhagens, será comparada com a CAR para aqueles lotes, podendo ocorrer duas situações: a média geral da CAO ser igual ou melhor do que a CAR; ou, a média geral da CAO ser pior do que a CAR. Sempre que a segunda situação ocorrer, isto é, a média geral da CAO pelos lotes alojados em uma quinzena for pior do que a CAR para aqueles lotes, a participação do *Integrado* no resultado do lote será recalculada para os lotes que superaram ao resultado mínimo, considerando-se para os lotes como CAR, a média geral de conversão alimentar ajustada obtida (CAO) pelos lotes já ajustada para efeito das linhagens, conforme acima. A diferença entre as duas equações, em quilogramas de frango vivo, será acrescida na participação do *Integrado* no lote seguinte como complemento do lote anterior (CLA), ou pago como complemento extra em caso de se tratar do último lote do *Integrado*.

6.3 Fórmula para Cálculo de Pagamento:

A fórmula encontra-se discriminada no ANEXO I ao presente.

6.4 Ajuste do percentual cabível ao *Integrado* em função dos processos e procedimentos de qualidade, bem-estar animal, rastreabilidade, biossegurança, segurança alimentar e meio ambiente – Sistema Sadia de Produção (SSP)

Sem prejuízo do que consta nos itens acima, visando apurar o resultado do *Integrado* que adotar o Sistema Sadia de Produção (SSP) e atender os princípios de bem-estar animal, rastreabilidade, biossegurança, segurança alimentar e meio ambiente, os processos e os procedimentos de cada *Integrado* serão avaliados através de uma Lista de Verificação (Questionário de Avaliação do SSP - ANEXO III) que será preenchida pelos técnicos da *Sadia* a pedido do *Integrado*, quando este entender

Integrado(s)

Sadia



que está habilitado ao resultado diferenciado pelas adequações dos aviários, atendimento dos procedimentos e qualidade das aves, como abaixo se expõe:

6.4.1 Pelas Adequações:

- a) Ratificando o contido no item 6.2.5, sempre que o **Integrado** cumprir 100% (cem por cento) dos itens "**CRÍTICOS**" e no mínimo 85% (oitenta e cinco por cento) dos itens "**IMPORTANTES**", requisitos estes exigidos pelo mercado, discriminados na "**Lista de Verificação**" no ANEXO II. Será considerado como **ADEQUADO** e terá direito a um acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o percentual básico que lhe couber na partilha;
O contido neste item terá vigor, tão somente até 31 de dezembro de 2006. A partir desta data, o ajuste por adequação, será devido tão somente para as categorias "**ADEQUADO NÍVEL 1**" e "**ADEQUADO NÍVEL 2**" (ANEXO III);
- b) Sempre que o **Integrado** cumprir 100% (cem por cento) dos itens "**CRÍTICOS**" e no mínimo 85% (oitenta e cinco por cento) dos itens "**IMPORTANTES**", discriminados no **Questionário de Avaliação do SSP (ANEXO III)**, será considerado como **ADEQUADO NÍVEL 1**, terá ele direito ao acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o percentual que lhe couber na partilha;
- c) Sempre que o **Integrado** cumprir 100% (cem por cento) dos itens "**CRÍTICOS**" e no mínimo 85% (oitenta e cinco por cento) dos itens "**IMPORTANTES**", discriminados no **Questionário de Avaliação do SSP (ANEXO III)**, e possuir piso de concreto ou asfalto, perfeitamente conservado, será considerado **ADEQUADO NÍVEL 2**, terá ele direito ao acréscimo de 35% (trinta e cinco por cento) sobre o percentual que lhe couber na partilha. Para que o **Integrado** possa se candidatar a adequação nível 2, necessitará de autorização prévia e por escrito da **Sadia**;
- d) Os ajustes acima discriminados não serão devidos, quando o lote de aves entregue, calculado na fórmula em vigor, não superar a renda mínima estabelecida em conformidade ao item 6 deste "**Contrato**".

6.4.2 Pela Qualidade das Aves:

6.4.2.1 Itens de Qualidade das Aves

Para efeitos deste contrato, considera-se como AVES DE QUALIDADE, quando alcançarem os seguintes resultados, por ocasião da entrega das aves na plataforma do abatedouro da **Sadia**:

- a) Se o lote de aves entregue, não ultrapassar o limite de 15% (quinze por cento) das aves, com "calo de pés", na avaliação realizada por profissional da empresa no abatedouro;
- b) Se o lote de aves entregue, não ultrapassar a 1.2 (uma virgula duas) vezes o valor da média obtida no mês anterior de perdas por condenações (totais e/ou parciais), para o mesmo tipo de ave, por causas agropecuárias, na avaliação realizada pelo Serviço de Inspeção Federal, por ocasião do abate do respectivo lote de aves.

6.4.2.2 Do Ajuste pela Má Qualidade das Aves:

Considerando que a adoção dos procedimentos técnicos é fundamental para a obtenção da qualidade da produção e considerando que o manejo inadequado afeta a qualidade da produção, gerando perdas pela má qualidade, as partes pactuam que a partir de 01 de janeiro de 2006, **independentemente da adequação da propriedade, instalações e equipamentos**, se o lote de aves entregue, ultrapassar os limites mínimos de qualidade acima identificados (Item 6.4.2.1), haverá ajuste, proporcionalmente às perdas apuradas, como segue:

I. Para o item "a" (calo de pés):

Se o percentual (%) de calo de pés ultrapassar o limite acima especificado de 15% (quinze por cento) das aves, adotar-se-á a seguinte fórmula:

VALOR DO AJUSTE, em % (percentual): Se PCPR > 15%: % Ajuste para calo de pés = (PCPR - 15) x 0,015 Se PCPR <= 15%: % Ajuste para calo de pés = Zero
--

Integrado(s)

Sadia



Sendo que:

PCPR = Percentual de Calo de Pés Real (em percentual).

Obs: Se o percentual (%) de calo de pés do lote não ultrapassar o limite acima especificado de 15% (quinze por cento), não haverá ajuste.

II. Para o item "b" (Perdas por Condenação):

Como perdas por condenações por causas agropecuárias, serão consideradas todas as perdas por condenações com perda total das aves (condenação total), somadas com as perdas por condenações com perda parcial das aves (condenação parcial). No caso das condenações parciais, será considerado como perda, 20 por cento do percentual obtido pelo lote.

Para efetuar o ajuste de perdas por condenações adotar-se-á a seguinte fórmula:

VALOR DO AJUSTE em % (percentual): Se $PCR > PCM \times 1,2$: %Ajuste para condenações = $PCR - (PCM \times 1,2)$ Se $PCR \leq PCM \times 1,2$: % Ajuste para condenações = Zero

Sendo que:

PCR = Perdas por Condenação Real do lote, em percentual.

PCM = Perdas por Condenação Meta, em percentual.

Obs.: Se as Perdas por Condenação Real (PCR) forem menores do que 120% das Perdas por Condenação do mês anterior ($PCM \times 1,2$), não haverá ajuste.

III. O limite dos ajustes pela má qualidade das aves aplica-se até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do percentual cabível ao **Integrado** antes da aplicação dos ajustes pela má qualidade da aves, não podendo restar valor menor ao obtido como lote mínimo, desde que todos os procedimentos tenham sido atendidos.

6.4.2.3 Acompanhamento das Avaliações

É facultado ao **Integrado** o acompanhamento das avaliações dos itens de adequação e qualidade das aves, contidos no "Questionário de Avaliação do SSP" (ANEXO III), e avaliações de qualidade das aves por ocasião da entrega do lote na plataforma do abatedouro da **Sadia**.

6.4.3 Do Resultado Mínimo para o lote

O **Integrado** não atingindo a produtividade mínima prevista no item 3.17, letra "a", e desde que haja o cumprimento de todas as demais obrigações contidas neste contrato, convencionou-se como resultado mínimo para o lote, o percentual de 65% (sessenta e cinco por cento) aplicado sobre o percentual básico cabível ao **Integrado** (item 6.2.1), já ajustado para a idade de abate.

6.5 Revisão da Lista de Verificação

O "Questionário de Avaliação do SSP" (ANEXO III) poderá ser alterado pela **Sadia** de acordo com as exigências de mercado, porém, as alterações realizadas somente serão aplicáveis após 3 (três) meses de seu conhecimento pelo **Integrado**.

Integrado(s)

Sadia



7 Da Rescisão

7.1 Da Rescisão pela Sadia

O presente Contrato poderá ser rescindido pela **Sadia**, sem que lhe acarrete quaisquer ônus e sem necessidade de comunicação prévia ao **Integrado** quando:

- a) Os resultados obtidos pelo **Integrado** não superarem a produtividade mínima prevista na Cláusula 3.17, ou seja:
 - (1) Quando, no período de 12 (doze) meses, ocorrer 3 (três) lotes com produção, em cada um deles, inferior a 65% (sessenta e cinco por cento) calculado sobre o percentual básico cabível ao **Integrado** (Cláusula 6.2.1), já ajustado para a idade do abate; e
 - (2) Quando, nos lotes produzidos nos últimos 12 (doze) meses, mais de 70% (setenta por cento) dos lotes ficarem com resultado inferior a média prevista para cada um dos lotes abatidos.
- b) O **Integrado** aplicar qualquer tipo de alimento, medicação, medicamento e/ou vacina às aves contrariando a legislação vigente e/ou sem a anuência por escrito da **Sadia**;
- c) O **Integrado** der para a ração, vacina e medicamentos fornecidos pela **Sadia** qualquer outra destinação que não seja a alimentação e aplicação com as aves, objeto do presente;
- d) O **Integrado** deixar de deter a posse do imóvel e das instalações, qualquer que seja o motivo, onde será realizado o objeto do presente;
- e) O **Integrado** descumprir qualquer das obrigações contidas no item “3.5”, que trata sobre normas de biossegurança, ambiental e sanitária;
- f) Em caso de supressão ou paralisação das atividades, transferência, venda ou fechamento da unidade de produção do grupo econômico da **Sadia**, qualquer que seja o motivo;
- g) Em caso de falecimento do **Integrado**;
- h) Em caso de insolvência notória do **Integrado** e/ou decretação de falência, se este for pessoa jurídica;
- i) Pelo inadimplemento pelo **Integrado** de qualquer cláusula ou condição do presente.

7.2 Da Rescisão pelo Integrado

O presente Contrato poderá ser rescindido pelo **Integrado**, sem que lhe acarrete quaisquer ônus e sem necessidade de comunicação prévia, quando:

- a) A **Sadia** não fornecer as rações, vacinas, medicamentos ou deixar de prestar a assistência técnica e veterinária necessária;
- b) Pelo inadimplemento pela **Sadia** de qualquer cláusula ou condição do presente;
- c) Pela decretação da falência da **Sadia**.

8 Da Multa, Perdas e Danos

8.1 Da multa, perdas e danos pelo inadimplemento

As partes fixam multa em valor equivalente a 10% (dez por cento) calculada sobre o somatório da renda obtida pelo **Integrado** nos lotes entregues nos últimos 6 (seis) meses de vigência do presente, ou sobre o período que o mesmo vigir, se inferior a 6 (seis) meses, devidamente corrigidos, de acordo com a variação do IGP-M da FGV, para a parte que o inadimplir, além de conferir à parte inocente a faculdade de obter ressarcimento por perdas e danos, inclusive morais, custas e honorários advocatícios, decorrentes da inadimplência.

8.2 Da multa, perdas e danos pelo descumprimento das cláusulas “3.4”, “3.12.” e “3.16”.

Em caso de descumprimento da Cláusula “3.4”, e sendo constatada a presença de substâncias proibidas ou não autorizadas pela **Sadia**, ou ainda, aplicadas acima do permitido pela legislação, além da rescisão automática do Contrato como disposto na Cláusula “7.1” acima, e das perdas e danos

Integrado(s)

Sadia



decorrentes, a multa ora acordada será alterada para 20% (vinte por cento), o mesmo ocorrendo no caso do descumprimento das Cláusulas “3.12” e “3.16”.

9 Disposições Gerais

9.1 Cessão de Direitos

É vedado a quaisquer das partes transferir os direitos e obrigações assumidas no presente Contrato a terceiros, sem a expressa permissão da outra parte;

9.2 Novação

Qualquer tolerância ou concessão das partes no transcorrer do Contrato não constituirá novação ou precedente invocável por qualquer das partes;

9.3 Ilegitimidade ou Impossibilidade de Execução Parcial

Se qualquer dispositivo deste Contrato ou sua aplicação, em qualquer extensão, for considerada ilegítima ou não passível de execução, o restante do contrato não será afetado por tais motivos;

9.4 Da Eficácia dos Considerandos

As premissas descritas no tópico “Considerandos” deste Contrato, constituem, para todos os fins de direito, parte integrante e inseparável do mesmo, devendo subsidiar e orientar, seja na esfera judicial ou extrajudicial, qualquer divergência que venha a existir com relação ao aqui pactuado.

9.5 Forma de Alteração

Este Contrato só poderá ser modificado ou alterado por instrumento assinado por ambas as partes;

9.6 Da Notificação

Qualquer notificação a ser efetuada por qualquer das partes, deverá ser formalizada por escrito e entregue no endereço do preâmbulo deste, mediante protocolo de recebimento;

9.7 Da Revogação de Acordos Anteriores

O presente Contrato revoga, integralmente, quaisquer acordos celebrados anteriormente, quer verbais ou escritos, que envolvam as partes contratantes no concernente a contrato de parceria avícola, concedendo os contratantes reciprocamente, plena e irrevogável quitação das relações jurídicas anteriores, declarando nada terem a reclamar, seja a que título for:

9.8 Das Negociações e Concordâncias

As partes declaram e garantem, espontânea e incondicionalmente, que ao assinarem o presente instrumento:

- a) Não estão obrigadas a fazê-lo por razões econômico-financeiras emergenciais;
- b) Tomaram conhecimento com antecedência bem como discutiram e decidiram sobre todas as cláusulas e especialmente sobre a fórmula de calcular a renda;
- c) Estão de acordo com todas as cláusulas estabelecidas;
- d) Não têm qualquer interesse diverso ou contrário a elas ou que poderiam impedir, prejudicar ou revogar o cumprimento do que ficou ajustado por meio do presente instrumento;

9.9 Da Conformidade

O **integrado**, para todos os fins e efeitos de direito, dentro do sistema da livre iniciativa, isto é, agindo por conta e risco próprios, declara ter conhecimento de todos os termos, condições e peculiaridades da operação objeto deste Contrato, e que com eles está plenamente de acordo. A **Sadia**, por seu lado, não efetua nenhuma promessa, firma compromisso ou assegura os resultados do presente ou margens de lucro do **integrado** em decorrência deste Contrato.

Integrado(s)

Sadia



9.10 Da Confidencialidade

A *Sadia* e o *Integrado* obrigam-se a tratar como confidenciais todas as informações relacionadas aos produtos e assuntos que vierem a ter conhecimento em razão do presente e das condições deste, durante sua vigência e mesmo após o seu término sendo vedada sua divulgação, qualquer que seja o meio utilizado.

9.10.1 Da Vigência da Obrigação de Confidencialidade

A obrigação de confidencialidade permanecerá em vigor independentemente da rescisão ou rescisão do presente.

9.11 Da Autonomia Negocial

9.11.1 Da Natureza da Relação Jurídica

Nenhuma das condições deste Contrato pode ser entendida como meio de constituir uma sociedade entre as partes. Em todas as atividades decorrentes deste Contrato, cada parte deverá indicar claramente que age em nome próprio e não é representante da outra parte, não podendo em nome dessa outra parte assumir qualquer tipo de responsabilidade, seja contratual ou de outra natureza.

9.11.2 Do Pessoal

Cada uma das partes, isolada e não solidariamente, responderá exclusivamente por suas próprias obrigações de empregador, principais e acessórias. Nos casos previstos em lei, os desembolsos ou reembolsos que uma parte fizer por falta imputada à outra, serão compensados na primeira apuração de contas que suceder ao fato.

10 Do Foro

De comum acordo, as partes contratantes elegem o foro da comarca de Concórdia, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir qualquer questão advinda do presente Contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Concórdia, 01 de Março de 2006.

Ass: _____
SADIA S.A.

Ass:

Ass.:

TESTEMUNHAS:

Ass: _____

Ass: _____

Nome:		Nome:	
R.G.Nº:	Órgão emissor:	R.G.Nº:	Órgão emissor:
C.P.F. Nº:		C.P.F. Nº:	



ANEXO F
DOCUMENTOS

Assunto	Documento (referência)
1. Número de habitantes em Concórdia.	CORRESPONDÊNCIA de Segundo Dalla Costa, Prefeito Municipal de Concórdia, a Plácido Olímpio de Oliveira, Secretário do Interior e Justiça de SC, 1935. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1935.
2. Revista Integração editada em São Paulo: Em seu 1ª editorial ressalta o modelo de Integração.	REVISTA Integração, São Paulo, n.1, ago. 1978. Arquivo da Indústria Sadia.
3. Foto mostrando os primeiros pintos adquiridos pela Empresa Sadia, observados por Ivo Reich, à esquerda. Arquivo da Indústria Sadia. BOLETIM AVÍCOLA, 1º edição, outubro, 1976.	BOLETIM Avícola. 1. ed. Concórdia: Sadia Concórdia S.A. Indústria e Comércio, Outubro/1976. Arquivo da Indústria Sadia.
4. O Vale do Rio do Peixe – retrospecto comparativo do progresso Agrícola e Industrial de 1943.	“O VALE do Rio do Peixe – Retrospecto comparativo do progresso Agrícola e Industrial”, 1943. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1943.
5. Noticiário nº 02 da Federação das Associações Rurais de SC – Arquivo Municipal de Concórdia.	NOTICIÁRIO. Florianópolis: Federação das Associações Rurais de Santa Catarina, 20 abr. 1948, n. 2. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1948.
6. Informativo sobre produção agrícola e pecuária de Concórdia em 1941. Arquivo Municipal de Concórdia.	PIRES, João Estivallet. Responde Circular nº 19 de 14/7/1941. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1941.
7. Motivos para a celebração de um acordo entre o Ministério da Agricultura, o estado de Santa Catarina e o Município de Concórdia para a execução de serviços públicos relativos a fomento agropecuário.	EXPOSIÇÃO de motivos para a celebração de um acordo entre o Ministério da Agricultura e o município de Concórdia do estado de Santa Catarina para a execução de serviços públicos relativos ao fomento agropecuário. Concórdia: Prefeitura Municipal, 1951. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1951.
8. Acordo celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Prefeitura de Concórdia para a modernização agrícola em 1954.	RELATÓRIO dos serviços executados no município de Concórdia SC, consoante acordo celebrado entre o Ministério da Agricultura e o referido município. Março de 1954. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1954.

9. Fontana pede ao senhor Waldemar Franzmann vistoria aos proprietários que receberam exemplares da raça DUROK-JERSEY em 1951.	CORRESPONDÊNCIA n. 182/S, de Attilio Fontana, prefeito municipal, a Waldemar Franzmann, Intendente Distrital de Arabutã, 06 dez. 1951. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1951.
10. Prefeitura recolhe suínos Durok alegando péssimas condições de criação em 1951.	CORRESPONDÊNCIA n. 189/S de Attilio Fontana, prefeito municipal, a José Mascarello, colono, 24 dez. 1951. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1951.
11. Decreto-Lei nº 7.449 de 09 de abril de 1945. Organização da vida rural.	BRASIL. Decreto-lei n. 7.449 de 9 de abril de 1945. Dispõe sobre a organização da vida rural. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1945.
12. Estatuto da Associação Rural válida para o estado de Santa Catarina.	ESTATUTO da Associação Rural do Estado de Santa Catarina, 1945. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1945.
13. Principais estabelecimentos industriais de Concórdia em 1940.	MUNICÍPIO de Concórdia. 1940 (documento informativo sobre os principais estabelecimentos industriais de Concórdia em 1940). Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1940.
14. Histórico da evolução do fornecimento de energia elétrica em Concórdia (1940).	SOCIEDADE Territorial Mosele, Arrons, Eberle & Cia. Seção de Luz e Força Concórdia. Declaração de Uzina Termo-Eletrica , 1940. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1940.
15. Informe à inspetoria estadual situação agropecuária e industrial de Concórdia.	CORRESPONDÊNCIA de Segundo Dalla Costa, Prefeito Municipal de Concórdia, a Affonso Maria Cardozo da Veiga, Inspetor Agrícola de Santa Catarina, 26 ago. 1955. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1955.
16. Documento informativo sobre os principais estabelecimentos industriais de Concórdia em 1940.	MUNICÍPIO de Concórdia. 1940 (documento informativo sobre os principais estabelecimentos industriais de Concórdia em 1940). Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1940.
17. Enciclopédia dos municípios Brasileiros – Dados econômicos e geográficos de Concórdia – 1950.	IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros , 1959.
18. Instalação de um Posto de Criação suína em Concórdia.	SECRETARIA de Viação, Obras Públicas e Agricultura – Estado de Santa Catarina.

	Correspondência encaminhada ao Prefeito Municipal Fioravante Massolini, Florianópolis, 17 de junho de 1950. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1950.
19. Justificativa para mecanização da lavoura – 1948.	MESBLA Sociedade Anônima. Correspondência encaminhada ao Prefeito Municipal de Concórdia. Rio de Janeiro: abr. 1948. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1948.
20. Prefeitura de Concórdia pede apoio financeiro da S/A Indústria e Comércio Concórdia para construção de aeroporto.	CORRESPONDÊNCIA n. 44/Cm, do Prefeito Municipal de Concórdia ao Vereador Napoleão Dequech, presidente da Câmara de Vereadores. Concórdia, 14 de julho de 1956. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1956.
21. Exposição de suínos = amostras de raças aprimoradas.	INFORMATIVO da Segunda Exposição estadual do Trigo e Primeira Municipal de Suínos. Publicado pela Comissão de Propaganda na Rádio de Concórdia em 22/09/1953. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1953.
22. Informativo sobre as Exposições de Trigo e Suíno.	INFORMATIVO da 2ª Exposição Estadual do Trigo e 1ª Municipal de Suínos à realizar-se em Concórdia – Capital do Trabalho de 6 a 8 de dezembro de 1953. 18 nov. 1953. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1953.
23. Justificativa para angariar recursos financeiros para a II Exposição Municipal de Suínos.	JUSTIFICAÇÃO a IIA. Exposição Municipal de Suínos. 1956. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1956.
24. Deputado Fontana busca recursos públicos para a II Exposição Nacional de Suínos.	ASSOCIAÇÃO Brasileira de Municípios. Of. 266/60 encaminhado ao Prefeito Municipal Fioravante Massolini. 1960. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1960.
25. Apoio estadual para a II Exposição Municipal de Suínos em Concórdia – 1956.	GABINETE do Prefeito. Fioravante Massolini. 22 set. 1956. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1956.
26. Endereço da Associação Catarinense de Criadores de Suínos.	CONCÓRDIA. OF./027/60, 05 fev. 1959. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1959.
27. Noticiário Nº. 01 da Federação das Associações Rurais de SC.	NOTICIÁRIO. Florianópolis: Federação das Associações Rurais de Santa Catarina, 15 abr. 1948. n.1. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1948.

28. Dados Econômicos de Concórdia, a “Capital do Trabalho”.	DADOS sobre Concórdia, cognominada “Capital do Trabalho”, 02 out. 1956. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1956.
29. Nº de suínos e produção Industrial em Concórdia – I.	CERTIDÃO. Concórdia: Agência Municipal de Estatística, 1956. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1956.
30. Nº de suínos e produção Industrial em Concórdia – II.	BANCO do Brasil S. A. Dados Oficiais, 1956. Arquivo Histórico do Município de Concórdia, 1956.

Número de habitantes em Concórdia

08

20

Abril

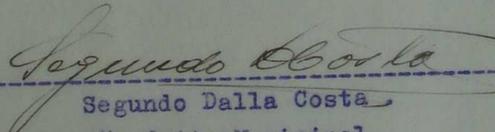
5.

Exmo. Snr. Secretario.

Dou em meu poder vossa circular sob nr. 15, de 25 de Março do ano em curso, na qual V. Excia. me solicita dados estatísticos.

Cumprindo a essa determinação que me faz V. Excia. informo que a superficie do municipio é de 3.000 Km. quadrados, sendo que sua população é calculada em 25.000 habitantes.

Renovo a V. Excia. os meus protestos de alta estima e distinta consideração.



Segundo Dalla Costa
Prefeito Municipal.

Ao Exmo. senhor Dr.
Placido Olimpio de Oliveira, D; D. Secretario do Interior
e Justiça?florinopolis

Revista Integração editada em São Paulo: Em seu 1ª editorial ressalta o modelo de Integração



Foto mostrando os primeiros pintos adquiridos pela Empresa Sadia, observados por Ivo Reich, à esquerda. Arquivo da Indústria Sadia. BOLETIM AVÍCOLA, 1º edição, outubro, 1976.

	<p style="text-align: center;">BOLETIM AVÍCOLA</p> <p style="text-align: center;"><i>Sadia-Concórdia</i> S.A.</p> <p style="text-align: center;">INDÚSTRIA E COMÉRCIO</p>	<p style="text-align: right;">1</p> <p style="text-align: right;">OUTUBRO 1976 1ª EDIÇÃO</p>
<p style="text-align: center;"><i>Integração Avícola de Concórdia Completa 16 Anos (1960 A 1976)</i></p>		
<p style="text-align: center;">IVO F. REICH: O HOMEM QUE TEVE A CORAGEM DE INTRODUZIR A AVICULTURA INTEGRA- DA EM CONCÓRDIA, CONFIANDO EM NOSSA GENTE!</p> <div style="text-align: right;">  </div>		
<p><i>A história de nossa Avicultura começou assim:</i></p>		
	<p>DIA 11 DE JUNHO DE 1958, EXATAMENTE ÀS CINCO HORAS DA TARDE, CHEGARAM EM CONCÓRDIA AS PRIMEIRAS MATRIZES . ERAM APENAS 250 PINTINHOS DE UM DIA. INICIAVA ASSIM, UMA ATIVIDADE AVÍCOLA QUE TRARIA PARA A REGIÃO DE CONCÓRDIA UMA EXCELENTE FONTE DE RENDA AO NOSSO AGRICULTOR.</p> <p>O DINAMISMO E O ENTUSIASMO DE TODOS , SEMPRE ALIADOS À FILOSOFIA <u>TERRA- HOMEM- TÉCNICA</u>, FIZERAM DE CONCÓRDIA, O MUNICÍPIO QUE MAIS PRODUZ FRANGOS DE CORTE NO BRASIL .</p> <p style="text-align: right;">(Na foto, as primeiras aves matrizes observadas por Ivo Reich)</p>	
<p style="text-align: center;">"A PACIÊNCIA FIRMA O PÉ ESQUERDO , A CONFIANÇA FAZ ANDAR O DIREITO ."</p>		

C Ó P I A.

-I-

O Vale do Rio do Peixe - Retrospecto comparativo do Progresso
Agrícola e Industrial.

O Vale do Rio do Peixe está situado na zona Oeste do Estado de Santa Catarina e sua posição geográfica, com relação ao globo terrestre, é a seguinte:

Longitude: entre 7 graus e 30 minutos e 9 graus ao Oeste do meridiano de Rio de Janeiro.

Latitude: entre 26 graus e 30 minutos e 27 graus e 30 minutos ao Sul do Equador.

O Vale do rio do Peixe estende-se a ambos os lados do rio do mesmo nome, que forma suas nascentes na assim denominada serra do Espigão, percorrendo em rumo sud-sueste 300 quilômetros e desembocando no rio Felotas, cuja confluência com o dito rio do Peixe forma o Rio Uruguái, servindo este último de divisa natural entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Devido a irregularidade do seu leito, produzindo inúmeras cascatas, cachoeiras e alguns saltos, o rio do Peixe não é navegável apesar do seu grande volume d'água que bem poderia no seu dorso carregar embarcações pequenas.

Os barrancos do rio nos cursos médio e inferior são por causa do efeito lento mas contínuo da erosão altos a quasi à pique.

O vale do Rio do Peixe apresenta variações bem pronunciadas do norte ao sul quanto altitude, fertilidade do solo, configuração do terreno e clima.

A parte norte que corresponde ao curso superior do rio tem uma altitude média de 900 metros sobre o nível do mar, a fertilidade do solo não é da melhor, o terreno é ondulado até ligeiramente dobrado e o clima é agradável no verão e de um frio intenso no inverno, acompanhado de fortes geadas e nevadas.

A parte mediana que corresponde exatamente ao curso médio do rio tem uma altitude média de 700 metros acima do nível do mar, a fertilidade do

so

segue:

sólo é boa, o terreno é dobrado e o clima é agradável tanto no verão como no inverno.

A parte sul que corresponde ao curso inferior do rio tem uma altitude média de 450 acima do nivel do mar, a fertilidade do sólo é ótima, o terreno, em geral, é mui acidentado e pedregoso, as aguas correntes, como sangas, ribeirões, arroios e correços formam cachadas fundas e o clima é mui to quente no verão e é frio invernal de uma humidade penetrante dev. de a densa cerração proveniente da evaporação das aguas superficiais do rio amornadas pelos raios solares durante o dia e, portanto mais quentes do que o ar gelado nas noites longas e ráspidas do inverno.

Os multissimos afluentes do rio do Feixe que estão banhando as regiões afastadas do vale aumentam gradativamente o volume d'agua do mesmo, de maneira que o curso inferior do rio do Feixe é de uma largura imponente-100 metros e mais precipitando-se as aguas em turbilhões com rapidez vertiginosa nas épocas de cheia.

Os afluentes mais importantes do rio do Feixe são as seguintes:
Na margem esquerda - Rio Caçador, Rio Castelhanos, Rio das Antas, Rio das Pedras, Rio Herval e Rio Leão;

Na margem direita - Rio Preto, o volumoso Rio 15 de Novembro, Rio São Bento, Rio Estreito, Rio Limeira, Rio Pinheiro, e Rio 37 Passos.

Em tempos não muito remotos o vale do Rio do Feixe estava pouco habitado, estendendo-se enormes sertões sórtuos com suas vastas e escuras matas riquissimas em fauna e flora silvestre, onde ainda andavam indigenas caçando com suas flechas impolidas com força e rapidez certa teira da corda tesa do arco vergado sob o pulso nervudo do atirador cuidadoso alvejando com segurança mortífera a caça escolhida.

Forcos de mato, taitetús, veados, pacas, a pesada anta, celeros esquilos, coatis guinchantes, bugios berradores, engr. cados rícos, gatos selvagens, jaguatirícas, onças pardas e a temível onça pintada com seu urro medonho que faz gelar o sangue nas veias, aves das mais variadas cores, desdeo minúsculo e multicolor beljafior até o grande jacú, cuja carne é um

apreciado peíisco, a lontra com sua pele procurada para artefactos; a grande mussurana o terror das cobras peçonhentas, como a cascavel com seus guiros, a jararaca, a temível cotiara e a enorme urutú; aranhas minúsculas até a gigantesca e peluda migala, a matadora de passarinhos; lagartos grandes e agressivos com sua papada amarela, os assim chamados teju-assús ou semente teiús; peixes que abundaram nas águas do rio do Peixe, d'ahi o nome, como dourados, trairas, suruvis, cascudos, jeanunhas e lambaris. Todos esses mamíferos, aves, reptis e peixes representam uma ínfima parte da entáo variadíssima fauna das selvas do Oeste-Catarinense.

Arvores gigantescas, como pinheiros, embuias, guajuviras, guacatongas, guabijús, anjicos, louros, grapiunhas, tarumãs, açoita-cavalos, cedros, canelas, jeribás, butiás, cerejeiras, guabirobas, muitíssimas plantas com suas belas flores das mais variadas cores, encantadoras orquídeas com seu odor e lindo colorido e cipós trepadeiras enlaçando os troncos das arvores em forma de espiral igual ao movimento estrangulador da gigantesca jibóia, o cipó Chumbo, cipó de cobra, cipó milhomen e cipó suma: todos eles fazem parte da vastíssima flora silvestre brasileira.

A pioneira da actual florescência agrícola e industrial neste vale do Rio do Peixe foi indubitavelmente a estrada de ferro da Rede de Viação Paraná Santa Catarina, cujos trilhos de bitola estreita acompanham a margem esquerda do rio do Peixe, com excepção de um trecho perto da estação ferroviária de Pinheiro Preto, onde a linha passa por um túnel, desde a estação de Galmon até a estação fronteira de Marcelino Ramos, no Estado do Rio Grande do Sul, atravessando o Rio Pelotas sobre uma ponte de ferro n'um comprimento total de 480 metros corridos, uma das obras primas de engenharia.

Na inauguração da dita estrada de ferro acharam se edificadas as seguintes estações ferroviárias: no vale do Rio do Peixe: Galmon, Presidente Pena, Rio Caçador, Rio das Antas, Rio das Pedras (Rio Perdizes), Rio Bonito, Herval, Rio Capinzal, Rio do Peixe e Rio Uruguái.

segue:

Devido as enormes distâncias, naquela época, de uma estação a outra e por causa das matas densas com suas árvores prodigiosas que margeavam a linha ferrêa e ameaçavam de se precipitarem rancorosos sobre o seu inimigo de aço que lhes roubou a tranquilidade nel nobília do sertão com o apito atrojador das locomotivas, com o ruído monótono das rodas ao passarem nas emendas dos trilhos e com o assobio estridente produzido pela fricção das rodas contra os frisos nos trechos curvilíneos, traziam os trens passageiros, em cada vagão, dentro de uma caixa com tampa de vidro pregada na parede: um machado, uma picareta e uma serra, para que essas ferramentas pudessem, em caso de emergência, servir para a desobstrução da linha de árvores caídas sobre os trilhos arrancadas pelos vendavais.

Politicamente o Vale do Rio do Peixe estava, após a cessação dominial do Contestado, sob a jurisdição de 4 municípios e comarcas a saber: o extremo norte pertencia a comarca de Porto União e uma parte, Rio Caçador e interior, a comarca de Curitiba; as faixas mediana e sulista estavam sob a administração dos municípios de Campos Nôvos na margem esquerda do rio do Peixe, e de Cruzeiro na margem direita do mesmo rio.

Logo, após a inauguração do tráfego interestadual da estrada de ferro da então Companhia S. P. São Paulo Rio Grande, começaram vir os primeiros colonos, instalando se nas terras fertilíssimas, subdivididas pela companhia em lotes rurais de 10 alqueires, fazendo roças de mata para o plantio de feijão e milho, falquejando taboas lacadas e tirando taboinhas para a construção de casas rústicas, forrando poteiros com cercas de racho e de varas roliças e dando caça intrépida as feras carnívoras da selva para a proteção do animal doméstico.

Nos primeiros anos da terceira década deste século vinte a colonização no vale fora tomando mais impulso, vindo principalmente colonos do Estado vizinho do Rio Grande do Sul, onde se notava um começo de superpopulação colonial.

O Governo do Estado, os Municípios e as empresas colonizadoras rasgaram estradas, caminhos e picadões nas entranhas do sertão, chamando a

atenção dos colonos, vindo assim para este vale ondas sucessivas de agricultores afelto com os trabalhos pesados da terra bruta.

Os povoados relativamente pequenos nas estações originariamente demarcados pela dia. Estrada de Ferro começaram de aumentar em tamanho com a afluência de novos moradores, erguendo se casas e mais casas e instalando se comerciantes para comprarem a troco de suas mercadorias, em geral, produtos coloniais, como feijão, milho, trigo em mui pequena escala, batatinha inglesa, suínos e seu derivado a banha bruta e alfafa, como também produtos da primitiva industria colonial, como o açúcar mascavo e a cachaça ou aguardente, derivados da cana plantada nos climas mais quentes do vale e a herva mate que provem das herveiras silvestres, cujas folhas apalhadas verdes e depois de sapecadas em fogo rápido de labareda ficam submetidas ao processo especial de secagem nos assim chamados barbaquês, onde, depois de secas são reduzidas a pó por meio de cancheamento com facão de pau.

Foi assim feito o primeiro passo para o progresso agrícola e industrial no vale do Rio do Paixe.

Mas, como entraram nestes sertões recém explorados colonos bons e trabalhadores vieram também se refugiar criminosos, dos mais vil assassinos até os espalhafatosos valentes, provocando rixas em toda parte, matando a tiros ou a facada a sua vítima escolhida, sómente para poder saborear o extertor do moribundo, morte agonizante essa que era para aqueles degenerados um espetáculo de maximo prazer.

Um homem espertalhão, analfabeta, mas possuidor de uma extraordinária intelligência natural, e de um magnetismo pessoal para dominar as massas, agrupara em redor de si todos esses naufragos da vida, criminosos perseguidos pela justiça, tornando-se esse homem o "manda chuva" do sertão e apelidando se "coronel".

Foi ele que ajudou reprimir em fins de 1900, com energia cruel, a assim chamada revolta do "Baiano". Naquels tempo foram cometidos as maiores atrocidades, como degolamentos, mutilações horripilantes e também o suplicio agonizante da fogueira.

segue:

Um pequeno episódio do qual sou testemunha ocular dá uma ideia dos sofrimentos de muitos sertanejos iludidos pela então politicagem do antigo Contestado.

Foi um dia de frio cortante no mês invernal de junho do ano de 1921 quando eu e meus camaradas saímos do nosso acampamento de turma de medição, erguido no meio do sertão nas margens do rio do Engano, estalando sob os nossos passos a grama gelada, para abrir-mos, a balizas, uma linha divisória entre dois lotes rurais, previamente apontada de acôrde com os cálculos elaborados no desenho da planta levantada do respectivo polígono. Ao abrir-mos, então, aproximadamente 300 metros de picada apresentou-se nos um quadro horrivelmente triste e emocionante: o cadaver de uma mulher ainda moça e completamente vestida, caída de braços amparava segurando entre os braços inertes uma creancinha de peito, como para protegê-la contra algozes invisíveis. É de supôr que a pobre criatura tivesse, para fugir de prováveis suplícios, os quais o seu marido talvez já experimentara, corrido mata a dentro com seu filhinho mais novo, onde meia perdida morrera de frio e de inanição.

A zona da margem esquerda do rio do Peixe sob a então jurisdição das comarcas de Porto União e de Cruzeiro compreende as terras, como é sabido, do antigo Contestado e daí todos esses movimentos dos assim chamados "fanáticos".

A própria sede da comarca de Cruzeiro mudara seguidamente de lugar, ora em Catanduvas (antigo Cruzeiro), 28 quilômetros distante da linha férrea, ora em Limeira (hoje Cruzeiro) em frente da estação de Herval.

Naquele tempo o município de Cruzeiro tivera uma pessima fama de completa insegurança, de maneira que muitos industrialistas que cubiçaram de empregar o seu capital em obras lucrativas em benefício da coletividade nesta zona de muito futuro, deixaram de fazê-lo temendo de perderem, além do capital empregado também a vida em virtude do banditismo reinante.

segue:

Como, entretanto, o Bem vence sempre, mais cedo ou mais tarde sobre as forças do Mal, o bandoleirismo foi desaparecendo. Os mais valentes pereceram de morte violenta e os mansos, porém traicões e prevaletidos quando acompanhados por capangas, foram enchendo as cadeias públicas e a penitenciária.

A vista deste ambiente mais calmo no município de Cruzeiro e outras a agricultura e principalmente as indústrias foram progredindo a passos largos.

No norte do vale surgiram inúmeros engenhos de serra para exploração dos vastíssimos pinhais e embuias, serrando tanto em taboas como em pranchas e exportando as por via ferrêa ou via marítima para o norte do país - São Paulo e Rio de Janeiro - e para o sul na República Argentina. .

Os italo-brasileiros dedicaram-se a cultura da videiras para a fabricação de vinho colonial por métodos então rústicos: no sul do vale plantou-se muita cana de açúcar e mandioca, instalando-se muitos alambiques para a fabricação de cachaça e atafonas para o feitiço da farinha de mandioca. Além do açúcar mascavo, um derivado da cana foi considerável a fabricação da rapadura - açúcar emprensado em pequenos tijolinhos - que naquele tempo tivera muita saída, pois tropeiros vinham de muito longe, cavalgando pelo picadões íngremes, estreitos e barrentos no tempo das chuvaradas, levando no lombo de suas bestas milhares de rapadura e barrichões de cachaça para venderem aos seus conterrâneos os doces apreciados e o líquido embriagador com lucros fabulosos.

Moinhos movidos na sua maioria à força hidráulica forneciam aos colonos farinha de trigo e de milho, produto da moagem dos cereais de sua própria colheita.

Além de milho, feijão, lentilhas, cevada, mandioca, cana de açúcar, arroz, trigo e alfaça os colonos plantaram também em redor de suas moradias árvores frutíferas, como laranjeiras, bergamoteiras, limceiras, limoeiras, noqueiras, caquizeiros, cecueiros, macieiras, pereiras e bananeiras.

segue:

De outro tópicos os colonos iniciaram, em grande escala, a plantação do tabaco, fabricando de suas folhas o conhecido fumo em corda, desde o afamado "amarelinho" até o "macalo", fumo preto de pessima qualidade.

Devido a afluência de novos colonos ao Vale do Rio do Peixe, na maioria procedentes do Estado vizinho do Rio Grande do Sul, formaram-se, afora de muitos núcleos coloniais, povoados e vila a longo da linha ferrêa é a Cia. Estrada de Ferro, por conseguinte, se viu obrigada de construir estações intermediárias para poder melhor atender o transporte de mercadorias, de madeira de pinho serrado e de produtos coloniais que estavam sendo abarrotados nos armazens das então poucas estações ferroviárias mui distantes uma da outra. Assim foram inauguradas as estações intermediárias de Adolfo Konder (entre Presidente Fena e Rio Caçador), de Pinheiro Preto (entre Perdizes e Rio Bonito), de Barra do São Bento- hoje Itapuí- e de Bom Retiro (entre Rio Bonito e Herval), de Barra Fria e Barra do Leão (entre Herval e Rio Capinzal), de Barra do Pinheiro (entre Rio Capinzal e Rio do Peixe e de Volta Grande (entre Rio Uruguái e Marcelino Ramos).

Fundaram se também núcleos urbanos e vila fronteiras ás vilas nas estações ferroviárias, a saber: Sant'Elmo em frente de Rio Caçador, Rio Preto em frente de Rio das Antas, Vitória em frente de Perdizes, Bom Retiro nos ambos os lados do Rio do Peixe, Ouro em frente de Rio Capinzal, Ipira- embora um pouco retirado- em frente de Rio do Peixe e Bela Vista- hoje Esteves Junior- em frente de Rio Uruguái.

No ano de 1930 foi inaugurada uma ponte de cimento armado, com um vão livre de 67 metros corridos, sobre o Rio do Peixe, ligando a vila de Herval (estação) no município de Campos Nôvos com a atual cidade de Cruzeiro, sede da comarca do mesmo nome. A dita cidade de Cruzeiro, antigamente chamada "Limeira" ^{que} foi em tempo não muito longinquo um vilazinha apesar de sede de comarca, iniciou a sua carreira vertiginosa de um progresso espantoso sob o patrocínio do Regime novo de 1930.

segue:

A cidade de Cruzeiro de hoje é uma das mais importantes e modernas cidades do Oeste Catarinense.

Afora de muitas estradas secundárias foram construídas as seguintes vias de comunicações terrestres mais importantes : de Caçador a Curitiba num trajeto de 90 quilômetros, de Cruzeiro a Xapacó no comprimento de aproximadamente 180 quilômetros, de Herval a Campos Novos num percurso de 60 quilômetros e de Volta Grande a Concórdia num total de 42 km.

Foram criadas muitas escolas primárias, estaduais e municipais onde as matrículas dos alunos foram suficientes para a alfabetização das novas gerações do vale.

Por uma revisão territorial pelo Governo do Estado foi notada a conveniência do desmembramento dos atuais municípios neste vale devido a vasta extensão territorial dos mesmos com sua sempre crescente população. Por decreto Governamental foram, então, criados, nos meados da quarta década deste século, primeiro o município de Caçador, formado pelo desmembramento de 4 municípios; Porto União, Curitibaanos, Campos Novos e Cruzeiro, com sua sede a cidade de Caçador composta pelas vilas de Rio Caçador e São João, e segundo o município de Concórdia, formado pelo desmembramento do município de Cruzeiro, com sua sede a cidade de Concórdia, 42 quilômetros distante da linha férrea.

As novas cidades dos então recém criados municípios, passaram logo a comarcas e tomaram, em seguida, um impulso considerável de prosperidade. Caçador que fora uma vila de poucas casas de madeira e de alguns caschres ficou, em poucos anos, uma cidade importante no vale contando agora mais de 200 casas. Em virtude da alta do preço da madeira de pinho serrado estão somente dentro do município de Caçador trabalhando e devidamente registradas mais de 100 serrarias.

Gracas a segurança benfazeja que estamos sentindo com desafogo desde 10 de Novembro de 1937 começou tambem o progresso agrícola e industrial neste vale tomar proporções extraordinárias, sofrendo, entretanto, relativamente um pequeno reves, pela formidável e rápida enchente do rio de

Feixe em fins de Junho de 1939. Chuvas torrenciais que caíam sobre essa região durante dois dias e duas noites, sem interrupção, desencadearam a furia indomável dos correços, arroios, ribeirões, lagoados e riosinhos, precipitando com vertiginosa rapidez o alagamento de muitas vilas e povoados, desabando, arrancando e arrastando casas, galpões, pontões e pontilhões, desenraizando árvores marginais e dando o seu tributo raríssimo ao magestoso rio do Feixe que, então no espaço de menos de 24 horas tomou um aspecto assustador e sinistro, subindo numa crescente 9 á 10 metros acima do nível normal do leito, trasbordando, sobressaltando as ondas sobre ondas em turbilhões espumantes até a linha ferrêa, cobrindo a parcialmente e causando assim, além da paralização do tráfego durante uns 15 dias, consideráveis prejuízos nas estações de Herval, Rio Capinzal, onde ficou completamente danificada a ponte pénsil, de Rio do Feixe de Rio Uruguái e de Volta Grande. Em Herval a cheia do rio chegou de cobrir as cabeceiras da ponte de cimento armado, tendo a, portanto, patentenda a solidez de sua construção. As 4 fotografias abaixo que apanhei aqui em Esteves Junior exatamento no auge da enchente dão uma ideia do espetáculo grandioso das forças da natureza .

Nóvas pontes construídas sobre o rio do Feixe, a saber: duas em Caçador, uma em Rio das Antas, uma em Perdizes, uma em Pinheiro Preto, uma ponte baixa em Rio Bonito, uma em Barra Fria e finalmente uma aqui, ligando esta vila de Esteves Junior com a de Rio Uruguái , representam um fator de valioso progresso, pois elas dispensam a passagem demorada e as vezes perigosa nas balsas de canôas ou de caixão.

Á instrução pública foi dedicada uma especial atenção pelo Governo do Estado. Escolas primárias, colégios, grupos escolares e ginásios estão sendo fundados para a alfabetização e para a nacionalização da juventude brasileira neste vale. Os maristas desempenham um papel importante no ensino secundário da mocidade oeste-catarinense.

O amparo e o conforto religioso do povo, na maioria católica, estão sendo ministrados no norte do vale por sacerdotes seculares e no sul segue:

pelos abnegados frades da ordem franciscana nas inúmeras capelas do interior enviadas ali temporariamente das varias paróquias fundadas e sujeitas a administração eclesiástica da Diocese de Lages.

A cidade de Concórdia, sede do município do mesmo nome, está de parabéns pois recentemente foi consagrada pelo exmo. prelado, Dom Daniel, bispo diocesano de Lages a nova igreja matriz, um templo magestoso de Cristo, construída inteiramente de material, uma obra prima arquitetônica.

O auxilio médico e cirúrgico a acidentados ou a pessoas acometidas por doenças agudas e perigosas é imediato e esperançoso graças a existencia de diversas casas de saúde com salas de operações modernamente instaladas e dirigidas por médicos competentes neste vale.

O progresso madeirense está chegando ao seu ponto culminante. Afóra de centenas de serrarias estão trabalhando febrilmente, dia e noite, fabricas de caixas, laminadoras e 1 fábrica de fósforos em Herval.

3 fundições para ferro gusa, 1 em Caçador, 1 em Herval, 1 em Rio do Feixe, várias oficinas mecânicas e grandes ferrarias contribuem pesadamente para o progresso industrial desta zona.

A viticultura está tomando um novo rumo. As cantinas vinícolas em funcionamento nas zonas propensas a plantação de videiras neste vale, estão comprando a produção de uvas dos colonos para a fabricação de um tipo de vinho de bom paladar e exportavel fora do Estado. Um dos vinhos mais apreciados é a marca "Ebaixador" proveniente de uma das cantinas de Perdizes.

A criação e a engorda de suínos, em grande escala, nas zonas rurais estão proporcionando lucros consideraveis aos colonos criadores, em vista da alta do preço que as fábricas de banha e frigoríficos estão pagando. Neste vale estão em pleno funcionamento 3 frigoríficos, um em Perdizes, um em Herval e um em Rio do Feixe. A quarta, a maior das tres, está sendo construída em Concórdia e será brevemente inaugurada.

Assim como o Governo Federal está amparando, cada vez mais, as classes trabalhadoras, vem prestando também a sua atenção a agricultura, instalando

segue:

instalando Campos Experimentais - um perto de Cacador - que fornecem aos colonos sementes escolhidas da própria terra para o plantio principalmente trigo, que, graças às providências do Governo em estipular um preço básico por cada unidade de trigo, conforme seu peso específico, está sendo ^{de}delta em terra o precioso cereal em quantidade cada vez maior, de maneira, que dentro de poucos anos, as colheitas de trigo nacional serão provavelmente suficientes para o consumo interno do País.

A estrada de ferro está tomando novas ruelas após a sua incorporação ao Patrimônio Nacional. Muitas novas estações intermediárias surgiram para o mais fácil descongestionamento do trafego dos trens de carga e número cada vez maior.

Assim, além das estações já mencionadas foram fundadas mais as seguintes: Engenheiro Leite Ribeiro - onde está o Campo Experimental - e Cel. Tibúrcio Cavalcante (entre Rio Cacador e Rio das Antas), Princesa Isabel e Gramado (entre Rio das Antas e Ferdizes), General Goes (entre Rio Bonito e Itapuí), Iteororó (entre Nerval e Barra Fria) e Avaí (entre Rio Capinzal e Barra do Pinheiro).

Uma relativa nova indústria, a fabricação de Pasta Mecânica, está tomando um surto neste vale devido os lucros consideráveis que este ramo de indústria proporciona aos produtores relativamente.

Outro sinal de progresso civilizador é a instalação de luz elétrica em quasi todas vilas a longo da linha férrea e nas cidades do interior. O importante salto do rio do Peixe, 9 km. aquém de Cacador, com uma queda de 20 metros aproximadamente, está sendo explorado, sendo instalado ali uma usina elétrica para fornecer luz e força a cidade de Cacador e arredores.

O Vale do Rio do Peixe no Oeste Catarinense com seu progresso agrícola e industrial inconfundível está contribuindo para o engrandecimento deste Estado de Santa Catarina e para a grandeza do Brasil, país de grandes possibilidades, cuja independência agrícola e industrial está se tornando uma realização benéfica sob a augusta direção do preclaro Chefe da Nação.

Esteves Junior, mês de Abril de 1943.

Alceu Frinck

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS - DE - SANTA CATARINA

NOTICIÁRIO

FLORIANÓPOLIS - EST. SANTA CATARINA - ANO 1 - 20 DE ABRIL DE 1948 - Nº 2
FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS - A Diretoria da Federação está assim

constituída; Presidente: Lauro Fortes Bustamante; 1º Vice-Presidente: José Nicolau Born; 2º Vice-Presidente: Tiago Vieira de Castro; 3º Vice-Presidente: Heitor Wedekin dos Santos; 1º Secretário: João Batista de Abreu; 2º Secretário: Manoel Firminio de Melo; 1º Tesoureiro: Ivo Montenegro; 2º Tesoureiro: Antonio Salum - Diretores Técnicos: Afonso Maria Cardoso da Veiga, Apolonio Theophilo Bouret, Domingos Emerides Bezerra da Trindade, Moahyr Tomé de Oliveira e Altamir G. de Azevedo.

ORLEÃES - A F.A.R.S.C. recebeu telegrama do senhor Otto Pfitzenreuter, comunicando ter sido eleito Presidente da Associação Rural de Orleães. Ao deixar a presidência da A.R. de Orleães o Sr. Francisco Puccini, recebeu da F.A.R.S.C. expressivo telegrama de agradecimento pelos relevantes serviços prestados a vida rural de Orleães por Sua Senhoria.

FLORÉSTA - Conserva atua mata, livrando-a de incendios e de cortes desnecessários, porque assim estás protegendo o teu País!

OVOS - Os ovos ferteis começam a germinar na temperatura de 20,5º. Os ovos de granja devem ser conservados em depósito entre 4,5 e 13º

O INSTITUTO NACIONAL DO MATE E SUA ORGANIZAÇÃO - Orgão a que está afeto todo o setor da economia brasileira, o Instituto foi organizado, num sentido objetivo das sua finalidades. Ultimado que foi o reajustamento do seu serviço à nova organização, de modo a tornar o Instituto Nacional do Mate, não apenas um órgão de propaganda, como sempre se pensou que ele seria, mas, também um órgão técnico, especializado em tudo que diga respeito ao mate, em todos os sentidos, foram traçados planos de trabalho, no sentido de aperfeiçoamento das atividades ervateiras e cooperar com outros órgãos - bancos, empresas de transporte, etc. - para melhoria das condições vigentes. Assim, a Secção de Produção e Industria caberá estudar o produto em sí, desde a árvore, até a entrega ao consumo público, e mais os processos de colheita, preparo e beneficiamento, que tão intimamente dizem com o produto. Ai o mate será objeto não apenas de pesquisas químicas mas de rigoroso exame que permita oferecer ao consumidor um produto nas melhores condições higienicas e de conservação. Serão devidamente encaradas os processos de preparo que acreditamos possam ainda ser aperfeiçoados no sentido da racionalização dos trabalhos e baretaemento do produto. A Secção de Comercio e Transporte caberá estudar as condições em que o comercio do mate é feito. nos antigos mercados ou possa ser em novos, tributações a que estiver

sujeito, capacidade de consumo e aquisitiva, seguros, transações bancárias, embalagem, acordos diplomáticos, preços. Os transportes, quanto aos meios e tarifas, já nas zonas produtoras, já na distribuição para o consumo, terão também, nesta secção, exame cuidadoso, para as sugestões que as circunstâncias aconselharem. À Secção de Controle e Estatística, caberá os aspectos de atividade cruteiras referentes aos indivíduos que a eles se dedicam. Além dos serviços de estatística, registro, cadastro, de indústrias e produtores, quotas e crédito para eles ou respectivas entidades coletivas, orientação de ação educativa, são atribuições desta secção. (Extraído Economia do Mate: - Pags. 13-14)

FEIRA DO MERCADO - DIA 20 DE ABRIL DE 1948

<u>MERCADORIA</u>	<u>PREÇOS</u>			
	kilos	sacos	latas	preços
Mercadorias e seus preços				
Milho.....	60	saco		85,00
<u>FARINHAS</u>				
Farinha de mandioca.....	45	saco		90,00
Farinha de mandioca especial...	45	saco		95,00
Farinha de milho.....	40	saco		90,00
<u>FEIJÃO</u>				
Feijão Preto.....	60	saco		185,00
Feijão de Cor.....	60	saco		190,00
<u>ASSUGAR</u> mascavo.....	45	saco		170,00
<u>BATATA</u> inglesa.....	50	saco		90,00
<u>BANHA</u>	19		lata	342,00
<u>XARQUES</u>				
Xarque de porco.....	1			12,00
Xarque de boi.....	1			
<u>LINGUIÇA</u>				
Linguiça tipo colonial.....	1			8,50
Linguiça tipo especial.....	1			12,00
linguiça tipo Blumenau.....	1			13,00
Salame.....	1			16,00
Tocinho.....	1			14,00
Queijo colonial.....	1			20,00
Mel de abelha.....	18			130,00
Pinhão.....	50			100,00

COENDRO - *Coriandrum Sativum* - L- As folhas e as flores do coendro são condimentos apreciados na composição de molhos e no tempero de ensopados e saladas. Entram na composição da "água de Melissa" e, como corretivo, na "medicina preta". Os frutos são aromáticos, estimulantes e estomáticos. (Extraído: Livro Brasil -Pag. 204)

Informativo sobre produção agrícola e pecuária de Concórdia em 1941. Arquivo Municipal de Concórdia

133.

31

Março

2.

ASSUNTO: Responde Circular N°19 de 14/7/1941.

Exmo. Senhor Diretor.

De ordem do Senhor Prefeito Municipal, acuso o recebimento de vosso telegrama N° 357, no qual V.Excia, solicita seja respondida vossa circular N° 19 de 14/7/41, cumpra-me informar que tão logo recebemos a circular referida, respondemos pelo ofício N° 224 de 19 de Agosto de 1941, o qual passo a transcrever:

Concordia 19 de Agosto de 1941. Exmo. Senhor Diretor. De ordem do senhor Prefeito Municipal, passo a responder a vossa circular N° 19 de 14 de Junho p.passado, somente hontem recebida, enumerando para as respectivas respostas a ordem de perguntas nela estabelecida: As principais culturas exploradas no município são: milho, trigo, feijão e fumo. MILHO: produção média anual 320.000 sacos de (60 Kgs) 7\$ o saco. FEIJÃO: produção média anual 90.000 sacos (60 Kgs) 27\$ o saco. TRIGO: produção média anual.... 40.000 sacos (60Kgs) 36\$ o saco. FUMO: produção média em corda 2.000 arrobas a 75\$ a arroba. A principal industria extrativa do município segundo dados estatísticos colhidos no ano de 1940 são: CEDRO: 2.958 duzias de taboas a 56\$000 a duzia. CEDRO: 2.00 tóras a 60\$ a tóra. LORO 70 duzias de taboas a 54\$ a duzia. GRAPIA: 731 duzias de taboas a 53\$ a duzia. PINHO 1.610 duzias a 43\$ a duzia. HERVA-MATE: 8.000 arrobas a 6\$000 a arroba. Não é explorada a pecuária neste município com fins lucrativos, este município é essencialmente agrícola, a pequena quantidade de animais existentes é empregada no consumo proprio e nos afazeres agrícolas; somente a criação de suínos constitue fator importante para o desenvolvimento da economia do município, eis as estimativas: BOVINOS: 6.000 valor per-capita 400\$. EQUINOS: 6.000 valor per-capita 400\$. JUMENTOS 300 valor per-capita 350\$. BURROS: 1.200 valor per-capita 450\$. LANIGEROS: 400 valor per-capita 25\$ e Suínos: 40.000 valor per-capita 50\$. Saudações Cordeaes. (Ass:) João Estivallet Pires-Secretario."

O officio que acima transcrevemos, foi postado no correio em data de 19 de Agosto de 1941, como observamos no livro de protocolo posta desta Repartição.

Sirvo-me do ensejo, para renovar á V.Excia, os meus protestos de muita estima e consideração.

João Estivallet Pires
Secretario.

Ao Exmo. Snr. Dr. José Arruda de Albuquerque
DD. Diretor do Serviço de Economia Rural
Rio de Janeiro.

Motivos para a celebração de um acordo entre o Ministério da Agricultura, o estado de Santa Catarina e o Município de Concórdia para a execução de serviços públicos relativos a fomento agro-pecuário

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
CONCÓRDIA, ESTADO DE SANTA
CATARINA, AO MINISTÉRIO DE
ESTADO E NEGÓCIOS DA AGRI-
CULTURA.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

PARA A CELEBRAÇÃO DE UM ACÓRDO ENTRE O MINISTÉRIO DA AGRI-
CULTURA E O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, DO ESTADO DE SANTA CA-
TARINA, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS RELATIVOS AO
FOMENTO AGRO-PECUÁRIO.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Exmo. Sr. Ministro da Agricultura:

Ao passar ás mãos de V. Excia. a proposta para a celebração de um acôrdo entre o Ministério da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Concórdia, Estado de Santa Catarina, desejamos, com a devida vênia, expor a V. Excia. as razões que levaram esta Prefeitura Municipal a apelar para os altos poderes da República.

O Município de Concórdia se situa na região oeste do Estado de Santa Catarina, possuindo uma superfície de 2.450 quilômetros quadrados, e contando com uma população de cêrca de 50.000 almas.

Embora possuindo uma configuração topográfica bastante acidentada, conta o Município com terras férteis em quase tôda a sua extensão, permitindo, destarte, uma atividade agro-pecuária intensa, pelo trabalho desenvolvido em aproximadamente nove mil propriedades rurais.

As principais atividades dos agricultores são desenvolvidas nos setores da suinocultura e triticultura, sendo o rebanho suíno estimado em mais ou menos 190.000 cabeças, e a área de cultivo de trigo cobre, atualmente cêrca de 20.000 hectares. A produção deste cereal-rei é estimada, para o corrente ano, em 235.000 sacas.

Também são de grande vulto as culturas do milho e da mandioca cujas colheitas, na última safra, de acôrdo com dados estatísticos coligidos, foram 1.015.000 sacas de milho e 77.500.000 quilos de mandioca. O cultivo da videira também apresenta significação econômica, tanto assim que a última safra foi estimada em 2.000.000 quilos.

O potencial econômico do Município recebe igualmente um grande impulso, através do trabalho de grande número de serrarias, fábricas de conservas e gorduras, e de outras industrias de vulto.

Quanto ao rebanho suíno, apesar do elevado número de 190.000 cabeças, apenas 80.000, aproximadamente, são industrializadas

anualmente, verificando-se, desta forma, uma baixa nível de produção.

Esse fenômeno estatístico tem como causa principal esse sistema rotineiro e primitivo do suínocultor, que provoca a perda de grande porcentagem do rebanho, pela deficiência de instalações e de alimentação, e pela ausência de medidas profiláticas e higiênicas.

Em consequência disso, os animais que conseguem sobreviver sob tal regime de deficiências, em geral sómente atingem o ponto normal de engorda com a idade entre dezoito e vinte e quatro meses, com evidente desperdício de alimentação, pois que, em condições verdadeiramente racionais, o tempo médio de crescimento e engorda de um suíno, conforme experiências já realizadas, oscila em nove meses.

Se os suínocultores baseassem o seu trabalho na moderna suínocultiva, esse mesmo rebanho de 190.000 cabeças poderia fornecer para o abate anual cerca de 200.000. E porque o atual sistema e método de suínocultura é dos mais rudimentares, causando baixo índice de produção e trazendo incalculáveis prejuízos á economia nacional, torna-se imperioso modernizar quanto antes este sistema de criação de suínos.

É indispensável ministrar ao suínocultor uma melhor orientação, indicando-lhe o caminho do combate eficiente ás partes e enfermidades, racionalizando-lhe a alimentação dos rebanhos e demonstrando-lhe a grande vantagem prática da observância dos mais comecinhos princípios de higiene.

Por outro lado, tal como ocorre com a criação de suínos, também a avicultura se ressentida da deficiência das condições em que se encontra. A mesma ausência de medidas tecnicamente adequadas se constata nesse setor, o que vem impedindo que as exportações de aves e ovos tomem maior vulto. É de toda a conveniência salientar que a criação de aves, neste Município, tem promissoras perspectivas, e, desde que seja tecnicamente amparada, sua produção tenderá a aumentar significativamente, graças á abundância e ao baixo custo de alimentação avícola.

No que diz respeito á triticultura, existem grandes possibilidades de serem aumentados, tanto a área de cultivo quanto o próprio rendimento por hectare. Não seria exagero afirmar-se que, com o número atual de triticultores, poderia ser cultivada uma área de terra equivalente ao dôbro da atual, e uma produção três vêzes maior! Em realidade, nosso triticultor ainda continua desconhecendo as vantagens que poderia auferir de uma aplicação, ainda que parcial, dos ensinamentos da moderna técnica agrícola.

Senhor Ministro:

Demonstrada, embora em linhas gerais, a precariedade de condições em que normalmente repousa a atividade agro-pecuária em nosso Município, e salientada a premente necessidade de ser racionalizada e aperfeiçoada a produção quer animal, quer vegetal, com evidente benefício para a economia do país, resta-nos afiançar a V.Excia. a nossa convicção de que o acôrdo pretendido há de constituir um valioso instrumento de assistência ao nosso abnegado homem da lavoura.

A finalidade precípua do acôrdo, em colaboração com os órgãos especializados do Ministério da Agricultura, seria a de levantar, qualitativa e quantitativamente, o nível de produção, especialmente de trigo e de suínos, que constituem as duas principais atividades neste Município.

Sem embargo, a assistência e as vantagens do acôrdo se estenderiam, evidentemente, a todos os demais setores da produção, através da prestação dos seguintes serviços:

I - NA PRODUÇÃO ANIMAL

- a) - difundir métodos racionais sôbre a alimentação animal;
- b) - orientar os criadores com referência á construção de estabulos, pocilgas, maternidades, encerras, poteiros, galinheiros, casas-colônia, etc.;
- c) - difundir ensinamentos relativos á higiene rural;
- d) - difundir ensinamentos relativos á profilaxia animal;
- e) - criar e distribuir reprodutores de raças melhoradas;
- f) - proporcionar constante e intensa assistência veterinária;
- g) - distribuir produtos veterinários aos criadores;
- h) - criar suínos e aves em colaboração com os criadores;
- i) - quaisquer outros trabalhos e estudos relativos á produção e ao fomento da pecuária.

II - NA PRODUÇÃO VEGETAL

- a) - distribuir sementes selecionadas;
- b) - organizar, como agricultores, campos de cooperação afim de demonstrar as vantagens da rotação de culturas e da adubação verde;
- c) - organizar lavouras com defesa do solo contra a erosão, nas propriedades agrícolas;

- d) - intensificar o reflorestamento, e a defesa e preservação das florestas;
- e) - distribuir inseticidas, fungicidas, aos agricultores, demonstrando-lhes os modernos métodos de prevenção e combate ás pragas e doenças das plantas cultivadas, e dos produtos armazenados;
- f) - introduzir, no Município, novas culturas de plantas forrageiras, de outras de interêsse economico;
- g) - proporcionar assistência agrônômica constante e intensiva aos agricultores;
- h) - quaisquer outros trabalhos e estudos referentes ao fomento agrícola.

Senhor Ministro:

Ao finalizarmos a exposição de motivos que impeliram esta Prefeitura Municipal a propor a realização dêste acôrdo com o Ministério da Agricultura, desejamos manifestar nossa confiança no alto espírito empreendedor de V.Excia., em considerar o alcance patriótico e benéfico do empreendimento.

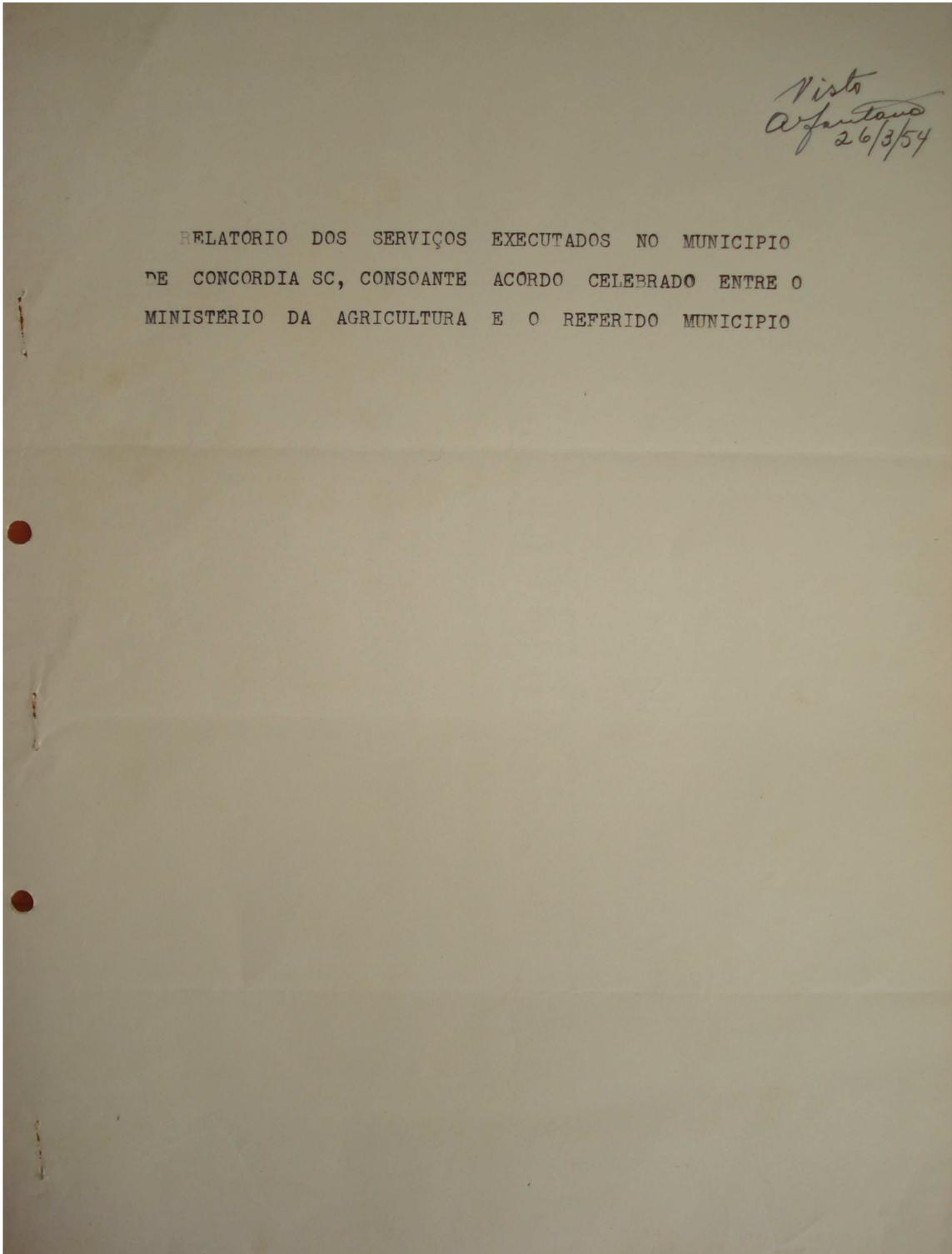
Aguardamos com satisfação e interêsse o honroso convite de V.Excia., para a assinatura do presente acôrdo.

Respeitosas saudações

Attilio Fontana
Prefeito Municipal

Concórdia, Est. de Santa Catarina, aos 11 de julho de 1951.

Acordo celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Prefeitura de Concórdia para a modernização agrícola em 1954



MINISTERIO DA AGRICULTURA

DIVISAO DO FOMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL

Serviço do Acórdo com o Municipio de Concordia S.C.

Relatorio dos Serviços executados no Municipio de Concordia SC, consoante Acórdo celebrado entre o Ministério da Agricultura eo referido Municipio.

Apresentação - Ao apresentar perante V.S. o relatório dos Serviços prestados ao Municipio de Concordia, referente ao fomento da Produção Vegetal, é-nos grato confessar os benéficos resultados advindos do mencionado Acórdo, porquanto o mesmo, no objetivo de fomentar a agricultura com a distribuição de sementes de forrageiras, quais sejam alfafa, aveia e ervilhaca, bem como de sementes seleccionadas de trigo e milho hibrido, inclusive adubos e formicidas, podemos assegurar com confiança que os trabalhos executados alcançaram seu verdadeiro objetivo.

Fomento Vegetal - É a seguinte a relação das sementes adquiridas por este Serviço e que aproximadamente mil e novecentos lavradores foram beneficiados com a distribuição das mesmas:

Milho hibrido.....	2.600 kilos
Trigo Lageadinho.....	5.820 kilos
E-vilhaca.....	294 kilos
Aveia.....	1.000 kilos
Alfafa.....	1.000 kilos
Adubo Hiperfosfato.....	7.500 kilos

Um dos pontos principais para o bom exito na applicação das sementes adquiridas, refere-se tambem a compra de adubos, pois que visa educar o lavrador na pratica do emprego do mesmo, sabido é que, a maioria não dispensa os cuidados exigidos em restituir ao solo a fertilidade necessaria para um bom rendimento na colheita das suas lavouras.

Combate á sauva - Adquiriu o Serviço 1.199 latas de Formicida ~~Eni~~ Blenco e instalou 13 (treze) postos de combate no interior do Municipio conforme relação abaixo:

Engenho Velho.....	Elide Nespolo
Rancho Grande.....	Alexandre Schenembch
Bela Vista.....	Bruno Weschenfeld
Barrado Veado.....	Guilherme A. Reisch
Pinhal.....	R. Vailati
Barra do Tigre.....	Luis Fredolino Stockmann
Ipomirim.....	Domingos Bonissoni
Tiradentes.....	Domingos Pastrí
Barra Bonita.....	João Zaura
Jacutinga.....	José Zuanoni
Santo Antonio.....	Angelo Marchioro
Tamanduá.....	Armino O. Augustin
Alto Alegre.....	Arno Haal

Nos referidos Postos o formicida está entregue a pessoas experientes no manejo do Plenco e a distribuição obedece de acordo com as proprias necessidades.

Para o corrente ano pretendemos ampliar as atividades no que se refere ao fomento vegetal e levar diretamente na propriedade do lavrador as instruções necessarias para que o mesmo obtenha maiores rendimentos com menos esforços em suas lides agrarias.

Assim que é nosso pensamento a formação em pontos diferentes no interior do municipio de nucleos experimentais para organização de pastagens, sejam elas permanentes ou temporarias.

Nos mesmos serão anotados o desenvolvimento das forrageiras, pois visa informar ao lavrador o sucesso ou insucesso sobre determinadas culturas.

Um dos pontos importantes refere-se tambem na instrução aos lavradores e pelo qual temos procurado por todos os meios difundir, como seja na construção de seus paiois para a guarda de cereais, modos de imuniza-los. Fazer sentir a necessidade de maior higiene em suas propriedades, especialmente no tocante a cons-

trução de maternidades e abrigos.

O Preposto do Executor para o Fomento Vegetal em comum acordo com varios agricultores, ficou determinado que serão administrados ensinamentos elementares a filhos dos mesmos na sede do Posto de Monta, no Município de Concordia. O programa a ser observado é o que segue:

Aulas praticas e teoricas sobre sementeiras e semeaduras; emprego de maquinas agricolas; adubação; métodos de seleção de sementes; forrageamento e rações balanceadas; noções sobre horticultura e fruticultura; emprego de fungicidas e inseticidas.

Este, Senhor Executor é o resumo das principais atividades levadas a efeito, como tambem o programa de trabalho para o corrente ano.

Concordia, março de 1954



Alberto Causs

Preposto do Executor do Acordo

Fontana pede ao senhor Waldemar Franzmann vistoria aos proprietários que receberam exemplares da raça DUROK-JERSEY em 1951

Concórdia, 6 de Dezembro de 1.951.

Nº 182/S.

Prezado Senhor,

Servimo-nos dêsta para solicitar a especial fineza de, caso possível, em vista de V.S. sempre estar viajando para o interior do município, visitar os detentores dos animais abaixo discriminados, pertencentes e entregues à responsabilidade desta Prefeitura, respectivamente, informando após o estado atual dos mesmos, além das condições dos estábulos, chiqueiros, etc..

II. Os animais em questão são os seguintes:

a) BOVINOS:

Jack(Jersey), entregue à Antônio Pelizzaro, de Lajeado dos Pintos; Maneco(Deven), idem à Afonso Rossetto, de Tamanduá; Martelo (Holandês), idem à Edmundo Jung, de Linha Lauro Muller; Escudo(Holandês), idem à Valentim Lohmann, de Rancho Grande; e, Estilo(Holandês), idem à Atílio Fontana, desta cidade.

b) SUINOS:

DUROCK-JERSEY:

um exemplar entregue à Ernesto Cecchi, de Fragôses; outro, com Afonso Lermen, de Barra do Veado; com Leopoldo Bohrer, de L. Paulino; com José Andognini, de Lajeado dos Pintos; com Antônio Poletto, de Suruví; com José Marchesan, de Alto Alegre; com Luiz de Conto, de São José; com Caetano Fuscari, desta cidade; com João Vanzo, de Linha Vitória; e, com Egildo Siega, de Planalto.

III. Dêse já agradecemos a vantajosa colaboração de V.S., e firmamo-nos, com distinta consideração e alto apreço, mui cordialmente.

/NF/

p r e f e i t o

Ilmo. Sr.
Waldemar Franzmann
N e s t a

Prefeitura recolhe suínos Durok alegando péssimas condições de criação em 1951

Concórdia, 24 de Dezembro de 1.951.

Nº 189/s.

Prezado Senhor,

Havendo esta administração resolvido mandar inspecionar os suínos, que estão entregues à particulares, de propriedade da Prefeitura, afim de saber algo sobre a situação dos mesmos, foi informada que o Durock-Jersey, atualmente, em seu poder, está em péssimo estado, solto em uma mangueira só de terra.

II. Em vista do exposto, considerando que essa situação não é boa e nem aconselhável deixar dito animal em seu poder, porque to é uma espécie que merece ser cuidada melhor, afim de produzir bons resultados, resolvemos que tal suíno não mais deverá ficar em seu poder. Consequentemente, deverá ser entregue à Intendência Distrital de Seára, dentro da possível brevidade. No aguardo de tal, subscrevemo-nos.

/NF/

p r e f e i t o

Ilmo. Sr.

José Mascarello

Alto Iraní (Seára)

Decreto-Lei nº 7.449 de 09 de abril de 1945. Organização da vida rural

DECRETO-LEI Nº 7.449 - DE 9 DE ABRIL DE 1945

Dispõe sobre a organização da vida rural.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º - Cada Município terá uma associação rural, de que poderão fazer parte as pessoas naturais ou jurídicas que exercerem, profissionalmente, atividades rurais, em qualquer das suas formas, agrícola, extrativa, pastoril, ou industrial e, também, profissionais ligados a essas atividades.

§ 1º - Para os efeitos desta lei, é considerado no exercício de profissão rural todo aquele que for, legalmente, proprietário de estabelecimento rural.

§ 2º - Estabelecimento rural é o imóvel, situado dentro ou fora dos limites urbanos, que se destina ao cultivo da terra, à extração de matérias primas de origem vegetal, à criação ou melhoria de animais e à industrialização conexa ou acessória dos produtos derivados dessas atividades.

Art. 2º - A associação rural terá área territorial correspondente à do Município a que pertencer.

Parágrafo único. A associação prestigiará, pelos meios ao seu alcance, a fundação e o desenvolvimento de núcleos rurais nos distritos do Município respectivo, núcleos que lhe ficarão filiados.

Art. 3º - São mantidas as instituições que, sob a forma de sociedades civis, congregam os que exercem atividades agro-pecuárias, para defesa dos interesses respectivos.

Parágrafo único. Tais instituições, se resolverem pleitear a qualidade de associação criada por esta lei, a fim de gozarem das vantagens e prerrogativas correspondentes, poderão continuar, ressalvada a hipótese de confusão, com os nomes que já possuem.

Art. 4º - Dentro do prazo de noventa dias, contado a partir da publicação desta lei, as instituições a que se refere o art. 3º devem manifestar ao Ministro da Agricultura a sua deliberação quanto ao disposto nesse artigo, no parágrafo único.

§ 1º - Não havendo instituição no Município ou se a existente não manifestar ao Ministério da Agricultura a deliberação de vir a ser a associação rural de que trata este Decreto-lei, os interessados poderão fundar, livremente, dentro de trinta (30) dias, uma instituição e pleitear o seu reconhecimento (art. 9º).

§ 2º - Decorrido o prazo de que trata o § 1º, cabe ao prefeito municipal fundar a associação rural, cujo nome será Associação Rural de (seguindo-se o do Município).

§ 3º - Eleita a diretoria, o prefeito deve empossá-la.

§ 4º - O sócio que exercer o cargo de prefeito fica durante esse tempo, incompatível para as funções de diretor da associação rural.

CAPITULO I

Da Organização Rural

Art. 5º - As pessoas naturais ou jurídicas que se dedicam às atividades agro-pecuárias, além das sociedades civis existentes e que resolverem continuar nas condições em que se acham (art. 3º), contarão

com as seguintes organizações:

- a) as associações rurais, que a essa lei se adaptarem (art. 3^a)
- parágrafo único ou, em virtude dela forem criadas;
- b) as sociedades rurais; e
- c) a União Rural Brasileira.

Parágrafo único. A sede das associações será onde o Município tiver o seu governo; a das sociedades nas capitais dos Estados ou Territórios Nacionais e, a da União, na Capital da República.

Art. 6^a - As associações rurais só podem realizar o que neste Decreto-lei lhes é atribuído nas suas áreas territoriais (Art. 2^a).

Parágrafo único. Os núcleos distritais serão filiados obrigatoriamente às associações em cuja área estiverem e terão uma diretoria de três (3) membros, a saber: presidente, secretário e tesoureiro.

Os estatutos ficam sujeitos à aprovação da sociedade rural do Estado ou Território Nacional.

Art. 7^a - As sociedades rurais (Art. 5^a, letra b) terão área territorial correspondente à do Estado ou Território Nacional respectivo.

Art. 8^a - A União Rural Brasileira (Art. 4^a, letra c) exercerá as suas atribuições em qualquer ponto do país.

Art. 9^a - A associação rural instalada remeterá, ao Ministro da Agricultura, por intermédio da União, cópia autêntica da ata da sua fundação, rubricada pelo presidente da sessão em que forem aprovados os estatutos, a fim de ser instaurado o processo de reconhecimento.

§ 1^a - Os estatutos acompanharão, também, o ofício a que este artigo se refere.

§ 2^a - O Ministro da Agricultura, por despacho no processo mencionado, mandará expedir à associação o título de reconhecimento, que levará a sua assinatura.

§ 3^a - Depois da expedição do título de reconhecimento, a associação rural ficará com personalidade jurídica.

Art. 10 - As sociedades rurais serão instaladas, conforme o modelo de estatutos que, com o Regulamento deste Decreto-lei, fôr publicado.

§ 1^a - Haverá, em cada capital de Estado e de Território Nacional, uma comissão para, conforme as instruções da União, instalar a sociedade rural, cuja sede ficará nessa mesma capital.

§ 2^a - O nome da sociedade será "Sociedade Rural de ..." (seguinte-se o do Estado ou Território Nacional).

Art. 11 - A Sociedade rural terá três órgãos;

- a) a Assembléia, constituída de delegados de associações rurais;
- b) o Conselho Técnico, eleito dentre os delegados;
- c) a Diretoria, com o presidente e tesoureiro nomeados pelo Governador do Estado ou Território Nacional.

Art. 12 - A União Rural Brasileira compor-se-á de três órgãos;

- a) a Assembléia;
- b) o Conselho Técnico; e
- c) a Diretoria.

§ 1^a - A Assembléia será constituída de dois (2) representantes de cada Sociedade Rural de Estado e de um (1) das do Território Nacional (Art. 10).

- a) A Sociedade Nacional de Agricultura, por ser a instituição ru-

ral mais antiga, com ação em todo o país, terá na Assembléia, dois representantes;

b) A prerrogativa concedida á Sociedade Nacional de Agricultura poderá ser outorgada, também, a outras instituições já existentes, a juízo do Governo Federal.

c) Cada mandato de representante durará dois anos e o Regulamento disporá de modo que a Assembléia seja renovada parcialmente.

§ 2º - O Conselho Técnico será constituído de representantes de sociedades rurais, eleitos na forma que o Regulamento determinar.

§ 3º - A Diretoria terá sete (7) membros, que serão o presidente, o vice-presidente, 1º e 2º secretários, 1º e 2º tesoureiros e o procurador.

a) O Presidente e os Tesoureiros serão nomeados por decreto do Presidente da República e, quando não forem representantes de sociedades rurais, terão, deste, todas as prerrogativas.

Estes diretores servirão pelo prazo de dois (2) anos, contado como fôr no Regulamento estabelecido.

b) Os demais diretores serão eleitos pela Assembléia para mandato de um (1) ano, podendo haver reeleição.

Art. 13 - O Presidente da República nomeará uma comissão de cinco (5) membros para, dentro de sessenta (60) dias, elaborar o Regulamento deste Decreto-lei e entregá-lo ao Ministro da Agricultura.

CAPITULO II

Das finalidades

Art. 14 - As associações rurais criadas por êste Decreto-lei (Art. 2º e 5º, letra a) são órgãos técnicos consultivos do Governo Municipal (Art. 2º) como do Estado, Território ou, diretamente, do Governo Federal e terão as atribuições seguintes:

a) congregar em seu seio todos os que se dediquem a agricultura, pecuária e as indústrias rurais inclusive extrativa de origem animal e vegetal;

b) fomentar, no Município, a fundação de núcleos rurais distritais;

c) colaborar com os poderes públicos no sentido de fortalecimento do espírito associativo entre os que exercem atividades rurais;

d) articular os elementos da classe rural do município, a fim de poderem realizar as suas justas aspirações e de promover a defesa dos seus direitos e interesses, bem como o progresso e aprimoramento dos métodos agrícolas;

e) manter as mais perfeitas relações e cooperar em objetivos de interesse comum com as outras co-irmãs do Estado ou Território;

f) manter um centro de informações sobre a vida agro-pecuária do município;

g) instalar e manter, sempre que possível em edifício próprio a instituição que se denominará "Casa Rural de ..." (nome do município), para sede social e maior comodidade dos associados;

h) manter logo que os recursos o permitam, serviços de assistência médica, dentária e jurídica a seus associados;

i) sustentar e defender, perante a sociedade rural respectiva (Art. 7º), os interesses e aspirações de seus associados;

j) explicar aos sócios o motivo e extensão dos favores concedidos pelos poderes públicos;

k) prestar as informações que lhes forem solicitadas pelas repartições municipais, estaduais, territoriais ou federais, no concernente a colonização, no fomento agro-pecuário e a defesa sanitária, animal e vegetal;

l) realizar a difusão de ensinamentos agro-pecuários, visando, principalmente a melhoria das condições do habitat rural;

m) promover a aprendizagem agro-pecuária, sempre que possível em cooperação com órgãos oficiais;

- n) manter na sede um museu com os tipos padrões dos produtos locais de expressão econômica, pugnando pela aplicação das medidas oficiais relativas a padronização e classificação dos produtos agro-pecuários;
- o) colaborar com os serviços oficiais respectivos na fiscalização de leis, como o Código Rural, o Florestal, o de Caça, o de Pesca e de mais legislação agro-pecuária;
- p) auxiliar, como informante, quando devidamente credenciado, aos serviços oficiais de estatística;
- q) organizar, em benefício de seus associados, serviços de arbitragem e, bem assim, de peritagens e avaliações nos meios rurais;
- r) colaborar ou mesmo executar, se essa tarefa lhe for cometida, o controle leiteiro municipal e o registro genealógico das raças puras criadas no município;
- s) estimular a economia de seus associados, favorecendo a aquisição da pequena propriedade e promovendo a constituição e desenvolvimento de cooperativas que realizem a defesa econômica dos meios rurais;
- t) realizar, em colaboração com o Governo, periodicamente, exposições-feiras distritais, municipais ou regionais, estas últimas em colaboração com as congêneres;
- u) desempenhar quaisquer atribuições que lhes sejam delegadas pelo Ministro da Agricultura.

Art. 15 - As sociedades rurais criadas por este Decreto-lei (Art. 5º letra b) são órgãos técnicos consultivos do Governo do Estado, do Território ou do Governo Federal e terão as atribuições seguintes:

- a) colaborar no estudo e solução dos problemas atinentes à vida rural;
- b) articular as associações rurais do Estado ou Território Nacional respectivo, promovendo entre elas entendimento e colaboração efetiva;
- c) orientar as atividades das associações rurais dentro do programa cujas as diretrizes serão estabelecidas de conformidade com os interesses econômicos gerais da unidade federativa;
- d) fazer adotar, no estado ou território ou em determinada região a orientação econômica julgada necessária e que lhe seja transmitida pela União Rural Brasileira (Art. 25 da Constituição);
- e) representar, perante a União, os direitos, interesses e aspirações das classes rurais;
- f) estudar e sugerir aos governos locais e, por intermédio da União, ao Governo Federal, as medidas consideradas necessárias ao desenvolvimento agro-pecuário do Estado ou Território;
- g) manter um centro de informação, tanto quanto possível completo, sobre a vida agro-pecuária do Estado ou Território;
- h) instalar e manter, sempre que possível em edifício próprio, a "Casa Rural de ..." (nome do Estado ou Território) para sede social e maior comodidade dos associados;
- i) controlar e orientar a fundação e organização de associações rurais, auxiliando-as em todos os seus empreendimentos moral e, sempre que os recursos o permitirem, pecuniariamente;
- j) dirigir ou resolver todas as questões que se suscitarem entre as associações rurais;
- k) promover a realização de congressos agro-pecuários e exposições estaduais, nas quais as associações rurais se farão representar.

Art. 16 - A União Rural Brasileira criada por este Decreto-lei (Art. 5º letra c) é órgão técnico consultivo do Governo Federal e terá as atribuições seguintes:

- a) colaborar no estudo e solução dos problemas atinentes à vida rural do país;
- b) promover perfeito entendimento entre as sociedades rurais e destas com as associações rurais;
- c) sustentar e defender perante os poderes públicos os direitos, interesses e aspirações das sociedades e associações rurais;
- d) estudar e encaminhar aos poderes públicos as medidas julgadas necessárias ao desenvolvimento e a prosperidade da agricultura, da pe-

Estatuto da Associação Rural válida para o estado de Santa
Catarina

C A P Í T U L O I

Da denominação, sede, filiação, jurisdição e Núcleos

Distritais.

Art. 1^o - A Associação Rural do Município de fundada em ... de de 1945, terá sua sede na cidade de

Art. 2^o - A Associação Rural do Município de se filiara á Sociedade Rural do Estado de Santa Catarina com sede na cidade - de Florianópolis.

Art. 3^o - Terá a Associação Rural, sua jurisdição limitada ao Município em que se acha sediada.

Art. 4^o - Em cada Distrito do Município, será fundado um - Núcleo Distrital, subordinado á Associação Rural.

§ 1^o - Os Núcleos Distritais filiados á Associação Rural, terão a mesma denominação que a dos Distritos em que tenham sede.

§ 2^o - A jurisdição dos Núcleos Distritais, não poderá ultrapassar os limites do Distrito Municipal em que têm suas sedes.

C A P Í T U L O II

Da finalidade e duração da Associação Rural

Art. 5^o - A Associação Rural é um órgão técnico consultivo do governo municipal e terá as seguintes atribuições:

a) - congregar em seu seio todos os que se dediquem á agricultura, pecuária e ás industrias rurais, inclusive extrativa de origem animal e vegetal;

b) - fomentar, no município, a fundação de núcleos rurais - distritais;

c) - colaborar com os poderes públicos no sentido do fortalecimento do espírito associativo entre os que exercem atividades rurais;

d) - articular os elementos da classe rural do município, a fim de poderem realizar as suas justas aspirações e de promover a defesa dos seus direitos e interesses, bem como o progresso e aprimoramento dos métodos agrícolas;

e) - manter as mais perfeitas relações e cooperar em objetivos de interesse comum com as outras co-irmãs do Estado;

f) - manter um centro de informação sobre a vida agro-pecuária do município;

g) - instalar e manter, sempre que possível, em edifício próprio, a instituição que se denominará "Casa Rural de" (nome do Município), para sede social e maior comodidade dos associados;

h) - manter, logo que os recursos o permitam, serviços de assistência médica, dentária e jurídica a seus associados;

i) - sustentar e defender, perante a Sociedade Rural respectiva, os interesses e aspirações de seus associados;

j) - explicar aos sócios o motivo e a extensão dos favores concedidos pelos poderes públicos;

k) - prestar as informações que lhe forem solicitadas pelas repartições municipais, estaduais ou federais, no concernente á colonização, ao fomento agro-pecuário e á defesa sanitária, animal e vegetal;

l) - realizar a difusão de ensinamentos agro-pecuários, visando, principalmente, a melhoria das condições da habitat rural;

m) - promover a aprendizagem agro-pecuária, sempre que possível em cooperação com órgãos oficiais;

- n) - manter na sede um museu com os tipos padrões dos produtos locais de expressão econômica, pugnado pela aplicação das medidas oficiais relativas à padronização e classificação dos produtos agro-pecuários;
- o) - colaborar com os serviços oficiais respectivos, na fiscalização da aplicação de leis, como o Código Rural, o Florestal, o de Caça, o de Pesca e demais legislação agro-pecuária;
- p) - auxiliar, como informante, quando devidamente credenciado aos serviços oficiais de estatística;
- q) - organizar, em benefício de seus associados, serviços de arbitragem e, bem assim, de peritagens e avaliações, nos meios rurais;
- r) - colaborar ou mesmo executar, se essa tarefa lhe for cometida, o controle leiteiro municipal e o registro genealógico das raças puras criadas no município;
- s) - estimular a economia de seus associados, favorecendo a aquisição da pequena propriedade e promovendo a constituição e desenvolvimento de cooperativas, que realizam a defesa econômica dos meios rurais;
- t) - realizar, em colaboração com o Governo, periodicamente, exposições-feiras distritais, municipais ou regionais, estas últimas em colaboração com as congêneres;
- u) - desempenhar quaisquer atribuições que lhes sejam delegados pelo Ministro da Agricultura.

Art. 6º - A Associação Rural terá caráter permanente de duração, não podendo ser extinta.

C A P I T U L O III

Dos órgãos da Associação Rural.

Rural: Art. 7º - Serão os seguintes os diversos órgãos da Associação

- a) - Assembléia;
b) - Diretoria;
c) - Conselho Técnico.

C A P I T U L O IV

Da Assembléia

Art. 8º - A Assembléia é o órgão soberano da Associação Rural e será composto por 2 representantes de cada Núcleo Distrital, filiado à mesma, inclusive o de sede e eleitos pelos associados residentes nos distritos em que se proceder a eleição-

Art. 9º - A Assembléia procederá a eleição da Diretoria e do Conselho Técnico da Associação Rural.

Art. 10 - Os Membros da Assembléia não poderão ser eleitos para cargos na Diretoria, nem no Conselho Técnico.

Parágrafo único - Não poderá ser eleito para qualquer função na Associação Rural o associado que por ocasião da eleição, estiver exercendo o cargo de Prefeito Municipal.

Art. 11 - Compete à Assembléia:

- a) - indicar os 2 representantes da Associação Rural junto a Sociedade Rural com sede na Capital do Estado.
b) - apreciar e julgar os atos da Diretoria e do Conselho Técnico;
c) - aprovar as prestações de contas da Diretoria;
d) - discutir e resolver quaisquer assuntos de interesse coletivo;
e) - destituir a Diretoria ou o Conselho Técnico ou exonerar Membros dos mesmos, desde que a votação represente uma maioria de 2/3 dos componentes da Assembléia e isso somente em casos positivos de atos pra-

ticados contrariamente aos interesses da Associação Rural.

Art. 12 - Nos casos da letra e do artigo anterior, a Assembléia submeterá a sua decisão á apreciação e julgamento da Sociedade Rural.

Art. 13 - A Assembléia se reunirá, normalmente, uma vez ao mês em data fixa e previamente marcada pela mesma.

Art. 14 - A Assembléia se reunirá extraordinariamente:
a) - quando convocada pelo seu presidente;
b) - quando convocada por $\frac{2}{3}$ de seus Membros;
c) - quando por solicitação conjunta da Diretoria da Associação e do Conselho Técnico.

Art. 15 - A convocação da Assembléia em casos extraordinários será feita, sempre, mediante notificação escrita a cada um de seus Membros.

Art. 16 - Nas reuniões extraordinárias da Assembléia, somente poderão ser considerados e discutidos, os assuntos que determinaram a sua convocação.

Art. 17 - Em caso algum, poderá a Assembléia deliberar sem - que estejam presentes $\frac{2}{3}$ de seus Membros.

Art. 18 - Em caso de empate na votação, caberá ao presidente da Assembléia o voto de desempate.

Art. 19 - A votação, na Assembléia, será sempre secreta, nos casos em que deva deliberar sobre:
a) dissídio entre a Diretoria e o Conselho Técnico;
b) eleição da Diretoria e do Conselho Técnico;
c) escolha dos representantes da Associação Rural junto a Sociedade Rural com séde na Capital;
d) julgamento de recurso individual ou coletivo de sócios, contra atos da Diretoria ou do Conselho Técnico.

Art. 20 - O Membro da Assembléia, representante distrital, que deixar de comparecer, sem causa justificada a 3 reuniões consecutivas ou 5 alternadas, perderá o mandato.

Parágrafo único - Verificada a perda de mandato de um representante distrital, o presidente da Assembléia oficiará imediatamente ao presidente do Nucleo Distrital, no sentido de ser eleito novo representante.

Art. 21 - Cabe á Assembléia estabelecer as importâncias das joias e mensalidades a serem pagas pelos associados, bem como alterá-las para mais, quando julgar necessario.

Art. 22 - Cabe exclusivamente á Assembléia, resolver sôbre casos referentes ao patrimônio da Associação Rural, quer se refira a compra, quer a alienação de bens móveis ou imóveis.

C A P I T U L O V

Da Diretoria

Art. 23 - A Diretoria da Associação Rural será eleita pela Assembléia em votação secreta, pelo período de 2 anos e será composta de:
a) - um presidente;
b) - um secretário;
c) - um tesoureiro.

Art. 24 - Compete ao presidente:
a) - executar as deliberações da Assembléia e da Diretoria;
b) - representar a Associação Rural, judicialmente e extrajudicialmente;
c) - presidir todas as reuniões da Diretoria;
d) solucionar os casos de urgência, submetendo-os no mais breve espaço de tempo, á apreciação da Diretoria ou da Assembléia;

- e) - ordenar a efetivação de despesas autorizadas pela Assemblé-ia e autorizar despesas até mil cruzeiros (Cr. \$1.000,00);
 f) - assinar com o tesoureiro, cheques e outros documentos de tesouraria e referente a movimentação de valores;
 g) - tomar medidas e praticar atos assecuratórios dos direitos dos associados e dos interesses patrimoniais e morais da Associação Rural;
 h) - assinar com o secretário, todos os papéis e documentos atinentes á secretaria;
 l) - apresentar anualmente á Assembléia, um relatório das atividades sociais no exercício findo.

Art. 25 - Cabe ao presidente, solicitar ao presidente da Assemblé-ia, a convocação da mesma, quando em caráter extraordinário se fizer necessário.

Art. 26 - Normalmente, o presidente será substituído pelo Secretário e em casos especiais, por associado indicado pela Assembléia, tendo-se em vista que essa substituição, será transitória, isto é, enquanto perdurar o impedimento do presidente.

Art. 27 - Compete ao Secretário:

- a) redigir atas e responder pelo expediente da Associação;
 b) manter em bôa ordem e sob sua guarda, todos os livros de secretaria e os arquivos da Associação;
 c) redigir a correspondência e com o presidente, assiná-la;
 d) organizar e dirigir o serviço de publicidade da Associação e responder pelo serviço de informações da mesma;
 e) substituir o presidente em seus impedimentos normais;
 f) superintender os demais serviços de secretário.

Art. 28 - Nos seus impedimentos ocasionais, o secretário poderá ser substituído por associado de sua indicação, cabendo-lhe integral responsabilidade pelos atos de seu indicado.

Art. 29 - Compete ao Tesoureiro:

- a) - arrecadar joias, mensalidades e demais rendas da Associação;
 b) - receber importâncias e assinar recibos;
 c) - efetuar pagamentos autorizados;
 d) - assinar com o presidente, cheques e demais papéis relativos á movimentação de valores;
 e) - organizar os balancetes mensais e o balanço anual;
 f) - depositar em bancos preferidos pela Diretoria os valores sob sua guarda;
 g) manter em dia e em bôa ordem, a escrituração dos livros da tesouraria.

Art. 30 - Ao tesoureiro fica estabelecida a livre escolha de pessoa de sua confiança para o desempenho das funções de cobrador, cabendo-lhe integral responsabilidade pelos atos do mesmo.

Art. 31 - No impedimento ocasional do tesoureiro, será o mesmo substituído por pessoa de sua indicação, assumindo integral responsabilidade pelos atos praticados pelo seu indicado.

Parágrafo único - Em caso de impedimento por longo espaço de tempo, a Diretoria submeterá á consideração da Assembléia, a conveniência da substituição efetiva do tesoureiro.

C A P Í T U L O VI

Do Conselho Técnico

Art. 32 - O Conselho Técnico será eleito pela Assembléia pelo período de 2 anos e será composto de 5 membros escolhidos dentre associados de reconhecida capacidade.

Parágrafo único - Em reunião de posse, os Membros do Conselho elegerão um presidente para dirigir os seus trabalhos e um secretário para redigir as atas das reuniões.

Art. 33 - Compete ao Conselho Técnico:

- a) manifestar-se sôbre todas as consultas emanadas da Assemblé-ia ou da Diretoria da Associação;
- b) organizar na parte técnico-profissional, o programa anual a ser desenvolvido pela Associação e a ser executado pela Diretoria, dentro do que está estabelecido no art. 5^a e suas letras;
- c) normalmente o Conselho Técnico se reunirá 2 vezes ao mês, devendo, entretanto, reunir-se extraordinariamente, toda a vês que se verifique solicitação da Assembléia ou da Diretoria.

C A P I T U L O VII

Dos associados.

Art. 34 - Poderão fazer parte da Associação Rural, as pessoas naturais ou jurídicas, em número ilimitado, que exercerem, profissionalmente, atividades rurais, em qualquer de suas fórmãs, agrícola, extrativa, pastoril ou industrial e também profissionais ligados a essas atividades.

Art. 35 - Haverá 3 especies de sócios a saber:

- a) efetivos;
- b) benemeritos;
- c) fundadores.

Art. 36 - São sócios efetivos aqueles que forem admitidos depois de fundada a Associação e não tiverem tomado parte na primeira Assembléia assinando a ata de fundação.

Art. 37 - São sócios benemeritos aqueles que a juizo da Assembléia, tenham prestado relevantes serviços á Associação ou tenham feito donativos em especie ou bens em valor superior a três mil cruzeiros.

Art. 38 - Os sócios benemeritos receberão um diploma conferido pela Assembléia e ficarão isentos de qualquer contribuição mensal, ficando aos mesmos, a livre vontade de continuar seu pagamento.

Art. 39 - São sócios fundadores, aqueles que subscreverem a - ata de fundação da Associação Rural.

Parágrafo único - Será conferido aos sócios fundadores um título pelo qual lhes será reconhecida aquela qualidade.

Art. 40 - Tanto os sócios efetivos como os fundadores, ficam - obrigados ao pagamentos da joia e das mensalidades.

C A P I T U L O VIII

Do direito e dos deveres dos sócios

Art. 41 - São direitos dos sócios:

- a) - votar e serem votados, desde que estejam em dia com o pagamento de suas mensalidades;
- b) - representar á Diretoria, por escrito, contra a inscrição ou a permanencia de qualquer sócio;
- c) recorrer de atos da Diretoria ou Conselho Técnico á Assembléia;
- d) - propor para serem discutidos pela Assembléia, todas as medidas que estiverem contidas nas finalidades da Associação ou que consultarem os interesses da classe rural;
- e) - gozar das vantagens conferidas pela Associação Rural aos seus associados ou favores concedidos pelos Poderes Públicos, por intermédio da Associação;
- f) - usar e gozar de todas as vantagens concedidas pela Associação ;

Art. 42 - São deveres dos sócios:

- a) - cumprir os dispositivos estatutários e as resoluções da Assembléia, da Diretoria e do Conselho Técnico;
- b) - pagar suas mensalidades e joias;
- c) - aceitar, quando motivos imperiosos não o impedirem, as comissões e encargos que lhes forem atribuídos pela Assembléia, pela Diretoria e pelo Conselho Técnico;
- d) - prestigiar a ação dos órgãos da Associação Rural, no desempenho de seus mandatos;
- e) - representar contra as atividades de sócios ou mesmo de elementos constituintes dos órgãos da Associação Rural, sempre que a atividade dos mesmos contrariar os interesses da classe rural.

Art. 43 - É vedado aos sócios ceder á extranhos á Associação Rural, benefícios adquiridos dela ou por seu intermédio.

C A P I T U L O IX

Das penalidades

Art. 44 - As penalidades a serem impostas aos sócios são:

- a) - de advertência;
- b) - de censura;
- c) - de suspensão;
- d) de exclusão.

Art. 45 - As penalidades de advertência e censura serão aplicadas pela Diretoria da Associação.

Art. 46 - As penas de suspensão e de exclusão serão aplicadas pela Assembléia.

§ 1º - A suspensão pode ser de 10 a 90 dias.

§ 2º - A pena de exclusão somente será aplicada nos seguintes casos:

- a) - pelo não pagamento das contribuições por espaço superior a 4 meses, sem causa justificada;
- b) - por falta grave, a juízo da Assembléia e depois de ter sofrido as penas de advertência, de censura e de suspensão.

Art. 47 - As exclusões da lista de sócios, quando feita a pedido e por escrito, será concedida pela Diretoria da Associação.

C A P I T U L O X

Do Patrimônio Social.

Art. 48 - O patrimônio social da Associação Rural será constituído:

- a) - das joias, mensalidades e contribuições dos associados;
- b) - das subvenções, doações e legados;
- c) - das rendas dos bens imóveis;
- d) - de renda de atividades rurais;
- e) - de móveis e imóveis adquiridos pela Associação.

C A P I T U L O XI

Dos Núcleos Distritais

Art. 49 - Em cada distrito do Município, será fundado um Núcleo Rural dependente da Associação Rural.

Art. 50 - Os Núcleos Distritais, dentro do que lhes á applicavel, se regerão pelos dispositivos dos presentes Estatutos.

Art. 51 - Os representantes dos Núcleos Distritais na Assembléia da Associação Rural, serão eleitos pelos associados residentes no distrito em que estiver sediado o Núcleo.

Art. 64 - É rigorosamente vedado aos associados, nas sedes da Associação ou dos Núcleos Distritais, a discussão sôbre politica ou religião.

Art. 65 - A Assembléia de fundação da Associação Rural será convocada pelo Prefeito Municipal e por ele presidida na conformidade do que está disposto no decreto-lei nº 7.449, de 9 de abril de .. 1945.

Art. 66 - Estes Estatutos entrarão em vigor, na data de sua aprovação pela Assembléia de fundação da Associação Rural.

Principais estabelecimentos industriais de Concórdia em 1940.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Historico - Concórdia é sem duvida, um dos mais novos municípios catarinenses, situado no fértil vale do rio do Peixe, integrado pelas terras que até 1916 estiveram sob a jurisdição do Estado do Paraná, em o território então denominado Região do Contestado.-

Entregue ao Estado de Santa Catarina, em virtude do acordo celebrado entre as partes litigantes, foi a zona oeste dessa rica região dividida em os dois grandes municípios de Chapecó e Cruzeiro (hoje Joaçaba)

Deste ultimo foram desmembrados os distritos de Béla Vista (Esteves Junior), Ipira, Ità e Concórdia, para a formação do município de Concórdia, criado pelo Decreto nº 635, de 12 de junho de 1934.

Foi o município instalado em 29 de julho do mesmo ano de 1934.

Por decreto de 5 de novembro de 1934, de numero 697, foi creada a Comarca de Concórdia, instalada solenemente em 24 de janeiro de 1935.

Os primeiros habitantes que se estabeleceram em terras do atual município de Concórdia, então parte integrante do município de Palmas, forma segundo tradição corrente, imigrados politicos paranaenses, pertencentes ao partido federalista em luta armada com os republicanos em 1893.

Data de 1927 á entrada dos primeiros colonos em terras do distrito da séde do município, intensificada de ano para ano, atingindo o seu maximo desenvolvimento com a aquisição pela Empresa Colonizadora Mosele, Eberle, Ahrons & Cia, das terras pertencentes a Brasil Development Colonization Company.

Localização - Está o município de Concórdia, localizada entre os fertis vales dos rios do Peixe e Uruguái, na zona denominada territorio do ex-contestado.

Topografia - As terras do município, são relativamente favoraveis a agricultura, com altitude variavel de 273 metros acima do nivel do mar, nas margens do rio Uruguái, até 550 metros situado no alto Belvedere no distrito de Engano.

Altitude - Variavel de 273 metros até o maximo de 550 metros acima do nivel do mar.

Clima - Situado no vertice dos vales dos rios do Peixe e Uruguái, o município de Concórdia, possui um clima variavel e bastante saudavel, havendo porem sensivel diferenca entre as temperaturas do verão e do inverno, por permetir a configuração topografica, a livre passagem dos ventos frios vindos da zona sul do pais.

Rios - O município de Concórdia, é banhado pelo caudaloso rio Ruguái, que lhe delemita ao sul com o Estado do Rio Grande do Sul, medindo aproximadamente 600 metros de largura, estando situado neste município o celebre acidente denominado "Estreito" a maior fonte de energia hidraulica do sul do país, - pelo estreito de aproximadamente um metro de largura passa todo o imenso volume de agua desse rio - Alem do rio Uruguái é o município banhado, por grande numero de seus tributarios, destacando-se os rios do Peixe, Rancho Grande, Engano, Jacutinga e o Iraní e outros de menor vulto.

Superfície - É de aproximadamente 2.750 k2.

População - É estimada em 56.000 habitantes

Séde - Cidade de Concórdia

População: 2 400 habitantes

Latitude S.: 27º 14' 00''

Logitude W.Gr.: 51º 58' 00''

Posição relativa a Capital: Rumo ONO.

Distancia em linha reta da Capital: 339 km.

Distancia por estrada de rodagem - Via Joaçaba, Lajes, etc. 536 km.

Distancia por estrada de ferro - Via Volta Grande, Jaraguá, etc. 1 013 km.

Altitude: 500 m.

Estações R.V.B.S.C. -

Uruguái - Altitude 393 m.

Volta Grande - Altitude 393 m.

Divisão administrativa - Administrativamente o município de Concórdia, está dividido em sete distritos: Concórdia (Séde) Arbutã, Engano, Esteves Junior, Seàra, Itá e Uruguái.

Origem étnicas - Predomina no município a população de origem italiana, juntando-se em grande numero os de origem alemã, seguindo-se logo após o caboclo, e em quasi sua totalidade imigrados do Estado do Rio Grande do Sul.

Principal ramo de atividade da população - Sem prejuizo de outros ramos de atividades e Concórdia um município essencialmente agricola, sendo no Estado, um dos maiores produtores de: milho, feijão, trigo, cevada e fumo, alem de outros produtos de menor importancia como: batatinha, mandioca, alfafa, cana de açúcar e frutas citricas. Como ramo da pecuaria dedica-se a suinocultura, cuja produçãõ passa da casa das 300 000 cabeças.

Industria extrativa - Ha no municipio de Concórdia, as seguintes industrias extrativas: madeira, argila e pedras para construções; a erva mate e explorada em muito pequena escala.

A exploração da madeira e feita em toda a margem do Rio Uruguái, e com tendencia a desenvolver-se para p interior do municipio, apesar de contar Concórdia, com grande numero de serrarias, a principal atividade dessa industria é a destinada a exportação de madeira em bruto, sendo o cedro em tora, o principal ramo dessa atividade - no que e aproveitado como unica via de transporte o proprio rio Uruguái, pelo qual é feita o transporte das toras embalçadas em epocas de cheias - sendo o nosso principal mercado para essa especie de madeira a Republica Argentina.

Existindo ainda no municipio duas fabricas de oleos de sassafras, cuja produção e exportada em sua totalidade para o Estado de São Paulo.

O barro (argila comum) é aproveitado na fabricação de tijolos e telhas.

Pedras para construções - é um dos ramos da industria extrativa ainda muito pouco explorado, sendo toda a sua produção consumida no proprio municipio.

Industria fabril - As industrias fabris do municipio obtem a materia prima na propria produção agricola do municipio. Com exção da firma S/A. Industria e Comercio Concórdia, que explora um grande frigorifico e um moinho de trigo para produção em grande escala e a firma Laticinios Vale do Uruguái Ltda., São quasi todas as outras industrias exploradas em pequenos estabelecimentos, em qu foram envertidos pequenos capitais, como os destinados a produção de; farinha de trigo "Tipo colonial", aguardente, açúcar grosso, farinha de mandioca (Tapioca), etc. sendo estes estabelecimentos bastante numerosos, suprimdo o consumo local e com um apreciavel exesso que é destinado a exportação.

ESTABELECIAMENTOS INDUSTRIAS
EXISTENTES EM 31-XII-1946

Denominação	Quantidade	Denominação	Quantidade
Atafonas	18	Fabricas de telhas	2
Alfaitarias	6	Fabricas de vassouras	3
Cortumes	2	Fabricas de açúcar	28
Carpintarias	10	Fabricas de gasosas	3
Cervejarias	2	Fabricas de colchões	1
Fabrica oleo sassafras	2	Fabricas de palahs p/cigaros	1
Fabricas de carroças	6	Funilarias	12
Fabricas de aguardente	49	Ferrarias	26
Fabricas de Vinho de uva	2	Frigorifico	1
Fabricas Bitter	1	Moinho de trigo g/ escala	1
Fabricas de ladrilhos	2	Moinhos coloniais	48
Fabricas de banha	8	Marcenarias	3

Histórico da evolução do fornecimento de energia elétrica em Concórdia (1940)

SOCIEDADE TERRITORIAL MOSELE AHRONS EBERLE & CIA.

SEÇÃO DE LUZ E FORÇA CONCORDIA

DECLARAÇÃO DE UZINA TERMO-ELETRICA

1ª) Localização: Santa Catarina, Comarca de Concórdia, Município de Concórdia, distrito de Concórdia, Cidade de Concórdia, á Largo Rio Branco s/nº.

2ª) Breve Historico: A uzina primitiva foi instalada em 8 de Agosto de 1937, com dois motores de automovel marca Hudson, adaptada para Gaz Pobre, adquirido de particulares, com a potencia de 30 HP, acionando um dinamomo Siemens Schuckert de 24 KW; em Abril de 1938 foi aumentado o potencial para 45 HP por meio de uma makina a vapor, marca Badenia, adquirida da firma BRONBERG S.A, Porto Alegre, acionando um dinamomo Siemems Schuckert de 48 KW tendo sido aquirido da Siemens Schuckert S.A. Em Abril de 1940 instalou-se um motor Otto Deutz com a capacidade de 200 HP, com dinamo acoplado, marca Siemens Schuckert de 160 KW maquinario deste adquirido ja com uso da Firma Energia Eletrica Hamburguesa Ltda. de Novo Hamburgo Rio Grande do Sul.

A primeira instalação serviu para fornecimento de iluminação publica e particular da Cidade de Concórdia. A segunda serviu para o mesmo fim, bem como para fornecimento de energia para pequenas industrias e finalmente a terceira, e atual, serve para os mesmos fins das precedentes, atendendo as necessidades do desenvolvimento das industrias locais.

3ª) Moteres termicos: (Uzina atual):
Carateriscos do Motor Otto Deutz:
Numero: 120.965 a Gáz Pobre, combustivel lenha.
66
Força: 200 HP, rotações 188 p/minuto.
Consumo combustivel lenha: 0,30000 m³ p/hora.

4ª) Geradores:
Gerador Eletrico:
(Copiá da placa)
Siemens Schuckert-modelo F.W. 560 c/188
nº 1238786 N:230 estrela Volts 402/i 47,5 Amps.
Periodo.50-160 KVA, 9 Cos 0,8 anel Coletor 110 Volt
Volts 188 REV_s

5ª) Transformador:
Transformação:
Copia da placa do Transformador: elevador:
ASEA -Transf 3- 50
TKLS 3056/1352 N. 1137320
160 KVA Cont.
PR 6670 14,9
S-230 431
Pr/s 29 D/Y-0
Imp 5,0 % 1,95
Copia da placa do Transformador abaixador, destinado á distribuição de força, marca Siemens Schuckert
Tip Koum 222/10 Pr. Δ 6670 9,5 Amp.
100 KVA nº 728714 S √ 380/220 147 Amp.
Imp. 3,0%

Copia da placa do Transformador Abaixador, destinado ao fornecimento de iluminação publica e particular: Marca Siemens Schuckert
75 KVA
Ty 202/10 Nº 728.713
Pr. Δ 6670 7,12 Amp.
S √ 380/220 110 Amp.
Imp. 3%

- 69) Distribuição: Extensão da rede 3.600 mts; numero de postes total 135; tenção da rede primaria 6670; tenção da rede para iluminação publica e particular 220 Volts; tenção da rede para força 380 Volts.
- 79) Consumo: Numero de fôcos para iluminação publica, 111; numero de consumidores a forfait- 0; numero de consumidores a medidor 86; numero de consumidores de força 6 ; Consumo anual de energia para iluminação publica durante o ano de 1939 26.299 KW; idem para iluminação particular 13.235 KW; idem para força 14.457 KW;
- 89) Interligações: Não existe.
- 99) Finalidade da usina: Fornecimento de energia e iluminação á particulares publicas e industrias.
- 109) Hora normal de Funcionamento. Em dias uteis 24 horas, sabados 18 horas, domingo 12 horas.
- 119) Copias de Contrato Fornecimento. Energia: Não tem. (Existe somente contrato para fornecimento de luz publica conforme contrato assinado com a Prefeitura Municipal(
- 129) Tarifas Transcrição da clausula 14 do contrato firmado com a Prefeitura Municipal de Concordia, em 3 de Fevereiro de 1937;
"O fornecimento de luz e força aos consumidores particulares e da luz publica será feito de acordo com a seguinte tabela:
a) Iluminação publica \$500 p/KWH
b) Iluminação particular, taxa minima com direito até 10 KWH 10\$000 por mês.
c) Mais de 10 KW até 60 Kwts. 0\$900 por KWH;
d) Mais de 60 KW 0\$800 por Kw;
e) Para instalações de/200 Wats, não usando contador, 0\$150 por Wat instalado, por mez, ficando maiores desse limite ao uso, digo, obrigados ao uso de contador..
f) Aluguél do contador de luz, 2\$000 por mez.
g) Para força motriz \$500 por Kwh, excedendo o consumo de 300 KWH, 10% de abatimento.-Idem Idem de 500 KW 15% de abatimento; idem idem de 800KW 20% de abatimento.
h) Aluguél do contador por mez 3\$000;
i) O minimo que o consumidor de força motriz pagará por éssas instalações será de 10\$000 por HP instalado.
- 139) Constituição da Empresa: Sociedade Territorial Mosele Eberle, Ahorns & Cia-Sociedade em nome coletivo, solidaria, séde Concordia, Estado de Santa Catarina, capital subscrito e realizado 700:000\$000, dedicando ao comercio especial de colonisação e subsidiariamente o fornecimento de energia eletrica local, tendo seu contrato social registrado sob n.º 2087 na Junta Commercial do Estado de Santa Catarina. Concor dia-Estado de Santa Catarina.
- 149) Endereço

Dados fornecidos pela Empresa Mosele, Eberle Ahorns & Cia, sobre a Usina Termo-Eletrica desta Cidade em 1 de Novembro de 1940.

256.

26

Agosto

5.

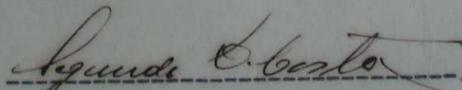
Senhor Inspector .

Dou em meu poder vosso officio sob nr. 1.853, no qual V. S. pede informações relativas a este Municipio.

Em cumprimento a esse vosso pedido informo o seguinte: Area superficial do Municipio atinge a 3.000 Kmts. quadrados; a população é calculada de accordo com as ultimas estatisticas em 25.000 habitantes; as rendas municipaes estão orçadas para o corrente anno em 223:000\$000; sendo que as estadoaes calculo em 300:000\$000; Os meios de comunicação do municipio são feitos com estardas de rodagens, attingindo em 200 kmts. aproximadamente; As industrias lotadas nos livros competentes desta Prefeitura são: Fabricas de queijos, cerveja, fogões, engenhos de serra, engenhos de aguardente, moinhos de cereaes etc; Os productos principaes cultivadas pela colonia são: milho, feijão, arroz, fumo, cevada, centeio, trigo, batatas amendoim, sendo estes que proporcionan a maior fonte de renda da Comuna, bem como os principaes de exportação; Os productos de origem animal só é produzido no Municipio em pequena escala, isto é os de origem vacca sendo que os de origem suinos são os mais vantajosos para o Municipio, ou banha, salame, linguiça, couros em geral, presunto etc,.

Quanto as fothografias solicitadas por V. S., remeterei oportunamente.

Apresento a V. S. os meus protestos de alta estima e distinta consideração.



Prefeito

Ao Illmo. Snr. Affonso Maria Cardozo da Veiga,
DD. Inspector Agricola-Florianopolis.

MUNICÍPIO DE
CONCÓRDIA

Historico - Concórdia é sem duvida, um dos mais novos municípios catarinenses, situado no fértil vale do rio do Peixe, integrado pelas terras que até 1916 estiveram sob a jurisdição do Estado do Paraná, em o território então denominado Região do Contestado.-

Entregue ao Estado de Santa Catarina, em virtude do a cõrdo celebrado entre as partes litigantes, foi a zona oeste dessa rica região dividida em os dois grandes municípios de Chapecó e Cruzeiro (hoje Joaçaba)

Deste ultimo foram desmembrados os distritos de Béla Vista (Esteves Junior), Ipira, Itã e Concórdia, para a formação do município de Concórdia, criado pelo Decreto nº 635, de 12 de junho de 1934.

Foi o município instalado em 29 de julho do mesmo ano de 1934.

Por decreto de 5 de novembro de 1934, de numero 697, foi criada a Comarca de Concórdia, instalada solenemente em 24 de janeiro de 1935.

Os primeiros habitantes que se estabeleceram em terras do atual município de Concórdia, então parte integrante do município de Palmas, forma segundo tradição corrente, imigrados politicos paranaenses, pertencentes ao partido federalista em luta armada com os republicanos em 1893.

Data de 1927 á entrada dos primeiros colonos em terras do distrito da séde do município, intensificada de ano para ano, atingindo o seu maximo desenvolvimento com a aquisição pela Empresa Colonizadora Mosele, Eberle, Ahrons & Cia, das terras pertencentes a Brasil Development Colonization Company.

Localização - Está o município de Concórdia, localizada entre os fertis vales dos rios do Peixe e Uruguái, na zona denominada territorio do ex-contestado.

Topografia - As terras do município, são relativamente favoraveis a agricultura, com altitude variavel de 273 metros acima do nivel do mar, nas margens do rio Uruguái, até 550 metros situado no alto Belvedere no distrito de Engano.

Altitude - Variavel de 273 metros até o maximo de 550 metros acima do nivel do mar.

Clima - Situado no vertice dos vales dos rios do Peixe e Uruguái, o município de Concórdia, possui um clima variavel e bastante saudavel, havendo porem sensivel diferenca entre as temperaturas do verão e do inverno, por permitir a configuração topografica, a livre passagem dos ventos frios vindos da zona sul do pais.

Rios - O município de Concórdia, é banhado pelo caudaloso rio Ruguái, que lhe delemita ao sul com o Estado do Rio Grande do Sul, medindo aproximadamente 600 metros de largura, estando situado neste município o celebre acidente denominado "Estreito" a maior fonte de energia hidraulica do sul do país, - pelo estreito de aproximadamente um metro de largura passa todo o imenso volume de agua desse rio - Alem do rio Uruguái é o município banhado, por grande numero de seus tributarios, detacando-se os rios do Peixe, Rancho Grande, Engano, Jacutinga e o Iraní e outros de menor vulto.

Superficie - É de aproximadamente 2.750 k2.

População - É estimada em 56.000 habitantes

Séde - Cidade de Concórdia

População: 2 400 habitantes

Latitude S.: 27º 14' 00''

Logitude W.Gr.: 51º 58' 00''

Posição relativa a Capital: Rumo ONO.

Distancia em linha reta da Capital: 339 km.

Distancia por estrada de rodagem - Via Joaçaba, Lajes, etc. 536 km.

Distancia por estrada de ferro - Via Volta Grande, Jaraguáu, etc. 1 013 km.

Altitude: 500 m.

Estações R.V.E.S.C. -

Uruguái - Altitude 393 m.

Volta Grande - Altitude 393 m.

Divisão administrativa - Administrativamente o município de Concórdia, está dividido em sete distritos: Concórdia (Séde) Arabutã, Engano, Esteves Junior, Seàra, Itá e Uruguái.

Origem étnicas - Predomina no município a população de origem italiana, juntando-se em grande numero os de origem alemã, seguindo-se logo após o caboclo, e em quasi sua totalidade imigrados do Estado do Rio Grande do Sul.

Principal ramo de atividade da população - Sem prejuizo de outros ramos de atividades e Concórdia um município essencialmente agricola, sendo no Estado, um dos maiores produtores de: milho, feijão, trigo, cevada e fumo, alem de outros produtos de menor importancia como: batatinha, mandioca, alfafa, cana de açúcar e frutas citricas. Como ramo da pecuaria dedica-se a suinocultura, cuja produçãõ passa da casa das 300 000 cabeças.

Industria extrativa - Ha no municipio de Concórdia, as seguintes industrias extrativas: madeira, argila e pedras para construções; a erva mate e explorada em muito pequena escala.

A exploração da madeira e feita em toda a margem do Rio Uruguái, e com tendencia a desenvolver-se para p interior do municipio, apesar de contar Concórdia, com grande numero de serrarias, a principal atividade dessa industria é a destinada a exportação de madeira em bruto, sendo o cedro em tora, o principal ramo dessa atividade - no que e aproveitado como unica via de transporte o proprio rio Uruguái, pelo qual é feita o transporte das toras embalçadas em epocas de cheias - sendo o nosso principal mercado para essa especie de madeira a Republica Argentina.

Existindo ainda no municipio duas fabricas de oleos de sassafras, cuja produção e exportada em sua totalidade para o Estado de São Paulo.

O barro (argila comum) é aproveitado na fabricação de tijolos e telhas.

Pedras para construções - é um dos ramos da industria extrativa ainda muito pouco explorado, sendo toda a sua produção consumida no proprio municipio.

Industria fabril - As industrias fabris do municipio obtem a materia prima na propria produção agricola do municipio. Com exção da firma S/A. Industria e Comercio Concórdia, que explora um grande frigorifico e um moinho de trigo para produção em grande escala e a firma Laticinios Vale do Uruguái Ltda., São quasi todas as outras industrias exploradas em pequenos estabelecimentos, em qu foram envertidos pequenos capitais, como os destinados a produção de; farinha de trigo "Tipo colonial", aguardente, açúcar grosso, farinha de mandioca (Tapioca), etc sendo estes estabelecimentos bastante numerosos, suprindo o consumo local e com um apreciavel exesso que é destinado a exportação.

ESTABELECEMENTOS INDUSTRIAS
EXISTENTES EM 31-XII-1946

Denominação	Quantidade	Denominação	Quantidade
Atafonas	18	Fabricas de telhas	2
Alfaitarias	6	Fabricas de vassouras	3
Cortumes	2	Fabricas de açúcar	28
Carpintarias	10	Fabricas de gasosas	3
Cervejarias	2	Fabricas de colchões	1
Fabrica oleo sassafras	2	Fabricas de palahs p/cigaros	1
Fabricas de carroças	6	Funilarias	12
Fabricas de aguardente	49	Ferrarias	26
Fabricas de Vinho de uva	2	Frigorifico	1
Fabricas Bitter	1	Moinho de trigo g/ escala	1
Fabricas de ladrilhos	2	Moinhos coloniais	48
Fabricas de banha	8	Marcenarias	3

Enciclopédia dos municípios Brasileiros – Dados econômicos e geográficos de Concórdia –
1950

ENCICLOPÉDIA
DOS
MUNICÍPIOS BRASILEIROS

PLANEJADA E ORIENTADA

por

JURANDYR PIRES FERREIRA

PRESIDENTE DO I. B. G. E.

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DE

SPERIDIÃO FAISSOL

Secr.-Geral do C. N. G.

HILDEBRANDO MARTINS

Secr.-Geral do C. N. E.

SUPERVISÃO GEOGRÁFICA

DE

ANTONIO TEIXEIRA GUERRA

Dir. de Geografia

SUPERVISÃO DOS VERBETES

DE

JOSÉ NEWTON NOGUEIRA

Inspetor Regional

DIREÇÃO GRÁFICA

ADOLPHO FREJAT

Superintendente do Serviço Gráfico

13 DE NOVEMBRO DE 1950



Vista geral da cidade

cípio de Erechim e Alto Bela Vista, que à época dependiam do município de Marcelino Ramos. De 1922 a 1925, o trabalho colonizador teve seus primeiros passos com a constituição das firmas Luce Rosa & Cia., Colonizadora Capelli, Colonizadora Brun e Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia., cabendo à Luce Rosa a colonização da zona da uva, à Capelli a da fazenda Rancho Grande, aos Brun a fazenda Suruvy e à Empresa Mosele as fazendas do Rio do Engano e Sertãozinho.

Uma das características principais da colonização foi a instituição do regime da pequena propriedade, variando os lotes coloniais entre 8 a 15 alqueires paulistas, permitindo um aglomerado mais denso das populações que para aqui imigraram.)

A participação das empresas colonizadoras no povoamento e progresso do território é hoje assunto incontestável, pois foram elas que canalizaram, principalmente do Rio Grande do Sul, enorme quantidade de famílias de origem italiana e alemã. Nenhuma corrente imigratória externa foi para aqui trazida, de modo que o município não apresenta nenhum problema racial. Nota-se, ao percorrer o Município, a diversidade dos métodos de cultura do solo e mesmo da criação. Os modernos métodos da agricultura estão obtendo preponderância no meio rural, dados os serviços de assistência técnica difundidos pela moderna Associação Rural de Concórdia. Com o desenvolvimento da atividade colonizadora, o território começou a demonstrar capacidade econômica, a partir de 1931, razão por que, a 12 de julho de 1934, após trabalho exaustivo dos elementos de projeção social, tendo à frente o Senhor Leonel Mosele, um dos diretores da Sociedade Territorial Mosele, Eberle Ahron & Cia., o então Interventor Federal do Estado, Coronel Aristiliano Ramos, pelo Decreto n.º 635, concedia autonomia municipal a Concórdia, sendo o município instalado a vinte e nove daquele mês, e formado por território desmembrado do Município de Cruzeiro. Mais tarde, por permuta com o município de Campos Novos, obteve o distrito de Uruguai, dando o de Ipira; posteriormente para a formação do município de Piratuba, viu seu território desmembrado dos distritos de Esteves Júnior e Uruguai. Ainda, para a formação do município de Seara, concorreu Concórdia com os distritos de Itá e Seara (antigo Nova Milano), isto em consequência da nova divisão territorial do Estado, em 1953.

O Cartório do Registro Civil, em Concórdia, foi criado em 27 de maio de 1926. A primeira escola primária, em 22 de maio de 1926. A Agência Postal, em 20 de fevereiro de 1929. A Estação Telegráfica, em 1.º de dezembro de 1940. A Coletoria Estadual, em 22 de novembro de 1933. A Coletoria Federal, em 10 de novembro de 1937. A Comarca de Concórdia abrangendo Concórdia e o município de Rio do Peixe, hoje Piratuba, foi criada pelo Decreto n.º 697, de 5 de novembro de 1934, e instalada em 24 de fevereiro de 1935, sendo seu primeiro Juiz, o Doutor AUGUSTO LUSTOSA TEIXEIRA DE FREITAS. A Paróquia foi criada em 14 de julho de 1932, tendo por primeiro vigário Frei Minolfo Ellers, que tomou posse a 16 de setembro de 1934.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVO-JUDICIÁRIA — O distrito de Concórdia foi criado pelo Lei Municipal n.º 82, de 11 de agosto de 1927, com território desmembrado dos de Bela Vista, Itá e Irani, do Município de Cruzeiro, e instalado a 10 ou 25 de setembro do mesmo ano.

O Município de Concórdia foi instituído, com território desmembrado do de Cruzeiro, pelo Decreto Estadual n.º 635, de 12 de julho de 1934, ocorrendo a instalação a 29 do mesmo mês.

A Lei Estadual n.º 697, de 5 de novembro de 1934, criou a Comarca, que se instalou em 24 de janeiro do ano seguinte.

O quadro administrativo e judiciário vigente em 1958, estava assim constituído: Comarca, Têrmo e Município: Concórdia; distritos: Arabutã, Ipumirim e Volta Grande. A Câmara de Vereadores compõe-se de 11 membros.

de Itá, composto apenas do distrito da sede e Seara, com os distritos da sede, Caraíba, Nova Tentônia e Xavantina.

Acha-se em vigência a legislatura iniciada em 1955. O atual Prefeito Municipal é o sr. Fioravante Massolini. A Câmara de vereadores compõe-se de 11 membros.

LOCALIZAÇÃO — Concórdia localiza-se na zona fisiográfica de Rio do Peixe com as seguintes coordenadas geográficas: 27° 13' 55" de latitude sul e 52° 01' 26" de longitude W. Gr.

Sua distância em linha reta da Capital do Estado é de 345 km (52.º lugar em relação aos demais municípios).



Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.



Vista parcial da Rua Marechal Deodoro

ALTITUDE — A sede do Município situa-se a 500 metros de altitude, sendo a 48.^a no Estado, em ordem crescente.

CLIMA — A temperatura média anual é de 16,4 centígrados, registrando-se chuvas abundantes durante a estação invernal. É comum a ocorrência de granizo.

ÁREA — O município figura em 19.^o lugar em superfície no Estado, com 1 456 km². *1196 Km²*

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município é banhado por diversos cursos de água. — Rio do Peixe, do Engano, Jacutinga, Rancho Grande e um elevado número de afluentes do Rio Uruguai, este navegável na época das cheias por balsas de madeira. Embora de conformação acidentada no seu leito, não possui o Rio Uruguai quedas de água de grande aproveitamento, exceção feita à do Estreito na divisa com o Estado do Rio Grande do Sul, com 8 m de altura, onde se projeta uma das maiores usinas hidrelétricas do Sul com capacidade já levantada de 194 000 H.P.

O Rio Uruguai desce de suas nascentes com aproximadamente 400 metros de largura para ter na altura do Estreito apenas 60 centímetros, podendo assim um homem, em virtude da diminuta largura, colocar um pé em terras de Santa Catarina (Concórdia) e o outro no Rio Grande do Sul.

RIQUEZAS NATURAIS — As madeiras em geral, as pedras para construção e a argila para fabricação de tijolos são as principais fontes de riqueza vegetal e mineral.

POPULAÇÃO — Dentre os municípios de todo o Estado, existentes em 1.^o de julho de 1950, data do último Recenseamento Geral do Brasil, Concórdia classifica-se em 11.^o lugar com 48 014 habitantes.

A cidade ocupa o 25.^o lugar em relação às demais de Santa Catarina.

Dos habitantes do município, 24 584 eram do sexo masculino e 23 430 do feminino; 45 942 eram brancos, 1 736 pretos, 86 pardos e 24 não declararam a cor. No grupo das pessoas de 15 anos e mais, em número de 24 422, declararam-se casados 15 396, solteiros 8 171, viúvos 687 e desquitados 24, nada declarando quanto ao estado conjugal, 144 pessoas; quanto à nacionalidade, 547 eram estrangeiros e 175 brasileiros naturalizados. Das religiões, a Católica Romana congrega maior número.

A densidade populacional é de 32,9 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o município o 14.^o lugar no Estado.

Concórdia apresenta-se com uma das maiores porcentagens de população rural no Estado, com a média de 92,2%, superior à média estadual que é de 76,4%.

O Departamento Estadual de Estatística estimou, em 1958, a população do município em 49 523 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A sede municipal e duas vilas são as principais aglomerações urbanas. Naquela se localizam 2 593 habitantes (1 269 homens e 1 324 mulheres); na vila de Arabutá residem 142 pessoas (72 homens e 70 mulheres); na de Ipumirim 274 são os habitantes encontrados — 136 do sexo masculino e 138 do sexo feminino. Esses dados foram obtidos através do Recenseamento Geral de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade fundamental à economia do Município é a suinocultura.

Nos ramos de indústria em geral, a população alcançou a elevada soma de Cr\$ 277 168 701,00. A produção de banha de porco (refinada ou não), em 1955, atingiu a 4 956 470 kg, avaliados em Cr\$ 118 355 763,00; na ordem de importância seguem-lhe a produção de linguiças e salchichas não enlatadas, com 1 623 187 kg, valendo Cr\$ 35 141 271,00; a de farinha de trigo (3 112 305 kg — Cr\$ 21 702 164,00); de toucinho defumado (483 000 kg no valor de Cr\$ 7 245 000,00) e de carne de suínos salgada (541 161 kg, avaliados em Cr\$ 7 235 000,00).

Sob o ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" congregam-se 27% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais).

As principais culturas (temporárias) são o milho, o trigo, a mandioca, o feijão (grão), a batata-doce, a batatinha, o fumo em folha, o aipim e o arroz. Como culturas permanentes, as de maior importância são: a uva, a laranja, o figo, a bergamota, a tangerina e a noz européia.

O valor da produção agrícola, em 1957, atingiu Cr\$ 278 651 145,00 e a população pecuária, existente no município no ano anterior, estava avaliada em Cr\$ 266 184 000,00.

A percentagem da população ativa na indústria é de 2%.

Relativamente à produção extrativa, estimativa da Agência Municipal de Estatística, referente ao ano de 1957, destacou como principais produtos os seguintes: tijolos (2 200 milheiros no valor de Cr\$ 2 860 000,00), telhas (420



Praça da Bandeira, ao fundo a Igreja-Matriz da Paróquia de N. S.ª do Rosário



Vista de um grande frigorífico instalado na cidade

Dois periódicos circulam na cidade: o jornal A Voz de Concórdia (noticioso quinzenal) e O Jornal da Semana (semanal).

FINANÇAS — O quadro das finanças públicas no município de Concórdia, no período de 1950-1956 apresentava as seguintes cifras:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr\$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr\$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.....	2 594	5 034	2 958	1 758	2 963
1951.....	2 984	7 108	3 057	2 385	3 224
1952.....	3 892	9 844	4 490	3 406	4 730
1953.....	7 219	13 104	5 283	3 520	4 714
1954.....	8 168	15 489	5 948	3 098	6 401
1955.....	9 288	22 333	6 260	3 181	6 584
1956.....	12 954	31 741	9 029	3 698	8 889

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Três paróquias propagam o culto católico romano em Concórdia: a de Nossa Senhora do Rosário (com 4 sacerdotes, 1 Igreja Matriz e 44 capelas públicas), a do Puríssimo Coração (com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz e 8 capelas públicas) e a da Sagrada Família (com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz e 12 capelas públicas).

Quatro comunidades evangélicas luteranas (a de Rancho Grande com 7 igrejas) pregam o culto protestante.

A principal festa religiosa é a de Santo Antônio de Pádua e Lisboa, padroeiro do município, no dia 13 de junho. A 29 do mesmo mês é comemorado o Dia do Município.

A 7 de outubro festeja-se o dia de Nossa Senhora do Rosário, santa padroeira.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Aos habitantes locais dá-se o nome de "concordienses". O nome "Colônia Concórdia" havia sido dado pela Empresa Mosele Eberle, Ahron & Cia. à área de terra comprada à Brazil Development Colonization Company, em 1925.

Concórdia é sede de Comarca e Têrmo. A Comarca abrange além dêsse o município de Seara e Itá.

O eleitorado do município, em 1958, era de 9 220 eleitores.

Em 31-XII-957, mais de cinco centenas de veículos a motor eram encontrados no município, além de 3 345 de tração animal. Dos primeiros, 107 eram automóveis, 57 "jeeps", 12 micro-ônibus, 50 camionetas, 16 motocicletas, 251 caminhões e oito tratores; dos últimos 6 eram carros de 2 ou 4 rodas, 329 bicicletas e 3 110 carroças de 4 rodas.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

CRICIÚMA — SC

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — Em 1735, mais ou menos, era feita uma concessão de sesmaria a Jerônimo de Castro, nas alturas de Urussanga, o que nos leva a crer que nela se achava incluído o território do atual Município de Criciúma, devendo estas terras ter sido visitadas e trilhadas então.

A bem dizer, porém, somente entradas e bandeiras passavam por estas plagas, continuando quase virgem, e, a terra à mingua de colonizadores reais, até 6 de janeiro de 1880, data em que se fundavam as colônias de Criciúma, com imigrantes italianos vindos da zona setentrional da península itálica, de Veneza, Beluno e Treviso, da corrente imigratória que teve o seu início em 1837.

Nos primeiros tempos da colonização, muitos colonos caíram mortos, na luta com o elemento indígena. Através de montanhas, matos e rios, os imigrantes fizeram caminhadas longas e cansativas, rasgando picadas até encontrarem o pequeno rio ensombreado por coqueiros — rio Criciúma — em cujas margens plantaram o esboço da povoação.

Eram 22 famílias, com 139 pessoas, entre homens, mulheres e crianças, que constituíram a leva inicial daqueles colonizadores.

Dêstes primeiros imigrantes, uns poucos ainda são vivos, e da relação dos mesmos, constam as famílias Pizetti, Scotti, Sônego, Benedet, Casagrande, De Luca, Dário, Pavan, Netto, Martinello, Peireini, Tomé, Zanette, Milanez, Darós, Biléssimo, Meller, Milioli, Ortelan, Venson, Piazza e Barbieri.

A colônia de Criciúma, desenvolveu-se rapidamente, e, em 1892, era elevada à categoria de Distrito de Paz, como sexto distrito de Araranguá, conforme a seguinte lei:

"Lei n.º 48, de 2 de setembro de 1892.

O Tenente Manoel Joaquim Machado, Presidente do Estado de Santa Catarina.

Faço saber que o povo catarinense, por seus representantes, decreta e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica criado no Município de Araranguá, no núcleo colonial denominado "S. José de Criciúma" um distrito de paz.

Art. 2.º — Os limites para êste distrito são: ao norte, abrangendo tóda a colônia de Nova Veneza; ao sul, pela terceira linha do rio Sangão; a oeste, pelo costão da Serra



Visto parcial da cidade

Instalação de um Posto de Criação suína em Concórdia.



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DA VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E AGRICULTURA

69

FLORIANÓPOLIS
17 de junho de 1950.

F. M.
30-6-950

Senhor Prefeito:

A propósito da instalação de um posto de criação de Suínos nesse município, abaixo transcrevo, para seu conhecimento, o officio de nº 463, de 16 do corrente, recebido, do Senhor Diretor da Produção Animal:

"Senhor Secretário. Temos a honra de informar a V. Excia. que de conformidade com a explicação verbal feita a S. Excia o Sr. Governador do Estado, em dias de março do corrente ano, sobre a instalação de um posto de criação de Suínos em Concórdia, e devidamente recomendado por V. Excia., estive naquele Município, deixando esclarecido ao Sr. Prefeito Municipal, que disporíamos da verba de Cr\$ 50.000,00 para início dos trabalhos de instalação.

Entretanto os orçamentos ultrapassaram essa importância, e somente com a cooperação pecuniária da Prefeitura Municipal poderíamos realizar os projetos em apreço, visto que já havíamos planejados os nossos trabalhos, destacando as verbas para cada um dos setores, deixando claro que somente as construções iniciais seriam de Cr\$ 93.170,00, conforme proposta apresentada pelo Sr. Leonidas Favero, sem lavarmos em conta as despesas de pessoal e manutenção.

Cabe-nos, Senhor Secretário, ainda aduzir que, dentro do planejamento para defesa da agro-pecuária, consta o Posto de Monta de Concórdia, com as seguintes dotações:

Ao Senhor Fioravante Massolini
DD, Prefeito Municipal de
CONCÓRDIA

Pessoal

Agrônomo.....	34.800,00	
Pessoal escritório e operários..	<u>90.000,00</u>	124.800,00

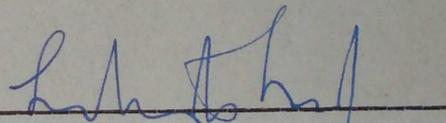
Diversos

Para instalações.....	150.000,00	
Para manutenção.....	<u>50.000,00</u>	<u>200.000,00</u>
		324.800,00

Verifica-se, portanto que pretendemos realizar o pleiteado pelo Sr. Prefeito Municipal de Concórdia, criando um estabelecimento digno daquele Município e que atinja as suas reais finalidades, proporcionando resultados economicos indirectos.

Sirvo-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência, os protestos de minha mais alta estima e distinta consideração. (Ass.) Lauro Fortes Bustamante - Diretor"

Cordiais saudações



Leoberto Leal

Secretário da Viação, Obras
Públicas e Agricultura.

Justificativa para mecanização da lavoura – 1948

6-7-48

SÃO PAULO
Av. do Estado, 4952
PORTO ALEGRE
Rua 7 de Setembro, 856
PELOTAS
Prça. Cel. Pedro Osorio, 154

MESBLA
SOCIEDADE ANÔNIMA
MATRIZ
Rua do Passeio, 48/54
RIO DE JANEIRO

BELO HORIZONTE
Rua Curitiba, 448/464
RECIFE
Rua da Palma, 251
NITERÓI
R. Visc. Rio Branco, 521/23

Rio de Janeiro, Abril de 1948.

Excelentíssimo Senhor Prefeito:-

Está provado que a solução básica para impedir o encarecimento do custo de vida e resolver todos os outros problemas econômicos e sociais dele decorrentes, consiste no aumento da produção.

Sendo ainda a agricultura o principal sustentáculo de nossa estrutura econômica, essa solução aplica-se, com especialidade, à produção agrícola.

O êxodo de trabalhadores rurais para as cidades, trouxe para a lavoura o angustioso problema da falta de braços, responsável pelo constante decréscimo que se verifica no volume global das colheitas e o visível aumento do preço de custo dos produtos agrícolas.

A solução racional e oportuna para o problema encontra-se na mecanização da lavoura.

Substituindo-se o braço pela máquina, multiplica-se a capacidade de produção do trabalhador rural, permitindo remunerá-lo melhor, fixando-o ao campo e reduzindo-se sensivelmente o custo da produção.

O problema, que em seu conjunto assume proporções apreciáveis devido à extensão geográfica de nosso país, encarado isoladamente em cada Município, apresenta-se de tal forma subdividido, que a solução torna-se obviamente muito mais simples.

Dentro desse enunciado, tomamos a liberdade de sugerir a V. Excia., em bases gerais, o seguinte plano, cujos detalhes dependerão necessariamente de particularidades locais desse Município.

Partimos do princípio que, se cada uma de nossas Prefeituras adquirir e mantiver em funcionamento um único conjunto para preparo mecânico do solo, passarão a trabalhar em nosso país 1669 tratores agrícolas, o que influirá decisivamente no volume geral da produção.

O uso desses conjuntos teria um resultado imediato - o aumento da área cultivada e conseqüentemente da produção, e um efeito futuro, mas não remoto, - o emprego de máquinas agrícolas por numerosos lavradores, que animados pelas vantagens da mecanização da lavoura, adquirirão máquinas para seu próprio uso.

Examinemos ligeiramente a feição financeira do plano que submetemos à apreciação de V. Excia.:-

- segue -
AR. 13.1800-4-48

SÃO PAULO
Av. do Estado, 4952
PORTO ALEGRE
Rua 7 de Setembro, 856
PELOTAS
Prça. Cel. Pedro Osorio, 154

MESBLA

SOCIEDADE ANÔNIMA

MATRIZ
Rua do Passeio, 48/54
RIO DE JANEIRO

BELO HORIZONTE
Rua Curitiba, 448/464
RECIFE
Rua da Palma, 251
NITERÓI
R. Visc. Rio Branco, 521/23

- 2 -

Haverá de fato uma inversão de capital na compra do conjunto mas não uma despesa, pois os trabalhos executados por essas máquinas devolverão, direta ou indiretamente aos cofres da Municipalidade, a importância aplicada em sua aquisição. Diretamente, se os serviços de aração e gradagem forem cobrados dos beneficiados, computando-se além dos gastos com combustível e tratorista, uma taxa correspondente à amortização do valor das máquinas e juros. Indiretamente, se a título de cooperação, forem cobradas apenas os gastos com combustível e operador. Os benefícios para o Município, resultantes do aumento e barateamento da produção, justificam fartamente o capital invertido.

Uma outra modalidade, será a Prefeitura auxiliar com uma certa percentagem do custo dos conjuntos, a um grupo ou grupos de lavradores, que se comprometerão, dentro de certas condições, a executar serviços para outros agricultores, mediante remuneração.

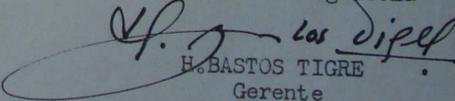
Para permitir à V. Excia. estudar o assunto de uma forma concreta, anexamos à presente uma proposta para um conjunto "básico", constante de um trator "Oliver" modelo 80-KD Standard, um arado de 3 ou 4 discos, marca "Jumbo", uma grade de 28 ou 32 discos, marca "General Implement", um carro reboque "Oliver" e um terraceador "Slusser Mc. Lean".

Para evitar que o trator fique inativo o resto do ano, uma vez passado o período da aração, pode-se utilizá-lo transportando madeira, produtos da lavoura, etc. O terraceador que incluímos na proposta, manterá as estradas do Município em perfeitas condições e auxiliará na abertura de outras novas.

Colocamo-nos ao inteiro dispôr de V. Excia. para fornecer outros esclarecimentos, inclusive dados sobre forma de amortização, etc. dessas máquinas.

Esperando os valiosos comentários de V. Excia. à nossa sugestão, reiteramos nossos protestos de elevada consideração e nos firmamos mui

Atenciosamente
MESBLA S/A
Departamento Agrícola


H. BASTOS TIGRE
Gerente

AGR. 13-1800-4-48.

Prefeitura de Concórdia pede apoio financeiro da S/A Indústria e Comércio Concórdia para construção de aeroporto

Concórdia, 14 de julho de 1.956.

Nº 44/Cm/.

Senhor Presidente:

Atendendo ao pedido de informação apresentado pelo edil Pedro H. Hermes e contido no ofício nº 31/Cm/, temos a dizer o seguinte:

a - Em 6/V/1.955, o Executivo se dirigiu a S/A Indústria e Comércio Concórdia, em vista de estar consignada no orçamento da União daquele ano a quantia de R\$ 350.000,00 / como auxílio a construção de aeroporto, solicitando que essa mesma organização fizesse o adiantamento dessa importância, afim de possibilitar a continuidade dos serviços, pois a Prefeitura naquela época não dispunha de recursos, "ASSUMINDO A MUNICIPALIDADE A INTEIRA RESPONSABILIDADE DE DEVOLVER AS IMPORTÂNCIAS ADIANTADAS, TÃO LOGO RECEBA DO GOVÊRNO FEDERAL A ALUDIDA VERBA" (of. 122/55). Em 9 desse mês, aquela Sociedade concordou em "ADIANTAR AO MUNICÍPIO AS IMPORTÂNCIAS CORRESPONDENTES E ATÉ O VALOR TOTAL DA VERBA DESTINADA DE R\$ 350.000,00, PARA QUE NÃO FOSSE PARALIZADA A OBRA, LEVANDO EM CONTA A OBRIGATORIEDADE DA DEVOLUÇÃO DA MESMA APÓS O RECEBIMENTO PELA PREFEITURA DA VERBA CONSIGNADA NO ORÇAMENTO DA REPÚBLICA, PARA O CORRENTE EXERCÍCIO E ESPECÍFICA PARA AQUELE FIM". Pelo ofício 135/55, o Prefeito em exercício a 9/V/, respondeu afirmando que "A MUNICIPALIDADE ASSUME A RESPONSABILIDADE DE, APÓS RECEBER A IMPORTÂNCIA DE R\$ 350.000,00 DO GOVÊRNO FEDERAL, DEVOLVÊ-LA INTEGRALMENTE", como de direito e justiça. Em 2/XII/, pelo of. 390/55, o Executivo se dirigiu a mesma S/A consultando se estava disposta a financiar a construção de aeroporto municipal, sendo "POSTERIORMENTE RESSARCIDA DE TODAS AS DESPÊSAS, QUANDO DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA PREFEITURA, DOS AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇÕES DOS PODERES PÚBLICOS OU DOAÇÕES DE PARTICULARES". No dia imediato, a S/A Indústria e Comércio Concórdia informava que "RESOLVEU ATENDER AO SOLICITADO, EFETUANDO DESPÊSAS, INCLUSIVE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, COMO ATÉ AGORA TEM FEITO, PARA POSTERIOR PAGAMENTO, COM VERBAS E RECURSOS A SEREM OBTIDOS DOS GOVÊRNOS FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL OU QUAISQUER OUTRAS PARA O FIM ALUDIDO DA CONSTRUÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL DE CONCÓRDIA." Após outras considerações, externou a Sociedade: "FICAMOS NO AGUARDO DE UMA RESPOSTA-COMPROMISSO, BEM COMO QUE ESSA MUNICIPALIDADE TENHA A GENTILEZA DE NOS COMUNICAR, NAS ÉPOCAS OPORTUNAS, QUAIS OS RECURSOS SOLICITADOS E POR RECEBER, ISSO PARA NOSSO GOVÊRNO". Finalmente, em 6 de dezembro de 1.955, pelo of. 391, a Prefeitura assumiu o compromisso de ressarcir a S/A do financiamento do aeroporto, "ACEITANDO IN TOTUM AS CONDIÇÕES NELA EXPRESSAS".

b - Tendo em vista o penúltimo tópico da letra "a", pelo ofício 81/56, de 23/II/, nos dirigimos a S/A Indústria e Comércio Concórdia comunicando que se encontrava a disposição sua a quantia de R\$ 225.000,00, consignada no orçamento do ano, e consultamos se desejavam receber dita quantia; caso contrario seria ela empregada pela administração nas obras em andamento. Contestando essa correspondência, a direção da S/A assim se manifestou em 27/II, em certa altura: "LEVANDO EM CONTA AS NECESSIDADES DE TÉRMINO DAQUELE EMPREENDIMENTO, RESOLVEU ESTA ADMINISTRAÇÃO CONCORDAR COM O PEDIDO CONTINUANDO EM PLÉNO VIGÔR AS CARTAS-COMPROMISSOS Nºs 390 e 391/55 DESSA MUNICIPALIDADE, NO TOCANTE AS DESPÊSAS JÁ EFETUADAS E POR EFETUAR, OBRIGANDO-SE O MUNICÍPIO, SEMPRE A RESSARCIR OS FINANCIAMENTOS QUE NOSSA SOCIEDADE TEM EXTENDIDO E VENHA A EXTENDER, PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DO REFERIDO AEROPORTO".

Êstes são, Senhor Presidente, os esclarecimentos que devemos prestar, com referência ao aeroporto municipal de Concórdia, ora em construção.

Valemo-nos da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de distinta consideração e elevado apreço.

/NSF/

P r e f e i t o

Ao
Exmo. Sr. Verender dr. Napoleão Dequech,
Digníssimo Presidente da Camara Municipal de Concórdia.
Nesta Cidade.

Exposição de suínos = amostras de raças aprimoradas

INFORMATIVO DA SEGUNDA EXPOSIÇÃO ESTADUAL DO TRIGO

E
E PRIMEIRA MUNICIPAL DE SUINOS, A REALIZAR-SE NESTA CIDADE,
DERANTE OS DIAS 6,7 e 8 DE DEZEMBRO PROXIMO:-

Está sendo aguardado com ansiedade, os dias 6-7 e 8 de dezembro próximo, quando se realizará nesta cidade a Segunda Exposição Estadual do Trigo e Primeira Municipal de Suínos, patrocinadas pelo Ministério da Agricultura, através do Serviço de Expansão do Trigo ~~XXXXXXXX~~ Prefeitura Municipal e Associação Rural de Concórdia, mostra que apresentará exemplares de diversas raças aqui criadas, especialmente Duroc-Jersey e Hampshire, da mais pura linhagem.

Como já temos dito repetidas vezes, é dever de todos nós que aqui vivemos neste bendito rincão de Santa Catarina, prestigiar e concorrer a esta Primeira Exposição Municipal de Suínos e a Segunda Estadual do Trigo, porque, assim procedendo, estamos elevando cada vez mais, o nome do nosso glorioso Estado e tornando conhecido o nosso Município além fronteiras, como o Município líder na criação de porcos de finas raças e um dos maiores do Estado na agricultura, destacando-se a triticultura, pela sua grande variedade de sementes.

Para que todos possam tomar parte na Primeira Exposição Municipal de Suínos, expondo os seus crioulos, não é necessário que os animais sejam portadores de registros ou certificados de origem, pois haverá diversas classes e, provavelmente até para animais dos chamados "Pelo Duro". Portanto, queremos repetir, não é necessário certificado de origem, salvo para aqueles que os possuem, para tomar parte na Primeira Exposição Municipal de Suínos, pois ele poderá ser inscrito em uma das classes que não exigem aquele documento. Nesta Primeira Exposição haverá lugar para as mais diversas categorias de porcos.

Sobre as inscrições, a Associação Rural de Concórdia está elaborando um boletim explicativo, que será lido por esta Emissora e distribuído entre todos, tão logo esteja pronto. Podemos adiantar que eles serão inteiramente grátis aos senhores criadores e colonos.

É DEVER DE TODOS QUANTOS HABITAM EM CONCÓRDIA, CONCORRER DE QUALQUER FÔRMA PARA O MAIOR BRILHANTISMO DA SEGUNDA EXPOSIÇÃO ESTADUAL DO TRIGO E PRIMEIRA MUNICIPAL DE SUINOS, A REALIZAR-SE NOS DIAS 6- 7- e 8 DE DEZEMBRO.-

Publicado pela Comissão de Propaganda, na Rádio de Concórdia, em 23/9

INFORMATIVO DA SEGUNDA EXPOSIÇÃO ESTADUAL DO TRIGO E PRIMEIRA MUNICIPAL DE SUINOS, A REALIZAR-SE NESTA CIDADE NOS DIAS 6-7 e 8 DE DEZEMBRO PROXIMO:-

Esteve reunida hontem, no gabinete do Sr. Prefeito Municipal, a Comissão Diretora da Exposição, estando presente a Comissão de Festejos; os trabalhos que foram presididos pelo Sr. Atilio Fontana, prolongaram-se até altas horas da noite, dado o grande numero de assuntos tratados; dentre eles, podemos destacar a autorização á Comissão de Propaganda a contratar o Sr. Kurt Hermes, pintor de reconhecido mérito, para a confecção de cartazes, que amanhã, já iniciará seus trabalhos.

A Comissão Diretora vai dirigir-se ao Exm^o Governador do Estado, solicitando de sua excelencia autorização para que se encerrem em 30 de novembro proximo, os exames no Grupo Escolar Deodoro, afim de que seja ocupado o edificio do referido Grupo Escolar, para acomodar os senhores visitantes, dado a escacez de comodos nos hotéis desta cidade.-Os trabalhos em geral, prosseguem em grande atividades.

A primeira Exposição Municipal de Suinos marcará o inicio de uma nova fase na suinocultura concordiense, pois daí para diante, será grande o numero de criadores que procurará obter animais melhores do que os dos outros, afim de se inscreverem nas diversas categorias do concurso e concorrerem ao maior numero possivel de premios.

Apezar do premio, em si, ser importante, a maior vantagem que o criador premiado tira é a de ver o seu nome respeitado e citado como um dos melhores criadores de suino do município, o que fará com que os interessados em compras de suinos o procure e, desta maneira, ele terá aumentado o numero de seus negocios.

No próprio recinto da Exposição serão efetuados, entre os expositores e demais suinocultores, transações de vulto, tornando-se uma verdadeira feira.

Os objetivos imediatos da Exposição são estes:- Estimular a melhoria do rebanho suino de Concórdia e a melhoria dos metodos criatorios; fomentar os negocios dos suinocultores concordienses, tornando-os conhecidos de todos, inclusive dos criadores de outros municípios.

É dever de todos nós prestigiar e concorrer a esta primeira Exposição, pois, assim fazendo, estaremos beneficiando a nós próprios.

PUBLICADO PELA COMISSÃO DE PROPAGANDA, NA RADIO DE CONCÓRDIA, em 22/9/1953.

Informativo sobre as Exposições de Trigo e Suíno



2a. Exposição Estadual do Trigo e 1a. Exposição Municipal de Suínos
à realizar-se em CONCÓRDIA - "Capital do Trabalho"
de 6 a 8 de Dezembro de 1953

Concórdia (S.C.), 18 de Novembro de 1.953.

I n f o r m a t i v o

Da

A

Assunto:

Inspetor Regional do Serviço de Expansão do Trigo

Esteve ontem em nossa cidade o Agrônomo José Soares Brandão, filho, Inspetor Regional do Serviço de Expansão do Trigo e representante do Ministério da Agricultura na Comissão Diretora da 2a. Exposição Estadual do Trigo, a ser realizada nesta cidade, nos dias 6, 7 e 8 de Dezembro vindouro. Durante sua breve permanência entre nós, foram tratados de assuntos de grande interesse para o êxito do certame acima mencionado. Outrossim, SS destacou para nosso município, até a realização dêsse, o agrônomo João Fonseca Pires Filho e outros auxiliares, que prestarão inestimável auxílio para o bom andamento dos trabalhos.

x x x x x x x x

Taça Madepinho Seguradora S/A

A prestigiada organização Madepinho Seguradora S/A, atendendo ao apêlo que lhe foi dirigido pela Comissão Diretora, resolveu instituir uma finíssima Taça, denominada "Taça Madepinho Seguradora S/A", a ser destinada ao suíno de maior peso, apresentado por expositores de nosso município.

x x x x x x x x

Grande churrasco

Na reunião da Comissão Diretora, ontem à noite realizada, foi resolvido que seria oferecido um grande churrasco público, as autoridades e ao povo em geral, no próximo dia 6 de Dezembro, às 12 horas, tendo por local o estádio municipal desta cidade. Para essa churrascada, serão tomadas imediatas providências, com referência ao serviço de distribuição, acomodação e atividades similares.

x x x x x x x x

Rainha da 1a. Exposição Estadual do Trigo

O sr. Atílio Fontana, presidente da Comissão Diretora da Exposição, recebeu da senhorita Ella Rita Kellermann, Rainha Estadual do Trigo, eleita por ocasião da 1a. Exposição Estadual, realizada no visinho município de Joaçaba, uma atenciosa missiva, agradecendo o convite para assistir as festividades que terão lugar nesta cidade, nos dias 6, 7 e 8 de Dezembro próximo vindouro, e comunicando que, infelizmente, por motivo de força maior, considerando a realização dos exames finais, que serão efetuados no Conservatório de Blumenau, e se prolongarão até a segunda quinzena de Dezembro, não poderá comparecer aos festejos.



2a. Exposição Estadual do Trigo e 1a. Exposição Municipal de Suínos
à realizar-se em CONCÓRDIA - "Capital do Trabalho"
de 6 a 8 de Dezembro de 1953

21

Concórdia (S.C.),

porém, externava sinceros votos para o êxito completo das solenidades e apresentava seus respeitos a Rainha da Exposição de Concórdia.

Da

A

Assunto:

x x x x x x x x

Decorador Pericles

Dentro de breves dias, chegará a nossa cidade o conhecido decorador Pericles, da capital do Estado, afim de empregar suas atividades no local onde será realizada a Exposição do Trigo, enfeitando o ambiente, dentro da ~~XXXXXX~~ técnica e do apurado gosto artístico do mencionado artista.

x x x x x x x x

Emissário da Comissão Diretora

Seguiu viagem ontem, pela manhã, com destino a vizinha cidade de Erechim, no Estado Sul Riograndense, o cidadão Edmundo Menezes, 1º Secretário da Comissão de Propaganda das Exposições, que, devidamente credenciado pela Comissão Diretora, entrará em contacto com altas personalidades daquela Comuna, visando conseguir preciosa colaboração para o maior êxito dos certames, programados para o próximo mês, nesta cidade.

x x x x x x x x

Não trarão stands

Por motivos ponderáveis, os municípios de Campos Nvos e Curitibaanos, não organização stands no recinto da Exposição do Trigo, porém, participarão ativamente com pequenos mostruários e pelo comparecimento de grande caravana de visitantes, que virão dar o necessário e imprescindível apoio moral aos organizadores do referido certame.

x x x x x x x x

Visitantes ilustres

Além do Ministro da Agricultura, Governador do Estado, possivelmente comparecerão o Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Corregedor do mesmo tribunal, Presidente da Assembléia Legislativa, deputados estaduais, federais, prefeitos de municípios do Oeste Catarinense, bem como outras autoridades gradas, civis e militares. É necessário que todos os concordienses se unam, deixando de lado as questões pessoais, afim de que seja possível dar aos visitantes e ~~XXXXXX~~ e forasteiros uma boa impressão, traduzida no êxito completo das festividades programadas.

x x x x x x x x

TRIGO: Riqueza da terra. — PÃO: Harmonia dos povos.



2a. Exposição Estadual do Trigo e 1a. Exposição Municipal de Suínos
à realizar-se em CONCÓRDIA - "Capital do Trabalho"
de 6 a 8 de Dezembro de 1953

Concórdia (S.C.),

- 3 -

Da

Aspecto citadina

A

Assunto:

Reiteramos o apêlo feito pela Comissão Diretora das Exposições, no sentido de que os senhores proprietários de lotes urbanos ordenem a limpeza dos mesmos, bem como mandem reconstruir os muros e cercas e pintar, se possível, seus prédios, afim de que nossa cidade cause um impressão saudável aos forasteiros. É necessário que tenham em mente que dificilmente a primeira impressão é varrida do pensamento. Por isso, torna-se imprescindível apresentar a cidade de Concórdia em perfeito estado de limpeza e com aspecto renovador e evolucionista.

x x x x x x x x

/NF/

JUSTIFICACÃO

Fla.1

A)- A IIa. Exposição Municipal de Suínos.

Sob os auspícios da Prefeitura Municipal de Concórdia e da Associação Rural, deverá realizar-se no município de Concórdia, nos dias 21, 22 e 23 de setembro vindouro a IIa. Exposição Municipal de Suínos.

Não ignoram os catarinenses os sucessos alcançados pela Ia. Exposição Municipal de Suínos, realizada juntamente com a Exposição Estadual do Trigo, no ano de 1953 p.passado. A partir dessa data para cá, nenhuma outra exposição desse gênero foi realizada no Estado, embora no setor da suinocultura, indiscutivelmente, o município de Concórdia venha desempenhando papel de destaque no cenário econômico da Nação.

Podemos sem qualquer receio de contestação, afirmar que poucos são os municípios do Brasil que se tem empenhado com afincos no incentivo à produção agro-pecuária, como Concórdia.

O povo catarinense como o dos estados vizinhos, nos dias 21, 22 e 23 de setembro próximo, terão mais uma vez, a prova cabal d'aquilo que ha muito vimos afirmando, isto é, de que Concórdia é o município líder da suinocultura em nosso Estado.

Na mencionada Exposição Municipal de Suínos, à vista dos resultados que de ante-mão sabemos irão ser apresentados, terão os catarinenses oportunidade de, mais de perto, conhecer o grande desenvolvimento da suinocultura no Oeste e o êmpare que estão a merecer os nossos abnegados colonos, bem como àquelas instituições que têm empreendido extraordinário incentivo à produção agro-pecuária.

B)- O desenvolvimento da suinocultura em Concórdia.

A posição de destaque do município de Concórdia, pela prática de sua suinocultura racionalizada, já despertou a atenção das mais altas autoridades do País, que lhe apontam como uma das mais adiantadas. Dentre as autoridades, interessadas no desenvolvimento da suinocultura nacional e que já visitaram Concórdia, destacamos: o Dr. Mario Dapice, do Instituto Biológico de São Paulo e um dos descobridores da formula da vacina cristal violeta; o Dr. Jorge Macario de Mello, Chefe do Serviço de Suinotécnica da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo; o Dr. Marçal Campos Chefe da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura, no Rio Grande do Sul; Diretores de Diversos Serviços Técnicos dos Estados do Paraná e São Paulo; Diretores de Frigoríficos, sediados nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul e últimamente uma ilustre caravana encabeçada pelo Brigadeiro Nero Meuro e pelo Dr. Cunha Buene.

A visita dessas autoridades ao município de Concórdia, para observar os métodos e a técnica empregada na criação de suínos, deve constituir motivo de orgulho e satisfação para os catarinenses em geral.

C)- R A Ç A S.

Dentre as várias raças de suínos conhecidos, predomina por excelência, no município de Concórdia a Duroc-Jersey que é a que melhor se tem adaptado a região e que melhores resultados econômicos tem proporcionado aos criadores. Em 1953, a Granja "SADIA" da organização comercial - Industria e Comércio Concórdia S/A - pioneira no fomento à suinocultura importou diretamente dos Estados Unidos um lote de cinquenta suínos de puro -pedigre- Duroc-Jersey, com o que conseguiu melhorar, consideravelmente a qualidade do rebanho do município. Atualmente, a mesma Granja, por intermédio do Consulado da Suécia em São Paulo e de seu adido agrícola, como dos representantes da Federação dos Agricultores Suecos, já tomou as demarches necessárias no sentido de importar um plantel de suínos da celebre raça dinamarqueza "Landrace". Trata-se de uma raça que se caracteriza pelo avantajamento do porte, de comprimento excepcional, muito precoce e de grande produtividade de carne. São ainda, criados no município de Concórdia além das nossas conhecidas raças criolas, suínos das raças Hampshire, Poland-China e Tamworths.

D)- Experiências que comprovam o grau de desenvolvimento da suinocultura em Concórdia.

A campanha em prol do fomento da suinocultura no município de Concórdia, encetada pela progressista organização industrial - S/A. Industria e Comercio Concórdia - seguida de imediato pelo apoio efetivo do Poder Publico Municipal, da Associação Rural e de grande número de criadores, enseja atualmente experiencias técnicas que comprovam o alto e elevado índice de seu desenvolvimento.

À guisa de esclarecimento, passamos a registrar alguns resultados já comprovados tecnicamente:

1º - Um exemplar da raça Duroc-Jersey, abatido com cinco meses e vinte e nove dias, pesou 119 quilos;

2º - Outro exemplar da mesma raça (capado), abatido com cinco meses e vinte e sete dias, pesou 117 quilos.

A espessura do tocinho na matança, em média, foi constatada de duas a duas e meia polegadas.

Os dados obtidos acima, foram verificados em animais criados pelo sistema de alojamento confinado e alimentados com ração concentrada.

A exposição acima, pela sua expressão numérica, dispensa maiores comentários sobre o alto valor econômico alcançado na cria-

na criação de suínos no município de Concórdia.

E)-AMPARO DO PODER PUBLICO ESTADUAL À CONCLAVES DESSA NATUREZA.

A realização de exposições, como a que se vai levar a efeito no município de Concórdia, trazem sempre benefício para o Estado. O Governo do Estado de Santa Catarina, nem sempre, omitiu-se no concurso, quer material como moral, à conclaves dessa natureza. Haja visto, a recente Exposição Nacional do Trigo, realizada na cidade de Joaçaba, a qual muito embora contando com o auxílio de dois milhões de cruzeiros do Governo Federal, não deixou de contar também com o auxílio do Governo do Estado. Para tanto, o ex-governador Irineu Bornhausen, pela mensagem Nr. 1.008, de 10/8/55, solicitou a este Poder Legislativo a necessária autorização para abrir o credito especial de Cr\$.200.000,00, destinado a auxiliar àquele magno conclave. A Exposição Agro-Pecuaria de São Joaquim, a Exposição Avícola de Canoinhas e a Exposição Agropecuaria de Lages, tôdas realizadas em datas relativamente recentes, contaram com o auxílio do Poder Publico Estadual.

Crêmos que a Exposição Municipal de Suínos do município de Concórdia, pelo que representa para a economia do Estado de Santa Catarina não poderá, como as demais, deixar de merecer a indispensável e patriótica colaboração do atual Governo do Estado.

Tenho para comigo a convicção de que o ilustre catarinense que detem as rêdêas do Executivo Estadual, face aos propositos que vem anunciando, não deixará de emprestar seu apoio a medida que estamos propondo, uma vez que este Poder Legislativo lhe dê a necessaria e devida autorização para a abertura do credito.

F)- RECURSOS PARA A COBERTURA DO PROJETO DE LEI QUE PROPOMOS.

Estabelece a Constituição do Estado de Santa Catarina, que nenhuma lei poderá onerar o Tesouro do Estado, sem a atribuição dos recursos necessárias.

A seu turno o Código de Contabilidade Pública, vigente para a União, Estado e Municípios, prescreve como recursos hábeis para a abertura de créditos os seguintes:

- I-Os provenientes do saldo verificado pela economia de dotações orçamentárias.
- II-O excesso de arrecadação, comprovado através de índices técnicos.
- III-Os decorrentes do saldo disponível do exercício anterior.

Pela mensagem apresentada a Assembléia Legislativa em da-

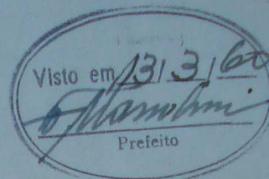
Deputado Fontana busca recursos públicos para a II Exposição Nacional de Suínos

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUNICÍPIOS

Em 18 de fevereiro de 1960

Of. 266/60

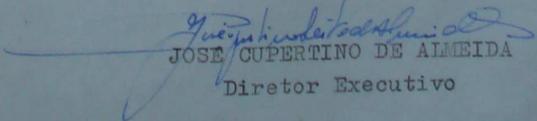
Senhor Prefeito,



De ordem do Senhor Presidente desta Entidade, Prefeito Antônio Lomanto Jr., temos a oportunidade de levar ao conhecimento de V.Exa. a apresentação, na Câmara dos Deputados, do projeto de lei nº 1 524/60, de autoria do Exmo. Senhor Deputado Attilio Fontana, que "autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, um crédito especial de Cr.\$800.000,00, destinado à conclusão das obras do Parque de Exposições de Concórdia, no Estado de Santa Catarina, para a II Exposição Nacional de Suínos, a se realizar em 1960", o qual julgamos ser do interesse dessa Municipalidade.

O referido projeto, publicado no Diário do Congresso Nacional de 12 do corrente, à pag. 890, foi despachado às Comissões de Justiça, de Finanças e de Orçamento, cumprindo-nos ressaltar que estamos ao inteiro dispôr de V.Exa. para outras informações, em detalhe, sôbre o assunto.

Aproveitamos o ensejo para renovar a V.Exa. os protestos de alta estima e distinta consideração.


JOSE CUPERTINO DE ALMEIDA
Diretor Executivo

Ao Excelentíssimo Senhor Fioravante Massolini,
DD. Prefeito Municipal de Concórdia - Santa Catarina
CONCORDIA - ESTADO DE SANTA CATARINA

Apoio estadual para a II Exposição Municipal de Suínos em Concórdia - 1956

GABINETE DO PREFEITO

Ao ensejo da abertura da Exposição Municipal de Suínos, a Chefia do Poder Executivo sente-se no dever de públicamente externar seus mais francos agradecimentos ao laborioso colono concordiense, que vem de possibilitar pela segunda vez a realização do certame mencionado, porquanto sem sua colaboração valiosa e decidida não seria possível levar a bom termo o empreendimento.

Quer, também, a administração concordiense agradecer o apoio franco e leal que recebeu das autoridades públicas, em especial, do Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Jorge Lacerda que garantiu o apóio financeiro do erário estadual, traduzido no auxílio de Cr\$ 200.000,00 aprovado pela Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Por essas manifestações de amparo e cooperação é que torna-se necessário externar a satisfação e os agradecimentos do Governo Municipal de Concórdia, extensivas, também, aos técnicos, membros da Comissão Central, das diversas sub-comissões e demais auxiliares e colaboradores que têm emprestado o melhor de seu apóio e de sua boa vontade para o êxito do certame, que não tem outra finalidade senão a de mostrar aos responsáveis pelos setores públicos da nacionalidade e aos industriais do País o progresso a que chegaram os criadores de suínos radicados em nosso meio, que tudo vêm fazendo para a melhoria e aumento da produção, visando tão somente garantir mais e melhores produtos afim de que seja possível satisfazer integralmente às exigências do mercado consumidor nacional.

Ante tais motivos é que torna-se necessário agradecer os esforços de todos aqueles que direta ou indiretamente colaboraram para levar avante a idéia, felizmente hoje tornada uma autentica realidade, com reflexos em grande parte de nossa estremecida Pátria, com a realização expandida e cabal da 2a. Exposição Municipal de Suínos.

Por tudo isto é que a Chefia do Executivo de Concórdia expressa sua saudação às autoridades públicas da União e do Estado e ao laborioso povo que habita êstes recantos de nosso querido Brasil, acompanhada dos agradecimentos pelo decidido apóio que recebeu de todas as camadas sociais, o qual possibilitou levar avante a idéia de realização, pela segunda vez, da Exposição Municipal de Suínos.

A todos àqueles que colaboraram para êsse fim os agradecimentos francos da administração de Concórdia.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 22 de setembro de 1.956.

/NSF/

Fioravante Massolini

Prefeito

Endereço da Associação Catarinense de Criadores de Suínos

Concórdia, (SC) em 5 de fevereiro de 1959

OF/027/60

Senhor Presidente,

Acusando o recebimento de vosso estimado favor datado de 19 de janeiro proximo passado pelo qual nós é solicitado a indicação de alguns nomes de criadores de suínos da raça Duroc - Jersey dêste município, temos a contestar o seguinte:

Estando programada para os proximos dias 2, 3 e 4 de abril proximo vindouro a realização em nosso Município da 2ª Exposição Nacional de Suínos, estão quasi a nossa totalidade de criadores, preparando seus animais para concorrerem a esse certame, pelo que julgamos ser mais interessante uma visita de V.S. e mais pessoas interessadas a ésta cidade naqueles dias, onde não só terão a oportunidade de conhecer otimos animais criados nêste Município como tambem nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e outros centros criadores do pais.

Não concordando V.S. com ésta nossa sugestão, aconselhamos então ao prezado amigo dirigir-se a ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DOS CRIADORES DE SUINOS, com séde em nossa cidade com o seguinte endereço:

Snr. ARMINDO OSCAR AUGUSTINI
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CRIADORES
DE SUINOS
"CASA RURAL" - Rua do Comercio
CONCÓRDIA, SC.

onde será atendido com a já tradicional cortezia daquela entidade.

Sendo o que se nós oferece pra o momento, sirvo-me da oportunidade retribuindo os cumprimentos recebidos colocar-me aqui a sua inteira disposição.

Cordialmente

Fioravante Massolinia- Prefeito Municipal

Ilustrissimo Senhor
RENATO KUSTER
ASSOCIAÇÃO RURAL de
GARAPUAVA, PR. -

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS
- DE -
SANTA CATARINA
—————
NOTICIÁRIO

.....
FLORIANÓPOLIS - EST. SANTA CATARINA - ANO 1 - 15 DE ABRIL DE 1948 - Nº 1
.....

INFORMAÇÕES - A Federação das Associações Rurais ao dar início ao seu serviço de informações, solicita dos senhores Presidentes das Associações Rurais, dos senhores Diretores dos Serviços Federais, Estaduais e Municipais que mandem as notícias que julgarem por bem dar publicidade.

SECRETARIA DA VIAÇÃO OBRAS PÚBLICAS E AGRICULTURA - Florianópolis - O senhor Governador do Estado, visitou dia 7 do corrente a Secretaria da Viação Obras Públicas e Agricultura, a convite do seu titular Dr. Leoberto Leal. Após percorrer todas as instalações daquela repartição, s. excia. procedeu à inauguração dos retratos dos exmos. srs. Presidente Eurico Gaspar Dutra, Governador Aderbal Ramos da Silva e do Engenheiro Udo Deeke, que durante largo período exerceu o cargo de Diretor de Obras Públicas, foi Secretário da Viação do Governo Luiz Gallotti, e último Interventor Federal. Achavam-se presentes os chefes dos diversos Serviços e Departamentos que integram aquela Secretaria do Estado.

CHAPECÓ - No dia 27 do corrente mez foi fundada na cidade de Chapecó, a Associação Rural local, sendo sua primeira diretoria assim constituída: Presidente: Vicente Cunha; 1ª Vice-Presidente: Dr. Serafim Bertaso; 2ª Vice-Presidente: João Francisco Régis; 1ª Secretário: Olintho Zimmermann; 2ª Secretário: Ary carvalho Parto; 1ª Tesoureiro: Arnaldo Mendes; 2ª Tesoureiro: Oscar Leopoldo Matte. O Conselho Fiscal ficou assim constituído: Dr. Silisto de Campos, Cel. Ernesto Bertaso e João Batista Zeca, e como suplentes dos conselheiros: Martins Girardi, Domingos Baldissera e Honorio Romano Alberti.

GOVERNO DO ESTADO - Transcorreu dia 26, o primeiro aniversário da posse do senhor Doutor Aderbal Ramos da Silva no alto cargo de Governador do Estado de Santa Catarina, tendo a F.A.R.S.C. apresentado cumprimentos a Sua Excelencia.

FEDERAÇÃO - Por portaria do Senhor Ministro da Agricultura, reconheceu esta Federação. Foi a seguinte portaria: O MINISTRO DE ESTADO dos negócios da Agricultura, de acôrdo com o art. 25 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº19.882, de 24 de outubro de 1945, resolve reconhecer a FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DE SANTA CATARINA, com sede em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, registrada sob n.6 - Série FAR, na secção de Pesquisas Econômicas e Sociais do Serviço de Economia Rural, outorgando-lhe todos os direitos e prerrogativas estabelecidos no Decreto-lei n.8.127, de 24 de outubro de 1945, que dispõe sobre a organização da vida rural brasileira.

TRIGO - Comissão Mixta do Trigo - Todos os assuntos relativos ao fomento da produção do trigo em Santa Catarina estão sendo estudados e planejados pela Comissão Mixta do Trigo que funciona na Secretaria da Viação, Obras Publicas e Agricultura em Florianópolis sob a Presidência do Dr. Edgard Leal, D.D. Secretario da Agricultura. Assim todos os pedidos relacionados com o trigo, devem ser dirigidos a citada comissão mixta.

Esteve em Florianópolis, a convite do Governo do Estado, o doutor Edgard Maciel Sá, Diretor da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, o qual em nosso Estado, estudou o financiamento da produção do trigo. A Comissão Mixta do Trigo dispõe de sementes para distribuir sendo projetado a seguinte distribuição: Jaraguá do Sul - 500 ; Limbó - 20 ; São Joaquim - 200 ; Lajes - 300 ; Curitiba - 300 ; Mafra - 300 ; Porto União - 300 ; Caçador - 1000 ; Joaçaba - 1000 ; Campos Novos - 1000 ; Concordia - 500 ; Chapecó - 500 ; Itaiópolis - 300 ; Campo Alegre - 250 ; Videira - 700 ; Araranguá - 100 ; Tubarão - 50 ; Orleães - 50 ; Crescuma - 50 ; Biguaçu - 10 ; Tijucas - 50 ; Nova Trento - 20 ; Rio do Sul - 100 ; Palhoça - 20 ; Bom Retiro - 200 ; Serra Alta - 500 ; Florianópolis - 10 ; Gaspar - 10 ; Ibirama - 20 ; São José - 10 ; Brusque - 20 ; Rodeio - 10 ; num total de 8.420 sacos.

VIAÇÃO - O decreto federal nº 24.688 de março de 1948, aprovou o projeto e o orçamento na importância de Cr\$ 15.096.187 cruzeiros para a construção do trecho Barra Trombudo - Trombudo Central na Estrada de Ferro Santa Catarina com a extensão de 12 quilômetros.

FLORESTAS - Conferencia Sul Americana de Florestas e Produtos Florestais. Sob os auspícios da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas, realizar-se-á na cidade de Teresópolis, de 19 a 30 deste mês, a Conferencia Sul Americana de Florestas e Produtos Florestais, para a qual ficou estabelecida a seguinte agenda provisória:

- a) Utilização dos Produtos Florestais: 1-Posição Atual; 2-Limite a que se pode atingir a utilização. 3-Medidas Necessárias para alcançar a expansão prevista.
- b) Proteção e Desenvolvimento dos recursos Florestais: 1-Organização de Serviços Florestais. 2-Pesquisas Florestais. 3-Pessoal. 4-Legislação Florestal. 5-Inventarios Florestais. 6-Problemas de Reflorestamento. 7 Criação de uma Mentalidade Florestal.

CONFERENCIA - O Governo do Estado recebeu convite do exmo. Sr. Ministro da Agricultura, Dr. Dantas de Cerqueira, e do presidente do Instituto Nacional do Pinho, Dr. Virgílio Guelbergo, para se fazer representar nessa Conferencia por uma comissão de técnicos, apresentando a contribuição de Santa Catarina aos trabalhos e estudos daquele certame.

Dados Econômicos de Concórdia, a "Capital do Trabalho"

DADOS SOBRE CONCÓRDIA, cognominada "Capital do Trabalho"

Município criado pela lei nº 635, de 12 de julho de 1.934, com território desmembrado de Cruzeiro, hoje Joaçaba, sendo instalado em 29 do mesmo mês. A cidade, então sede de distrito, ganhou foros dessa situação na data de fundação da comuna.

Limites atuais do Município - ao Norte, com Xanxerê; ao Sul, com Piratuba e o Estado do Rio Grande do Sul; ao Leste, com Capinzal e Joaçaba; ao Oeste, com Seára.

Comarca, atualmente, compreendendo os Municípios de Concórdia e Seára, criada pelo Decreto nº 697, de 5 de novembro de 1.934, sendo instalada em 24 de janeiro de 1.935. É de segunda (2a.) entrância.

Área - 1.571 quilômetros quadrados.

População - Cidade, estimada, em 3.500 habitantes;

Município, estimada entre 42.000 e 45.000 habitantes.

Posição da Cidade - Latitude - S. 27° 13' 55"

Longitude - W.Gr. 52° 01' 27".

Altitude da Cidade - 550 metros.

Sub-divisão administrativa - Quatro (4) distritos: Concórdia(sede), Arabutã, Ipumirim e Volta Grande.

Estrada de Ferro - Passa pela sede do distrito de Volta Grande a estrada de ferro da Rêde Viação Paraná - Santa Catarina. A Cidade de Concórdia não é servida pela via ferrea.

Estradas de Rodagem - O Município de Concórdia mantém uma rêde de estradas de rodagem em boas condições de transito, digo, de transito, a qual alcança a extensão de uns mil quilômetros.

A Cidade de Concórdia possui:

23(vinte e três) quilômetros de ruas, sendo 1/2 quilometro calçado a paralelepípedos;

na agência postal existem 100(cem) caixas postais, tendo sido registrados, em 1.955, digo, 1.955, nessa repartição, 409 aparelhos de rádio;

existem instalados 15 aparelhos de telefone manuais, os quais permanecem ligados à rêde particular da S/A Indústria e Comércio Concórdia, que mantém um serviço de ligação com as sedes dos distritos e povoados mais desenvolvidos onde possui posto de compra, além de estender tal rêde para os Município de Seára, Marcelino Ramos (R.G.S.) e povoado de Faxinal dos Guedes, no município de Xanxerê; *Napoleão tem*

a sede municipal possui, ainda, fábrica de conservas e gorduras - fábrica de sabão - moinhos de cereais - fábrica de esquadrias e moveis em geral - fundição - fábrica de bebidas alcoolicas e refrigerantes - fábrica

vassouras de palha - torrefação e moagem de café, digo, de café - ser -
rarias - fabrica de ração balanceada para suínos e galináceos.

Total dos estabelecimentos industriais existentes na cidade: 21

" " " comerciais " " " : 11 .

A Associação Rural de Concórdia, conforme manifestação de autoridades fe-
derais e estaduais como uma das mais completas e eficientes do País, pos-
(sua) sue mais de três mil associados, tendo prédio próprio como sede.

É padroeira da cidade, Nossa Senhora do Rosário e do Município, Santo An-
tônio, cujas festas são realizadas em 7 de outubro e 13 de junho .

Na agricultura, são cultivados no Município, principalmente:

Trigo, Milho, Fumo, Batatinha, Batata Doce, Cevada, Alfafa, Feijão, Cen-
teio, Arroz, Mandioca, Cana, Amendoim.

Alguns dados agrícolas de 1.955 - 300.000 sacos de trigo de 60 quilos;
603.500 sacos de milho de 60 quilos; 21.500 sacos de batatinha de 60 qui-
los; 27.000 arrobas de fumo em fôlha; 32.000 sacos de feijão de 60 quilos;
9800 sacos de arroz com casca.

Área de cultura de cereais em 1.956 :

Trigo - 15.500 hectares; Feijão - 1.095 hectares - centeio - 16
hectares.

Pecuária - Bovinos - 14.100 cabeças; Equinos - 9.700 cabeças; Suínos -
228.500 cabeças; Ovinos - 950 cabeças - Capri, digo, Caprinos - 1.100
cabeças - Muires 1.500 cabeças.

Poder Legislativo - A Câmara Municipal é composta de 11 vereadores, sendo
seu presidente o vereador Dr. Napoleão Dequech.

Poder Executivo - É prefeito o cidadão Fioravante Massolini.

Poder Judiciário - Juiz de Direito da Comarca, dr. João Rodrigues de
Araujo.

Promotor Público - Dr. Carlos Nichele;

Delegado de Polícia - Osní Amaro Romão, sub-ten. da Polícia Militar do
Estado.

Vigário da Paróquia - Frei Ci, digo, Ceciliano Meurer, o.ia.

Renda pública, no exercício de 1.955:

Municipal	-	Cr\$ 6.260.382,50
Estadual	-	22.332.508,30
Federal	-	9.287.714,30.

Registro civil, na sede municipal, em 1.955:

nascimentos - 304; casamentos - 64; falecimentos - 48.

Esporte, na sede:

clubes de futebol - 4; basquetebol - 2; voleibol - 3; tenis -
1; caça e pesca - 1.

Feriados Municipais - 13 de junho - 29 de julho - 15 de agosto - 8 de dezembro, além de três outros religiosos móveis;

Hoteis na sede: 4 (quatro).

Médicos: Na cidade - 4 (quatro)

Nos distritos - 1 (um) em cada distrito.

Advogados - 6

Farmácias:

Na cidade - 3

No interior - 2.

Hospitais -

Na cidade - 2

Nos distritos - um em cada distrito.

Bancos - 3 e uma correspondência do Banco do Brasil.

Instrução Pública:

Na cidade de Concórdia :

Ginásio "Concórdia", noturno, gratuito;

Ginásio Municipal "São José";

Curso Normal Regional "Adolfo Melo";

Grupo Escolar "Deodoro";

Escola Isolada Municipal "Prefeito Atílio Fontana".

Além disso, o SESI mantém um curso de Corte e Costura .

No interior do Município:

O Estado mantém três grupos escolares e 3 escolas, digo, 3 escolas reunidas, além de 30 escolas, digo, isoladas distribuídas pelo interior, ao passo que a Prefeitura possui 71 unidades escolares nas localidades interioranas que não sejam sede distrital.

Templos religiosos:

Na sede, 2 (dois).

Rios - Os principais são: Uruguai, Jacutinga, Engano.

Banda Musical - Na cidade, a Sociedade Muscial "Zequinha de Abreu"; no interior, existem outros pequenos conjuntos.

Campo de pouso - Atualmente, em construção, existindo já em condições de uso uma pista de 1.200 x 60 metros, ensaiçada.

Fonte de energia - No distrito de Volta Grande, existe o prodigioso estreito do rio Uruguai, cujo aproveitamento para fonte de energia elétrica está em andamento, havendo quasi concluídos os estudos correspondentes, podendo fornecer quando completas as obras atinentes cerca de 200.000 HP.

Possue, ainda a sede municipal:

224.000

turbina a vapor com 1.400 Hp. sendo a sua principal finalidade
com o intuito de luz fluorescente

1 Posto de Saúde; 3 bibliotecas sediadas em estabelecimentos de ensino e sociedade recreativa; 1 jardim público, a Praça da Bandeira; um cinema "Cine Aurora"; 2 clubes recreativos, destacando-se o Clube Aliança, que possui magnífica sede própria; 1 rádio emissora - ZYX - 3, que opera na frequência de 1.560 kilociclos, onda de 190 metros; dois jornais - A VOZ DE CONCÓRDIA E JORNAL DA SEMANA; Bicicletas - 128; automóveis - 56; caminhões - 119 - motocicletas - 7, além de uma estação rádio-telegráfica operada por praça da Polícia Militar.

Distância pela estrada de rodagem, entre Concórdia e as cidades vizinhas :
Concórdia - Joaçaba - 82 quilômetros; Concórdia - Seára - 48 ; Concórdia - Piratuba - 52; Concórdia - Marcelino Ramos - 42; Concórdia - Erechim 75.

Linhas de Ônibus:

Concórdia - Joaçaba - Concórdia; Piratuba - Concórdia - Piratuba; Concórdia - Marcelino Ramos - Concórdia; Concórdia - Erechim - Concórdia; Seára - Concórdia - Seára; Itá(Município de Seára) - Concórdia - Itá; Lajeado(R.G.S.) - Concórdia - Lajeado, além de outras linhas de percurso Municipal. Em tempo: Faxinal dos Guedes(Xanxerê) - Concórdia - Faxinal dos Guedes.

Origem do nome do Município - Primeiramente a zona em que se situa hoje a sede do município denominava-se Queimados, nome aliás dado a uma lajeado que atravessa o perímetro urbano citadino; posteriormente, com o estabelecimento da Empresa ^{Colonizadora} ~~ENKXZKZKZK~~ Mosela, Eberle, Ahrons Ltda., que efetuou a colonização do Município, foi esse topônimo mudado para Concórdia. Conta-se que no tempo do caudilho Fabrício das Neves, que mantinha seu quartel general nas redondezas do atual prédio de Hotel "Concórdia", existia um velho caboclo apelidado "Tigre Velho", cujo nome indica um correjo afluente do Lajeado dos Queimados, autor segundo dizem da queimada de diversos corpos, que resultaram de uma refrega entre os fanáticos. Quer nos parecer que seja esta a versão mais acertada da origem do nome Queimados ou ainda hoje Lajeado dos Queimados, pelo qual ainda se indica esse afluente do Uruguai, que atravessa a cidade. A mudança do nome de Queimados para Concórdia, dá-nos a impressão que foi feita atendendo a fator de ordem psicológica.

Energia Elétrica - O fornecimento atual de energia elétrica está muito aquém das necessidades locais; todavia, a partir de março do ano vindouro, será aumentada a quota de fornecimento público e particular em cerca de 200 HP. Oportunamente, com o aproveitamento do potencial hidro-elétrico do estreito do Rio Uruguai, cujos estudos estão quasi concluídos, e que

serão as obras correspondentes executadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina contando com o auxílio do Governo da União. Então ficará este Município atendido totalmente em suas necessidades de energia, restando / uma grande sobra disponível.

Serviço de Água - Está quasi concluído o estudo para dotar Concórdia de fornecimento de água potável e, conseqüentemente, de esgôto. Os estudos foram entregues ao eng^o Renato Milet, residente no Rio de Janeiro, por intermédio do Ministério da Saúde.

Ligação Aérea - Tão logo a Diretoria de Aeronáutica Civil homologue o campo de pouso de Concórdia, este Município estará servido por linhas aéreas regulares, nos ligando a outras cidades e capitais do País.

Receita Pública Municipal - Para o corrente exercício financeiro a receita municipal está prevista em Cr\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros), a qual praticamente já foi ultrapassada, havendo em consequência superavit financeiro. Para 1.957, está prevista a receita em Cr\$ 9.800.000,00 (nove milhões e oitocentos mil cruzeiros), que será alcançada e possivelmente ultrapassada.

Indústrias existentes - Grande frigorífico - S/A Indústria e Comércio Concórdia, possuindo, ainda, Moinho de Trigo, Fábrica de Sabão, Ração balanceada para suínos e galináceos. A matéria prima empregada é na sua quasi totalidade regional. Existem ainda serrarias para consumo local e para exportação; fábricas de aguardente; fábrica de móveis, além de outros pequenos estabelecimentos industriais.

Mão de obra - Ha relativa facilidade.

Transporte - O Município está bem servido de estradas de rodagem, estando as classificadas como tronco (principais) devidamente macadamizadas, garantindo trânsito em qualquer época do ano.

Problema básico - O principal problema é o do abastecimento de energia elétrica, pois existe necessidade sempre crescente de luz e fôrça dado o desenvolvimento da cidade e ampliação de seu parque industrial. Resolvido êsse, já em andamento as providências governamentais, os restantes serão uma decorrência lógica e normal.

Fatores do atual desenvolvimento - Concórdia deve o que é atualmente, em grande parte, as iniciativas particulares com maior vulto, secundadas / pelas atividades governamentais, em menor escala. - *Reprime de program. promedida e fixação dos valores. Para o futuro e para cada um dos anos, evitamos os conflitos. - Há um comitê municipal.*
Diretoria de Expediente e Pessoal da Municipalidade, em 22 de outubro de 1.956.

Narcizo Scheffer Feijó
Narcizo Scheffer Feijó, diretor.

SNF/gv.

Nº. de suínos e produção Industrial em Concórdia – I



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
I.B.G.E. – CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
AGÊNCIA MUNICIPAL DE ESTATÍSTICA

CERTIDÃO
=====

CERTIFICO, a pedido verbal de parte interessada, que o movimento do gado abatido, neste Município, segundo os dados existentes nesta Agência, foi o seguinte:-

ESPÉCIE DO GADO ABATIDO	NÚMERO DE CABEÇAS ABATIDAS NOS ANOS DE:			
	1952	1953	1954	1955
B o v i n o s	1 867	1 893	1 686	1 631
S u i n o s	77 617	79 198	92 013	87 642

Concórdia, 17 de Julho de 1956.

Ary Jalmar Reich
Ary Jalmar Reich
AGENTE DE ESTATÍSTICA.



Nº. de suínos e produção Industrial em Concórdia – II

Banco do Brasil S.A.

DADOS OFICIAIS a serem fornecidos: Vide of. 108/56, da AME de Concórdia(22/11)

- <u>DENSIDADE DEMOGRÁFICA-N/M</u>	42,000 - 45,000	1,571 Kms2	Nº de habitantes
- <u>POPULAÇÃO PEGUÁRIA:</u>	Bovinos	14.100	Cabeças
	Equinos	9.700	"
	Muares	1.440	"
	Asininos	25	"
	Suínos	128.500	"
	Ovinos	950	"
	Caprinos	1.030	"
	Aves	400.000	"
- <u>PRODUÇÃO ANIMAL:</u>	Couros e peles	3.500	Kgs.
	Leite	1.580.000	m lts.
	Manteiga	20.000	Kgs.
	Queijo	53.300	"
	Lã	840	"
	Mel de abelha	9.640	"
	Cera de Abelha	4.700	"
	Banha	3.133.000	"
	Linguíça, carne salgada e miúdos	2.327.507	"
	Ovos	630.000	Dzs.
- <u>PRODUÇÃO AGRÍCOLA:</u>	Trigo	18.000.000	XXXXX Quilos
	Feijão	32.000 sacos de 60	Quilós
	Batatas (Inglêsa : 21.500 scs. de 60 quilos. Doce	15.900 toneladas.	
	Cebolas	1.100 arrobas	XXXXX
	Milho	803.500	Sacos de 60 quilos
	Mandioca	47.400 Toneladas	XXXXXXXXX
	Fumo	27.000	Arrobas
	Alfafa	735.000	Quilos
	Arroz com casca	9.800	Sacos de 60 quilos
	Amendoim	35.000	Quilos
	Cevada	175.000	"
	Canã de Açúcar	Totalmente dizimada pelas	Geadas.
	Erva Mate	144.500	Quilos
	Maças	475	Centos
	Peras	250	"
	Figos	7.800	"
	Laranjas	15.800	Centos
	Uvas	1.700.000	Kgs.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Especie	Valor	Especie	Valor
Ind. extrativa mineral Cr\$	1.273.566,00	Ind. Extrativa vegetal Cr\$	9.676.150,00
Industria mecânica	1.708.500,00	Ind. Madeireira	4.121.387,00
Ind. Frigorífica	245.079.888,00	Ind. Bebidas	4.477.979,00
Ind. Moageira	43.485.563,00	Ind. Papel e Papelão	- - - - -

Mod. 03/03